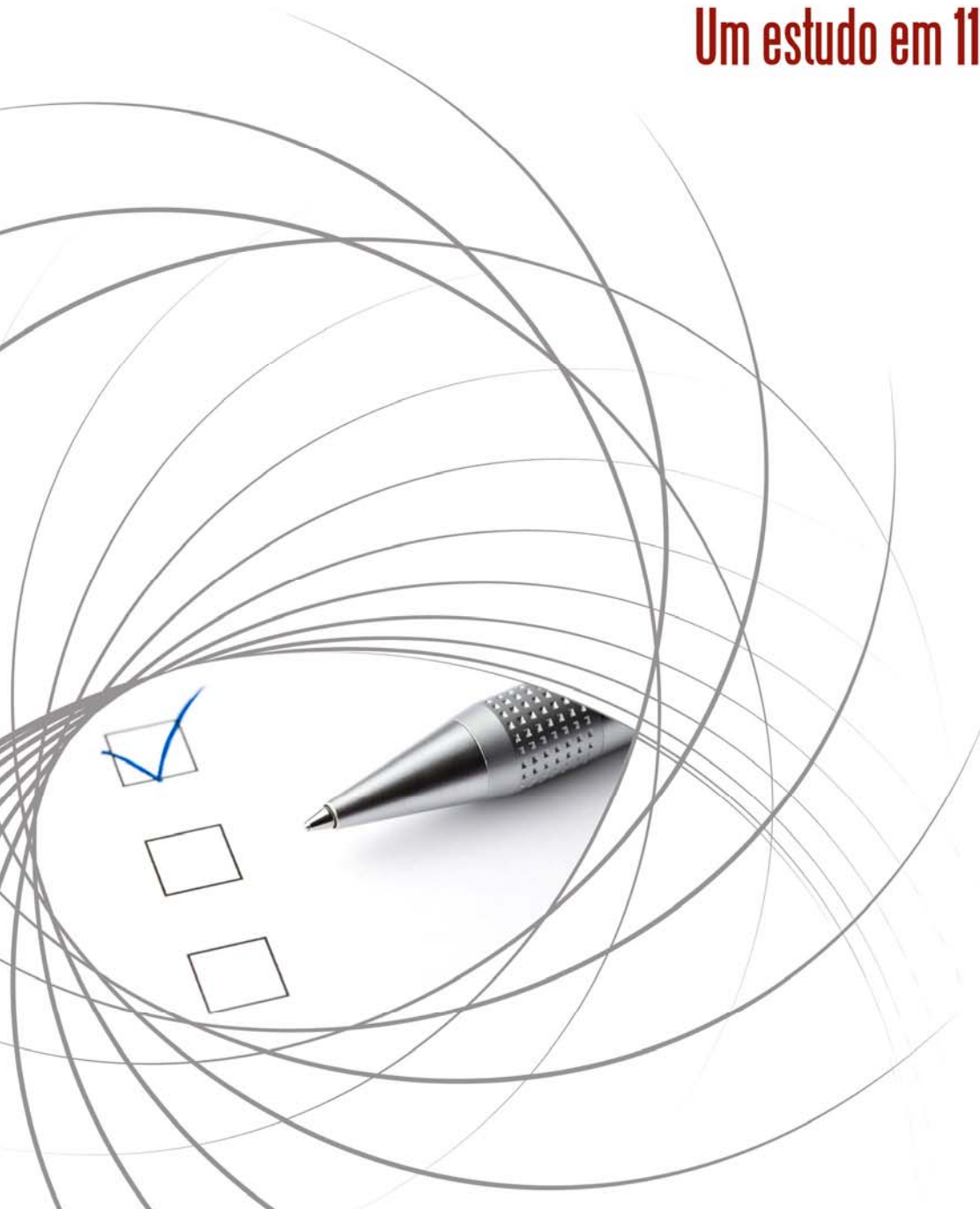


Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violação de direitos humanos e violência

2010

Um estudo em 11 capitais de estado



Coordenação:
Nancy Cardia

Estatístico:
Rafael Cinoto

NEV
Núcleo de Estudos da Violência
Universidade de São Paulo

INCT
Violência, Democracia e
Segurança Cidadã

CEPID
CENTRO DE PESQUISA,
INOVAÇÃO E DIFUSÃO

Secretaria de Direitos Humanos
BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

UNFPA

Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação a violação de direitos humanos e violência

2010

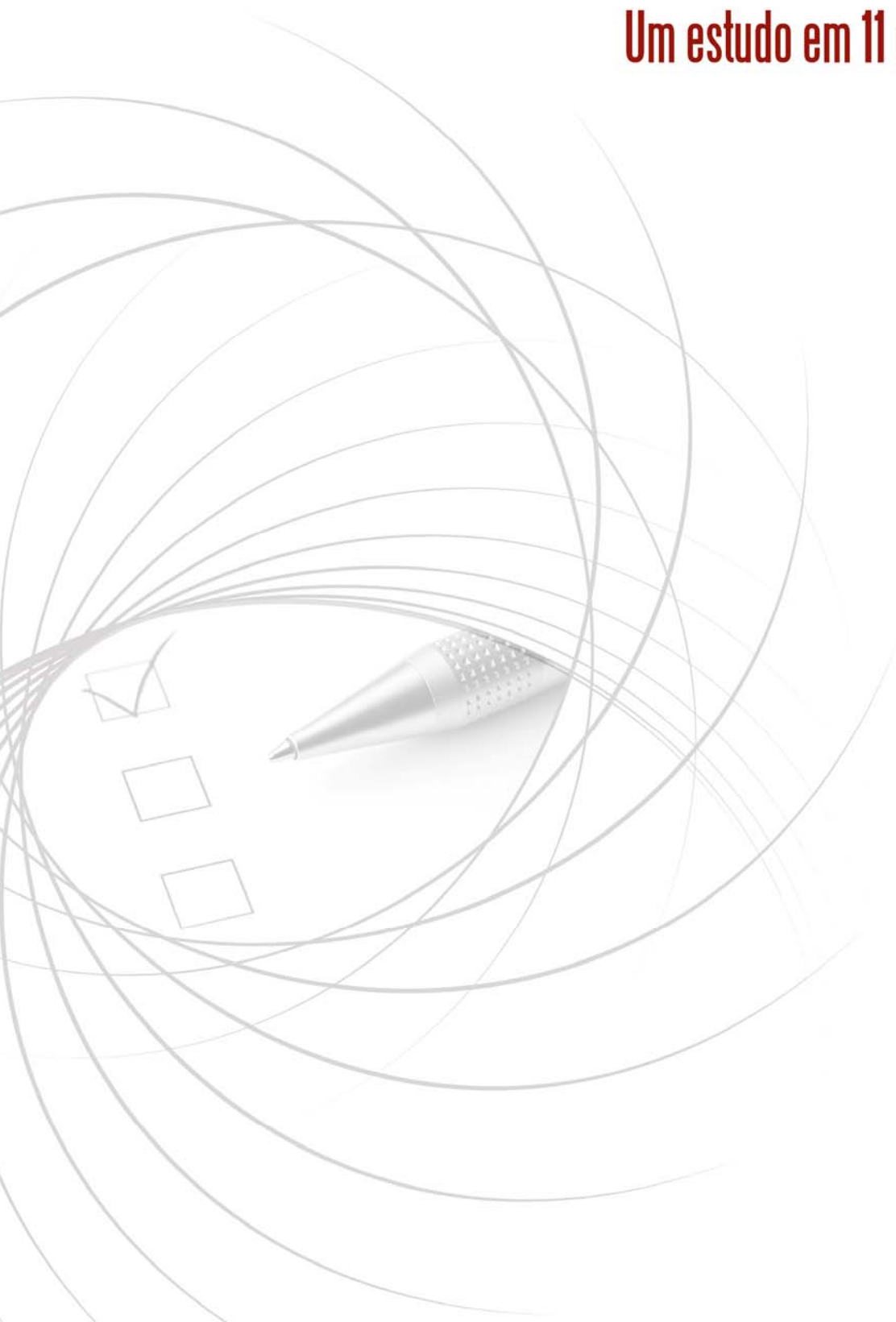
Um estudo em 11 capitais de estado

Coordenação:
Nancy Cardia

Estatístico:
Rafael Cinoto

Equipe:
Ariadne Natal
Caren Ruotti
Denise Carvalho
Diego Vicentin
Frederico Castelo Branco Teixeira
Renato Alves
Viviane de Oliveira Cubas

Secretária
Sérgia Santos



CARDIA, Nancy

Pesquisa nacional, por amostragem domiciliar, sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violação de direitos humanos e violência: Um estudo em 11 capitais de estado / Coordenação: Nancy Cardia; Rafael Cinoto et al.

-- São Paulo: Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, 2012 --413p.

1. Survey. 2. Direitos Humanos. 3. Violência. 4. Instituições de Segurança e Justiça. 5. Vitimização.

Agradecimentos:

Sérgia Santos, Marcelo Nery, Mariana Possas, Maria Gorete Marques de Jesus, Roberta Astolfi, Claudinei Affonso, Pedro Lagatta

Sumário

1. INTRODUÇÃO	1
2. OBJETIVO	6
3. JUSTIFICATIVA	7
4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS	8
5. AMOSTRA	9
5.1. <i>Coleta dos dados</i>	9
5.2. <i>Variáveis para cotas amostrais</i>	9
5.3. <i>Descrição da amostra</i>	10
5.4. <i>Perfil da amostra segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça</i>	11
6. RESULTADOS	12
A. <i>Violência</i>	12
A.1. <i>Vitimização</i>	12
Avaliação da evolução da violência	12
Exposição à violência alguma vez na vida e no bairro	17
Exposição direta à violência nos últimos 12 meses	19
Exposição à violência direta por idade	44
Exposição indireta à violência	52
Escala de Exposição à Violência.....	56
A.2. <i>Normas Culturais Em Relação À Violência</i>	59
A.3. <i>Atitudes Em Relação À Violência</i>	65
Atitudes em relação ao uso da violência verbal e física contra terceiros.....	65
Uso da violência em defesa própria ou de propriedade	73
Atitudes em relação ao uso de armas	78
Crenças em relação ao uso de armas	83
A.4. <i>Uso Da Violência – Comportamentos</i>	86
Experiência com punição corporal	86
A.5. <i>Jovens: Valores, Expectativas E Violência</i>	130
Exposição à violência via grupo de pares	130
Expectativa de vida.....	132
Jovens e valores.....	132
Valores em relação ao grupo de pares	133
A.6. <i>Outros Efeitos Da Violência - Medo</i>	135
A.7. <i>Causas Da Violência</i>	143
Causas da violência por faixa etária	145
Causas da violência por cidade.....	146
Violência na escola: causas.....	155
B. <i>Instituições</i>	169
B.1. <i>Imagem das Instituições</i>	169
Imagem das instituições por faixas etárias.....	170
Imagem das Instituições por Capitais.....	173
B.2 <i>Avaliação das instituições da segurança pública</i>	179
A imagem da polícia junto as diferentes faixas etárias	189
A imagem da polícia nas capitais.....	202
B.3. <i>Eficácia em Relação às Instituições</i>	253
Eficácia em relação ao judiciário	253
Legitimidade e confiança no governo na área da segurança pública.....	256

Crença na capacidade do governo de tomar decisões	256
Delegação de poder.....	259
Deferência com as leis.....	262
C. <i>Disposição em abandonar proteções legais</i>	268
Disposição em abandonar as proteções legais em relação à polícia.....	268
Disposição em abandonar as proteções legais em Relação à Justiça.....	272
D. <i>Penas e punição</i>	277
Imagem da prisão e da pena	277
E. <i>Direitos humanos</i>	289
Tortura.....	304
F. <i>Capital Social</i>	313
Estabilidade no Bairro e Satisfação com o bairro	314
Prioridade no bairro	317
Percepção de desordem social e física	320
Percepção de incivilidade	326
Familiaridade entre gerações	331
Percepção de Cooperação Interação-Confiança?.....	334
Percepção de Participação	337
Expectativas de participação futura	340
G. <i>Conhecimento sobre a Secretaria Especial De Direitos Humanos</i>	350
Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	361
Declaração Universal dos Direitos Humanos.....	361
7. CONTEÚDO E FONTES DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	369
A - <i>Violência</i>	369
B. <i>Instituições</i>	374
C. <i>Disposição em abandonar proteções legais</i>	376
D. <i>Penas e punição</i>	377
E. <i>Direitos Humanos</i>	377
F. <i>Conhecimento sobre:</i>	379
H. <i>Capital social</i>	379
H. <i>Jovens com menos de 20 anos</i>	382
7.1. <i>Tratamento dos dados</i>	384
8. Características gerais da amostra	385
8.1. <i>Descrição da amostra</i>	385
8.2. <i>Perfil da amostra segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça</i>	388
9. BIBLIOGRAFIA.....	390
10. ANEXO: SUMÁRIO DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS.....	397
10.1. <i>Tabelas</i>	397
10.2. <i>Gráficos</i>	410
10.3. <i>Quadros</i>	412

1. INTRODUÇÃO

Entre fins de março e começo de abril de 1999 foi realizada uma ampla pesquisa domiciliar sobre atitudes, normas culturais e valores em relação à violência e violação de direitos humanos, pelo Núcleo de Estudos da Violência com apoio da então Secretaria Nacional de Direitos Humanos. A pesquisa abrangeu 10 capitais brasileiras: Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife, Belém, Manaus, Porto Velho, e Goiânia. Foram entrevistadas 1600 pessoas, com 16 anos ou mais, com diferentes graus de escolaridade e condições econômicas.

A elaboração do questionário exigiu uma ampla revisão da literatura sobre o papel das atitudes, normas e valores culturais na percepção sobre direitos humanos, no comportamento em relação à violência, nas relações entre esses fatores e a violência e, em particular, no impacto que a exposição à violência tem sobre normas, crenças e valores. Essa revisão abrangeu os fatores culturais que tendem a estar associados a atitudes e valores em relação ao uso da violência, tais como: 1- as teorias sobre o impacto da cultura da honra (Cohen e Nisbett, 1996) sobre a violência, 2- as consequências da exposição à violência (Hinton-Nelson et al, 1996), 3- as causas da violência, segundo as "teorias" do senso comum (Everett et al, 1995), 4- os tipos de violência que são percebidos como justos, como o uso da punição corporal e, ainda, 5- a relação entre a avaliação das instituições encarregadas de aplicar as leis - o judiciário e as polícias -, e a credibilidade destas em sua eficiência em deter a violência (Tyler & Degoey, 1995). Foram utilizados também dados da pesquisa ACTIVA realizada em 1997, em 7 cidades¹ latino-americanas e em Madrid, pela Organização Pan Americana de Saúde, sobre normas e valores em relação à violência.

A revisão da literatura também enfocou os estudos internacionais sobre atitudes e valores em relação aos direitos humanos. Estes estudos são escassos e recentes. O primeiro estudo internacional publicado sobre esse tema data de 1990 e se refere ao Canadá. Moghadden e Vuksoanovic (1990) realizaram uma pesquisa buscando examinar diferenças nas atitudes em relação aos direitos humanos entre pessoas com diferentes ideologias e posturas em relação à autoridade (autoritários e não autoritários). Esse estudo apontou para diferenças entre pessoas com forte grau de autoritarismo (segundo a escala de Altemeyer, que modificou aquela de Adorno e Horkheimer da Personalidade Autoritária) e pessoas com baixo grau de autoritarismo. Autoritários não seriam fortes defensores dos direitos humanos dentro do seu próprio país, mas o seriam em relação a violações ocorridas em outros países, em especial aqueles com regimes políticos e econômicos diferentes do Canadá, como por exemplo, a China. Haveria então dois pesos e duas medidas, em relação aos direitos humanos, dependendo do contexto onde as violações ocorrem, sugerindo que, para se entender as atitudes em relação aos direitos humanos, além de se focalizar a questão do papel do autoritarismo, seria necessário

¹ San Salvador, Cali, Santiago, Caracas, Rio de Janeiro, Salvador, e San José.

considerar também o papel da ideologia política. O estudo também apontou para a existência de direitos que não seriam percebidos como universais.

A esse estudo seguiu-se um conjunto de pesquisas. A primeira delas, de autoria de Diaz-Veizades (1995), tratou de desenvolver técnicas para se medir as atitudes, valores e crenças em relação aos direitos humanos, buscando identificar quais direitos seriam aprovados e quais rejeitados e mais, quais argumentos seriam usados como justificativa para as diferentes posições. O estudo de Diaz-Veizades abriu um campo para os teóricos da representação social (em particular Willem Doise e seus colegas da Universidade de Genebra Clément, Spini, e Bourgeois e Huguet) realizarem pesquisas sobre direitos humanos, muitas delas comparativas (abrangendo diferentes países e junto a diferentes grupos de entrevistados) buscando responder a uma série de questões, tais como:

- ▶ Se a abordagem das representações sociais era ou não aplicável ao estudo do tema dos direitos humanos;
- ▶ Como são entendidos os direitos humanos; o que há de comum - o que é universalmente compartilhado e o que é contextualizado (limitado culturalmente) na percepção de direitos humanos;
- ▶ Quais direitos são universais e quais são limitados em sua amplitude;
- ▶ Quais direitos são percebidos como absolutos e quais percebidos como passíveis de serem suspensos;
- ▶ O que define violação de direitos humanos;
- ▶ Quem tem a incumbência de implementar os direitos;
- ▶ O que explica diferenças nas representações e como surgem as representações - por exemplo o papel da comunicação interpessoal, ou ainda o que explica a disposição para o ativismo em relação aos direitos humanos.

Apesar das diferenças na abordagem teórica, esses estudos têm, em larga medida, reiterado os resultados dos trabalhos feitos no Brasil. Os direitos humanos não são percebidos como universais, ou inalienáveis; atribui-se aos governos a maior parte de responsabilidade pela implementação dos direitos e valores e crenças sobre o sistema de justiça, bem como preferências político-partidárias, afetam a aprovação/desaprovação dos direitos. Por fim, esses estudos têm revelado que as atitudes em relação aos direitos humanos variam de acordo com o contexto (abstrato *versus* casos concretos) e de acordo com a natureza dos envolvidos (se "cidadãos" ou pessoas que violam as leis ou que estão em situação judicial ou moral "irregular").

Interessava-nos, no caso do Brasil, explorar as relações entre o contato com a violência e as atitudes em relação aos direitos humanos. O que acontece em sociedades onde a violência entre as pessoas - seja como parte de lutas políticas, como forma de resolução de conflitos interpessoais ou ainda no decurso de atos criminais - torna-se um fenômeno cotidiano? Ocorreria nestas culturas um processo coletivo de perda de sensibilidade, de perda de limitação auto-imposta no uso da força física?

Isto é, estaria debilitada a introjeção de interditos ao uso desta força, que se esperava ter ocorrido pela incorporação das leis e pelo outorga ao Estado do monopólio do uso da força? Qual o papel do medo em contextos onde a violência e a ameaça à integridade física parecem ser comuns? Estaria o medo facilitando o desligamento de mecanismos de autocontrole? Estas perguntas têm sido feitas em um contexto específico: o do crescimento da violência ao longo do processo de consolidação no regime democrático, em paralelo à inesperada continuidade de graves violações de direitos humanos na democracia. É possível, em tal cenário, que se desenvolva uma cultura de respeito aos direitos humanos e que prospere uma ampla defesa do Estado de Direito democrático?

Estas questões tem sido abordadas por diferentes estudiosos a partir de diferentes abordagens teóricas e metodológicas: do ponto de vista da consolidação da democracia, a questão central é identificar que apoio há na sociedade ao Estado de Direito: há uma cultura de respeito ao Estado de Direito? Para que esta exista, os cidadãos devem valorizar os direitos humanos e estarem dispostos a protegê-los contra intromissões, opondo-se ao sacrifício destes direitos em qualquer circunstância.

Outra perspectiva é a de Norbert Elias, segundo a qual o controle da violência dependeria da combinação de autocontrole (interno) e do controle externo da violência, dois processos que se reforçam mutuamente. O primeiro seria resultado de um processo civilizador e o segundo do exercício do monopólio estatal da violência, resultado da constituição do Estado-nação. A existência destes controles proporciona o desenvolvimento dos regimes democráticos e sua consolidação e contribui para a progressiva extensão dos direitos humanos à maior parte dos cidadãos.

Como tem sido abordado pela literatura científica o tema do contato continuado de pessoas com episódios de violência e seus possíveis impactos? O contato contínuo com a violência, percebida como incontrolável, tem sido discutido como um tipo de experiência com impacto psicológico, emocional e físico, não só sobre aqueles que se envolvem diretamente, como vítimas ou agressores, mas também sobre aqueles que testemunham tais episódios. A experiência de ser vítima ou de testemunhar violência tem sido abordada da perspectiva da exposição à violência. O tema das consequências da exposição à violência começou a ser investigado por pesquisadores norte-americanos a partir dos fins dos anos 1980 (Shakoor e Chalmers, 1981), quando identificaram que crianças expostas a violência contínua dentro de suas comunidades apresentavam seqüelas psicológicas e fisiológicas aparentemente em decorrência desta exposição.

As pesquisas sobre exposição à violência têm se preocupado com seus efeitos potenciais sobre a saúde física e mental de jovens e crianças, sobre os padrões de relacionamento social, sobre atitudes, crenças e valores em relação à violência e sobre o comportamento violento. Ou seja, estas pesquisas buscam também possíveis efeitos da exposição à violência sobre a socialização de jovens e crianças. Mais recentemente começou-se a buscar entender os efeitos da exposição à violência sobre qualquer grupo etário, ainda que crianças e jovens continuem a receber mais atenção. Esta literatura tem mostrado que a violência que tem mais impacto é aquela que ocorre mais próxima das pessoas: com elas mesmas, ou com parentes e amigos.

A exposição à violência também afeta as atitudes, os valores e as crenças em relação às causas e ao uso da violência, aumentando a probabilidade de que esta seja encarada como uma reação razoável e apropriada para uma situação, como aceitável para corrigir um erro ou como aceitável para se proteger a honra, estimulando uma “cultura da violência”.

Um dos efeitos da exposição à violência, sobre o qual muitos autores manifestam consenso, (Kliewer et al, 2001; Hallyday-Boykins e Graham, 2001; Osofsky, 1995; Salzinger et al 2002 e Ng-Mak, 2002) é que esta afeta o desenvolvimento moral de crianças e jovens. Afeta as crenças, os valores e as expectativas em relação ao comportamento de outros. Um dos resultados é o de encorajar os jovens a desenvolverem um “estilo cognitivo violento”, alimentando a agressividade, dando legitimidade a ela, o que teria o efeito perverso de aumentar a vulnerabilidade deles, expondo-os a maior risco. É este efeito potencial que faz com que vários pesquisadores apontem a exposição à violência como uma fonte de “socialização negativa” da violência.

A exposição à violência afetaria ainda o desenvolvimento moral destes jovens encorajando-os a desenvolverem uma crença “no mundo justo”, segundo a qual as pessoas “colhem o que plantam”, ou seja, recebem aquilo que merecem. Nesta perspectiva as vítimas são consideradas responsáveis por aquilo que as vitimou. A exposição à violência estimularia um desligamento moral, hostilidade em relação ao outro e uma falta de sensibilidade para com a dor alheia. Esta dessensibilização implicaria em subestimar as consequências da violência para as vítimas, em culpar as vítimas pelo que lhes ocorre. Jovens expostos à violência crônica estariam mais passíveis de desenvolverem este tipo de estratégia de sobrevivência e mais propensos a terem seu próprio desenvolvimento moral afetado por esta exposição: normalizar a violência resultaria também em reduzida capacidade de confiar no outro, ou de se vincular ao outro (Kliewer et al, 2001) e menor interdição à prática de violência (Hallyday-Boykins e Graham, 2001).

Quando a exposição à violência na comunidade coincide com a exposição à violência dentro da família, os efeitos são ampliados, em particular porque esta superposição favorece o surgimento da exclusão moral, aquela crença segundo a qual alguns grupos estão fora das fronteiras dentro das quais se aplicam os princípios de justiça (Ng-Mak, 2002). Se estes grupos estão fora do território da justiça pode-se aplicar a eles qualquer tratamento, pois eles deixam de ser percebidos como humanos. A exclusão moral - “eles não são como nós” - desumaniza os outros e retira os interditos contra os maus tratos ao outro. O desligamento moral significa que estes jovens podem fazer uma reconstrução verbal dos eventos, adotar rotulagem eufemística encobrendo justificativas morais que os permitem perceber como “normal” uma violência que em outras circunstâncias eles rejeitariam. O desligamento moral resulta no fato de que as consequências da violência para as vítimas tenderão a ser subestimadas (Ng-Mak, 2001 and Kliewer et al., 2001).

Apesar deste possível efeito da exposição à violência ser de extrema relevância, a maior parte dos estudos identificados não examina o impacto potencial da exposição à violência sobre as crenças e valores em relação à própria violência: suas causas, seus usos, e seus dissuasores e menos ainda sobre

os medos, as estratégias de auto proteção adotadas pelas vítimas, ou a punitividade: que penas as vítimas advogam para os agressores.

No primeiro estudo nacional não foi possível aprofundar dois temas na coleta de dados: percepção dos direitos humanos e suas relações com a punição. Esta lacuna foi preenchida em uma série de pesquisas de corte transversal repetidas a cada dois anos na cidade de São Paulo: tratamos de examinar para o caso da cidade de São Paulo se (e como) a exposição à violência afeta o modo das pessoas pensarem a violência e suas causas, a percepção de seu entorno e das instituições encarregadas de aplicar as leis, o poder que elas atribuem à polícia, o tratamento que defendem que seja dispensado aos agressores e a percepção de direitos humanos em geral.

O estudo nacional permitiu, entretanto, responder a algumas questões. No que se refere aos indícios da existência de uma cultura da violência na sociedade brasileira, os dados do survey nacional não sustentavam a afirmação, revelando que, apesar da população estar exposta direta e indiretamente à violência **não**:

- ▶ Se desenvolvia uma cultura de aceitação ou de tolerância da violência;
- ▶ Se alimentava um alheamento do bairro ou um estranhamento entre as pessoas;
- ▶ Diminuía a confiança entre as pessoas ou aumentava a intolerância com aqueles que são diferentes.

Os dados mostravam ainda que, entre os jovens, a experiência de testemunhar ou de serem vítimas da violência não parecia afetar seus valores, suas expectativas e aspirações em relação ao futuro, o que, de modo geral, levou à seguinte conclusão: “Os dados sugerem que, se a violência cresce dentro da sociedade brasileira, isso não se deve à existência de um tipo específico de cultura ou sub-cultura da violência ou, ainda, que essa cultura ou sub-cultura seja uma das consequências desse crescimento.”

Passados onze anos desta coleta de dados, tendo a violência do homicídio se reduzido em algumas capitais e crescido em outras, tendo as instituições passado por alterações, e tendo ainda ocorrido grandes mudanças sociais e econômicas no país pareceu-nos necessário realizar nova coleta de dados. Esta coleta deveria ser mais ampla tanto em termos do tamanho da amostra como em termos dos conteúdos abordados para se traçar um panorama mais completo dos efeitos do contato continuado com violência.

2. OBJETIVO

Realizar uma pesquisa com corte transversal, por amostragem domiciliar nacional, abrangendo, em 11 capitais, as relações entre o contato com a violência, as normas, os valores e as percepções sobre violência e direitos humanos. Foram entrevistados residentes com 16 anos ou mais selecionados segundo o perfil demográfico dos setores censitários selecionados probabilisticamente. A amostra foi de 4025 entrevistados, de modo a permitir análises desagregadas por cidade e por macro região do país.

Este estudo monitora o impacto que a contínua exposição à violência tem sobre a percepção, as atitudes e os valores em relação aos Direitos Humanos. Este monitoramento pode informar estratégias de comunicação junto à população, por exemplo, permitindo estabelecer prioridades de atuação, delinear programas de comunicação (por exemplo, campanhas publicitárias educacionais) e sensibilizar os encarregados da aplicação das leis quanto à importância da percepção que a população tem de seu desempenho sobre a credibilidade deles, sobre a percepção de impunidade e por fim sobre a reprodução da violência. Os dados coletados podem auxiliar também as atividades de disseminação do Programa Nacional dos Direitos Humanos e a implementação de programas educacionais voltados aos direitos humanos.

3. JUSTIFICATIVA

Nos últimos 15 anos o país vivenciou um período de intenso esforço em direção à universalização do acesso aos direitos humanos e à superação das graves violações. Quer através da formulação de Programas Nacionais de Direitos Humanos, quer pela criação da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, pelas Secretarias dedicadas a temas específicos (da Mulher, da Integração Racial, entre outras) ou através de programas especiais voltados para problemas específicos: erradicação do trabalho infantil, do trabalho escravo, da tortura, da exploração sexual, do tráfico de seres humanos etc.

Neste período, entretanto, a violência e a insegurança que ela provoca, permaneceram como problemas a consumir recursos das diferentes esferas de governo e da sociedade. Ao longo dos últimos 20 anos, a violência urbana cresceu em quase todas as capitais do Brasil, em particular nas regiões metropolitanas e, apesar de ter diminuído sensivelmente em algumas, em outras ocorreu fenômeno oposto. O estudo das relações entre o contato com a violência e as atitudes, valores e normas culturais em relação aos direitos humanos visa monitorar o impacto da violência sobre estas atitudes e informar tanto o planejamento de programas, que tem como objetivo ampliar o acesso aos direitos, como a comunicação com a sociedade, pois o apoio desta é vital para que se atinjam esses objetivos.

4. INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Na coleta dos dados foi utilizado um questionário inicialmente desenvolvido pelo Núcleo de Estudos da Violência para o estudo nacional realizado em 1999. Posteriormente, este questionário foi ampliado para uso em uma série de levantamentos realizados a cada dois anos na cidade de São Paulo. Esta versão ampliada sofreu alguns cortes para que fosse possível adaptá-lo ao contexto nacional e teve o acréscimo de algumas perguntas com o objetivos de atender à demanda da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

O questionário contém questões sobre atitudes, valores e comportamentos em relação a violência, instituições e direitos humanos, percepções sobre a comunidade na qual vive o entrevistado, em particular sobre os padrões de confiança e de cooperação que lá existem. Parte do questionário é aplicada apenas aos entrevistados com menos de 20 anos de idade. Tratam-se de questões que exploram o contato deste grupo com alguns dos fatores de risco: a vitimização de seus pares, a agressão perpetrada por eles, expectativa de vida e valores.

O questionário explora sete grandes temas: a violência, as instituições, disposição em abandonar proteções legais, penas e punição, capital social (eficácia coletiva e disposição em agir em defesa de grupos vulneráveis), direitos humanos e jovens e a violência. Neste relatório são apresentados os primeiros dados colhidos acerca destes temas, com exceção dos “jovens e a violência”.

5. AMOSTRA

5.1. COLETA DOS DADOS

Para a coleta de dados do *survey* 2010, o instituto de pesquisa responsável foi acompanhado pela equipe do NEV desde o início do trabalho. Após a validação do questionário, a versão final foi analisada para garantir a correta impressão. Além disto, o trabalho de campo foi acompanhando pessoalmente em Manaus e Porto Velho, por serem os locais mais diferentes de São Paulo, com o qual a equipe está mais habituada. Os dados foram coletados entre 15 e 29 de maio de 2010. Neste período foram realizadas 4025 entrevistas com pessoas de 16 anos ou mais das seguintes cidades: Belém (203 entrevistas), Belo Horizonte (301), Fortaleza (301), Goiânia (203), Manaus (203), Porto Alegre (203), Porto Velho (203), Recife (203), Rio de Janeiro (700), Salvador (301) e São Paulo (1204).

O modelo de amostragem utilizado foi o de conglomerados em dois estágios. No primeiro estágio foram selecionados os conglomerados: setores censitários, com probabilidade proporcional ao tamanho (população de 16 anos ou mais residente nos setores). No segundo estágio foi selecionado em cada conglomerado um número fixo da população segundo cotas das variáveis descritas a seguir.

5.2. VARIÁVEIS PARA COTAS AMOSTRAIS

Para o cálculo da amostra foram utilizados os dados do Censo IBGE de 2000 e os dados da PNAD 2008.

- ▶ **Sexo:** masculino e feminino;
- ▶ **Grupos de idade:** 16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69, 70 anos ou mais;
- ▶ **Instrução:** até 4ª série do fundamental, 5ª a 8ª série do fundamental, ensino médio, ensino superior;
- ▶ **Atividade:** agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos.

O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra. Optou-se por coletar pelo menos 200 entrevistas em cada município, permitindo análises dos dados de cada município de maneira isolada. Entretanto, na representação de todo o território nacional, os municípios ficariam com uma amostra maior ou menor do que deveriam. Os pesos utilizados são necessários para ajustar os dados nas análises do país como um todo. No caso de Porto Velho, por exemplo, tem-se 203 entrevistas completas, mas como esse município representa aproximadamente 1% da amostra toda, seus resultados são multiplicados pelo fator 0,1724137, o que faz com que as 203

entrevistas serem computadas como se fossem 35 nos resultados brasileiros. Houve filtragem em todos os questionários após a realização das entrevistas e foi feita a fiscalização em aproximadamente 20% dos questionários. Para a apresentação dos resultados, os dados de cada cidade foram ponderados com os pesos descritos abaixo:

- ▶ Belém: 0,8275862
- ▶ Belo Horizonte: 1,0465116
- ▶ Fortaleza: 0,9302325
- ▶ Goiânia: 0,7241379
- ▶ Manaus: 0,8275862
- ▶ Porto Alegre: 0,9310344
- ▶ Porto Velho: 0,1724137
- ▶ Recife: 0,9655172
- ▶ Rio de Janeiro: 1,19
- ▶ Salvador: 1,0930232
- ▶ São Paulo: 1,1337209

5.3. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Das 4025 entrevistas realizadas nas 11 capitais, atribuindo-se os respectivos pesos para cada cidade, encontramos aproximadamente 55% de mulheres, 30% das pessoas com menos de 30 anos e 30% de pessoas com 50 anos ou mais. A raça em maior quantidade foi a raça branca, com aproximadamente 42% das pessoas e quase metade da amostra tinha pelo menos ensino médio completo (ver tabela).

5.4. PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO SEXO, FAIXA ETÁRIA, ESCOLARIDADE E RAÇA

Quadro 1: Perfil da amostra segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça, 2010

	Número	%
Sexo		
Feminino	2201	54,7
Masculino	1824	45,3
Idade		
< 19 anos	315	7,8
20-29 anos	903	22,4
30-39 anos	794	19,7
40-49 anos	748	18,6
50-59 anos	631	15,7
60 ou +	635	15,8
Escolaridade		
Analfabeto	121	3,0
Primário incompleto	245	6,1
Primário completo	760	18,9
Fundamental completo	904	22,5
Médio completo	1544	38,4
Superior completo	451	11,2
Raça		
Branco	1710	42,5
Pardo	1524	37,9
Negro	661	16,4
Amarelo	104	2,6
Outros	27	0,7

6. RESULTADOS

A apresentação dos resultados segue a seqüência de temas que compõem o questionário. Os dados são apresentados de modo comparativo àqueles de 1999, sempre que possível. Dois recortes foram utilizados para este relatório: um por idade e outro por cidade.

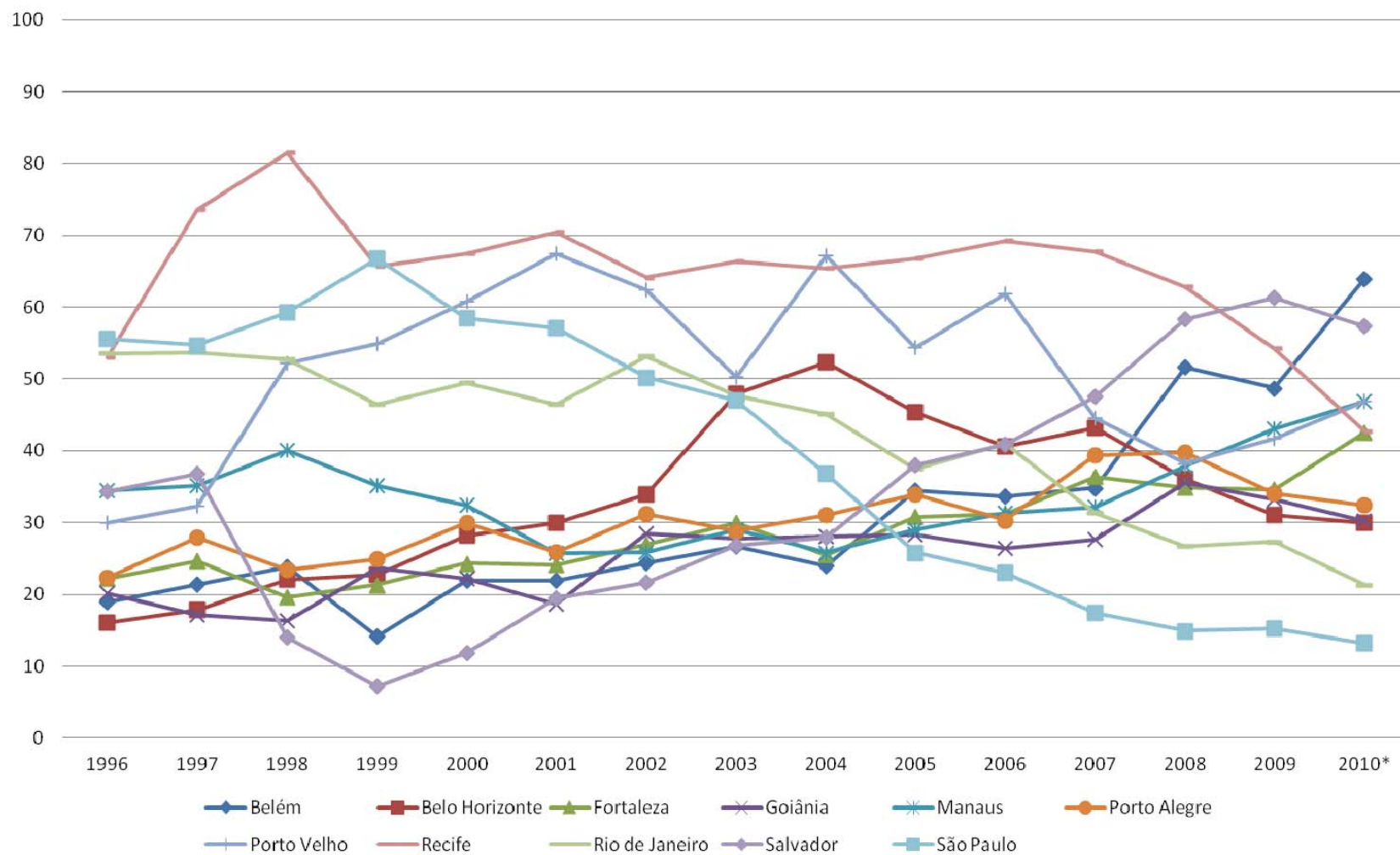
A. VIOLÊNCIA

A.1. Vitimização

Avaliação da evolução da violência

A violência tem sido apontada como um dos principais problemas do país em diferentes pesquisas de opinião, ao longo dos últimos vinte anos. O tema da violência sempre aparece entre os 5 principais problemas, junto à saúde, educação, desemprego, corrupção etc. No entanto, a posição que o tema violência ocupa nesses rankings de problemas nacionais tem variado ao longo dos anos. Na última década, o país testemunhou uma reversão na tendência de crescimento das taxas de homicídios, sobretudo em alguns dos estados mais populosos como São Paulo. Contudo, a observação mais atenta dos dados mostra que esta queda varia em intensidade, ou seja, não há um padrão de queda generalizado. O que há é uma queda significativa em alguns estados e cidades, permanecendo a média nacional praticamente estável. Isto pode ser observado no gráfico abaixo referente às taxas de homicídios (mortes por agressão), nas capitais pesquisadas no período entre 1996 e 2010.

Gráfico 1: Taxas de homicídio por armas de fogo por 100 mil habitantes em 11 capitais: 1999-2008



Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM)

* Dados de 2008 são preliminares.

** Taxa média a cada 100.000 habitantes

As taxas de mortes por agressão variam bastante entre as 11 capitais estudadas. Em algumas capitais, as taxas crescem até meados da década e a queda, para a maioria delas, ocorre apenas recentemente. Em cinco destas capitais (Manaus, Belém, Salvador, Fortaleza e Porto Velho) ocorre o oposto - as taxas começam a crescer ao final da década de 2000.

Tabela 1: Taxa de óbitos por agressão por 100.000 habitantes X Capitais, 1996 - 2010

Capitais	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	Média das Taxas	Variação
Belém	18,9	21,4	23,8	14,2	21,9	21,9	24,4	26,7	23,9	34,4	33,7	34,8	51,6	48,7	63,9	30,9	238%
Belo Horizonte	16,1	17,8	22,0	22,7	28,2	30,0	33,9	48,0	52,3	45,3	40,6	43,2	36,1	31,1	29,9	33,1	86%
Fortaleza	22,2	24,7	19,6	21,3	24,3	24,1	27,0	29,9	25,4	30,8	31,2	36,4	34,9	34,6	42,5	28,6	91%
Goiânia	20,1	17,1	16,3	23,7	22,2	18,6	28,4	27,8	28,1	28,3	26,4	27,7	35,6	33,2	30,2	25,6	50%
Manaus	34,4	35,1	40,0	35,2	32,4	25,7	25,9	29,0	25,8	29,0	31,3	32,1	37,9	43,0	46,9	33,6	37%
Porto Alegre	22,3	27,9	23,4	24,9	30,0	25,9	31,2	28,8	31,1	33,9	30,3	39,4	39,8	34,0	32,4	30,4	45%
Porto Velho	29,9	32,3	52,2	54,9	60,7	67,5	62,4	50,3	67,2	54,3	61,9	44,6	38,2	41,7	46,9	51,0	57%
Recife	53,0	73,6	81,5	65,7	67,4	70,5	64,1	66,4	65,4	66,8	69,2	67,7	62,8	54,2	42,7	64,7	-19%
Rio de Janeiro	53,6	53,7	52,7	46,5	49,5	46,5	53,1	47,7	45,1	37,4	41,0	31,3	26,7	27,3	21,3	42,2	-60%
Salvador	34,3	36,8	14,0	7,2	11,8	19,5	21,7	26,8	27,9	38,0	40,9	47,6	58,3	61,3	57,3	33,6	67%
São Paulo	55,6	54,7	59,3	66,7	58,5	57,1	50,2	47,0	36,8	25,8	23,0	17,4	14,9	15,3	13,2	39,7	-76%

Fonte: SIM/SVS/MS (elaboração CNM)

* Dados de 2008 são preliminares.

** Taxa média a cada 100.000 habitantes

A queda da taxa dos homicídios pode ter sido um dos motivos que levou à queda no consenso sobre o crescimento da violência. Se, em 1999, era quase unânime (93%) a sensação de que a violência vinha crescendo, em 2010, esta sensação, ainda que predominante (73%), é moderada pelos crescimentos das percepções de que a violência não cresceu (passando de 5,4% para 18,9%) e de que a violência diminuiu (passando de 1,21 para 8,3%). Estas diferenças são estatisticamente significantes.

Tabela 2: Opiniões sobre violência, 2010 e 1999

	2010	1999	Total
A violência vem crescendo	72,84	93,37	78,7
A violência não cresce	18,89	5,42	15,05
A violência diminuiu	8,27	1,21	6,26
Total	100	100	100

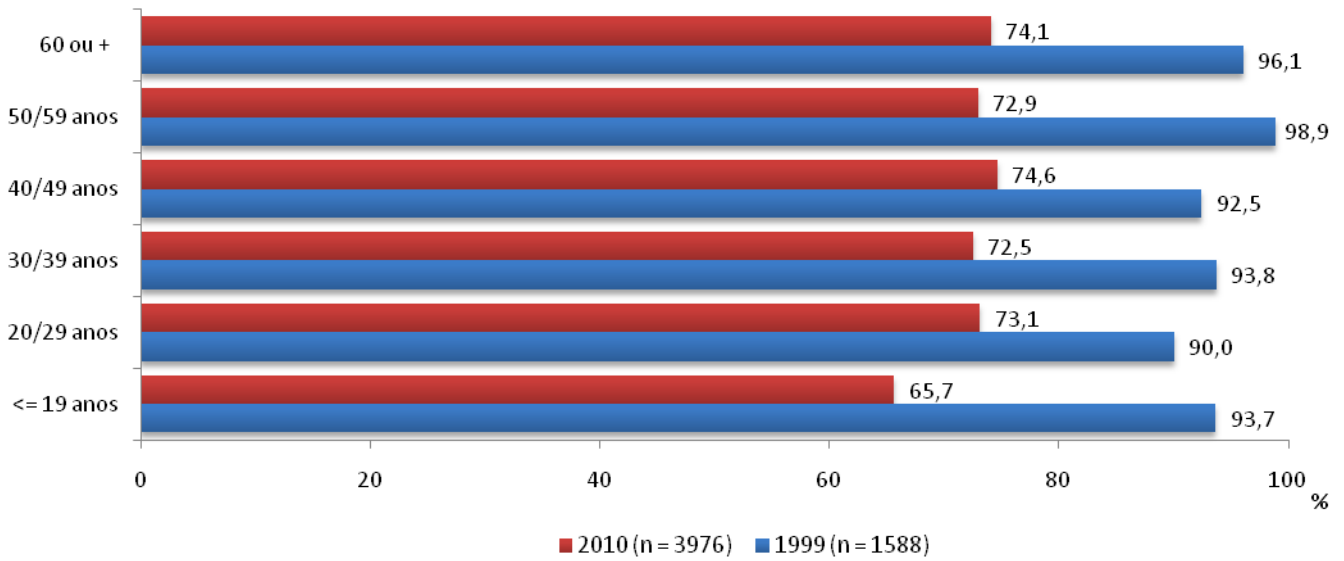
$p < 0,001$

A queda na percepção de crescimento da violência ocorreu em todas as faixas etárias, sendo mais acentuada no grupo mais jovem (abaixo de 19 anos). Entre as capitais estudadas houve maior variabilidade do que entre grupos etários, sugerindo que há padrões locais que afetam esta percepção. Em Salvador, a percepção do crescimento da violência permanece bastante alta e isto talvez esteja relacionado com o crescimento do número de homicídios que, nesta cidade ao longo dos anos 2000, aumentou de 6,3 (1999) para 57,3 (2010) por 100 mil, ainda que não se possa imputar somente a este fenômeno a percepção de crescimento da violência (Gráfico 1).

A percepção de crescimento, estabilidade ou declínio da violência depende de múltiplos fatores. Contudo, duas das cidades pesquisadas onde houve considerável queda de homicídios foram também as que apresentaram maior queda na percepção de crescimento da violência, Recife e São Paulo. Em Recife, as taxas de homicídios caíram de 65,7 (1999) para 42,7 (2010) e em São Paulo de 66,7 (1999) para 13,2 (2010). Em Recife, os que percebiam a violência como crescente era 95% (1999) e caiu para 60,2% (2010) e, em São Paulo, passou de 95,2% (1999) para 69% (2010).

Salvador, Goiânia, Porto Alegre, e Belém são as cidades que apresentam as menores quedas na percepção de crescimento da violência entre 1999 e 2010 e são também aquelas onde mais também cresceu a taxa de mortes por homicídios ao longo do período. Em Porto Alegre, esta taxa começa a cair apenas a partir de 2009 (Gráfico 1).

Gráfico 2. Percentual de pessoas, por faixa etária, que acham que a violência vem crescendo ultimamente, 1999-2010

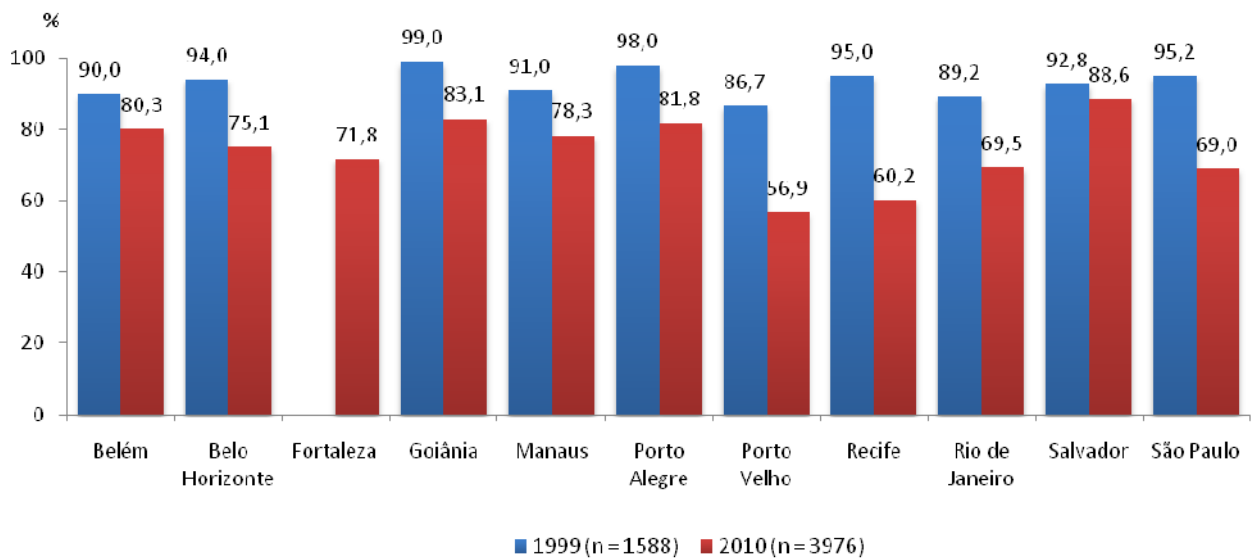


P09) As pessoas têm diferentes opiniões sobre a violência.

O que o(a) sr(a), pessoalmente, acha que vem acontecendo ultimamente:

- 1() A violência vem crescendo,
- 2() A violência não cresceu, é sempre a mesma, ou
- 3() A violência diminuiu?
- 4() Não sabe/ Não opinou

Gráfico 3. Percentual de pessoas, por capital, que acham que a violência vem crescendo ultimamente, 1999-2010



P09) As pessoas têm diferentes opiniões sobre a violência.

O que o(a) sr(a), pessoalmente, acha que vem acontecendo ultimamente:

- 1() A violência vem crescendo,
- 2() A violência não cresceu, é sempre a mesma, ou
- 3() A violência diminuiu?
- 4() Não sabe/ Não opinou

Exposição à violência alguma vez na vida e no bairro

Examinar qual é o contato que os entrevistados têm, direta e indiretamente, com a violência, pode ajudar a entender o padrão na percepção da violência. Qual a experiência que os entrevistados relatam ao serem perguntados sobre serem vítimas de violência desde que mudaram para aquele bairro/comunidade? E nos últimos 12 meses?² As respostas a estas questões foram buscadas por meio de perguntas sobre violência que os entrevistados ou seus parentes próximos sofreram no bairro ou na escola, quando aplicável, tanto ao longo da vida como nos últimos 12 meses (violência direta), e sobre a violência que assistiram ou ouviram falar nos últimos três meses (exposição indireta).

No conjunto das capitais, agressão verbal, receber oferta de drogas e ser vítima de roubo mediante emprego de arma foram os eventos mais mencionados como tendo ocorrido ao longo do tempo em que moram naquele bairro. O roubo com uso de arma de fogo foi mais mencionado em Belém, Rio de Janeiro, Porto Velho, Porto Alegre e Recife. O contato com a violência grave, como ter sido ferido por arma de fogo e ter um parente próximo assassinado ou ferido ao longo da vida no bairro, também é relativamente alto, mas esses números apresentam variações entre as cidades. Recife, Porto Velho e Fortaleza se destacam pela frequência das respostas que mencionam parentes próximos assassinados (1 em cada 5 entrevistados) e parentes feridos por armas de fogo/faca. Goiânia, Salvador, Porto Velho e Belém destacam-se pela frequência de entrevistados que responderam já terem sido feridos por armas de fogo, em algum momento da vida no bairro.

² Estas perguntas foram apresentadas nesta seqüência para procurar reduzir erros que podem ocorrer quando se pede que as pessoas respondam sobre eventos ao longo de um período determinado. Quando se trata de eventos muito marcantes as pessoas podem se enganar quanto ao tempo transcorrido entre o evento e a entrevista e relatando eventos anteriores ao período solicitado.

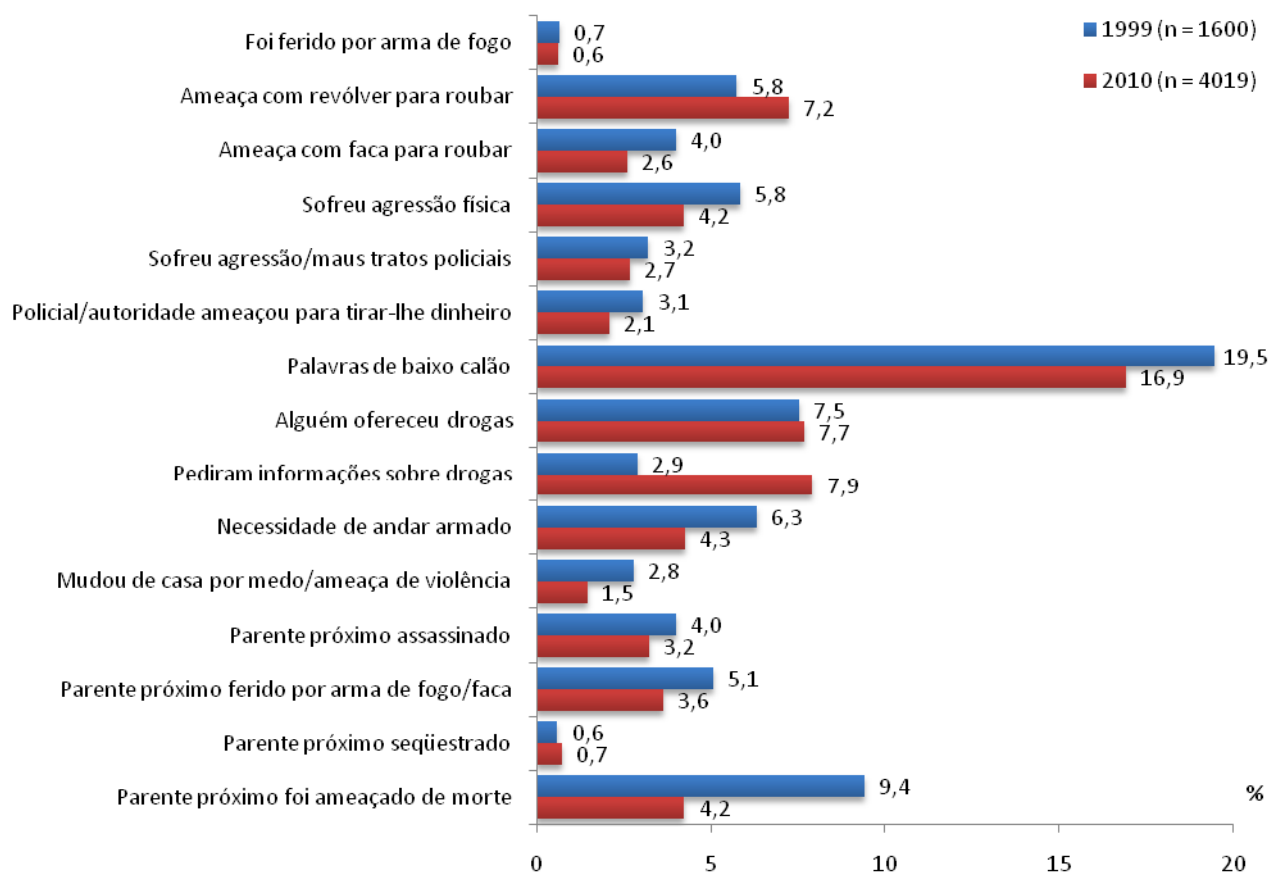
Tabela 3: Experiência de vitimização no bairro X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	18,2	23,7	25,1	22,6	16,0	13,3	12,8	20,7	12,0	11,3	16,8	14,8
Algum parente próximo foi seqüestrado	3,0	1,5	1,5	1,3	2,7	3,9	3,5	3,0	1,7	3,1	3,0	2,8
Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	20,7	20,2	32,5	25,9	19,9	13,0	15,8	19,7	11,6	11,2	14,3	15,4
Algum parente próximo foi assassinado	21,2	15,8	18,7	20,3	14,3	12,1	15,8	24,1	11,0	11,5	12,3	13,8
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	5,4	4,9	4,9	6,0	4,0	7,3	5,9	5,4	6,0	3,6	6,9	5,2
O(a) sentiu necessidade de andar armado	12,8	18,2	22,7	16,3	12,3	9,9	12,3	9,4	7,0	8,6	12,8	11,0
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	26,6	18,7	18,7	13,3	18,3	21,9	15,3	17,7	14,0	14,7	17,7	17,1
Alguém lhe ofereceu drogas	31,5	30,1	24,6	23,9	23,3	28,9	26,1	18,7	17,9	19,6	27,6	23,3
Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão	49,3	44,3	59,1	44,5	44,2	43,9	45,8	42,9	32,6	37,4	45,8	41,6
Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	7,9	7,4	7,4	5,7	4,0	13,7	7,9	3,5	5,0	3,7	3,9	6,5
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	6,9	7,9	9,4	9,3	9,3	7,9	16,3	5,9	8,3	5,8	8,9	7,7
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	25,1	16,8	28,1	23,3	20,3	15,1	21,2	20,2	13,6	14,2	15,8	16,9
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	11,3	8,4	19,7	11,6	11,0	8,6	12,3	4,4	10,0	6,6	8,4	8,8
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	26,1	19,2	31,5	21,6	17,9	26,4	19,7	22,2	19,3	20,8	24,6	22,3
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	3,5	0,5	3,5	1,3	3,3	1,9	4,4	1,0	4,3	1,8	3,0	2,3

Exposição direta à violência nos últimos 12 meses

Ao responderem se foram ou não vítimas de violência grave (ou se algum parente próximo o foi) ao longo dos últimos 12 meses, observa-se que houve, em geral, uma queda em relação à 1999, tanto na vitimização pessoal como na vitimização de parentes próximos, exceto no que se refere a roubo com uso de arma de fogo e a eventos relacionados com o uso de drogas (receber oferta de drogas ou ser abordado para fornecer informações sobre drogas). Esses dados, no entanto, são para o conjunto das 11 capitais e, quando desagregados, várias diferenças surgem.

Gráfico 4 Percentual de pessoas, por capital, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

Esta lista de ocorrências pode ser reorganizada agrupando-se os tipos de violência sofrida: “ameaças” (que provocaram medo e causaram a mudanças de residência, ou ameaça à integridade física de parente próximo); “roubos e furtos” onde se agregam as ameaças e os roubos à mão armada (arma de fogo ou arma branca); “agressões” reunindo aquelas que causaram ferimentos na pessoa e em parentes próximos; “agressões por policiais e autoridades” agregando ameaça de agressão e agressão e extorsão por agentes públicos e “contatos com drogas” reunindo aquelas situações em que alguém pediu informações sobre onde comprar drogas e/ou ofereceram drogas para o entrevistado. No período estudado, caiu o número de respostas que indicaram vitimização por: ameaças;

agressões com ferimentos; agressões e extorsões por policiais; e a violência grave contra parentes próximos. Os roubos com uso de armas permaneceram estáveis em decorrência do crescimento dos roubos com arma *de fogo*. Cresceu também a exposição às drogas.

Tabela 4: Principais formas de vitimização, 2010 e 1999

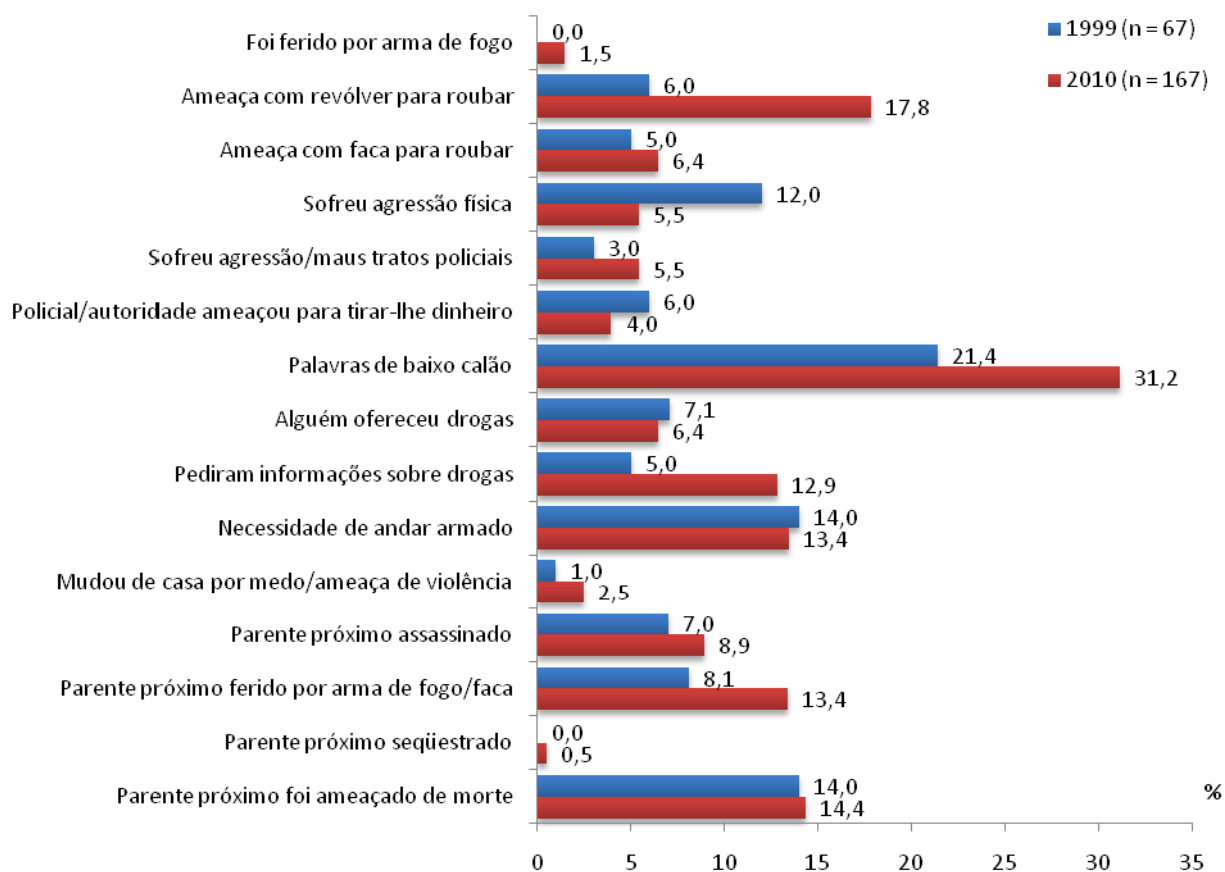
	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	1,5	2,8
Parente próximo foi ameaçado de morte	4,2	9,4
Roubo		
Ameaçou com faca para roubar	2,6	4,0
Ameaça com revólver para roubar	7,2	5,8
Agressões		
Sofreu agressão física	4,2	5,8
Foi ferido por arma de fogo	0,63	0,65
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	2,1	3,1
Sofreu agressão/maus tratos policiais	2,7	3,2
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	0,7	0,6
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	3,6	5,1
Parente próximo assassinado	3,2	4,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	7,9	2,9
Alguém ofereceu drogas	7,7	7,5

No entanto, como veremos a seguir, há grande variação entre as capitais pesquisadas.

► **Belém**

Em Belém, ao contrário do observado na média do país, cresceram vários tipos de vitimização. Apenas os relatos de agressões físicas, que podem ou não resultar em ferimentos, caíram no período. O maior aumento ocorreu nos relatos de roubos com uso de arma, na agressão física contra parentes próximos mediante o uso de arma de fogo/faca, em ferimentos ao entrevistado por arma de fogo e nas agressões verbais - esta com a mais alta frequência registrada nas 11 capitais estudadas. Não surpreende então que, em Belém, a percepção de que a “violência vem crescendo”, não tenha sofrido uma queda expressiva, mantendo-se superior à média do país, com 80,3%, quarta posição entre as taxas mais altas.

Gráfico 5. Percentual de pessoas, em Belém, que nos últimos 12 meses foram vítimas de violência em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

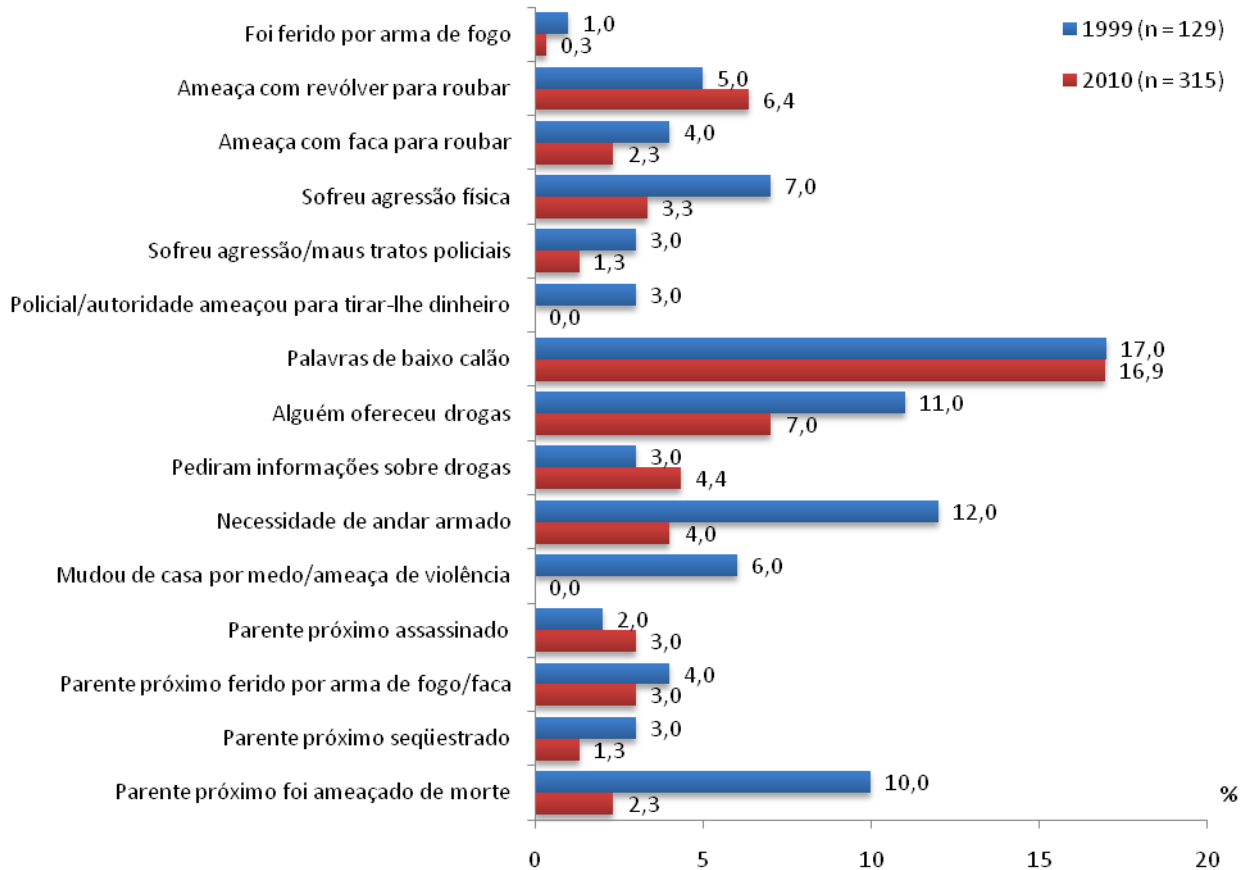
Tabela 5: Principais formas de vitimização em Belém, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	2,5	1,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	14,4	14,0
Roubo		
Ameaçou com faca para roubar	6,4	5,0
Ameaça com revólver para roubar	17,8	6,0
Agressões		
Foi ferido por arma de fogo	1,5	0,0
Sofreu agressão física	5,5	12,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	4,0	6,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	5,5	3,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	0,5	0,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	13,4	8,1
Parente próximo assassinado	8,9	7,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	12,9	5,0
Alguém ofereceu drogas	6,4	7,1

► **Belo Horizonte**

Em Belo Horizonte, caíram todos os tipos de vitimização, com exceção dos roubos com uso de armas de fogo e os relatos de parente próximo assassinado. Apesar do crescimento deste último, a queda na percepção de crescimento da violência foi de quase 20 pontos percentuais (de 94% para 75,1%).

Gráfico 6. Percentual de pessoas, em Belo Horizonte, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

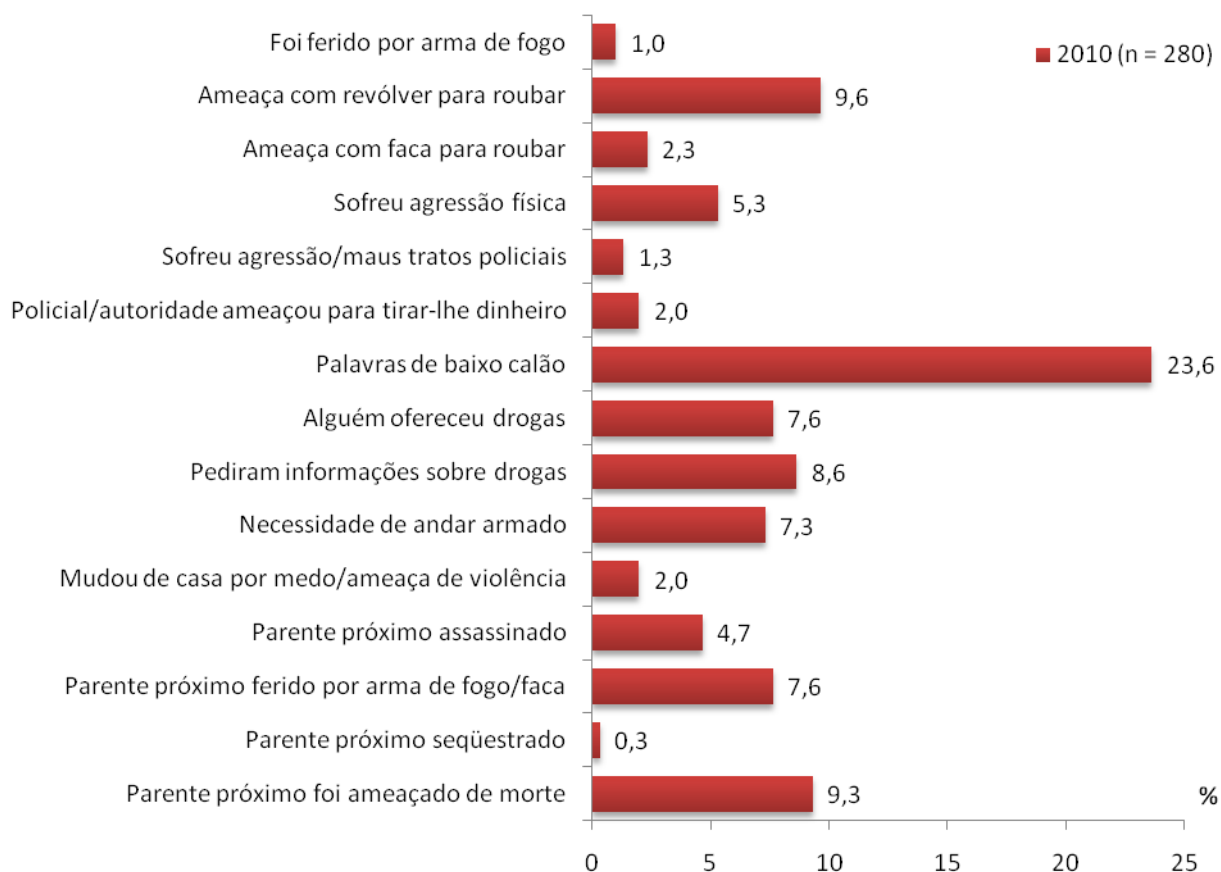
Tabela 6: Principais formas de vitimização em Belo Horizonte, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	0,0	6,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	2,3	10,0
Roubo		
Ameaçou com faca para roubar	2,3	4,0
Ameaça com revólver para roubar	6,4	5,0
Agressões		
Foi ferido por arma de fogo	0,3	1,0
Sofreu agressão física	3,3	7,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	0,0	3,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	1,3	3,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	1,3	3,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	3,0	4,0
Parente próximo assassinado	3,0	2,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	4,4	3,0
Alguém ofereceu drogas	7,0	11,0

► Fortaleza

O perfil de vitimização em Fortaleza não permite comparações com 1999 porque naquele ano a cidade não compôs a amostra. Chama atenção a frequência de roubo com arma de fogo, muito superior à média das 11 capitais, e frequência de agressões verbais – que facilmente podem se agravar e se tornarem agressões físicas, com ou sem uso de armas – e as ameaças de morte, quer aos próprios entrevistados ou a parentes próximos.

Gráfico 7. Percentual de pessoas, em Fortaleza, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

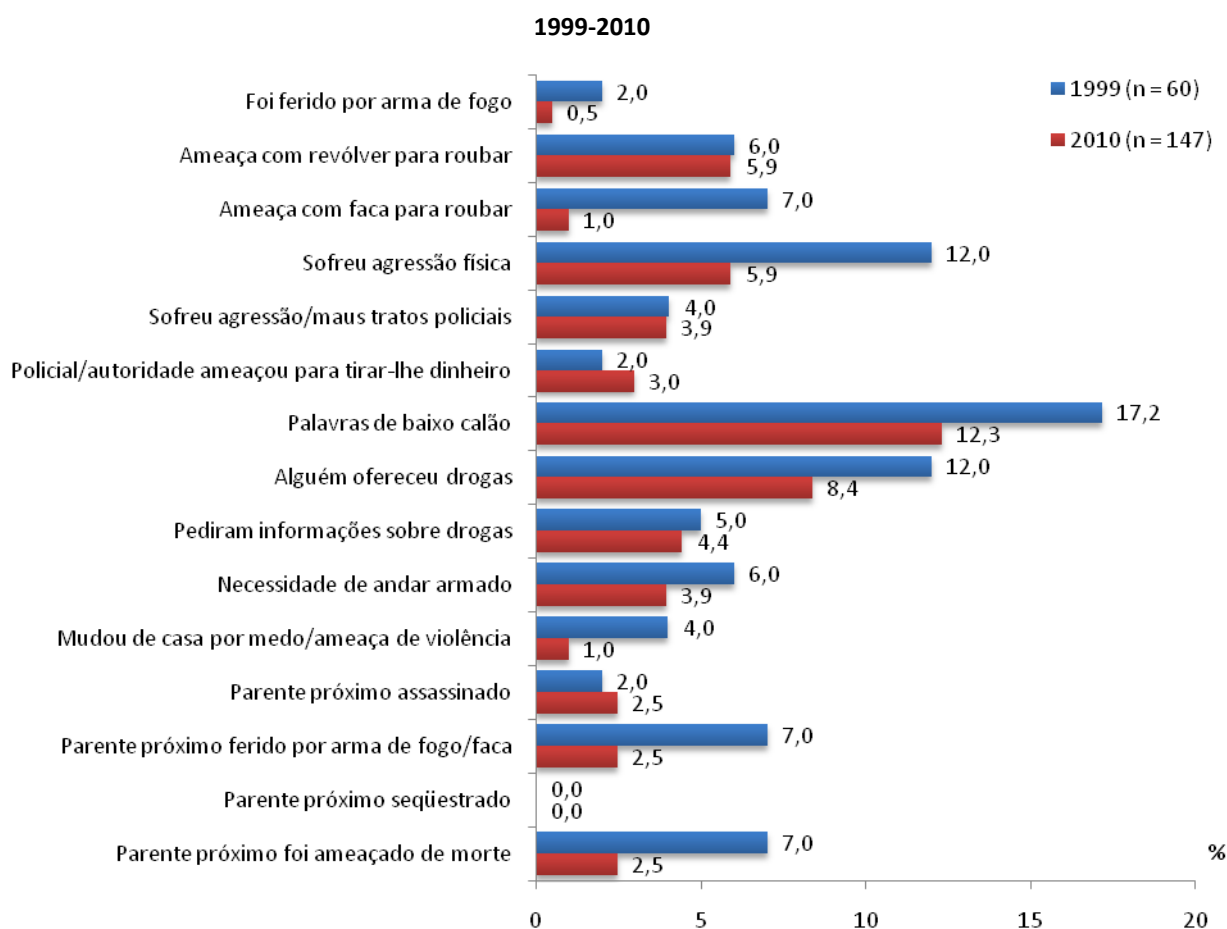
Tabela 7: Principais formas de vitimização em Fortaleza, 2010

	2010
Ameaças	
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	2,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	9,3
Roubo	
Ameaçou com faca para roubar	2,3
Ameaça com revólver para roubar	9,6
Agressões	
Foi ferido por arma de fogo	1,0
Sofreu agressão física	5,3
Agressões/extorsão policial	
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	2,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	1,3
Violência grave-parentes	
Parente próximo seqüestrado	0,3
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	7,6
Parente próximo assassinado	4,7
Drogas	
Pediram informações sobre drogas	8,6
Alguém ofereceu drogas	7,6

► **Goiânia**

Em Goiânia, houve queda em quase todos os tipos de vitimização abordados na pesquisa (inclusive de agressão verbal), com exceção de extorsão por policiais e assassinatos de parentes, sendo que o roubo com arma de fogo sofreu uma pequena queda. Apesar desta queda, a percepção de que a violência vem crescendo continua alta como em 1999, sendo a segunda mais elevada entre as capitais pesquisadas em 2010: 83,1% dos entrevistados percebem a violência como crescente em Goiânia.

Gráfico 8. Percentual de pessoas, em Goiânia, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro,



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

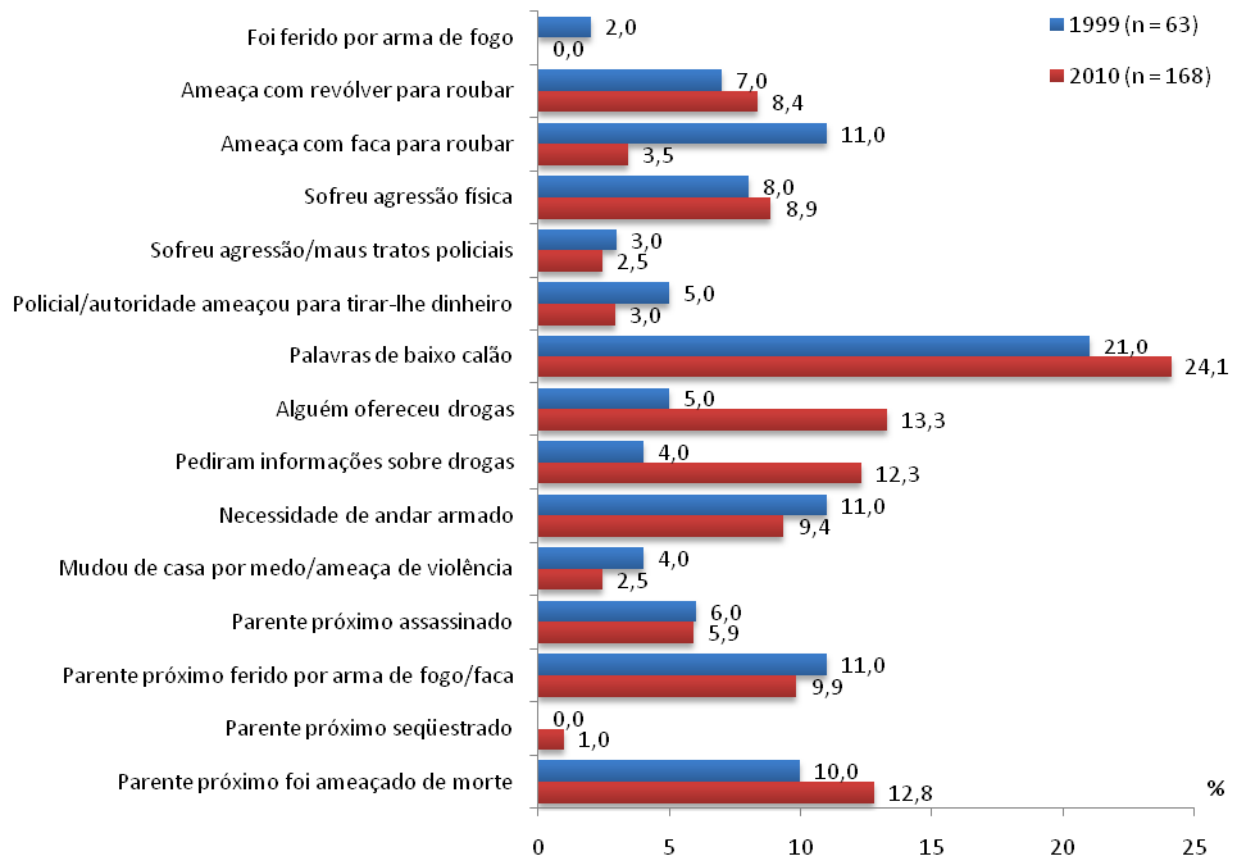
Tabela 8: Principais formas de vitimização em Goiânia, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	1,0	4,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	2,5	7,0
Roubo		
Ameaçou com faca para roubar	1,0	7,0
Ameaça com revólver para roubar	5,9	6,0
Agressões		
Sofreu agressão física	5,9	12,0
Foi ferido por arma de fogo	0,5	2,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	3,0	2,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	3,9	4,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	0,0	0,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	2,5	7,0
Parente próximo assassinado	2,5	2,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	4,4	5,0
Alguém ofereceu drogas	8,4	12,0

► **Manaus**

Em Manaus, a exposição às drogas, mais do que dobrou em relação a 1999. Os outros tipos de vitimização apresentam padrões mais ambíguos: cresceram os roubos com arma de fogo, mas caíram os roubos com o uso de arma branca; cresceram as agressões verbais e as ameaças à integridade física do entrevistado e/ou de um parente próximo, mas caiu a necessidade de mudar de casa por medo da violência ou por ameaça; caiu a frequência de parentes próximos feridos, mas cresceu o seqüestro, sendo que o assassinato de parente próximo permaneceu estável e em alto percentual: 5,9%. Apesar deste padrão ambíguo de vitimização relatada, caiu a percepção de que a violência contínua crescendo: de 91% (1999) para 78,3% (2010).

Gráfico 9. Percentual de pessoas, em Manaus, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

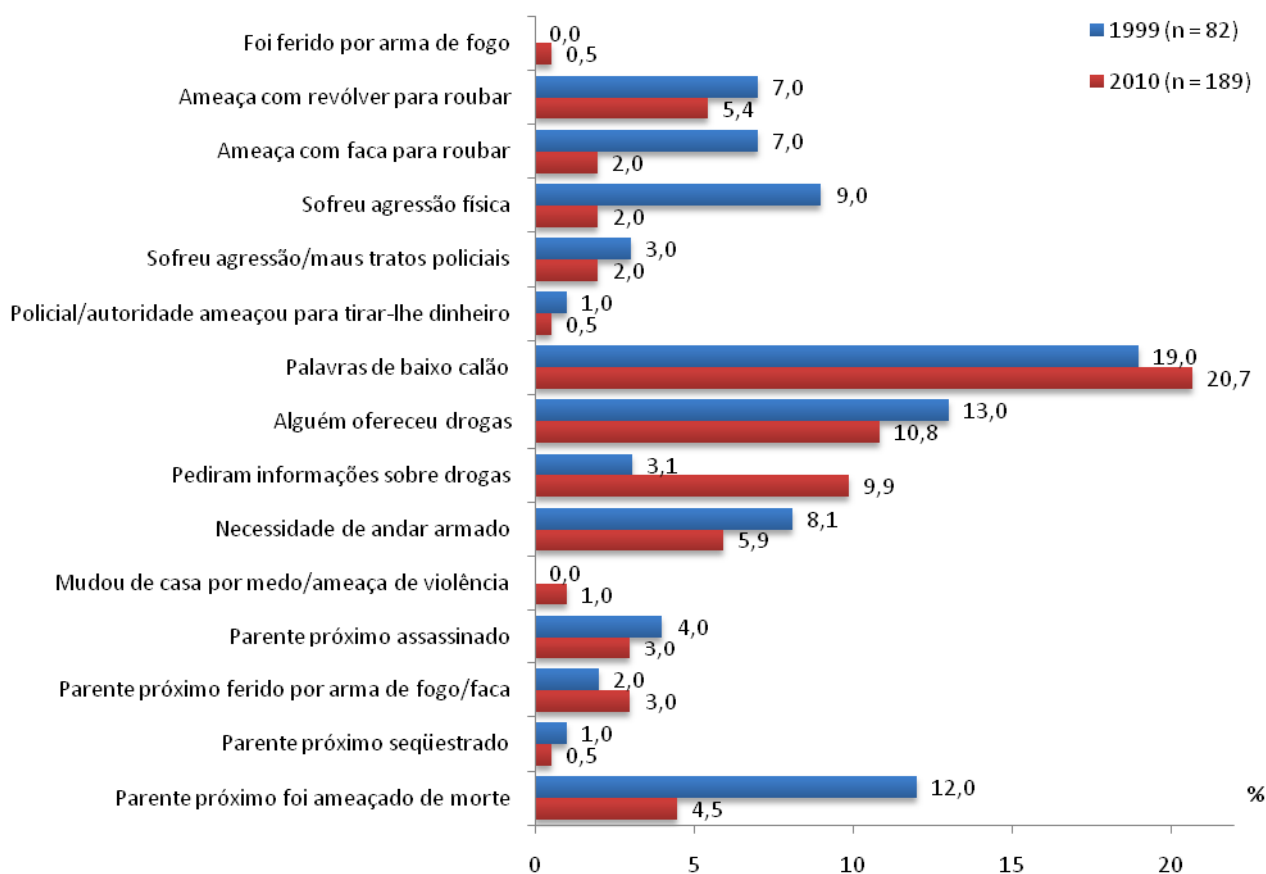
Tabela 9: Principais formas de vitimização em Manaus, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	2,5	4,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	12,8	10,0
Roubos		
Ameaçou com faca para roubar	3,5	11,0
Ameaça com revólver para roubar	8,4	7,0
Agressões		
Sofreu agressão física	8,9	8,0
Foi ferido por arma de fogo	0,0	2,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	3,0	5,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	2,5	3,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	1,0	0,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	9,9	11,0
Parente próximo assassinado	5,9	6,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	12,3	4,0
Alguém ofereceu drogas	13,3	5,0

► **Porto Alegre**

Porto Alegre apresentou uma forte queda em quase todos os tipos de violência abordados, em particular aqueles de maior risco e gravidade, como, por exemplo, o roubo à mão armada, que cresceu na maioria das outras 10 cidades pesquisadas, apresentou queda em Porto Alegre. As exceções foram agressão verbal e exposição às drogas que sofreram ligeiro aumento. Porém, em Porto Alegre a queda na percepção de crescimento da violência não acompanhou esta queda da vitimização. Ao contrário, esta percepção continua existindo e está entre as mais altas observadas na pesquisa. Se, em 1999, 98% dos entrevistados de Porto Alegre percebiam a violência como crescendo, em 2010, esta era a percepção de 81,8% dos entrevistados, a terceira mais elevada entre as capitais pesquisadas.

Gráfico 10. Percentual de pessoas, em Porto Alegre, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

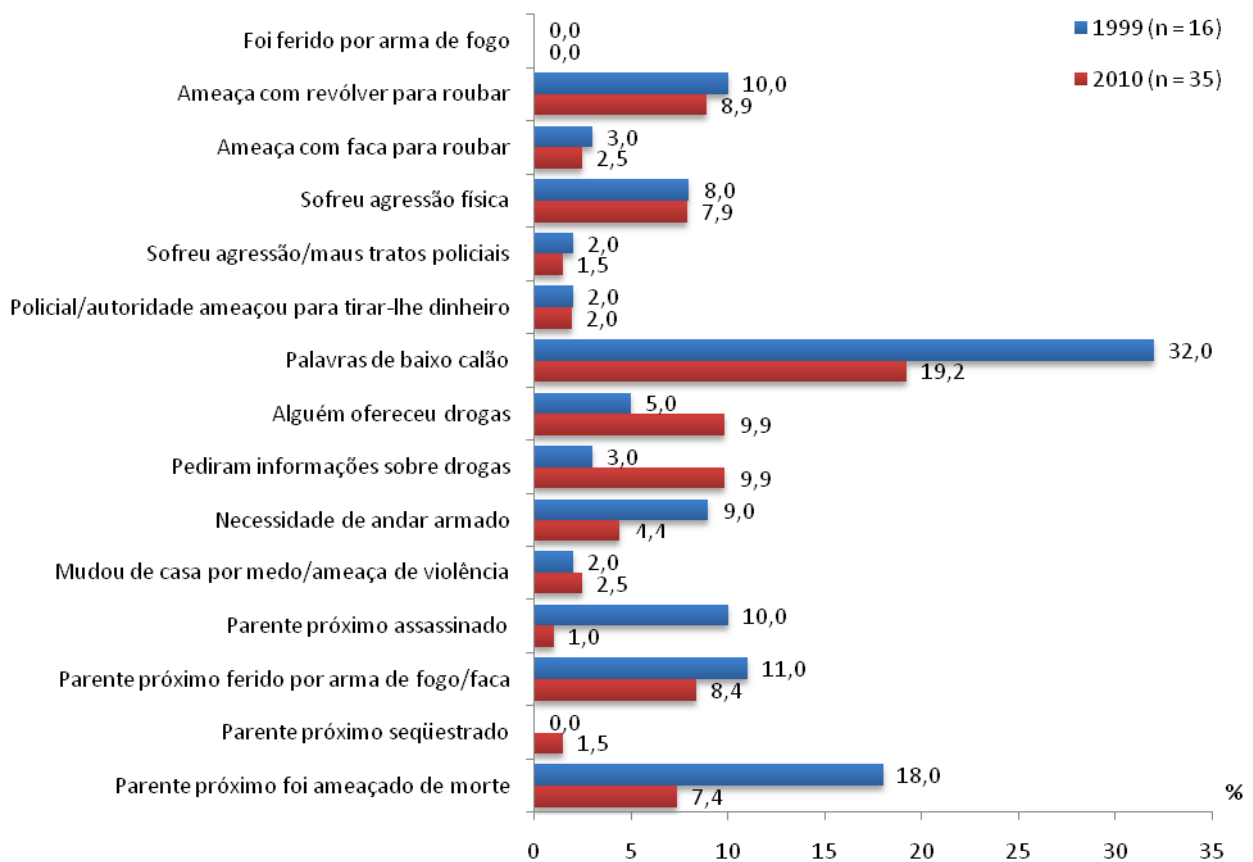
Tabela 10: Principais formas de vitimização em Porto Alegre, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	1,0	0,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	4,5	12,0
Agressões		
Sofreu agressão física	2,0	9,0
Foi ferido por arma de fogo	0,5	0,0
Roubos		
Ameaçou com faca para roubar	2,0	7,0
Ameaça com revólver para roubar	5,4	7,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	0,5	1,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	2,0	3,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	0,5	1,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	3,0	2,0
Parente próximo assassinado	3,0	4,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	9,9	3,1
Alguém ofereceu drogas	10,8	13,0

► **Porto Velho**

Em Porto Velho, entre 1999 e 2010, com exceção da exposição às drogas, caiu a vitimização relatada pelos entrevistados em todos os outros tipos pesquisados. Até mesmo a agressão verbal, um tipo de ocorrência muito frequente em todas as cidades, apresentou queda. As ameaças, de morte ou que levam a pessoa até a mudar de casa, e as agressões muito graves com parentes caíram pela metade. Porto Velho apresentou a menor precepção de crescimento da violência na pesquisa: 56,9% dos entrevistados naquela cidade percebiam a violência crescendo, em 2010, contra 86,7%, em 1999.

Gráfico 11. Percentual de pessoas, em Porto Velho, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

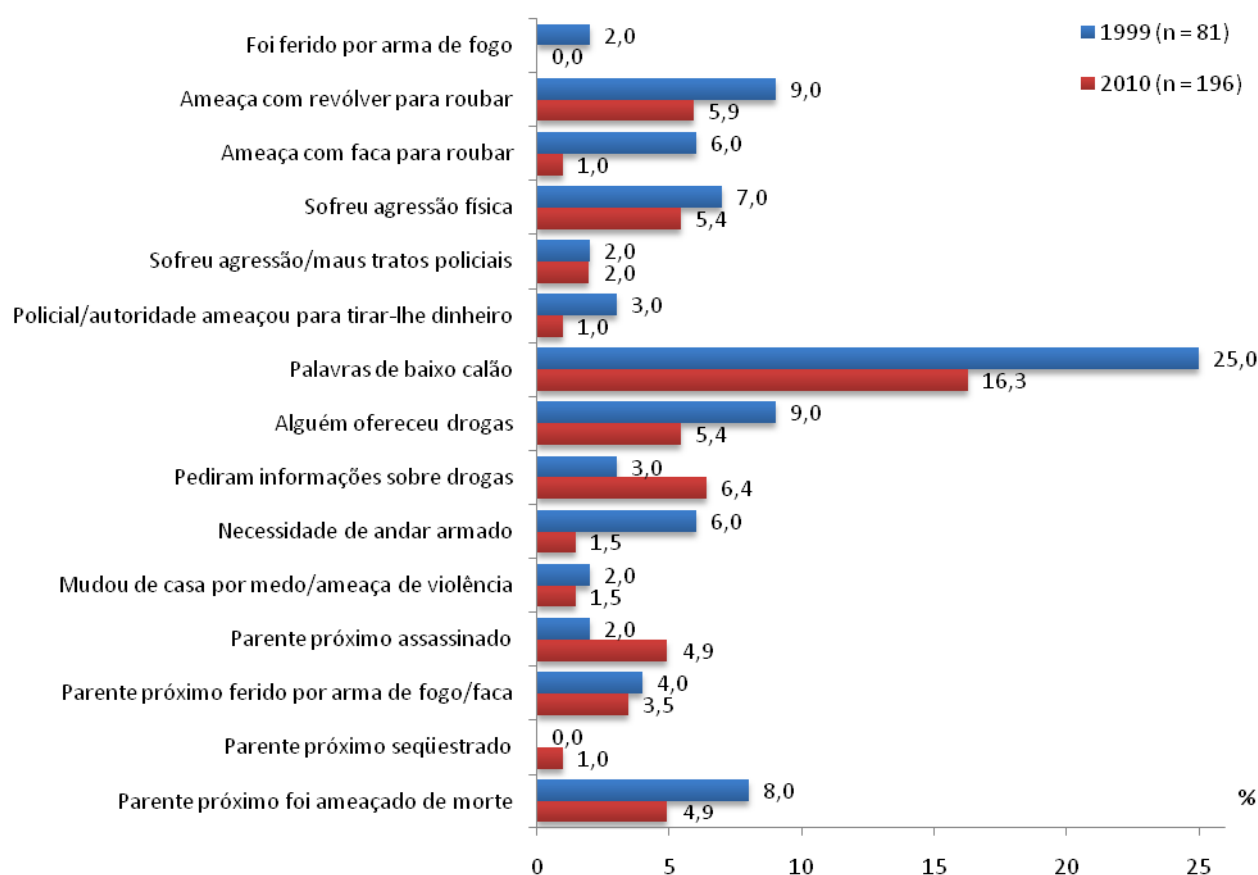
Tabela 11: Principais formas de vitimização em Porto Velho, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	2,5	2,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	7,4	18,0
Agressões		
Sofreu agressão física	7,9	8,0
Foi ferido por arma de fogo	0,0	0,0
Roubos		
Ameaçou com faca para roubar	2,5	3,0
Ameaça com revólver para roubar	8,9	10,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	2,0	2,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	1,5	2,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	1,5	0,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	8,4	11,0
Parente próximo assassinado	1,0	10,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	9,9	3,0
Alguém ofereceu drogas	9,9	5,0

► **Recife**

Em Recife também caiu a frequência de vários tipos de vitimização - ameaças de morte, mudar de casa por medo ou ameaça, agressão verbal, agressão física, ferimentos por armas de fogo, roubo com arma branca, agressão e extorsão por policiais. Este padrão de queda é rompido pelo forte aumento de violência muito grave. A frequência de parente assassinado, por exemplo, mais que dobrou a no período: 4,9% dos entrevistados responderam que perderam um parente próximo, assassinado nos 12 meses que antecederam a coleta de dados. Apesar disso, Recife apresentou uma das menores frequências de percepção que a violência vem crescendo: 60,2%, uma melhora substancial em relação a 1999, quando 95% dos entrevistados diziam o mesmo.

Gráfico 12. Percentual de pessoas, em Recife, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

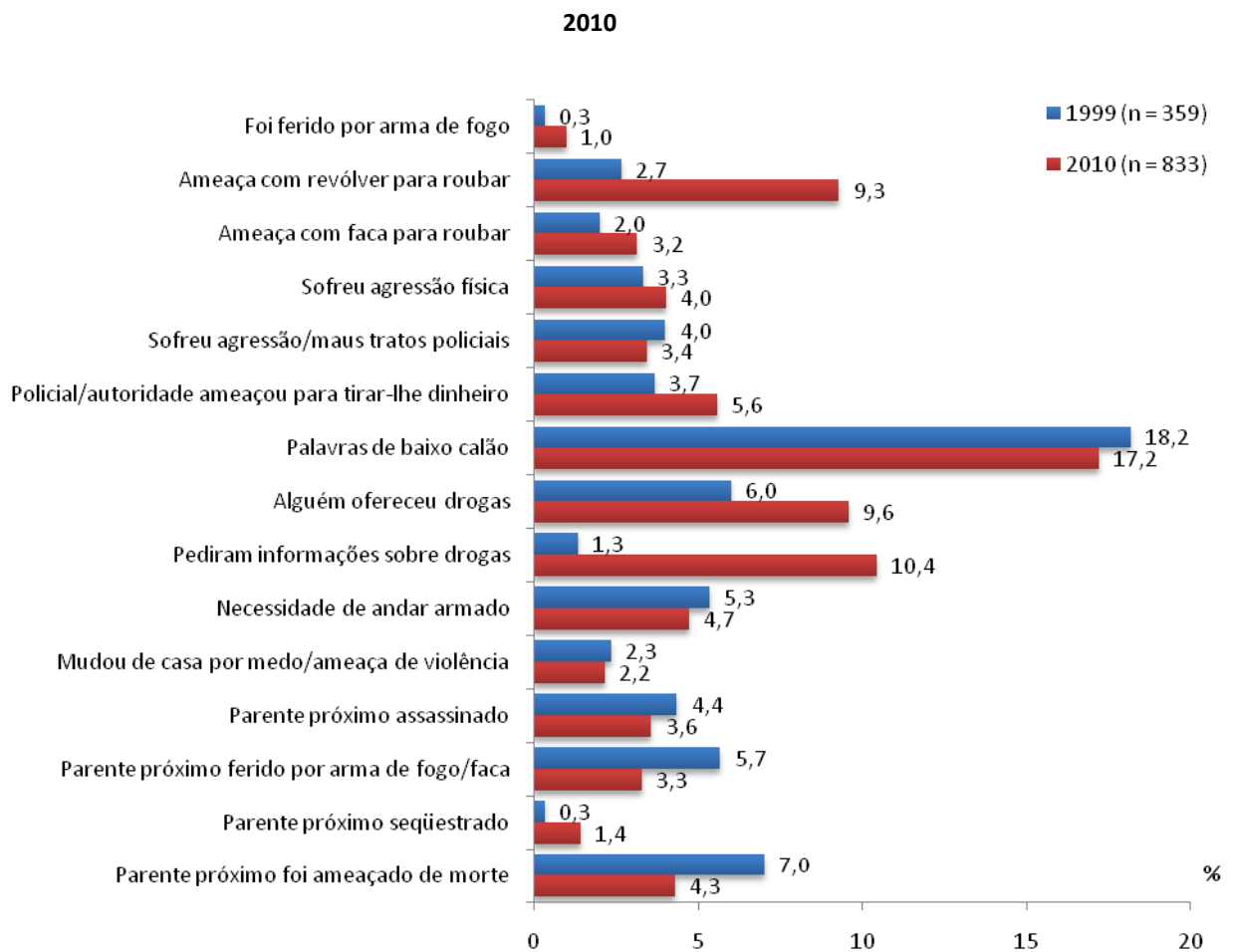
Tabela 12: Principais formas de vitimização em Recife, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	1,5	2,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	4,9	8,0
Agressões		
Sofreu agressão física	5,4	7,0
Foi ferido por arma de fogo	0,0	2,0
Roubos		
Ameaçou com faca para roubar	1,0	6,0
Ameaça com revólver para roubar	5,9	9,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	1,0	3,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	2,0	2,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	1,0	0,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	3,5	4,0
Parente próximo assassinado	4,9	2,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	6,4	3,0
Alguém ofereceu drogas	5,4	9,0

► **Rio de Janeiro**

No Rio de Janeiro caíram vários tipos de vitimização grave: assassinato de parente próximo, parente próximo ferido por arma de fogo/branca, ameaças de morte contra o entrevistado ou a parente próximo, ameaças que levaram o entrevistado a mudar de casa e agressões por policiais. Porém, cresceram também outras vitimizações: os relatos de roubo com arma de fogo triplicaram, o mesmo ocorreu com parente seqüestrado e com os casos de exposição às drogas. Cresceu ainda a extorsão por policiais e as agressões físicas por não policiais. A percepção que a violência vem crescendo caiu de 89,2% (1999) para 69,5% (2010).

Gráfico 13. Percentual de pessoas, no Rio de Janeiro, que nos últimos 12 meses foram vítima em seu bairro, 1999-



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

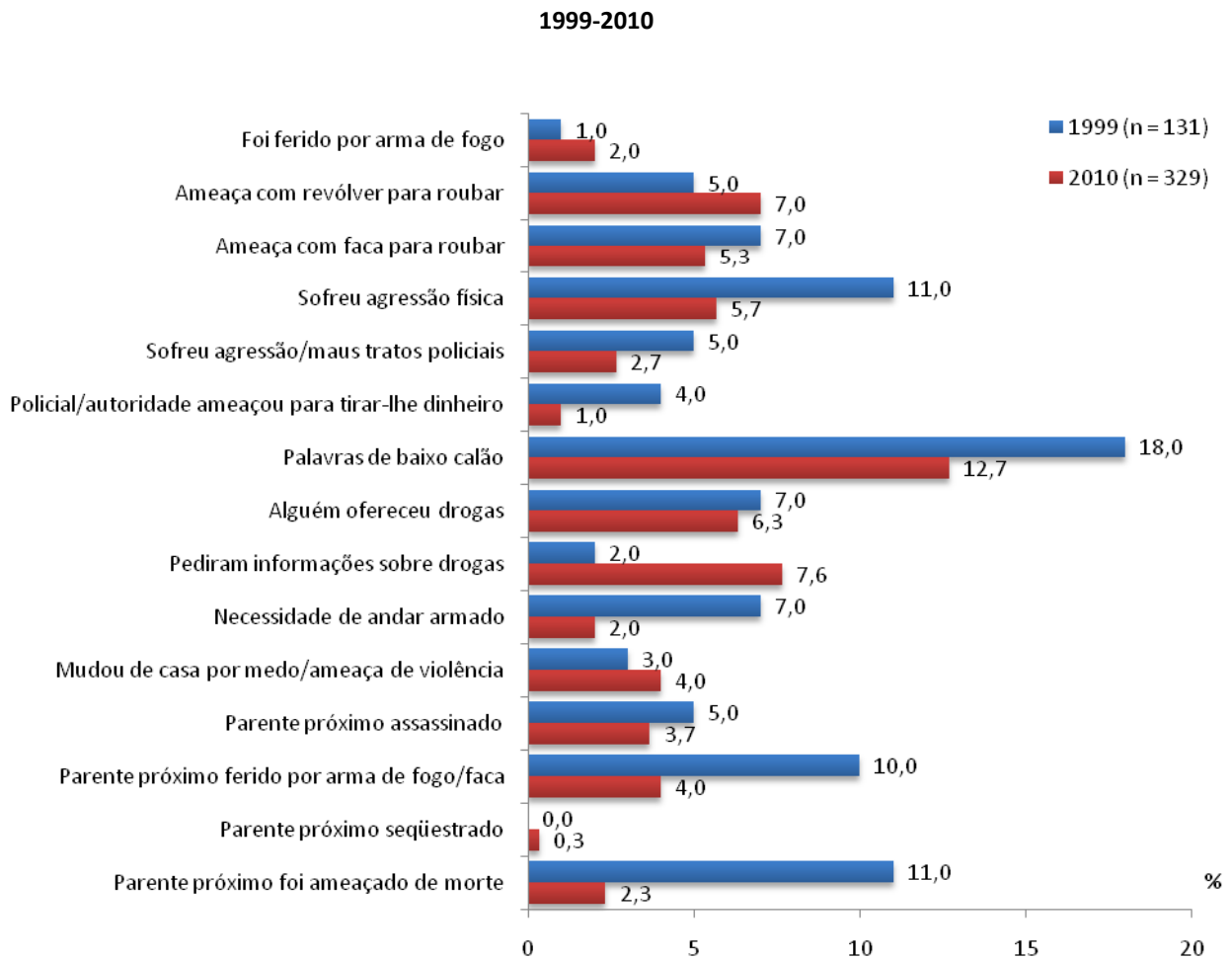
Tabela 13: Principais formas de vitimização no Rio de Janeiro, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	2,2	2,3
Parente próximo foi ameaçado de morte	4,3	7,0
Agressões		
Sofreu agressão física	4,0	3,3
Foi ferido por arma de fogo	1,0	0,3
Roubos		
Ameaçou com faca para roubar	3,2	2,0
Ameaça com revólver para roubar	9,3	2,7
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	5,6	3,7
Sofreu agressão/maus tratos policiais	3,4	4,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	1,4	0,3
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	3,3	5,7
Parente próximo assassinado	3,6	4,4
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	10,4	1,3
Alguém ofereceu drogas	9,6	6,0

► **Salvador**

Salvador apresentou forte queda em vários os tipos de vitimização grave: parente próximo assassinado ou ferido, ameaças a integridade física, agressões e extorsão por policiais, e agressões físicas e verbais. Cresceram, entretanto, os casos de ferimento por arma de fogo, de roubo com arma de fogo, mudar de casa por medo de ameaça e as menções a situações de abordagem por pessoas que procuravam onde comprar drogas. Semelhante à Goiânia, a percepção de que a violência vem crescendo não caiu tanto quanto em outras cidades: de 92,8% (1999) foi para 88,6% (2010), sendo este percentual o mais alto observado nas capitais pesquisadas.

Gráfico 14. Percentual de pessoas, em Salvador, que nos últimos 12 meses foram vítima em seu bairro,



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

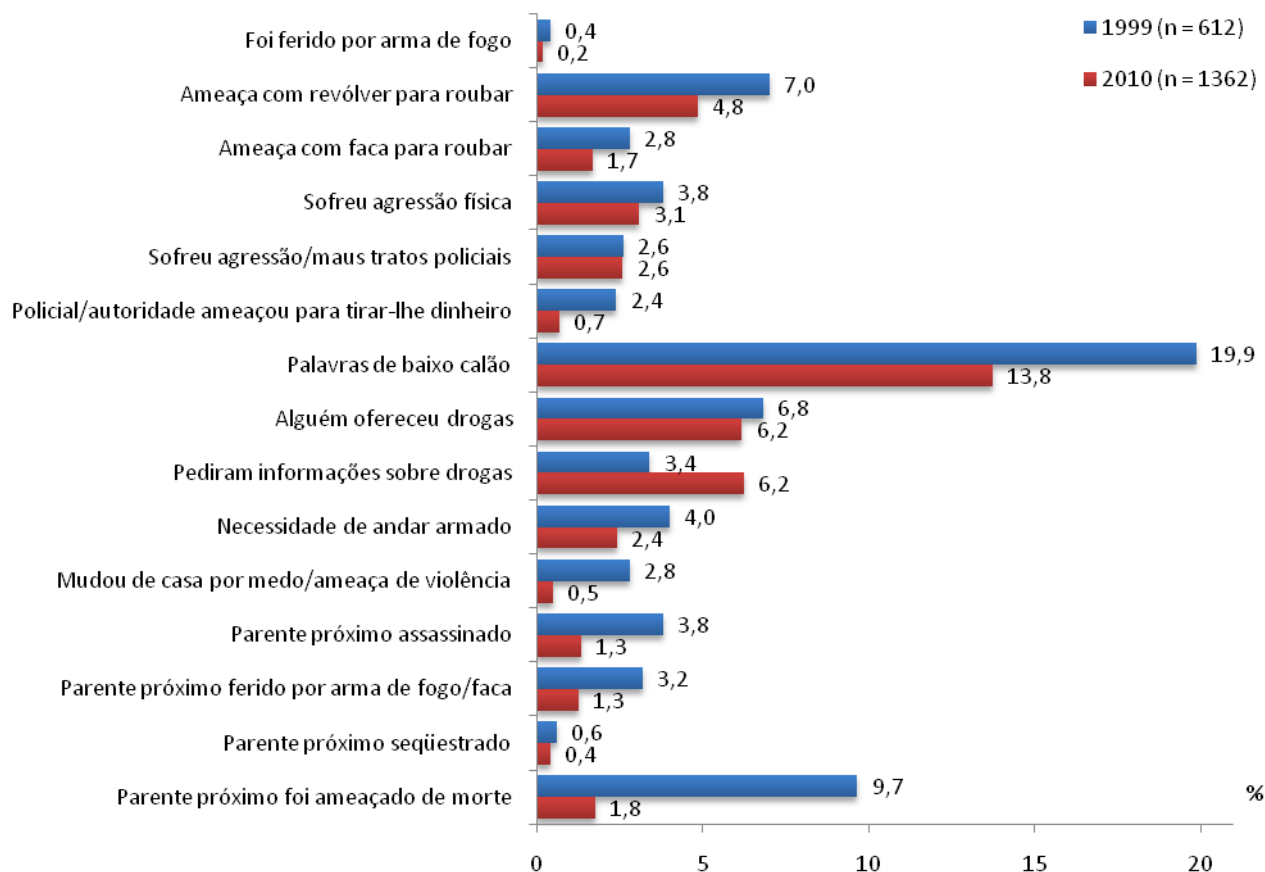
Tabela 14: Principais formas de vitimização em Salvador, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	4,0	3,0
Parente próximo foi ameaçado de morte	2,3	11,0
Agressões		
Sofreu agressão física	5,7	11,0
Foi ferido por arma de fogo	2,0	1,0
Roubos		
Ameaçou com faca para roubar	5,3	7,0
Ameaça com revólver para roubar	7,0	5,0
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	1,0	4,0
Sofreu agressão/maus tratos policiais	2,7	5,0
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	0,3	0,0
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	4,0	10,0
Parente próximo assassinado	3,7	5,0
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	7,6	2,0
Alguém ofereceu drogas	6,3	7,0

► **São Paulo**

Em São Paulo caíram todos os tipos de vitimização, exceto informação sobre onde comprar drogas. Os relatos de agressões por policiais permaneceram no mesmo nível de 1999, 2,6%. Caiu a percepção de crescimento da violência: 69% dos entrevistados percebiam a violência como crescente, em 2010, contra 95,2%, em 1999.

Gráfico 15. Percentual de pessoas em São Paulo que nos últimos 12 meses foram vítima em seu bairro, 1999-2010



P35B) Agora, por favor, para responder às perguntas, pense sobre o que aconteceu nos ÚLTIMOS 12 MESES e me diga se nesses meses cada uma destas coisas aconteceram ou não aconteceram com você:

CÓDIGOS: 1() Sim 2() Não 9() NOP

Tabela 15: Principais formas de vitimização em São Paulo, 2010 e 1999

	2010	1999
Ameaças		
Mudou de casa por medo/ameaça de violência	0,5	2,8
Parente próximo foi ameaçado de morte	1,8	9,7
Roubos		
Ameaçou com faca para roubar	1,7	2,8
Ameaça com revólver para roubar	4,8	7,0
Agressões		
Sofreu agressão física	3,1	3,8
Foi ferido por arma de fogo	0,2	0,4
Agressões/extorsão policial		
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	0,7	2,4
Sofreu agressão/maus tratos policiais	2,6	2,6
Violência grave-parentes		
Parente próximo seqüestrado	0,4	0,6
Parente próximo ferido por arma de fogo/faca	1,3	3,2
Parente próximo assassinado	1,3	3,8
Drogas		
Pediram informações sobre drogas	6,2	3,4
Alguém ofereceu drogas	6,2	6,8

Resumo

Observou-se, em relação a 1999, um crescimento da exposição às drogas em 7 das capitais pesquisadas. As menções a contatos com drogas caíram apenas em três capitais: Recife, Goiânia e Belo Horizonte. Em Belém houve forte crescimento na vitimização grave. Nesta cidade também cresceram o roubo com arma de fogo, a exposição às drogas (pedir informações sobre onde obter e oferecer drogas para comprar), o número de casos de parente próximo assassinado ou sequestrado, agressão por policiais e de ameaças à integridade física. O roubo com arma de fogo cresceu também no Rio de Janeiro, em Manaus, Salvador e Belo Horizonte e apresentou alta frequência em Fortaleza (comparativamente às outras cidades). Manaus se destaca ainda pelo crescimento de ameaças, de casos de parente próximo seqüestrado e exposição às drogas. No Rio de Janeiro também aumentaram as menções a situações de extorsão por policiais, exposição às drogas e casos de parente sequestrado.

Os indicadores de melhora no perfil da vitimização são expressos pelas seguintes quedas: (1) de menções a parente próximo assassinado em Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo; (2) das ameaças à integridade física, queda esta que ocorreu na maioria das cidades pesquisadas (oito): Belo Horizonte, Goiânia, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo; (3) nas menções a ferimentos por arma de fogo, que caíram em: Belo Horizonte, Manaus, Porto Velho, Goiânia, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo; (4) nos roubos com arma de fogo em: Porto Alegre, Recife, São Paulo e Porto Velho; e (5) nas menções a agressões/extorsão por policiais ou autoridades em: Belo Horizonte, Manaus, Porto Velho, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo.

Exposição à violência direta por idade

No que se refere ao perfil etário, a primeira grande diferença no padrão de vitimização direta é que enquanto em 1999 os jovens com menos de 19 anos relatavam muito mais vitimizados que os outros grupos etários, em 2010 a distribuição da vitimização está mais uniforme entre os diferentes grupos etários. A exceção a este padrão é observada em quatro categorias de vitimização: ter recebido oferta de drogas, pedido de informações sobre drogas e ter sofrido agressão e extorsão por policiais e outras autoridades. É importante realçar a queda, entre os jovens, do número de menções a situações tais como: sentir necessidade de mudar de casa por medo da violência e de andar armado. A primeira situação reitera a queda na vitimização direta e a segunda indica a possível redução de situações de risco.

Exposição à violência alguma vez na vida e no bairro: Prevalência

Em 1999, a vitimização foi medida em relação ao período de 12 meses que antecedeu a entrevista. Em 2010, foi feita também uma pergunta sobre a experiência dos entrevistados ao longo do período em que residem em seus bairros, e em seguida sobre os fatos ocorridos nos últimos 12 meses. Ainda que não se possa comparar os dados de 2010 com 1999, os padrões de respostas revelam importantes diferenças.

As respostas às questões sobre vitimização direta ocorridas em algum momento durante a vida, segundo a idade do entrevistado, apresentam algumas diferenças, em particular no que se refere ao contato com drogas ao longo da vida no bairro: os mais jovens tem o maior número de respostas positivas em relação a exposição às drogas, seja alguém lhe oferecendo, seja lhe pedindo informações sobre onde comprar. A frequência cai sistematicamente à medida que cresce a idade do entrevistado. O mesmo ocorre com a exposição à palavras de baixo calão, que apesar de ser a situação mais freqüente em todas as idades, os mais jovens relatam maior exposição. Isso sugere que a exposição a essas situações está crescendo entre os mais jovens. Já o oposto ocorreu com a ameaça de roubo com uso de revólver: em média, um em cada cinco entrevistados relatou já ter sido vítima de roubo realizado com emprego de arma, padrão que se mantém para todas as faixas etárias, exceto para aqueles abaixo de 20 anos. Isto se explica pela própria diferença etária, pois, em contextos com crescentes taxas de crimes violentos, quanto maior a idade da pessoa maior a probabilidade de que ela tenha sido vítima de alguma violência.

Agrupando-se as respostas segundo as categorias anteriormente descritas (ameaças, roubos, agressões, agressões por policiais ou autoridades, agressões graves a parentes próximos e exposição às drogas), observa-se que uma pessoa em cada sete, em algum momento da vida, teve algum parente próximo ameaçado de morte. Nos roubos, a frequência de casos que envolvem ameaça com revólver é quase três vezes maior que os casos de ameaça com faca. As agressões por policiais mostram-se mais frequentes entre os jovens, sugerindo que este tipo de situação é um fenômeno mais recente que os outros. Mudar de casa por medo da violência foi mais frequentemente mencionado pelos mais jovens, o que pode estar refletindo os padrões de violência que predominaram ao longo dos anos anteriores.

Tabela 16: Exposição direta no bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	14,9	17,8	18,0	12,3	13,1	11,5	14,8
Algum parente próximo foi seqüestrado	3,1	2,3	3,3	2,6	3,3	2,7	2,8
Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	21,9	16,2	16,5	15,8	12,9	11,6	15,4
Algum parente próximo foi assassinado	13,5	15,1	14,5	13,5	12,0	13,5	13,8
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	6,9	6,6	5,5	4,7	4,9	2,9	5,2
O(a) sentiu necessidade de andar armado	10,0	11,7	13,2	12,3	9,4	7,6	11,0
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	28,9	25,6	18,6	16,1	8,9	6,3	17,1
Alguém lhe ofereceu drogas	36,0	33,8	26,9	21,9	14,6	7,8	23,3
Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão	50,1	45,3	45,4	44,1	35,4	30,6	41,6
Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	5,8	8,3	6,8	8,3	4,1	4,2	6,5
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	11,4	11,1	9,1	7,8	4,0	3,0	7,7
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	19,6	19,9	20,4	16,7	13,3	10,4	16,9
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	9,2	9,3	9,3	8,3	8,1	8,6	8,8
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	16,7	22,7	25,5	24,2	22,3	18,1	22,3
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	1,3	2,0	2,1	2,6	2,9	2,2	2,3

Tabela 17: Respostas agrupadas de exposição direta no bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Ameaças							
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	14,9	17,8	18,0	12,3	13,1	11,5	14,8
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	6,9	6,6	5,5	4,7	4,9	2,9	5,2
Roubos							
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	9,2	9,3	9,3	8,3	8,1	8,6	8,8
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	16,7	22,7	25,5	24,2	22,3	18,1	22,3
Agressões							
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	19,6	19,9	20,4	16,7	13,3	10,4	16,9
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	1,3	2,0	2,1	2,6	2,9	2,2	2,3
Agressões/extorsão policial							
Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	5,8	8,3	6,8	8,3	4,1	4,2	6,5
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	11,4	11,1	9,1	7,8	4,0	3,0	7,7
Agressões graves parentes							
Algum parente próximo foi seqüestrado	3,1	2,3	3,3	2,6	3,3	2,7	2,8
Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	21,9	16,2	16,5	15,8	12,9	11,6	15,4
Algum parente próximo foi assassinado	13,5	15,1	14,5	13,5	12,0	13,5	13,8
Drogas							
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	28,9	25,6	18,6	16,1	8,9	6,3	17,1
Alguém lhe ofereceu drogas	36,0	33,8	26,9	21,9	14,6	7,8	23,3

Exposição à violência durante os últimos 12 meses no bairro em que mora e por idade

Como dito anteriormente, a exposição à violência relatada pelos entrevistados nos 12 meses que antecederam a pesquisa é inferior àquela observada em 1999, exceto pela frequência de exposição à drogas (ter recebido oferta de drogas), ter sido vítima de roubo com uso de arma de fogo e de agressão verbal.

O uso de “palavras de baixo calão” continua a ser a forma de agressão mais frequente, principalmente entre os mais jovens. Enquanto entre os de maior idade 1,6 pessoas em cada 100 relatam ter sido vítimas deste tipo de agressão, entre os mais jovens a proporção é de 1 pessoa em cada 3.

Outras diferenças observadas referem-se ao contato com as autoridades. Entre 1999 e 2010, na média, caíram os relatos de agressão e extorsão por policiais, porém, entre os jovens, a frequência de resposta positiva a esta questão aumentou de 2,5% para 4,3%. Além disso, os relatos de agressão por policiais permaneceram praticamente estáveis para esta faixa etária de até 19 anos, 6,8% (2010) contra 6,5% (1999), enquanto, na amostra como um todo, estas ocorrências caíram de 3,1% (1999) para 2,1% (2010).

Apesar da redução da diferença entre os grupos mais jovens e os de maior idade, o contato com drogas (“alguém lhe oferecer drogas” ou “pedir informações sobre onde comprar drogas”) é duas e vezes mais frequente entre os mais jovens do que entre os respondentes acima de 40 anos.

Por outro lado, destaca-se positivamente a queda mais acentuada, na faixa de até 29 anos, dos que responderam ter sido ameaçado ou ter um parente ameaçado de morte no período. Entre os jovens de até 19 anos, caíram também as respostas de, em uma situação de roubo, terem sido ameaçado com revólver, o mesmo ocorrendo entre pessoas com 60 anos ou mais. Contudo, para as faixas entre 20 e 49 anos houve, no período, um aumento dos que responderam terem sido roubados por meio de ameaça de arma de fogo, o que sugere que aqueles que, potencialmente, mais circulam pelos espaços coletivos e públicos estariam mais expostos a este tipo de risco.

Tabela 18: Exposição à violência (direta) no bairro nos últimos 12 meses* X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	6,9	5,2	5,1	3,6	3,8	1,7	4,2
Algum parente próximo foi seqüestrado	0,3	1,0	0,7	0,3	1,5	0,5	0,7
Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	6,5	4,1	4,5	3,5	2,5	1,8	3,6
Algum parente próximo foi assassinado	3,0	3,5	3,8	3,0	3,0	2,7	3,2
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	2,9	1,6	1,9	1,0	1,2	0,9	1,5
O(a) sentiu necessidade de andar armado	5,0	5,5	5,3	4,1	4,2	1,2	4,3
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	17,9	11,8	8,1	6,4	4,9	2,0	7,9
Alguém lhe ofereceu drogas	19,4	12,8	8,6	4,5	3,8	1,0	7,7
Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão	31,4	20,7	18,5	14,6	12,9	9,1	16,9
Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	4,3	3,4	2,4	1,2	1,2	0,7	2,1
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	6,8	4,9	2,3	1,0	1,8	0,9	2,7
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	8,3	6,0	5,3	2,1	3,2	1,8	4,2
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	4,1	3,3	2,2	2,6	2,0	1,9	2,6
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	8,9	9,9	8,5	6,5	6,0	3,1	7,2
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	0,9	0,6	1,0	0,4	0,9	0,2	0,6

*Referência aos 12 meses anteriores à coleta de dados

Tabela 19: Exposição à violência direta no bairro nos últimos 12 meses* X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	14,5	13,8	9,6	7,3	2,2	4,3	9,4
Algum parente próximo foi seqüestrado	0,0	1,2	0,6	0,0	0,9	0,6	0,6
Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	6,4	8,1	4,3	4,1	2,8	2,6	5,1
Algum parente próximo foi assassinado	6,8	5,1	4,9	2,1	1,3	2,5	4,0
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	3,6	3,8	3,9	2,3	0,4	0,6	2,8
O(a) sentiu necessidade de andar armado	8,3	7,7	7,8	6,4	0,4	3,9	6,3
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	9,0	5,0	2,0	0,7	0,4	0,0	2,9
Alguém lhe ofereceu drogas	19,1	13,4	4,7	4,7	1,2	0,0	7,5
Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão	31,5	25,9	15,8	16,3	14,8	10,9	19,5
Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	2,5	3,6	3,5	2,4	2,9	2,8	3,1
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	6,5	5,3	2,1	2,6	2,1	0,0	3,2
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	9,6	10,0	3,5	5,1	3,4	1,4	5,8
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	8,5	5,3	3,3	3,2	1,7	1,9	4,0
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	11,1	5,7	5,0	3,5	4,6	6,6	5,8
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	1,1	1,7	0,2	0,0	0,0	0,3	0,7

*Referência aos 12 meses anteriores à coleta de dados

Tabela 20: Respostas agrupadas de exposição à violência (direta) no bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Ameaças							
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	6,9	5,2	5,1	3,6	3,8	1,7	4,2
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	2,9	1,6	1,9	1,0	1,2	0,9	1,5
Roubos							
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	4,1	3,3	2,2	2,6	2,0	1,9	2,6
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	8,9	9,9	8,5	6,5	6,0	3,1	7,2
Agressões							
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	8,3	6,0	5,3	2,1	3,2	1,8	4,2
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	0,9	0,6	1,0	0,4	0,9	0,2	0,6
Agressões/extorsão policial							
Alguém policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	4,3	3,4	2,4	1,2	1,2	0,7	2,1
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	6,8	4,9	2,3	1,0	1,8	0,9	2,7
Agressões graves parentes							
Alguém parente próximo foi seqüestrado	0,3	1,0	0,7	0,3	1,5	0,5	0,7
Alguém parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	6,5	4,1	4,5	3,5	2,5	1,8	3,6
Alguém parente próximo foi assassinado	3,0	3,5	3,8	3,0	3,0	2,7	3,2
Drogas							
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	17,9	11,8	8,1	6,4	4,9	2,0	7,9
Alguém lhe ofereceu drogas	19,4	12,8	8,6	4,5	3,8	1,0	7,7

Tabela 21: Respostas agrupadas de exposição à violência (direta) no bairro X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Ameaças							
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	14,5	13,8	9,6	7,3	2,2	4,3	9,4
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	3,6	3,8	3,9	2,3	0,4	0,6	2,8
Roubos							
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	8,5	5,3	3,3	3,2	1,7	1,9	4,0
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	11,1	5,7	5,0	3,5	4,6	6,6	5,8
Agressões							
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	9,6	10,0	3,5	5,1	3,4	1,4	5,8
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	1,1	1,7	0,2	0,0	0,0	0,3	0,7
Agressões/extorsão policial							
Algun policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	2,5	3,6	3,5	2,4	2,9	2,8	3,1
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	6,5	5,3	2,1	2,6	2,1	0,0	3,2
Agressões graves parentes							
Algun parente próximo foi seqüestrado	0,0	1,2	0,6	0,0	0,9	0,6	0,6
Algun parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	6,4	8,1	4,3	4,1	2,8	2,6	5,1
Algun parente próximo foi assassinado	6,8	5,1	4,9	2,1	1,3	2,5	4,0
Drogas							
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	9,0	5,0	2,0	0,7	0,4	0,0	2,9
Alguém lhe ofereceu drogas	19,1	13,4	4,7	4,7	1,2	0,0	7,5

Exposição indireta à violência

Em termos de exposição indireta à violência, a tendência observada é oposta à apresentada na vitimização direta, houve, portanto, aumento no contato com a violência. Comparando-se os dados, observa-se que, em 2010, o número de pessoas que relataram ter assistido a eventos violentos nos três últimos meses é maior que em 1999. De modo semelhante a 1999, os mais jovens (19 anos ou menos) foram também os que mais declararam ter testemunhado eventos violentos em 2010, em geral, quase o dobro em relação às demais faixas etárias. Os eventos mais testemunhados em 2010 foram alguém usando drogas nas ruas (53,4%), a polícia prendendo alguém (40,1%), alguém sendo assaltado (33,7%) e alguém sendo agredido (32,2%). Estes eventos também foram os mais relatados em 1999, porém com frequências inferiores e não exatamente na mesma ordem.

Entre as cidades, houve também grandes variações, sendo Belém a que apresentou as mais altas taxas de vitimização indireta, inclusive aquelas relacionadas a eventos muito graves como, por exemplo, ter presenciado o assassinato de alguém. Belém também se destaca por apresentar as maiores taxas de aumento de vitimização no período entre 1999 e 2010. O aumento da violência testemunhada ou relatada por amigos e parentes seria uma das explicações sobre o porque, nessa cidade, a percepção de crescimento da violência se mantém alta.

No período, as respostas relacionadas a ter testemunhado o consumo de drogas no espaço público apresentou forte aumento em Manaus, Belém e Porto Velho e caiu nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Porto Alegre. As respostas relacionadas a ter testemunhado alguém sendo assaltado, triplicou em Manaus e Belém e quase dobrou em Porto Velho e Goiânia. Assistir a polícia prendendo alguém cresceu em todas as cidades estudadas, com exceção de Belo Horizonte e Porto Alegre, capitais onde praticamente não houve mudança. Já as agressões foram testemunhadas em todas as cidades em 2010, seguindo o mesmo padrão de 1999.

Tabela 22: Exposição indireta no bairro X Capitais, 2010

Nos últimos três meses assistiu ou ouviu falar que ocorreu em seu bairro	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Alguém sendo assaltado	35,5	50,3	63,1	41,5	23,6	27,4	41,9	35,0	32,9	32,9	25,1	33,7
Brigas de gangues	17,8	36,5	34,2	15,7	12,7	13,4	30,4	15,0	21,5	15,1	12,6	17,3
Alguém recebendo um tiro	13,9	19,9	32,5	19,6	12,4	12,1	31,5	19,8	23,4	13,3	6,1	16,0
A polícia prendendo alguém	43,4	49,3	65,5	43,2	30,9	34,0	59,6	40,8	45,1	38,6	32,3	40,1
Alguém que foi assassinado	23,4	21,5	35,2	18,3	12,5	15,7	31,0	24,1	23,2	14,9	4,1	17,6
Tiroteios	16,5	26,0	44,3	26,6	13,7	40,5	35,0	23,3	32,1	16,5	23,1	26,2
Alguém sendo agredido	35,8	46,0	56,7	31,0	22,7	29,7	49,8	32,2	37,2	28,9	26,1	32,2
Alguém sendo ameaçado com uma faca	20,9	29,5	42,3	15,7	11,6	11,9	29,6	13,9	17,3	13,7	5,7	15,8
Alguém usando drogas na rua	47,3	60,9	64,2	56,2	47,3	44,1	68,5	55,2	46,4	59,1	43,2	53,4

Tabela 23: Exposição indireta no bairro X Capitais, 1999

Nos últimos três meses assistiu ou ouviu falar que ocorreu em seu bairro	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Alguém sendo assaltado	17,4	15,0	19,0	-	18,2	21,0	23,0	35,4	24,0	21,8	15,0	21,5
Alguém recebendo um tiro	10,2	11,0	10,0	-	6,0	12,7	22,0	31,0	24,0	11,2	13,0	13,6
A polícia prendendo alguém	25,5	27,0	47,0	-	31,0	22,3	39,0	37,0	42,0	21,2	32,0	27,3
Alguém que foi assassinado	3,1	11,0	12,0	-	3,0	12,3	14,0	24,2	21,0	8,2	10,0	11,1
Alguém sendo agredido	35,4	41,0	43,0	-	28,0	32,3	38,0	50,5	47,0	30,1	40,0	34,7
Alguém usando drogas na rua	39,8	27,0	42,0	-	55,0	53,9	54,0	60,0	53,0	51,7	68,0	52,4

Quanto às diferenças entre faixas etárias, observa-se que, assim como em 1999, são as faixas mais jovens que mais disseram ter assistido eventos violentos no bairro. Em 2010, os mais jovens continuaram a presenciar até o dobro das ocorrências violentas relatadas pelos entrevistados acima de 60 anos de idade.

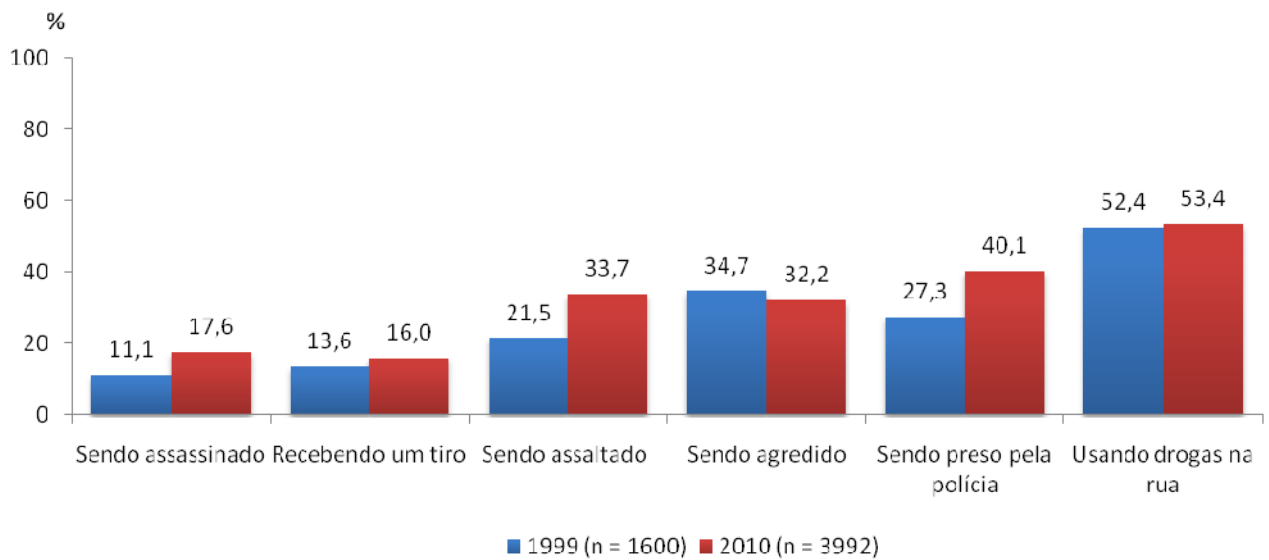
Tabela 24: Exposição indireta no bairro X Faixa Etária, 2010

Nos últimos três meses assistiu ou ouviu falar que ocorreu em seu bairro	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Alguém sendo assaltado	36,3	37,3	36,8	33,1	34,3	23,8	33,7
Brigas de gangues	28,0	18,3	17,9	17,9	15,3	10,9	17,3
Alguém recebendo um tiro	19,8	18,0	17,4	15,2	14,6	11,7	16,0
A polícia prendendo alguém	50,9	43,7	40,6	41,9	37,0	30,1	40,1
Alguém que foi assassinado	20,7	19,8	18,1	18,1	14,8	14,3	17,6
Tiroteios	35,9	27,9	25,1	27,3	25,5	19,7	26,2
Alguém sendo agredido	46,7	38,5	32,8	32,2	25,1	21,9	32,2
Alguém sendo ameaçado com uma faca	22,8	16,7	18,2	16,1	12,7	10,6	15,8
Alguém usando drogas na rua	60,2	60,7	58,5	53,5	48,4	38,2	53,4

Tabela 25: Exposição indireta no bairro X Faixa Etária, 1999

Nos últimos três meses assistiu ou ouviu falar que ocorreu em seu bairro	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Alguém sendo assaltado	31,7	23,5	20,3	18,9	19,0	16,1	21,5
Alguém recebendo um tiro	22,5	16,0	13,6	12,5	9,8	5,9	13,6
A polícia prendendo alguém	35,7	32,4	27,3	25,3	22,1	17,3	27,3
Alguém que foi assassinado	15,5	13,6	10,3	10,8	8,3	6,5	11,1
Alguém sendo agredido	54,1	44,2	36,0	27,0	22,5	16,5	34,7
Alguém usando drogas na rua	69,6	62,7	55,3	49,2	36,7	29,2	52,4

Gráfico 16. Exposição indireta da violência: Percentual de pessoas que assistiu ou ouviu falar recentemente desses acontecimentos em seu bairro, 1999-2010



Escala de Exposição à Violência

São 35 as perguntas relacionadas à vitimização. Destas, 26 se referem à vitimização direta (13 no bairro e 13 na escola) e 9 à vitimização indireta. A partir destas perguntas, foi criada uma escala de exposição à violência. Para isto, as perguntas sobre vitimização direta foram separadas segundo a gravidade e categorizadas em leves e graves. Foram também atribuídos diferentes pesos a estas questões, o que permitiu que fosse calculado, para cada respondente, um *total de pontos relacionados a vitimização direta*. A partir desta pontuação, foram criadas cinco categorias de intensidade de exposição à violência direta. As perguntas, suas classificações, peso e pontuação se encontram no quadro abaixo:

Quadro 2: Exposição à violência nos últimos 12 meses X Categoria, 2010

Pergunta (Nos últimos 12 meses...)	Categoria	Peso	Pontuação total
Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão	Leve	1	0,5
Alguém lhe ofereceu drogas	Leve	1	0,5
Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas	Leve	1	0,5
Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu	Grave	4	6
Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu	Grave	4	6
Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro	Grave	2	3
Você sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)	Grave	1	1,5
Você sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais	Grave	4	6
Você foi ferido por arma de fogo, como revólver	Grave	4	6
Você ou algum parente próximo foi ameaçado de morte	Grave	1	1,5
Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca	Grave	1	1,5
Algum parente próximo foi seqüestrado	Grave	1	1,5
Algum parente próximo foi assassinado	Grave	4	6

Em seguida, as perguntas sobre vitimização indireta no bairro foram separadas em leves, médias e graves, onde cada resposta também recebeu um peso. As perguntas sobre vitimização indireta, suas classificações e pontuações se encontram no quadro abaixo:

Quadro 3: Exposição à violência nos últimos 3 meses X Categoria, 2010

Pergunta (Nos últimos 3 meses você assistiu ou ouviu falar que tenha ocorrido em seu bairro...)	Categoria	Pontuação assistiu	Pontuação ouviu
A polícia prendendo alguém	Leve	0,2	0,1
Alguém sendo agredido	Leve	0,2	0,1
Alguém usando drogas na rua	Leve	0,2	0,1
Alguém sendo assaltado	Média	0,3	0,1
Brigas de gangues	Média	0,3	0,1
Alguém sendo ameaçado com uma faca	Média	0,3	0,1
Tiroteios	Grave	1,5	0,1
Alguém recebendo um tiro	Grave	1,5	0,1
Alguém que foi assassinado	Grave	1,5	0,1

A pontuação de cada pessoa para a escala de exposição à violência foi obtida somando-se a pontuação de cada uma das 35 perguntas acima listadas, resultando num total que poderia variar de 0 a 87 pontos. Foi denominada de escala de exposição direta a soma de pontos das 26 perguntas relacionadas a vitimização direta. Analogamente, a escala de exposição indireta reflete a soma dos pontos relacionadas às 9 perguntas de vitimização indireta.

Por fim, foram criadas, a partir da pontuação total e da observação das pontuações na escala de vitimização direta e na escala de vitimização indireta separadamente, cinco categorias para a escala de exposição à violência. Pessoas com 0 pontos ficaram no primeiro nível da escala (sem exposição), sendo aqueles que responderam “não” para todas as 35 perguntas. No segundo nível da escala estão aqueles responderam não terem sido vítimas diretas de nenhum evento, obtendo a soma de até 1 ponto nas perguntas de vitimização indireta. No meio da escala estão aqueles que também não foram vítimas diretas de nenhum evento, mas que obtiveram uma soma maior que 1 ponto nas perguntas de vitimização indireta. No quarto nível da escala, estão as pessoas que obtiveram uma soma maior que zero e menor do que 3 na escala de exposição direta. No último nível da escala estão aqueles que obtiveram 3 pontos ou mais na escala de exposição direta.

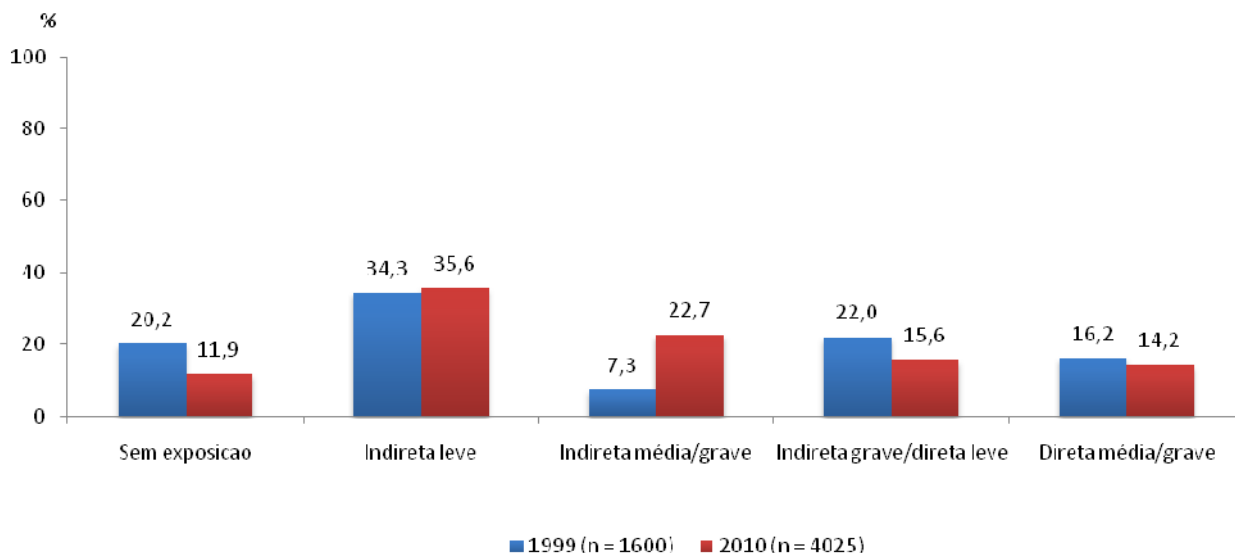
Esses valores estão resumidos a seguir:

Quadro 4: Escala de exposição à violência

Nível da escala de exposição à violência	Pontos Exposição Direta	Pontos Exposição Indireta
1 – Sem exposição	0	0
2 – Indireta leve	0	>0 a 1
3 – Indireta média ou grave	0	mais de 1
4 – Direta leve	>0 a <3	qualquer
5 – Direta média ou grave	3 ou mais	qualquer

A escala de exposição à violência tem o intuito de refletir as variações da vitimização direta e o contato com a violência indireta, ou seja, através da escala que combina as respostas dadas pelos entrevistados às questões sobre a violência testemunhada e sobre a violência sofrida, procura-se dar ênfase à intensidade de contato com a violência.

Gráfico 17. Escala de exposição à violência 1999-2010



Este gráfico ilustra o efeito combinado das respostas às experiências de testemunho à violência e de ser vítima de violência, para os anos de 1999 e 2010. Pode-se perceber que diminuiu a porcentagem de pessoas sem exposição à violência, mas também diminuiu a porcentagem de pessoas com exposição direta. Com isso, aumentou a porcentagem de pessoas com exposição indireta média ou grave. Isso significa que hoje as pessoas relatam ter ouvido falar ou assistir a violência com maior frequência do que em 1999.

A queda na percepção de crescimento da violência pode estar ligada às mudanças no padrão de exposição à violência. Neste momento, não temos condição de explorar mais esta relação, mas, tudo indica que a diminuição do número de pessoas que relata ter testemunhado eventos graves e/ou que declararam ter sido vítimas de eventos de categoria leve, moderada ou grave, pode ter contribuído para a melhora relativa na percepção do crescimento da violência.

A.2. Normas Culturais Em Relação À Violência

A abordagem adotada neste estudo é de que a violência é socialmente aprendida. É aprendida em casa - por meio da família e as práticas disciplinares utilizadas pelos pais e/ou aqueles que cuidam da criança, pela observação do modo como os adultos se relacionam e lidam com conflitos, pela maneira como os irmãos se relacionam e como usam ou não a violência e agressão para resolverem disputas e competições – e pelo que assistem nos meios de comunicação e na internet. A violência também é aprendida fora da casa pelo que crianças e jovens observam na comunidade, nas escolas, nas instituições e pelas experiências de serem vítimas ou testemunhas de diferentes eventos violentos.

Um número crescente de pesquisas busca determinar exatamente os efeitos do contato com a violência, em suas várias formas, sobre os comportamentos, atitudes e valores das pessoas e sobre as comunidades onde elas habitam. Estes estudos têm demonstrado o impacto da violência sobre a saúde física e mental das vítimas, tais como a presença da síndrome de distúrbio pós-traumático, depressão, ansiedade, distúrbios do sono, dependência química, abuso de álcool e até mesmo altos índices de problemas, como câncer entre adultos que foram vítimas de violência quando crianças. Outros impactos identificados têm sido sobre a produtividade no trabalho e sobre o desempenho escolar. No campo dos valores, crenças, atitudes e comportamentos, os efeitos da violência tem sido, com maior frequência, buscados em relação ao medo e ao uso da violência como estratégia para lidar com situações de risco ou de conflito, em particular as atitudes em relação a comportamentos violentos.

As atitudes em relação a comportamentos violentos têm sido utilizadas para medir normas e valores culturais em relação à violência. O que se busca identificar através destas atitudes são os padrões de tolerância relacionados ao uso da violência, bem como as circunstâncias que encorajam que estas atitudes se transformem em comportamentos violentos (discussões, conflitos entorno da honra) (Lee et. al, 2007). A seguir, são apresentados os dados coletados neste survey sobre como as pessoas, nas cidades pesquisadas, respondem ao uso da violência contra parceiros, pessoas fora de seu círculo de amizade e pelas autoridades. As respostas às estes itens também podem ser utilizadas para identificar outros valores como a disposição em abandonar proteções legais e direitos humanos.

O esperado é que, se as pessoas rejeitam o uso da violência, elas discordem totalmente das frases listadas abaixo exceto, da frase F “nenhum crime justifica usar a pena de morte” com a qual deveriam concordar.

Escala: Concorda ou discorda de cada uma das frases (escala com 4 itens: concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte, discorda totalmente):

- ▶ A) Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, ele ou ela merece apanhar,
- ▶ B) As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas,
- ▶ C) Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos,
- ▶ D) Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir,
- ▶ E) A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência,
- ▶ F) Nenhum crime justifica usar a pena de morte.

De modo geral, as respostas obtidas, tanto em 2010 quanto em 1999, seguiram o padrão esperado: a maioria rejeita as frases sobre o uso de força. Porém, a maioria, nos dois períodos estudados, parece aceitar a pena de morte. Em 1999, 56% discordam totalmente ou em parte que “Nenhum crime justifica usar a pena de morte” e, em 2010, este percentual sofre pequena alteração 56,8%. Uma alteração importante que ocorreu no período foi o crescimento da frequência de respostas nas posições intermediárias da escala. Em 2010, houve maior uso das posições “concordar em parte” e “discordar em parte” do que em 1999. Isto sugere que as pessoas estão menos assertivas em relação aos itens ou, até mesmo, que suas atitudes estejam em algum tipo de transição. A despeito destas alterações, predomina uma rejeição ao comportamento violento, quer este seja a agressão entre parceiros íntimos, o uso da violência para lidar com problemas no bairro ou o uso da violência para fazer justiça. A rejeição ao uso da violência entre parceiros íntimos é a que apresenta maior intensidade, 70,9% discorda totalmente que se use da violência para tratar questões de infidelidade entre parceiros.

A rejeição ao uso da violência pela polícia ou ao arbítrio pela polícia no revistar as pessoas permanece, porém caiu bastante em relação ao que fora observado em 1999. Aliás, estas foram as frases onde mais caiu a rejeição total. A reação à frase sobre a pena de morte também indica uma piora na desaprovação da violência: o concordar totalmente com a frase caiu de 29,4% para 24%, porém, não houve uma passagem direta para discordar da frase, o que seria um sinal de claro apoio à pena de morte. Os dados sugerem que, no período, houve, para todas as faixas etárias, um aumento da aceitação de arbítrio por parte da polícia no que tange ao uso da força.

Tabela 26: Padrões de tolerância ao uso da violência, 2010

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, ele ou ela merece apanhar	6,3	9,9	12,9	70,9
As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas	17,1	20,2	19,2	43,4
Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos	8,1	15,8	17,5	58,6
Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir	21,9	25,7	17,5	34,8
A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência	19,5	21,4	16,2	42,9
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	24,0	19,1	20,2	36,6

Tabela 27: Padrões de tolerância ao uso da violência, 1999

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, ele ou ela merece apanhar	-	-	-	-
As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas	26,7	16,9	8,5	48,0
Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos	18,4	14,6	6,2	60,9
Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir	17,2	14,7	6,6	61,5
A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência	30,5	13,9	3,4	52,2
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	29,4	14,6	19,2	36,8

A tendência de queda na ênfase da rejeição ao uso da violência foi observada em praticamente todas as faixas etárias, como se pode verificar na tabela abaixo. Surpreende que a rejeição à frase sobre a polícia revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência tenha caído também entre os mais jovens (com 19 anos ou menos), justamente o grupo mais vulnerável a este tipo de revista.

Tabela 28: Padrões de tolerância ao uso da violência X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Discorda totalmente							
Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, ele ou ela merece apanhar	69,9	69,4	69,1	71,0	70,9	75,7	70,9
As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas	41,0	40,9	42,5	42,9	43,8	49,8	43,4
Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos	54,3	54,7	57	60,2	60	65,1	58,6
Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir	30,4	30,7	34,0	33,3	39,2	41,5	34,8
A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência	43	42,8	41,5	43,5	46,2	40,6	42,9
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	33,4	37,3	35,1	40,8	35,0	35,8	36,6
Concorda totalmente							
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	27,5	21,9	22,1	20,8	27,5	28,3	24,0

Tabela 29: Padrões de tolerância ao uso da violência X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Discorda totalmente							
Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, ele ou ela merece apanhar	-	-	-	-	-	-	-
As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas	42,7	51,9	48,9	50,4	38,2	46,9	48,0
Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos	45,6	53,6	64,3	71,6	60,3	68,2	60,9
Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir	40,4	59,6	61,9	69,4	68,9	66,4	61,5
A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência	54,6	57,0	51,7	54,9	44,2	43,9	52,2
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	35,3	36,0	32,3	40,2	43,2	38,5	36,8
Concorda totalmente							
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	33,4	30,7	28,4	28,3	26,9	28,2	29,4

No período, há mais diferença entre as cidades que entre as faixas etárias. Em 2010, nas cidades de Porto Velho, Manaus, Belém, Fortaleza, Salvador, São Paulo e Porto Alegre há menor rejeição às frases sobre o uso da violência pela polícia (um policial bater em um preso que tenha tentado fugir) que em 1999. Nestas cidades, exceção feita a São Paulo, também há maior concordância com o uso da pena de morte, que na média das capitais. Porto Velho, Belém, Porto Alegre e São Paulo também apresentam forte queda na desaprovação ao “fazer justiça com as próprias mãos” e “expulsar do bairro pessoas que causem problemas”. A desaprovação do uso da violência, medida através da desaprovação de se “expulsar do bairro pessoas que causem problemas” ou “fazer justiça com as próprias mãos”, foi observada em Goiânia, Recife, Salvador e no Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro foi a única cidade onde esta tendência foi oposta, aumentou a desaprovação à “polícia revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência” e ao uso da pena de morte.

Tabela 30: Padrões de tolerância ao uso da violência X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Discorda totalmente												
Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, merece apanhar	59,6	63,9	61,1	65,1	69,4	77,9	77,2	72,6	65,2	72,0	63,9	70,9
As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas	31,3	32,5	32,8	32,4	49,0	46,8	57,8	42,3	40,2	46,8	27,4	43,4
Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos	33,3	46,3	41,5	52,2	56,9	67,0	62,2	63,0	46,8	63,6	42,6	58,6
Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir	31,5	24,9	25,9	29,6	30,3	45,9	34,7	39,0	22,3	37,3	18,9	34,8
A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência	33,3	34,3	43,8	31,4	27,6	55,0	36,1	44,8	41,0	44,6	34,0	42,9
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	32,3	31,8	31,4	39,9	35,5	41,5	25,8	37,0	33,9	37,2	29,8	36,6
Concorda totalmente												
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	17,4	21,4	32,0	23,9	26,4	26,5	25,3	26,0	13,2	24,8	16,2	24,0

Tabela 31: Padrões de tolerância ao uso da violência X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Discorda totalmente												
Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, merece apanhar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas	72,5	29,3	54,1	-	46,9	44,1	42,9	37,9	36,4	56,6	41,7	48,0
Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos	72,6	47,5	61,2	-	60,6	63,3	65,2	55,2	44,9	62,7	73,2	60,9
Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir	61,6	54,6	65,7	-	60,6	58,8	56,8	62,8	66,3	63,7	53,6	61,5
A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência	67,7	37,0	58,0	-	44,0	53,9	32,6	51,0	65,0	53,8	45,0	52,2
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	52,8	52,0	36,7		44,4	41,7	37,2	44,3	47,9	26,7	39,8	36,8
Concorda totalmente												
Nenhum crime justifica usar a pena de morte	20,9	31,6	26,5	-	30,3	24,1	37,2	18,6	27,7	33,4	30,6	29,4

A.3. Atitudes Em Relação À Violência

Atitudes em relação ao uso da violência verbal e física contra terceiros

As frases utilizadas na escala anterior referem-se a situações gerais. As atitudes em relação ao uso da violência também podem ser medidas em relação a situações mais concretas. Assim, os entrevistados foram convidados a se manifestar sobre como avaliam reações que outras pessoas podem vir a ter para repararem danos, resolverem conflitos ou reduzirem ameaças. Foram apresentadas quatro situações diferentes e pedido aos entrevistados que avaliassem as ações que outras pessoas poderiam ter adotado em relação a estes cenários: “se aprovariam”; se “não aprovariam, mas entenderiam” a ação; ou se “não aprovariam e não entenderiam”, ou seja, que não dariam nenhum apoio àquela ação. O que se observa, desde 1999, é que caíram as frequências relativas às posições de aprovação e de rejeição das ações (exceto “xingar” quem fura fila, cuja aprovação cresceu, e a rejeição a “matar gente ‘indesejada’”), tendo crescido as frequências de respostas na posição intermediária, “não aprovaria, mas entenderia”, para três das quatro situações listadas. Esta afirmação “não aprovaria, mas entenderia” parece significar que os entrevistados não fariam o mesmo, isto é, não agiriam com violência, mas não condenam quem se comporta da tal forma. Ou seja, estas ações não estariam representando uma violação de seus princípios e valores. Também cabe salientar que, se em 1999 cerca de 1/3 dos entrevistados aprovaram “matar por vingança” e, em 2010, 1/4 dos entrevistados aprovam esta ação.

Vou citar algumas situações que o(a) sr(a) já pode ter presenciado: a) aprovaria, b) não aprovaria, mas entenderia, c) não aprovaria e não entenderia, d) não sabe/não opinou.

- ▶ SE você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga
- ▶ SUPONHA que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele
- ▶ SE uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata
- ▶ SE um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente “indesejada”

Tabela 32: Atitudes em relação ao uso da violência, 2010

	Aprovaria	Não aprovaria, mas entenderia	Não aprovaria, nem entenderia
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	31,7	47,7	20,6
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	25,4	55,1	19,5
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	17,6	45,2	37,2
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	10,4	36,3	53,4

Tabela 33: Atitudes em relação ao uso da violência, 1999

	Aprovaria	Não aprovaria, mas entenderia	Não aprovaria, nem entenderia
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	23,6	50,2	26,2
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	35,3	41,3	23,5
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	28,7	37,9	33,5
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	12,9	25,3	61,8

A distribuição das respostas “aprovaria” entre as faixas etárias mostra que há uma pequena tendência a maior aprovação entre os mais jovens e de menor aprovação entre as pessoas com 60 anos ou mais. Entre 1999 e 2010, a diferença entre os grupos etários parece ter se reduzido, havendo, conseqüentemente, uma aproximação no padrão de atitudes. Padrão semelhante ocorre com “não aprovaria, mas entenderia”.

Tabela 34: Situações em que aprovaria o uso da violência X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	37,9	33,9	33,7	30,4	27,1	28,7	31,7
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	26,7	28,7	27,3	23,5	25,4	19,7	25,4
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	18,4	19,2	18,8	17,3	17,1	14,1	17,6
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	10,0	10,4	11,3	9,4	11,3	9,7	10,4

Tabela 35: Situações em que aprovaria o uso da violência X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	21,7	25,1	24,6	20,4	26,1	23,0	23,6
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	38,3	36,5	31,8	34,9	40,6	32,9	35,3
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	34,5	29,1	28,2	27,4	29,8	24,5	28,7
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	16,9	12,0	11,7	13,2	12,1	13,7	12,9

Como mencionado, as respostas “não aprovaria, mas entenderia o uso da violência” foram mais freqüentes em 2010 que em 1999, para todas as frases, exceto para a hipótese de se “furar uma fila”. O maior crescimento desta

resposta ocorreu para a frase “matar por vingança”, na faixa etária menor de 19 anos, mas foi também substancial para outras faixas etárias inclusive entre aqueles acima de 60 anos, mais de 15% de crescimento.

Tabela 36: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	44,0	47,2	46,6	49,0	49,4	48,5	47,7
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	56,0	56,3	53,1	58,5	52,8	53,9	55,1
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	49,7	48,5	44,8	43,0	45,6	40,7	45,2
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	37,0	38,2	36,2	35,2	36,8	33,9	36,3

Tabela 37: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	48,8	49,9	51,1	51,8	53,3	45,7	50,2
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	36,6	41,2	43,8	45,0	38,3	38,4	41,3
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	36,7	38,4	40,5	40,3	32,4	34,0	37,9
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	20,2	26,3	28,5	26,1	26,0	21,0	25,3

Apesar da rejeição ao uso da violência nestas situações ter caído no período, a queda foi maior entre os entrevistados mais jovens. Tanto em 1999 como em 2010, as pessoas com mais de 60 anos são as que mais tendem a rejeitar o uso da violência nas situações apresentadas.

Tabela 38: Situações em que não aprovaria, nem entenderia o uso da violência X Idade, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	18,1	18,9	19,7	20,6	23,5	22,8	20,6
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	17,4	15,0	19,7	18,0	21,8	26,4	19,5
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	31,9	32,3	36,4	39,7	37,3	45,2	37,2
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	53,0	51,4	52,4	55,4	52,0	56,5	53,4

Tabela 39: Situações em que não aprovaria, nem entenderia o uso da violência X Idade, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	29,5	25,0	24,3	27,8	20,6	31,4	26,2
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	25,1	22,4	24,4	20,1	21,0	28,8	23,5
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	28,8	32,6	31,3	32,3	37,8	41,5	33,5
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	62,9	61,8	59,9	60,7	61,9	65,4	61,8

Três capitais apresentaram percentuais superiores ao da média da amostra na aprovação ao uso da violência nas quatro situações apresentadas aos entrevistados: Belém, Recife, Salvador e Porto Alegre. Em 1999, a aprovação ao uso da violência era mais dispersa entre as cidades estudadas. Em 2010, matar por vingança, matar quem amedronta um bairro, ou ainda matar pessoas indesejadas, são ações aprovadas, acima da média da amostra, em média, por 1/3 dos entrevistados em Belém. Porto Alegre se destaca por manter a aprovação a “matar por vingança” em alto percentual, ainda que um pouco inferior a 1999, e pelo fato de que uma maioria fraca (51,5%), metade dos entrevistados, ter aprovado o uso de violência verbal em situações em que alguém “fura uma fila”, no que é acompanhada por Belo Horizonte.

Tabela 40: Situações em que aprovaria o uso da violência X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	24,3	42,4	35,5	30,1	51,3	20,8	9,0	42,1	23,2	32,8	51,5	31,7
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	21,3	21,3	35,3	29,6	22,6	23,7	26,0	27,5	27,3	24,0	30,1	25,4
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	14,4	13,9	31,8	21,6	11,2	18,2	12,3	22,9	18,5	16,0	19,3	17,6
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	8,1	8,9	28,1	9,8	5,8	10,5	7,7	13,9	12,3	8,4	13,8	10,4

Tabela 41: Situações em que aprovaria o uso da violência X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	25,3	35,7	16,2	-	32,3	16,2	10,5	37,0	16,3	24,1	42,4	23,6
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	41,8	43,4	33,3	-	26,0	36,2	28,7	33,3	35,4	35,9	41,8	35,3
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	26,1	40,8	20,2	-	18,0	28,0	19,8	33,0	36,7	30,2	25,0	28,7
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	16,5	30,6	10,2	-	7,1	13,2	9,3	20,4	10,3	13,5	4,0	12,9

Tabela 42: Situações em que não aprovaria, nem entenderia uso da violência X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	21,8	17,2	34,5	16,1	13,1	33,0	26,9	12,9	11,4	18,9	8,1	20,6
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	28,9	16,2	24,4	12,6	21,0	21,1	19,9	23,0	12,3	21,7	10,2	19,5
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	44,9	41,2	36,4	23,7	42,7	39,7	48,2	40,3	33,6	37,9	22,9	37,2
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	55,6	54,7	45,8	53,2	59,9	54,0	60,7	56,2	50,7	53,0	42,6	53,4

Tabela 43: Situações em que não aprovaria, nem entenderia o uso da violência X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	16,8	22,5	37,4	-	21,2	24,3	42,1	19,0	24,5	29,5	13,1	26,2
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	5,1	30,3	29,3	-	36,0	17,2	33,0	25,3	17,2	24,4	19,4	23,5
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	19,6	34,7	48,5	-	43,0	30,0	40,6	27,8	11,2	37,4	30,2	33,5
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	42,9	53,1	77,6	-	76,8	53,7	52,6	44,9	59,8	66,5	62,6	61,8

Como mencionado, em 2010, caiu a rejeição a três das frases, quando comparada a 1999, e cresceu a rejeição apenas em relação a uma das frases “matar alguém que amedronte o bairro”. Contudo, a queda na rejeição às frases não foi uniforme e, em algumas cidades, ocorreu o oposto, tendo **crecido** a rejeição a todas às frases. Foi o que ocorreu em Porto Velho, Rio de Janeiro e Goiânia. Salvador e Porto Alegre foram as cidades onde a rejeição mais caiu, mas a similaridade entre as cidades termina aí. Em Porto Alegre, a queda na rejeição ocorreu porque aumentou a aprovação ao uso da violência para três das frases e, em Salvador, aumentaram as respostas “não aprovaria, mas entenderia”.

A opção “não aprovaria, mas entenderia” é a mais selecionada em 2010, mas há diferenças entre as cidades na intensidade desta aprovação. Em 1999, Porto Velho se destacava entre as capitais por apresentar este tipo de resposta para as quatro situações arroladas, com frequências acima da média das demais capitais. Rio de Janeiro e Salvador também se destacavam da média, mas em relação a três das situações. No caso do Rio, havia maior frequência de “não aprovar, mas entender” o uso da violência verbal (furar a fila), de “matar por vingança” e de “matar gente indesejada”. Em Salvador, também havia maior frequência de “não aprovar, mas entender” o uso da violência verbal e “matar por vingança”, mas o terceiro cenário que se destacava era o “matar quem amedronta um bairro”. Em Porto Alegre, havia maior frequência de resposta do tipo “não aprovar, mas entender” para “matar quem amedronta um bairro” e “matar gente indesejada”.

Em 2010, Salvador e Porto Alegre mantêm o padrão de resposta semelhante ao de 1999, acima da média das capitais, em termos de “não aprovar, mas entender”. Os entrevistados destas cidades destacam-se pela maior frequência de “entender” quem “mata por vingança” e quem mata “alguém que amedronta um bairro” e, apenas em Salvador, quem usa violência verbal. Em Porto Alegre aparece também uma alta frequência de “entender” quem mata “gente indesejada”. Manaus se destaca, em 2010, por frequência acima da média das capitais em entender quem mata “por vingança”, e Fortaleza, quem amedronta um bairro. A violência verbal para quem “fura fila” é mais compreendida, além das cidades já citadas, por entrevistados de Goiânia, Fortaleza e Porto Velho.

Tabela 44: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	54,0	40,4	30,0	53,9	35,6	46,3	64,2	45,1	65,4	48,4	40,4	47,7
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	49,8	62,4	40,3	57,8	56,4	55,2	54,1	49,5	60,3	54,3	59,7	55,1
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	40,7	44,9	31,8	54,7	46,1	42,1	39,5	36,8	48,0	46,1	57,8	45,2
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	36,4	36,5	26,0	37,0	34,4	35,5	31,6	29,9	37,0	38,5	43,6	36,3

Tabela 45: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Se você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga	57,9	41,8	46,5	-	46,5	59,5	47,4	44,0	59,2	46,4	44,4	50,2
Suponha que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele	53,1	26,3	37,4	-	38,0	46,6	38,3	41,4	47,5	39,8	38,8	41,3
Se uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata	54,4	24,5	31,3	-	39,0	42,1	39,6	39,2	52,0	32,4	44,8	37,9
Se um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente "indesejada"	40,7	16,3	12,2	-	16,2	33,1	38,1	34,7	29,9	20,1	33,3	25,3

Uso da violência em defesa própria ou de propriedade

- ▶ Uma pessoa tem direito de matar para defender sua família
- ▶ Uma pessoa tem o direito de matar outra para se defender
- ▶ Uma pessoa tem direito de matar para defender seus bens

Usar da violência em defesa dos parentes e em autodefesa são as formas de violência consideradas mais aceitáveis: matar em defesa de bens é claramente rejeitada pela maioria dos entrevistados. Este padrão geral não se alterou entre 1999 e 2010, ao contrário, caiu a certeza que matar em autodefesa e/ou em defesa da família sejam um direito da pessoa e cresceu a “concordância em parte”, para todas as faixas etárias. Houve também um ligeiro crescimento do discordar (total e em parte) que matar seja um direito: quer esta ação seja praticada em defesa da família, de si próprio ou de bens.

Caiu, portanto entre 1999 e 2010, a concordância total com o uso de violência em relação a todas situações relativas a matar em autodefesa, em defesa da família e de bens apresentadas aos entrevistados. Caiu também, de modo geral, a “discordância total”. Em todas as condições apresentadas aos entrevistados, houve um crescimento das posições intermediárias das escalas, sendo que este crescimento é mais intenso na categoria “discorda em parte”. Outra tendência observada é de que as diferenças entre as faixas etárias diminuíram no período, sendo que as respostas dadas pelos grupos mais jovens se aproximaram daquelas dos grupos mais idosos. Assim, se os entrevistados de 1999 se diferenciavam na aprovação ao uso da violência, mesmo em autodefesa, do padrão de aprovação do uso da violência nos EUA, como mencionado no estudo anterior³, em 2010 esta diferença está ainda maior.

³ “No Sul dos Estados Unidos, matar em defesa da família recebe 80% de forte aprovação, enquanto nos outros estados esse gesto é aprovado por 67% dos entrevistados. Matar em defesa própria é aprovada por 70% dos sulistas e por 57% dos moradores em outros estados. Matar em defesa dos bens é aprovado por 36% dos sulistas e 18% dos moradores de outros estados. (Cohen e Nisbett, 1996) Mais ainda, 54% dos sulistas e 52% dos respondentes de outros estados concordam que “com freqüência é necessário usar a violência para prevenir a violência”.(Cardia, 1999)

Tabela 46: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Uma pessoa tem direito de matar para defender sua família							
Concorda totalmente	38,1	38,8	39,2	35,6	34,6	32,6	36,6
Concorda em parte	26,5	30,4	28,7	31,3	29,1	30,4	29,7
Discorda em parte	13,7	11,6	12,1	13,7	13,9	11,4	12,6
Discorda totalmente	21,7	19,3	20,1	19,4	22,4	25,6	21,1

p = 0,133

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Uma pessoa tem o direito de matar outra para se defender							
Concorda totalmente	34,6	31,6	29,1	32,3	29,0	25,9	30,2
Concorda em parte	26,2	30,4	31,8	30,7	27,6	29,3	29,8
Discorda em parte	14,2	15,3	15,6	13,2	16,4	14,3	14,9
Discorda totalmente	25,0	22,6	23,5	23,9	26,9	30,5	25,1

p = 0,031

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Uma pessoa tem direito de matar para defender seus bens							
Concorda totalmente	13,4	13,1	13,2	11,6	13,7	11,9	12,8
Concorda em parte	22,3	20,7	20,6	20,9	20,6	19,5	20,6
Discorda em parte	17,9	19,1	21,8	21,6	21,0	17,9	20,1
Discorda totalmente	46,5	47,1	44,5	45,9	44,7	50,8	46,5

p = 0,709

Tabela 47: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Uma pessoa tem direito de matar para defender sua família							
Concorda totalmente	52,4	37,2	41,1	41,4	41,0	50,3	42,6
Concorda em parte	14,8	25,0	27,5	23,4	24,9	15,8	22,9
Discorda em parte	5,6	9,8	7,7	10,4	2,7	8,2	8,1
Discorda totalmente	27,3	28,0	23,7	24,9	31,4	25,7	26,4

p = 0,001

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Uma pessoa tem o direito de matar outra para se defender							
Concorda totalmente	41,6	36,8	37,0	37,7	39,4	45,6	39,0
Concorda em parte	21,2	26,3	27,8	21,2	25,0	19,1	24,1
Discorda em parte	7,0	7,2	5,7	8,3	6,0	3,2	6,3
Discorda totalmente	30,3	29,7	29,6	32,9	29,6	32,1	30,6

p = 0,338

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Uma pessoa tem direito de matar para defender seus bens							
Concorda totalmente	21,2	15,1	15,9	22,5	20,7	27,1	19,4
Concorda em parte	16,5	13,8	19,9	14,7	18,4	8,9	15,4
Discorda em parte	10,8	13,0	9,2	9,3	7,4	10,2	10,3
Discorda totalmente	51,5	58,2	55,0	53,6	53,5	53,7	54,9

p = 0,006

A aceitação do uso da violência em defesa da família e de si próprio foi maior nas cidades de Manaus, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador. A rejeição a estas duas frases foi maior que a média da amostra em Recife, São Paulo e em Belém.

Tabela 48: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Capitais, 2010

Uma pessoa tem direito de matar para defender sua família	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	32,7	37,4	31,2	38,6	33,8	39,7	26,6	34,8	37,6	36,5	38,5	36,6
Concorda em parte	31,2	39,9	28,2	35,2	30,7	28,1	40,7	25,4	34,9	25,8	34,4	29,7
Discorda em parte	19,8	15,8	8,9	12,1	16,9	11,6	13,1	11,4	10,5	12,8	12,5	12,6
Discorda totalmente	16,3	6,9	31,7	14,1	18,6	20,7	19,6	28,4	17,0	25,0	14,6	21,1

p < 0,001

Uma pessoa tem o direito de matar outra para se defender												
Concorda totalmente	31,3	25,6	25,5	36,6	25,6	28,5	19,1	31,2	37,6	30,3	37,8	30,2
Concorda em parte	31,8	45,8	33,5	39,3	33,3	28,4	41,7	27,7	30,2	24,3	30,6	29,8
Discorda em parte	15,9	13,8	12,5	10,7	18,5	15,8	10,1	9,9	18,0	15,4	14,5	14,9
Discorda totalmente	20,9	14,8	28,5	13,4	22,6	27,4	29,2	31,2	14,2	30,1	17,1	25,1

p < 0,001

Uma pessoa tem direito de matar para defender seus bens												
Concorda totalmente	13,3	10,4	13,9	15,4	9,1	10,6	11,5	11,9	14,8	14,0	14,6	12,8
Concorda em parte	31,5	36,1	13,4	18,4	20,2	20,9	27,0	17,8	34,3	15,5	25,5	20,6
Discorda em parte	22,2	25,3	14,9	21,7	24,2	17,7	25,0	15,8	23,2	18,7	27,1	20,1
Discorda totalmente	33,0	28,2	57,9	44,5	46,5	50,8	36,5	54,5	27,6	51,8	32,8	46,5

p < 0,001

Tabela 49: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Capitais, 1999

Uma pessoa tem direito de matar para defender sua família	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	66,7	66,7	35,4	-	30,0	35,6	46,4	53,7	46,4	43,2	53,1	42,6
Concorda em parte	11,5	7,1	22,9	-	22,0	32,2	21,7	14,7	23,7	20,0	27,1	22,9
Discorda em parte	6,3	4,0	10,4	-	15,0	7,5	0,0	7,4	13,4	7,4	4,2	8,1
Discorda totalmente	15,6	22,2	31,3	-	33,0	24,7	32,0	24,2	16,5	29,5	15,6	26,4

p < 0,001

Uma pessoa tem o direito de matar outra para se defender												
Concorda totalmente	55,2	62,6	35,0	-	31,3	26,6	39,0	46,2	43,9	42,3	46,9	39,0
Concorda em parte	15,6	6,1	31,0	-	24,2	25,6	25,0	23,7	21,4	24,0	32,7	24,1
Discorda em parte	6,3	5,1	5,0	-	14,1	6,5	3,0	6,5	6,1	5,7	3,1	6,3
Discorda totalmente	22,9	26,3	29,0	-	30,3	41,3	33,0	23,7	28,6	28,1	17,4	30,6

p < 0,001

Uma pessoa tem direito de matar para defender seus bens												
Concorda totalmente	33,3	25,3	15,6	-	15,2	15,0	26,5	28,9	14,3	22,0	15,8	19,4
Concorda em parte	15,6	19,2	9,4	-	12,1	21,1	14,3	13,4	9,2	14,3	19,0	15,4
Discorda em parte	16,7	12,1	14,6	-	10,1	14,3	6,1	17,5	13,3	6,8	4,2	10,3
Discorda totalmente	34,4	43,4	60,4	-	62,6	49,7	53,1	40,2	63,3	56,9	61,1	54,9

p < 0,001

Ao longo da década, apesar do contato continuado com diversas formas de violência, quer como vítimas diretas ou indiretas, não se pode dizer que esta experiência, a menos a grosso modo, tenha levado a um fortalecimento generalizado de atitudes que favoreçam o recurso à violência. Também não se pode dizer que tenha ocorrido no período um substancial processo de eliminação de atitudes que favoreçam a rejeição ao uso da violência. O aumento da opção pelo “concordar em parte” ou “discordar em parte” pode sugerir uma maior reflexão dos entrevistados em relação ao direito de usar a violência, no caso fatal - matar em auto defesa ou em defesa da família. Em várias culturas, ao serem questionadas sobre se este é ou não um direito, a maioria das pessoas tende a responder de modo positivo, sem hesitar (Cohen e Nisbett, 1996, Blumenthal). Aliás, é com base neste direito que, em várias sociedades, há tão forte resistência às políticas de desarmamento e/ou controle rígido da circulação de armas que estejam em poder do público.

Atitudes em relação ao uso de armas

Comprar uma arma poderia ser uma estratégia de autodefesa? O que os entrevistados pensam sobre o papel das armas na autoproteção? Três perguntas buscam identificar suas atitudes em relação às armas:

- ▶ Ter uma arma em casa torna a casa mais segura?
- ▶ Carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura?
- ▶ As pessoas usam armas por diferentes motivos. Vou lhe apresentar alguns desses motivos e gostaria que você dissesse, na sua opinião, qual o principal motivo para as pessoas usarem armas.

As duas primeiras frases exploram as crenças que as pessoas têm sobre o efeito das armas. O que se espera é que, se elas não acreditam na eficácia das armas para a proteção de si ou de seus familiares, discordem totalmente das duas frases. Comparando-se os dados de 1999 com 2010, observa-se uma queda na discordância em relação às duas frases. Em 1999, 79,8% das pessoas entrevistadas nas 10 capitais discordaram totalmente da frase “carregar uma arma faz com que a pessoa se sinta mais segura” e 74% discordaram da frase “ter uma arma em casa torna a casa mais segura”.

Estas percentagens caíram, em 2010, para 67,5% e 63,2%, respectivamente. Esta queda ocorreu em função do aumento de pessoas que discordam, mas, apenas em parte, da frase. Ou seja, discordam de modo menos enfático que aqueles entrevistados de 1999. Não houve aumento da aprovação às frases, o que sinalizaria uma maior crença na eficiência das mesmas para a autoproteção. Dentre os poucos que expressam concordância com as frases, os mais jovens aparecem com maior frequência, 14,7% concordam totalmente que uma arma em casa a deixa mais segura e 11,6% concordam que carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura. O mesmo padrão apareceu em 1999, quando entre 18,8% e 14,2% daqueles com menos de 19 anos concordavam totalmente com as duas frases. A queda nestes percentuais, ainda que pequena, é um sinal positivo, porém, a continuidade da aprovação, ainda que pouca, reitera o que a literatura enfatiza sobre risco de violência: os jovens são mais vulneráveis a crer nesta eficiência das armas.

Os resultados nas capitais são positivos quando comparados com os de outros países, principalmente com o dos Estados Unidos, onde, com maior frequência, são realizados levantamentos de opinião pública sobre a eficiência das armas. Segundo Howard, Webster e Vernick (1999), em pesquisa nacional nos EUA, as armas tornam uma casa mais segura para 29% de seus entrevistados, sendo que, apenas 40% dos entrevistados discordavam que ter uma arma em casa a tornava mais segura. Outro estudo sobre as crenças em relação a armas de Kellermann (2000), utilizando uma questão bastante semelhante, “uma casa com uma arma é menos segura que uma casa sem arma”, verificou que 55,5% dos entrevistados⁴ concordavam com a frase. Porém, alterando a formulação da pergunta, a rejeição às armas caía para 30,7%. Os dados coletados, quer em 1999 quer em 2010, apresentam um panorama menos sombrio para as capitais pesquisadas, mas sugerem que não se pode abandonar os esforços em prol da educação do público, em particular do público mais jovem, sobre os riscos que armas apresentam.

Tabela 50: Atitude em relação ao uso de armas X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Ter uma arma em casa torna a casa mais segura							
Concorda totalmente	14,7	10,0	7,7	6,7	7,6	6,6	8,4
Concorda em parte	14,6	14,4	15,0	12,2	10,4	11,5	13,0
Discorda em parte	13,8	15,4	15,7	14,8	17,4	14,9	15,5
Discorda totalmente	56,9	60,3	61,7	66,3	64,6	67,1	63,2

p < 0,001

Carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura							
Concorda totalmente	11,6	6,1	6,1	5,2	5,0	4,8	6,0
Concorda em parte	13,9	13,2	11,1	10,3	11,0	10,3	11,5
Discorda em parte	11,8	16,4	18,0	14,8	13,1	13,5	15,1
Discorda totalmente	62,8	64,4	64,7	69,7	70,9	71,5	67,5

p < 0,001

⁴ Média de três coletas de dados ao longo da década dos anos 1990, em Atlanta, Geórgia.

Tabela 51: Atitude em relação ao uso de armas X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Ter uma arma em casa torna a casa mais segura							
Concorda totalmente	18,8	12,8	8,2	7,7	9,4	14,5	11,4
Concorda em parte	13,2	8,9	7,7	4,9	10,5	7,9	8,4
Discorda em parte	5,6	5,6	6,6	5,2	6,0	8,0	6,1
Discorda totalmente	62,4	72,8	77,4	82,2	74,1	69,6	74,0

p = 0,001

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura							
Concorda totalmente	14,2	7,9	5,3	6,6	5,0	7,8	7,5
Concorda em parte	8,1	8,7	6,1	3,1	6,4	6,0	6,5
Discorda em parte	9,3	6,0	5,5	5,1	4,3	8,3	6,2
Discorda totalmente	68,4	77,4	83,1	85,3	84,4	77,9	79,8

p = 0,002

Quanto às capitais, a tendência majoritária é de rejeitar o uso de armas, porém, em algumas cidades, há um apoio não desprezível às armas de fogo. Isto ocorreu em Porto Alegre, Manaus e Porto Velho onde cerca de 1/3 dos entrevistados concorda totalmente ou em parte com estas frases. Isto representa alguma mudança em relação a 1999, quando Porto Alegre não se destacava por maior apoio às frases, mas sim Recife e Goiânia. Em 2010, nestas duas últimas cidades houve um forte declínio da concordância tanto com opção de se ter armas em casa como com carregar uma arma.

Tabela 52: Atitude em relação ao uso de armas X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Ter uma arma em casa torna a casa mais segura												
Concorda totalmente	3,5	7,4	10,6	9,7	10,3	6,4	7,5	6,9	8,0	8,2	16,1	8,4
Concorda em parte	27,1	26,1	10,6	17,8	13,7	7,9	10,5	13,4	16,7	11,6	20,7	13,0
Discorda em parte	25,1	23,7	13,1	15,1	16,3	12,3	16,5	11,4	26,1	12,1	31,6	15,5
Discorda totalmente	44,3	42,9	65,8	57,4	59,7	73,5	65,5	68,3	49,2	68,1	31,6	63,2

p < 0,001

Carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura												
Concorda totalmente	4,0	8,4	8,0	6,1	7,4	5,2	4,5	4,0	6,7	4,9	13,92	6,0
Concorda em parte	18,8	25,6	8,0	18,9	11,4	7,9	5,8	5,4	12,7	10,0	25,8	11,5
Discorda em parte	24,8	19,2	15,1	14,8	16,7	9,3	17,4	10,9	25,1	13,7	27,8	15,1
Discorda totalmente	52,5	46,8	68,8	60,3	64,6	77,6	72,1	79,7	55,5	71,4	32,5	67,5

p < 0,001

Tabela 53: Atitude em relação ao uso de armas X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Ter uma arma em casa torna a casa mais segura												
Concorda totalmente	17,4	22,5	10,1	-	10,0	9,2	13,1	15,2	15,3	10,3	12,2	11,4
Concorda em parte	15,3	3,1	12,1	-	15,0	8,9	15,2	18,2	8,2	4,1	14,3	8,4
Discorda em parte	4,1	11,2	5,1	-	10,0	9,6	4,0	8,1	8,2	3,0	2,0	6,1
Discorda totalmente	63,3	63,3	72,7	-	65,0	72,4	67,7	58,6	68,4	82,6	71,4	74,0

p < 0,001

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura												
Concorda totalmente	12,4	17,4	8,1	-	13,1	5,1	10,0	10,3	10,2	5,7	5,0	7,5
Concorda em parte	14,4	5,1	9,1	-	5,1	8,2	11,0	12,4	6,1	3,4	13,0	6,5
Discorda em parte	4,1	12,2	6,1	-	14,1	5,8	4,0	9,3	7,1	4,0	5,0	6,2
Discorda totalmente	69,1	65,3	76,8	-	67,7	80,9	75,0	68,0	76,5	86,9	77,0	79,8

p < 0,001

Crenças em relação ao uso de armas

O que leva as pessoas a usarem armas? Ao responderem esta questão, os entrevistados estão revelando atribuições que dão ao comportamento de outros como também às crenças que possuem em como as armas poderiam influenciar estes comportamentos. As alternativas apresentadas não são mutuamente excludentes e a pergunta é repetida várias vezes, dando ao entrevistado a oportunidade de dar até 3 motivos para as pessoas usarem armas. Aqui, são apresentadas as respostas à primeira pergunta feita, por meio da qual se presume que represente aquilo que se crê ser o principal motivo ou aquele ao qual os entrevistados atribuem o maior peso.

Em 2010, o motivo mais freqüente para se usar armas é “se sentir forte” (27,8%), seguido de “se sentir importante” (20,2%). Já em 1999, o motivo mais apontado era “se proteger” (34,8%), seguido de “se sentir forte” (22,6%). Os motivos variam por faixa etária e por cidade. Em 1999, entre os mais idosos as armas, além de servirem para proteger (44%), também seriam usadas para “impressionar”. Em 2010, entre os mais jovens, os motivos mais citados são “se sentir forte” e “impressionar os colegas”, sendo que quase dobraram as menções a “resolver disputas” que, em 1999, era um dos motivos menos mencionados. Entre os mais jovens, o principal motivo para se usar arma era, em 1999, “se proteger”, seguido de se “sentir forte”. Já entre os mais idosos, predomina, em 2010, além do se “sentir forte” (24,6%), “se sentir importante” (22,5%). Ou seja, o uso de armas teria muito a ver com imagem social que quem usa a arma pretende construir, manter ou passar aos outros. Em 1999, o principal motivo mencionado pelos entrevistados com mais de 60 anos era “se proteger” (44 %). A queda das frequências de respostas associando o uso da arma à proteção sugere que, no período, poderia ter caído a crença na eficácia do uso de armas, mas a associação entre armas e aspectos como “impressionar colegas” ou ainda “se sentir importante” sugere outros problemas: poderia estar em curso uma associação positiva entre usar armas e auto-imagem. Assim, o gerenciamento da imagem social poderia estar sendo um forte motivador ao uso de armas para alguns grupos, em particular junto aos jovens. Neste grupo etário poderia estar crescendo, uma certa percepção de funcionalidade no uso de arma como, por exemplo, “resolver disputas”. Há que se ter cuidado com esta combinação de imagens. Há indícios de que os mais os jovens não estejam tão imunes a alguns destes elementos. Como eles são, com maior freqüência, vítimas de armas de fogo, a sobrevivência destas crenças é preocupante.

Tabela 54: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Impressionar os colegas	23,2	18,5	15,9	15,6	14,6	14,6	16,6
Resolver disputas	12,9	12,5	12,9	14,1	13,7	12,5	13,1
Se sentir importante	17,0	20,5	21,4	18,9	18,8	22,5	20,2
Se proteger	14,1	17,1	16,6	14,2	19,3	19,8	17,0
Imitar os outros	4,9	4,9	5,4	5,0	6,1	6,1	5,4
Se sentir forte	27,8	26,5	27,7	32,3	27,4	24,6	27,8

p = 0,047

Tabela 55: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Impressionar os colegas	17,0	15,6	20,2	16,6	19,5	17,4	17,6
Resolver disputas	8,0	7,8	5,7	6,3	5,8	7,4	6,9
Se sentir importante	12,6	14,2	10,9	11,5	15,7	13,4	12,9
Se proteger	30,9	31,4	35,7	34,2	34,8	44,0	34,8
Imitar os outros	6,8	6,0	3,4	7,5	7,0	2,3	5,4
Se sentir forte	24,7	24,9	24,1	23,9	17,1	15,6	22,6

p = 0,107

Em relação a 1999, o uso de armas para “se sentir forte” cresceu em Belo Horizonte, Recife, Manaus, cidades onde quase 1/3 dos entrevistados apontaram este como o principal motivo para se usar armas. Em 2010, “se sentir importante” foi a segunda categoria mais mencionada em relação ao uso de armas em São Paulo, Porto Velho e Salvador. O terceiro motivo mais freqüentemente citado foi o uso de armas “para se proteger”, sendo este mais comum nas cidades de Goiânia, Porto Velho e Porto Alegre, representando nestas três cidades a opinião de quase 1/3 dos entrevistados locais. Este padrão de resposta difere um pouco de 1999, quando algumas capitais também se destacavam por apresentar freqüências superiores à média em relação ao uso de armas. Naquele ano, 51% dos entrevistados de Belém 40,2% dos de Salvador citaram “se proteger” como o principal motivo pelo qual as pessoas usariam armas.

Tabela 56: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Impressionar os colegas	10,2	15,5	17,1	16,8	14,1	21,6	8,4	9,7	15,0	17,1	13,3	16,6
Resolver disputas	7,7	13,0	11,1	16,1	18,3	10,6	3,4	12,8	24,6	11,4	12,7	13,1
Se sentir importante	23,5	12,5	17,1	17,9	13,1	19,9	15,2	17,9	22,5	25,0	13,3	20,2
Se proteger	33,2	24,5	21,0	22,5	20,0	12,9	34,3	21,9	8,9	13,4	30,4	17,0
Imitar os outros	6,6	4,5	8,3	4,6	3,1	5,8	9,0	6,6	6,1	5,0	3,9	5,4
Se sentir forte	18,9	30,0	25,4	22,1	31,4	29,2	29,8	31,1	22,9	28,1	26,5	27,8

p < 0,001

Tabela 57: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Impressionar os colegas	18,6	21,7	13,5	-	9,2	16,1	14,4	14,9	19,6	20,8	15,2	17,6
Resolver disputas	11,3	9,3	5,2	-	5,1	7,9	15,5	4,3	9,3	4,0	17,2	6,9
Se sentir importante	14,4	10,3	11,5	-	10,2	11,3	11,3	21,3	12,4	13,7	14,1	12,9
Se proteger	22,7	33,0	51,0	-	39,8	34,6	34,0	37,2	40,2	31,4	33,3	34,8
Imitar os outros	12,4	7,2	4,2	-	12,2	3,1	5,2	3,2	2,1	6,0	5,1	5,4
Se sentir forte	20,6	18,6	14,6	-	23,5	27,1	19,6	19,2	16,5	24,1	15,2	22,6

p < 0,001

A.4. Uso Da Violência – Comportamentos

Experiência com punição corporal

Na literatura, pesquisas em diferentes áreas têm mostrado que castigos corporais produzem mais danos que benefícios (Aucoin, 2006; Knox, 2010; Gershoff, 2002, 2010; Maker, 2010; Molnar, 2003). Gershoff (2002) demonstra que a punição corporal, na maioria das vezes, é decorrente de conflitos entre adultos e crianças, sendo justificada como uma forma de “educação” dos filhos. Geralmente, os castigos físicos começam de forma menos severa e freqüente e vão se cronificando ao longo do tempo.

A literatura sobre punição corporal revela ainda que pais que foram punidos fisicamente quando crianças tendem a repetir esta experiência, punindo fisicamente seus filhos. A este processo dá-se o nome de “ciclo de abusos”, cuja existência tem sido reiteradamente demonstrada em investigações transgeracionais. Pesquisas como as de Knox (2010) e Maker (2005) demonstraram forte relação entre ser vítima de punição corporal na infância e a maior agressividade nos demais estágios de vida. O modelo explicativo desse processo seria a aprendizagem social. Por este modelo, as crianças, ao serem submetidas a castigos físicos, aprendem um repertório de ações agressivas que tendem a repetir no futuro.

Gershoff (2002, 2010) demonstrou que ter experienciado violência na infância ou na adolescência, favorece a percepção e aprovação da violência como legítima, o que, por sua vez, aumentaria a possibilidade dela ser replicada contra os filhos, reforçando o uso de tais práticas socialmente. Nas pesquisas de Gershoff, o tema da punição corporal na infância foi abordado para se analisar: a) como esta experiência impactava sobre atitudes em relação ao uso da violência, em particular, ao uso ou à expectativa de uso de castigos físicos com os filhos; b) como esta experiência impactava nas expectativas da própria criança em usar a força física como uma forma “legítima” para lidar com conflitos contra terceiros. Tendo estes dados como bases, o autor pôde estimar tanto como se dava a ocorrência do “ciclo de abusos”, como também, a relação existente entre a punição corporal na infância e o uso da violência física contra terceiros.

No presente estudo buscou-se identificar a experiência dos entrevistados quando crianças com a punição corporal. Para tanto, foi utilizada a pergunta se costumava apanharem quando crianças. Caso a resposta fosse afirmativa, perguntava-se com que freqüência isto ocorria e qual era o instrumento utilizado.

Tabela 58: Com qual destas freqüências costumava apanhar quando criança, 2010 e 1999

	2010	1999	Total
Nunca	29,5	20,4	26,9
Em poucas ocasiões	42,0	48,4	43,8
Mais ou menos uma vez por mês	8,4	8,1	8,3
Mais ou menos uma vez por semana	8,8	9,0	8,9
Quase todos os dias	11,4	14,2	12,2
Total	100	100	100

$p < 0,001$

A maioria dos entrevistados, 70,5%, em 2010, como 79,6%, em 1999, revelou ter apanhado quando criança. A despeito desta tendência geral, aumentou, em 2010, o percentual de entrevistados que disseram nunca terem apanhado quando crianças. Enquanto em 1999 apenas 1 em cada 5 entrevistados dizia nunca ter apanhado enquanto criança, em 2010, este número está perto de 1 para cada 3 entrevistados. A maior parte dos que dizem ter apanhado quando criança relata que isto ocorreu “em poucas ocasiões”. Contudo, o percentual de 2010 (42%) é menor do que o de 1999 (48,4%). A queda no percentual de resposta, em 2010, se mantém para todas as categorias, exceto “mais ou menos uma vez por mês”, que cresceu 0,3%.

A punição física regular (quase todos os dias ou uma vez por semana) atingiu 20,2% dos entrevistados, ou seja, 1 em cada 5 entrevistados, relatou ter apanhado regularmente quando criança em 2010. Apesar deste percentual ainda ser alto, houve uma queda em relação a 1999, quando 23,2% dos entrevistados, ou seja, quase 1 em cada 4, diziam ser castigados fisicamente com certa regularidade.

Tão importante quanto identificar se apanhavam e com que a freqüência isto ocorria é identificar com o que apanhavam, em particular, quando este apanhar era quase diário. O primeiro fato a notar é que vários entrevistados, tanto em 1999 como em 2010, relataram terem apanhado com mais de um instrumento e, em segundo lugar, a menção ao uso de instrumentos como chinelo, vara ou cinto e pau ou outro objeto duro. Apesar das menções a estes instrumentos terem caído neste intervalo de tempo, as freqüências destas categorias não são desprezíveis.

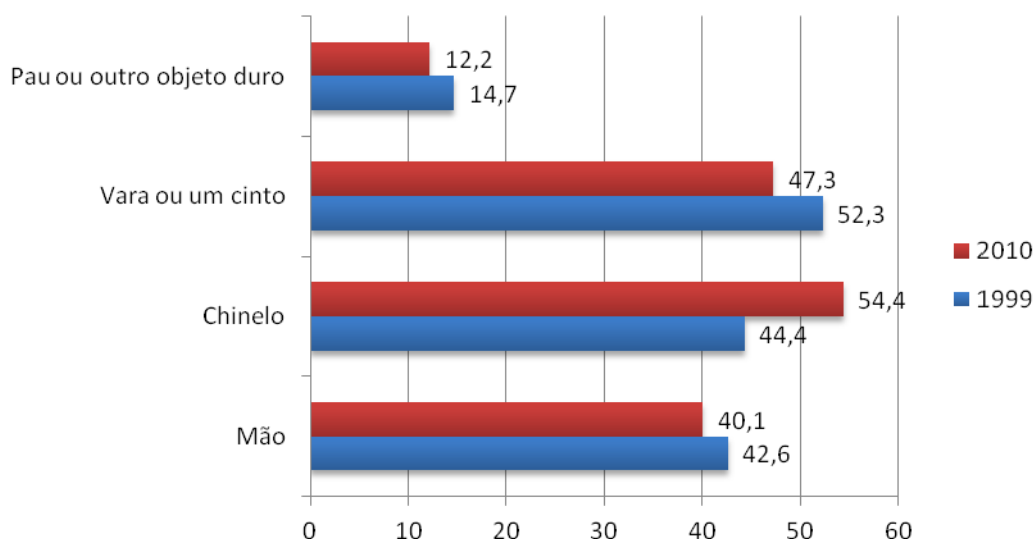
Tabela 59: Com o que costumava apanhar quando criança, 2010 e 1999

	2010	1999
Mão	40,1	42,6
Chinelo	54,4	44,4
Vara ou um cinto	47,3	52,3
Pau ou outro objeto duro	12,2	14,7
Total	154,1	154,0

O total é superior a 100% porque alguns entrevistados mencionaram mais de um instrumento.

Chinelo e vara ou cinto foram os instrumentos de punição mais mencionados em ambos os períodos. Em 2010, o chinelo passou a ser o instrumento mais mencionado e as respostas para todos os demais instrumentos apresentaram queda no período. A maior queda é no uso da vara ou cinto, 5 pontos percentuais.

Gráfico 18: Com o que costumava apanhar 1999-2010



Freqüência com a qual apanhavam e instrumento com o qual apanhavam

Cruzando as respostas de freqüência com que eram punidos com o instrumento com o qual eram castigados, observa-se que os instrumentos com maior potencial de dano são mais usados conforme se aumenta a freqüência com que se é castigado. Percebe-se também que esta associação se mantém ao longo do tempo. Tanto em 1999 como em 2010, quanto mais freqüente era a punição, maior era o número de instrumentos relatados como também era maior a freqüência de relatos de instrumentos com alto potencial de provocar ferimentos. Em 1999, dos que relataram apanhar quase todos os dias ou toda semana (23,2% dos entrevistados), 70,1% revelaram apanhar com cinto ou vara, e 29,1% (quase 1 em cada 3) mencionaram ter apanhado com um “pau ou outro objeto duro”. Em 2010, dentre este grupo (20,2% do total de entrevistados) 68,8% relataram apanhar quase todos os dias ou toda semana com “cinto ou vara” e 26,2% com “pau ou outro objeto duro”. Como se pode observar, apesar da pequena queda, as freqüências são ainda bastante elevadas. Estes dados chamam particularmente atenção porque há, entre aqueles que relataram ter apanhado quase todos os dias ou quase toda semana, a possibilidade de muitos terem sido vítimas de abuso por parte de seus pais ou responsáveis. O preocupante é que esta tendência se manteve praticamente inalterada no período considerado.

Tabela 60: Frequência com que apanhava X instrumento com o qual apanhava, 2010 e 1999

	2010			1999		
	todo dia/toda semana	todo mês	poucas ocasiões	todo dia/toda semana	todo mês	poucas ocasiões
Mão	38,9	38,4	41,1	40,8	32,8	45,1
Chinelo	56,5	58,0	52,7	53,5	43,1	40,3
Vara ou um cinto	68,8	51,9	36,1	70,1	66,5	41,5
Pau ou outro objeto duro	26,2	8,8	6,2	29,1	15,1	7,7
Total	190,4	157,2	136,0	193,5	157,4	134,5

O total é superior a 100% porque alguns entrevistados mencionaram mais de um instrumento.

Quando se separa o grupo dos que mencionaram apanhar quase todos os dias daqueles que mencionaram apanhar quase toda semana, o que foi exposto acima aparece de forma ainda mais grave. Foram estes os que mais citam diversos instrumentos como também os que mais mencionam terem sido castigados com maior frequência e com os instrumentos com maior potencial de dano.

Tabela 61: Com que apanhavam os que responderam que apanhavam quase todos os dias, 2010 e 1999

	2010	1999
Mão	42,3	46,4
Chinelo	56,5	53,5
Vara ou um cinto	73,5	75,6
Pau ou outro objeto duro	33,4	36,3
Total	205,7	211,8

O total é superior a 100% porque alguns entrevistados mencionaram mais de um instrumento.

O uso da vara ou cinto e de pau ou outros objetos duros foi mais presente nas respostas dos que disseram que apanhavam quase todos os dias. Para este grupo, a exposição à punição corporal não apenas foi mais frequente, como também as punições à que foram expostos eram de natureza mais violenta e com maior capacidade de provocar danos severos.

Quando se comparam as respostas de 1999 e 2010, percebe-se que, apesar da pequena queda de frequência nas menções (com exceção de apanhar com chinelo), não houve grande mudança nos padrões de punição entre os que relataram ter “apanhado quase todos os dias”. Isto sugere que pais que batem com frequência em seus filhos podem tender a usar o mesmo repertório de instrumentos para bater, qualquer que seja a geração.

Punição corporal por faixa etária

Há forte diferença entre as faixas etárias na experiência relatada de punição corporal na infância. Esta diferença cresceu entre 1999 e 2010 sugerindo que, ao longo dos anos, diferentes práticas de disciplina têm sido usadas pelos pais/responsáveis. Em 2010, existem diferenças entre faixas etárias, mas o crescimento observado na frequência de “nunca” apanhou quando criança ocorreu em todas as faixas etárias, reduzindo as diferenças que havia entre as mesmas em 1999. Em relação aos jovens (de 16 a 19 anos) o percentual dos que relataram nunca ter apanhado quando criança mais que dobrou. Cresceu também esta resposta na faixa entre 50 e 59 anos e se manteve alta acima de 60 anos. Nestas três faixas etárias, 1 em cada 3 entrevistados relatou “nunca ter apanhado”. A menor frequência de “nunca” apanhou foi observada junto aos entrevistados com idade entre 30 e 39 anos (24,8%). Caiu, para todas as faixas etárias, o número de pessoas que relatavam apanhar ocasionalmente. A maior queda foi para o grupo entre 16 e 19 anos (-36,9%) e a menor foi para o grupo entre 60 anos ou mais (-3,7%).

Ao mesmo tempo, diminuiu, em 2010, o número de jovens com menos de 19 anos que relatam ter apanhado quando criança. É nesta faixa etária que encontramos o maior aumento de “quase todos os dias”. Esta frequência passou de 9,7%, em 1999, para 11,4%, em 2010. Tem-se assim um duplo padrão de experiência entre os jovens: dobrou o número daqueles que nunca apanharam e, paradoxalmente, cresceu também o número de jovens que relatam ter apanhado quase todos os dias.

Em 1999, a tendência era que quanto maior a idade do entrevistado, menor a menção a ter apanhado quando criança. Enquanto 32,5% daqueles com 60 anos ou mais responderam que nunca apanharam quando criança e apenas 15,4% dos mais jovens (16 a 19 anos) deram esta mesma resposta. A diferença pode decorrer também da memória, pois é possível que à medida que a idade avance, as pessoas se distanciem dos fatos e, alguns deles, sejam esquecidos, até mesmo como certa defesa. Ainda em 1999, as maiores frequências de apanhar “quase todos os dias” foram encontradas entre os respondentes nas faixas etárias acima de 19 anos.

Tabela 62: Frequência com que apanhava quando criança X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Nunca	32,6	27,4	24,8	28,4	33,9	33,7	29,5
Em poucas ocasiões	37,5	46,0	45,1	41,0	36,2	41,6	42,0
Mais ou menos uma vez	9,6	8,3	9,7	7,9	7,7	7,3	8,4
Mais ou menos uma vez	8,9	8,7	9,8	10,3	8,5	6,6	8,8
Quase todos os dias	11,4	9,7	10,7	12,5	13,8	10,9	11,4
Total	100	100	100	100	100	100	100

p = 0,002

Tabela 63: Frequência com que apanhava quando criança X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Nunca	15,4	15,1	17,7	24,9	21,6	32,5	20,4
Em poucas ocasiões	59,4	51,3	47,7	44,2	44,3	43,2	48,4
Mais ou menos uma vez	6,1	9,2	9,3	6,7	11,1	5,1	8,1
Mais ou menos uma vez	9,5	9,0	10,2	10,1	8,2	5,8	9,0
Quase todos os dias	9,7	15,4	15,1	14,2	14,8	13,4	14,2
Total	100	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

p < 0,001

Entre as faixas etárias, destaca-se a aquela entre 16 e 19 anos. Se, por um lado, aumentou, entre 1999 e 2010, o número de respondentes que nunca apanharam, por outro, cresceu em 18,7% o número dos que afirmavam apanhar regularmente quando crianças. Entre os que apanhavam regularmente, subiu 58,7% o número dos que recordavam ter apanhado mais ou menos uma vez por mês e 17,5% os que apanhavam quase todos os dias. Também houve um discreto aumento de menções a ter apanhado na faixa mais idosa, acima de 60 anos.

Estes números parecem reforçar a evidência de que o uso da punição corporal, que vinha caindo, principalmente para as faixas etárias entre 20 e 59 anos, não apenas voltou a ganhar forças, mas parece que seu uso também se tornou mais freqüente.

Tabela 64: Variação observada da freqüência com que costumava apanhar X Faixa etária , 1999 e 2010

	<= 19 anos			20/29 anos			30/39 anos			40/49 anos			50/59 anos			60 ou +		
	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %
Quase todos os dias	9,7	11,4	17,5	15,4	9,7	-37,3	15,1	10,7	-29,4	14,2	12,5	-12,1	14,8	13,8	-6,8	13,4	10,9	-18,7
Mais ou menos uma vez por semana	9,5	8,9	-5,6	9,0	8,7	-4,2	10,2	9,8	-4,3	10,1	10,3	1,7	8,2	8,5	2,9	5,8	6,6	13,6
Mais ou menos uma vez por mês	6,1	9,6	58,7	9,2	8,3	-9,4	9,3	9,7	4,3	6,7	7,9	18,5	11,1	7,7	-31,0	5,1	7,3	43,2
Em poucas ocasiões	59,4	37,5	-36,9	51,3	46,0	-10,4	47,7	45,1	-5,4	44,2	41,0	-7,2	44,3	36,2	-18,2	43,2	41,6	-3,7
Nunca	15,4	32,6	111,6	15,1	27,4	81,9	17,7	24,8	39,9	24,9	28,4	14,1	21,6	33,9	57,1	32,5	33,7	3,5

Com o que costumava apanhar por faixa etária

Entre 1999 e 2010, cresceu, entre os mais jovens (16 a 19 anos), a menção de terem apanhado, quando criança, com chinelo, vara ou cinto e com pau ou objeto duro. Nas outras faixas etárias, cresceu apenas a menção de apanhar com chinelo. Todas as outras alternativas apresentaram queda. Contudo, apesar da queda, o fato de ter crescido a menção à vara ou pau entre os mais jovens sugere um ressurgimento de práticas que pareciam cair em desuso. Em 1999, a diferença entre as faixas etárias em relação aos instrumentos de punição era justamente maior entre os mais jovens, que relatavam menor frequência de punição com características abusivas. Em 2010, esta diferença desaparece e o padrão das punições fica muito mais próximo entre as faixas etárias mais jovens e mais velhas. Isto parece frustrar as expectativas de que, a medida em que a sociedade adquire padrões mais refinados de sensibilidade em relação à violência, mais esta seria rejeitada e menos freqüente seria o uso da punição física.

Tabela 65: Com o que costumava apanhar X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Mão	52,8	43,4	43,7	37,1	34,2	33,2	40,1
Chinelo	60,5	58,7	57,4	53,3	50,4	45,7	54,4
Vara ou um cinto	39,9	42,2	47,6	48,8	50,9	53,3	47,3
Pau ou outro objeto duro	11,9	10,2	11,4	14,1	11,9	14,8	12,2
Total	165,1	154,5	160,1	153,2	147,4	146,9	154,1

Tabela 66: Com o que costumava apanhar X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Mão	55,8	46,0	37,7	39,1	37,6	40,0	42,6
Chinelo	38,3	54,1	47,4	38,2	43,1	31,2	44,4
Vara ou um cinto	35,4	48,3	56,7	60,4	59,3	53,2	52,3
Pau ou outro objeto duro	6,8	12,6	14,7	17,1	19,0	20,9	14,7
Total	136,3	160,9	156,5	154,7	159,0	145,3	154,0

Tabela 67: Variação observada no instrumento com o qual apanhava X Faixa etária , 1999 e 2010

	<= 19 anos			20/29 anos			30/39 anos			40/49 anos			50/59 anos			60 ou +		
	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %	1999	2010	var. %
Mão	47,2	35,5	-24,8	38,9	31,2	-19,8	31,0	32,6	5,2	29,4	26,2	-10,9	29,5	22,2	-24,7	26,8	21,6	-19,4
Chinelo	32,4	40,6	25,3	45,8	42,3	-7,6	38,9	42,8	10,0	28,7	37,7	31,4	33,8	32,8	-3,0	20,9	29,7	42,1
Vara ou cinto	30	26,8	-10,7	40,9	30,4	-25,7	46,5	35,5	-23,7	45,4	34,5	-24,0	46,5	33,1	-28,8	35,7	34,7	-2,8
Pau ou outro objeto duro	5,7	8	40,4	10,7	7,3	-31,8	12,1	8,5	-29,8	12,8	9,9	-22,7	14,9	7,7	-48,3	14	9,6	-31,4

Freqüência com a qual apanhava e instrumento com o qual apanhava por faixa etária

Considerando-se a freqüência, o instrumento usado e a faixa etária e tomando como grupo focal os que relataram ter apanhado quase todos os dias, o que poderia indicar abuso e maus tratos, têm-se, em 1999, três faixas etárias que mais mencionaram terem sido vítimas deste tipo de castigo: de 20 a 29 anos, de 50 a 59 anos e acima de 60 anos. Ou seja, estas faixas etárias sugerem que este tipo de disciplina, ainda que muito presente junto a estas gerações, poderia estar caindo em desuso. Contudo, os dados de 2010, parece refutar esta hipótese ou, ao menos, a enfraquece, pois aumentou o relato de vítimas deste tipo de punição junto ao grupo mais jovem, entre 16 e 19 anos. Este grupo é também um dos grupos que mais relatou ter apanhado com mais de um instrumento.

Tabela 68: Com que apanhavam os que responderam que apanhavam quase todos os dias X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Mão	53,5	46,6	52,7	35,5	37,4	33,3	42,3
Chinelo	68,6	62,6	61,4	55,7	52,3	42,5	56,5
Vara ou cinto	66,0	74,7	75,9	73,0	75,7	70,8	73,5
Pau ou outro objeto duro	35,2	38,5	35,6	28,1	22,1	44,8	33,4
Total	223,3	222,4	225,6	192,3	187,5	191,4	205,7

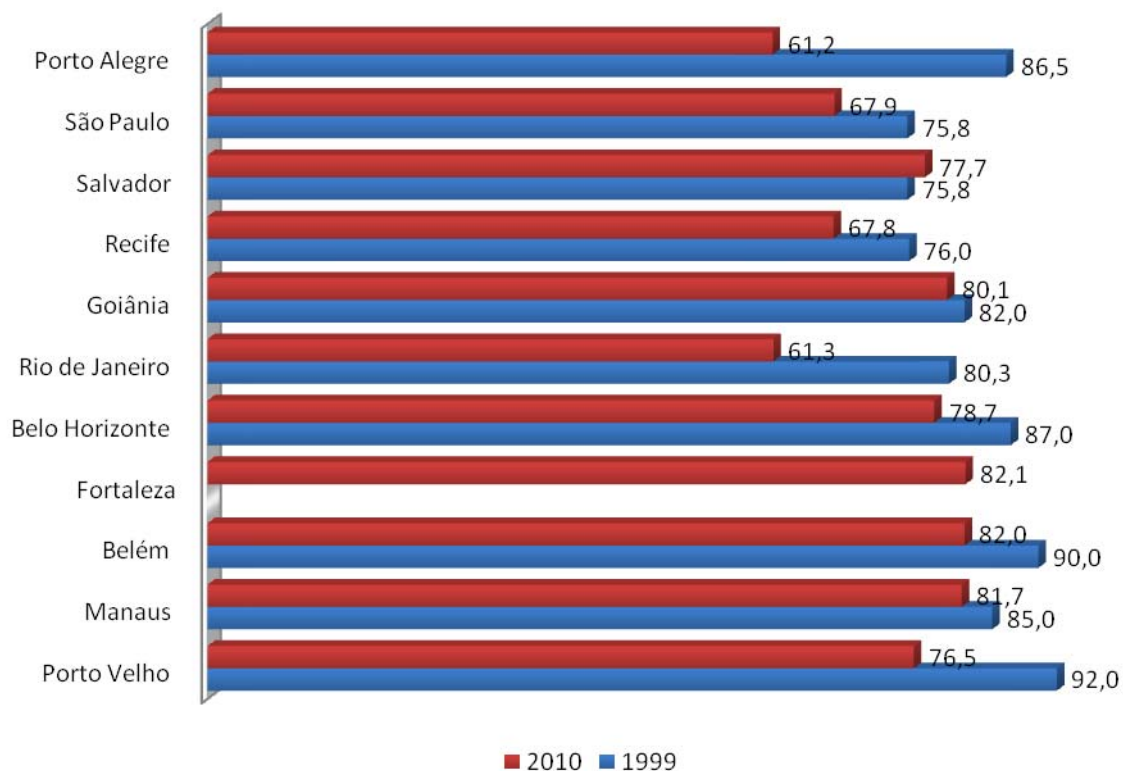
Tabela 69: Com que apanhavam os que responderam que apanhavam quase todos os dias X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Mão	66,7	44,6	44,4	44,6	49,2	42,9	46,4
Chinelo	44,8	60,3	51,3	58,5	66,7	31,0	53,5
Vara ou cinto	56,9	86,4	64,3	76,1	90,9	72,2	75,6
Pau ou outro objeto duro	26,7	38,7	34,3	32,2	41,0	42,5	36,3
Total	195,1	230,0	194,2	211,3	247,7	188,6	211,9

Punição corporal por cidade

Entre as capitais pesquisadas em 2010, foi em Fortaleza (82,1%), Belém (82,0%), Manaus (81,7) e Goiânia (80,1%) que mais entrevistados mencionaram terem sofrido algum tipo de punição corporal quando criança. Já em Porto Alegre (38,8%) e Rio de Janeiro (38,8%) foram as cidades que apresentaram maior freqüência de resposta “nunca” apanhou quando criança. Em 1999, a menor freqüência dos que mencionaram terem sido castigados corporalmente estava no Salvador (75,8%) e o maior percentual estava em Porto Velho (92%). Em 2010, a menor freqüência foi a de Porto Alegre (61,2%) e a maior a de Fortaleza (82,1%).

Gráfico 19. Experiência de punição corporal x Capital, 2010-1999



Freqüência de punição corporal

Na maioria das cidades pesquisadas em 2010, os entrevistados revelaram ter apanhado em poucas ocasiões, ou nunca ter apanhado. Em Porto Alegre e Rio de Janeiro, por exemplo, a resposta “nunca” apanhou foi a mais freqüente. Ser punido com freqüência regular: “mais ou menos uma vez por mês”, “mais ou menos uma vez por semana” ou ainda “quase todos os dias” foi mais mencionado pelos entrevistados de Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Manaus, Salvador e Belém. Nestas cidades cerca de 1/3 dos entrevistados se enquadram nestas condições. Ou seja, como sugerido anteriormente, em uma mesma cidade há vários padrões de experiência com a punição corporal como é o caso de Belém e Fortaleza, onde, se por um lado, a maior parte das punições corporais foram ocasionais, respectivamente 50,5% e 46,8%, por outro, 1/4 dos entrevistados teve uma experiência bastante diversa, apanhando com freqüência. Em Goiânia, Recife, Salvador e Belo Horizonte também ocorreram as maiores freqüências de menção a “apanhar quase todos os dias”.

Tabela 70: Frequência com que costumava apanhar quando criança X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Nunca	23,5	18,3	18,0	17,9	21,3	38,8	19,9	32,2	22,3	32,1	38,8	29,5
Em poucas ocasiões	50,5	48,0	50,5	46,8	41,5	37,3	48,3	33,7	45,7	42,5	35,1	42,0
Mais ou menos uma vez mês	6,0	8,9	7,7	11,0	8,3	8,4	5,0	8,9	10,3	7,7	8,0	8,4
Mais ou menos uma vez por semana	8,5	12,9	11,3	12,3	13,3	6,7	10,0	9,4	6,0	8,0	10,1	8,8
Quase todos os dias	11,5	11,9	12,4	12,0	15,6	8,9	16,9	15,8	15,7	9,7	8,0	11,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$p < 0,001$

Tabela 71: Frequência com que costumava apanhar quando criança X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Nunca	8,0	15,0	10,0	-	13,0	19,7	18,0	24,0	24,2	24,2	13,4	20,4
Em poucas ocasiões	43,0	48,0	59,0	-	54,0	52,7	43,0	45,0	45,5	45,0	50,5	48,4
Mais ou menos uma vez mês	19,0	15,0	4,0	-	7,0	5,3	20,0	9,0	9,1	7,4	11,3	8,1
Mais ou menos uma vez por semana	21,0	6,0	9,0	-	11,0	10,0	5,0	11,0	7,1	8,4	10,3	9,0
Quase todos os dias	9,0	16,0	18,0	-	15,0	12,3	14,0	11,0	14,1	15,0	14,4	14,2
Total	100,0	100,0	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

$p = 0,026$

Comparativamente a 1999, cresceu a resposta “nunca apanhou quando criança” em todas as cidades pesquisadas, exceção feita à Salvador, onde caiu. O maior crescimento de “nunca apanhou” ocorreu em Porto Alegre, seguida do Rio de Janeiro e Porto Velho. Em Porto Alegre e Porto Velho o número de pessoas que respondeu nunca ter apanhado praticamente triplicou, e no Rio de Janeiro, este número praticamente dobrou.

Gráfico 20. Nunca apanhava quando criança x Capital, 1999-2010

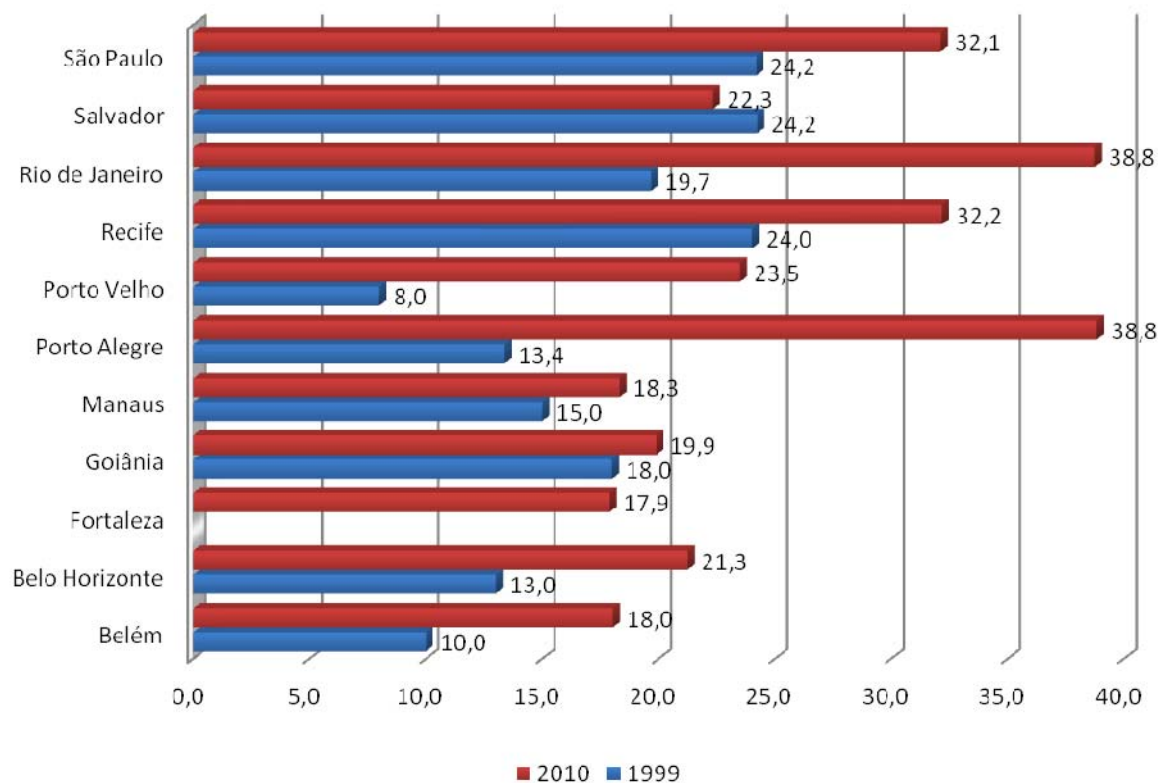
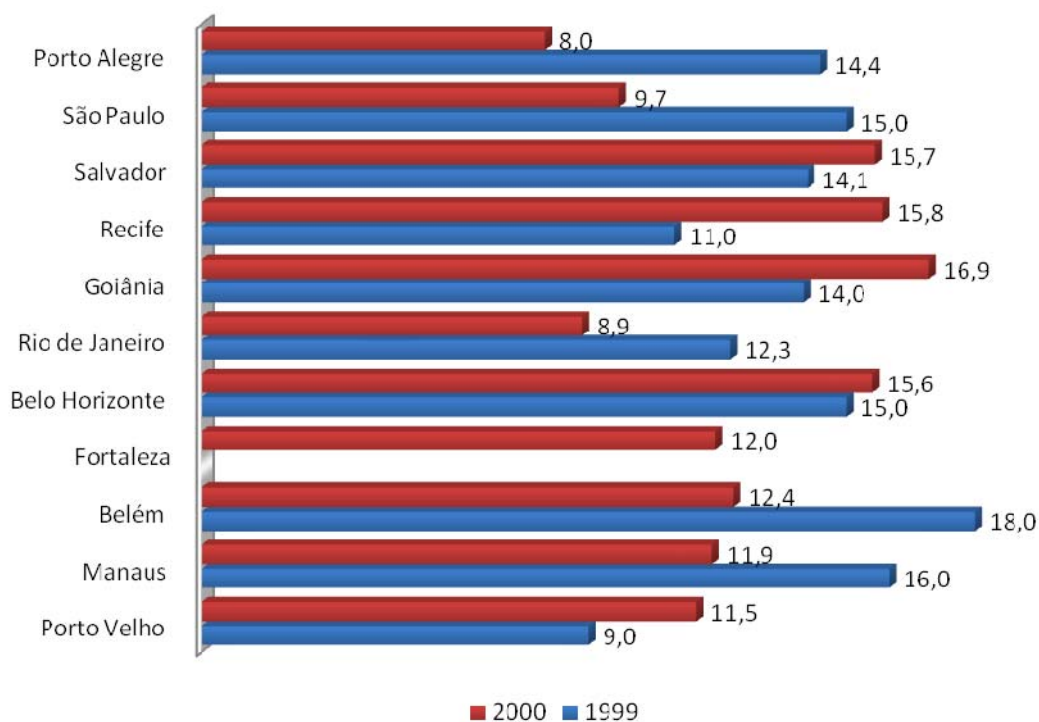


Gráfico 21. Apanhava quase todos os dias x Capital, 1999-2010



Apanhar quase todos os dias caiu, entre 1999 e 2010, na maioria das cidades pesquisadas, exceção feita a Salvador, Recife, Goiânia, Belo Horizonte e Manaus. Chama atenção Porto Velho, onde, paralelamente ao significativo aumento dos que responderam “nunca” terem apanhado, também cresceu no período os que disseram que apanhavam quase todos os dias (27,8%). Além de Porto Velho, esta mesma tendência de aumento dos que responderam “nunca” ter apanhado e aumento dos que mencionaram apanhar “quase todos os dias” foi observada em Belo Horizonte, Goiânia e Recife. Ou seja, nestas cidades estão sendo relatados dois tipos de experiência: enquanto cresce a experiência de punição corporal junto a um grupo da população, ela cai substancialmente para outro grupo.

Gráfico 22. Frequência com que costumava apanhar quando criança X Capital, 1999

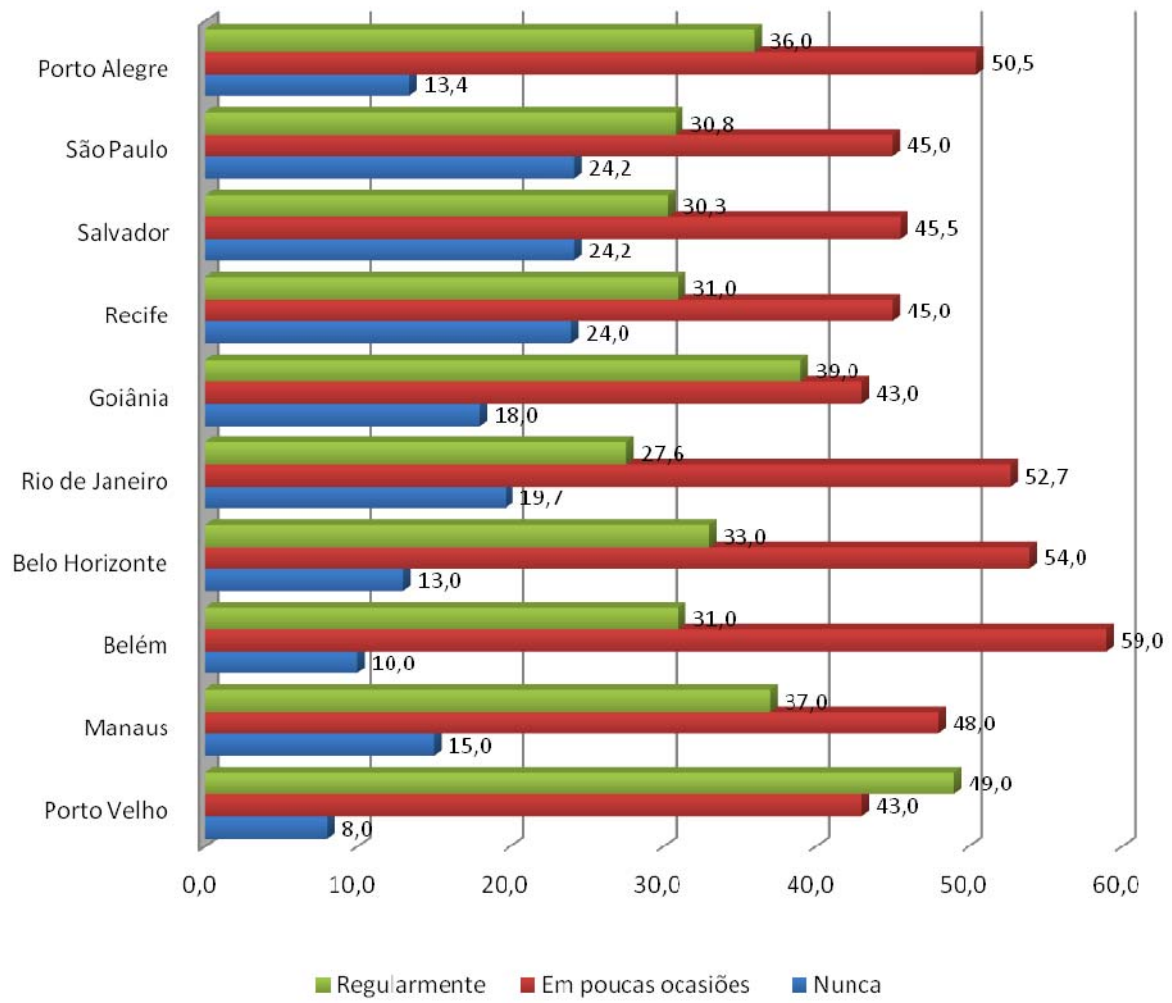
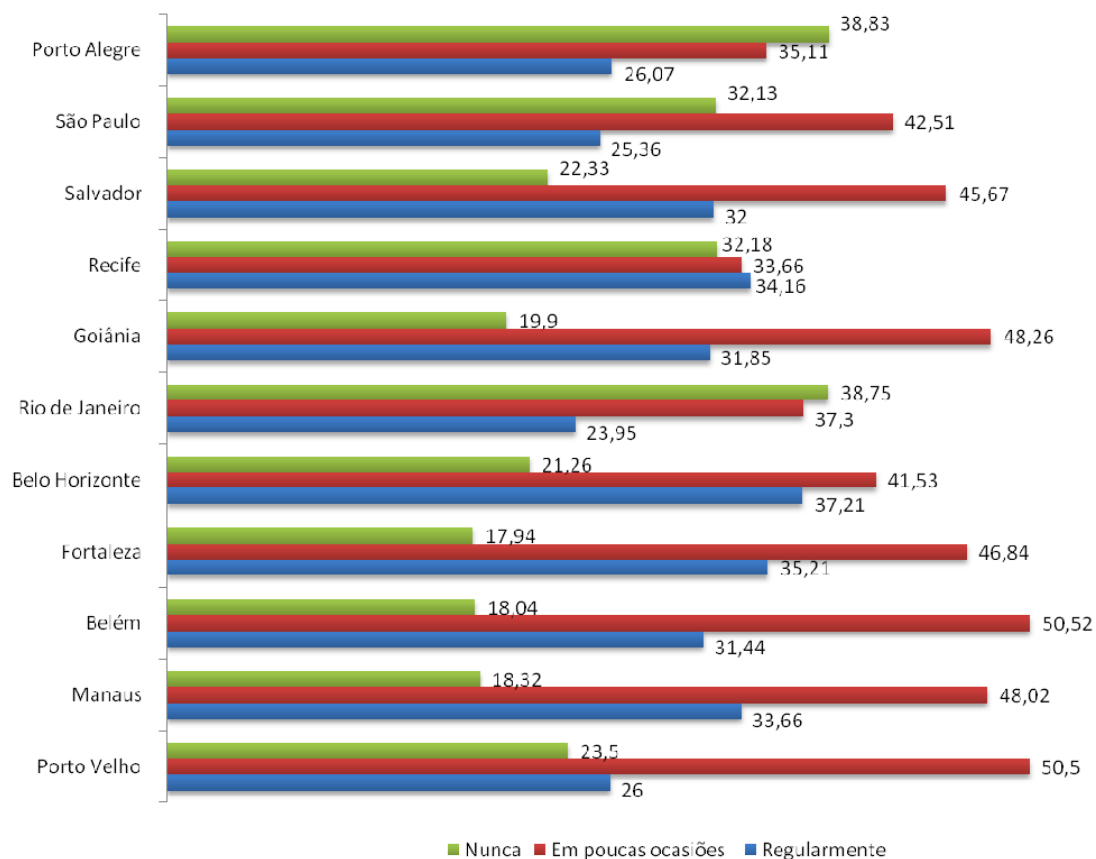


Gráfico 23. Frequência com que costumava apanhar quando criança X Capital, 2010



Porto Alegre foi a capital onde a experiência da punição física parece ter diminuído de modo mais consistente, pois não só aumentou o número de respondentes que disseram nunca ter apanhado, como caíram todas as frequências de respostas que indicam experiência de punição corporal.

Tabela 72: Variação observada da frequência com que costumava apanhar X Capital, 1999 e 2010

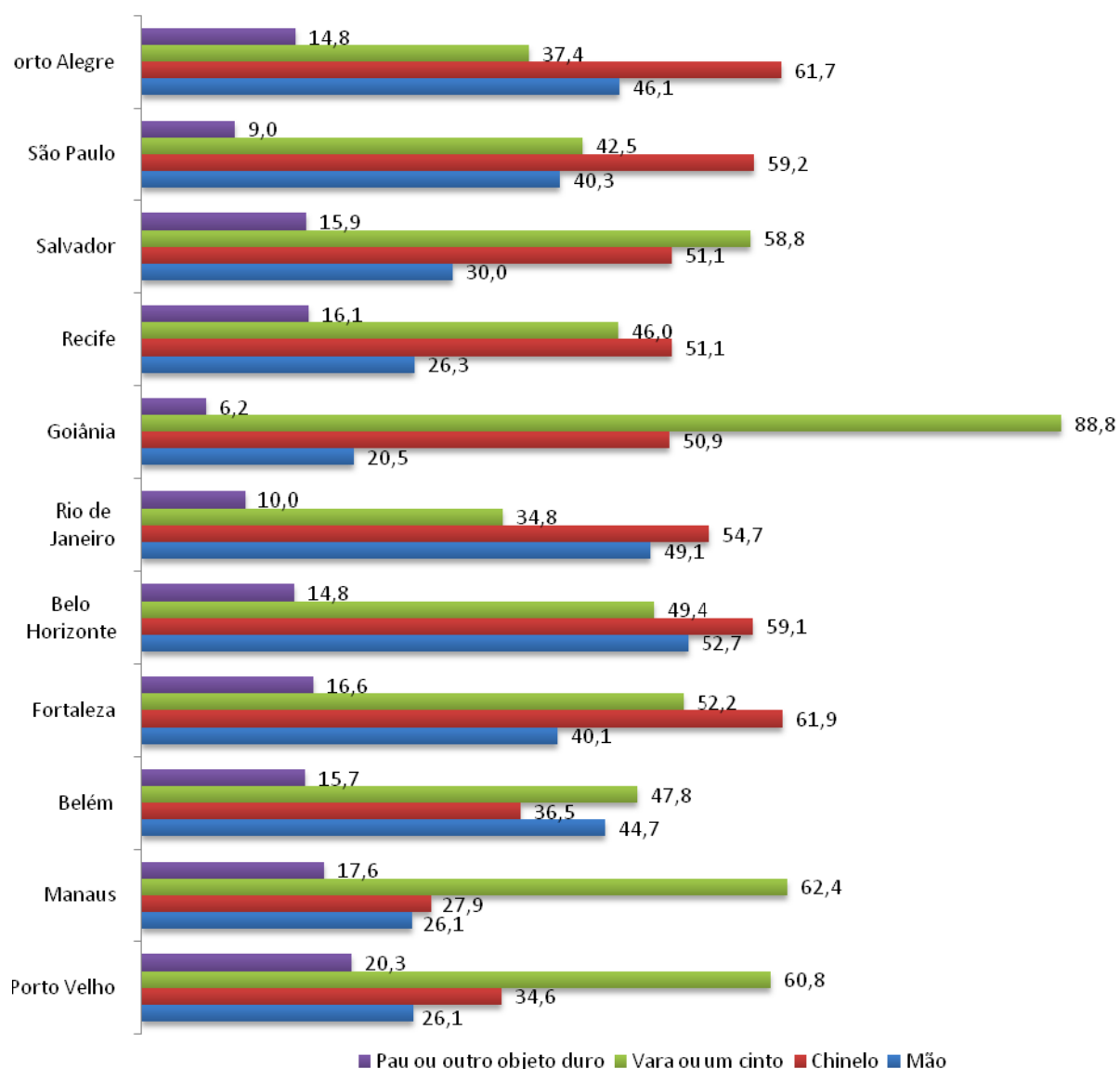
	Porto Velho			Manaus			Belém			Fortaleza			Belo Horizonte			Rio de Janeiro		
	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%
Quase todos os dias	9,0	11,5	27,8	16,0	11,9	-25,8	18,0	12,4	-31,3	-	12,0	-	15,0	15,6	4,1	12,3	8,9	-28,0
Uma vez por semana	21,0	8,5	-59,5	6,0	12,9	114,5	9,0	11,3	26,0	-	12,3	-	11,0	13,3	20,8	10,0	6,7	-33,2
Uma vez por mês	19,0	6,0	-68,4	15,0	8,9	-40,6	4,0	7,7	93,3	-	11,0	-	7,0	8,3	18,7	5,3	8,4	58,9
Em poucas ocasiões	43,0	50,5	17,4	48,0	48,0	0,0	89,0	50,5	-43,2	-	46,8	-	54,0	41,5	-23,1	52,7	37,3	-29,2
Nunca	8,0	23,5	193,8	15,0	18,3	22,1	10,0	18,0	80,4	-	17,9	-	13,0	21,3	63,5	19,7	38,8	96,7

	Goiânia			Recife			Salvador			São Paulo			Porto Alegre		
	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%
Quase todos os dias	14,0	16,9	20,9	11,0	15,8	44,0	14,1	15,7	11,1	15,0	9,7	-35,3	14,4	7,98	-44,6
Uma vez por semana	5,0	10,0	99,0	11,0	9,4	-14,5	7,1	6,0	-15,5	8,4	8,0	-5,4	10,3	10,1	-1,8
Uma vez por mês	20,0	5,0	-75,1	9,0	8,9	-1,0	9,1	10,3	13,5	7,4	7,7	4,1	11,3	7,98	-29,4
Em poucas ocasiões	43,0	48,3	12,2	45,0	33,7	-25,2	45,5	45,7	0,4	45,0	42,5	-5,5	50,5	35,1	-30,5
Nunca	18,0	19,9	10,6	24,0	32,2	34,1	24,2	22,3	-7,7	24,2	32,1	32,8	13,4	38,8	189,8

Com o que costumava apanhar por cidade

Os instrumentos usados na punição corporal apresentam variações por cidade. Raramente é citado apenas um tipo de instrumento pelos entrevistados e isto se reflete no percentual de menções. Em 2010, Goiânia (88,8%), Manaus (62,4%), Porto Velho (60,8%) e Salvador (58,8%) se distinguem das outras cidades pela frequência de menção ao uso de vara ou cinto como instrumentos de punição. Isto sugere que, nestas cidades, mesmo aqueles que relataram terem apanhado em poucas ocasiões podem ter sido vítimas de abuso. O chinelo foi mais mencionado em Fortaleza (61,9%) e em Porto Alegre (61,7%), além de São Paulo (59,2%) e Belo Horizonte (59,1%). É também em Belo Horizonte (52,7%) onde a palmada é mais citada. A palmada é menos mencionada nas cidades arroladas até o momento, sugerindo que os instrumentos anteriormente mencionados sejam os que lá predominam. A palmada é mencionada ainda no Rio de Janeiro (49,1%) em Porto Alegre (46,1%) e Belém (44,7%). O uso de pau ou outro objeto duro foi mais mencionado em Porto Velho (20,3%) seguida de Manaus (17,6%), Fortaleza (16,7%) e Belém (15,7%). Cabe realçar que em Porto Alegre, a despeito da queda generalizada da menção a ter apanhado quando criança, há, comparativamente, uma larga menção a ter apanhado de pau ou outro objeto duro (14,8%) e este mesmo percentual encontrado em Belo Horizonte.

Gráfico 24. Com o que costumava apanhar x Capitais, 2010



Comparativamente a 1999 caiu, em 2010, a menção ao uso de pau ou objeto duro em quase todas as cidades pesquisadas, com exceção de Belo Horizonte (de 10,3% passou para 14,8%), e Porto Alegre (de 9,5% passa para 14,8%), onde cresceu esta resposta.

Gráfico 25. Com o que costumava apanhar x Capitais, 1999

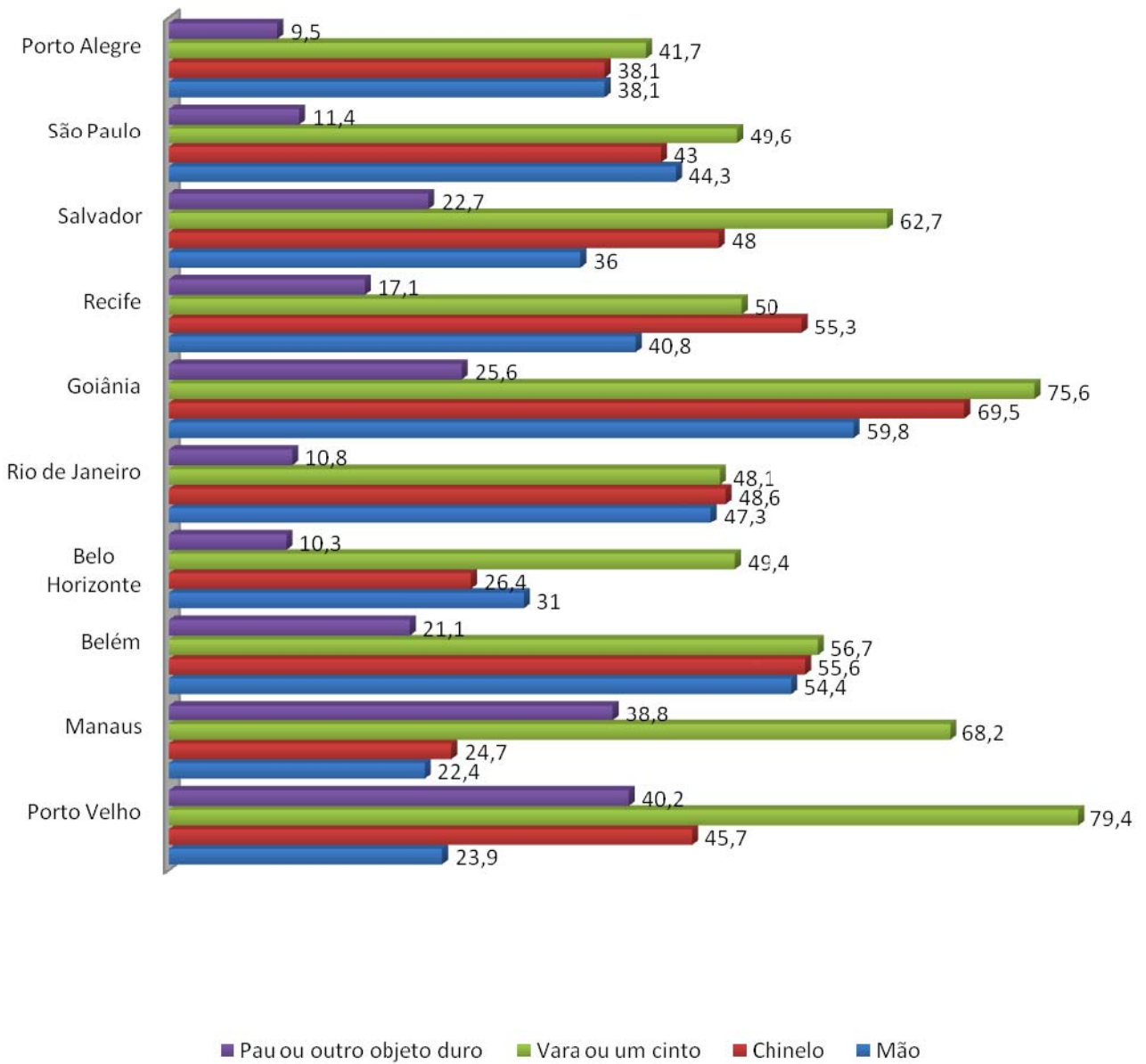


Tabela 73: Variação observada no instrumento com o qual apanhava X Capitais , 1999 e 2010

	Porto Velho			Manaus			Belém			Fortaleza			Belo Horizonte			Rio de Janeiro		
	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%
Mão	23,9	26,1	9,2	22,4	26,1	16,5	54,4	44,7	-17,8	-	40,1	-	31,0	52,7	70,0	47,3	49,1	3,8
Chinelo	45,7	34,6	-24,3	24,7	27,9	13,0	55,6	36,5	-34,4	-	61,9	-	26,4	59,1	123,9	48,6	54,7	12,6
Vara ou um cinto	79,4	60,8	-23,4	68,2	62,4	-8,5	56,7	47,8	-15,7	-	52,2	-	49,4	49,4	0,0	48,1	34,8	-27,7
Pau ou outro objeto duro	40,2	20,3	-49,5	38,8	17,6	-54,6	21,1	15,7	-25,6	-	16,7	-	10,3	14,8	43,7	10,8	10,0	-7,4

	Goiânia			Recife			Salvador			São Paulo			Porto Alegre		
	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%	1999	2010	var.%
Mão	59,8	20,5	-65,7	40,8	26,3	-35,5	36,0	30,0	-16,7	44,3	40,3	-9,0	38,1	46,1	21,0
Chinelo	69,5	50,9	-26,8	55,3	51,1	-7,6	48,0	51,1	6,5	43,0	59,2	37,7	38,1	61,7	61,9
Vara ou um cinto	75,6	88,8	17,5	50,0	46,0	-8,0	62,7	58,8	-6,2	49,6	42,5	-14,3	41,7	37,4	-10,3
Pau ou outro objeto duro	25,6	6,2	-75,8	17,1	16,1	-5,8	22,7	15,9	-30,0	11,4	9,0	-21,1	9,5	14,8	55,8

A punição quase todos os dias e o tipo de instrumento usado por cidade

Como observado anteriormente, na medida em que se aumenta a frequência de apanhar, aumenta também a probabilidade de que esta punição seja, na verdade, parte de um padrão de abuso. O uso de vara ou cinto e de pau ou objeto duro aparecem juntos, em 2010. Estes instrumentos foram citados com maior frequência por aqueles que apanharam “quase todos os dias” em Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Porto Velho. Esta combinação de instrumentos e frequência também é relativamente alta em Belém, Belo Horizonte e Salvador.

Este perfil das cidades, em relação aqueles que relatam ter apanhando com muita frequência, difere daquele identificado em 1999. Naquele ano, as cidades que se destacavam por apresentarem uma alta frequência tanto do uso de vara e cinto como de pau ou outro objeto duro foram Porto Velho, Goiânia, Salvador e Manaus.

Gráfico 26. Instrumento com que apanhavam aqueles que apanhavam quase todos os dias X Capital, 2010

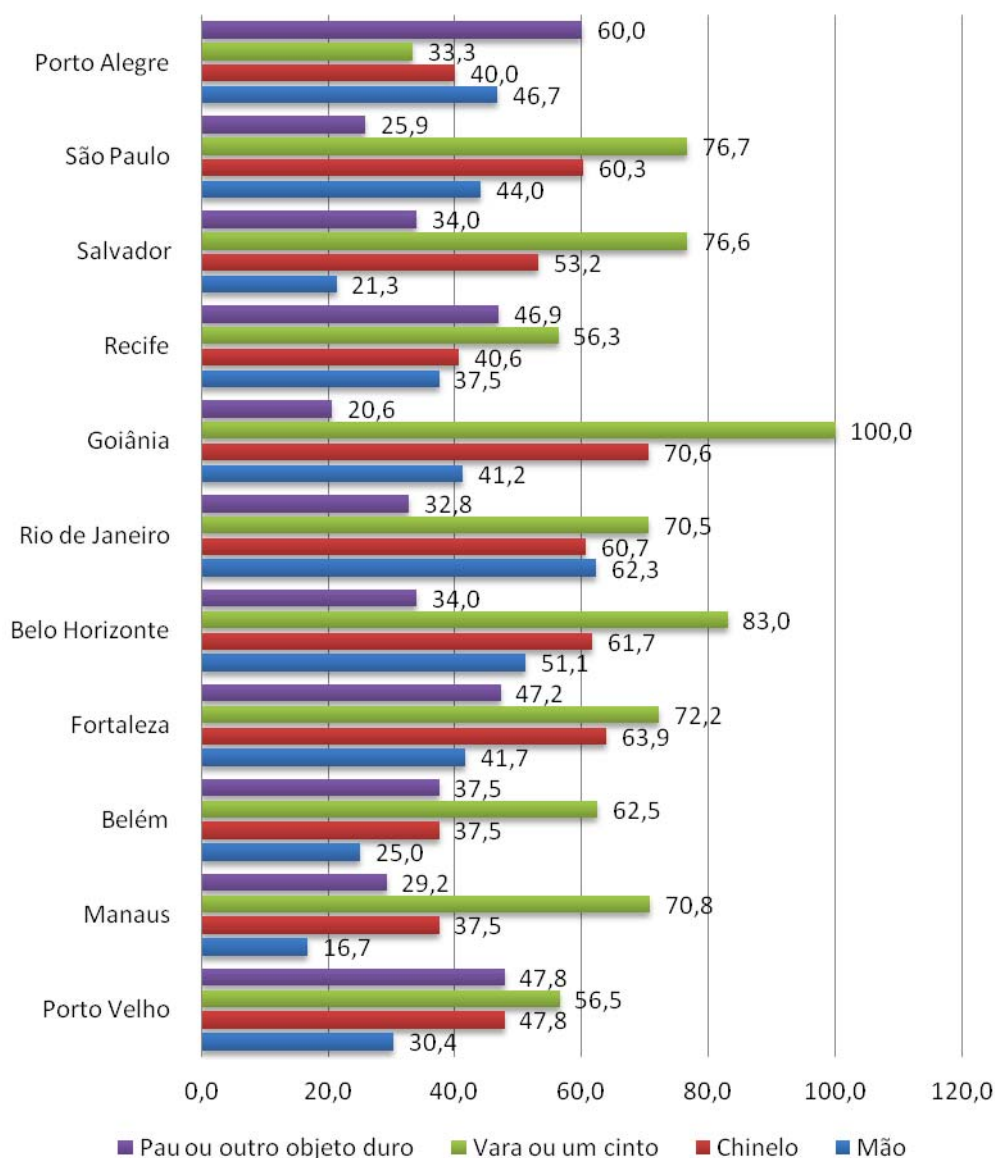
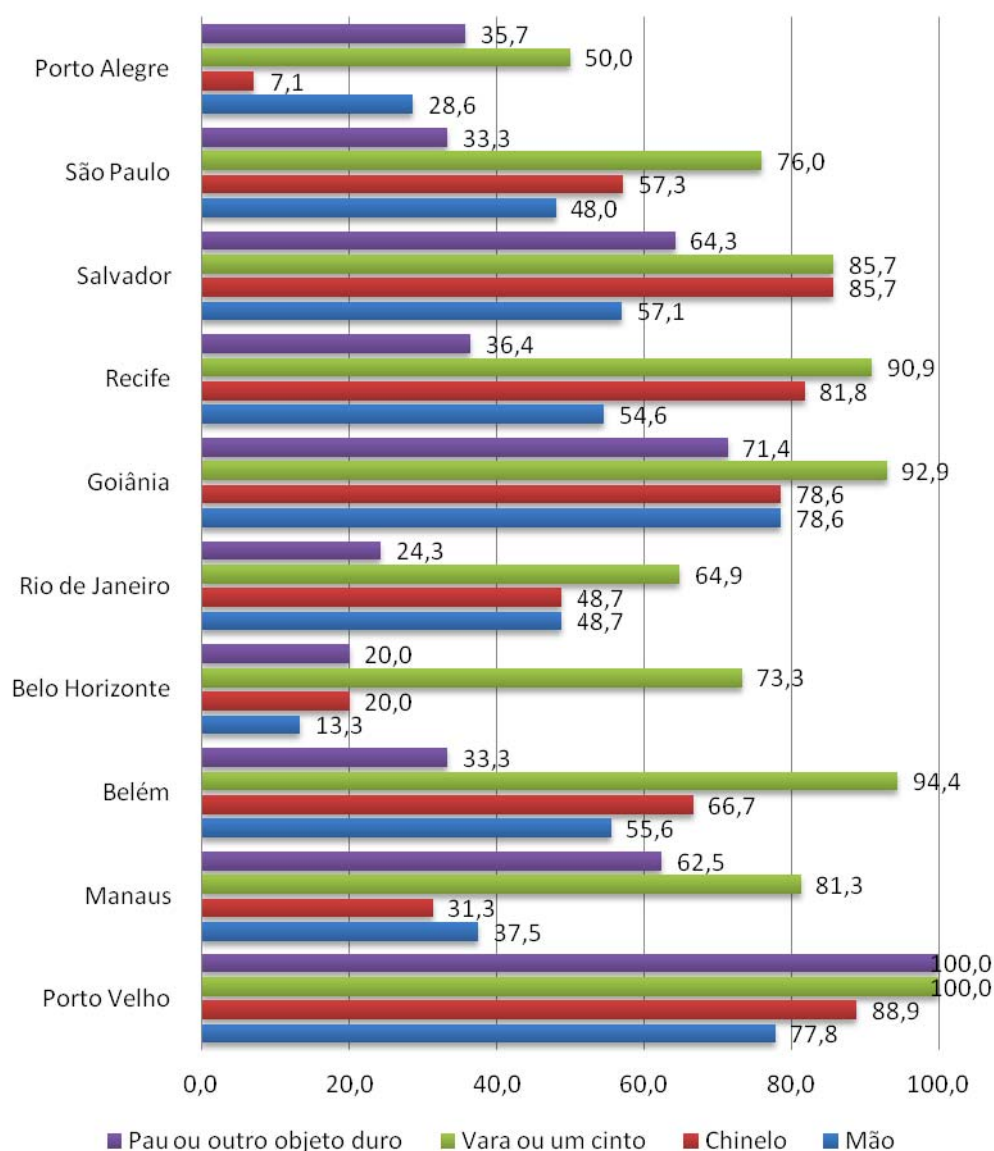


Gráfico 27. Instrumento com que apanhavam aqueles que apanhavam quase todos os dias X Capital, 1999



A Reprodução da Punição Corporal

A literatura aponta que há forte probabilidade de que adultos que sofreram punição corporal reproduzam esta prática com seus filhos. Para se examinar se isto pode ocorrer também no Brasil foi apresentada aos entrevistados uma lista de situações que podem ocorrer e pedido que escolhessem, dentre as alternativas, qual adotariam.

“Qual destas atitudes tomaria caso:

- ▶ O(a) sr(a) descobre que seu filho(a) vem mentindo
- ▶ Seu filho(a) é pego furtando pequenas coisas em supermercado
- ▶ O(a) sr(a) descobre que seu filho(a) tem faltado muito às aulas
- ▶ O diretor da escola chama o(a) sr(a) para reclamar que seu filho(a) fica fazendo bagunça no meio da aula

- ▶ Seu filho(a) é pego grafitando ou pichando muro
- ▶ O(a) sr(a) encontra seu filho(a) fumando maconha
- ▶ O seu filho(a) fica fora de casa até altas horas”

As alternativas apresentadas eram :

- ▶ Bateria muito nele,
- ▶ Conversaria com ele para entender por que fez isso,
- ▶ O proibiria de ver programas de TV favoritos ou de sair com amigos,
- ▶ Procuraria ajuda profissional- terapeuta/médico/pedagogo,
- ▶ Chamaria a polícia,
- ▶ Nenhuma destas,
- ▶ Não sabe/ Não opinou

As situações apresentadas variam em termos de gravidade e o rol das alternativas de resposta também varia em termos de intensidade e gravidade: do diálogo ao chamar a polícia, passando pelo uso de força física.

A resposta mais freqüente, para qualquer uma das situações, é a de procurar conversar com o filho(a). Entretanto, entre 1999 e 2010, caiu a freqüência de resposta a esta alternativa para todos os problemas de comportamento apresentados. Caiu também a freqüência de recurso a profissionais e aumentou a menção a proibir certos tipos de lazer (ver TV e sair com amigos), chamar a polícia e bater.

Em ambos os períodos, situações como pegar o filho furtando, grafitando ou fumando maconha eram as que mais despertavam a disposição para o uso da punição corporal como forma de disciplina. Chama particularmente atenção que, entre 1999 e 2010, aumentou a freqüência dos que se mostravam dispostos a bater muito nos filhos. Ao contrário do que se esperava, este aumento foi maior em relação a comportamentos que aparentemente poderiam ser considerados de menor gravidade como mentir (177,3% a mais que em 1999), ficar fora de casa até altas horas (154,5% a mais que em 1999) e faltar às aulas (87,5% a mais que em 1999). Caiu a freqüência de chamar a polícia no caso de encontrar o (a) filho(a) fumando maconha

Tabela 74: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, 2010

	Mentindo	Furtando	Faltando na aula	Fazendo bagunça na escola	Grafitando	Fumando maconha	Fora de casa até altas horas
Bater muito	6,1	15,9	6,0	4,8	14,0	15,2	5,6
Conversar para entender o porquê	83,3	61,0	79,0	77,7	65,2	48,0	81,0
Proibir TV ou sair com amigos	6,7	7,1	11,3	13,0	10,3	4,3	9,8
Busca de ajuda profissional	3,7	12,4	3,4	4,3	8,4	29,5	2,9
Chamaria a polícia	0,2	3,6	0,2	0,1	2,1	3,0	0,7

Tabela 75: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, 1999

	Mentindo	Furtando	Faltando na aula	Fazendo bagunça na escola	Grafitando	Fumando maconha	Fora de casa até altas horas
Bater muito	2,2	9,9	3,2	2,8	12,6	9,0	2,2
Conversar para entender o porquê	86,4	68,0	82,4	83,0	71,1	56,9	89,9
Proibir TV ou sair com amigos	5,9	5,3	10,0	10,3	7,9	2,2	4,7
Busca de ajuda profissional	5,5	13,6	4,3	3,9	5,6	27,7	1,9
Chamaria a polícia		3,3	0,1		2,9	4,3	1,3

Reprodução da punição corporal e faixa etária

Considerando-se a faixa etária dos entrevistados, observam-se algumas outras tendências além das já mencionadas aumento da punitividade e da maior tendência a punir de modo mais duro o furto, o grafite e o fumar maconha. O crescimento das respostas “bateria muito”, entre 1999 e 2010, se deu em todas as faixas etárias, exceto no caso de pegar o(a) filho(a) fumando maconha. Apesar da pequena queda para esta resposta específica, o que se observa no conjunto das respostas é que os jovens, menores de 19 anos, são os que apresentaram a maior disposição de punir de modo mais duro o mau comportamento de um(a) filho(a). A explicação para a maior punitividade provavelmente resulta do estágio de desenvolvimento deles e poderia expressar menor tolerância e, talvez, uma reduzida capacidade de diálogo. Corrobora esta hipótese, a menor frequência de escolha à opção “conversaria” por este grupo. Este dado é coerente com pesquisas que demonstram que pais, muito jovens ou adolescentes, têm maior tendência a usar de castigo corporal com seus filhos.

Tabela 76: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, por Faixa Etária, 2010 e 1999

	2010					1999				
	Bateria muito nele	Conversaria com ele	Proib de ver tv/sair	Ajuda profissional	Chamaria a polícia	Bateria muito nele	Conversaria com ele	Proib de ver tv/sair	Ajuda profissional	Chamaria a polícia
<19 anos										
descobre que seu filho vem mentindo	6,4	81,4	9,5	2,7		2,8	81,2	8,7	7,4	
seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado	19,6	52,5	8,6	11,8	7,5	16,4	49,2	6,7	17,8	9,8
descobre que seu filho tem faltado muito às aulas	7,6	75,5	12,1	4,8		3,9	70,3	18,7	7,2	
diretor da escola o chama reclamando do seu filho por bagunçar nas aulas	8,0	74,1	15,0	3,0		5,4	71,5	15,5	7,6	
seu filho é pego grafitando ou pichando muro	17,6	60,0	11,9	6,7	3,9	20,3	51,6	7,3	10,5	10,4
encontra seu filho fumando maconha	19,8	42,6	7,0	25,3	5,4	18,4	41,1	1,9	28,3	10,3
o seu filho fica fora de casa até altas horas	5,6	77,5	13,5	1,6	1,8	3,5	79,7	10,4	2,0	4,4
20-29 anos										
descobre que seu filho vem mentindo	5,4	85,2	6,4	3,0		1,7	86	7,2	5,1	
seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado	15,5	58,1	9,1	12,7	4,6	10,9	65,7	5,2	16,3	2,0

descobre que seu filho tem faltado muito às aulas	5,5	78,1	13,8	2,6	
diretor da escola o chama reclamando do seu filho por bagunçar nas aulas	3,9	77,3	13,7	4,8	0,2
seu filho é pego grafitando ou pichando muro	14,5	63,8	10,9	8,9	2,0
encontra seu filho fumando maconha	16,8	43,6	4,9	31,3	3,4
o seu filho fica fora de casa até altas horas	5,5	79,1	10,8	3,6	1,0

3,8	80,8	9,4	6,0	
4,8	79,3	12,0	3,9	
14,6	65,4	10,6	6,1	3,3
11,0	50,2	3,4	29,7	5,7
2,9	87,4	6,4	1,4	2,0

30-39 anos					
descobre que seu filho vem mentindo	5,4	82,4	8,2	4,0	
seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado	16,6	60,6	6,3	13,8	2,8
descobre que seu filho tem faltado muito às aulas	7,7	76,3	12,0	3,9	0,2
diretor da escola o chama reclamando do seu filho por bagunçar nas aulas	5,9	76,2	13,0	4,8	
seu filho é pego grafitando ou pichando muro	14,7	65,7	10,1	7,5	2,1
encontra seu filho fumando maconha	17,6	47,7	3,0	29,3	2,5
o seu filho fica fora de casa até altas horas	8,0	79,6	9,4	2,8	0,3

0,7	89,6	4,9	4,9	
9,6	68,4	3,6	15,5	2,9
2,5	83,4	9,8	4,4	
1,5	86,7	8,9	2,9	
9,3	78,0	8,2	3,5	0,9
6,5	59,5	2,7	27,9	3,5
2,0	92,9	3,0	1,8	0,2

40-49 anos										
descobre que seu filho vem mentindo	5,7	83,4	7,7	3,1	0,1	3,6	86,8	5,2	4,6	
seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado	15,8	61,7	5,5	13,4	3,6	9,0	68,5	5,8	14,6	2,2
descobre que seu filho tem faltado muito às aulas	5,3	81,5	10,2	2,7	0,3	2,6	84,9	9,4	3,0	
diretor da escola o chama reclamando do seu filho por bagunçar nas aulas	3,3	78,6	13,2	4,8	0,1	1,2	86,1	9,2	3,6	
seu filho é pego grafitando ou pichando muro	13,2	66,0	9,7	8,6	2,5	11,2	73,8	7,0	6,6	1,5
encontra seu filho fumando maconha	13,4	50,1	3,4	30,5	2,6	7,4	58,1	1,5	31,8	1,3
o seu filho fica fora de casa até altas horas	4,1	82,0	10,2	2,7	0,9	1,1	91,2	4,4	2,8	0,5
50-59 anos										
descobre que seu filho vem mentindo	6,3	82,5	5,1	5,5	0,7	2,6	90,7	1,5	5,2	
seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado	11,9	67,4	6,3	11,3	3,1	4,7	80,9	5,9	6,3	2,2
descobre que seu filho tem faltado muito às aulas	4,5	81,1	10,1	4,0	0,3	2,3	90,2	5,0	1,7	0,9
diretor da escola o chama reclamando do seu filho por bagunçar nas aulas	4,6	78,5	13,0	3,8	0,2	0,6	89,9	6,4	3,2	
seu filho é pego grafitando ou pichando muro	11,2	68,5	8,7	10,1	1,5	9,0	81,0	5,0	4,1	0,9

encontra seu filho fumando maconha	11,0	52,3	3,9	29,4	3,4
o seu filho fica fora de casa até altas horas	3,9	83,9	8,5	3,3	0,4

4,0	69,4	0,8	20,9	4,8
2,0	92,7	2,4	2,4	0,6

> 60 anos					
descobre que seu filho vem mentindo	8,0	83,7	4,3	3,8	0,2
seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado	17,6	62,4	7,2	10,7	2,1
descobre que seu filho tem faltado muito às aulas	6,2	80,6	9,2	3,7	0,4
diretor da escola o chama reclamando do seu filho por bagunçar nas aulas	5,4	80,0	10,8	3,6	0,2
seu filho é pego grafitando ou pichando muro	14,4	65,1	11,2	7,6	1,7
encontra seu filho fumando maconha	13,7	50,6	5,3	28,3	2,1
o seu filho fica fora de casa até altas horas	6,2	83,1	8,1	2,3	0,4

2,4	83,9	6,4	7,3	
7,9	77,4	6,1	5,2	3,5
4,3	85,0	8,4	2,3	
2,8	84,6	9,2	3,4	
12,5	76,0	5,3	3,8	2,4
6,9	68,2	0,9	22,3	1,8
2,0	92,7	2,4	2,4	0,6

Reprodução da punição corporal e cidade

Há bastante diferença entre as capitais nas respostas sobre como disciplinariam os filhos. Enquanto em algumas capitais cresceram todas as freqüências de punição em outras há um quadro menos claro. Algumas das alternativas de “disciplinamento” dobraram e outras caíram. Porém, nem as quedas nem os crescimentos descrevem padrões consistentes - cada cidade tem seu padrão. Apenas em três cidades, Belo Horizonte, Recife e São Paulo houve o aumento, no período, dos que se mostravam predispostos a bater nos filhos em todas as situações arroladas. Caiu também nestas cidades a opção dialogar com o filho(a). As situações que, nestas cidades, apresentaram maior crescimento na predisposição de “bater muito” nos filhos foram “pegar o filho mentindo” e “ficar fora de casa até altas horas”. Salvador segue este padrão, exceto em relação ao “diretor da escola chamar para reclamar do comportamento do(a) filho(a) em sala de aula”.

Outras situações apresentadas aos entrevistados, como o(a) filho(a) ser pego furtando em um supermercado, ou “pegar o(a) filho(a) pichando ou grafitando muro” e “encontrar o(a) filho(a) fumando maconha”, não provocaram consenso entre os entrevistados das diferentes capitais. Em cada uma destas, as respostas sobre como agiriam não descrevem um padrão de repostas. Em Porto Velho e em Goiânia, estas condições provocaram respostas menos punitivas em 2010, tendo aumentado as respostas de dialogar com filho(a) ou buscar ajuda de um profissional, em particular no caso do filho(a) ser pego “fumando maconha”, caiu também a freqüência de “chamaria a polícia”.

Tabela 77: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Velho, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	4,5	8,0	6,5	4,0	11,6	12,4	3,5
Conversaria com ele	87,1	71,1	77,5	78,1	64,7	47,3	83,1
Proíbe de ver TV/sair	7,5	11,0	14,0	12,9	13,1	3,5	11,0
Ajuda profissional	1,0	6,5	2,0	5,0	8,6	35,3	2,0
Chamaria a polícia		3,5			2,0	1,5	0,5

Tabela 78: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Velho, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	4,0	16,2	4,0	2,0	12,0	13,5	4,0
Conversaria com ele	86,0	61,6	89,0	94,0	78,0	59,4	94,0
Proíbe de ver TV/sair	3,0	7,1	4,0	2,0	1,0	2,1	2,0
Ajuda profissional	7,0	7,1	3,0	2,0	6,0	19,8	
Chamaria a polícia		8,1			3,0	5,2	

Em Manaus ocorreu algo similar a Porto Velho, porém, cresceu “bater pelo fato do filho ficar fora de casa até altas horas”. Em Belém, cresceu a opção de punição corporal e caiu o recurso a buscar ajuda de profissionais. No Rio de Janeiro e em Porto Alegre, cresceu a frequência do uso da punição corporal, em particular em casos do(a) filho(a) mentir, ou ficar fora de casa até altas horas, mas caiu a frequência de bater caso o(a) filho(a) fosse pego(a) grafitando ou pichando muro.

Tabela 79: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Manaus, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	4,5	11,4	5,0	4,5	11,6	12,0	6,1
Conversaria com ele	87,6	72,6	84,1	80,5	64,7	43,0	80,3
Proíbe de ver TV/sair	7,5	4,5	8,5	12,0	10,1	3,5	9,1
Ajuda profissional	1,0	10,0	2,0	3,0	10,6	38,0	4,0
Chamaria a polícia		1,5	0,5		3,0	3,5	0,5

Tabela 80: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Manaus, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	5,0	14,0	0,0	3,0	9,4	14,3	0,0
Conversaria com ele	85,0	63,0	88,0	87,0	79,2	58,2	94,0
Proíbe de ver TV/sair	6,0	6,0	8,0	7,0	4,2	2,0	3,0
Ajuda profissional	4,0	12,0	4,0	3,0	2,1	16,3	2,0
Chamaria a polícia		5,0			5,2	9,2	1,0

Tabela 81: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belém, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	5,6	16,1	6,1	3,0	22,0	17,6	3,7
Conversaria com ele	84,3	62,3	84,8	84,4	63,5	49,3	85,0
Proíbe de ver TV/sair	4,6	3,5	6,1	10,6	5,5	2,5	9,1
Ajuda profissional	5,6	11,6	3,1	2,0	6,5	23,1	1,1
Chamaria a polícia	0,0	6,5	0,0	0,0	2,5	7,5	1,1

Tabela 82: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belém, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	6,1	9,3	8,0	6,0	12,1	9,0	3,1
Conversaria com ele	84,9	57,7	79,0	80,0	54,6	53,0	84,7
Proíbe de ver TV/sair	2,0	4,1	9,0	11,0	12,1	1,0	7,1
Ajuda profissional	7,1	24,7	4,0	3,0	12,1	30,0	3,1
Chamaria a polícia		4,1	0,0		9,1	7,0	2,0

Tabela 83: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belo Horizonte, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	9,1	21,7	10,3	5,0	16,2	14,1	7,7
Conversaria com ele	80,5	52,0	79,4	79,3	59,3	43,3	81,2
Proíbe de ver TV/sair	7,4	6,7	7,6	9,3	7,4	5,0	8,1
Ajuda profissional	3,0	17,0	2,3	6,3	13,5	34,9	2,4
Chamaria a polícia	0,0	2,7	0,3	0,0	3,7	2,7	0,7

Tabela 84: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belo Horizonte, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	1,0	9,1	3,0	2,0	8,1	8,1	2,1
Conversaria com ele	79,8	63,6	81,0	85,0	48,5	48,5	86,6
Proíbe de ver TV/sair	8,1	6,1	8,0	6,0	2,0	2,0	8,3
Ajuda profissional	11,1	12,1	8,0	7,0	30,3	30,3	2,1
Chamaria a polícia		9,1	0,0		11,1	11,1	1,0

Tabela 85: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Rio de Janeiro, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	5,2	13,8	4,9	4,5	11,8	13,0	6,1
Conversaria com ele	83,7	63,8	75,4	74,6	63,8	47,4	74,5
Proíbe de ver TV/sair	9,1	10,0	15,5	16,0	14,7	6,9	17,7
Ajuda profissional	1,9	10,3	3,7	4,8	9,0	31,2	1,3
Chamaria a polícia	0,1	2,2	0,4	0,1	0,7	1,6	0,5

Tabela 86: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Rio de Janeiro, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	0,7	8,5	1,4	1,0	16,6	13,3	2,1
Conversaria com ele	86,5	64,9	80,7	80,1	64,1	46,9	88,2
Proíbe de ver TV/sair	5,1	5,8	12,5	14,5	9,3	2,7	6,3
Ajuda profissional	7,7	18,1	5,4	4,4	8,6	35,4	1,7
Chamaria a polícia		2,7	0,0		1,4	1,7	1,7

Tabela 87: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Goiânia, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	5,0	20,5	3,9	4,5	13,6	8,5	2,0
Conversaria com ele	82,1	56,5	87,2	86,6	71,4	44,4	93,9
Proíbe de ver TV/sair	7,5	5,5	6,4	5,9	5,5	1,6	3,6
Ajuda profissional	5,5	13,5	2,5	3,0	6,0	41,3	0,5
Chamaria a polícia	0,0	4,0	0,0	0,0	3,5	4,2	0,0

Tabela 88: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Goiânia, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	3,0	22,2	12,0	10,0	19,6	10,3	4,2
Conversaria com ele	86,0	56,6	65,0	75,0	53,6	50,5	82,1
Proíbe de ver TV/sair	8,0	11,1	21,0	13,0	18,6	8,3	8,4
Ajuda profissional	3,0	9,1	2,0	2,0	6,2	25,8	3,2
Chamaria a polícia		1,0	0,0		2,1	5,2	2,1

Tabela 89: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Recife, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	7,4	19,2	6,4	7,4	19,3	22,8	6,9
Conversaria com ele	73,4	54,2	75,9	73,9	58,4	47,0	79,2
Proíbe de ver TV/sair	10,8	5,9	14,3	14,3	11,4	4,0	11,9
Ajuda profissional	8,4	15,3	3,5	4,4	9,4	22,8	1,5
Chamaria a polícia	0,0	5,4	0,0	0,0	1,5	3,5	0,5

Tabela 90: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Recife, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	1,0	11,0	5,0	3,0	14,0	11,1	1,0
Conversaria com ele	84,0	71,0	86,0	86,0	70,0	62,6	94,0
Proíbe de ver TV/sair	7,0	2,0	7,0	7,0	7,0	1,0	3,0
Ajuda profissional	8,0	15,0	2,0	4,0	9,0	21,2	2,0
Chamaria a polícia		1,0	0,0		0,0	4,0	0,0

Tabela 91: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Salvador, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	7,7	14,4	7,8	7,1	13,3	13,8	7,9
Conversaria com ele	78,5	52,7	68,9	66,4	55,1	40,6	65,1
Proíbe de ver TV/sair	8,1	14,1	17,6	21,5	17,0	7,2	17,1
Ajuda profissional	5,4	16,8	5,7	4,7	12,6	35,4	8,9
Chamaria a polícia	0,3	2,0	0,0	0,3	2,0	3,1	1,0

Tabela 92: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Salvador, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	5,0	9,0	7,1	8,0	11,2	4,1	5,1
Conversaria com ele	87,0	71,0	74,8	74,0	71,4	53,1	91,8
Proíbe de ver TV/sair	5,0	3,0	15,2	14,0	9,2	3,1	2,0
Ajuda profissional	3,0	14,0	2,0	4,0	4,1	30,6	0,0
Chamaria a polícia		3,0	1,0		4,1	9,2	1,0

Tabela 93: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, São Paulo, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	6,7	17,8	6,0	4,8	14,0	18,5	5,6
Conversaria com ele	84,2	61,0	80,9	79,3	68,6	50,4	84,7
Proíbe de ver TV/sair	4,9	5,7	9,5	11,2	8,3	3,1	5,4
Ajuda profissional	4,0	11,3	3,5	4,7	6,9	25,9	3,2
Chamaria a polícia	0,2	4,2	0,1	0,1	2,3	2,2	1,0

Tabela 94: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, São Paulo, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	2,2	9,7	2,4	2,2	9,8	7,1	1,7
Conversaria com ele	87,9	72,8	86,5	86,8	79,3	66,1	92,0
Proíbe de ver TV/sair	6,2	5,1	7,2	7,6	5,7	1,2	3,1
Ajuda profissional	3,6	9,5	3,8	3,4	3,5	22,9	2,1
Chamaria a polícia		2,8	0,0		1,6	2,7	1,2

Tabela 95: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Alegre, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	3,0	10,2	3,5	2,6	7,2	7,9	2,6
Conversaria com ele	90,4	74,1	82,3	80,9	75,8	56,3	85,0
Proíbe de ver TV/sair	3,0	4,1	10,6	12,9	10,3	3,7	8,8
Ajuda profissional	3,0	8,6	3,0	2,6	3,6	27,4	3,1
Chamaria a polícia	0,5	3,1	0,5	1,0	3,1	4,7	0,5

Tabela 96: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Alegre, 1999

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	1,0	5,2	2,1	0,0	10,9	4,3	3,3
Conversaria com ele	89,8	65,6	79,4	79,6	66,3	52,1	85,9
Proíbe de ver TV/sair	5,1	6,3	12,4	17,4	12,0	3,2	7,6
Ajuda profissional	4,1	20,8	6,2	3,1	7,6	37,2	2,2
Chamaria a polícia		2,1	0,0		3,3	3,2	1,1

Tabela 97: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Fortaleza, 2010

	Mente	Furta pequenas coisas	Falta muito às aulas	Bagunça nas aulas	Grafita ou picha muro	Fuma maconha	Fica fora de casa até tarde
Bateria muito nele	4,3	10,3	5,3	4,7	16,9	11,7	3,1
Conversaria com ele	85,4	62,0	81,4	80,6	67,9	51,7	90,1
Proíbe de ver TV/sair	6,3	4,3	10,6	12,4	6,4	2,0	5,1
Ajuda profissional	4,0	16,7	2,7	2,3	6,4	27,7	1,7
Chamaria a polícia	0,0	6,7	0,0	0,0	2,4	7,0	0,0

Buscando medir o impacto que a experiência de vitimização tem sobre normas e valores, perguntou-se aos entrevistados como agiriam caso seu (sua) filho(a) fosse vítima de uma agressão na escola:

“Se o(a) seu(sua) filho(a) é provocado na escola e chega em casa com o nariz sangrando. Qual deveria ser o comportamento dele(a) diante desta situação?”

Alternativas de resposta:

- ▶ Bata em quem bateu nele
- ▶ Evite novas brigas
- ▶ Evite novas brigas, mas se provocado bata de volta
- ▶ Procure uma autoridade
- ▶ nenhuma destas
- ▶ não sabe/ não opinou.

Tanto em 1999 como em 2010, a resposta mais freqüente tem sido “procurar uma autoridade”, seguida de recomendações para se “evitar novas brigas”. Contudo, no período, aumentaram as respostas “bata em quem bateu nele” e “procure uma autoridade”, ou seja, tanta a conciliação como o apoio à continuidade da disputa cresceram. Quando se considera a faixa etária, este resultado se altera. A resposta “procurar uma autoridade” passa a ser a opção da maioria, ainda que fraca, entre os entrevistados com idade acima de 30 anos. Os entrevistados mais jovens, com menos de 29 anos, tendem a encorajar a retaliação e se mostraram menos propensos a defender que se busque uma autoridade.

Tabela 98: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Bata em quem bateu nele	9,7	5,3	4,5	5,3	4,2	4,4	5,2
Evite novas brigas	22,9	24,8	27,2	29,5	30,9	29,3	27,7
Evite novas brigas, mas se provocado bata de volta	22,6	20,2	15,0	12,5	11,7	11,9	15,3
Procure uma autoridade	43,2	46,8	50,6	50,6	50,7	50,8	49,2
Nenhuma destas	0,8	2,1	2,0	1,7	2,0	2,7	2,0
Não sabe/ não opinou	0,9	0,7	0,8	0,5	0,4	0,8	0,7

p < 0,001

Tabela 99: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Bata em quem bateu nele	8,0	3,7	2,3	2,4	3,1	3,4	3,5
Evite novas briga	20,1	29,7	33,5	34,9	38,1	32,9	31,6
Evite novas brigas, mas se provocado bata de volta	22,6	18,5	15,6	11,8	9,4	10,3	15,2
Procure uma autoridade	48,6	46,0	46,1	48,3	47,3	50,2	47,4
Nenhuma destas	0,0	1,8	1,4	2,2	2,1	2,4	1,7
Não sabe/ não opinou	0,7	0,4	1,2	0,5	0,0	0,9	0,7

p = 0,001

Tabela 100: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Bata em quem bateu nele	1,0	1,5	3,5	4,7	6,6	6,7	3,0	5,4	8,6	4,3	3,5	5,2
Evite novas briga	28,1	19,2	25,1	32,6	32,9	32,4	14,8	19,7	32,6	26,3	20,7	27,7
Evite novas brigas, mas se provocado bata de volta	19,7	18,2	8,4	5,7	13,0	13,1	7,9	16,3	14,0	20,1	17,7	15,3
Procure uma autoridade	49,3	61,1	56,2	56,2	46,2	44,4	71,9	57,6	42,5	46,8	51,7	49,2
nenhuma destas	1,0	0,0	5,9	0,7	1,0	2,4	2,0	1,0	2,0	2,0	3,0	2,0
não sabe/ não opinou	1,0	0,0	1,0	0,3	0,3	0,9	0,5	0,0	0,3	0,6	3,5	0,7

p < 0,001

Tabela 101: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Bata em quem bateu nele	5,0	0,0	1,0	-	0,0	3,7	4,0	6,0	7,0	3,6	4,0	3,5
Evite novas briga	55,0	41,0	19,0	-	25,0	27,3	20,0	24,0	23,0	39,0	34,0	31,6
Evite novas brigas, mas se provocado bata de volta	2,0	7,0	10,0	-	18,0	21,3	4,0	16,0	12,0	14,6	13,0	15,2
Procure uma autoridade	37,0	50,0	68,0	-	57,0	45,0	71,0	52,0	56,0	39,8	47,0	47,4
nenhuma destas	0,0	2,0	1,0	-	0,0	2,0	1,0	2,0	0,0	2,4	1,0	1,7
não sabe/ não opinou	1,0	0,0	1,0	-	0,0	0,7	0,0	0,0	2,0	0,6	1,0	0,7

p < 0,001

Freqüência de exposição ao castigo corporal na infância e a reprodução da punição corporal

Foi realizado um cruzamento das respostas sobre a experiência de punição na infância e as respostas sobre como disciplinariam seus filhos e/ou agiriam caso eles fossem vítimas de agressão na escola. Abaixo, são apresentados os resultados deste cruzamento, segundo a freqüência com que responderam terem apanhado quando criança, resumidos aos dois extremos: nunca ter apanhado e ter apanhado quase todos os dias.

Em todas as situações envolvendo problemas de comportamento dos filhos apresentadas, aqueles que apanharam quase todos os dias, bateriam, e muito, em seus filhos; com menor freqüência, procurariam uma autoridade e/ou ajuda profissional e; com maior freqüência, chamariam uma autoridade. Esta tendência se manteve tanto em 1999 como em 2010. Contudo, a diferença entre os dois extremos se ampliou em muitas das situações apresentadas.

Tabela 102: Freqüência com que costumava apanhar quando criança x Como disciplinaria os filhos, 1999 e 2010

Qual destas atitudes você tomaria se descobre que seu filho vem mentindo?	1999		2010	
	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Bateria muito nele	2,4	3,6	3,2	11,3
Conversaria com ele para entender por que fez isso	87,9	84,7	86,9	74,3
Proibiria assistir programas de TV favoritos ou de sair c/ os amigos	3,4	6,6	6,0	8,8
Procuraria ajuda profissional (terapeuta/médico/pedagogo)	5,2	4,6	2,9	3,9
Chamaria a polícia	0,0	0,0	0,0	0,4
Nenhuma destas	0,7	0,0	0,5	0,6
Não sabe/ não opinou	0,4	0,5	0,5	0,7

Qual destas atitudes você tomaria se seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado?	1999		2010	
	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Bateria muito nele	6,4	14,5	11,2	26,9
Conversaria com ele para entender por que fez isso	76,0	60,7	65,8	47,6
Proibiria assistir programas de TV favoritos ou de sair c/ os amigos	3,9	4,4	7,3	6,4
Procuraria ajuda profissional (terapeuta/médico/pedagogo)	9,8	10,9	11,7	10,4
Chamaria a polícia	2,6	8,1	2,8	7,1
Nenhuma destas	0,4	0,3	0,4	0,6

Não sabe/ não opinou	0,9	1,1	0,8	1,0
----------------------	-----	-----	-----	-----

	1999		2010	
Qual destas atitudes você tomaria se você descobre que seu filho tem faltado muito às aulas?	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Bateria muito nele	4,6	4,9	4,8	10,8
Conversaria com ele para entender por que fez isso	85,3	80,2	81,7	73,7
Proibiria assistir programas de TV favoritos ou de sair c/ os amigos	5,0	11,4	9,4	11,6
Procuraria ajuda profissional (terapeuta/médico/pedagogo)	4,0	3,1	2,9	2,9
Chamaria a polícia	0,4	0,0	0,1	0,5
Nenhuma destas	0,4	0,5	0,7	0,2
Não sabe/ não opinou	0,3	0,0	0,4	0,3

	1999		2010	
Qual destas atitudes você tomaria se o diretor da escola chama você para reclamar que seu filho fica fazendo bagunça no meio da aula?	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Bateria muito nele	1,9	6,9	3,3	9,1
Conversaria com ele para entender por que fez isso	85,5	79,5	81,5	71,1
Proibiria assistir programas de TV favoritos ou de sair c/ os amigos	7,9	11,1	9,9	15,3
Procuraria ajuda profissional (terapeuta/médico/pedagogo)	3,4	2,0	3,7	4,1
Chamaria a polícia	0,0	0,0	0,2	0,0
Nenhuma destas	0,7	0,5	0,6	0,2
Não sabe/ não opinou	0,6	0,0	0,7	0,3

	1999		2010	
Qual destas atitudes você tomaria se seu filho é pego grafitando ou pichando muro?	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Bateria muito nele	7,7	16,2	8,6	23,9
Conversaria com ele para entender por que fez isso	78,2	67,7	69,6	54,0
Proibiria assistir programas de TV favoritos ou de sair c/ os amigos	5,2	7,3	10,6	9,3

Procuraria ajuda profissional (terapeuta/médico/pedagogo)	4,4	3,9	7,4	7,1
Chamaria a polícia	1,4	4,0	2,2	3,6
Nenhuma destas	1,9	0,9	1,0	1,4
Não sabe/ não opinou	1,2	0,0	0,7	0,8

	1999		2010	
	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Qual destas atitudes você tomaria se você encontra seu filho fumando maconha?				
Bateria muito nele	6,5	10,9	9,6	25,1
Conversaria com ele para entender por que fez isso	67,8	56,8	54,3	39,7
Proibiria assistir programas de TV favoritos ou de sair c/ os amigos	1,1	2,2	5,8	3,0
Procuraria ajuda profissional (terapeuta/médico/pedagogo)	19,7	22,8	25,5	23,1
Chamaria a polícia	3,1	6,2	2,5	6,1
Nenhuma destas	0,4	0,0	0,9	1,1
Não sabe/ não opinou	1,4	1,2	1,4	2,0

	1999		2010	
	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Qual destas atitudes você tomaria se o seu filho fica fora de casa até altas horas?				
Bateria muito nele	2,2	3,9	4,1	9,6
Conversaria com ele para entender por que fez isso	89,0	83,5	81,5	70,8
Proibiria assistir programas de TV favoritos ou de sair c/ os amigos	1,5	5,3	8,9	12,6
Procuraria ajuda profissional (terapeuta/médico/pedagogo)	2,9	1,7	1,9	2,9
Chamaria a polícia	0,6	2,5	0,5	0,7
Nenhuma destas	2,5	2,2	1,8	2,4
Não sabe/ não opinou	1,4	0,9	1,4	1,0

Comparando as respostas de 1999 às de 2010, observa-se que, em média, 1,5 vezes mais pessoas se dispunham a bater muito nos filhos entre os que “nunca apanharam” contra 2,1 vezes mais entre os que “apanhavam quase todos os dias”. O aumento dos que responderam ter esta pré-disposição, em ambos os grupos, parece indicar que está aumentando, entre a população, a aceitação do uso da punição física como instrumento de correção dos filhos.

O mesmo padrão de resposta foi identificado em relação à questão sobre o que fariam caso seus filhos sofressem uma agressão na escola. Neste caso, quanto maior a experiência de punição corporal, menor a tendência a responder que seus filhos deveriam evitar novas brigas. É maior também a tendência a responder que seus filhos devem evitar brigas, mas se provocados, devem bater de volta e/ou bater em quem bateu nele(a). Em 1999, estes entrevistados responderam, com maior frequência, que “procurar uma autoridade”, porém, este porcentual caiu em 2010. Cresceu, ainda, a diferença entre as respostas de quem nunca apanhou e quem apanhou quase todos os dias, entre 1999 e 2010, sendo, atualmente, entre os que apanharam muito quando criança, maior a frequência de evitar brigas, mas revidar agressão sofrida ou de bater em quem bateu.

Tabela 103: Frequência com que costumava apanhar quando criança e atitude esperada do filho diante de uma agressão na escola , 1999 e 2010

	1999		2010	
	Nunca	Quase todos os dias	Nunca	Quase todos os dias
Se o seu filho é provocado na escola e chega em casa com o nariz sangrando. Qual deveria ser o comportamento dele diante desta situação?				
Bata em quem bateu nele	2,5	5,0	4,0	9,8
Evite novas briga	39,6	26,7	31,6	27,4
Evite novas brigas, mas se provocado bata de volta	10,5	15,5	12,4	15,5
Procure uma autoridade	44,5	48,5	48,4	45,3
Nenhuma destas	1,9	2,7	2,6	1,4
Não sabe/ não opinou	1,0	1,6	1,0	0,7

Estes dados sugerem que, nas capitais estudadas, a experiência da punição corporal na infância, como identificado na literatura internacional, tem deixado marcas profundas que vão afetar as próximas gerações. Há fortes indícios que este ciclo de reprodução da violência esteja presente em nossa sociedade, o que reitera a importância de se tratar da questão relacionada às práticas de disciplina com uso de punição física com muito mais profundidade e seriedade.

A.5. Jovens: Valores, Expectativas E Violência

Ser jovem tem especificidades que precisam ser consideradas para se compreender as causas da sua maior exposição à violência. De forma geral, é possível dizer que essa é uma fase da vida caracterizada por uma forte indeterminação social e de identidade, que traz para aqueles que a vivenciam diferentes desafios. Na modernidade, ser jovem representa um momento crítico onde as condutas de risco tornam-se emblemáticas e passam a ser intensamente adotadas (Le Breton, 2000). Isso ocorre devido à própria indeterminação que também é característica desse momento histórico no qual vivemos. Verifica-se, desse modo, uma ausência de referências sólidas capazes de orientar e simbolizar a transição para a vida adulta. E é nesse momento que as condutas de risco ganham um valor essencial, por meio das quais os jovens buscam achar um sentido que justifique suas vidas.

O risco conforma-se, assim, como um elemento central na construção da identidade e busca de reconhecimento social entre os jovens (Le Breton, 2000; Peralva, 2000). Na construção da identidade, não só as experiências do risco são relevantes, como também a necessidade de autorealização, esta última expressa por novos padrões de consumo que passam a figurar como aspecto fundamental de reconhecimento social desses jovens. Nesse sentido, observa-se a centralidade que, como veremos a seguir, “ter muito dinheiro” e “vestir-se com roupas de marca” adquire entre os jovens.

Ademais, ser jovem também varia de acordo com o contexto social mais específico. Desta maneira, em determinados locais, somados a essa indeterminação contemporânea, tem-se e alguns problemas, como as desigualdades sociais e a intensa capilarização do mercado de drogas ilícitas, bem como a debilidade dos quadros institucionais capazes de reconhecer e garantir direitos mínimos, como o direito à vida, o que acaba transformando alguns jovens em sujeitos mais vulneráveis à vitimização e envolvimento em situações de violência (Peralva, 2000). Nesses contextos, como estratégia de sobrevivência, alguns jovens acabam por engajar-se em certas modalidades de risco seja como forma de proteção, auto-realização ou reconhecimento social.

As questões abordadas a seguir fornecem alguns indicativos dessa necessidade de assumir riscos entre os jovens, especialmente na tentativa de aceitação entre os pares. Além disso, indicam um crescimento de jovens que têm amigos vitimados ou envolvidos em situações de violência. Aqui são tratados os dados relativos aos jovens na faixa etária de 16 a 19 anos (correspondendo a 7,8% da amostra). Especificamente para esse grupo, foi apresentada uma série de questões que tentam identificar o risco de exposição à violência a partir do grupo de pares, as expectativas em relação ao futuro, bem como valores importantes na condução de sua trajetória e construção de sua identidade. As questões estão divididas em três subgrupos: I) exposição à violência via grupo de pares; II) expectativa de vida (chance de estar vivo aos 25 anos); III) jovens e valores.

Exposição à violência via grupo de pares

Na tabela abaixo, as questões se referem a situações de agressão perpetradas ou sofridas por pessoas pertencentes ao grupo de pares do entrevistado. Em ambos os casos, pode-se supor que a proximidade a esse tipo de situação é diretamente proporcional ao risco de exposição à violência.

De maneira geral, as mudanças percentuais entre os anos de 1999 e 2010 demonstram crescimento dessas situações, com exceção de ter ou não “amigos que andam armados”, que apresentou queda no período (de 35,6% para 28,8%). Essa queda pode indicar uma redução efetiva do número de armas circulando a partir da aprovação do Estatuto do Desarmamento que ocorreu no início da década de 2000. É importante notar também que essa diminuição aconteceu de maneira mais acentuada entre os jovens do sexo masculino. No entanto, nas outras questões a percepção geral dos entrevistados é a de que a violência (ou situações a ela relacionadas) envolvendo seus pares não diminuiu, ao contrário, aumentou.

A violência nas escolas é algo digno de nota. Em 2010, 27% dos entrevistados disseram que tem algum colega ou amigo que já ameaçou algum professor, sendo que 10,7% conhecem alguém cuja ameaça tenha sido feita com canivete ou faca. Esse número é o dobro do que havia sido registrado em 1999 (5,4%), portanto, há um crescimento pronunciado e que apresenta relevância estatística.

Ter colegas ou amigos que já mataram alguém ou que já tenham sido ameaçados de morte também se tornou mais recorrente em 2010. Em ambos os casos, o teste de qui-quadrado de Pearson atestou que a diferença é significativa, bem como “ter um colega ou amigo que já foi assaltado”, que passou de 47,9% para 65%.

Há um aparente paradoxo quando comparamos esses dados com os dados sobre vitimização direta. Vimos que há diminuição, entre os anos de 1999 e 2010, sobretudo na faixa que compreende os jovens (com exceção de drogas e agressão policial)⁵. Dessa forma, é como se na passagem entre 1999 e 2010 o grupo de jovens entrevistados estivesse sofrendo menos violência direta, mas, em contrapartida, seu grupo de pares assumisse atitudes que aumentam o risco de vitimização.

Tabela 104: Possui colega ou amigo que X Sexo, 2010 e 1999

	Masculino		Feminino		TOTAL	
	2010	1999	2010	1999	2010	1999
Anda armado?	28,8	41,2	28,8	30,1	28,8	35,6
Ameaçou professor com faca/canivete?*	10,1	4,0	11,3	6,7	10,7	5,4
Já matou alguém?*	19,2	11,4	14,1	12,9	16,9	12,2
Foi ameaçado de morte?*	40,2	34,9	34,1	17,9	37,5	26,5
Já assaltou alguém?	23,9	28,8	32,4	16,8	27,7	22,8
Foi ferido por arma de fogo?	29,3	29,6	27,8	24,5	28,6	27,1
Foi ferido por faca?	24,5	18,7	20,2	12,5	22,5	15,6
Já agrediu/espancou algum colega?	49,7	55,3	44,5	41,1	47,3	48,2
Foi assassinado?	27,9	24,0	29,5	20,1	28,6	22,0
Se meteu em briga de gangues?	42,0	42,1	41,2	33,2	41,6	37,7

⁵ Ver item 1.1.3 deste Relatório.

Já foi assaltado?*	65,6	53,7	64,4	42,2	65,0	47,9
Ameaçou algum professor?	22,9	18,4	32,4	28,0	27,2	23,2
Já foi estuprada?	10,7	6,1	19,3	20,4	14,6	13,3

*Diferença estatisticamente significante ($p < 0,05$).

Expectativa de vida

Ao que parece, a queda nos relatos de vitimização direta reflete sobre a projeção de expectativa de vida dos jovens e adolescentes. Há mudanças significativas entre os anos de 1999 e 2010, sobretudo indicando o crescimento daqueles que consideram “muito alta” a chance de estarem vivos aos 25 anos de idade. O crescimento é de aproximadamente 20%, como podemos ver na tabela a seguir. Em 2010, 79,2% dos entrevistados consideram “alta” ou “muito alta” a chance de estarem vivos aos 25 anos.

Tabela 105: Quais as chances de você estar vivo aos 25 anos, 2010 e 1999

	2010	1999
Muito alta	48,0	28,3
Alta	31,2	30,8
Média	16,3	30,3
Baixa	2,7	6,0
Muito baixa	1,7	4,6

*Diferença estatisticamente significante ($p < 0,000$).

Jovens e valores

Valores na vida

De forma geral, os jovens evidenciam a crença em valores tradicionais relacionados à família, à saúde, ao trabalho e à educação. Comparando os anos de 1999 e 2010, observa-se um crescimento em quase todos os aspectos considerados, ou seja, a maior parte das situações tida como “importante” pelos jovens passa a ser considerada “muito importante”. Isso pode ser claramente evidenciado em relação à educação formal: há um aumento significativo na importância dada ao “formar-se no secundário” e também “cursar uma faculdade”, refletindo as próprias exigências do contexto atual de maior escolarização, como via de entrada no mercado de trabalho. Outros aspectos que aumentaram, significativamente, em grau de importância para os jovens foram: “ter boa saúde”, “ter casa própria”, “ter bons amigos com os quais contar”, “ter uma boa reputação no seu bairro”. Verifica-se, ainda, um aumento da importância que o dinheiro passa a representar na concepção dos jovens. Em 1999, 35,3% dos entrevistados achavam que era muito importante “ter muito dinheiro”, em 2010, esse percentual sobe para 48,4%.

Considerando-se o ano de 1999, não houve diferenças significativas entre os sexos, exceto para o aspecto “estudar bastante para ter boas notas”, o qual era mais valorizado pelas mulheres. Em 2010, essa diferença deixa de ser significativa. Nesse último ano, o que se sobressai é o aspecto “cursar uma faculdade”, que passa a ser mais valorizado pelas jovens.

Tabela 106: Grau de importância para cada uma das situações elencadas, 2010 e 1999

	Muito importante			Importante		
	2010	1999	Total	2010	1999	Total
Ter uma família feliz	83,0	79,4	81,7	16,0	20,0	17,4
Ter boa saúde	83,9	73,9	80,3	14,5	26,1	18,6
Ter um emprego que pague um bom salário	74,8	74,6	74,7	21,2	23,9	22,2
Cursar uma faculdade	75,4	64,3	71,4	17,6	28,5	21,5
Se formar no secundário	79,5	55,8	71,0	16,0	34,5	22,6
Estudar bastante para ter boas notas	70,7	63,4	68,0	23,7	30,5	26,2
Ter casa própria	72,7	59,1	67,8	24,9	39,5	30,2
Dar duro para progredir	71,2	61,9	67,9	23,1	32,6	26,5
Ter bons amigos com os quais contar	73,0	54,5	66,3	24,5	38,3	29,5
Ter uma boa reputação no seu bairro	63,1	48,2	57,7	26,7	41,8	32,2
Ter muito dinheiro	48,4	35,3	43,7	32,0	35,0	33,1
Ajudar seu bairro fazendo trabalho comunitário	36,9	28,5	33,9	37,8	50,6	42,4

Valores em relação ao grupo de pares

Entre os aspectos considerados mais importantes pelos jovens para conseguir sucesso entre outros jovens ou amigos estão: "ajudar a família" (86,1%) e "ter boas notas na escola" (75,1%), ambos denotando valores tradicionais que não estão relacionados a situações de risco. Esses aspectos não sofrem variação significativa entre 1999 e 2010. De outra forma, observa-se um aumento da necessidade de "ter uma arma", que passa de 5,4% para 8,7% (embora a variação não chegue a ser significativa). Há também um aumento na valorização de situações de confronto com autoridades para conseguir admiração dos pares. Isso se revela nos itens "ser durão com a polícia" e "provocar medo nos professores", ambos com diferenças significantes no período. Outro aspecto refere-se aos valores de consumo, há um aumento acentuado entre os anos considerados. Assim, "usar roupas legais" torna-se um forte indicativo de sucesso, variando de 19,1%, em 1999, para 44,5%, em 2010. Outros valores que adquirem maior importância para os jovens são "ser muito bom em algum esporte" e "conquistar todas as pessoas que quiser".

Estes dois últimos aspectos apresentaram diferenças significantes entre os sexos, em 1999, sendo vistos como mais importantes pelos jovens do sexo masculino. Já, em 2010, essas diferenças deixam de ser significantes. Outro item que deixa de ter diferenças significantes entre os sexos refere-se ao "ter uma arma" para conseguir aceitação entre os pares. De outra forma, em 2010, são os itens "não deixar os amigos só numa briga" e "usar roupas legais", os quais apresentam diferenças significantes, obtendo maior relevância entre os adolescentes do sexo masculino.

Tabela 107: O que um jovem precisa para ser bem sucedido X Sexo, 2010 e 1999

	Total		2010		1999	
	2010	1999	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Ter senso de humor	86,9	85,0	88,3	85,3	84,5	85,4
Ajudar a família (dinheiro/trabalho)	86,1	85,9	86,7	85,3	82,9	88,8
Ter boas notas na escola	75,1	77,6	73,6	77,1	74,8	80,4
Morar numa casa legal	59,1	51,0	61,5	56,3	53,0	49,0
Beber sem ficar desagradável	50,8	53,4	51,1	50,6	46,2	60,6
Não deixar os amigos sós numa briga	43,4*	57,3	48,5	37,3**	60,9	53,6
Ser muito bom em algum esporte	54,2*	28,8	54,9	53,4	36,6	21,1**
Não mexer com a namorada do amigo	39,6	41,8	38,3	41,2	42,4	41,2
Usar roupas legais (de grifes/ de marca)	44,5*	19,1	49,4	38,6**	24,4	13,8
Não se aproveitar de quem é mais fraco	34,1	34,9	37,7	29,8	40,2	29,5
Conquistar todas as pessoas que quiser	32,7*	12,5	36,8	27,9	19,3	5,8**
Matar aula com a turma	12,7*	4,8	10,8	15,0	7,6	2,0
Ser durão/ a polícia não se mete com ele	11,1*	5,8	13,4	8,3	8,5	3,0
Ter uma arma	8,7	5,4	10,8	6,2	9,2	1,5**
Provocar medo nos professores	7,4*	2,1	7,3	7,5	2,8	1,5

* Diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre 1999 e 2010.

** Diferença estatisticamente significativa ($p < 0,05$) entre os sexos por ano.

A.6. Outros Efeitos Da Violência - Medo

Um dos principais efeitos do contato com a violência é o medo. O medo tem sido medido em estudos sobre vitimização a partir de duas perspectivas: medo de circular por áreas de uma cidade e o medo de ser vítima da violência. Este segundo, em geral, é medido através de questões sobre a percepção que o entrevistado tem da probabilidade de vir a serem vítimas de algum delito. Nos surveys, o medo tem sido medido através de questões sobre a circulação pela cidade, utilizando-se duas perguntas: uma sobre circular por bairro durante o dia e outra sobre sair à noite. Em 1999, estas questões específicas sobre o medo não foram aplicadas, logo não é possível traçar comparações.

Questionados sobre se havia algum lugar do bairro onde não se sentiam seguros para andar durante o dia, em 2010, 38,6% dos entrevistados disseram que sim. Isto representa quase 4 pessoas entre 10 e atinge todas as faixas etárias. Há larga diferença entre as capitais, em Belém 60,6% dos entrevistados (o mais alto percentual da amostra) revelaram não se sentirem seguros para caminhar por algumas ruas do bairro durante o dia e, em Goiânia, ocorreu o outro extremo, apenas 24,6% deram esta mesma resposta, o menor percentual entre as capitais. Recife (54,2%) e Belo Horizonte (50,2%) também apresentam altas freqüências de resposta de insegurança para caminhar durante o dia, com pouco mais da metade dos entrevistados nestas cidades dando esta resposta.

Existe algum lugar em sua vizinhança onde o(a) sr(a) não se sente seguro de andar durante o dia?

- ▶ Há
- ▶ Não há
- ▶ Não opinou

Tabela 108: Existência de lugar na vizinhança onde não se sente seguro de andar durante o dia X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sim	36,2	40,2	36,8	39,0	35,7	41,9	38,6

Tabela 109: Existência de lugar na vizinhança onde não se sente seguro de andar durante o dia X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sim	26,6	46,3	60,6	46,5	50,2	24,6	54,2	37,2	32,6	33,0	38,6

Quando perguntados sobre a segurança que sentem em andar sozinhos à noite pela vizinhança, 37,7% dos entrevistados relatam se sentir “pouco seguros”, enquanto 26,8% dizem se sentir seguros. Muito seguro, parece ser algo raro, 5,3% dão esta resposta, isto é válido para quase todas as faixas etárias. Até entre os mais

jovens, são poucos os que relatam se sentirem “muito seguros” para andar só pela vizinhança de sua casa à noite, 6,1%, um pouco acima da média. Não sair à noite é a alternativa mais mencionada pelas pessoas com mais de 60 anos (22,3%), ou seja pouco mais de 1 em cada 5 pessoas com mais de 60 anos não sai à noite. Isto representa três vezes a média da amostra (7,4%). Chama atenção que 40,9% dos jovens com menos de 19 anos respondam que se sentem “pouco seguros” para andar à noite, sozinhos pelo bairro, e 23% digam se sentir “sem segurança” para fazê-lo.

Além das diferenças entre faixas etárias, há também diferenças entre cidades. O fator comum entre as capitais é que, em nenhuma delas, mais do que 7% (Belo Horizonte) dos entrevistados respondeu se sentir “muito seguro” para caminhar à noite pelas ruas do bairro. O menor percentual foi registrado em Goiânia, onde apenas 1,5% dos entrevistados responderam sentir-se “muito seguro”. Em Belém, foi observado o mais alto percentual de “sem segurança”, entre as capitais pesquisadas, com 44,3% dos entrevistados dando esta resposta, enquanto que, em Porto Velho, foi observado o menor percentual de “sem segurança”, 8,9%. Fortaleza e Porto Alegre são as capitais onde mais entrevistados disseram “não sair à noite” (10,6% e 10,3%, respectivamente) e, Porto Velho e Salvador, as cidades onde foi identificado o menor percentual para esta opção de resposta, 2,0%.

A literatura internacional sobre o medo, reiteradamente, aponta que são as pessoas mais idosas e do sexo feminino as que sentem mais medo de ser vítima de violência no meio urbano. Entretanto, há pouca pesquisa sobre o medo em contextos urbanos, onde a violência adquiriu um caráter crônico. O que os dados do survey sugerem é que, nas capitais pesquisadas, o medo vem se tornando algo mais universal, socialmente compartilhado por grupos de todas as idades e condições econômicas, sociais e educacionais. Por outro lado, há elementos específicos a cada cidade pesquisada que interferem em como este medo afeta o comportamento das pessoas. As respostas dos entrevistados levantam muitas questões sobre a qualidade de vida nestas capitais: que cidades são estas onde, de modo geral, grande número de habitantes não sente que pode usufruir dos espaços públicos sem sentir medo?

Tabela 110: Segurança em andar a noite sozinho pela vizinhança X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Muito seguro	6,1	5,1	5,2	5,3	6,1	4,5	5,3
Seguro	26,9	28,3	27,9	26,8	27,4	22,9	26,8
Pouco seguro	40,9	39,3	40,2	39,5	35,1	30,8	37,7
Sem segurança	23,0	24,1	23,1	23,2	22,2	19,4	22,6
Não sai à noite	2,8	3,1	3,2	4,9	9,1	22,3	7,4
Não sabe/ Não opinou	0,4	0,1	0,4	0,3	0,2	0,2	0,2

p < 0,001

Tabela 111: Segurança em andar a noite sozinho pela vizinhança X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Muito seguro	4,4	3,5	6,4	4,3	7,0	6,0	1,5	6,9	6,6	4,7	4,4	5,3
Seguro	40,4	14,8	14,3	14,0	24,9	31,1	21,7	25,1	23,9	30,1	37,0	26,8
Pouco seguro	44,3	46,8	27,6	34,9	35,6	37,7	44,3	29,6	39,9	39,1	33,5	37,7
Sem segurança	8,9	31,0	44,3	36,2	25,3	16,1	28,1	32,5	27,2	17,9	13,3	22,6
Não sai à noite	2,0	3,9	7,4	10,6	7,3	8,6	4,4	5,9	2,0	8,0	10,3	7,4
Não sabe/ Não opinou	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,2	1,5	0,2

p < 0,001

O medo, dependendo de sua intensidade e gravidade, leva as pessoas a adotarem medidas de proteção/segurança para reduzi-lo e, com isso, a vida possa ser vivida com menos estresse. Algumas destas medidas podem ter um caráter coletivo como, por exemplo, o medo pode estimular uma maior conexão com a vizinhança, encorajando os indivíduos a buscarem soluções coletivas para medos individuais. Isto ocorre quando as pessoas se filiam a organizações para cobrar as autoridades para que estas implementem medidas de segurança que reduzam o medo. Ou seja, o medo pode ter um aspecto positivo de encorajar as pessoas para ações construtivas. Mas, também pode ter um efeito negativo. As pessoas podem ser levadas a buscar medidas que podem, a curto prazo, diminuir a sensação de insegurança, mas, a longo prazo, podem ter custos sociais e individuais de tal monta que zeram os seus benefícios. O medo pode levar as pessoas a se isolarem da vida social, a evitar contato com as pessoas ou a recorrer a meios que, ao invés de reduzirem os riscos de serem vítimas de violência, os ampliem. No survey, os efeitos da vitimização são explorados através de algumas questões sobre as medidas de autoproteção adotadas:

Nos últimos 12 meses:

- ▶ O sr. mudou de casa por medo ou ameaça de violência
- ▶ O sr. sentiu necessidade de andar armado

Em 1999, quando questionados se, por medo ou por terem sofrido alguma ameaça, haviam mudado de casa nos últimos 12 meses, 2,8% dos entrevistados disseram que sim. Este percentual caiu para 1,5%, em 2010. Entre 1999 e 2010, o medo caiu entre os grupos mais jovens (abaixo de 39 anos) e cresceu entre os grupos com idade superior a 50 anos. Junto aos mais jovens, a queda do medo foi substancial, representando, em 2010, em média, 1/3 dos valores de 1999. Ainda comparando com os valores de 1999, o crescimento entre aqueles de maior idade foi de 1,5 vezes mais para os grupos acima de 50 anos.

Há diferenças entre cidades e estas resultam de padrões mais complexos de respostas. “Mudar de casa” por medo ou ameaça caiu em várias cidades e cresceu em outras. Em 2010, este medo era maior em Salvador, Porto Velho, Manaus, Belém, Fortaleza e Rio de Janeiro. Em 1999, o medo era citado por um número maior de entrevistados em Belo Horizonte, Goiânia, Manaus, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro.

“Sentir necessidade de andar armado” sugere a presença de um medo mais intenso e profundo. Esta necessidade foi expressa por 6,3% dos entrevistados, em 1999, e caiu para 4,3%, em 2010. A queda foi concentrada nas faixas etárias mais jovens, abaixo dos 49 anos. Entre aqueles da faixa entre 50 a 59 anos ocorreu o inverso, cresceu a necessidade de andar armado (de 0,4% para 4,2%). Contudo, a necessidade de andar armado caiu entre aqueles com acima de 60 anos.

As diferenças entre cidades, no que se refere ao sentir necessidade de andar armado, desapareceram entre 1999 e 2010. A queda na frequência de resposta à esta questão ocorreu de modo homogêneo, em todas as cidades, tendo caído, em média, 30%.

Tabela 112: Alguma vez desde que mora no bairro X Faixa Etária, 2010 e 1999

	<= 19 anos		20/29 anos		30/39 anos		40/49 anos		50/59 anos		60 ou +		Total	
	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	2,9	3,6	1,6	3,8	1,9	3,9	1,0	2,3	1,2	0,4	0,9	0,6	1,5	2,8
O(a) sentiu necessidade de andar armado	5,0	8,3	5,5	7,7	5,3	7,8	4,1	6,4	4,2	0,4	1,2	3,9	4,3	6,3

Tabela 113: Alguma vez desde que mora no bairro X Capital, 2010 e 1999

	Porto Velho		Manaus		Belém		Fortaleza		Belo Horizonte		Rio de Janeiro	
	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	2,5	2	2,5	4	2,5	1	2,0	-	0,0	6	2,2	2,3
O(a) sentiu necessidade de andar armado	4,4	9,0	9,4	11,0	13,4	14,0	7,3	-	4,0	12,0	4,7	5,3

	Goiânia		Recife		Salvador		São Paulo		Porto Alegre		Total	
	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999	2010	1999
Você mudou de casa por medo ou ameaça de violência	1,0	4	1,5	2	4,0	3	0,5	2,8	1,0	0	1,5	2,8
O(a) sentiu necessidade de andar armado	3,9	6,0	1,5	6,0	2,0	7,0	2,4	4,0	5,9	8,1	4,3	6,3

O que fazer frente ao medo: Que medidas adotar?

Foi apresentada aos entrevistados uma lista de medidas que incluem mudanças de comportamento e a adoção, ou não, de “tecnologias” de segurança (alarmes, blindagens, contratação de monitoramento eletrônico, segurança privada etc.). Como em 1999, as alternativas de respostas para esta questão focalizaram apenas as medidas relativas a mudanças de comportamento. Abaixo, são apresentadas as respostas de 2010 que são passíveis de comparação.

Comparadas com 1999, todas as medidas de segurança, arroladas no questionário e que implicam em mudanças de comportamento, apresentam um discreto crescimento, exceção feita a “não sair à noite”. Ou seja, apesar da insegurança que sentem em relação ao bairro, “não sair à noite” não é uma opção adotada por um número crescente de pessoas. Em 2010, esta opção foi relatada por 37,8% dos entrevistados, enquanto, em 1999, o foi por quase a metade deles, 49,8%. A opção mais freqüente, em 2010, foi “deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade”, 38,6%, seguida de “não sair à noite” e de “mudar o trajeto de casa para o trabalho ou de casa para a escola”, 31,9%. As mudanças de comportamento que resultam em menor interação com vizinhos ou deixar de usar uma linha de ônibus são menos adotadas.

Este padrão de resposta vale para todas as faixas etárias. Mesmo os mais jovens, em geral menos temerosos e que tendem a correr mais riscos, por subestimarem a probabilidade de que algo possa dar errado com eles, também mudam seus comportamentos para diminuir a sensação de medo. O impacto do medo sobre a mobilidade e, de certa forma, sobre o direito de circular pela cidade, é menor junto aos mais jovens e maior junto às pessoas de maior idade, que relatam, com maior freqüência, “não saírem à noite” (42,5%). Ou seja, apesar da queda na percepção de crescimento da violência e da vitimização, a violência continua a impactar o dia a dia das pessoas, restringindo o uso da cidade.

Tabela 114: Já aconteceu ou acontece X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Mudar o trajeto da casa para o trabalho, ou de casa para escola	35,4	34,7	33,9	34,2	27,8	24,9	31,9
Deixar de usar uma linha de ônibus	17,2	18,3	20,8	17,6	18,1	14,2	17,9
Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade	40,5	38,8	42,1	41,1	37,0	31,7	38,6
Não sair a noite	33,1	33,5	38,1	39,5	38,9	42,5	37,8
Evitar conversas com vizinhos	15,7	17,9	18,4	17,4	17,0	12,2	16,7

Tabela 115: Já aconteceu ou acontece X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Mudar o trajeto da casa para o trabalho, ou de casa para escola	29,2	25,4	25,0	21,8	22,2	19,3	24,0
Deixar de usar uma linha de ônibus	11,4	14,4	21,3	17,2	22,3	11,6	16,5
Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade	43,5	42,1	42,1	35,0	32,6	27,1	38,1
Não sair a noite	45,7	46,4	51,9	52,0	56,2	48,8	49,8
Evitar conversas com vizinhos	14,8	16,2	15,4	16,9	13,8	12,7	15,3

As cidades apresentam diferenças em relação às freqüências de respostas. Em comparação a 1999, em Salvador, aumentou todas as freqüências de resposta, ou seja, mais pessoas mudaram de comportamento por medo da violência. Em Porto Alegre e Porto Velho, caíram as freqüências à todas as alternativas listadas. Em Manaus e Belém, aumentaram os percentuais para quatro das alternativas e caiu uma delas, ou seja, a tendência foi de crescimento da adoção de medidas de “segurança”. Em Manaus, caiu “deixar de conversar com vizinhos” e, em Belém, caiu “não sair à noite”, que era mencionado por 65% dos entrevistados (1999), a mais alta freqüência entre as cidades. Em Recife, caíram as freqüências para quatro alternativas e cresceu “evitar conversar com vizinhos”. Em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Goiânia e São Paulo, caíram as freqüências à três das alternativas, tendo aumentado os percentuais de duas outras.

Tabela 116: Já aconteceu ou acontece X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Mudar o trajeto da casa para o trabalho, ou de casa para escola	15,8	37,6	47,0	42,3	34,3	37,9	27,2	32,2	35,5	24,0	24,1	31,9
Deixar de usar uma linha de ônibus	7,5	20,3	28,7	19,3	20,1	30,1	15,0	13,1	19,3	9,9	11,0	17,9
Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade	24,9	37,9	54,5	48,8	42,8	49,1	46,3	38,9	46,8	26,9	23,7	38,6
Não sair a noite	19,5	47,8	46,8	40,6	40,9	38,1	47,0	38,9	47,0	32,1	29,3	37,8
Evitar conversas com vizinhos	13,9	17,8	20,7	25,8	17,1	16,6	14,9	27,1	24,6	12,4	7,0	16,7

Tabela 117: Já aconteceu ou acontece X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Mudar o trajeto da casa para o trabalho, ou de casa para escola	22,2	14,0	35,0	-	27,4	29,1	28,0	41,0	21,0	17,9	25,0	24,0
Deixar de usar uma linha de ônibus	14,0	14,0	17,0	-	14,1	32,8	14,0	23,5	9,0	8,7	15,0	16,5
Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade	36,0	33,0	65,0	-	52,5	44,8	28,0	48,0	35,0	29,0	39,0	38,1
Não sair a noite	54,0	46,0	64,0	-	55,6	50,8	58,0	50,5	44,0	46,7	52,0	49,8
Evitar conversas com vizinhos	29,3	23,0	19,0	-	21,2	11,4	21,0	18,0	10,0	15,5	11,0	15,3

A.7. Causas Da Violência

Quais são as causas, atribuídas à violência, que afeta o dia a dia das pessoas, obrigando-as a considerar o seu risco mesmo em atividades triviais do cotidiano? Conhecer as “teorias de senso comum” da população sobre a violência ajuda entender o apoio ou a rejeição às políticas de prevenção da violência e de segurança pública. Esta questão foi explorada através de uma série de frases, em uma escala tipo Likert (concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte, discorda totalmente, e não sabe/não opinou.).

As frases utilizadas referem-se às causas atribuídas à violência no dia a dia, quer pelos meios de comunicação, quer por agentes encarregados de aplicar as leis. Estas frases dizem respeito a aspectos estruturais e a aspectos individuais, podendo-se responsabilizar pessoas, as condições sociais (estruturais), ou ambas pela violência. O apoio às medidas de prevenção varia segundo esta atribuição de causalidade. Se as principais causas da violência forem percebidas como sendo atitudes, comportamentos, crenças de indivíduos - quer vítimas quer agressores -, o apoio irá se centrar em medidas que se referem aos comportamentos percebidos como sendo de risco por parte de vítimas potenciais e/ou de controle/incapacitação (como a prisão) dos agressores. Se as causas forem percebidas como estruturais, renda, desigualdade, desemprego, falta de oportunidades (de estudo, saúde, moradia), o apoio será maior para as políticas que reduzam desigualdades, aumentem emprego, oportunidades etc. Entre 1999 e 2010, foram introduzidas novas frases envolvendo variáveis estruturais. Estas frases referem-se a problemas econômicos, religião, esperança de melhoria de vida e maldade.

Prevaleceu, tanto em 2010 como em 1999, a percepção da violência como sendo causada pelo uso e/ou tráfico de drogas. Estas duas alternativas são as que evocam maior consenso e intensidade de concordância (concorda totalmente) entre os entrevistados. A violência como meio de preempção: como resposta a uma potencial ameaça (ter medo de ser machucado) é rejeitada, bem como o é a violência adaptativa a meio hostil (quem não for durão). Dentre as novas frases, aquela sobre a maldade é a que provoca maior concordância e intensidade. Assim, a imagem que emerge das causas da violência, segundo os entrevistados, é de que a violência é o resultado do uso e tráfico de drogas, do uso de bebidas alcoólicas, de pessoas que intoxicadas provocam os outros e da maldade de pessoas. Ciúmes, provocar os outros e não ter uma religião também são percebidos como causas da violência, mas com menor grau de consenso. O preconceito racial, a falta de condições para sustentar a família e a perda da esperança de melhorar de vida são também consideradas, em alguma medida, causas de violência, mas novamente há menor consenso entre os entrevistados sobre este papel. Ou seja, a ênfase continua a ser colocada em fatores individuais, sendo que, fatores estruturais, são pouco percebidos como relevantes.

Tabela 118: Causas da violência no bairro, 2010

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
São provocadas por outros	36,2	38,4	11,7	13,7
Sentem ciúmes de seu(sua) companheiro(a)/ namorado(a)	35,4	37,4	11,3	16,0
Têm preconceito/ódio racial	27,8	31,6	14,7	25,9
Têm medo de serem machucados	21,4	29,0	17,1	32,5
No bairro quem não for durão vira vítima	17,2	20,6	16,8	45,5
Bebem e provocam os outros	51,8	31,1	8,0	9,2
Usam drogas	63,8	24,3	5,5	6,3
Vendem drogas	62,6	21,6	6,7	9,1
Não têm uma religião	35,9	24,3	12,4	27,4
São más	57,7	24,0	9,3	9,0
Não conseguem sustentar a família	20,4	32,6	17,8	29,1
Perderam a esperança de melhorar de vida	24,9	29,6	17,6	27,9

Observou-se, em 1999, menor consenso entre os entrevistados em relação às diferentes frases, exceto no que se refere ao papel das drogas. Usar e vender drogas são as causas de violência com as quais os entrevistados concordaram totalmente, em frequências superiores a 70%. O papel do consumo do álcool também era reconhecido como importante. Outra tendência foi a de rejeitar que a violência possa ser uma estratégia de adaptação a um meio hostil, como, por exemplo, em situações como, “no bairro, quem não for durão vira vítima”. A violência, como resposta a provocação, como resultado de ciúmes ou, ainda, como resultado de preconceito racial recebe concordância, mas não tão forte como as dimensões anteriores.

Tabela 119: Causas da violência no bairro, 1999

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
São provocadas por outros	35,2	32,7	8,4	23,8
Sentem ciúmes de seu(sua) companheiro(a)/ namorado(a)	34,6	32,3	5,8	27,3
Têm preconceito/ódio racial	33,8	27,9	5,6	32,7
Têm medo de serem machucados	28,5	27,0	7,1	37,5
No bairro quem não for durão vira vítima	27,8	20,7	6,6	44,9
Bebem e provocam os outros	66,8	20,8	2,5	9,9
Usam drogas	74,3	16,4	1,5	7,9
Vendem drogas	73,1	15,9	2,3	8,8
Não têm uma religião	-	-	-	-
São más	-	-	-	-

Não conseguem sustentar a família	-	-	-	-
Perderam a esperança de melhorar de vida	-	-	-	-

Causas da violência por faixa etária

Em 1999, o padrão de concordância, entre os jovens, com as frases utilizadas expressava uma “teoria” da causalidade da violência mais ampla que àquela identificada entre as pessoas mais idosas, apontando várias causas para a violência. Além das drogas e dos efeitos da bebida, os jovens também nomeavam a provocação, os ciúmes e o preconceito racial. Em 2010, esta diferença entre faixas etárias permanece, apesar de haver crescido a concordância à importância destas causas em outras faixas etárias.

A diferença entre os mais jovens (< de 19 anos e de 20 a 29 anos) e as outras faixas de idade é mais visível nas respostas às novas frases. Os mais jovens concordam mais com o papel que a falta de condições econômicas para sustentar a família ou a perda de esperança em melhora de vida tem como causa da violência, que os grupos mais idosos. Já a falta de religião é uma causa mais fortemente apontada entre aqueles com 60 ou mais anos. A maldade, entretanto, é apontada por todas as faixas etárias como uma causa da violência.

Tabela 120: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
São provocadas por outros	45,4	36,8	35,8	35,0	34,1	34,6	36,2
Sentem ciúmes de seu(sua) companheiro(a)/namorado(a)	40,0	36,6	34,7	36,6	31,5	34,8	35,4
Têm preconceito/ódio racial	29,1	27,4	28,3	27,1	27,8	28,3	27,8
Têm medo de serem machucados	27,2	21,2	20,7	19,0	21,4	22,6	21,4
No bairro quem não for durão vira vítima	24,0	18,4	16,1	14,5	17,2	16,8	17,2
Bebem e provocam os outros	56,2	50,7	49,7	52,2	51,0	54,0	51,8
Usam drogas	66,4	61,9	63,9	65,4	62,7	64,6	63,8
Vendem drogas	62,4	63,3	61,0	63,2	62,1	63,6	62,6
Não têm uma religião	29,7	32,4	37,4	34,3	38,1	41,8	35,9
São más	58,9	56,1	58,1	57,2	59,7	57,6	57,7
Não conseguem sustentar a família	26,0	22,3	19,4	17,5	19,8	20,3	20,4
Perderam a esperança de melhorar de vida	27,2	26,7	23,1	24,3	24,2	24,7	24,9

Tabela 121: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
São provocadas por outros	45,1	39,5	31,5	34,3	33,1	27,4	35,2

Sentem ciúmes de seu(sua) companheiro(a)/namorado(a)	42,2	42,7	32,0	28,8	29,3	27,5	34,6
Têm preconceito/ódio racial	39,5	38,6	31,0	30,4	33,4	29,4	33,8
Têm medo de serem machucados	33,3	33,2	27,5	27,7	22,7	22,3	28,5
No bairro quem não for durão vira vítima	33,6	33,5	27,3	23,8	25,7	19,4	27,8
Bebem e provocam os outros	74,4	68,5	65,0	62,2	66,6	66,3	66,8
Usam drogas	73,4	75,2	69,8	73,4	80,8	77,5	74,3
Vendem drogas	68,3	74,3	68,7	73,9	79,1	76,9	73,1

Causas da violência por cidade

Em 1999, nas capitais, observou-se que estas seguiam a tendência geral de atribuir às drogas e ao álcool as principais causas da violência, mas o consenso variava. Em Goiânia, houve forte concordância com todas as frases apresentadas, com exceção a relacionada à necessidade de “ser durão”. Ainda em Goiânia, 90,7% concordavam totalmente que o uso e 83,7% que o tráfico de drogas causavam violência. Já em Porto Velho, estes percentuais eram 67,4% e 64,7%, respectivamente. Em Manaus, 62% dos entrevistados concordavam totalmente que a violência era consequência de provocação. Em Manaus, as causas apontadas como relacionadas à violência, com frequências superiores à da média das capitais (mas inferior à Goiânia) foram, ciúmes do companheiro (55%), preconceito racial (54%) e medo de ser machucado (45%). O preconceito racial como causa da violência também foi apontado em Salvador (49%), Porto Velho (45,9%) e em Belém (44,3%).

Em 2010, cresceu o consenso sobre as causas da violência em Belém e se reduziu em Goiânia, ainda que esta cidade tenha continuado a apresentar os maiores percentuais relacionando a violência com o consumo e venda de drogas e álcool da amostra, apenas com menor intensidade. Caiu também o consenso em Salvador, Manaus e Porto Velho e, em menor medida, em Belo Horizonte. Cresceu a concordância sobre o papel dos ciúmes e da provocação em Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Em Belém, 42,8% apontam o preconceito e o ódio racial como causa da violência, o mais alto percentual da amostra. Entre as novas frases, a concordância em que a maldade é a causa da violência é a que produz maior variação entre as capitais, 80,3% dos entrevistados em Goiânia concordam totalmente com esta frase, enquanto, em Porto Velho, 44,6% o fazem. Resultado semelhante foi obtido em relação à falta de uma religião. Em Goiânia, 57,4% concordam totalmente com esta frase, enquanto, em Porto Velho, apenas 18,8% o fazem. Falta de condições para sustentar a família e a perda da esperança em melhorar de vida provocam maior concordância em Belém e Rio de Janeiro em relação às demais capitais.

Tabela 122: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
São provocadas por outros	25,1	31,5	37,6	36,2	30,2	34,4	33,7	36,6	29,7	40,0	43,7	36,2
Sentem ciúmes de seu(sua) companheiro(a)/ namorado(a)	33,2	26,6	41,8	35,3	33,2	39,0	42,9	33,2	26,6	36,1	33,3	35,4
Têm preconceito/ódio racial	18,0	15,8	42,8	27,9	26,0	28,1	33,9	22,0	16,5	31,0	27,7	27,8
Têm medo de serem machucados	18,3	26,3	36,0	19,1	15,2	19,6	25,5	22,9	21,0	20,4	30,5	21,4
No bairro quem não for durão vira vítima	11,0	18,8	28,9	16,7	14,5	15,7	20,5	19,4	21,9	14,6	24,4	17,2
Bebem e provocam os outros	44,6	51,0	59,1	57,0	51,8	49,6	56,3	53,5	49,0	50,4	59,1	51,8
Usam drogas	44,8	63,9	72,4	70,1	59,9	56,8	74,2	64,7	65,7	65,7	62,0	63,8
Vendem drogas	47,3	70,4	72,4	59,7	62,8	53,7	79,3	66,2	69,1	63,9	54,4	62,6
Não têm uma religião	18,8	46,0	49,3	29,3	34,1	30,0	57,4	33,7	43,1	36,2	27,7	35,9
São más	44,6	54,5	60,2	54,8	52,7	64,3	80,3	73,0	66,5	49,9	52,6	57,7
Não conseguem sustentar a família	15,8	15,5	27,2	19,0	20,8	23,2	23,7	20,8	13,7	20,2	19,6	20,4
Perderam a esperança de melhorar de vida	20,3	19,6	36,8	17,7	20,3	31,2	24,6	19,5	20,3	24,5	26,4	24,9

Tabela 123: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
São provocadas por outros	47,4	62,0	40,0	-	31,0	24,3	54,1	30,3	36,5	38,0	30,6	35,2
Sentem ciúmes de seu(sua) companheiro(a)/ namorado(a)	45,9	55,0	39,0	-	28,6	21,8	62,5	17,7	49,0	37,1	30,9	34,6
Têm preconceito/ódio racial	37,5	54,0	44,3	-	34,7	18,0	61,5	19,8	40,2	37,8	33,0	33,8
Têm medo de serem machucados	37,6	45,0	29,2	-	14,4	19,5	61,3	19,8	33,3	33,3	18,6	28,5
No bairro quem não for durão vira vítima	43,2	48,0	30,6	-	16,7	14,9	48,9	20,8	39,6	33,1	15,5	27,8
Bebem e provocam os outros	61,9	74,0	70,0	-	64,0	54,7	86,7	44,9	72,7	72,9	68,0	66,8
Usam drogas	67,4	78,0	74,8	-	70,0	65,8	90,7	50,0	78,6	80,2	78,0	74,3
Vendem drogas	64,7	69,0	70,4	-	69,7	64,3	83,7	54,4	75,8	80,1	76,5	73,1

Gráficos das causas da violência por capital: 1999-2010

A seguir são apresentados os gráficos, por cidade, para cada uma das causas atribuídas a violência para o período entre 1999 e 2010. Os gráficos tratam apenas da categoria de resposta “concorda totalmente”, em cada uma das frases utilizadas. Estes gráficos reforçam o que foi dito anteriormente sobre uma das principais alterações observadas, até o momento, sobre a maior semelhança, entre as faixas etárias, que entre cidades. As diferenças entre as cidades, possivelmente, expressam o papel que o contexto local, instituições, seu funcionamento, história, contato com a violência, entre outros, têm sobre as crenças e valores da população.

Gráfico 30. Causas da violência – capitais, 1999-2010

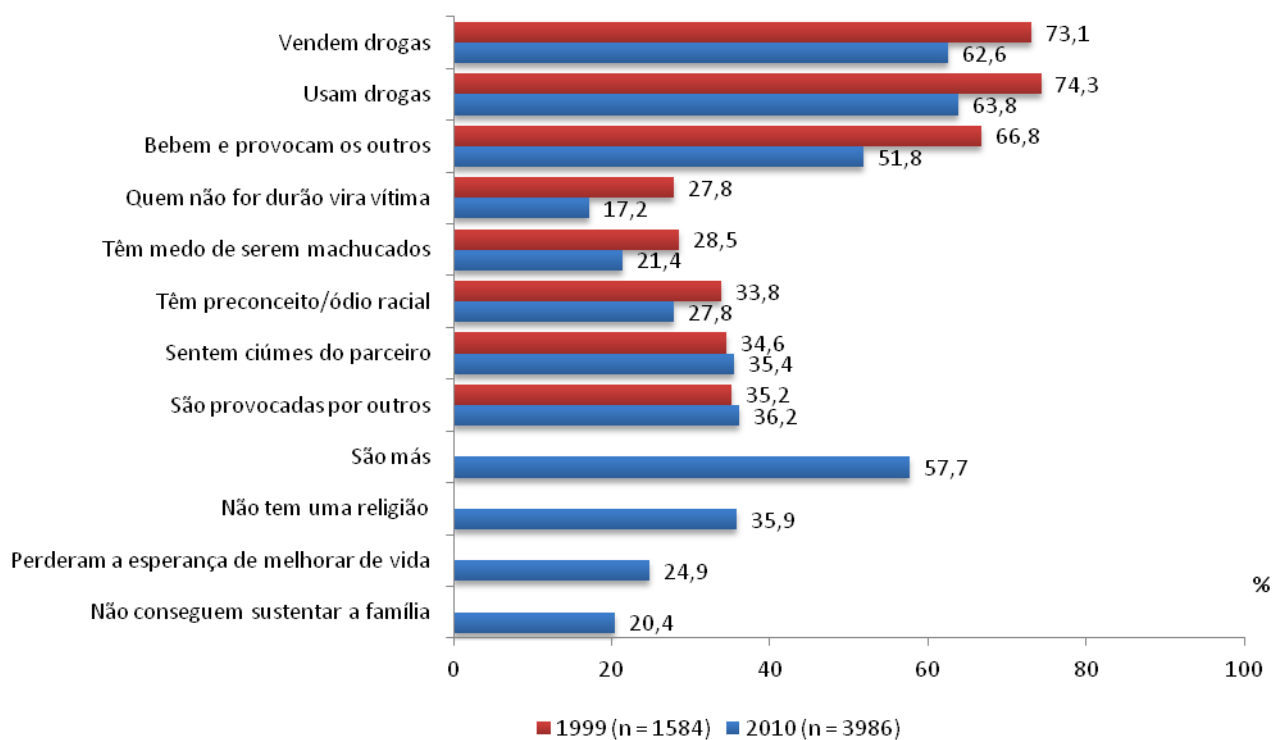


Gráfico 31. Causas da violência - Belém, 1999-2010

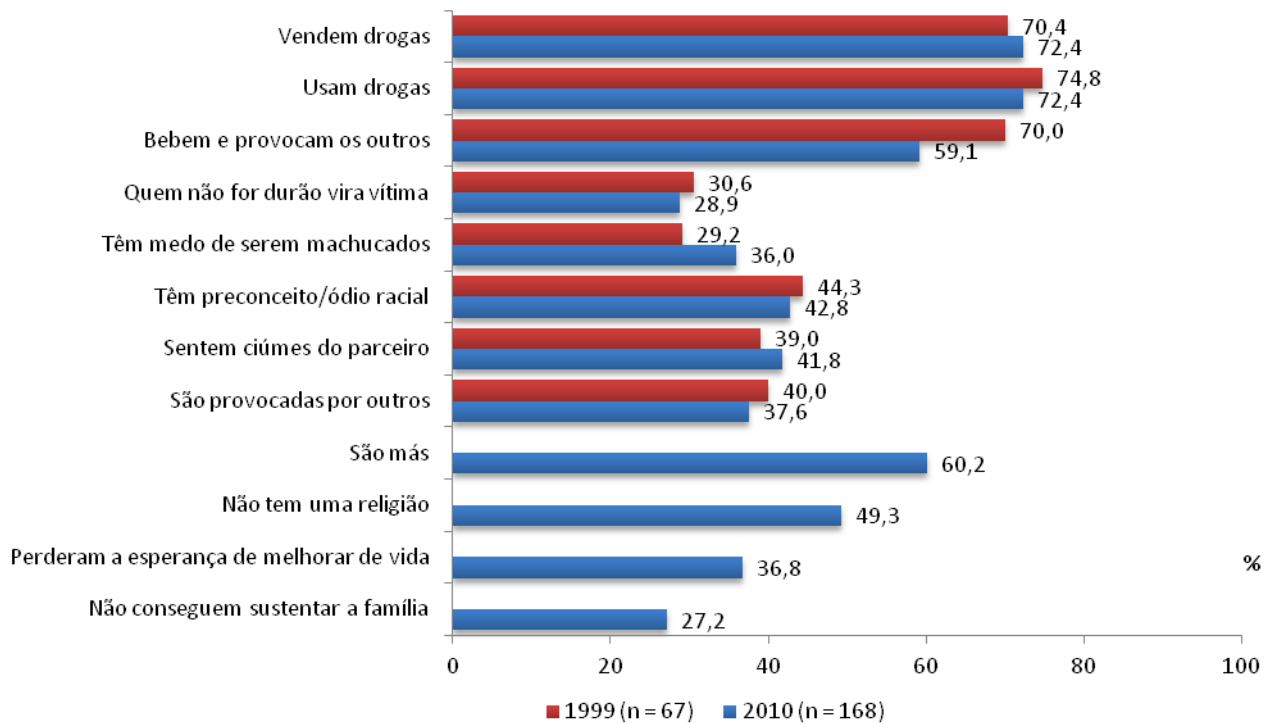


Gráfico 32. Causas da violência - Belo Horizonte, 1999-2010

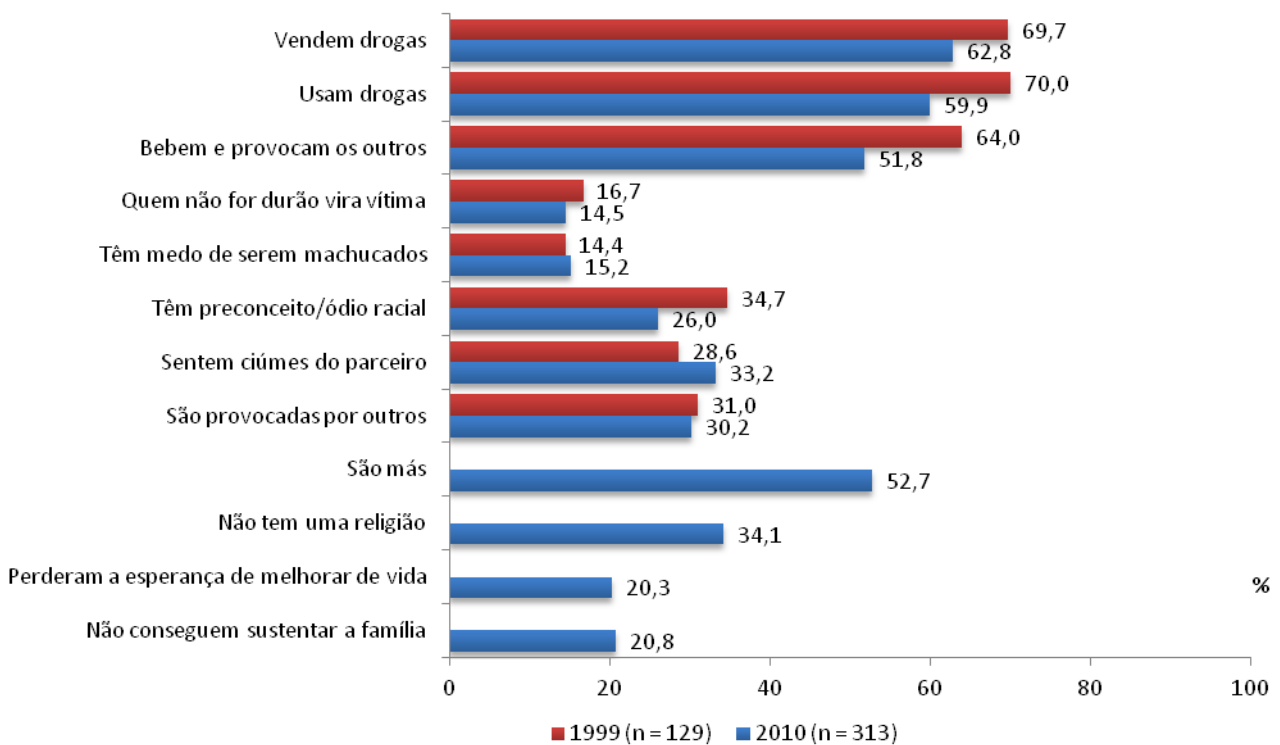


Gráfico 33. Causas da violência - Fortaleza, 1999-2010

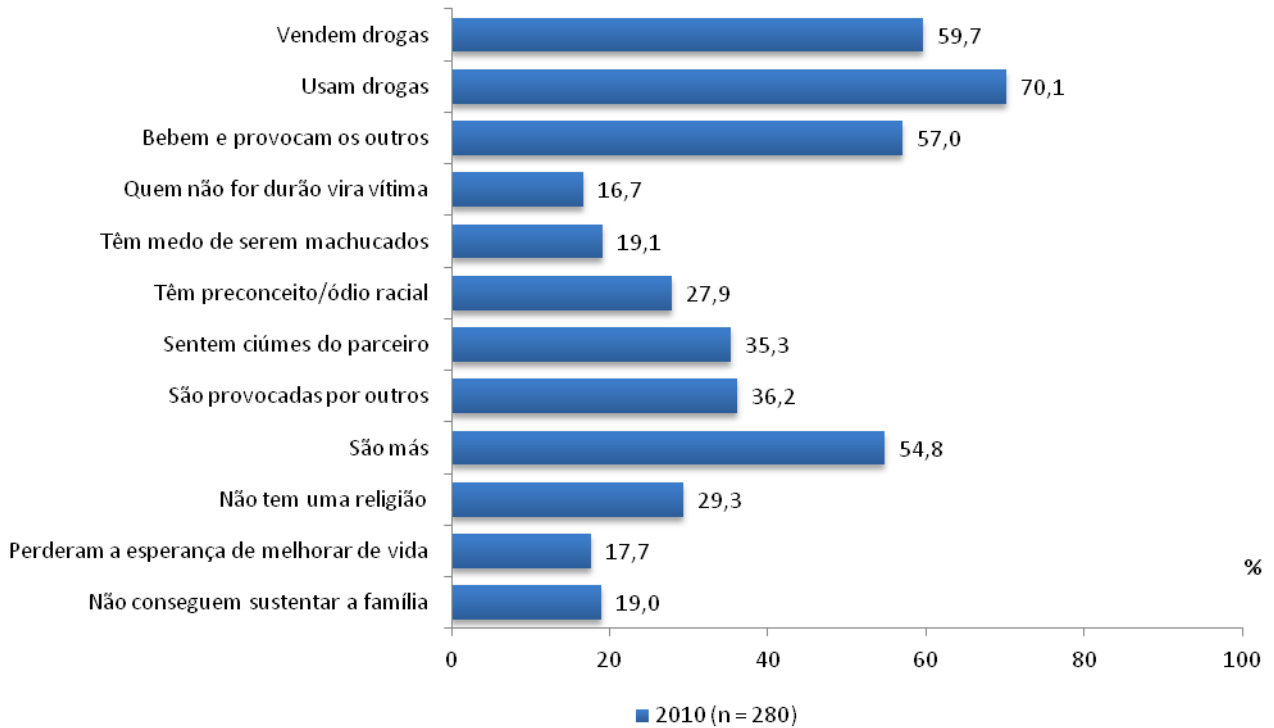


Gráfico 34. Causas da violência - Goiânia, 1999-2010

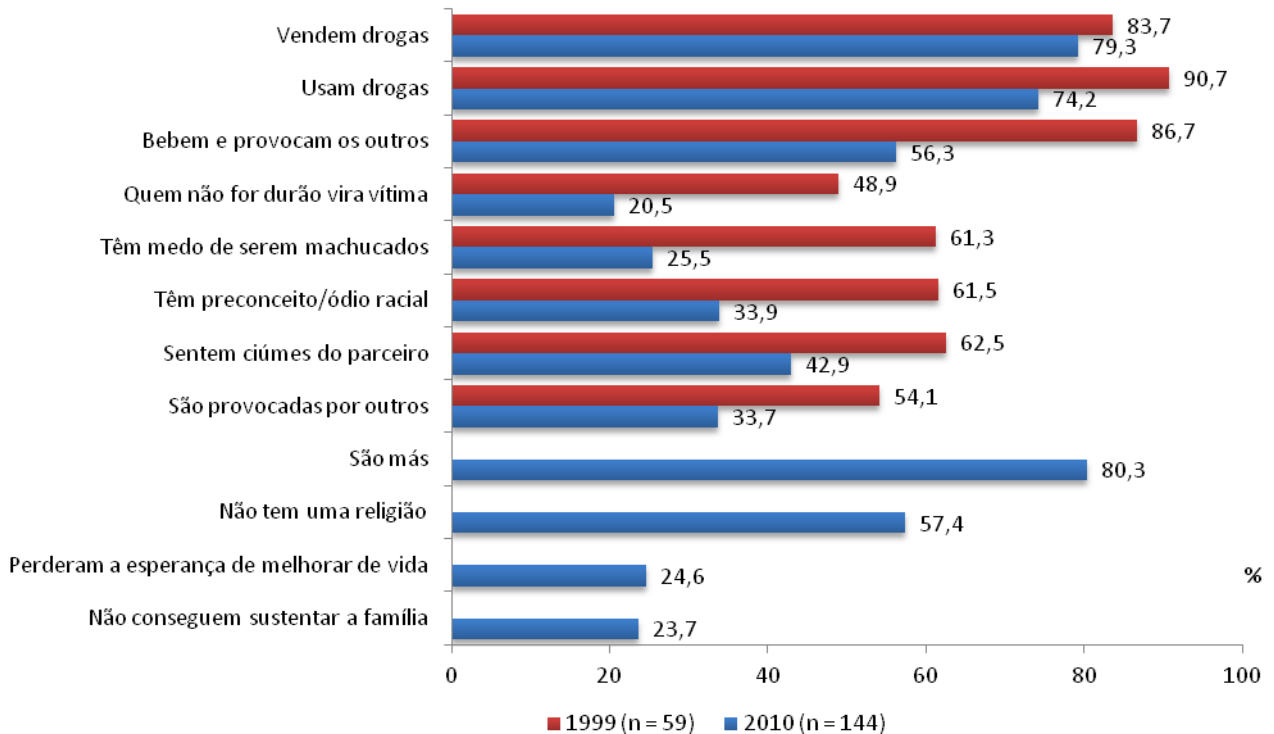


Gráfico 35. Causas da violência - Manaus, 1999-2010

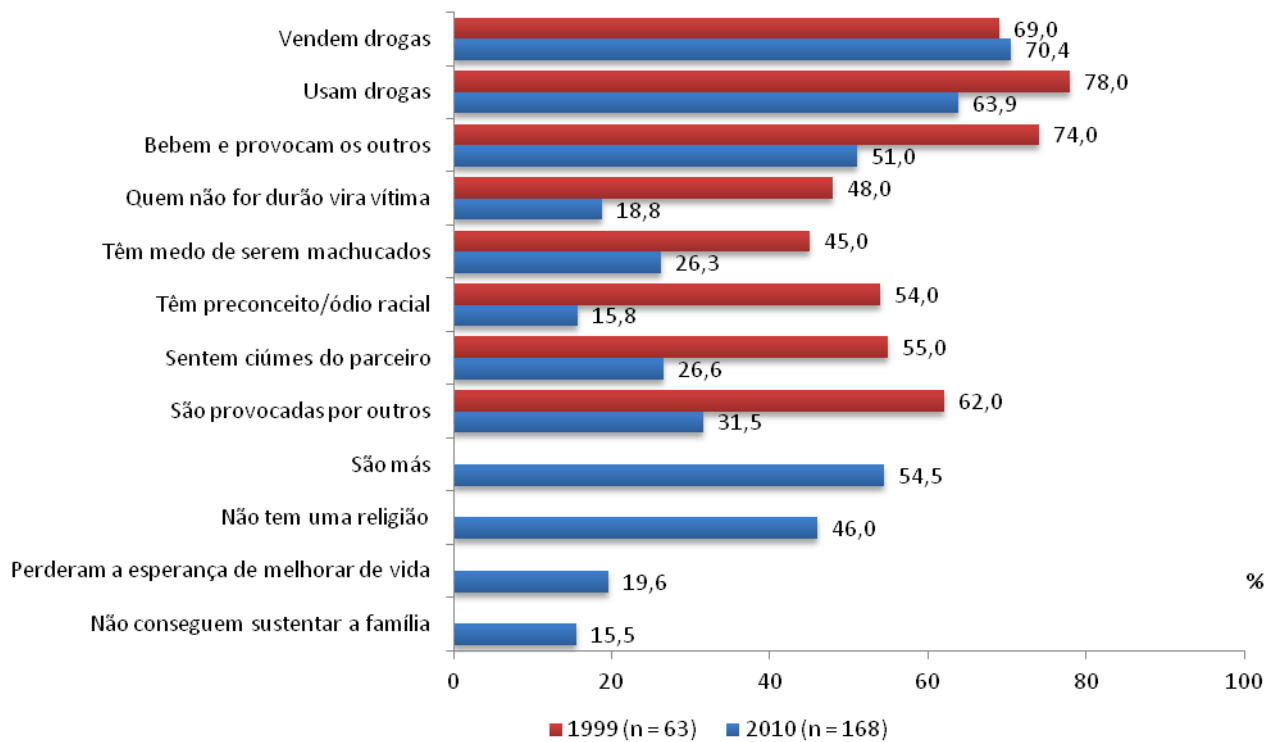


Gráfico 36. Causas da violência - Porto Alegre, 1999-2010

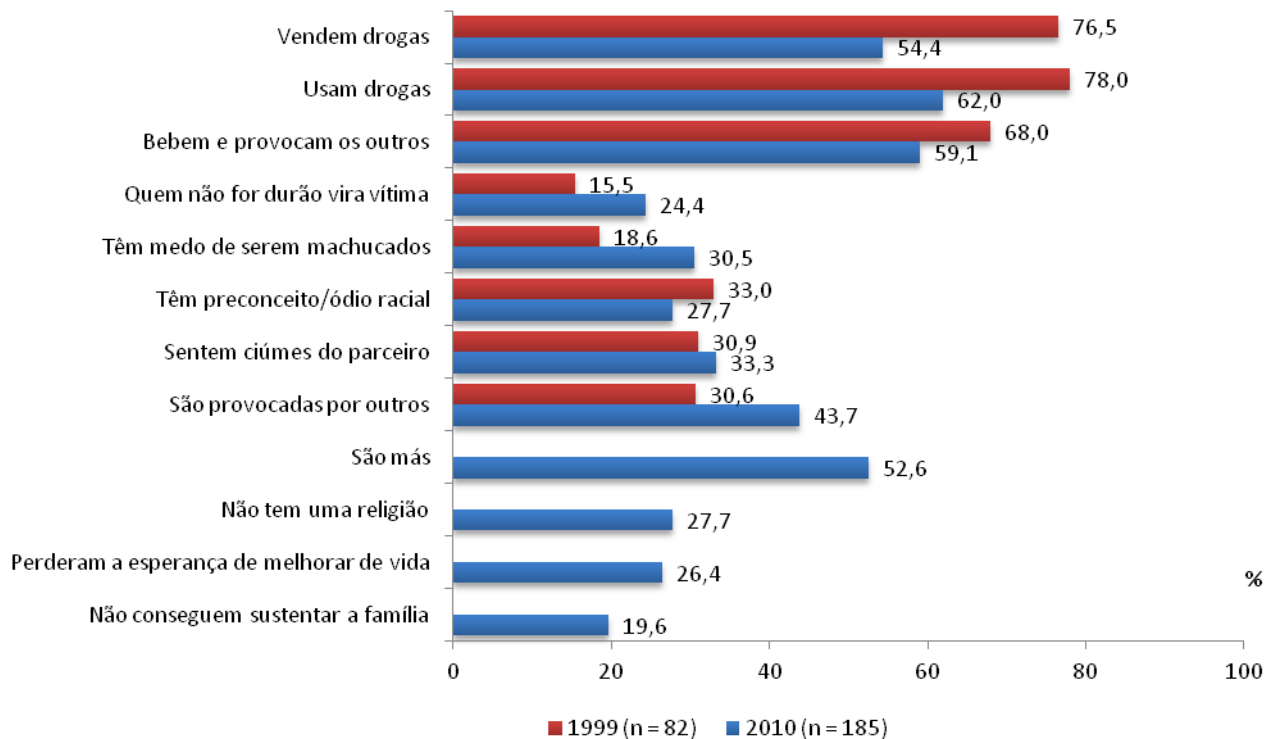


Gráfico 37. Causas da violência - Porto Velho, 1999-2010

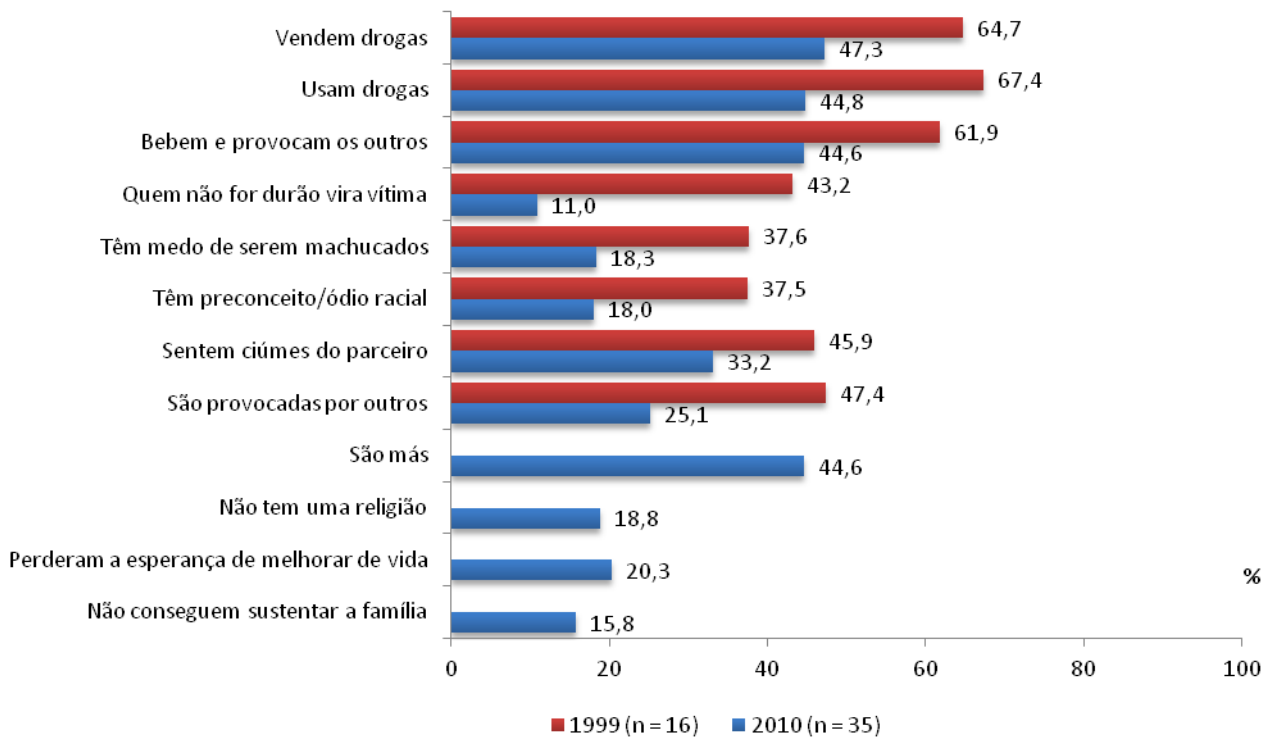


Gráfico 38. Causas da violência - Recife, 1999-2010

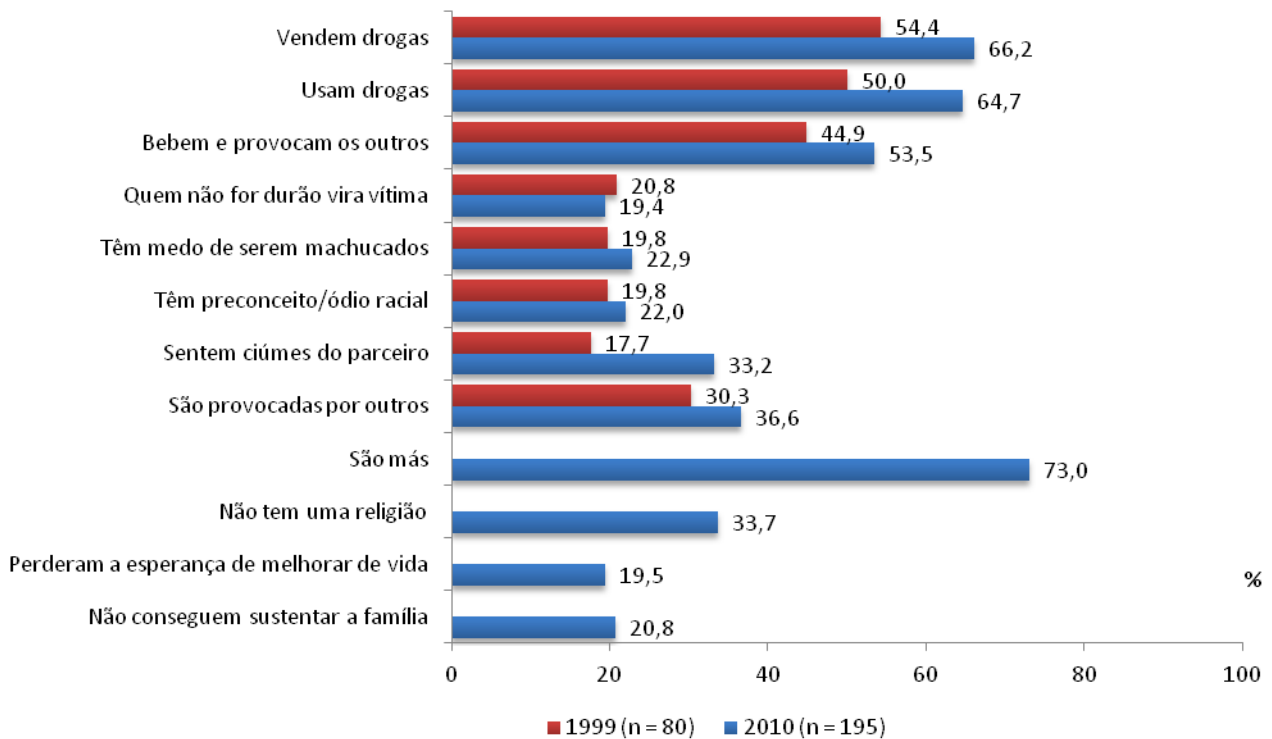


Gráfico 39. Causas da violência - Rio de Janeiro, 1999-2010

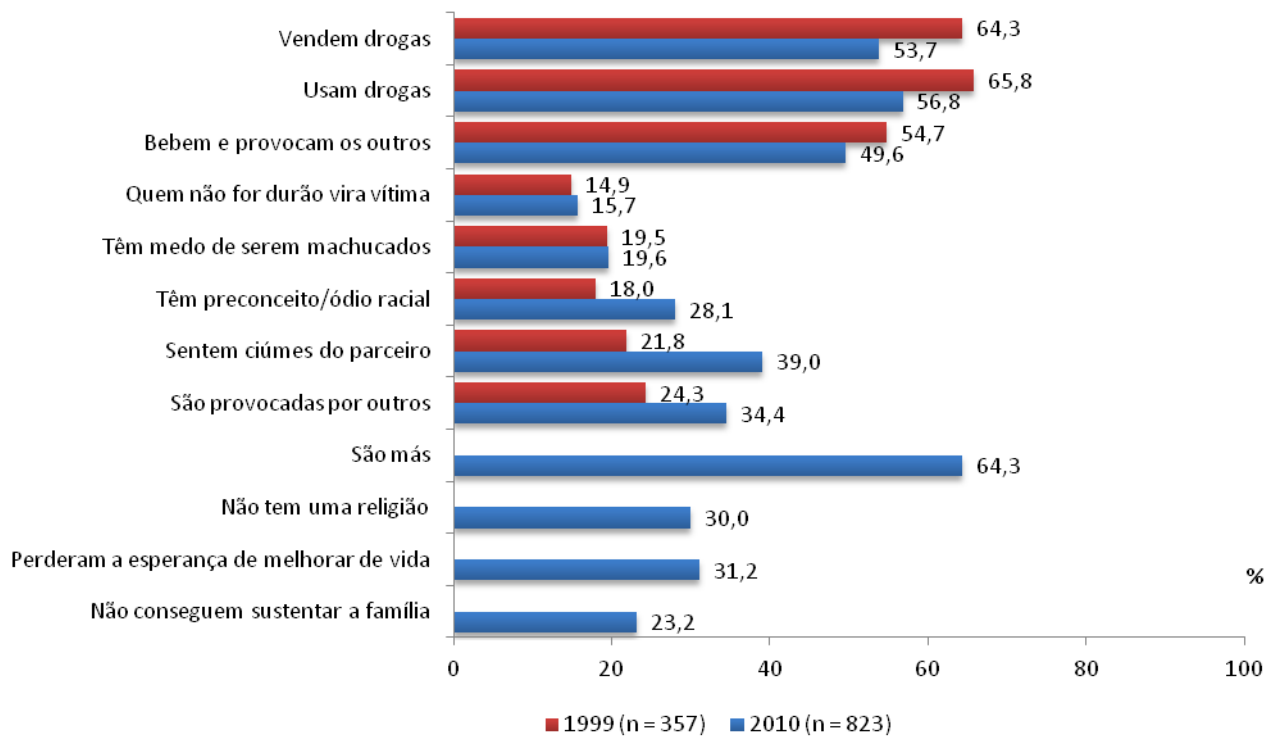


Gráfico 40. Causas da violência - Salvador, 1999-2010

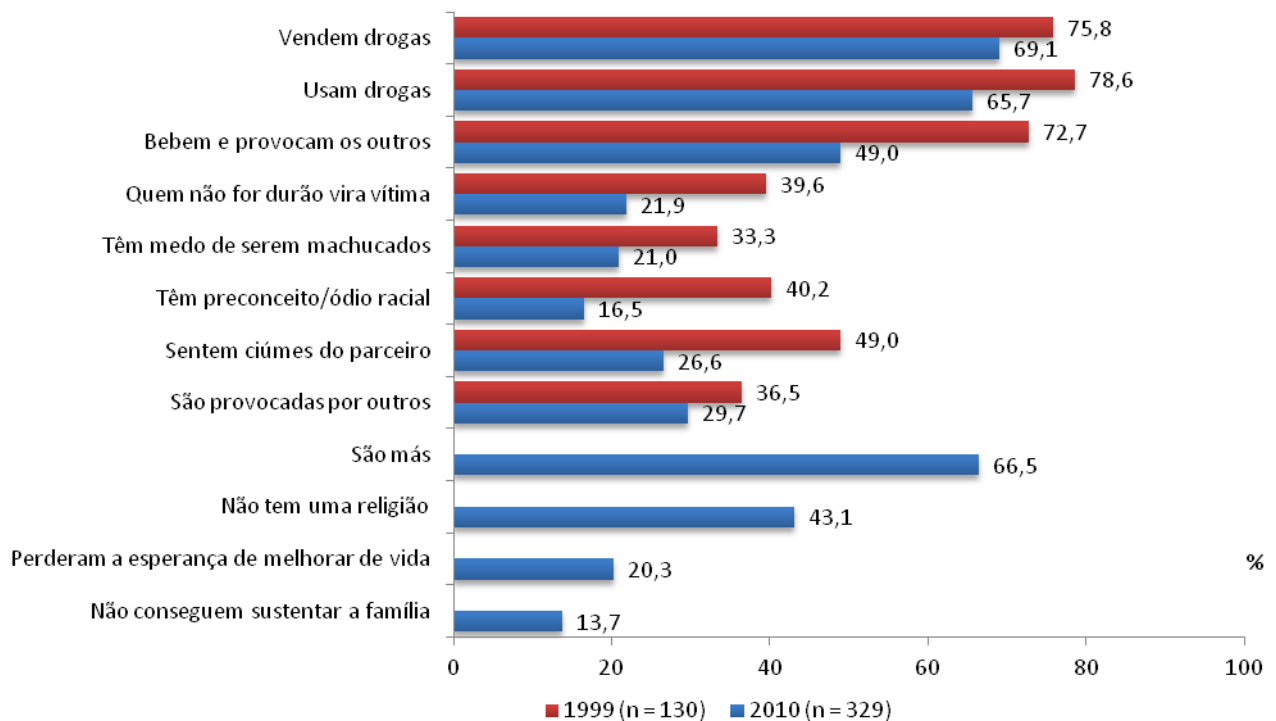
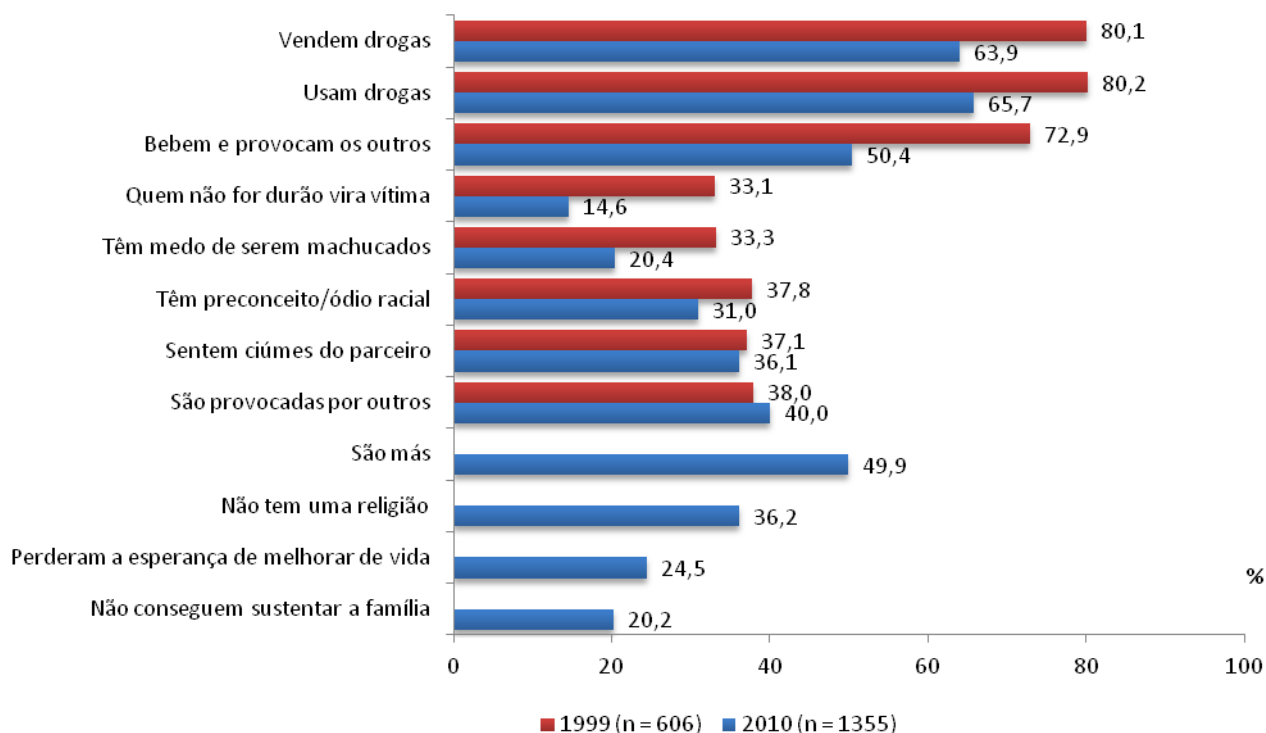


Gráfico 41. Causas da violência - São Paulo, 1999-2010



Violência na escola: causas

As frases sobre a violência na escola seguem o mesmo princípio utilizado nas frases sobre a violência interpessoal. Referem-se às causas individuais e às causas institucionais como, por exemplo, as características da escola e de seu funcionamento, incluindo-se, nesta última, características das relações interpessoais e sociais (por exemplo, preconceito) que lá se desenvolvem e a relação da família dos alunos com a escola. A violência nas escolas pode ser então atribuída aos alunos (levar armas para a escola ou formar gangues) ou às suas famílias, a fatores externos à escola, como a presença de traficantes na porta de escolas, ou à interface escola/aluno, como, por exemplo, o fracasso escolar, número excessivo de alunos por sala de aula, pouco professores, dificuldade da escola em lidar com indisciplina e/ou comportamento dos alunos.

Em 1999, as frases que provocaram maior concordância foram àquelas que atribuíam a responsabilidade pela violência aos alunos, mas não associada à escola: consumir drogas (71,8%), formar gangues (69,4%), levar armas para a escola (66,2%) e consumir álcool (61,5%), seguidas de traficantes na porta da escola (69,7%). Surpreendentemente, a única frase da qual a maioria discordava fortemente, 60%, refere-se ao fracasso escolar (os alunos irem mal na escola). As outras variáveis, que se referiam às condições da escola, provocaram concordância fracas. Também pouca concordância foi atribuída ao papel do preconceito racial.

Em 2010, duas frases foram acrescentadas ao conjunto de itens. Estas frases se referem ao número de professores e a capacidade dos diretores e professores de manterem a disciplina em sala de aula. Caiu, em 2010, o consenso em torno do papel do uso de drogas e bebidas, formar gangues, levar armas para a escola e sobre o papel dos traficantes na porta da escola. Diminuiu a discordância com o papel do fracasso escolar, sendo que, ao menos, 1/5

dos entrevistados demonstram estar consciente de que este é um fator que alimenta a violência dentro (e fora) da escola. Cresceu também a atribuição de responsabilidade à falta de importância que a escola teria para a família dos alunos. Ainda que de modo fraco, cresceu também a concordância com o papel da relação aluno-professor e o excessivo número de alunos por sala de aula como causas da violência. A falta de professores e a dificuldade de diretores e professores em lidar com indisciplina são apontados, por 1/3 dos entrevistados, como causa de violência na escola.

Este perfil de concordância sugere que o problema da violência nas escolas esteja sendo abordado de modo menos reducionista, pela população, que há onze anos atrás. Sugere ainda que um pouco menos de responsabilidade esteja sendo atribuída aos alunos e um pouco mais à instituição e seu modo de funcionar.

Tabela 124: Causas da violência na escola, 2010

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Os alunos vão mal na escola	22,3	25,3	15,1	37,3
As famílias não dão importância para a escola	34,1	32,8	14,5	18,6
Há preconceito racial	29,8	31,5	15,5	23,3
As classes têm um número muito grande de alunos	30,1	27,2	14,8	27,9
Os alunos formam gangues	47,7	31,4	10,9	9,9
Os alunos bebem álcool	50,7	31,7	9,1	8,6
Os alunos levam armas para a escola	51,1	28,0	10,9	9,9
Os alunos usam drogas	56,8	29,0	7,9	6,3
Os alunos têm problemas com os professores	36,5	31,4	14,3	17,8
Há traficantes na porta da escola	55,5	25,3	9,8	9,5
Há poucos professores	32,1	25,6	14,5	27,8
Os professores e diretores Não sabem lidar com a indisciplina	30,1	29,2	16,0	24,8

Tabela 125: Causas da violência na escola, 1999

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Os alunos vão mal na escola	15,4	15,8	8,8	60,0
As famílias não dão importância para a escola	30,4	24,0	6,8	38,8
Há preconceito racial	31,1	25,7	5,9	37,3
As classes têm um número muito grande de alunos	28,1	20,6	6,2	45,2
Os alunos formam gangues	69,4	18,1	2,5	10,1
Os alunos bebem álcool	61,5	21,4	3,1	14,0
Os alunos levam armas para a escola	66,2	18,1	3,1	12,6
Os alunos usam drogas	71,8	18,0	2,0	8,2
Os alunos têm problemas com os professores	30,8	27,2	5,4	36,7
Há traficantes na porta da escola	69,7	14,6	2,5	13,2
Há poucos professores	-	-	-	-
Os professores e diretores Não sabem lidar com a indisciplina	-	-	-	-

Em 1999, a principal diferença entre os entrevistados, segundo a faixa etária, decorria do fato dos entrevistados mais idosos apresentarem maior consenso e maior intensidade de concordância com as frases relativas ao uso de drogas e álcool, formação de gangues, alunos levarem armas para escola e presença de traficantes na porta da escola, que os mais jovens. Em 2010, o perfil de concordância total, segundo faixa etária, apresenta pouca diferença entre grupos, pois, os percentuais de concordância são muito semelhantes. Um dos resultados positivos é que aumentou, junto aos grupos com mais idade, a concordância com frases que se referem a problemas de funcionamento da escola como, por exemplo, muitos alunos por sala de aula, poucos professores e dificuldade de diretores e professores em lidarem com a indisciplina.

Tabela 126: Causas da violência na escola (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Os alunos vão mal na escola	21,8	22,1	20,3	22,7	24,4	23,1	22,3
As famílias não dão importância para a escola	27,5	33,6	33,1	34,9	37,0	35,7	34,1
Há preconceito racial	31,6	28,8	29,8	30,0	29,5	30,2	29,8
As classes têm um número muito grande de alunos	27,1	29,0	30,6	31,0	31,2	30,6	30,1
Os alunos formam gangues	49,6	46,1	48,0	46,9	48,6	49,0	47,7
Os alunos bebem álcool	52,7	51,8	48,7	47,5	51,4	53,8	50,7
Os alunos levam armas para a escola	52,5	53,0	47,8	47,3	52,7	55,1	51,1
Os alunos usam drogas	59,2	57,3	52,0	57,1	58,3	59,1	56,8
Os alunos têm problemas com os professores	42,6	36,8	33,8	35,0	36,5	38,2	36,5
Há traficantes na porta da escola	50,0	55,8	53,4	53,6	58,2	60,1	55,5
Há poucos professores	26,1	32,2	32,6	28,8	33,8	36,8	32,1
Os professores e diretores Não sabem lidar com a indisciplina	29,9	30,7	30,7	28,2	29,9	31,1	30,1

Tabela 127: Causas da violência na escola (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Os alunos vão mal na escola	15,6	16,0	12,5	15,1	15,5	19,9	15,4
As famílias não dão importância para a escola	34,0	27,7	30,2	29,6	30,7	33,9	30,4
Há preconceito racial	35,3	35,7	29,2	24,5	29,0	31,8	31,1
As classes têm um número muito grande de alunos	30,7	29,3	23,3	26,9	26,8	34,9	28,1
Os alunos formam gangues	68,6	71,6	69,9	63,1	71,3	71,1	69,4
Os alunos bebem álcool	52,6	65,4	59,1	58,0	63,6	68,9	61,5
Os alunos levam armas para a escola	59,2	68,4	64,7	63,2	68,2	72,8	66,2
Os alunos usam drogas	65,5	75,0	67,9	69,9	75,4	77,4	71,8
Os alunos têm problemas com os professores	35,5	34,7	27,5	25,2	25,6	35,6	30,8
Há traficantes na porta da escola	60,5	69,8	71,0	67,9	74,4	74,1	69,7

Em 1999, os entrevistados de Goiânia, Manaus e Salvador se diferenciavam daqueles de outras cidades por apresentarem mais ampla concordância com maior número de frases. Deste modo, sinalizavam que responsabilizavam não só os alunos, mas também as escolas, pela violência. Por exemplo, em Manaus, 41,7% concordavam totalmente que a violência na escola era causada pelo fato dos alunos irem mal na escola e, em Goiânia,

64,3% concordavam que um grande número de alunos por sala de aulas seria uma causa de violência. Em 2010, não só se ampliou, em relação a 1999, a diversidade de causas da violência na escola como foi também atribuído maior peso a fatores relativos ao funcionamento da escola para este problema.

Cabe realçar que, aos poucos, se reduz a simplificação da abordagem do problema da violência na escola. Sem um consenso mais informado na sociedade a respeito das causas desta violência, não há como pressionar as autoridades para a adoção de políticas públicas de prevenção eficazes. Impressiona que, em 1999, 66,2% dos entrevistados, em todo país, concordassem com a frase sobre os alunos levarem armas para a escola como causa de violência. Este percentual chegou a atingir 87,8%, em Goiânia. Em 2010, a média caiu para 51,1% dos entrevistados no país, sendo que Goiânia continua a apresentar o mais alto percentual da amostra, 72,2%. Se há tamanho consenso entre os adultos, que esta é uma das causas da violência nas escolas, assim como a presença de traficantes na porta das escolas, como entender a ausência de debate público sobre estes temas e a falta de responsabilização das autoridades por sua aparente inoperância em coibir estas práticas?

Tabela 128: Causas da violência na escola (Concorda totalmente) X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Os alunos vão mal na escola	21,2	17,6	21,8	13,9	19,4	24,1	10,8	16,5	32,8	24,2	20,2	22,3
As famílias não dão importância para a escola	32,2	19,9	34,7	17,8	29,1	38,5	29,8	31,7	43,1	36,6	32,5	34,1
Há preconceito racial	16,3	15,1	44,0	30,1	26,1	30,8	41,1	27,0	16,7	33,7	23,0	29,8
As classes têm um número muito grande de alunos	21,8	24,4	37,7	16,6	23,3	32,6	23,1	24,8	28,4	35,6	25,0	30,1
Os alunos formam gangues	30,7	46,5	61,4	50,7	47,8	42,8	61,1	49,8	49,0	45,6	58,0	47,7
Os alunos bebem álcool	36,3	48,7	65,8	52,9	42,8	43,0	67,0	57,8	62,5	48,5	60,0	50,7
Os alunos levam armas para a escola	37,6	48,2	59,3	53,4	49,5	41,9	72,2	57,4	62,4	49,7	54,7	51,1
Os alunos usam drogas	41,8	52,7	69,5	56,9	54,5	46,1	74,8	64,0	67,7	58,1	51,8	56,8
Os alunos têm problemas com os professores	35,0	27,0	41,7	33,0	41,4	33,6	44,7	45,8	36,6	37,5	26,4	36,5
Há traficantes na porta da escola	40,3	51,0	59,9	49,3	56,2	48,0	65,5	61,1	67,1	57,2	51,4	55,5
Há poucos professores	19,5	25,3	43,3	21,0	22,0	36,2	25,8	32,5	29,0	35,9	27,8	32,1
Os professores e diretores Não sabem lidar com a indisciplina	22,9	25,4	41,5	19,7	17,6	32,6	27,4	30,5	27,9	34,6	23,2	30,1

Tabela 129: Causas da violência na escola (Concorda totalmente) X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Os alunos vão mal na escola	14,7	41,7	15,6	-	12,1	7,9	34,0	22,3	20,6	15,3	6,3	15,4
As famílias não dão importância para a escola	24,7	63,0	47,5	-	25,3	23,4	55,2	27,7	27,4	28,9	31,3	30,4
Há preconceito racial	23,9	40,0	41,4	-	31,3	18,4	51,0	20,6	48,0	33,2	24,5	31,1
As classes têm um número muito grande de alunos	21,9	52,5	23,2	-	22,5	16,2	64,3	23,2	41,4	30,2	17,5	28,1
Os alunos formam gangues	65,7	74,0	77,0	-	71,7	56,7	87,8	53,7	72,2	74,4	70,7	69,4
Os alunos bebem álcool	70,4	74,0	64,0	-	54,1	43,4	83,5	51,0	70,7	69,0	60,8	61,5
Os alunos levam armas para a escola	72,7	70,7	72,7	-	52,0	54,1	87,8	47,5	78,1	72,7	66,3	66,2
Os alunos usam drogas	68,7	78,0	73,0	-	66,0	60,0	88,9	54,1	73,7	78,9	75,3	71,8
Os alunos têm problemas com os professores	38,3	48,0	39,4	-	27,3	17,8	74,2	21,7	35,4	32,8	26,5	30,8
Há traficantes na porta da escola	68,4	65,7	79,8	-	71,7	48,3	89,7	52,6	76,3	79,1	75,5	69,7

A seguir, são apresentados gráficos, por cidade, comparando-se as respostas sobre as causas da violência nas escolas, tanto em 1999 como em 2010. Nos gráficos, encontram-se representadas apenas as respostas relativas à categoria “concorda totalmente”.

Gráfico 42. Causas da violência nas escolas, capitais, 1999-2010

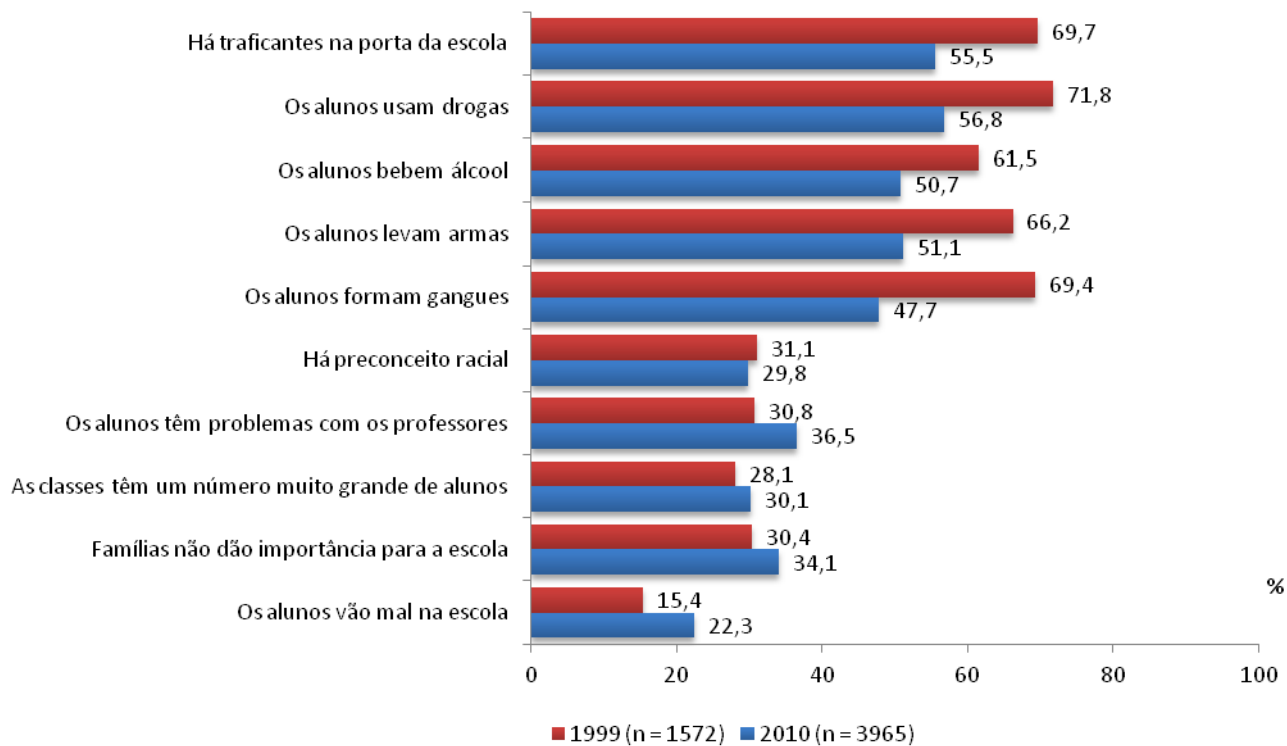


Gráfico 43. Causas da violência nas escolas, Belém, 1999-2010

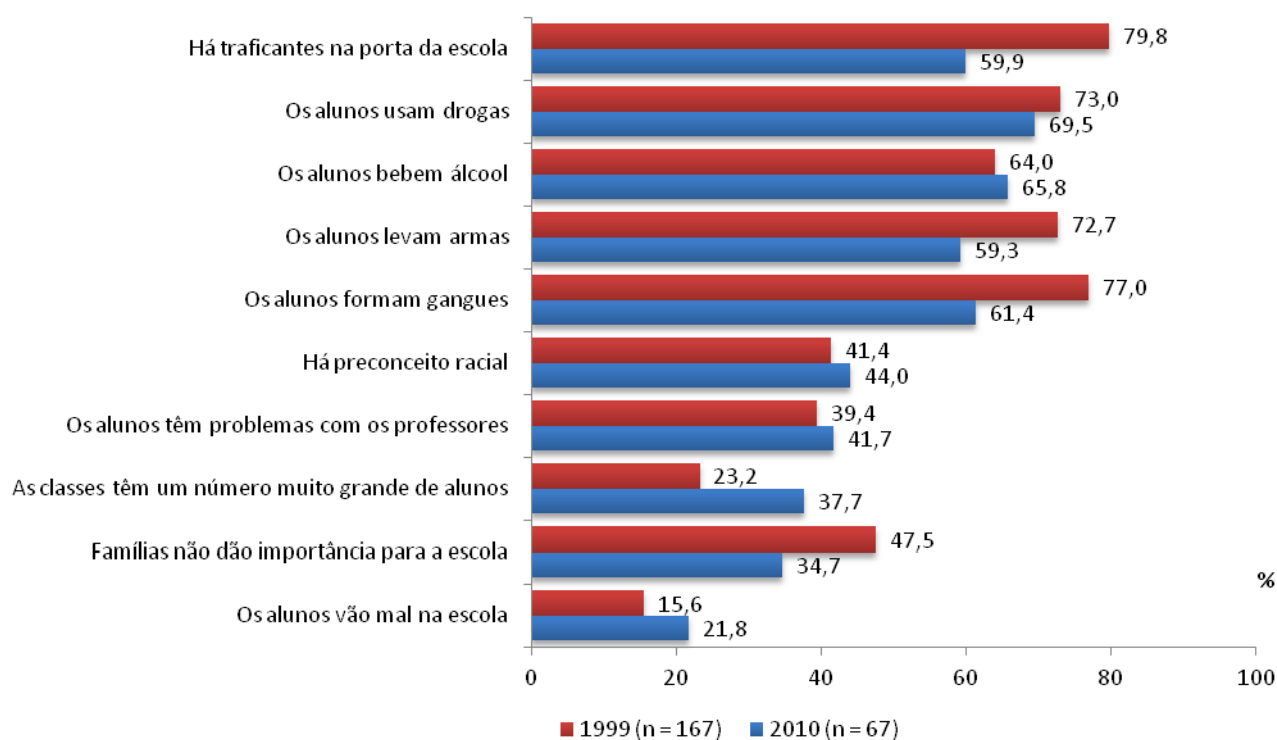


Gráfico 44. Causas da violência nas escolas, Belo Horizonte, 1999-2010

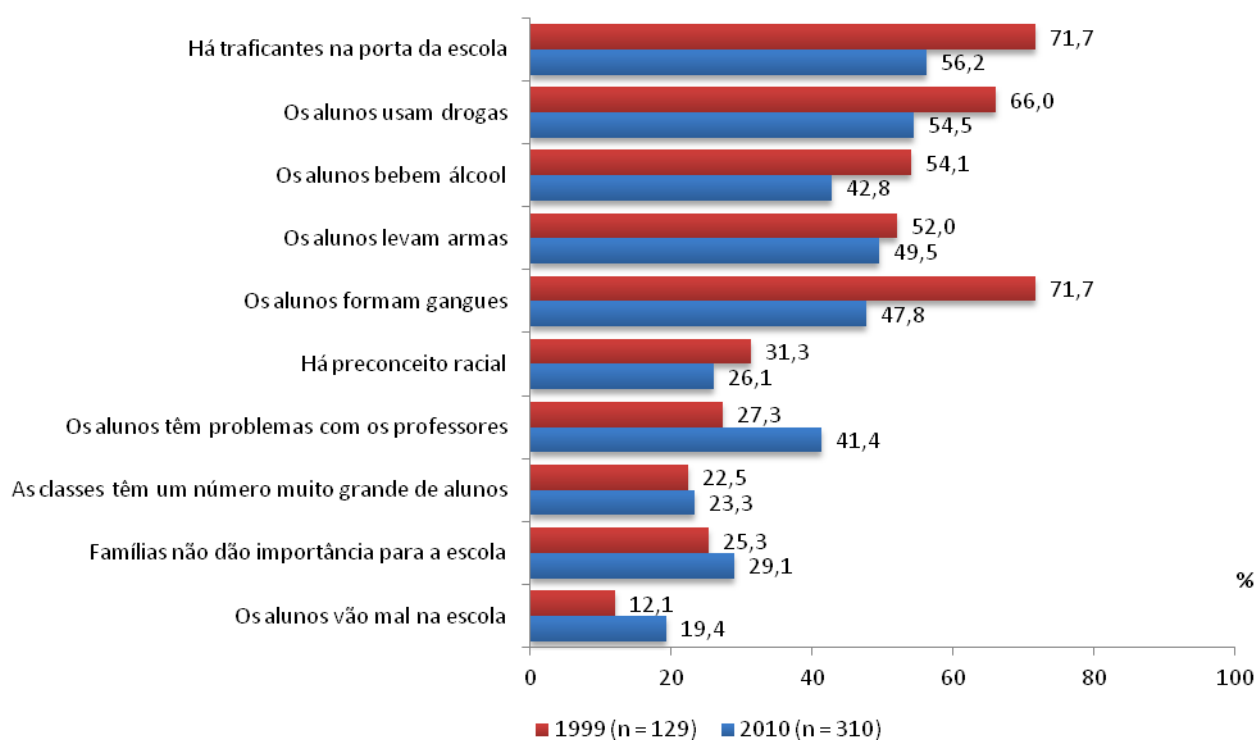


Gráfico 45. Causas da violência nas escolas, Fortaleza, 1999-2010

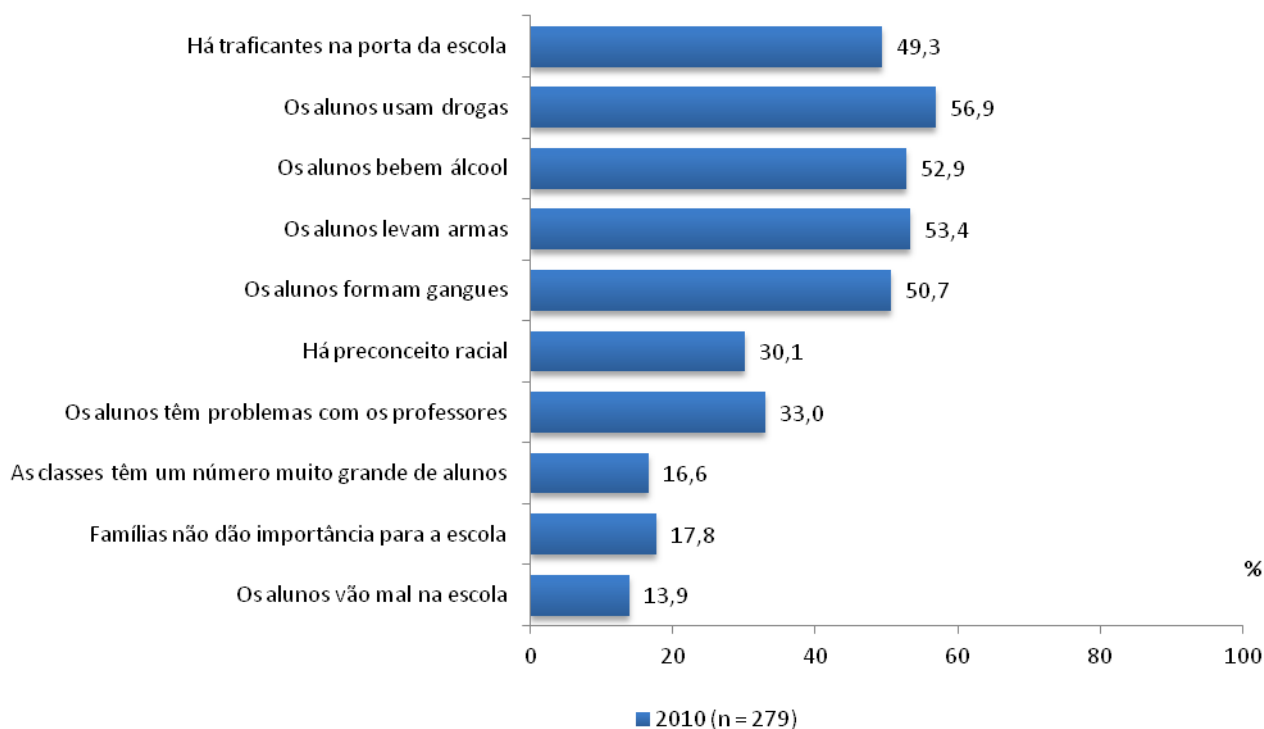


Gráfico 46. Causas da violência nas escolas, Goiânia, 1999-2010

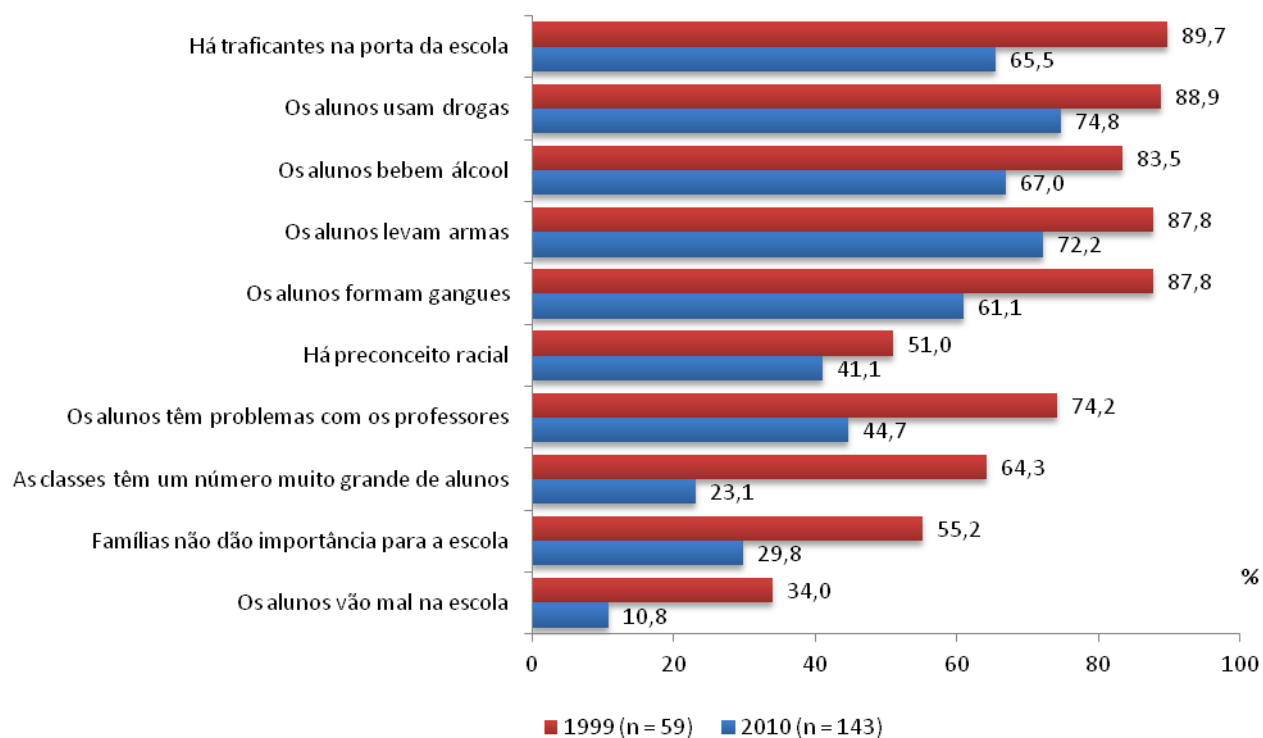


Gráfico 47. Causas da violência nas escolas, Manaus, 1999-2010

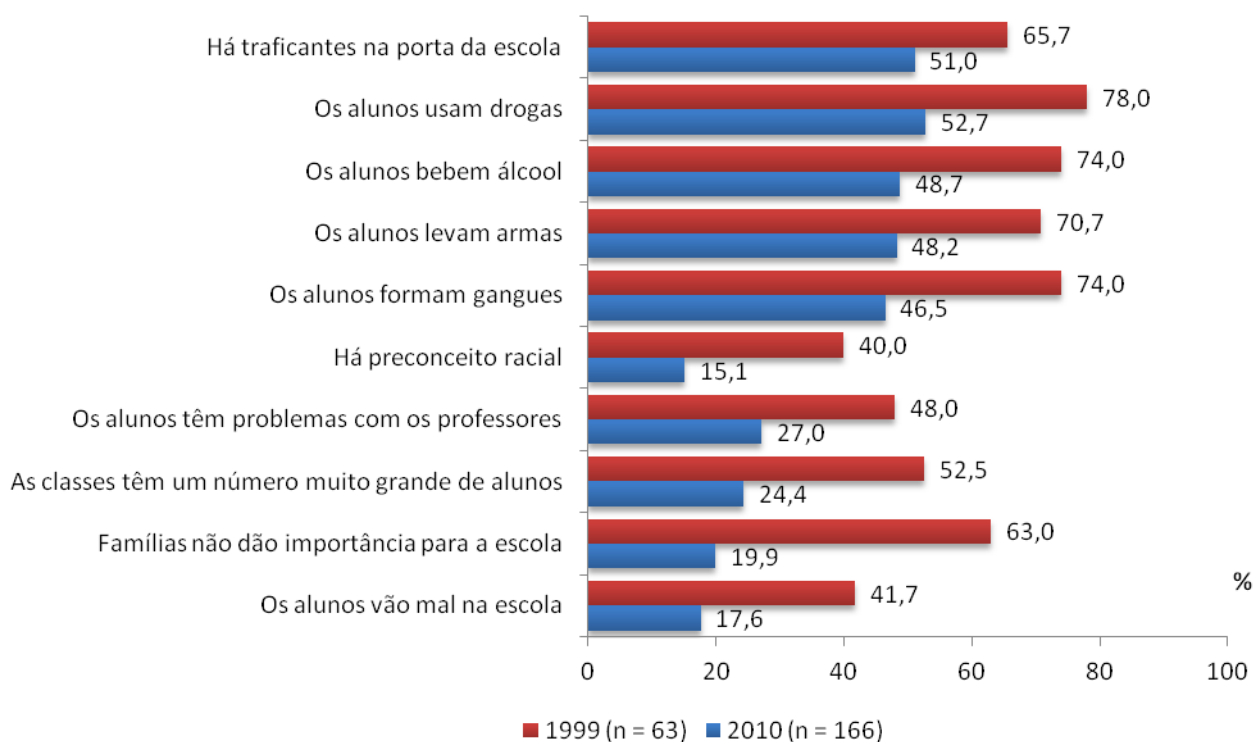


Gráfico 48. Causas da violência nas escolas, Porto Alegre, 1999-2010

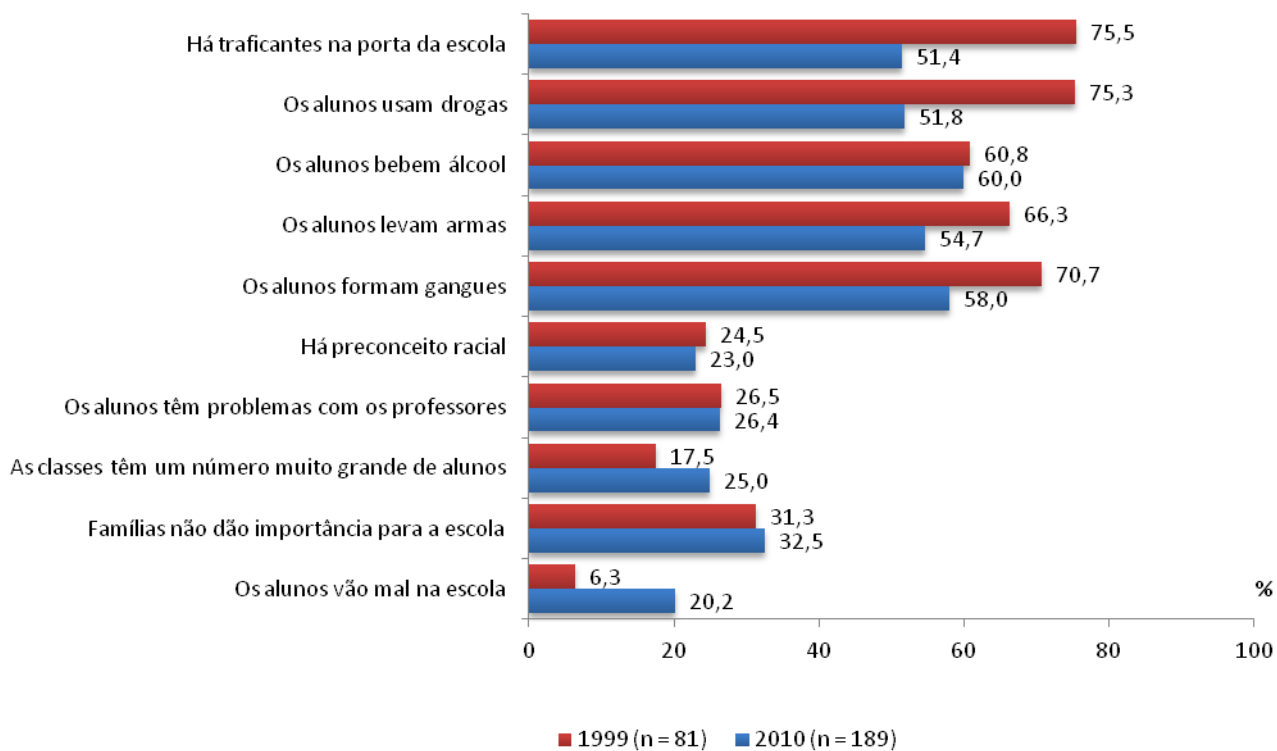


Gráfico 49. Causas da violência nas escolas, Porto Velho, 1999-2010

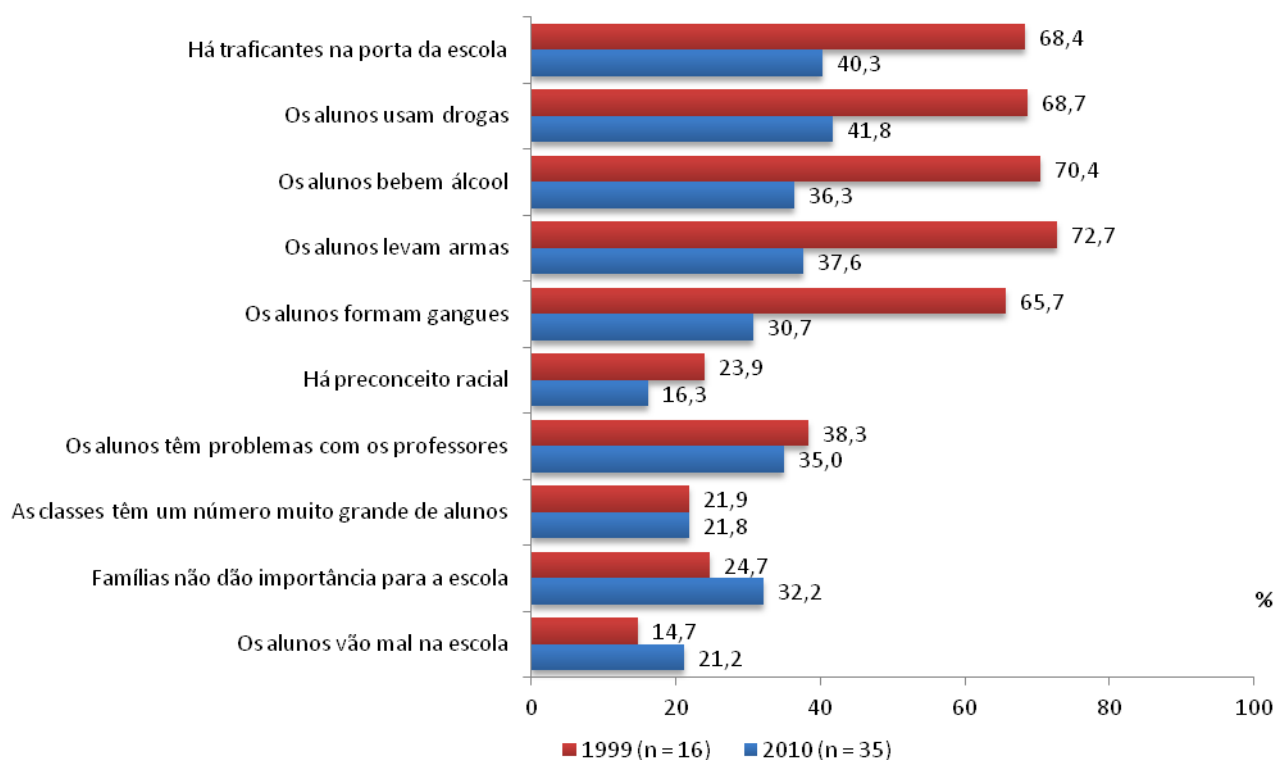


Gráfico 50. Causas da violência nas escolas, Recife, 1999-2010

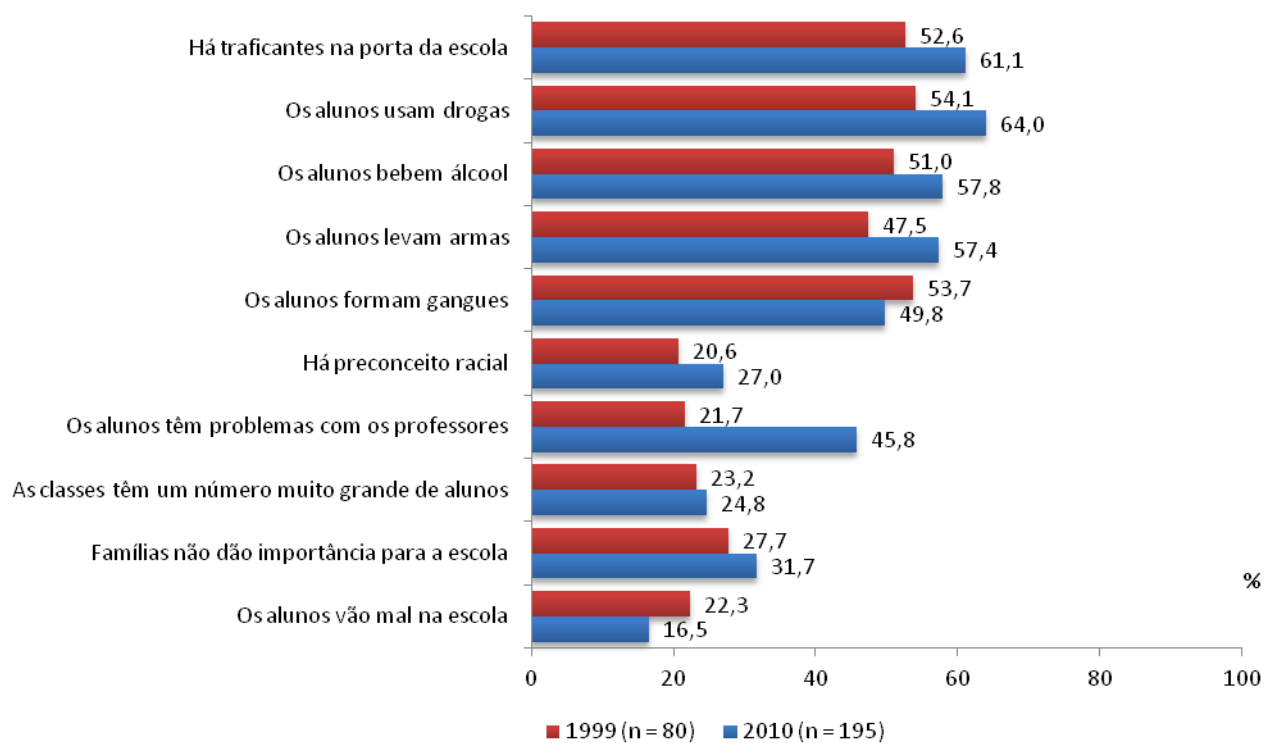


Gráfico 51. Causas da violência nas escolas, Rio de Janeiro, 1999-2010

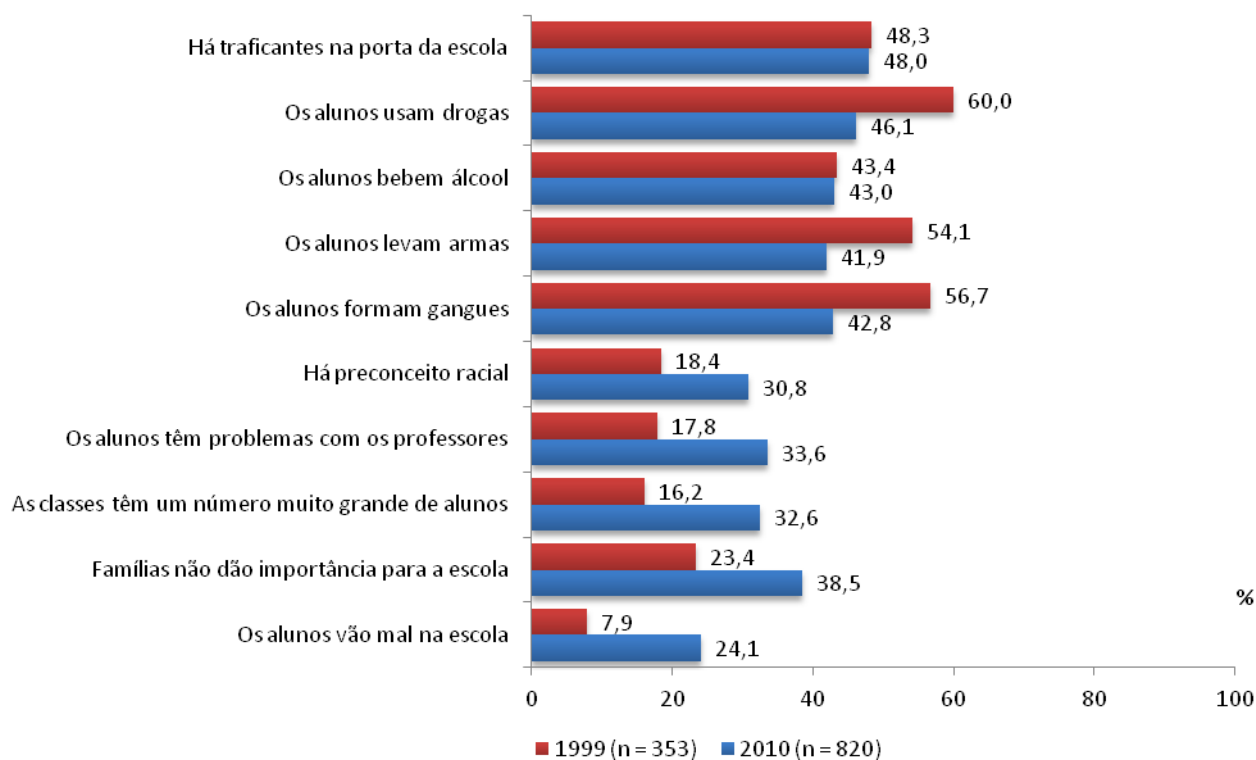


Gráfico 52. Causas da violência nas escolas, Salvador, 1999-2010

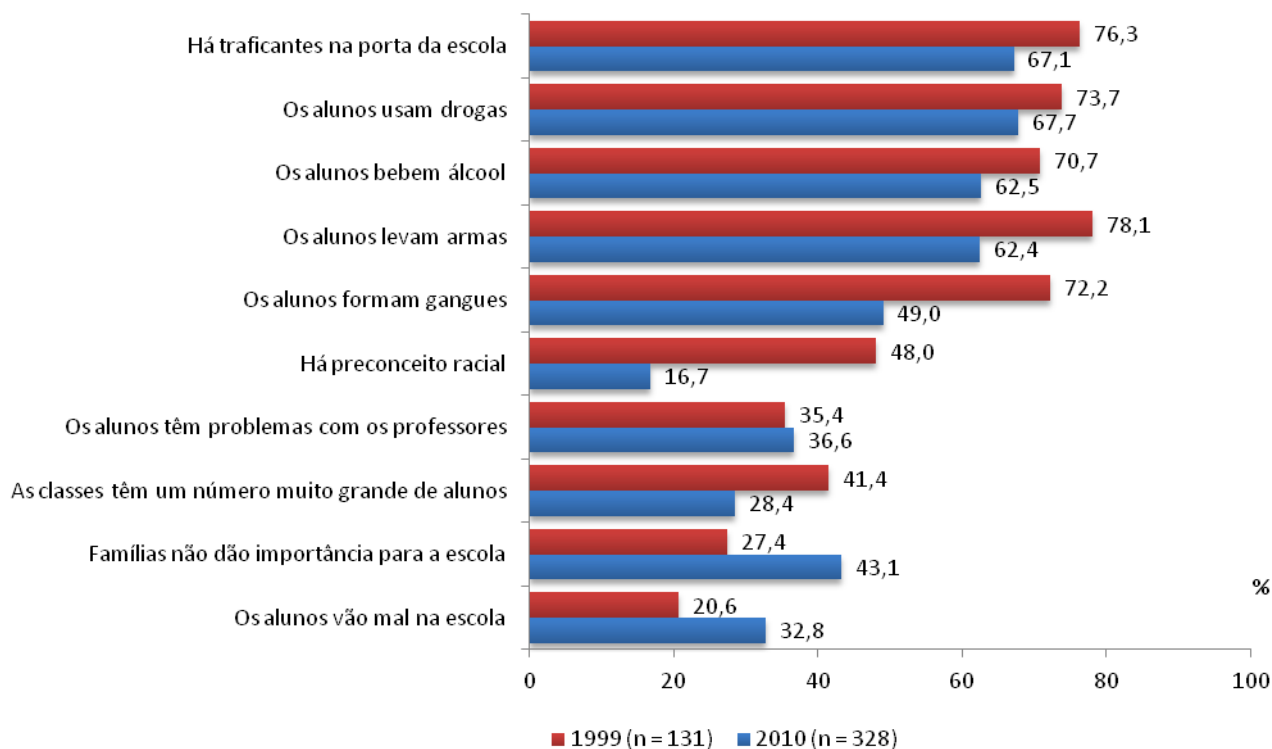
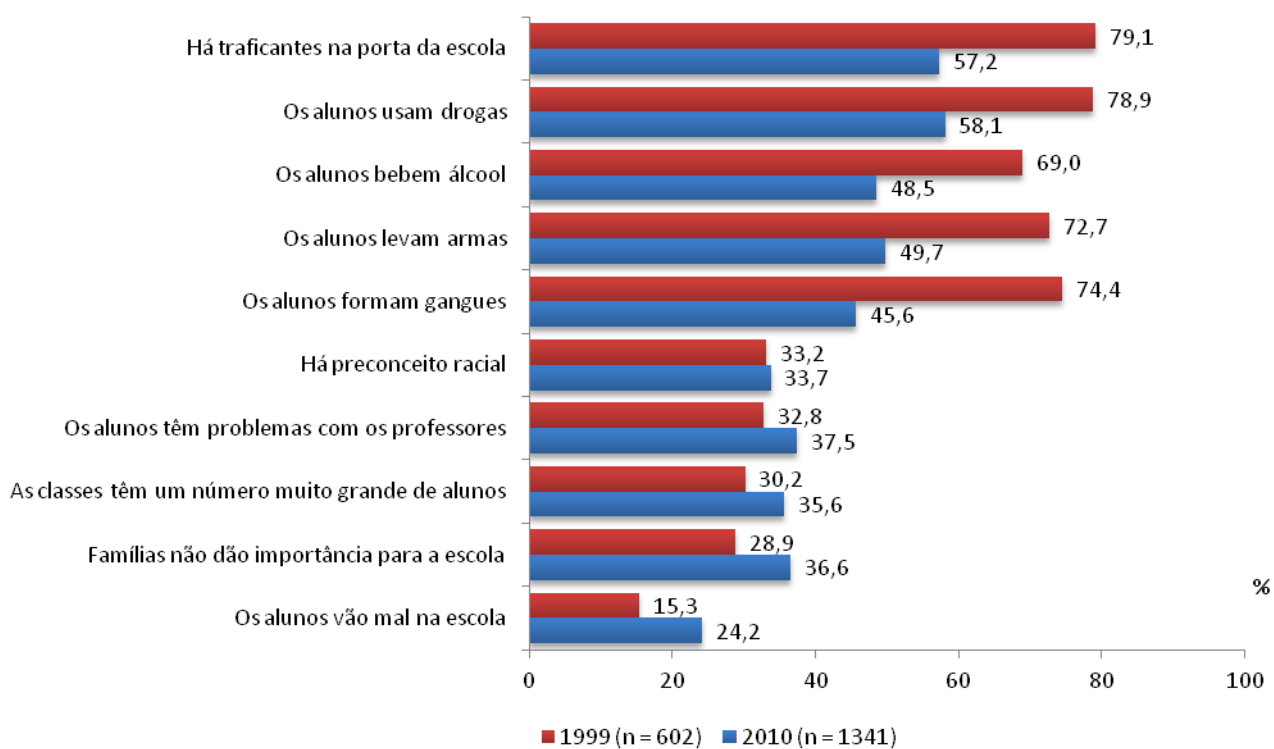


Gráfico 53. Causas da violência nas escolas, São Paulo, 1999-2010



B. INSTITUIÇÕES

B.1. Imagem das Instituições

Nesta seção há uma breve descrição dos principais resultados das avaliações das instituições, Ministério Público, Justiça, Defensoria Pública e Exército. Os dados aqui apresentados se referem aos anos de 1999 e 2010, às faixas etárias e às capitais. Cabe ressaltar que o Ministério Público foi avaliado apenas em 2010, não havendo dados a respeito da avaliação desta organização em 1999.

Tabela 130: Avaliação das instituições, 2010-1999

Ministério Público	2010	1999
Muito boa	6,2	-
Boa	35,1	-
Regular	41,1	-
Defensoria Pública		
Muito boa	8,7	1,6
Boa	37,5	24,2
Regular	40,3	43,6
Justiça		
Muito boa	6,0	1,4
Boa	27,2	18,8
Regular	42,5	41,9
Exército		
Muito boa	18,4	7,5
Boa	48,2	47,7
Regular	26,9	32,6

De maneira geral, todas as instituições foram avaliadas de forma positiva, com destaque para o Exército, que apresenta o aumento mais expressivo nas avaliações positivas. Enquanto em 1999 a maioria dos entrevistados (55,2%) o avaliou como “muito boa” e “boa”, em 2010 esse percentual ascende para 66,6%. Ao mesmo tempo, houve uma redução das avaliações “regular”, que podem ter migrado para as avaliações mais positivas.

A Defensoria Pública também recebeu uma avaliação mais positiva em 2010. Em 1999, o percentual de entrevistados que a avaliou como “muito boa” e “boa” passa de 25,8% para 46,2% em

2010 enquanto houve uma redução das avaliações “regular”, o que pode indicar uma migração das opiniões para avaliações mais positivas.

A avaliação da Justiça aponta para uma melhora entre os períodos de 1999 e 2010, mesmo considerando que boa parte dos entrevistados avaliou esta instituição como “regular”. A avaliação como “muito boa” e “boa” passa de 20,2% em 1999 para 33,2% em 2010. Já a avaliação como “regular” se manteve praticamente a mesma, passando de 41,9% em 1999 para 42,5% em 2010.

O Ministério Público, considerado somente no questionário aplicado em 2010, também é avaliado de forma positiva. Em termos de percentuais, 41,3% dos entrevistados avaliam esse órgão como “muito boa” e “boa” enquanto 41,1% o avaliaram como “regular”.

Os dados mais recentes a respeito da avaliação dessas instituições indicam que não apenas elas estão sendo avaliadas de forma mais positiva, mas que, ao longo do tempo, elas conseguiram melhorar sua imagem diante da população, com destaque para a Defensoria Pública.

Imagem das instituições por faixas etárias

A Defensoria Pública, em 1999, apresentava sua avaliação positiva distribuída de forma heterogênea entre os diferentes grupos etários. Enquanto os grupos mais jovens com idade “entre 16 e 19 anos”, “30 a 39 anos” e o grupo mais idoso “60 anos ou +” apresentavam avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) acima ou igual à média geral (25,8%), os grupos etários “20 a 29 anos”, “40 a 49 anos” e “50 a 59 anos”, apresentavam avaliações positivas abaixo dessa média. Em 2010 esses resultados apresentam maior homogeneidade, com avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) que vão aumentando à medida que também aumentam as faixas etárias, sendo que os entrevistados das faixas “50 a 59 anos” e “60 anos ou +” foram os que avaliaram mais positivamente essa instituição.

Tabela 131: Avaliação das instituições X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Ministério Público							
Muito boa	2,8	5,2	5,9	5,6	8,7	7,9	6,2
Boa	33,6	31,3	34,6	35,8	37,6	39,0	35,1
Regular	38,4	42,7	41,8	41,2	40,3	39,7	41,1
Defensoria Pública							
Muito boa	8,9	6,6	8,3	9,8	10,9	8,7	8,7
Boa	31,4	35,7	36,2	35,1	40,3	45,1	37,5
Regular	40,3	42,5	40,9	40,7	38,4	37,8	40,3
Justiça							
Muito boa	5,6	5,8	5,0	6,0	7,8	5,6	6,0
Boa	22,6	24,2	25,9	24,4	31,7	34,4	27,2

Regular	43,3	42,6	43,9	42,6	41,3	41,1	42,5
Exército							
Muito boa	24,5	17,5	15,5	18,6	21,2	17,6	18,4
Boa	46,0	47,1	51,1	45,3	45,2	54,1	48,2
Regular	23,0	27,7	27,7	28,3	27,9	23,7	26,9

Para os dois períodos, 1999 e 2010, apesar das avaliações apresentadas pelas diferentes faixas etárias não seguirem uma tendência muito clara, é possível identificar que o grupo etário mais velho, de “60 anos ou +”, apresenta uma avaliação mais positiva da Justiça em comparação aos grupos mais jovens. Essa diferença, no entanto, diminui em 2010 quando os grupos intermediários, com idades entre 20 e 59 anos, apresentam uma avaliação mais positiva da Justiça quando comparado aos dados de 1999. Isso significa que a imagem da Justiça, em 2010, apresenta uma melhora, sobretudo, entre esses grupos. Ao mesmo tempo é possível identificar que as avaliações regulares, em ambos os períodos se encontram muito próximas da média em todas as faixas etárias, com exceção de “60 anos ou +” que em 1999 estava ligeiramente abaixo da média, com 39,6%.

Tabela 132: Avaliação das instituições X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Ministério Público							
Muito boa	-	-	-	-	-	-	-
Boa	-	-	-	-	-	-	-
Regular	-	-	-	-	-	-	-
Defensoria Pública							
Muito boa	3,6	1,2	0,8	0,9	2,6	1,8	1,6
Boa	26,2	22,5	25,0	21,6	19,7	31,7	24,2
Regular	42,4	40,1	44,4	49,4	45,4	42,1	43,6
Justiça							
Muito boa	1,9	1,9	0,8	1,7	1,4	0,6	1,4
Boa	21,7	17,0	15,4	19,7	13,9	28,1	18,8
Regular	41,1	42,5	41,2	43,7	42,9	39,6	41,9
Exército							
Muito boa	7,5	6,9	5,9	8,7	8,8	9,4	7,5
Boa	53,0	46,5	45,1	48,6	42,8	51,5	47,7
Regular	28,5	37,4	33,2	28,5	34,3	30,0	32,6

A avaliação do Exército, em 1999, não se mostra equilibrada entre as diferentes faixas etárias. Os dois extremos dos grupos etários, entre "16 e 19 anos" e "60 anos ou +" foram aqueles que avaliaram de forma mais positiva ("muito boa" e "boa") essa instituição, além do grupo "40 a 49 anos" que também apresentou uma avaliação acima da média geral. Em 2010, essa configuração se mantém, com esses grupos ainda apresentando uma avaliação acima da média geral, mas há uma diminuição da diferença em relação às demais faixas etárias. Apesar de ainda apresentarem avaliação "muito boa" e "boa" abaixo da média geral, seus valores estão mais próximos dessa média. Importante destacar o crescimento da classificação "muito boa" na faixa etária de "50 à 59 anos", que passou de 8,8% em 1999 para 21,2% em 2010, o que sugere a migração das avaliações negativas para as mais positivas.

O Ministério Público, dados apenas para 2010, tem sua avaliação cada vez mais positiva à medida que aumenta a faixa etária dos entrevistados. As avaliações positivas ("muito boa" e "boa") entre os três grupos etários mais jovens se situam abaixo da média (41,3%). Conforme vai subindo a faixa etária, as porcentagens de avaliações mais positivas vão se aproximando da média, chegando a ser superior a ela, entre os entrevistados com "40 a 49 anos" (41,4%), "50 a 59 anos" (46,3%) e "60 anos ou +" (46,9%).

Considerações finais

Como já apontado anteriormente, em 2010 os entrevistados avaliaram as instituições de forma mais positiva, contudo, essa melhora não é distribuída igualmente entre todos os grupos etários, sendo também possível notar que, na maioria dos casos, os mais velhos tendem a apresentar avaliações mais positivas dessas instituições do que os grupos mais jovens.

Imagem das Instituições por Capitais

Tabela 133: Avaliação das instituições X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Ministério Público												
Muito boa	7,2	11,7	7,9	2,1	3,9	10,8	2,2	2,2	6,6	4,5	7,7	6,2
Boa	52,8	33,5	33,2	35,5	40,2	29,3	41,1	43,3	33,5	35,9	37,2	35,1
Regular	31,8	42,0	40,5	49,0	35,2	42,0	47,8	39,4	41,4	40,7	35,0	41,1
Defensoria Pública												
Muito boa	5,1	10,3	11,4	5,5	9,1	8,8	2,3	3,9	15,1	8,8	6,3	8,7
Boa	59,6	42,1	35,1	39,7	38,1	37,7	39,8	47,5	30,8	35,4	42,1	37,5
Regular	28,3	34,9	39,5	43,5	37,1	40,4	47,2	39,1	34,3	42,7	39,2	40,3
Justiça												
Muito boa	8,0	12,9	8,8	3,0	3,4	6,8	3,2	3,2	9,1	5,5	4,8	6,0
Boa	52,5	34,8	26,9	29,5	28,6	25,6	24,7	34,6	27,4	23,9	35,0	27,2
Regular	28,5	36,8	35,2	48,0	41,4	42,5	52,1	41,5	40,2	43,6	39,3	42,5
Exército												
Muito boa	12,9	24,8	15,8	11,0	25,3	15,2	6,9	8,3	24,2	22,5	8,9	18,4
Boa	65,8	47,0	49,5	51,2	55,4	45,8	58,0	54,1	42,4	45,6	56,3	48,2
Regular	19,3	22,8	26,8	33,0	17,2	31,5	31,4	29,3	27,8	24,6	27,2	26,9

Tabela 134: Avaliação das instituições X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Ministério Público												
Muito boa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Boa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regular	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Defensoria Pública												
Muito boa	1,3	3,2	1,1	-	3,2	1,9	0,0	1,1	1,2	0,5	6,3	1,6
Boa	25,0	48,4	28,4	-	36,2	23,3	37,1	19,0	22,9	16,0	40,0	24,2
Regular	47,4	31,2	49,5	-	44,7	40,2	38,2	54,7	47,0	45,6	33,8	43,6
Justiça												
Muito boa	0,0	1,0	2,0	-	3,1	2,1	0,0	1,0	0,0	0,6	5,3	1,4
Boa	16,3	36,4	22,5	-	24,7	17,1	35,8	18,4	17,4	15,1	19,0	18,8
Regular	41,8	39,4	55,1	-	46,4	37,5	36,8	52,0	45,9	40,3	44,2	41,9
Exército												
Muito boa	9,9	4,1	8,2	-	9,9	8,2	1,1	12,4	7,2	6,4	10,6	7,5
Boa	54,3	64,3	52,0	-	58,2	44,8	72,5	37,1	45,8	42,0	58,8	47,7
Regular	33,3	25,5	30,6	-	28,6	33,3	20,9	34,0	37,4	35,9	21,2	32,6

▶ **Porto Velho**

Quando comparado à 1999, os entrevistados dessa capital apresentam um maior número de avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) das instituições em 2010, todas elas acima das médias nacionais (exceção ao Ministério Público, avaliado apenas em 2010, mas com avaliação acima da média nacional). Ao mesmo tempo, diminuem as avaliações da categoria “regular”, indicando possível migração para as avaliações mais positivas. O destaque nessa progressão é a avaliação positiva da Justiça que teve um crescimento vertiginoso. Em 1999, não teve nenhuma avaliação “muito boa”, categoria que apareceu com 8% em 2010, e a categoria “boa”, que passou de 16,3% em 1999 para 52,5% em 2010. Se em 1999 essa instituição tinha avaliação positiva (16,3%) abaixo da média nacional (20,2%), em 2010 (60,5%) ultrapassa essa média, de 33,2%, sendo a capital que mais bem avalia a Justiça. Essa é a capital em que a Defensoria Pública apresentou a maior porcentagem de avaliações positivas (“muito boa” e “boa”), com 64,7%, ficando bem acima da média nacional de 46,2%. O Exército, instituição com maior número de avaliações positivas na capital, passou dos 64% (1999) para quase 79% em 2010, número também acima da média nacional que é de 66,6%.

▶ **Manaus**

Em Manaus, todas as instituições apresentaram avaliação mais positiva em 2010 do que em 1999 (exceção ao Ministério Público, avaliado apenas em 2010), sendo que todas elas também tiveram suas avaliações positivas acima das médias nacionais. O destaque nessa progressão é a instituição Justiça, que teve suas avaliações positivas (“muito boa” e “boa”), passando de 37,4% em 1999 para 47,7% em 2010, número acima da média nacional de 33,2%. As demais instituições mantiveram suas avaliações positivas em 2010 muito próximas aos resultados encontrados em 1999.

▶ **Belém**

Em Belém, as avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) das instituições aumentaram em 2010 em comparação à 1999, ficando as instituições Defensoria Pública e Justiça acima das médias nacionais e Ministério Público e Exército pouco abaixo das médias nacionais. As instituições que ficaram acima das médias nacionais são também aquelas que mais tiveram avaliações positivas quando comparamos os dois períodos. A avaliação positiva (“muito boa” e “boa”) da Justiça subiu mais de 10 pontos no período, passando de 24,5% em 1999 para 35,7% em 2010, número ligeiramente acima da média nacional, que é de 33%. No entanto, no mesmo período, o número de avaliações “regular” caiu 20 pontos, passando de 55% em 1999 para 35% em 2010, número abaixo da média nacional, de 42,5%, o que sugere uma migração de avaliações tanto para categorias mais positivas quanto para categorias mais negativas da Justiça. O Exército, que em 1999 tinha 8,2% de avaliações “muito boa”, em 2010 passou para 15,8%, número que apesar do aumento, se encontra abaixo da média nacional de 18,4%.

▶ **Fortaleza**

As instituições dessa capital foram avaliadas apenas em 2010 e todas elas apresentaram as avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) abaixo das médias nacionais. A Justiça é a instituição com avaliação menos positiva, sendo que entre os entrevistados, 3% o avaliaram como “muito boa”, avaliação abaixo da média nacional (6%), e 29,5% como “boa”, acima da média do país (27,2%). Já o Exército é avaliado como uma instituição “boa” ou “muito boa”, por 62,2% dos entrevistados (número inferior aos 66,6% da média no país), e como “regular” por 33% dos entrevistados (percentual superior a média nacional de 26,9%).

► **Belo Horizonte**

Nessa capital, todas as instituições avaliadas em 2010 apresentaram mais avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) do que em 1999, avaliações essas todas acima das médias nacionais. Duas instituições apresentaram maior destaque nesse aumento de avaliações positivas. Em 1999, 39,4% dos entrevistados a avaliaram a Defensoria Pública como “muito boa” ou “boa” enquanto em 2010 esse número passa para 47,2%, ficando um pouco acima da média nacional de 46,2%. O Exército é outra instituição que apresentou expressivo aumento nas avaliações mais positivas. Em 1999, 68,1% dos entrevistados avaliaram essa instituição como “muito boa” ou “boa” (acima da média nacional de 55,2%), número que passa para 80,7% em 2010, mantendo-se bem acima da média nacional de 66,6%, a maior entre as capitais avaliadas.

► **Rio de Janeiro**

Nessa capital todas as instituições receberam mais avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) em 2010 do que em 1999. A única exceção é o Ministério Público que, avaliado apenas em 2010, teve 40,1% de opiniões “muito boa” e “boa”, muito próximo da média nacional de 41,3%. O grande destaque nesta capital é a avaliação da Defensoria Pública. Essa instituição tinha em 1999 25,2% de avaliações “muito boa” e “boa”, número que passou para 46,5% em 2010, praticamente igual a média nacional de 46,2%. Ao mesmo tempo, manteve-se praticamente a mesma porcentagem de avaliações “regular”, 40,2% em 1999 e 40,4% em 2010, o que pode significar uma migração entre opiniões mais distantes, das mais negativas para as mais positivas. A Defensoria é a única instituição que teve avaliações “muito boa” e “boa” acima da média nacional, todas as demais instituições, nesta capital, ficaram abaixo das médias nacionais, inclusive o Exército (61% de avaliações “muito boa” e “boa” enquanto a média nacional é de 66,6%) .

► **Goiânia**

O Ministério Público, avaliado apenas no questionário de 2010, foi a única instituição que nessa capital teve avaliação positiva (43,3 % de “muito boa” e “boa”), muito próxima da acima da média nacional de 41,3%. As demais instituições ficaram abaixo de suas respectivas médias nacionais. Outro destaque positivo nessa capital é a Defensoria Pública. A avaliação “boa” passou de 37,1 % em 1999 para 39,8% em 2010 enquanto que a avaliação “muito boa”, que em 1999 ficou em 0%, em 2010 passou para 2,3% e as avaliações regulares tiveram um aumento mais expressivo, com 38,2% em 1999 e 47,2% em 2010. Cabe ressaltar que em 1999 não havia Defensoria Pública nesse Estado e que o órgão foi criado em 2005, mas somente em 2010 foi realizado o primeiro concurso público para defensores. As

instituições Justiça e Exército também tiveram pior avaliação na opinião dos entrevistados em 2010. Diminui a porcentagem de pessoas que avaliaram a Justiça como “boa” e aumenta expressivamente as avaliações “regular”. Em 1999, 35,8% considerava a Justiça “boa”, número que passa para 24,7% em 2010; 36,8% a consideravam “regular” em 1999, número que passou para 52,1% em 2010. O mesmo desempenho apareceu nas avaliações relacionadas ao Exército. A avaliação positiva (“muito boa” e “boa”) dessa instituição sofreu queda, passando de 73,6% em 1999, para 64,9% em 2010 enquanto que a imagem da instituição como “regular” aponta um significativo aumento com 20,9% em 1999 e 31,4% em 2010.

▶ Recife

Em 2010, todas as instituições nessa capital apresentaram avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) maiores do que em 1999, ultrapassando as médias nacionais (exceção ao exército que ficou um pouco abaixo da média nacional). Nesta capital o destaque também é a Defensoria Pública que passou de 20,1% de avaliações “muito boa” e “boa” em 1999 para 51,4% em 2010. A Justiça também teve um aumento expressivo nessa categoria. Passou de 19,4% de avaliações “muito boa” e “boa” em 1999 para 37,8% em 2010. Conforme já apontado acima, apesar do Exército também ter passado de 49,5% de avaliações “muito boa” e “boa” em 1999 para 62,4% em 2010, ficou abaixo da média nacional, de 66,6%.

▶ Salvador

Comparando os resultados de 1999 e 2010, todas as instituições nessa capital receberam avaliações mais positivas no último levantamento. Exceção ao Ministério Público – não avaliado em 1999 – e que tem avaliação positiva (“muito boa” e “boa”) de 40,1%, valor praticamente igual ao da média nacional (41,3%).

Os grandes destaques foram a melhoria na avaliação da Defensoria Pública e da Justiça. A Defensoria apresentava, em 1999, 24,1% de avaliações positivas (“muito boa” e “boa”), valor que passou para 45,9% em 2010, ficando muito próximo da média nacional de 46,2%. Já a Justiça, que em 1999 apresentou 17,4% de avaliações positivas (“muito boa” e “boa”), passou para 36,5% em 2010, superando média nacional de 33,2%. Cabe ressaltar que, em 1999, a Justiça não recebeu nenhuma avaliação “muito boa” e que esse número passou para 9,1% em 2010, ao mesmo tempo em que houve uma redução das avaliações “regular”. Isso pode significar a migração de avaliações mais negativas para as mais positivas.

O Exército, também teve um incremento nas avaliações positivas em 2010, apresentando o mesmo valor da média nacional de 66,6% de avaliações “boa” e “muito boa”.

▶ São Paulo

Em 2010, todas as instituições nessa capital apresentaram avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) maiores do que em 1999, porém, abaixo das médias nacionais (exceção ao Exército que ficou acima da média e ao Ministério Público, avaliado somente em 2010). O Ministério Público apresenta avaliação positiva de 40,4% (soma de “muito boa” e “boa”), percentual muito próximo da média nacional de 41,3%.

O grande destaque nessa capital é a Defensoria Pública. Em 1999, 16,5% dos entrevistados a avaliaram como “muito boa” e “boa” enquanto em 2010 esse número sobe para 44,2%, valor perto da média nacional de 46,2%. Considerando que a avaliação “regular” permanece semelhante nos dois períodos (45,6% em 1999 e 42,7% em 2010), é muito provável que tenha ocorrido migração das avaliações mais negativas para as mais positivas. É importante ressaltar que na época da primeira avaliação, em 1999, o estado de São Paulo ainda não possuía órgão de Defensoria Pública. Existia apenas o serviço de defensoria prestado pela Procuradoria Geral do Estado, porém de forma bastante precária. Em 2006 é que foi criada pelo governo do estado a Defensoria, que passou a contar com uma estrutura mais adequada para o atendimento do público. Esse pode ser, inclusive, um dos fatores que levaram a essa melhora na avaliação desse órgão em 2010.

A Justiça, que em 1999 apresentou 15,7% de avaliações positivas (“muito boa” e “boa”), passa para 29,4% em 2010, mas ainda permanece abaixo da média nacional de 33,2%.

O Exército apresenta avaliação mais positiva em 2010 (68,1%) praticamente na média nacional, que é de 66,6%.

► **Porto Alegre**

Esta é a única capital entre as pesquisadas em que o Exército apresentou avaliações mais negativas em 2010. Em 1999, 69,4% dos entrevistados o avaliaram com uma instituição “muito boa” e “boa”, valor que estava acima da média nacional de 55,2%. Esse valor cai para 65,2% em 2010, porém fica perto da média nacional de 66,6%.

O Ministério Público tem 44,9% dos entrevistados avaliando essa instituição como “muito boa” (7,7%) e “boa” (37,2%), ficando um pouco acima da média nacional de 41,3% em 2010.

A Justiça apresentou avaliações mais positivas em 2010. Em 1999, 24,3% dos entrevistados avaliaram essa instituição como “muito boa” e “boa”, número que passou para 39,8% em 2010, ficando um pouco acima da média nacional de 33,2%.

A Defensoria Pública também apresentou avaliação mais positiva em 2010. Em 1999, 46,3% dos entrevistados a avaliaram como “muito boa” e “boa” enquanto em 2010 esse número passa para 48,4%, ficando também um pouco acima da média nacional de 46,2%. Mesmo em 1999 a avaliação positiva desse órgão (46,3%) já estava bem acima da média nacional (25,8%). Interessante notar que aumentou também a avaliação “regular” em 2010, o que indica que avaliações mais negativas podem ter migrado para as avaliações mais positivas.

B.2 Avaliação das instituições da segurança pública

É evidente a significativa melhoria na avaliação das instituições da segurança pública no Brasil entre o período de 1999 e 2010. Em geral houve um aumento nas avaliações positivas e queda nas avaliações regulares e negativas.

Tabela 135: Avaliação das polícias, 2010-1999

	2010	1999
Polícia Militar		
Muito boa	5,8	1,8
Boa	32,9	19,4
Regular	43,1	47,1
Polícia Civil		
Muito boa	6,3	1,8
Boa	37,7	21,8
Regular	39,5	46,8
Guarda Municipal		
Muito boa	3,9	2,5
Boa	36,1	28,5
Regular	41,9	45,2
Polícia Federal		
Muito boa	15,8	6,0
Boa	44,8	36,2
Regular	31,2	40,0
Bombeiros		
Muito boa	49,5	-
Boa	38,2	-
Regular	10,7	-

Em destaque está a Polícia Federal que, mesmo sendo desde 1999 a instituição policial mais bem avaliada em termos comparativos, teve um expressivo aumento no percentual de julgamentos positivos (soma das opiniões “boa” e “muito boa”), passando de 42,2% para 60,6% em 2010. Contando com avaliação somente para o ano de 2010, o Corpo de Bombeiros (que em alguns Estados faz parte da Polícia Militar estadual) é destacadamente a instituição de segurança pública mais bem avaliada, com 87,7%. Ademais, cabe ressaltar que de 1999 para 2010, houve melhora na

forma como as polícias Militar, Civil e Guarda Municipal passaram a ser vistas. Mais especificamente, a avaliação positiva da Polícia Militar passou de 21,2% em 1999 para 38,7% em 2010. A Polícia Civil que em 1999 tinha 23,6% de avaliações boas e muito boas, passou a 44% em 2010. Da mesma forma, em 1999 a Guarda Municipal apresentava avaliação positiva de 31% dos entrevistados, porcentagem que subiu para 40% em 2010.

Experiência com a polícia

Tanto em 1999 quanto em 2010 é pequeno o percentual de pessoas que disseram terem sido vítimas de agressão ou maus tratos policiais e de sofrerem ameaça por policial ou autoridade a fim de tirar-lhe dinheiro “nos últimos 12 meses”. Mesmo assim pode-se notar uma ligeira queda de 1999 para 2010, o que dada a margem de erro, não é algo a significativo.

Tabela 136: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou extorsão policiais, na vida e nos últimos 12 meses, 2010 e 1999

Agressões/extorsão por policiais (nos últimos 12 meses)	2010	1999
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	2,1	3,1
Sofreu agressão/maus tratos policiais	2,7	3,2
Agressões/extorsão por policiais (na vida)	2010	1999
Policial/autoridade ameaçou para tirar-lhe dinheiro	6,5	-
Sofreu agressão/maus tratos policiais	7,7	-

Por sua vez, quando questionados se já vivenciaram qualquer uma destas situações “alguma vez em sua vida” (dado disponível apenas para 2010), o percentual de respostas afirmativas triplicou, tanto nos casos de agressão ou maus tratos (7,7%) quanto nos casos de extorsão por policial (6,5%).

Atividade policial

Para a maioria dos entrevistados (56%) os serviços policiais, de maneira geral, estão melhores ou mantiveram-se bons nos últimos 12 meses. Quando indagados sobre a avaliação que fazem dos serviços da polícia no bairro nos últimos 12 meses (dados disponíveis apenas para 2010), a maioria dos entrevistados responde que “melhorou” ou “está igual, era bom”. Há, contudo, uma parte significativa de entrevistados para os quais o serviço da polícia “piorou” ou “está igual, era ruim” (40,6%).

Tabela 137: Avaliação dos serviços da polícia no bairro com relação ao ano anterior, 2010

	2010
Melhorou	29,6
Piorou	22,0
Está igual, era bom	26,4
Está igual, era ruim	18,6
Não sabe/ não opinou	3,4

Com dados somente para 2010, é possível perceber relativa satisfação com a agilidade no atendimento prestado pela polícia e na percepção de que a polícia garante a tranquilidade das ruas. Para quase a metade dos entrevistados (48,6%) a polícia “sempre” e “quase sempre” atende de forma rápida aos chamados da comunidade.

Tabela 138: Frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados da comunidade, 2010

	2010
Sempre	24,7
Quase sempre	23,9
Às vezes	24,3
Quase nunca	12,9
Nunca	9,2
Não sabe/ não opinou	5,0

Na mesma linha, também com maior parte do percentual das opiniões (40,4%), está o grupo de cidadãos que entende que polícia “sempre” ou “quase sempre” consegue manter a tranquilidade nas ruas do bairro.

Tabela 139: Frequência com que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas, 2010

	2010
Sempre	13,7
Quase sempre	26,7
Às vezes	28,9
Quase nunca	16,6
Nunca	11,4
Não sabe/ não opinou	2,7

A educação da polícia ao abordar pessoas na rua (dados disponíveis apenas para 2010), é um tema sobre o qual os entrevistados apresentam opiniões bastante divididas. É possível identificar a existência de três grupos: um deles (32,1%) para o qual as polícias “sempre” ou “quase sempre” é educada nas abordagens, outro (31,2%) que afirma que a polícia “nunca” ou “quase nunca” é educada, e outro (28,3%) para o qual a polícia “às vezes” é educada ao abordar as pessoas nas ruas.

Tabela 140: Frequência com que a polícia é educada quando aborda as pessoas nas ruas, 2010

	2010
Sempre	12,9
Quase sempre	19,2
Às vezes	28,3
Quase nunca	15,2
Nunca	16,0
Não sabe/ não opinou	8,3

Em seguida foi perguntado aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas. Importante ressaltar que a maior parte das respostas relacionadas à questões que exploravam temas como suborno de policiais, proteção ao tráfico de drogas e medo do tráfico de drogas se concentrou na opção “não sabe/não opinou”. Todavia, entre aqueles que apresentaram outras respostas foi possível perceber uma leve tendência em negar a relação de policiais com essas ilegalidades. Mais especificamente, ao serem indagados se a polícia aceita suborno (dados disponíveis apenas para 2010), um percentual significativo de entrevistados (41%) não respondeu ou não soube afirmar se a polícia aceita suborno. Em seguida, se destacam aqueles que entendem que isso “nunca” ou “quase nunca” acontece (25,3%) e aqueles que acreditam que isso “sempre” ou “quase sempre” acontece (19,3%).

Tabela 141: Frequência com que os policiais do bairro aceitam suborno, 2010

	2010
Sempre	8,9
Quase sempre	10,4
Às vezes	14,4
Quase nunca	8,2
Nunca	17,1
Não sabe/ não opinou	41,0

Com relação à questão que indagava se a polícia protege o tráfico (dados disponíveis apenas para 2010), 37,7% dos entrevistados não sabem ou não opinam sobre esta questão. Entre as outras respostas apresentadas a essa questão, para 29% a polícia “nunca” ou “quase nunca” protege o tráfico e para 18,2% a polícia “sempre” ou “quase sempre” protege o tráfico.

Tabela 142: Frequência com que os policiais protegem o tráfico de drogas, 2010

	2010
Sempre	9,0
Quase sempre	9,2
Às vezes	15,1
Quase nunca	10,0
Nunca	18,97
Não sabe/ não opinou	37,7

Também foi perguntado aos entrevistados se a polícia tem medo dos traficantes de drogas. Novamente há um significativo percentual de entrevistados (32,3%) que dizem não saber ou que não opinam sobre a questão. Entre aqueles que apresentaram outras respostas, destaca-se os que dizem que isso “nunca” ou “quase nunca” ocorre (31,7%) e, em seguida, aqueles que afirmam que isso “sempre” ou “quase sempre” ocorre (21,2%).

Tabela 143: Frequência com que os policiais têm medo do tráfico de drogas, 2010

	2010
Sempre	10,9
Quase sempre	10,3
Às vezes	14,8
Quase nunca	9,9
Nunca	21,8
Não sabe/ não opinou	32,3

Entre as questões relacionadas à atividade policial, a pergunta que solicitava ao entrevistado apontar se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima é a única que foi aplicada nos dois períodos. De 1999 para 2010 houve uma queda nas opiniões mais extremas, que expressavam convicção, tanto na capacidade de convencer quanto na não capacidade de convencer a autoridade policial a investigar uma demanda sua. Em consequência, há um aumento das opiniões que expressam dúvida quanto a essa capacidade. Se em 1999, 33,3% “concordava plenamente” que teria sua demanda atendida, esse valor cai para 23,9% em 2010. Da mesma forma, se em 1999, 35% dos entrevistados “discordava plenamente” dessa possibilidade, esse valor cai para 25,7% em 2010. Paralelamente, há o aumento das opiniões que expressam dúvida. Em 1999, 31,8% dos entrevistados se concentrava

nas opções “concorda em parte” ou “discorda em parte”, valor que sobe para a metade dos entrevistados em 2010 (50,4%).

Tabela 144: Grau de concordância com a afirmação: “Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima”, 2010 e 1999

	2010	1999
Concorda totalmente	23,9	33,3
Concorda em parte	29,9	21,6
Discorda em parte	20,5	10,2
Discorda totalmente	25,7	35,0

$p < 0,001$

Importante destacar aqui o resultado para a questão sobre “a polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr.(a)”. Comparando os dois períodos, em 2010 cai pela metade o percentual daqueles que discordavam totalmente dessa afirmação, valor que passou de 50,5% para 25,7% e aumenta as opiniões que expressam maior concordância de que a polícia é eficiente na manutenção da segurança – aqueles que concordam totalmente com a frase (de 10,3% em 1999 para 15,3% em 2010), os que concordam em parte (de 25,5% em 1999 para 37,8% em 2010) e aqueles que discordam em parte (de 13,7% em 1999 para 21,2% em 2010).

Tabela 145: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)?”, 2010

	2010	1999
Concorda totalmente	15,3	10,3
Concorda em parte	37,8	25,5
Discorda em parte	21,2	13,7
Discorda totalmente	25,7	50,5

$p < 0,001$

Expectativas

Em 2010 se destaca a expectativa positiva em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano. Para a maior parte dos entrevistados (45,3%) o serviço da polícia no bairro no próximo ano estará “melhor”. Se considerado “melhor” em soma com aqueles que respondem que “estará igual, bom”, tem-se a maioria de 64,6% dos entrevistados.

Tabela 146: Expectativas à respeito dos serviços da polícia no bairro, no próximo ano, 2010

	2010
Melhor	45,3
Pior	16,8
Estará igual, bom	19,3
Estará igual, ruim	11,9
Não sabe/ não opinou	6,7

Uso da força

Aos entrevistados, foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam do modo como a polícia poderia agir em situações específicas. Em termos gerais, de 1999 para 2010, pode-se perceber uma queda na rejeição dos entrevistados a ações policiais que incluem “invadir uma casa”, “atirar em um suspeito”, “agredir um suspeito” e “atirar em suspeito armado”. Isso é percebido pela diminuição de respostas em que o entrevistado afirma que “discorda totalmente” dessas ações e aumento das alternativas “discordo em parte” e “concordo em parte”. Isso sugere que diminui a convicção dos entrevistados em se posicionarem contra ações mais enérgicas por parte da polícia. Todavia essa disposição ainda representa a maioria das opiniões, exceção à possibilidade de “atirar em suspeito armado” que mesmo em 1999 não tinha a rejeição da maioria dos entrevistados e continua sendo, em 2010, a situação em que os entrevistados mais defendem uma intervenção rígida por parte da polícia. Especificamente quando questionados se um policial pode invadir uma casa, há uma queda de 14,6% entre os entrevistados que demonstram “discordar totalmente” da afirmação (de 78,4% em 1999 para 63,8% em 2010). Ao identificarem uma situação na qual a polícia possa atirar em um suspeito, a queda nas posições totalmente contrárias a essas atitudes foi de 19,3%, uma vez que representava 87,9% em 1999 e passou a 68,6% em 2010. O mesmo movimento pode ser notado quando questionados se um policial pode agredir um suspeito, em que a queda entre aqueles que discordavam totalmente foi de 20,8% (em 1999 o percentual era de 88,7%, passando a 67,9% em 2010).

Tabela 147: Um policial pode, 2010

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Invadir uma casa	5,5	17,5	13,3	63,8
Atirar em um suspeito	3,2	13,4	14,8	68,6
Agredir um suspeito	3,6	13,1	15,4	67,9
Atirar em suspeito armado	15,9	29,4	16,7	38,0

Tabela 148: Um policial pode, 1999

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Invadir uma casa	3,2	12,4	6,1	78,4
Atirar em um suspeito	1,9	5,1	5,1	87,9
Agredir um suspeito	1,8	4,8	4,7	88,7
Atirar em suspeito armado	16,0	26,8	11,8	45,4

Em seguida, foi solicitado aos entrevistados que indicassem que atitude esperavam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. Diante de circunstâncias como uma passeata de estudantes, greve de operários e passeata de professores, a maioria dos entrevistados se mostra contrária à comportamentos mais enérgicos por parte da polícia em 2010. Para as três situações há mais entrevistados respondendo que esperam que a polícia não faça nada, assim como cai o apoio à idéia de que a polícia deve “prender os mais exaltados sem usar armas”. Já para as situações de “camelôs resistem à retirada de barracas” e “ocupação de terras pelo MST”, os resultados em 2010 se mantiveram muito próximos aos de 1999, nos quais a maioria dos entrevistados se coloca a favor da polícia “prender os mais exaltados sem usar armas”.

Tabela 149: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social, 2010-1999

	2010	1999
Passeata de estudantes		
Não fazer nada	65,4	48,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	31,4	46,4
Atirar e matar	0,0	0,2
Greve de operários		
Não fazer nada	58,2	53,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	38,0	42,4
Atirar e matar	0,0	0,0
Camelôs resistentes à retirada de barracas		
Não fazer nada	28,7	27,4
Prender os mais exaltados sem usar armas	60,9	61,9
Atirar e matar	0,2	0,2
Rebelião em um presídio		

Não fazer nada	8,0	5,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	35,2	32,6
Atirar e matar	5,4	7,9
Passeata de professores por melhores salários		
Não fazer nada	68,1	62,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	28,5	35,2
Atirar e matar	0,2	0,0
Ocupação de terras pelo MST		
Não fazer nada	29,5	27,8
Prender os mais exaltados sem usar armas	55,7	54,6
Atirar e matar	1,1	1,0

A intervenção da polícia em uma rebelião em um presídio, em comparação às outras situações expostas acima, é a que mais divide opiniões nos dois períodos, mas prevalecendo o apoio a um maior uso da força. A maioria dos entrevistados em 2010 (86,6%) entende que a polícia deve intervir nesse tipo de situação de três maneiras principalmente “prender os mais exaltados sem usar armas”, “atirar e não matar” ou “usar o cassetete”. Entre todas as situações apresentadas, a rebelião em presídio é a situação em que os entrevistados mais esperam que a polícia atire e mate (5,4%).

Tabela 150: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio, Brasil, 1999-2010

	1999	2010
Não fazer nada	5,1	8,0
Prender os mais exaltados sem usar armas	32,6	35,2
Usar o cassetete	27,2	23,4
Atirar e não matar	27,2	28
Atirar e matar	7,9	5,4

Resumo

Os resultados obtidos em 2010 mostram que os entrevistados têm uma melhor imagem das polícias e das guardas municipais do que tinham em 1999. Essa melhor imagem pode estar relacionada a uma série de fatores: ser resultado das experiências positivas em relação ao atendimento que tem sido prestado por essas corporações, com a redução do número de pessoas que declararam terem sido vítimas de violência ou de extorsão pela polícia e com a maior eficiência das polícias no atendimento aos chamados da população e na manutenção da tranquilidade do bairro. Considerando esses aspectos, a polícia parece estar atendendo mais às expectativas da população do que estava em 1999. É importante ressaltar que, apesar de ter melhorado a sua imagem, a Polícia Civil ainda não transmite

aos cidadãos a certeza de que cumprirá o que se espera dela. A convicção das pessoas na investigação de crimes da qual tenham sido vítimas cai em 2010, demonstrando que significativa parcela dos cidadãos não mais está totalmente certa de que sua demanda será atendida. Outro aspecto fundamental para entender os resultados aqui apresentados é a avaliação que os entrevistados fazem sobre o contato polícia-cidadão. Não há uma maioria afirmando que a polícia é sempre polida no trato com os cidadãos, ao contrário, boa parte afirma que, com frequência, ela não é educada. Esse dado pode, talvez, explicar as variações na avaliação das polícias nas diferentes capitais pesquisadas, uma vez que esse contato polícia-cidadão é central na formação da opinião das pessoas sobre a instituição. Apesar dessas ressalvas, é possível dizer que há um otimismo em relação às polícias, expresso nas expectativas de melhora ou da preservação de uma polícia já considerada boa. Importante ressaltar que as observações gerais aqui apresentadas apontam para uma tendência presente em todas as capitais, mas que possuem particularidades quando são feitas as análises das localidades separadamente.

Quando perguntado sobre o envolvimento da polícia com suborno, com a proteção do tráfico ou mesmo se acreditam que a polícia tem medo dos traficantes de drogas, não é possível apontar resultados mais precisos, uma vez que boa parte dos entrevistados não respondeu a essa questão. Os resultados obtidos permitem levantar algumas hipóteses. É possível que boa parte dos entrevistados não saiba realmente se esses casos ocorrem ou não. Há também a possibilidade do medo inibir que respondam esse tipo de questão. Outra possível interpretação é que as pessoas tenham uma baixa confiança na polícia, o que as leva a crer que essas situações são possíveis, muito embora não tenham informação suficiente para afirmarem a frequência com que isso ocorre. Neste caso, supomos que se as pessoas tivessem plena confiança na polícia, elas prontamente responderiam que ela não se envolve em ações ilegais. São hipóteses que não podem ser confirmadas através dos resultados aqui apresentados, mas que podem orientar análises futuras.

Quanto ao uso da força por parte da polícia, a boa imagem e as boas expectativas em relação às forças policiais podem ser a razão pela qual as pessoas apóiem ações menos violentas para situações cotidianas da atividade policial. Em geral, os entrevistados demonstram um posicionamento negativo perante a possibilidade de uma atuação mais violenta pela polícia, tanto nas questões de invasão de imóvel domiciliar, quanto com relação ao uso de agressão e de desferir tiros contra um suspeito, mesmo que ele esteja armado. Isso indica maior apoio às ações policiais que preservam os direitos civis e integridade das pessoas, apesar dessas porcentagens terem sido menores em 2010.

O mesmo ocorre em relação ao uso da força no controle social. Os entrevistados demonstram uma tendência em reconhecerem, cada vez mais o direito de greve e manifestação, ao indicar que a polícia não deve interferir nessas ocasiões. Da mesma forma, o apoio à força mínima para ações de controle do comércio de rua e de ocupações de terra também revela essa maior intolerância às ações violentas da polícia, com exceção dos casos de ocupação de terras que, em alguns estados, ainda são motivos de divergências quanto ao modo como a polícia deve proceder. As rebeliões em presídios, por sua vez, são as situações em que os entrevistados demonstram mais diversidade de opiniões, com a presença de apoio a ações violentas, indicando que os direitos de pessoas que cumprem pena ainda são passíveis de divergências em todo o país.

Cabe ressaltar que há exceções e que, em algumas localidades as posições são, às vezes, opostas as que foram colocadas aqui. Essas particularidades estão mais exploradas nas análises feitas para cada uma das capitais.

A imagem da polícia junto as diferentes faixas etárias

Avaliação das instituições

De maneira geral, as instituições da segurança pública foram avaliadas de forma positiva em 2010 em todas as faixas etárias, ocorrendo uma redução, em comparação a 1999 das avaliações negativas que possivelmente migraram para as mais positivas. O Corpo de Bombeiros, avaliado apenas em 2010, se destaca entre as demais instituições. É a única instituição classificada como “muito boa” pela maioria dos entrevistados de três grupos etários (“40 a 49 anos”, “50 a 59 anos” e “mais de 60 anos”).

Tabela 151: Avaliação das polícias X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Polícia Militar							
Muito boa	3,3	4,4	5,3	4,6	8,6	8,2	5,8
Boa	27,2	30,4	30,5	32,1	36,0	40,3	32,9
Regular	42,2	43,2	46,5	44,0	40,9	40,2	43,1
Polícia Civil?							
Muito boa	7,3	5,0	6,4	5,9	8,4	5,6	6,3
Boa	34,6	36,5	36,4	34,4	38,8	45,5	37,7
Regular	37,4	40,2	39,8	40,7	41,4	35,9	39,5
Guarda Municipal?							
Muito boa	2,4	3,3	3,0	3,6	5,4	5,4	3,9
Boa	31,0	35,5	34,5	31,7	39,0	43,9	36,1
Regular	41,2	41,4	43,4	45,0	42,1	37,0	41,9
Polícia Federal?							
Muito boa	13,9	16,0	17,6	15,7	17,2	12,7	15,8
Boa	40,6	43,3	46,6	42,2	44,7	49,9	44,8
Regular	33,5	30,1	28,5	34,0	31,1	31,9	31,2
Bombeiros?							
Muito boa	43,1	45,1	47,7	53,3	54,3	51,7	49,5
Boa	45,7	41,7	39,9	34,1	33,3	37,4	38,2
Regular	9,5	11,3	10,5	10,9	11,1	9,9	10,7

No caso da Polícia Militar, a avaliação mais positiva (“muito boa” e “boa”), aumenta gradualmente à medida que também aumenta a faixa etária. A avaliação positiva (soma de “muito boa” e “boa”) dos grupos com faixa etária de “50 e 59 anos” (44,6%) e “60 anos ou mais” (48,5%), é a que mais aumenta em 2010, superando a média nacional de 38,7%. Apesar da melhora da imagem dessa instituição em 2010, é importante destacar que boa parte dos entrevistados (em torno de 40%) ainda a avalia como “regular”, resultado presente em todas as faixas etárias.

A Polícia Civil, em 2010, melhora bastante sua avaliação em todas as faixas etárias, sendo que a avaliação mais positiva (soma de “muito boa” e “boa”) desta instituição é um pouco maior em 2010 nos grupos etários mais idosos, compreendidos entre “50 e 59 anos” (47,2%) e “60 anos ou mais” (51,1%), resultados acima da média nacional (44%).

Tabela 152: Avaliação das polícias X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Polícia Militar							
Muito boa	0,7	2,1	1,7	1,1	2,8	2,4	1,8
Boa	13,8	17,9	18,0	22,1	19,5	25,8	19,4
Regular	47,6	46,6	45,6	50,4	45,7	46,7	47,1
Polícia Civil							
Muito boa	3,0	2,1	1,1	1,1	1,4	2,4	1,8
Boa	26,7	19,8	19,8	21,0	20,5	26,9	21,8
Regular	42,7	47,0	47,9	51,2	44,8	43,5	46,8
Guarda Municipal							
Muito boa	2,5	2,7	2,2	2,2	3,3	2,1	2,5
Boa	34,7	27,8	26,1	26,2	26,1	33,5	28,5
Regular	39,7	43,2	48,3	48,9	46,2	43,7	45,2
Polícia Federal							
Muito boa	7,2	6,9	6,0	3,5	7,3	5,3	6,0
Boa	40,1	36,0	36,4	33,5	30,5	40,1	36,2
Regular	35,5	38,5	38,4	48,2	43,4	37,3	40,0
Bombeiros							
Muito boa	-	-	-	-	-	-	-
Boa	-	-	-	-	-	-	-
Regular	-	-	-	-	-	-	-

Entre os entrevistados nos anos de 1999 e 2010, a Guarda Municipal demonstra um aumento, ainda que pequeno, de avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) na maioria dos grupos etários, exceção ao grupo etário mais jovem. Os grupos etários que apresentam maior percentual de avaliação positiva (soma de “muito boa” e “boa”) são os dois grupos mais velhos, com idade de “50 a 59 anos” (44,4%) e “60 anos ou mais” (49,3%) que apresentaram resultados acima da média (40%). Apesar do acréscimo na avaliação positiva de 1999 para 2010, entre os grupos etários mais jovens essa avaliação permanece, em 2010, abaixo da média nacional.

A avaliação da Polícia Federal, entre os anos de 1999 e 2010, apresenta um aumento expressivo na avaliação mais positiva (“muito boa” e “boa”) em todos os grupos etários entrevistados. No caso desta instituição, boa parte das avaliações “muito boa” se concentrou nos grupos etários intermediários, com idade entre 20 e 59 anos, contudo, novamente o grupo mais velho, com “60 anos ou mais”, é o único que apresenta avaliações positivas, soma de “muito boa” e “boa” (62,6%) acima da média (60,6%).

Experiência com a polícia

Os resultados para as questões relacionadas às experiências com a polícia (disponíveis apenas para 2010) indicam que os grupos etários mais jovens são aqueles mais vivenciam experiências negativas com a polícia, tanto para situações de agressão ou maus tratos quanto de extorsão.

Quando questionados se haviam sofrido algum tipo de agressão ou maus tratos policiais “nos últimos 12 meses”, apesar de haver uma pequena oscilação entre as diversas faixas etárias, os grupos etários mais jovens (entre 19 anos ou menos, até 29 anos de idade) apresentam respostas afirmativas acima da média.

Tabela 153: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais nos últimos 12 meses X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sim	6,83	4,9	2,27	0,97	1,8	0,85	2,68
Não	93,17	95,1	97,73	99,03	98,2	99,15	97,32

Quando questionados se essa mesma situação havia ocorrido “alguma vez na vida”, aumentam as respostas afirmativas em todas as faixas etárias, porém se mantém a tendência de vitimização dos mais jovens. Os entrevistados que respondem afirmativamente se concentram nos grupos com idade de “19 anos ou menos” e “20 e 29 anos” e, na medida em que a faixa etária ascende, aumentam proporcionalmente as respostas negativas.

Tabela 154: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais na vida X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sim	11,4	11,1	9,1	7,7	4,0	3,0	7,7
Não	88,4	88,7	90,8	92,2	95,8	96,6	92,1

Quando indagados se em 2010 haviam sido vítimas de extorsão policial “nos últimos 12 meses”, as experiências negativas continuam centradas nas faixas etárias mais jovens. À medida que a faixa etária ascende, diminuem gradualmente os percentuais de entrevistados que respondem afirmativamente. Proporcionalmente, quanto mais jovens são os grupos etários, maiores são os percentuais de entrevistados que afirmam ter sofrido algum tipo de extorsão policial recente.

Tabela 155: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial nos últimos 12 meses X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sim	4,3	3,4	2,4	1,2	1,2	0,7	2,1
Não	95,7	96,6	97,7	98,8	98,8	99,3	97,9

Quando essa possibilidade de vitimização é ampliada para “alguma vez na vida”, a concentração de respostas afirmativas fica novamente em torno dos grupos mais jovens, mas agora com um grupo etário mais abrangente, entre 20 a 49 anos de idade.

Tabela 156: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial na vida X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sim	5,8	8,3	6,8	8,3	4,1	4,2	6,5
Não	94,2	91,6	93,2	91,7	95,5	95,1	93,3

A qualidade dos contatos entre a população e a polícia pode ser uma das explicações para a diferença na forma como os diversos grupos etários avaliam a instituição policial. É muito provável que a maior exposição dos jovens à violência praticada por policiais está tornando esse grupo mais crítico às polícias, ao passo que as faixas etárias mais velhas, que não são alvo principal das arbitrariedades policiais, vêem essa instituição de forma mais positiva.

Atividade policial

Em 2010, quando indagados sobre a avaliação que fazem dos serviços da polícia no bairro no ano anterior, a diferença de opinião entre os grupos mais jovens e os grupos mais velhos persiste, mas em menor intensidade. As opiniões mudam à medida que mudam as faixas etárias: quanto maior a faixa etária, mais avaliações positivas recebe a polícia, quanto menor a faixa etária, há mais avaliações negativas.

Tabela 157: Avaliação dos serviços da polícia no bairro com relação ao ano anterior X faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Melhorou	25,6	27,8	29,4	31,4	31,6	29,9	29,6
Piorou	27,6	23,3	21,6	21,9	19,0	21,2	22,0
Está igual, era bom	23,0	25,0	26,8	25,6	29,3	28,0	26,5
Está igual, era ruim	20,9	20,2	19,9	18,3	16,3	16,0	18,6
Não sabe/ não opinou	3,0	3,7	2,2	2,8	3,7	4,9	3,4

Quando questionados a respeito de situações específicas do serviço policial, para as três situações apresentadas: frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados da comunidade, mantém as ruas do bairro tranquilas e é educada ao abordar as pessoas nas ruas, manteve-se entre os grupos mais jovens e os grupos mais velhos o mesmo o padrão de respostas das questões anteriores. Enquanto os grupos etários mais velhos apresentam uma avaliação mais positiva (“sempre”) da polícia, os grupos etários mais jovens apresentam uma avaliação mais negativa (“nunca” e “quase nunca”) sobre a eficiência e educação da polícia na comunidade.

Tabela 158: Frequência com que a polícia atende prontamente os chamados da comunidade X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sempre	16,5	22,2	20,8	24,9	29,7	31,9	24,7
Quase sempre	23,1	23,4	27,2	25,1	23,0	20,5	23,9
Às vezes	25,7	27,8	23,8	24,0	22,2	21,9	24,3
Quase nunca	19,2	13,3	13,9	13,1	11,5	9,0	12,9
Nunca	10,0	10,5	11,0	8,9	7,2	7,1	9,2
Não sabe/ não opinou	5,5	2,9	3,3	4,0	6,5	9,6	5,0

Tabela 159: Freqüência com que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sempre	8,8	11,1	12,6	14,1	16,6	18,0	13,7
Quase sempre	26,4	26,9	26,6	23,4	27,5	29,6	26,7
Às vezes	26,0	29,1	28,6	31,2	29,8	26,8	28,9
Quase nunca	23,4	17,7	17,1	17,6	13,3	13,5	16,6
Nunca	13,6	13,5	12,7	10,9	9,5	7,9	11,4
Não sabe/ não opinou	1,8	1,8	2,3	2,8	3,3	4,2	2,7

Tabela 160: Freqüência com que a polícia é educada ao abordar as pessoas na rua X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sempre	7,9	8,7	12,8	14,4	14,6	18,2	12,9
Quase sempre	14,1	18,9	18,2	18,3	22,5	21,5	19,2
Às vezes	28,1	29,6	30,3	28,4	26,8	25,6	28,3
Quase nunca	19,4	16,9	15,3	15,5	13,7	11,7	15,2
Nunca	24	19,7	16,7	15,1	13	9,8	16
Não sabe/ não opinou	6,5	6,2	6,7	8,3	9,6	13,3	8,4

Em seguida foi solicitado aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento da polícia de seu bairro em ilegalidades e seu relacionamento com o tráfico de drogas. Para isso foram apresentadas três situações diferentes: freqüência com que a polícia aceita suborno, freqüência com que protege o tráfico de drogas e freqüência com que tem medo do tráfico de drogas. Nas três situações, a maior parte dos entrevistados se concentrou na opção “não sabe/não opinou”, com uma tendência dos grupos etários mais velhos se omitirem mais do que os mais jovens. Entre aqueles que emitiram opinião sobre as situações apresentadas, os resultados apontam para uma avaliação mais positiva por parte dos entrevistados das faixas etárias mais altas (mais respostas de que a polícia “nunca” aceita suborno, protege o tráfico ou tem medo dele) e avaliação mais negativa (mais respostas de que a polícia “sempre” e “quase sempre” aceita suborno, protege o tráfico ou tem medo dele) dos grupos etários mais jovens.

Tabela 161: Freqüência com que os policiais do bairro aceitam suborno X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sempre	14,2	12,5	8,9	7,2	7,4	4,8	8,9
Quase sempre	12,1	11,7	10,3	9,8	10,1	8,9	10,4
Às vezes	13,6	19,0	13,0	16,0	11,5	11,0	14,4
Quase nunca	8,1	6,8	9,5	9,2	8,1	7,3	8,2
Nunca	14,5	15,3	15,5	16,9	20,1	20,2	17,1
Não sabe/ não opinou	37,5	34,6	42,8	40,9	42,7	47,9	41,0

Tabela 162: Frequência com que os policiais do bairro protegem o tráfico de drogas X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sempre	10,6	11,4	8,7	8,1	9,5	5,9	9,0
Quase sempre	9,6	11,0	9,4	8,5	9,2	6,8	9,2
Às vezes	16,2	20,3	13,0	14,7	12,9	12,4	15,1
Quase nunca	9,8	9,5	11,6	11,5	8,2	9,2	10,0
Nunca	18,5	16,3	18,0	18,2	22,9	21,2	19,0
Não sabe/ não opinou	35,2	31,5	39,3	39,0	37,4	44,5	37,7

Tabela 163: Frequência com que os policiais têm medo tráfico de drogas X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sempre	12,2	12,3	11,3	11,2	11,2	6,9	10,9
Quase sempre	12,1	11,5	10,0	10,6	9,0	8,9	10,3
Às vezes	15,0	18,4	14,7	14,3	12,1	13,2	14,8
Quase nunca	8,7	9,7	11,0	10,9	9,6	8,5	9,9
Nunca	20,2	21,8	20,9	21,8	24,8	20,9	21,8
Não sabe/ não opinou	31,9	26,3	32,2	31,1	33,4	41,5	32,3

Ao serem indagados sobre a capacidade de convencer um delegado a investigar um crime do qual tenha sido vítima, os resultados apresentaram uma redução em 2010 tanto das opiniões em que há convicção da investigação policial quanto das opiniões da convicção da não-investigação policial e aumento das opiniões que expressam incerteza quanto à possibilidade de investigação. Essa mudança em relação a 1999 se refletiu em todas as faixas etárias, sem que pudesse ser destacada alguma característica específica a um grupo etário determinado. Ainda assim, é possível perceber que em 2010 o grupo etário mais velho (60 anos ou mais), comparado aos grupos mais jovens, é aquele que tem um pouco mais de convicção em conseguir convencer um delegado a investigar um crime do qual tenha sido vítima.

Tabela 164: Grau de concordância com a afirmação: “Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	24,6	21,9	24,5	22,1	24,1	27,9	23,9
Concorda em parte	24,8	28,3	30,9	31,4	29,4	32,4	29,9
Discorda em parte	23,1	22,4	21,0	19,8	19,3	17,7	20,5
Discorda totalmente	27,6	27,4	23,7	26,7	27,2	22,1	25,7

Tabela 165: Grau de concordância com a afirmação: “Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima” X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	36,9	34,8	30,1	31,1	32,8	36,0	33,3
Concorda em parte	20,2	19,8	21,3	20,9	23,2	26,6	21,6
Discorda em parte	6,0	8,5	11,5	9,3	13,0	14,4	10,2
Discorda totalmente	36,9	36,9	37,1	38,7	31,1	22,9	35,0

Ao serem questionados sobre a capacidade da polícia garantir a segurança de pessoas como os próprios entrevistados, os resultados apontam para uma melhora na avaliação entre os anos de 1999 e 2010, em todas as faixas etárias. Em 2010, entrevistados pertencentes aos grupos etários acima de 30 anos se mostram em maioria tendentes a concordar em algum grau com a afirmação de que a polícia garante a sua segurança de pessoas como eles. Por outro lado, apesar da evidente melhora na percepção de segurança, as faixas mais jovens (até 29 anos), ainda em maioria apresentam algum grau de desconfiança de que a segurança deles é garantida pela polícia.

Tabela 166: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	14,9	11,9	15,4	12,4	17,4	21,6	15,3
Concorda em parte	31,4	36,5	37,5	39,0	37,7	41,7	37,8
Discorda em parte	21,1	23,3	21,7	22,5	20,8	16,4	21,2
Discorda totalmente	32,6	28,3	25,4	26,1	24,1	20,3	25,7

Tabela 167: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)” X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	8,2	8,8	9,1	10,9	13,2	14,2	10,3
Concorda em parte	16,0	22,3	27,7	27,6	31,4	28,9	25,5
Discorda em parte	9,2	15,8	16,1	13,0	12,8	11,3	13,8
Discorda totalmente	66,6	53,1	47,1	48,6	42,6	45,6	50,5

Expectativas

Quanto às expectativas dos entrevistados em 2010 para os serviços da polícia no bairro no próximo ano, em todas as faixas etárias é perceptível que a maior parte dos entrevistados espera que o serviço melhore. A perspectiva

mais otimista entre os mais velhos permanece, pois mais pessoas nesses grupos (“50 a 59 anos” e “60 anos ou mais”) responderam que o serviço da polícia estará “melhor”, com resultados um pouco acima da média.

Tabela 168: Expectativas à respeito dos serviços da polícia no bairro, no próximo ano X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Melhor	40,5	43,7	46,5	42,9	47,9	48,7	45,3
Pior	21,4	18,1	15,9	17,9	13,8	15,5	16,8
Estará igual, bom	18,0	17,5	21,1	20,2	20,1	18,5	19,3
Estará igual, ruim	13,9	14,8	11,9	12,9	9,6	8,1	11,9
Não sabe/ não opinou	6,2	5,9	4,6	6,1	8,6	9,2	6,7

Uso da força

Aos entrevistados foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam sobre algumas ações da polícia. Ainda que os resultados apontem que a maioria dos entrevistados em 2010 discorda totalmente de ações como “invadir uma casa”, “atirar em suspeito” e “agredir um suspeito”, suas porcentagens são menores que as encontradas em 1999. Essa queda se refletiu em todas as faixas etárias, sem que pudesse ser destacada alguma característica específica a um grupo etário determinado. O que é possível apontar é que, entre os grupos etários mais velhos, há uma rejeição um pouco maior a esses procedimentos do que entre os grupos mais jovens. Mesmo o procedimento de “atirar em suspeito armado”, que não é rejeitado pela maioria dos entrevistados, é um pouco mais rejeitado entre os mais velhos do que entre os mais jovens.

Tabela 169: Discorda totalmente que um policial possa X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Invadir uma casa	64,6	60,0	61,6	65,8	67,1	65,7	63,8
Atirar em um suspeito	71,5	65,6	68,8	66,7	71,2	70,7	68,6
Agredir um suspeito	66,3	64,2	67,0	68,2	72,6	70,0	67,9
Atirar em suspeito armado	36,5	31,8	39,1	38,5	43,0	40,7	38,0

Tabela 170: Discorda totalmente que um policial possa X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Invadir uma casa	77,5	76,3	79,9	79,3	75,5	81,3	78,4
Atirar em um suspeito	87,4	87,4	90,0	89,4	86,5	84,9	87,9
Agredir um suspeito	88,0	85,6	90,4	91,6	89,9	87,9	88,7
Atirar em suspeito armado	39,1	39,8	49,8	46,5	51,0	48,4	45,4

Em seguida, foi solicitado aos entrevistados que indicassem que atitude esperavam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, uma passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. Em termos gerais, entre os anos de 1999 e 2010, as questões que tratam do uso da força em situações de controle social mostram avanços importantes nas apreciações dos entrevistados na maioria das faixas etárias, sobretudo entre os mais jovens, demonstrando uma sensível diminuição do apoio ao uso da força em diferentes circunstâncias.

Tabela 171: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Passeata de estudantes							
Não fazer nada	70,4	66,2	62,8	66,8	64,3	64,5	65,4
Prender os mais exaltados sem usar armas	26,1	30,2	33,0	31,1	33,2	32,2	31,4
Atirar e matar	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Greve de operários							
Não fazer nada	61,1	58,6	55,9	59,4	56,6	59,0	58,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	32,0	37,5	39,6	37,7	40,2	37,6	38,0
Atirar e matar	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Camelôs resistentes à retirada de barracas							
Não fazer nada	32,0	26,5	27,0	28,5	28,1	32,8	28,7
Prender os mais exaltados sem usar armas	53,6	60,6	62,1	62,2	63,4	59,5	60,9
Atirar e matar	0,8	0,1	0,0	0,2	0,2	0,2	0,2
Rebelião em um presídio							
Não fazer nada	9,9	7,8	6,6	8,2	7,2	9,4	8,0
Prender os mais exaltados sem usar armas	31,6	29,7	35,1	37,7	41,1	36,4	35,2
Atirar e matar	6,5	5,6	5,2	4,7	6,3	4,8	5,4
Passeata de professores por melhores salários							
Não fazer nada	70,9	68,5	65,8	69,1	67,1	68,6	68,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	25,2	27,3	30,1	28,4	30,7	27,6	28,5
Atirar e matar	0,3	0,1	0,1	0,0	0,4	0,2	0,2
Ocupação de terras pelo MST							

Não fazer nada	33,7	30,1	29,8	29,9	26,8	28,4	29,5
Prender os mais exaltados sem usar armas	51,0	52,7	55,4	56,2	58,4	59,8	55,7
Atirar e matar	1,3	1,3	0,7	0,8	1,6	1,1	1,1

Entre 2010, a maioria dos entrevistados, em todas as faixas etárias, afirmou esperar que a atitude da polícia seja “não fazer nada” em “uma passeata de estudantes”, “em uma greve de operários” e em “uma passeata de professores por melhores salários”. Para a situação de “greve de operários”, há uma parte considerável, sobretudo entre os grupos mais velhos, que espera que a atitude da polícia seja “prender os mais exaltados sem usar armas”.

Quanto à expectativa dos entrevistados sobre a atuação da polícia quando “camelôs resistem à retirada de barracas”, a maioria dos entrevistados em todos os grupos etários afirma que espera que a atitude da polícia nesses casos seja “prender os mais exaltados sem usar armas”. Contudo, entre aqueles que afirmam que a polícia “não deve fazer nada” em uma situação como essa, há uma leve predominância entre o grupo mais jovem (19 anos ou menos) e o grupo mais velho (60 anos ou mais) em relação aos grupos intermediários.

As expectativas para os entrevistados de todas as faixas etárias a respeito da atuação da polícia em “uma rebelião em um presídio” demonstram um maior posicionamento contrário ao uso da força pela polícia, representado pelo acréscimo percentual de 1999 para 2010 na afirmação de que a polícia deveria “não fazer nada”, especialmente, com relação aos mais jovens, com idade de “19 anos ou menos”. Essa, no entanto, não é a opinião da maior parte dos entrevistados, para os quais os policiais devem “prender os mais exaltados sem usar armas”.

A expectativa sobre a atuação da polícia em uma ocupação de terras pelo MST, em 2010, para a maioria dos entrevistados em todas as faixas etárias, é a polícia “prender os mais exaltados sem usar armas”, resultados não muito diferente daquele encontrado em 1999. Contudo, é importante destacar que entre os mais jovens é possível perceber uma expectativa um pouco maior, em relação aos grupos mais velhos, para que a polícia não faça nada em situações como essa.

Tabela 172: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Passeata de estudantes							
Não fazer nada	44,2	46,5	51,9	49,7	51,5	44,3	48,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	46,3	46,7	45,9	44,9	44,4	50,2	46,4
Atirar e matar	0,0	0,0	0,2	0,5	0,0	0,4	0,2
Greve de operários							
Não fazer nada	50,6	51,6	56,4	55,2	49,2	52,6	53,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	39,9	43,0	40,0	43,1	48,3	41,8	42,4

Atirar e matar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Camelôs resistentes à retirada de barracas							
Não fazer nada	19,3	25,4	29,0	30,3	30,4	29,4	27,4
Prender os mais exaltados sem usar armas	56,9	61,1	62,6	63,0	66,7	62,1	61,9
Atirar e matar	0,7	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,2
Rebelião em um presídio							
Não fazer nada	2,1	6,1	2,9	6,4	6,6	7,1	5,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	26,1	26,2	33,1	35,2	37,1	44,0	32,6
Atirar e matar	13,5	6,7	5,9	9,1	7,9	7,2	7,9
Passeata de professores por melhores salários							
Não fazer nada	61,5	58,1	65,9	64,6	60,3	62,8	62,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	31,9	38,0	32,7	33,8	38,1	36,7	35,2
Atirar e matar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ocupação de terras pelo MST							
Não fazer nada	21,2	27,6	29,5	30,7	27,8	27,3	27,8
Prender os mais exaltados sem usar armas	48,1	52,7	55,8	54,4	59,4	58,6	54,6
Atirar e matar	3,0	0,8	0,2	1,1	1,8	0,3	1,0

Resumo

De maneira geral, os entrevistados das faixas etárias mais elevadas tendem a avaliar a polícia de forma mais positiva do que os grupos mais jovens. Essas diferentes percepções podem estar relacionadas aos demais resultados relacionados à polícia. Para os mais velhos, a polícia é mais eficiente, mais polida, dificilmente está envolvida em ilegalidades e a agressão ou extorsão por policias é uma situação muito rara para este grupo. Os grupos mais jovens, por sua vez, não consideram a polícia tão eficiente ou educada, com mais frequência são vítimas de agressões ou extorsões e percebem maior envolvimento de policiais com ações ilegais. Essas diferentes avaliações podem ser resultado da qualidade do contato entre polícia e cidadãos de diferentes grupos etários. É possível que os grupos mais jovens tenham muito mais contato com as instituições de segurança, seja por circularem com maior frequência pelos espaços públicos ou por utilizarem mais os serviços policiais, ficando mais expostos às arbitrariedades policiais ou aos atendimentos insatisfatórios. Como resultado, os mais velhos se sentem mais otimistas em relação ao policiamento e tendem a permitir que a polícia faça maior uso da força algumas situações. Em situação inversa se situam os grupos mais jovens, que são mais pessimistas em relação ao policiamento e rejeitam um pouco mais as ações violentas da polícia. Este último resultado pode estar profundamente relacionado à maior vitimização deste grupo, que entende

que a violência da polícia muitas vezes pode ser ilegal e desproporcional, fortalecendo a tese de que as experiências com a polícia são centrais na formação das percepções que as pessoas têm sobre a instituição.

A imagem da polícia nas capitais

Tabela 173: Avaliação das polícias X Capital, 2010

Polícia Militar	2010											
	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Muito boa	7,4	9,4	3,5	3,7	8,0	4,6	1,5	1,5	9,7	6,5	3,9	5,8
Boa	48,5	25,1	24,1	30,8	47,8	23,3	40,7	34,3	36,3	35,2	35,0	32,9
Regular	33,7	44,3	46,3	49,5	29,1	45,5	44,2	50,8	40,7	42,7	41,9	43,1
Ruim	6,44	13,3	16,75	11,04	4,68	15,8	8,54	8,46	11	9,71	13,79	11,28
Muito ruim	3,96	7,88	9,36	5,02	10,37	10,72	5,03	4,98	2,33	5,83	5,42	6,98
Polícia civil												
Muito boa	6,6	7,5	7,5	3,7	5,7	6,7	3,5	2,7	12,3	5,7	5,6	6,3
Boa	57,4	37,7	29,7	36,8	44,8	39,8	46,5	40,2	33,7	35,3	35,5	37,7
Regular	29,4	39,2	40,7	41,8	29,8	40,9	39,4	41,3	37,3	40,8	40,1	39,5
Ruim	6,09	10,05	14,57	14,05	11,37	8,48	5,05	10,58	15	12,57	14,21	11,57
Muito ruim	0,51	5,53	7,54	3,68	8,36	4,09	5,56	5,29	1,67	5,56	4,57	5
Guarda municipal												
Muito boa	3,5	3,6	3,2	2,4	6,0	4,5	2,7	1,7	4,0	3,2	8,4	3,9
Boa	51,3	34,2	34,4	31,4	47,9	30,5	41,3	38,1	37,4	37,1	35,3	36,1
Regular	33,6	47,2	36,5	46,1	35,1	40,7	44,0	39,2	45,1	43,1	40,1	41,9
Ruim	7,96	11,92	17,46	14,68	6,74	16,84	7,33	14,92	9,52	11,25	12,57	12,6
Muito ruim	3,54	3,11	8,47	5,46	4,26	7,47	4,67	6,08	4,03	5,32	3,59	5,58
Polícia federal												
Muito boa	12,2	22,5	17,8	17,5	21,1	16,1	12,1	10,2	29,6	11,6	9,0	15,8
Boa	59,9	44,5	41,6	50,7	51,6	45,6	54,2	59,7	32,3	41,6	43,8	44,8
Regular	23,9	23,5	28,4	27,2	20,1	31,0	29,5	24,7	29,9	37,1	36,5	31,2

Ruim	2,54	5,5	7,11	3,69	4,5	5,05	2,11	2,69	6,87	6,45	7,87	5,52
Muito ruim	1,52	4	5,08	1,01	2,77	2,29	2,11	2,69	1,37	3,36	2,81	2,74
Bombeiros												
Muito boa	25,6	27,6	26,2	34,7	67,9	45,8	53,2	17,4	36,6	67,6	21,5	49,5
Boa	54,7	49,3	47,0	52,3	29,8	41,6	41,8	61,2	42,5	25,4	55,5	38,2
Regular	18,2	17,2	21,3	12,7	2,3	11,2	4,0	17,9	18,2	6,3	19,5	10,7
Ruim	4,43	2,97	0,33	0	1,29	0,5	2,55	2,4	0,58	2,5	1,26	0,99
Muito ruim	0,49	1,48	2,48	0	0	0,14	0,5	1,02	0,34	0,17	1	0,4

Tabela 174: Avaliação das polícias X Capital, 1999

Polícia Militar	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Muito boa	1,0	3,0	1,0	-	5,1	0,3	2,0	2,0	3,1	1,0	6,1	1,8
Boa	20,0	30,3	17,2	-	31,3	10,5	37,4	18,2	21,9	15,7	44,9	19,4
Regular	51,0	51,5	49,5	-	46,5	43,9	41,4	47,5	55,2	48,3	37,8	47,1
Ruim	12,0	8,1	19,2	-	12,1	16,9	13,1	13,1	6,3	17,5	7,1	14,8
Muito Ruim	16,0	7,1	13,1	-	5,1	28,4	6,1	19,2	13,5	17,5	4,1	17,0
Polícia Civil												
Muito boa	1,0	2,1	2,0	-	5,2	1,4	3,1	2,0	3,2	0,6	3,0	1,8
Boa	26,5	28,1	15,3	-	33,0	13,0	43,3	20,4	29,5	19,4	34,0	21,8
Regular	44,9	46,9	54,1	-	41,2	47,1	40,2	36,7	50,5	48,5	44,0	46,8
Ruim	9,2	15,6	17,4	-	13,4	14,7	9,3	14,3	6,3	14,8	12,0	13,7
Muito Ruim	18,4	7,3	11,2	-	7,2	23,9	4,1	26,5	10,5	16,7	7,0	16,0
Guarda Municipal												
Muito boa	1,4	1,1	1,1	-	5,1	4,2	2,2	0,0	2,5	1,1	6,8	2,5
Boa	32,9	39,6	46,3	-	43,0	28,9	44,4	19,4	26,6	21,2	39,2	28,5
Regular	50,0	44,0	43,2	-	38,0	43,7	35,6	43,0	54,4	48,0	39,2	45,2
Ruim	8,6	9,9	7,4	-	7,6	9,2	11,1	19,4	2,5	14,1	9,5	11,0
Muito Ruim	7,1	5,5	2,1	-	6,3	14,1	6,7	18,3	13,9	15,6	5,4	12,7
Polícia Federal												
Muito boa	6,3	6,5	5,2	-	8,4	6,8	12,2	3,1	10,4	3,7	6,6	6,0
Boa	35,8	51,6	51,0	-	45,3	29,0	54,1	41,8	43,8	28,5	53,9	36,2
Regular	46,3	32,3	36,5	-	39,0	43,4	27,6	35,7	36,5	43,4	29,7	40,0

Ruim	3,2	5,4	6,3	-	6,3	7,9	4,1	7,1	2,1	11,7	5,5	8,2
Muito Ruim	8,4	4,3	1,0	-	1,1	12,9	2,0	12,2	7,3	12,7	4,4	9,6
Bombeiros												
Muito boa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Boa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Regular	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ruim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Muito Ruim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 175: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais nos últimos 12 meses X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sim	1,5	2,5	5,5	1,3	1,3	3,4	3,9	2,0	2,7	2,6	2,0	2,7
Não	98,5	97,5	94,6	98,7	98,7	96,6	96,1	98,0	97,3	97,4	98,0	97,3

p = 0,243

Tabela 176: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais nos últimos 12 meses X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sim	2,0	3,0	3,0	-	3,0	4,0	4,0	2,0	5,0	2,6	3,0	3,2
Não	98,0	97,0	97,0	-	97,0	96,0	96,0	98,0	95,0	97,4	97,0	96,8

p = 0,909

Tabela 177: Percentual de pessoas que sofreram extorsão policial nos últimos 12 meses X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sim	2,0	5,0	6,0	-	3,0	3,7	2,0	3,0	4,0	2,4	1,0	3,1
Não	98,0	95,0	94,0	-	97,0	96,3	98,0	97,0	96,0	97,6	99,0	96,9

p = 0,754

Tabela 178: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais na vida X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sim	6,9	7,9	9,4	9,3	9,3	7,9	16,3	5,9	8,3	5,8	8,9	7,7
Não	93,1	92,1	90,6	90,7	90,7	92,0	83,7	94,1	91,7	93,9	91,1	92,1

p = 0,030

Tabela 179: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial na vida X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sim	7,9	7,4	7,4	5,7	4,0	13,7	7,9	3,5	5,0	3,7	3,9	6,5
Não	92,1	92,6	92,6	94,4	96,0	86,0	92,1	96,6	95,0	96,0	95,6	93,3

p < 0,001

Tabela 180: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial nos últimos 12 meses X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sim	2,0	3,0	4,0	2,0	0,0	5,6	3,0	1,0	1,0	0,7	0,5	2,1
Não	98,0	97,0	96,0	98,0	100,0	94,4	97,0	99,0	99,0	99,3	99,5	97,9

0,001

p <

Tabela 181: Avaliação dos serviços da polícia no bairro com relação ao ano anterior X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Melhorou	63,6	26,1	33,0	39,9	35,6	28,6	36,5	40,9	31,6	22,3	34,5	29,6
Piorou	3,9	30,5	30,5	20,3	21,6	17,0	13,8	9,4	37,5	23,9	14,8	22,0
Está igual, era bom	26,6	20,7	18,2	19,6	31,2	27,7	33,5	27,6	19,9	29,2	20,7	26,5
Está igual, era ruim	5,4	18,2	16,3	17,6	10,6	22,4	11,3	19,2	9,3	20,7	27,1	18,6
Não sabe/ não opinou	0,5	4,4	2,0	2,7	1,0	4,3	4,9	3,0	1,7	4,0	3,0	3,4

p < 0,001

Tabela 182: Frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados da comunidade X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sempre	11,3	13,3	13,8	28,9	28,2	18,3	20,2	22,7	22,9	31,2	24,6	24,7
Quase sempre	30,5	14,3	19,2	23,6	32,2	22,1	33,0	20,7	31,2	22,4	24,6	23,9
Às vezes	32,5	29,1	26,1	25,9	23,6	23,4	28,6	26,6	22,3	23,5	23,7	24,3
Quase nunca	12,3	21,2	18,2	12,0	11,0	13,3	9,9	12,8	14,6	11,0	16,8	12,9
Nunca	13,3	20,2	20,7	9,0	3,0	14,3	4,9	12,8	4,7	6,0	7,9	9,2
Não sabe/ não opinou	0,0	2,0	2,0	0,7	2,0	8,6	3,5	4,4	4,3	6,0	2,5	5,0

p < 0,001

Tabela 183: Frequência com que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sempre	6,9	3,9	10,3	10,0	19,6	11,0	13,8	13,8	14,3	16,6	12,3	13,7
Quase sempre	36,5	21,2	21,7	27,6	40,2	25,7	35,5	23,2	30,2	24,7	19,2	26,7
Às vezes	25,6	27,1	22,7	28,6	26,9	30,0	34,5	27,1	31,9	27,7	36,5	28,9
Quase nunca	19,7	29,1	15,8	16,3	8,3	16,3	9,4	18,2	13,6	18,0	21,2	16,6
Nunca	11,3	18,2	28,6	15,6	5,0	13,3	4,4	15,8	7,6	9,1	9,9	11,4
Não sabe/ não opinou	0,0	0,5	1,0	2,0	0,0	3,7	2,5	2,0	2,3	3,9	1,0	2,7

p < 0,001

Tabela 184: Frequência com que a polícia é educada ao abordar as pessoas na rua X Faixa etária, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sempre	3,5	4,9	10,8	11,3	17,3	11,4	7,9	9,4	10,6	16,0	14,8	12,9
Quase sempre	27,6	9,9	15,8	15,6	29,9	15,3	19,7	17,2	21,3	20,4	24,1	19,2
Às vezes	35,0	37,4	29,1	39,2	28,6	25,3	28,1	29,6	30,9	25,4	30,5	28,3
Quase nunca	19,2	27,6	9,9	12,0	12,0	14,7	10,3	14,8	18,6	15,6	15,8	15,2
Nunca	14,3	14,3	32,0	19,3	7,0	21,6	25,1	22,7	13,0	11,8	10,8	16,0
Não sabe/ não opinou	0,5	5,9	2,5	2,7	5,3	11,7	8,9	6,4	5,7	10,9	3,9	8,4

p < 0,001

Tabela 185: Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	21,0	21,0	28,0	30,1	12,0	29,8	22,0	30,9	16,3	23,5	19,5	23,9
Concorda em parte	38,5	40,3	28,0	33,1	42,3	29,3	14,5	33,0	33,2	24,8	36,8	29,9
Discorda em parte	21,0	24,2	22,2	16,6	22,5	17,5	14,5	13,8	28,9	20,7	27,0	20,5
Discorda totalmente	19,5	14,5	21,7	20,3	23,2	23,5	48,9	22,3	21,7	31,1	16,7	25,7

p < 0,001

Tabela 186: Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	37,7	68,0	39,8	-	26,3	29,1	38,6	24,5	49,4	29,0	39,3	33,3
Concorda em parte	14,1	5,2	17,4	-	23,2	28,4	11,4	25,5	27,6	19,1	20,2	21,6
Discorda em parte	14,1	4,1	12,2	-	15,8	13,4	1,1	17,0	5,8	8,8	6,7	10,2
Discorda totalmente	34,1	22,7	30,6	-	34,7	29,1	48,9	33,0	17,2	43,2	33,7	35,0

p < 0,001

Tabela 187: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)”, por capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
concorda totalmente	15,6	10,8	13,5	10,7	18,3	16,8	15	17,9	17,1	13,8	20,8	15,3
concorda em parte	43,2	43,3	28,5	42,8	35,9	37,1	49,5	42,8	47,1	34,0	36,1	37,8
discorda em parte	21,6	24,7	16,5	22,4	25,9	21,3	16,5	16,4	24,2	20,5	20,8	21,2
discorda totalmente	19,6	21,1	41,5	24,1	19,9	24,9	19	22,9	11,6	31,7	22,3	25,7

p < 0,001

Tabela 188: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)”, por capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
concorda totalmente	13,4	34	5,1	-	9,1	8,6	17,0	10,4	16,5	7,4	11,3	10,3
concorda em parte	11,3	17	19,4	-	37,4	23,7	29,8	20,8	27,8	23,1	44,3	25,5
discorda em parte	15,5	20	13,3	-	25,3	14,4	9,6	22,9	16,5	9,9	6,2	13,7
discorda totalmente	59,8	29	62,2	-	28,3	53,3	43,6	45,8	39,2	59,7	38,1	50,5

p < 0,001

Tabela 189: Frequência com que os policiais do bairro aceitam suborno X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sempre	1,0	15,8	25,1	7,3	2,7	12,0	5,4	2,5	8,3	7,9	7,4	8,9
Quase sempre	17,7	18,2	17,2	13,0	5,7	11,0	6,4	4,4	13,6	9,2	9,9	10,4
Às vezes	24,1	26,6	16,3	17,3	10,6	14,3	12,3	11,3	20,6	12,3	11,8	14,4
Quase nunca	22,2	9,4	3,0	9,0	9,6	6,6	5,9	4,9	6,3	10,0	7,9	8,2
Nunca	26,1	3,9	13,8	30,2	31,6	9,4	14,3	27,1	16,6	15,6	23,7	17,1
Não sabe/ não opinou	8,9	26,1	24,6	23,3	39,9	46,7	55,7	49,8	34,6	45,0	39,4	41,0

p < 0,001

Tabela 190: Freqüência com que os policiais do bairro protegem o tráfico de drogas X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sempre	0,5	16,8	21,2	7,6	7,6	11,3	4,4	3,0	9,3	7,8	5,4	9,0
Quase sempre	14,3	18,2	13,8	14,0	7,3	7,1	3,9	6,9	12,3	7,6	13,8	9,2
Às vezes	23,7	22,7	18,7	21,6	11,3	14,6	12,8	13,3	19,9	13,0	13,3	15,1
Quase nunca	28,6	12,3	5,9	10,0	6,6	8,7	7,4	6,9	9,6	12,5	7,9	10,0
Nunca	23,2	6,9	13,8	25,9	32,6	12,6	19,2	28,6	16,9	18,4	26,6	19,0
Não sabe/ não opinou	9,9	23,2	26,6	20,9	34,6	45,7	52,2	41,4	31,9	40,8	33,0	37,7

p < 0,001

Tabela 191: Freqüência com que os policiais têm medo tráfico de drogas X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sempre	0,5	7,9	29,1	11,3	9,3	12,7	4,4	3,5	15,0	9,9	5,9	10,9
Quase sempre	15,8	17,7	10,3	12,3	11,0	8,4	5,9	10,3	16,0	8,2	15,3	10,3
Às vezes	27,1	16,3	11,3	23,6	17,6	12,4	14,3	14,8	16,3	13,0	18,7	14,8
Quase nunca	27,6	23,7	5,4	9,6	8,3	8,3	7,9	5,4	10,0	11,3	4,4	9,9
Nunca	20,7	10,3	23,7	26,6	30,6	16,6	25,6	34,0	15,0	21,8	28,6	21,8
Não sabe/ não opinou	8,4	24,1	20,2	16,6	23,3	41,6	41,9	32,0	27,9	35,9	27,1	32,3

p < 0,001

Tabela 192: Expectativas à respeito dos serviços da polícia no bairro, no próximo ano X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Melhor	77,3	60,6	44,8	60,5	44,5	48,9	67,0	62,1	43,2	33,3	45,8	45,3
Pior	3,0	11,8	25,6	17,3	15,6	13,9	8,4	5,4	28,6	19,8	6,4	16,8
Estará igual, bom	17,7	10,3	11,3	9,0	28,6	19,6	12,8	17,2	15,0	22,6	24,6	19,3
Estará igual, ruim	2,0	13,8	13,3	10,6	8,3	10,1	3,9	8,4	7,0	15,5	19,2	11,9
Não sabe/ não opinou	0,0	3,5	4,9	2,7	3,0	7,6	7,9	6,9	6,3	8,8	3,9	6,7

p < 0,001

Tabela 193: Um policial pode (discordam totalmente) X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Invadir uma casa	44,8	55,7	65,4	64,1	51,2	68,4	57,4	70,8	62,5	66,7	50,8	63,8
Atirar em um suspeito	49,8	53,0	68,8	63,1	60,5	73,9	72,5	77,7	67,0	72,4	45,6	68,6
Agredir um suspeito	50,3	54,7	69,5	62,8	58,3	74,6	74,6	77,2	64,7	71,0	42,1	67,9
Atirar em suspeito armado	24,9	18,3	30,8	27,0	31,3	42,8	30,2	41,8	38,5	44,4	25,3	38,0

Tabela 194: Um policial pode (discordam totalmente) X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Invadir uma casa	77,6	76,0	89,0	-	68,7	75,8	85,6	88,7	88,0	78,6	66,0	78,4
Atirar em um suspeito	79,6	71,7	89,0	-	82,0	85,3	90,8	85,6	94,0	90,8	90,9	87,9
Agredir um suspeito	79,6	69,7	87,0	-	86,0	86,3	89,9	91,8	89,9	91,7	93,9	88,7
Atirar em suspeito armado	51,6	49,0	48,0	-	34,0	37,3	64,3	69,1	42,1	47,5	44,8	45,4

Tabela 195: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Passeata de estudantes												
Não fazer nada	64,9	54,0	44,3	68,4	68,5	67,7	74,9	55,9	64,7	66,4	71,7	65,4
Prender os mais exaltados sem usar armas	31,2	44,1	51,2	27,9	27,5	29,6	23,2	41,1	30,3	30,4	27,2	31,4
Atirar e matar	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Greve de operários												
Não fazer nada	44,6	34,3	42,2	60,1	58,9	59,5	59,4	53,5	62,3	60,6	65,5	58,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	49,5	63,2	52,8	36,9	36,8	37,5	38,6	43,6	30,7	35,1	33,0	38,0
Atirar e matar	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Camelôs resistentes à retirada de barracas												
Não fazer nada	26,2	19,1	25,7	33,6	24,8	26,0	34,5	32,7	25,0	29,4	44,2	28,7
Prender os mais exaltados sem usar armas	63,9	65,8	64,9	50,2	60,7	65,8	60,0	62,4	59,7	60,8	49,0	60,9

Atirar e matar	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,2	0,0	0,2
Rebelião em um presídio												
Não fazer nada	15,8	14,1	5,6	3,3	6,9	13,4	9,6	3,0	9,6	4,8	12,4	8,0
Prender os mais exaltados sem usar armas	21,3	19,1	40,6	26,3	39,6	41,3	30,8	39,8	33,6	35,7	25,4	35,2
Atirar e matar	4,0	6,5	7,6	8,0	4,2	4,9	5,1	4,5	5,1	5,4	4,3	5,4
Passeata de professores por melhores salários												
Não fazer nada	47,3	49,0	48,8	76,4	69,6	68,4	85,6	70,5	67,0	68,7	71,2	68,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	44,8	46,0	47,3	21,9	24,8	29,7	13,9	28,5	26,0	27,4	27,2	28,5
Atirar e matar	0,5	0,0	0,0	0,0	0,3	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,2
Ocupação de terras pelo MST												
Não fazer nada	19,7	12,4	11,6	42,8	26,5	29,5	42,5	21,5	32,8	29,8	39,2	29,5
Prender os mais exaltados sem usar armas	64,0	64,9	61,8	47,8	54,8	59,7	52,0	60,5	44,8	56,9	45,0	55,7
Atirar e matar	2,0	0,5	4,0	0,7	1,0	1,0	0,5	0,5	2,7	0,9	0,0	1,1

Tabela 196: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Passeata de estudantes												
Não fazer nada	71,9	57,6	43,0	-	47,0	47,6	51,0	57,0	61,2	43,8	46,5	48,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	27,1	36,4	49,0	-	49,0	47,6	44,0	39,0	34,7	50,3	45,5	46,4
Atirar e matar	0,0	1,0	0,0	-	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	1,0	0,2
Greve de operários												

Não fazer nada	75,5	52,1	54,1	-	47,0	59,1	63,3	48,0	75,3	44,0	61,2	53,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	23,5	37,2	38,8	-	46,0	36,5	31,6	51,0	21,7	52,1	32,7	42,4
Atirar e matar	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Camelôs resistentes à retirada de barracas												
Não fazer nada	28,6	35,7	26,3	-	15,2	24,1	45,0	35,7	44,2	25,6	20,4	27,4
Prender os mais exaltados sem usar armas	63,7	45,9	57,6	-	70,7	63,1	51,0	62,2	47,4	64,4	71,4	61,9
Atirar e matar	0,0	1,0	1,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,0	0,2
Rebelião em um presídio												
Não fazer nada	2,3	7,5	3,2	-	0,0	4,7	18,9	7,1	5,3	5,7	0,0	5,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	34,5	31,2	38,7	-	35,7	37,6	38,9	42,9	24,2	30,2	17,4	32,6
Atirar e matar	2,3	9,7	7,5	-	5,1	7,5	4,4	3,1	9,5	8,6	13,3	7,9
Passeata de professores por melhores salários												
Não fazer nada	84,7	61,6	64,3	-	60,0	67,2	64,7	64,0	86,9	52,6	66,7	62,2
Prender os mais exaltados sem usar armas	14,3	32,3	31,6	-	39,0	31,1	32,3	34,0	11,1	44,0	33,3	35,2
Atirar e matar	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ocupação de terras pelo MST												
Não fazer nada	31,0	25,8	16,7	-	26,5	27,8	31,9	18,2	40,2	27,6	28,1	27,8
Prender os mais exaltados sem usar armas	51,7	45,2	61,5	-	57,1	54,5	46,8	64,7	42,3	57,2	49,0	54,6
Atirar e matar	2,3	1,1	4,2	-	1,0	0,7	2,1	0	1,0	0,7	2,1	1,0

Tabela 197: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Não fazer nada	15,8	14,1	5,6	3,3	6,9	13,4	9,6	3,0	9,6	4,8	12,4	8,0
Prender os mais exaltados sem usar armas	21,3	19,1	40,6	26,3	39,6	41,3	30,8	39,8	33,6	35,7	25,4	35,2
Usar o cassetete	20,3	25,1	24,9	19,7	25,7	20,8	22,7	14,4	18,2	27,3	26,5	23,4
Atirar e não matar	38,6	35,2	21,3	42,7	23,6	19,6	31,8	38,3	33,6	26,9	31,4	28,0
Atirar e matar	4,0	6,5	7,6	8,0	4,2	4,9	5,1	4,5	5,1	5,5	4,3	5,4

Tabela 198: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Não fazer nada	2,3	7,5	3,2	-	0	4,7	18,9	7,1	5,3	5,7	0	5,1
Prender os mais exaltados sem usar armas	34,5	31,2	38,7	-	35,7	37,6	38,9	42,9	24,2	30,2	17,4	32,6
Usar o cassetete	21,8	24,7	20,4	-	26,5	26,2	23,3	17,4	32,6	29,5	28,6	27,2
Atirar e não matar	39,1	26,9	30,1	-	32,7	24,0	14,4	29,6	28,4	26,0	40,8	27,2
Atirar e matar	2,3	9,7	7,5	-	5,1	7,5	4,4	3,1	9,5	8,6	13,3	7,9

Tabela 199: Atitudes esperadas da polícia diante de uma ocupação de terras pelo MST X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Não fazer nada	19,7	12,4	11,6	42,8	26,5	29,5	42,5	21,5	32,8	29,8	39,2	29,5
Prender os mais exaltados sem usar armas	64,0	64,9	61,8	47,8	54,7	59,7	52	60,5	44,8	56,9	45,0	55,7
Usar o cassetete	7,4	15,4	13,1	6,1	11,6	6,2	3,0	5,0	7,4	9,1	0,5	8,0
Atirar e não matar	6,9	6,9	9,6	2,7	6,1	3,7	2,0	12,5	12,4	3,3	15,3	5,7
Atirar e matar	2,0	0,5	4,0	0,7	1,0	1,0	0,5	0,5	2,7	0,9	0	1,1

Tabela 200: Atitudes esperadas da polícia diante de uma ocupação de terras pelo MST X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Não fazer nada	31,0	25,8	16,7	-	26,5	27,8	31,9	18,2	40,2	27,7	28,1	27,8
Prender os mais exaltados sem usar armas	51,7	45,2	61,5	-	57,1	54,5	46,8	64,7	42,3	57,2	49,0	54,6
Usar o cassetete	12,6	17,2	6,3	-	9,2	9,7	9,6	6,1	11,3	9,9	11,5	10,0
Atirar e não matar	2,3	10,8	11,5	-	6,1	7,3	9,6	11,1	5,2	4,5	9,4	6,7
Atirar e matar	2,3	1,1	4,2	-	1,0	0,7	2,1	0	1,0	0,7	2,1	1

▶ Porto Velho

Avaliação das instituições

Em 2010, todas as instituições obtêm uma avaliação mais positiva do que em 1999, todas elas acima das médias nacionais (situação inversa à de 1999, quando os percentuais das avaliações estavam abaixo das médias nacionais). A Polícia Federal é a instituição que mais se destaca nesse sentido. Se em 1999, 42,1% dos entrevistados avaliaram essa instituição como “muito boa” e “boa”, esse valor passa para 72,1% em 2010, ficando acima das médias nacionais (60,6%).

A avaliação do Corpo de Bombeiros (órgão desvinculado da Polícia Militar em 2000 e subordinado diretamente à Secretaria de Segurança Pública do Estado), é possível apenas para o ano de 2010, uma vez que essa categoria não estava presente no questionário aplicado em 1999. Ao contrário das demais instituições, essa é a única instituição em 2010 que apresenta avaliações positivas (soma de “muito boa” e “boa”) abaixo da média nacional (87,7%).

De maneira geral, tanto as instituições policiais estaduais (Polícia Militar e Polícia Civil), como a Polícia Federal têm um aumento significativo na avaliação positiva em 2010 quando comparada à avaliação de 1999, apresentando percentuais de avaliação positiva (soma de “muito boa” e “boa”) acima das médias nacionais e indicando, possivelmente, uma migração de avaliações menos positivas para as avaliações mais positivas.

Experiência com a polícia

As perguntas relacionadas à experiências de agressão ou maus tratos por policiais, ou ainda de extorsão policial entre 1999 e 2010 demonstram em geral, uma leve variação nessa capital, mas que pouco altera os valores para os dois períodos. Com relação ao percentual de pessoas que afirmam terem sido vitimadas por agressão ou maus tratos nos últimos 12 meses, há uma leve diminuição percentual da resposta afirmativa, de 2% em 1999 para 1,5% em 2010, indicando uma migração de 0,5 ponto percentual para a resposta negativa, permanecendo abaixo da média nacional de 2,7%. Contudo, quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 6,9% dos entrevistados respondem afirmativamente, número um pouco abaixo da média nacional de 7,7%.

Com relação às perguntas feitas às pessoas que sofreram extorsão por parte da polícia nos últimos 12 meses, não há variação percentual, de forma que, tanto em 1999 quanto em 2010, 2% dos entrevistados respondem afirmativamente e 98% fornecem resposta negativa. A questão que se destaca foi aplicada apenas em 2010 e indaga se, alguma vez na vida, os entrevistados sofreram extorsão da polícia. Nela, os dados demonstram que o percentual de pessoas que respondem afirmativamente (7,9%) está acima da média nacional de 6,5%.

Atividade policial

Nas questões sobre a atuação da polícia no bairro, a polícia recebeu avaliação positiva de maior parte dos entrevistados, apresentando resultados um pouco superiores aos das médias nacionais, exceção às perguntas a

respeito da frequência com que a polícia atende aos chamados da comunidade e sobre a educação da polícia ao abordar as pessoas na rua. A satisfação dos entrevistados está relacionada principalmente à questão sobre a avaliação dos serviços em geral da polícia no bairro (63,6% dos entrevistados dizem que o serviço “melhorou”, valor muito acima da média nacional de 29,6%). Em relação à aspectos específicos da atividade policial, para a maior parte dos entrevistados a polícia “sempre” (11,3%) ou “quase sempre” (30,5%) atende aos chamados no bairro e a polícia “sempre” (6,9%) e “quase sempre” (31,1%) mantém as ruas do bairro tranquilas. A questão que explora a educação dos policiais nas abordagens de pessoas nas ruas apresenta as avaliações positivas e negativas de forma relativamente equilibrada (totalizando 31,1% dos entrevistados que afirmaram que isso ocorre “sempre” e “quase sempre” e 33,5% dos entrevistados afirmaram que isso ocorre “nunca” e “quase nunca”).

Entre as questões relacionadas à atividade policial, a única questão aplicada nos questionários de 1999 e 2010 foi a que solicitava ao entrevistado apontar se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima (todas as demais questões foram aplicadas apenas em 2010). Com relação a essa questão, em 2010 os entrevistados apresentam respostas semelhantes às de 1999. Em 2010 diminui o número de entrevistados que concordam totalmente com a possibilidade de convencer um delegado a investigar um caso em que tivessem sido vítimas, o que pode apontar para uma tendência de diminuição da certeza de ter seu problema levado em consideração pela polícia. Por outro lado, também há uma diminuição das pessoas que discordavam totalmente dessa possibilidade. Este fator pode indicar que as opiniões migraram das posições extremas para as intermediárias, nas quais os entrevistados percebem alguma possibilidade (maior ou menor) de que a sua demanda seja atendida pela polícia.

Ao serem questionados sobre a capacidade da polícia em garantir a segurança de pessoas como os próprios entrevistados, pode-se dizer que a maioria dos entrevistados em 2010 (diferentemente de 1999) em algum grau concorda com essa afirmação. Os resultados apontam principalmente para uma acentuada queda na porcentagem de cidadãos que “discordam totalmente” da possibilidade de a polícia garantir sua segurança. Essa diminuição se dá essencialmente em razão do aumento entre aqueles que “concordam em parte”, e de forma mais tímida, entre os que “discordam em parte”.

Nas questões que sugerem o envolvimento de policiais em atividades ilegais, destaca-se a de tendência dos entrevistados a avaliarem a integridade da polícia de forma positiva. Com relação à questão relacionada à prática de suborno, o percentual de entrevistados que respondem “nunca” e “quase nunca” (48,3%) isso acontece, fica acima da média nacional nestas duas categorias (25,3%). Também é identificado o baixo percentual de entrevistados que respondem essa situação “sempre” acontece (1%), valor inferior à média nacional (8,9%).

Na pergunta que indaga com que frequência a polícia protege o tráfico de drogas, prevalece a avaliação positiva da polícia com percentuais bem abaixo das médias nacionais para as questões relacionadas à resposta de que os policiais “sempre” protegem o tráfico de drogas (0,5%, diante da média nacional de 9,0%) e “sempre” têm medo do tráfico de drogas (0,5%, comparado à média nacional de 10,9%).

Expectativas

A avaliação positiva da polícia parece interferir também nas expectativas futuras dos entrevistados com relação à instituição. Quando perguntados sobre como estariam os serviços da polícia no próximo ano, a grande maioria dos entrevistados (95%) afirma que estarão melhores ou continuarão iguais ao período anterior, bons, resultado bastante expressivo mesmo diante da alta média nacional de 64,6%.

Uso da força

Foram apresentadas algumas situações aos entrevistados para que eles indicassem se concordavam ou discordavam das ações da polícia para esses casos. Há um decréscimo significativo entre 1999 e 2010 das opiniões desfavoráveis ao uso da força. Se em 1999 a maioria dos entrevistados discordava totalmente da polícia “invadir uma casa”, “atirar em um suspeito”, “agredir um suspeito” e “atirar em suspeito armado”, em 2010 essa rejeição cai significativamente, sendo que nenhuma das situações foi rejeitada pela maioria dos entrevistados, apresentando inclusive resultados abaixo das médias nacionais. Em linhas gerais, é possível observar uma migração para as opiniões mais tolerantes ao uso da força nas circunstâncias inferidas.

Em seguida, foi solicitado aos entrevistados que eles indicassem a atitude que esperam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários e uma ocupação de terras pelo MST. Estas perguntas referentes ao uso da força para controle social também mostram que a população está facultando à polícia liberdade para agir de maneira enérgica em situações de conflito social em 2010. A única situação para qual a maioria dos entrevistados, em 2010, acredita que a polícia deve “não fazer nada” é para a passeata de estudantes (64,9%). Todas as demais situações tiveram opiniões mais divididas. As passeatas de professores e greve de operários, por exemplo, têm opiniões divididas entre aqueles que esperam que da polícia “não fazer nada” e “prender os mais exaltados sem usar armas”. Para a resistência de camelôs à retirada de barracas e para situações de ocupação de terras pelo MST, a maior parte dos entrevistados acredita que a polícia deve “prender os mais exaltados sem usar armas”. Já para uma situação de rebelião em presídio, a maior parte dos entrevistados espera da polícia a atitude de “atirar, mas não matar” (38,6%), valor acima da média nacional (28%) enquanto que 15% esperam que a polícia não faça nada em situações desse tipo, resultado quase o dobro da média nacional de 8%.

Resumo

Em linhas gerais, a imagem das polícias em Porto Velho melhorou bastante entre 1999 e 2010, mostrando-se acima da média nacional. Contudo, apesar de emitirem uma avaliação positiva, acima da média sobre a polícia, quando os entrevistados de Porto Velho foram questionados a respeito de aspectos específicos da atuação e cotidiano policial, suas opiniões positivas sofreram um decréscimo e se mostraram próximas ou abaixo da média nacional.

Os resultados indicaram que essa imagem, provavelmente, está menos fundamentada na eficiência da atividade policial cotidiana e mais na percepção de que a polícia comete poucas ilegalidades. Tal avaliação positiva pode ter como consequência aumento da confiança, o que, por um lado, contribuiria para explicar as boas expectativas futuras, e por outro lado, entender a concessão de maior liberdade para as polícias fazerem uso da força.

▶ Manaus

Avaliação das instituições

No ano de 2010, entre as instituições da segurança pública, a Polícia Civil e a Polícia Federal apresentam mais avaliações positivas (soma de “muito boa” e “boa”) do que em 1999. As avaliações positivas ficam acima das médias nacionais, situação que já ocorria na década anterior. A Polícia Federal é a instituição que mais se destaca nesse sentido. Em 1999, a maioria dos entrevistados (58,1%) avaliou essa instituição como “muito boa” e “boa”, valor que aumenta em 2010 (67%), impulsionado, especialmente, por um aumento de avaliação “muito boa” – que passa de 6,5% em 1999 para 22,5%, ficando acima da média nacional para essa categoria (15,8%).

As avaliações positivas (“muito boa” e “boa”) da Polícia Militar mantiveram-se praticamente as mesmas nos dois períodos. De 33,3% em 1999 passa para 34,5% em 2010, valor que em 1999 estava acima da média nacional (21,2%) que passa para um valor abaixo da média nacional em 2010 (38,7%). A Guarda Municipal é a única instituição que obtém um decréscimo nas avaliações “muito boa” e “boa”, que caem de 40,7% (valor acima da média nacional de 31% em 1999) para o percentual de 37,8%, abaixo da média de 40% em 2010.

A avaliação do Corpo de Bombeiros, órgão vinculado à Polícia Militar, é realizada apenas em 2010, dado que essa categoria não está presente no questionário aplicado em 1999. Embora permanecendo abaixo da média nacional (87,7%), as avaliações positivas dos bombeiros na capital ultrapassam todas as outras instituições, com a grande maioria dos entrevistados (76,9%) a avaliando como “muito boa” e “boa”.

Experiência com a polícia

Os resultados em 2010 permaneceram muito próximos aos de 1999 no que diz respeito aos entrevistados declaram terem sido vítimas de agressão ou maus tratos por policiais nos últimos 12 meses. O percentual referente a esta pergunta migra de 3% em 1999 para 2,5% em 2010, ficando próximo à média nacional de 2,7%. Ao serem questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 7,9% dos entrevistados responderam afirmativamente, número um pouco acima da média nacional de 7,7%.

Quando questionados se nos últimos 12 meses algum policial ou alguma autoridade o ameaçou para tirar dinheiro, o percentual de entrevistados que responderam “sim” varia de 5% em 1999 para 3% em 2010. Após serem questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 7,4% respondem afirmativamente, mantendo-se acima da média nacional (6,5%).

Atividade policial

De maneira geral, a polícia recebeu avaliação negativa da maior parte dos entrevistados, com valores superiores às médias nacionais, quando questionados sobre a atuação da polícia em seu bairro. A satisfação dos entrevistados envolve as questões sobre a os serviços, em geral, da polícia no bairro (48,7% dos entrevistados disseram que o serviço “está pior” ou “está igual, ruim” ao do período anterior enquanto para 46,8% o serviço “melhorou” ou “está igual, era bom”), a frequência com que a polícia atende aos chamados no bairro (para 20,2% a

polícia “nunca” atende aos chamados e para 21,2% a polícia “quase nunca” atende prontamente aos chamados) e à frequência com que a polícia mantém as ruas do bairro tranquilas (para 29,1% dos entrevistados isso ocorre “quase nunca” e para 18,2% isso ocorre “nunca”). As opiniões a respeito da educação dos policiais nas abordagens de pessoas nas ruas ficam bastante divididas entre os entrevistados que afirmam que isso ocorre “às vezes” (35%), ocorre “nunca” ou quase nunca” (33,5%) ocorre “sempre” ou “quase sempre” (31,1%).

Entre as questões relacionadas à atividade policial, a pergunta que solicitava que o entrevistado indicasse se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima, foi a única aplicada nos questionários de 1999 e 2010 (todas as demais questões foram aplicadas apenas em 2010). Enquanto em 1999 havia uma maior concentração percentual nas classificações extremas, em 2010 o movimento é contrário, redistribuindo os percentuais das posições extremas para as intermediárias, o que demonstra que os entrevistados percebem neste ano alguma possibilidade (maior ou menor) de que a sua demanda seja atendida pela polícia. Apesar de diminuírem as convicções, prevalecem acima das médias nacionais (resultantes da soma das alternativas “concorda totalmente” e “concorda em parte” de 53,8% em 2010) os percentuais de entrevistados que acreditam que conseguiriam convencer um delegado a investigar um caso no qual tivessem sido vítimas.

Ao serem questionados sobre a capacidade da polícia na garantia da segurança de pessoas como os próprios entrevistados, os resultados apontam em 2010 para uma redução tanto das opiniões em que há convicção da eficiência policial na garantia da segurança quanto das opiniões que revelam a convicção da ineficiência policial nesse aspecto. O destaque nessa capital está na possível redistribuição das opiniões que demonstram total convicção da eficiência ou ineficiência da polícia em manter a segurança dos entrevistados para as opiniões que revelam concordância e discordância parciais com relação a essa garantia, ficando acima das médias nacionais de 37,8% de entrevistados que concordam em parte e de 21,2% de entrevistados que discordam em parte.

Em seguida, os entrevistados foram indagados sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas. Nestas questões é identificada a tendência de uma avaliação mais negativa em relação à integridade da polícia. Ao serem questionados se a polícia do seu bairro aceitava suborno, parte significativa dos entrevistados responde que os policiais do bairro “sempre” (15,8%, valor acima da média nacional de 8,9%) ou “quase sempre” (18,2%, percentual acima da média nacional de 10,4%) aceitava suborno.

O mesmo ocorre quando os entrevistados foram questionados se a polícia do bairro protege o tráfico de drogas. A maior parte dos entrevistados afirma que isso “sempre” (16,8%) e “quase sempre” (18,2%) ocorre, valor bem acima das médias nacionais de 9% e 9,2%, respectivamente.

Já quando questionados se polícia do bairro tem medo dos traficantes de drogas, as respostas tendem para uma percepção mais positiva da atuação policial. Abaixo da média nacional, 24,1% dos entrevistados não sabem responder ou não opinam. A maior parte dos entrevistados responde que isso “quase nunca” (23,7% em comparação à média nacional de 9,9%) e “nunca” acontece (10,3% em comparação à média nacional de 21,8%).

Expectativas

Quando indagados sobre a expectativa em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano (dados disponíveis apenas para 2010), a maior parte das respostas é positiva, com destaque para a afirmação de que a polícia estará melhor no futuro (60,6%), valor bem acima da média nacional, de 45,3%.

Uso da força

Aos entrevistados, foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam de algumas ações da polícia. Ainda que os percentuais de 1999 e em 2010 estejam abaixo das médias nacionais, é possível identificar uma redução no percentual de entrevistados que discordam totalmente de ações como “invadir uma casa”, “atirar em suspeito”, “agredir um suspeito” e “atirar em um suspeito armado”. Em termos gerais, pode-se dizer que houve uma migração para as opiniões mais tolerantes ao uso da força nas situações apresentadas.

Em seguida, foi solicitado aos entrevistados que indicassem que atitude esperavam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. Em grande parte das situações propostas, há uma redução de apoio à opinião de que a polícia deveria “não fazer nada”, com exceção da possibilidade de “uma rebelião em um presídio”, quando os entrevistados que acreditam que a polícia deveria “não fazer nada” sobe de 7,5% em 1999 para 14,1% em 2010, mantendo, nos dois períodos, valores acima das médias nacionais (5,1% em 1999 e de 8% em 2010). Para situações de “ocupação de terras pelo MST”, o número de entrevistados que afirma que a polícia deveria “não fazer nada” cai de 25,8% em 1999 para 12,4% em 2010. Embora o bloco dos entrevistados que acham que os policiais devem “prender os mais exaltados sem usar armas” tenha apresentado na maior parte das vezes valores abaixo das médias nacionais de 1999, em quase todas as situações apresentadas na pergunta, o percentual daqueles que acreditam que a polícia deve “prender os mais exaltados sem usar armas” em 2010 aumenta, ficando acima das médias nacionais neste ano, com exceção da circunstância referente a “uma rebelião em um presídio”. Especificamente, com relação a presidiários, o percentual de entrevistados que acredita que os policiais devem “prender os mais exaltados sem usar armas” diminui de 31,2% em 1999 para 19,1% em 2010, permanecendo abaixo das médias nacionais de 1999 (32,6%) e de 2010 (35,2%). De maneira geral, comparando-se os dois períodos, é possível dizer que houve um aumento de opiniões que apoiavam maior uso da força pela polícia nas situações apresentadas.

Resumo

Os resultados indicam que embora a população entrevistada de Manaus tenha uma percepção de que a polícia cumpre seu papel ainda de forma insatisfatória e comete falhas com maior frequência, em comparação às outras capitais, são boas expectativas de melhora na atuação da polícia para o próximo ano. Não obstante os problemas apontados, nota-se uma ligeira melhora na imagem da polícia entre 1999 e 2010, o que pode contribuir para explicar o aumento de opiniões favoráveis ao uso da força contra suspeitos e em situações de controle social.

Avaliação das instituições

A maior parte das instituições da segurança pública obtém mais avaliações positivas (soma das respostas “muito boa” e “boa”) em 2010 do que em 1999, embora todas estas tenham apresentado no último ano de análise, percentuais abaixo das médias nacionais. Entre 1999 e 2010 a Polícia Federal é a instituição que mais se destaca nesse sentido. Em 2010 há expressivo aumento de avaliação “muito boa” – que passa de 5,2% em 1999 para 17,8%, ficando acima da média nacional de 15,8% nesta categoria.

No caso do Corpo de Bombeiros (órgão desvinculado da Polícia Militar em 1989 e subordinado diretamente ao Governo do Estado) é possível apenas a avaliação para o ano de 2010, uma vez que essa categoria não estava presente no questionário aplicado em 1999. Embora permanecendo abaixo da média nacional (87,7%), os bombeiros constituem a instituição com mais avaliações positivas nessa capital, com a grande maioria dos entrevistados (73,2%) a avaliando como “muito boa” e “boa”.

De maneira geral, as instituições policiais estaduais (Polícia Militar e Polícia Civil) apresentam avaliação mais positiva em 2010 quando comparada à avaliação de 1999, ainda que esses valores permanecem abaixo das médias nacionais.

Experiência com a polícia

Os resultados em 2010 a respeito do número de pessoas que declaram ter sido vítimas de agressão ou maus tratos por policiais nos últimos 12 meses, pouco mudam em comparação aos resultados de 1999. Em 2010, este percentual aumenta de 35 para 5,5%, ficando acima da média nacional. Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 9,4% dos entrevistados respondem que sim, número também um pouco acima da média nacional de 7,7%.

Quando questionados se nos últimos 12 meses algum policial ou alguma autoridade o tinha ameaçado para tirar dinheiro, 6% dos entrevistados respondem afirmativamente em 1999, ao passo que em 2010 esse resultado cai para 4%. Ao serem indagados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 7,4% dos entrevistados respondem que sim, ficando acima da média nacional (6,5%).

Atividade policial

A satisfação dos entrevistados com os serviços da polícia no bairro no ano anterior divide a opinião dos entrevistados nessa capital. Enquanto boa parte afirma que o esse serviço “está melhor” ou “está igual, bom” (51,2%), outra parte significativa dos entrevistados afirma que esse serviço “piorou” ou “está igual, era ruim” (46,8%, valor superior à média nacional de 40,6%). A avaliação negativa destaca-se na questão sobre a freqüência com que a polícia atende aos chamados no bairro (para 20,7% dos entrevistados a polícia “nunca” atende aos chamados e para 18,2%, a polícia “quase nunca” atende prontamente aos chamados) e na freqüência com que a polícia mantém as ruas do bairro tranquilas (para 28,6% dos entrevistados isso “nunca” ocorre e para 15,8% isso “quase nunca” ocorre). A avaliação negativa da polícia aparece também na pergunta que explora a educação dos policiais nas abordagens de

pessoas nas ruas, onde o somatório das respostas “nunca” e “quase nunca” (41,9%), ultrapassa a soma das médias nacionais (31,2%).

Entre as questões relacionadas à atividade policial, aquela que perguntava ao entrevistado se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima, é a única que foi aplicada nos questionários de 1999 e 2010 (todas as demais foram aplicadas apenas em 2010). Os dados demonstram a redução das respostas extremas, tanto da convicção de seu caso seria investigado quanto da convicção de que o caso não seria investigado, ao mesmo tempo em que aumentam as posições centrais, em que os entrevistados percebem alguma possibilidade (maior ou menor) de que a sua demanda seja atendida pela polícia. Apesar da redução de respostas “concorda plenamente” que conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima, que passa de 39,8% em 1999 para 28% em 2010, esse valor está acima da média nacional (23,9)

Ao serem questionados sobre a capacidade da polícia na garantia da segurança de pessoas como os próprios entrevistados, os resultados apontam em 2010 para uma maior satisfação dos entrevistados em relação a esse aspecto. Se em 1999 a maioria dos entrevistados (62,2%) se concentrava na categoria “discorda totalmente”, esse número cai para menos na metade dos entrevistados em 2010 (41,5%), ao mesmo tempo em que aumentam as categorias “concorda em parte” e “concorda totalmente”, indicando que as pessoas passaram a considerar a polícia mais eficiente em garantir a segurança.

Com relação à questão que aborda o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas, a avaliação da polícia é negativa. Ao serem indagados se a polícia do seu bairro aceita suborno, boa parte dos entrevistados (24,6%) responde que não sabia ou não opinou sobre a questão, resultado menor que a média nacional (41%). Entretanto, entre aqueles que apresentaram opinião a esse respeito, 25,1% dos entrevistados afirmam que a polícia “sempre” aceita suborno e 17,2% declaram que a polícia “quase sempre” aceita suborno, valores bem acima das médias nacionais de 8,9% e 10,4%, respectivamente. Considerando o conjunto das respostas a essa questão, é possível apontar uma percepção negativa sobre a integridade dos policiais pelos entrevistados.

Semelhante avaliação negativa é encontrada na resposta relacionadas à frequência com que a polícia do bairro protege o tráfico de drogas. Parcela dos entrevistados (26,6%) não sabe responder ou não opina sobre a questão, mas se trata de um valor também abaixo da média nacional (37,7%). Em contraposição, entre aqueles que emitiram opinião, 21,2% dizem que isso “sempre” ocorre e 13,8% afirmam que isso “quase sempre” ocorre, valores bem acima das respectivas médias nacionais de 9% e 9,2%.

Ao serem questionados se polícia do bairro tem medo dos traficantes de drogas, as declarações dos entrevistados permanecem negativas. Para esta questão, 20,2% não sabem responder ou não opinam, valor abaixo da média nacional (32,3%). Para 29,1% entrevistados a polícia “sempre” tem medo do tráfico de drogas, ao passo que 10,3% isso “quase sempre” acontece, valores acima das médias nacionais (10,9% e 10,3% respectivamente).

Expectativas

Quando indagados sobre a expectativa em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano (dados disponíveis apenas para 2010), em grande parte, os entrevistados apresentam respostas positivas, apesar destes percentuais permanecerem abaixo das médias nacionais. Esta constatação surge tanto na afirmação de que a

polícia estará melhor no futuro (44,8%), quanto na declaração de que os serviços que estarão tão bons quanto são na atualidade (11,3%).

Uso da força

Foi solicitado aos entrevistados que indicassem se concordavam ou discordavam com algumas ações da polícia. Em 2010, considerando aspectos gerais, pode-se dizer que houve uma migração para as opiniões mais tolerantes com relação ao uso da força pela polícia nas situações apresentadas. O percentual daqueles que discordam totalmente da alternativa “atirar em um suspeito armado” (de 48% em 1999 para 30,8% em 2010), ficou abaixo da média nacional (38%). Apesar da queda, a maioria dos entrevistados ainda discorda totalmente das situações “invadir uma casa” (65,4%, com a média nacional de 63,8%), “atirar em suspeito” (68,8%, com média nacional de 68,6%) e “agredir um suspeito” (69,5%, com média nacional de 67,9%).

Em seguida, foi solicitado que indicassem que atitude esperavam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. Estas perguntas referentes ao uso da força para controle social também mostram que a população tende a facultar à polícia liberdade para agir de maneira enérgica, especialmente, em eventos que envolvam militantes pertencentes ao MST. À medida que diminui o percentual de pessoas que dizem que a polícia deveria “não fazer nada” nos casos que envolvem “uma greve de operários”, “camelôs que resistem à retirada de barracas”, “uma passeata de professores por melhores salários” e “uma ocupação de terras pelo MST”, este percentual aumenta com relação “a uma passeata de estudantes” e “uma rebelião em um presídio”. Em todas as situações apresentadas, há um aumento no percentual referente à possibilidade da polícia “prender os mais exaltados sem usar armas”, que culmina em valores acima das médias nacionais em cada uma das categorias.

Resumo

A análise da polícia a partir da opinião dos entrevistados de Belém mostra que as avaliações positivas estão abaixo da média nacional, o que pode estar ligado à percepção de que, com frequência, o policiamento não cumpre seu papel, além de muitos entrevistados apontarem a existência de faltas graves cometidas pela polícia local.

A pesquisa mostrou ainda que, ainda que poucos entrevistados tenham sido vítimas de agressão policial e de extorsão (alguma vez na vida), seus valores estão acima da média nacional. Em decorrência de todos os problemas assinalados, a expectativa para os serviços da polícia no ano seguinte também está abaixo da média nacional.

No entanto, apesar de todos os desacertos assinalados pelos entrevistados, existe entre 1999 e 2010 uma maior adesão a uma atuação mais dura da polícia, tanto nos encontros com suspeitos de crimes, quanto em situações de conflitos sociais.

▶ Fortaleza⁶

Avaliação das instituições

A maioria dos entrevistados dessa capital avalia a Polícia Federal de forma positiva, (68,2% a consideram “muito boa” ou “boa”), resultado acima da média nacional. As demais instituições policiais – Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal – recebem mais avaliações “regular”, com valores acima das médias nacionais. Os Bombeiros (órgão desvinculado da Polícia Militar em 1990 e subordinado à secretaria de segurança do Estado) se destacam na cidade, como a instituição mais bem avaliada pela grande maioria dos entrevistados (87%).

Experiência com a polícia

É pequeno o percentual de entrevistados nessa capital que afirmam terem sido vítimas de agressão ou maus tratos cometidos por policiais (1,3%) e ameaçados por policial ou autoridade para que dessem dinheiro (2%) nos últimos 12 meses. Quando a pergunta é estendida para “alguma vez na vida” esse número aumenta para 9,3% em casos de agressão ou maus tratos (média nacional de 7,7) e para 5,7% em casos de extorsão (média nacional de 6,5)

Atividade policial

Em geral pode-se dizer que os cidadãos Fortaleza têm avaliado e percebido a polícia de forma positiva. A maioria dos respondentes, quando perguntados sobre os serviços da polícia no bairro no último ano, respondeu que este “melhorou” e que “está igual, era bom”. A respeito da freqüência com que a polícia atende prontamente aos chamados da comunidade, nota-se que é também a maioria que entende que “sempre” ou “quase sempre” a polícia age assim. No entanto, de forma mais equilibrada se apresenta a opinião dos entrevistados a respeito da confiança na polícia em conseguir manter as ruas do bairro tranquilas. No caso, 37,6% dos entrevistados respondem “sempre” e “quase sempre”, enquanto “quase nunca” e “nunca” são 31,9%. Quando a questão é sobre a educação na abordagem da polícia nas ruas, a avaliação tende mais a ser negativa, com a maior parte dos entrevistados (39,2%) afirmando que isso ocorre “às vezes” (média nacional de 28,3%), outra parte significativa (31,3%) dizendo que isso ocorre “nunca” ou “quase nunca”, e apenas 26,9 % afirmando que isso ocorre “sempre” ou “quase sempre”, valor abaixo da média nacional (32,1%).

Diante da afirmação de que conseguiriam convencer um delegado a investigar um caso no qual tenham sido vítimas, os cidadãos de Fortaleza se mostram em maioria confiantes em tal possibilidade. A maior parte dos entrevistados se concentrou entre o grupo que “concorda totalmente” com essa possibilidade (30,1%), e o grupo que “concorda em parte” com essa possibilidade (33,1%), ambos os valores acima das médias nacionais. Quanto às opiniões sobre a capacidade da polícia em garantir a segurança de pessoas como eles, a maior parte dos entrevistados se concentrou no grupo (42,8%) que “concorda em parte” com essa garantia de segurança, resultado um pouco acima

⁶ Questionário aplicado apenas em 2010.

da média nacional (37,8%). No entanto, quase a metade dos entrevistados (46,5%), forma o grupo que “discorda em parte” ou “discorda totalmente” da garantia de segurança pela polícia.

Em seguida foi pedido aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas. Os resultados indicaram uma avaliação positiva em relação à polícia. Ao serem questionados se a polícia do seu bairro aceitava suborno, boa parte dos entrevistados (39,2%) respondeu que isso “nunca” e “quase nunca” ocorre, resultado acima da média nacional (25,3%). O mesmo ocorreu quando foi perguntado se a polícia do bairro protege o tráfico de drogas, que para maior parte dos entrevistados (35,9%) isso “nunca” e “quase nunca” ocorre (média nacional de 29%). Quando questionados se polícia do bairro tem medo dos traficantes de drogas, as respostas são mais equilibradas, com 36,2% entendendo que isso ocorre “nunca” e “quase nunca”, resultado pouco acima da média nacional (31,7%) e com 23,6% entendendo que isso ocorre “sempre” ou “quase sempre” (média nacional de 21,2%).

Expectativas

Os entrevistados de Fortaleza se mostram otimistas quando indagados sobre a expectativa em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano. Para a maioria deles (60,5%) a polícia estará melhor no futuro, resultado acima da média nacional (45,3%).

Uso da Força

Em 2010, na capital cearense, a maioria dos entrevistados “discorda totalmente” de ações da polícia como “invadir uma casa” (64,1%), “atirar em um suspeito” (63,1%) e “agredir um suspeito” (62,8%), muito embora nesses dois últimos casos o percentual esteja um pouco abaixo das respectivas médias no Brasil. Entretanto o fato de o suspeito estar armado parece justificar que a polícia atire, sendo que a discordância total nesse caso, cai para 27% dos entrevistados, valor significativamente abaixo do percentual médio nacional (38%).

Quando perguntados sobre quais atitudes a polícia deveria tomar em relação a algumas situações listadas, a maioria entendeu que nada deve ser feito diante de uma passeata de estudantes, uma greve de operários e uma passeata de professores por melhores salários. Diante de camelôs que resistem à retirada de barracas, a maior parte dos entrevistados entende que a polícia deve prender os mais exaltados. Orientação semelhante ocorre diante de uma ocupação do MST. Por fim, quando a situação é de rebelião em presídio, fica evidente que parte significativa dos entrevistados opta por ação que imponha uso da força mais rigoroso, uma vez que “atirar e matar” é a opção de 8% dos entrevistados, valor pouco acima da média nacional (5,4%).

Resumo

Com exceção aos Bombeiros e à Polícia Federal, as instituições mais bem avaliadas, as demais instituições – Polícia Militar, Polícia Civil e Guarda Municipal – são percebidas pela maior parte dos entrevistados como medianas.

Apesar de ser possível notar descontentamento com a forma como a polícia aborda as pessoas nas ruas e na falta de confiança de que ela consegue garantir a tranquilidade nas ruas do bairro, os cidadãos de Fortaleza

entendem, com base na experiência recente (12 meses), que a polícia é boa. Isso pode estar relacionada à percepção, da maior parte dos entrevistados, de que a frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados também é adequada, à boa expectativa acerca dos serviços da polícia no bairro ou à crença das pessoas de que a polícia se empenhará em investigar crimes nos quais foram vítimas.

Essa visão positiva da polícia também se mantém quando assuntos como suborno, proteção de traficantes e medo do tráfico são abordados, sendo relevantes a negação dessas atitudes e o menor número de respostas “não sabe/ não opinou” nesta capital em comparação com as médias nacionais.

Por fim, pode-se dizer que parcela considerável dos entrevistados discorda de ações da polícia que possam vir a ferir a integridade física e a inviolabilidade domiciliar de indivíduos e/ ou suspeitos. Especificamente acerca do uso da força, os entrevistados se mostraram divididos entre uma visão mais branda para determinados casos (greve de operários, passeata de estudantes e de professores) e uma posição de maior apoio ao uso de armas pela polícia para outros (passeata de professores, camelôs que resistem à retirada das barracas e ocupação do MST). Em uma rebelião em presídio, a percepção de que a polícia pode agir de forma mais violenta é evidente.

► Belo Horizonte

Avaliação das instituições

Todas as instituições da segurança pública tiveram mais avaliações positivas (soma de “muito boa” e “boa”) em 2010 do que em 1999, apresentando valores acima das médias nacionais (situação que também já ocorria em 1999). A Polícia Federal foi a instituição que mais se destacou nesse sentido. Em 1999, 57,3% dos entrevistados avaliaram essa instituição como “muito boa” e “boa”, valor que passou para 72,7%, impulsionada, especialmente, por um aumento de avaliação “muito boa” – passou de 8,4% em 1999 para 21,1%, ficando acima da média nacional para essa categoria que é de 15,8%.

A avaliação dos bombeiros (órgão subordinado à secretaria de segurança pública do Estado), é possível apenas para o ano de 2010, uma vez que essa categoria não estava presente no questionário aplicado em 1999. Essa é a instituição com mais avaliações positivas nessa capital, com 97,7% dos entrevistados a avaliando como “muito boa” e “boa”, valor acima da média nacional (87,7%).

De maneira geral, todas as instituições policiais estaduais (Polícia Militar e Polícia Civil) tiveram avaliação mais positiva em 2010 na capital mineira quando comparada à avaliação de 1999, assim como também ocorreu com a Guarda Municipal, indicando uma migração de avaliações menos positivas para as avaliações mais positivas. Considerando que essas instituições estão subordinadas aos governos estadual e municipal, o fato de sua avaliação média estar acima da média nacional, permite apontar que, quando comparadas às mesmas instituições de outros estados, elas apresentam avaliação mais positiva.

Experiência com a polícia

Os resultados apontam uma pequena redução em 2010 no número de pessoas que declararam terem sido vítimas de agressão ou maus tratos por policiais, ou ainda de extorsão policial nos últimos 12 meses quando comparado aos dados de 1999. A porcentagem de vítimas de agressão ou maus tratos passou de 3% em 1999 para 1,3% em 2010, ficando abaixo da média nacional de 2,7%. No entanto, quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 9,3% afirmaram que sim, número um pouco acima da média nacional de 7,7%.

Quando questionados se nos últimos 12 meses algum policial ou alguma autoridade o tinha ameaçado para tirar dinheiro, em 2010 não houve nenhuma ocorrência entre os entrevistados, enquanto que a média nacional é de 2,1%. Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 4,0% responderam afirmativamente, ficando abaixo da média nacional de 6,5%.

Atividade policial

De maneira geral, os serviços prestados pela polícia receberam avaliação positiva da maioria dos entrevistados, apresentando resultados um pouco superiores aos das médias nacionais. A satisfação dos entrevistados está relacionada aos serviços prestados pela polícia no bairro (66,8% dos entrevistados disseram que o serviço “está melhor” ou “está igual, bom” ao do período anterior), à frequência com que a polícia atende aos chamados no bairro (para 60,4% a polícia “sempre” ou “quase sempre” atende prontamente aos chamados da população) e à frequência com que a polícia mantém as ruas do bairro tranquilas (para 59,8% dos entrevistados isso ocorre “quase sempre” ou “sempre”). Somente a questão que explorava a educação dos policiais nas abordagens de pessoas nas ruas não teve a maioria das respostas positivas, mas ainda assim estavam acima das médias nacionais, para 47,2% dos entrevistados, “sempre” ou “quase sempre” a polícia é educada em suas abordagens.

Entre as questões relacionadas à atividade policial, a pergunta que solicitava ao entrevistado apontar se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima é a única que foi aplicada nos questionários de 1999 e 2010 (todas as demais foram aplicadas apenas em 2010). Sobre essa questão, em 2010 os entrevistados apresentaram respostas que pouco alteram os resultados obtidos em 1999. Em 2010 diminuiu o número de entrevistados que concordavam totalmente com a possibilidade de convencer um delegado a investigar um caso em que tivesse sido vítima, apontando para uma diminuição da certeza de ter seu problema levado em consideração pela polícia. Por outro lado, há uma diminuição das pessoas que discordavam totalmente dessa possibilidade. As opiniões migraram das posições extremas para as intermediárias, nas quais os entrevistados percebem alguma possibilidade (maior ou menor) de que a sua demanda seja atendida pela polícia.

Quando questionados em relação à capacidade da polícia em garantir a segurança de pessoas como o eles, os entrevistados demonstraram opiniões mais positivas em 2010 do que no período anterior. Os resultados apontam que em 2010 há o dobro de respostas em que os entrevistados declaram que “concorda plenamente” com a afirmação de que a polícia garante a segurança das pessoas. Essas opiniões mais positivas provavelmente migraram das opiniões mais negativas, uma vez que caiu significativamente o número de entrevistados que declara que “discorda totalmente” da garantia de segurança pela polícia em 2010 e mantiveram-se semelhantes os valores intermediários para os dois períodos (“concorda em parte” e discorda em parte”).

Em seguida foi perguntado aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas, questões que também resultaram em uma avaliação positiva em relação à polícia. Apesar de boa parte das respostas a essas questões (entre 35% e 40%) ter se concentrado na opção “não sabe/não opinou”, as respostas em que os entrevistados afirmaram que a polícia “nunca” aceita suborno (31,6%), “nunca” protege o tráfico de drogas (32,6%) ou “nunca” tem medo do tráfico de drogas (30,6%) estão acima das médias nacionais, apontando para uma percepção mais positiva dos entrevistados em relação à integridade dos policiais, quando comparada às demais capitais.

Expectativas

Quando indagados sobre suas expectativas em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano (dados disponíveis apenas para 2010), a maior parte das respostas foram positivas, não apenas no sentido de que a polícia estará melhor no futuro (44,5% dos entrevistados disseram que os serviços estarão melhores, valor próximo da média nacional, de 45,3%), mas que estará tão boa quanto é na atualidade (28,6% disseram que o serviço policial estará igual ao do período anterior, que já era bom, valor acima da média nacional, de 19,3%).

Uso da força

Aos entrevistados foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam sobre algumas ações da polícia. Ainda que os resultados apontem que a maioria dos entrevistados discorda totalmente de ações como “invadir uma casa”, “atirar em suspeito” e “agredir um suspeito”, suas porcentagens são menores que as médias nacionais em ambos os períodos, ocorrendo ainda uma queda a essa rejeição em 2010. Já a não aceitação da polícia “atirar em suspeito armado”, manteve-se nos dois períodos em torno de 30%, valor também abaixo das médias nacionais tanto para 1999 quanto 2010. De maneira geral, pode-se dizer que houve uma migração para as opiniões mais tolerantes às situações apresentadas.

Em seguida, foi solicitado aos entrevistados que indicassem que atitude esperavam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. De maneira geral, comparando-se os dois períodos, é possível dizer que houve uma migração de opiniões para ações menos truculentas pela polícia. A maioria dos entrevistados em 2010 é contra a ação policial em greve ou manifestação, situações nas quais entendem que a polícia “não deve fazer nada”, opinião que aumentou em 2010 em comparação a 1999. Já para as situações que, de alguma forma, representam alguma ilegalidade ou envolvem presidiários, os entrevistados apoiaram ações mais violentas por parte da polícia. A maioria dos entrevistados nessa capital acredita que a polícia deve “prender os mais exaltados sem usar armas” em situações de resistência de camelôs à retirada de barracas ou para casos de ocupação do MST. Já para os casos de rebelião em presídio, os entrevistados apoiam que a polícia faça uso de mais força física.

Resumo

Em Belo Horizonte, tanto as forças policiais quando a Guarda Municipal tiveram avaliação mais positiva em 2010. Essa melhora na imagem dessas instituições pode estar relacionada à avaliação também positiva que os entrevistados fizeram nas questões relacionadas às experiências que tiveram com a polícia, sobre os serviços prestados por ela, sobretudo na garantia da segurança. Os dados parecem indicar que a polícia tem, de maneira geral, atendido às expectativas da população, resultando nessa melhora de sua imagem. A expectativa também positiva para o próximo ano em relação ao trabalho da polícia reforça essa hipótese.

Ao mesmo tempo, os entrevistados demonstraram que a polícia deve respeitar a integridade física de suspeitos (desde que não estejam armados), apesar das médias estarem pouco abaixo das médias nacionais. Também devem respeitar o direito de greve e manifestações, usar a força mínima para ações de controle do comércio de rua e de ocupações de terra. As rebeliões em presídios são a única situação em que os entrevistados indicaram maior tolerância a ações mais violentas, mostrando que os direitos de pessoas que cumprem pena ainda são passíveis de divergências.

▶ Rio de Janeiro

Avaliação das instituições

Comparando os períodos de 1999 e 2010, todas as instituições da segurança pública nessa capital tiveram mais avaliações positivas no último período. O principal destaque nessa capital é a Polícia Militar. Apesar de apresentar mais avaliações positivas quando comparados os dois períodos, é nessa capital que a Polícia Militar tem as avaliações mais negativas quando comparada às outras capitais brasileiras. Em 1999, apenas 0,3% avaliaram a Polícia Militar como “muito boa” e 10,5% como “boa”, números que passam em 2010 para 4,6% e 23,3%, respectivamente, ainda assim permanecem bem abaixo das médias nacionais de 2010 (5,8% e 32,9%). Considerando também um pequeno aumento do percentual de avaliações “regular”, que passou de 43,9% para 45,5%, é possível que tenha havido uma migração de avaliações ainda mais negativas para as avaliações mais positivas.

Já a Polícia Civil apontou melhora significativa em 2010. Se em 1999, 14,4% avaliaram a Polícia Civil como “boa” ou “muito boa”, número que estava bem abaixo da média nacional (23,6%), em 2010 esse valor passa para 46,5%, superando a média nacional (44%).

A Polícia Federal, em 2010, também apresenta melhora expressiva quando comparada à avaliação feita em 1999. Em 1999, 35,8% a avaliaram como “muito boa” e “boa”, número então abaixo da média nacional de 42,2%. Entretanto, em 2010, 61,7% passam a avaliá-la como “muito boa” e “boa”, valor semelhante à média nacional (60,6%).

A avaliação dos Bombeiros (órgão nesse Estado subordinado à secretaria de defesa civil), é possível apenas para o ano de 2010, uma vez que essa categoria não estava presente no questionário aplicado em 1999. A grande maioria (87,4%) avalia essa corporação de forma muito positiva (soma de “muito boa” e “boa”), valor semelhante à média nacional (87,7%).

Enquanto a Polícia Militar apresenta uma avaliação mais positiva, mas permanece abaixo da média quando comparada às avaliações de outras capitais, a Polícia Civil melhorou substancialmente sua avaliação, conseguindo, em 2010, superar a média nacional. A Guarda Municipal, apesar de apresentar avaliações mais positivas em 2010, fica atrás quando comparada com a média nacional. Importante destacar a melhora expressiva da Polícia Federal no Rio de Janeiro, superando a média nacional, situação que, em 1999, era inversa.

Experiência com a polícia

O número de entrevistados que declararam terem sido vítimas de agressão ou maus tratos policial nos últimos 12 meses apresentou uma pequena diminuição, mas se manteve acima da média nacional. Passou de 4% em 1999, para 3,4% em 2010, ficando acima da média nacional de 2,7%. Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez em sua vida (dado disponível apenas para 2010), 7,9% afirmaram que sim, resultado quase o mesmo da média nacional (7,7%).

Quando questionados sobre ocorrência de extorsão policial nos últimos 12 meses, os resultados apontam para um aumento das experiências negativas com a polícia. Em 1999, esse grupo representava 3,7% dos entrevistados, número que sobe para 5,6% em 2010, ficando acima da média nacional (2,1%). Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez em sua vida (dado disponível apenas para 2010), 13,7% responderam afirmativamente, mais que o dobro da média nacional de 6,5%.

Atividade policial

Quando indagados sobre a avaliação que faziam dos serviços da polícia no bairro no último ano (dados disponíveis apenas para 2010), a maioria apresentou respostas positivas. Entre os entrevistados, 56,3% disseram que o serviço está “melhor” ou “está igual, bom” ao do período anterior, valores semelhantes às médias nacionais. Cabe destacar que para 22,4% dos entrevistados o serviço policial “está igual, ruim” ao do período anterior, resultado que está acima da média nacional de 18,6%. Quanto às questões mais específicas sobre o policiamento no bairro é possível identificar uma maior insatisfação em relação à polícia, sobretudo no atendimento aos chamados da população e à educação dos policiais ao abordarem pessoas nas ruas. Quanto à competência da polícia em manter as ruas tranqüilas, os resultados foram semelhantes ao das outras capitais, concentrando-se nas opiniões de que isso ocorre “quase sempre” e “às vezes”.

Entre as questões relacionadas à atividade policial, a pergunta que solicitava ao entrevistado apontar se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima, é a única que foi aplicada nos questionários de 1999 e 2010 (todas as demais foram aplicadas apenas em 2010). É possível dizer que em 2010 os entrevistados apresentaram respostas positivas, assim como já tinha acontecido em 1999, com valores bastante semelhantes para os dois períodos. Importante destacar a redução, em relação a 1999 da categoria “discorda totalmente”, que passou de 43,2% (1999) para 31,1% (2010), reforçando possibilidade de migração para opiniões mais otimistas dos entrevistados em relação à possibilidade de investigação policial para os casos em que foram vítima.

Em seguida foi solicitado aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas. Importante destacar que quase a metade dos entrevistados se concentra na

opção “não sabe/não opinou” para essas três situações: (46,7%) sobre a polícia aceitar suborno, (45,7%) sobre a polícia proteger o tráfico de drogas e (41,6%) sobre a polícia ter medo do tráfico de drogas. Entre aqueles que apresentaram outra resposta a essa questão, o número de entrevistados que disseram que a polícia “sempre” ou “quase sempre” aceita suborno (23%, enquanto a média nacional é de 19,3%) é maior do que aqueles que afirmaram que ela “nunca” ou “quase nunca” aceita suborno (16%, enquanto a média nacional é de 25,3%), resultado que indica uma percepção mais negativa da polícia carioca, inclusive quando comparadas às médias nacionais.

As respostas apresentadas para a questão sobre a polícia proteger o tráfico de drogas ficaram relativamente próximas aos resultados nacionais enquanto que os entrevistados que afirmaram que a polícia “nunca” ou “quase nunca” têm medo do tráfico de drogas ficou em 24,9%, valor abaixo da média nacional (31,7%). De maneira geral, quando os entrevistados emitiram alguma opinião sobre as situações acima listadas, elas tenderam a uma percepção mais negativa da polícia.

Quando questionados em relação à capacidade da polícia em garantir a segurança de pessoas como o eles, há uma expressiva melhora dos resultados em 2010 quando comparados à 1999. Se em 1999 a maioria dos entrevistados (53,3%) discordava totalmente da garantia de segurança proporcionada pela polícia, essa situação se inverte em 2010 quando esse valor cai um pouco mais da metade (24,8%), enquanto dobra a quantidade de entrevistados que afirma que “concorda totalmente” com essa situação (passa de 8,6% para 16,8% em 2010). Aumentam também as opiniões intermediárias demonstram a crença de que a polícia é, em alguma medida, capaz de garantir a segurança (“discorda em parte” e “concorda em parte”).

Expectativas

Quando indagados sobre a expectativa em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano (dados disponíveis apenas para 2010), a maior parte das respostas foi bastante otimista. Para quase a metade dos entrevistados, 48,9% os serviços estarão melhores (número acima da média nacional, de 45,3%) e para 19,6% o serviço policial estará igual ao do período anterior, que já era bom (número praticamente igual ao da média nacional, de 19,3%).

Uso da força

Aos entrevistados foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam a respeito do que a polícia poderia fazer: “invadir uma casa”, “atirar em suspeito” e “agredir um suspeito” e “atirar em suspeito armado”. Apesar da maioria dos entrevistados ainda se declarar em 2010 totalmente contrária a quase todas as situações apresentadas e seus números serem superiores às médias nacionais, houve uma redução em comparação à 1999. A única situação que não é repudiada pela maioria dos entrevistados é a polícia “atirar em um suspeito armado”, apesar desse resultado ter aumentado em 2010.

Em seguida, foi solicitado que indicassem que atitude esperavam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. A maioria dos entrevistados em 2010 é contra a ação da polícia em situações de greve ou manifestação. Para os casos de greve de

operários e professores e passeata de estudantes, a maioria acredita que a polícia “não deve fazer nada”, opinião que se manteve igual a de 1999 para o caso das greves e aumentou em 2010 para o caso das passeatas. Já para as situações que, de alguma forma, representam alguma ilegalidade ou envolvem presidiários, os entrevistados apoiaram ações mais violentas por parte da polícia. A maioria acredita que a polícia deve “prender os mais exaltados sem usar armas” em situações de resistência de camelôs à retirada de barracas ou para casos de ocupação do MST. Interessante notar que em 1999, a maioria dos entrevistados respondeu esperar da polícia “não fazer nada” em uma situação de ocupação de terras pelo MST, resultado que muda bastante em 2010 quando essa opinião cai para 29,5% e praticamente dobra o apoio à opção “prender os mais exaltados sem usar armas”. Já para os casos de rebelião em presídio, os entrevistados apóiam que a polícia faça maior uso da força, inclusive de força letal. De maneira geral, exceção aos casos envolvendo MST, os entrevistados demonstraram preferir resoluções menos violentas em 2010 em relação a 1999, podendo indicar um abrandamento do modo como a polícia deve agir nessas situações específicas.

Resumo

Entre as polícias, a Polícia Militar, mesmo apresentando uma melhora em sua avaliação em 2010, quando comparada às polícias militares dos outros Estados, está abaixo da média nacional. Isso pode estar relacionado ao fato dos entrevistados nessa capital terem apontado uma experiência de vitimização por abuso policial um pouco maior em comparação às outras capitais, pela pouca educação dos policiais no trato com os cidadãos, como também pela percepção de que o trabalho da polícia não tem sido eficiente em atender aos chamados da população. Em sentido contrário, a maior percepção de que a polícia investigará um caso em que tenha sido vítima pode ter exercido impacto na melhora expressiva da Polícia Civil nessa capital.

Nos temas relacionados ao tráfico de drogas, os entrevistados apontam para uma maior deficiência da polícia no controle dessa atividade ou até mesmo no seu envolvimento em ilegalidades, apesar de boa parte dos entrevistados não ter manifestado opinião a respeito dessas questões. Considerando que a maior parte dos aspectos do serviço policial que foram criticados estão diretamente sob responsabilidade da Polícia Militar e que é ela a corporação que estabelece maior contato com as pessoas na rua, parece que, apesar de ter melhorado na visão dos entrevistados, essa instituição ainda tem falhado em atender às expectativas dos cidadãos. Importante que, apesar das críticas, os entrevistados mantêm boas expectativas em relação ao trabalho da polícia e que não aumentou o apoio à ações mais duras. A maioria dos entrevistados demonstrou que a polícia deve respeitar a integridade física de suspeitos, com médias um pouco acima das nacionais, apesar desse apoio ter diminuído um pouco em relação a 1999. A maioria dos entrevistados também aponta que devem ser respeitados o direito de greve e manifestação, que a polícia deve usar menos força física em ações de controle do comércio de rua e de ocupações de terra. Até mesmo para situações de rebeliões em presídios, onde ocorre maior divisão de opiniões entre os entrevistados, de maneira geral, eles tendem a ser menos tolerantes com o uso da força por parte da polícia em 2010 do que eram em 1999.

► Goiânia

Avaliação das instituições

As polícias Militar e Civil tiveram mais avaliações positivas (soma de “muito boa” e “boa”) em 2010 do que em 1999, todas elas acima das médias nacionais (situação que já ocorria em 1999). A Guarda Municipal e a Polícia Federal não seguem a mesma tendência. De 1999 para 2010, ambas mantiveram praticamente o mesmo percentual de avaliações positivas (soma de “muito boa” e “boa”), a Guarda Municipal teve uma queda muito pequena, quase dentro da margem de erro, que é de 2%, e mesmo com o aumento da média nacional no período, as médias positivas das duas instituições mantiveram-se acima das médias nacionais em 2010.

O Corpo de Bombeiros (corporação militar desvinculada da Polícia Militar em 1990, subordinada à Secretaria de Segurança do Estado) é a instituição mais bem avaliada pelos goianienses. Em 2010 (dado não disponível para 1999), essa instituição é avaliada como “boa” e “muito boa” pela grande maioria dos entrevistados (95%), resultado acima da média nacional (87,7%).

Em suma, das instituições da segurança pública avaliadas, as polícias Militar e Civil apresentaram melhora nas avaliações positivas de 1999 para 2010, enquanto a percepções positivas da Guarda Municipal e da Polícia Federal mantiveram-se praticamente as mesmas.

Experiência com a polícia

Entre os entrevistados que disseram ter sofrido algum tipo de “agressão física ou maus tratos de policiais” nos últimos 12 meses em Recife, não há mudanças nos resultados entre 1999 e 2010, ressaltando que em ambos os períodos esses percentuais ficaram um pouco acima das médias nacionais. Em 2010, quando a pergunta é estendida para alguma vez “na vida”, o percentual de entrevistados que responde afirmativamente à questão sobe para 16,3%, número muito superior a porcentagem média no país de 7,7%.

Entre aqueles que afirmaram, nos últimos 12 meses, terem sido ameaçados por policial ou autoridade para que lhes dessem dinheiro, a porcentagem teve um leve aumento (dentro da margem de erro), passando de 2% em 1999, para 3% em 2010, valor também um pouco acima da média nacional de 2,1 %. Em 2010, quando perguntados se já passaram por essa situação alguma vez na vida, a situação é diferente, com 7,9% dos entrevistados apontando já terem sido vítimas, valor pouco superior à média brasileira (6,5%).

Atividade policial

De maneira geral a polícia recebeu avaliação positiva da maioria dos entrevistados quando questionados sobre a atuação da polícia em seu bairro, apresentando resultados em grande parte, iguais ou mesmo superiores às médias nacionais. A satisfação dos entrevistados está relacionada às questões sobre a avaliação dos serviços da polícia no bairro com relação ao ano anterior (35,6% dos entrevistados disseram que o serviço melhorou e 33,5% disseram que o serviço policial “está igual, bom” ao do período anterior), à frequência com que a polícia atende aos chamados no bairro (para 20,2% a polícia “sempre” e para 33% a polícia “quase sempre” atende prontamente aos chamados) e à frequência com que a polícia mantém as ruas do bairro tranquilas (para 35,5% dos entrevistados isso ocorre “quase sempre” e para 13,8% isso ocorre “sempre”).

Por sua vez, perguntados acerca da frequência com que os policiais eram educados nas abordagens de pessoas nas ruas, os goianienses se mostraram mais críticos. A percepção de que isso “nunca” (25,1%) ocorre se destaca por estar acima da média nacional (16%). Os que responderam “às vezes” também se destacam (28,1%), percentual semelhante à média nacional.

Em seguida foi perguntado aos entrevistados sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas. Apesar de boa parte dos entrevistado ter se concentrado na categoria “não sabe/não respondeu”, entre aqueles que apresentaram outras respostas é possível perceber uma avaliação positiva em relação à polícia. Ao serem questionados se a polícia do seu bairro aceitava suborno, a maioria dos entrevistados (55,7%) respondeu que não sabia ou não opinou sobre a questão, valor superior à média nacional (41%). Em menor grau, 14,3% afirmaram que a polícia “nunca” aceita suborno, valor pouco inferior da média nacional (17,1%). O mesmo ocorreu quando foi perguntado se a polícia do bairro protege o tráfico de drogas. A maioria dos entrevistados (52,2%) respondeu que não sabia ou não opinou sobre a questão, valor que está significativamente acima da média nacional (37,7%). Ao mesmo tempo, 19,2% disseram que isso “nunca” ocorre, valor semelhante à média nacional (19%). A alternativa “não sabe/ não opinou” foi também a resposta mais freqüente (41,9%) quando a pergunta era se a polícia tinha medo dos traficantes de drogas (média nacional de 32,3%). Seguido disso se destacam aqueles que responderam que isso “nunca” ocorre, com 25,6%, valor um pouco acima da média nacional (21,8%).

Diante da questão se conseguiriam “convencer um delegado a investigar um crime do qual tenha sido vítima”, pode-se destacar uma grande parte de pessoas que discorda totalmente dessa situação. Em 1999, a situação estava polarizada entre aqueles que disseram discordar totalmente (48,9%) da afirmação (média nacional de 35%), e aqueles que concordam totalmente (38,6%) com a afirmação (média nacional de 33,3%). Em 2010 a situação se mantém exatamente a mesma entre aqueles que afirmam discordar totalmente da capacidade de fazer com que um delegado atenda sua demanda por investigação, porém há um aumento entre aqueles que discordam em parte em detrimento dos que concordam totalmente.

Diante da afirmação de que a polícia garante a segurança de pessoas como o entrevistado, a maior parte em 1999 discordava totalmente dessa afirmação (43,6%), valor que estava abaixo da média nacional (50,5%). Interessante é que em 2010 a convicção em discordar cai fortemente, e as pessoas que concordam em parte com a afirmação, passa a a concentrar a maior parte das respostas, com 49,5% (média nacional de 37,8%).

Expectativas

Perguntados sobre suas expectativas para o próximo ano em relação ao serviço da polícia no bairro, a maior parte dos entrevistados é otimista a esse respeito. Para 67% o serviço da polícia estará “melhor”, percentual bem acima da média nacional (45,3%). Em segundo lugar está a opinião daqueles que acham que o serviço da policia estará igual, porém bom, com 12,8% (média nacional de 19,3).

Uso da força

Aos entrevistados, foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam do modo como a polícia poderia agir em quatro situações específicas. Para quase todas as situações a maioria dos entrevistados se declara

contra as ações mais violentas da polícia, ainda que os números de 2010 sejam menores do que em 1999. Em 1999, o percentual de pessoas que discordavam totalmente de que um policial poderia “invadir uma casa”, “atirar em um suspeito”, “agredir um suspeito” e “atirar em um suspeito armado” eram superiores as respectivas médias nacionais. Já em 2010, as opções “invadir uma casa” e “atirar em suspeito armado”, ficam abaixo das respectivas médias nacionais. Vale a pena destacar que discordam totalmente de “atirar em um suspeito armado” em 2010, 30,2% dos entrevistados, percentual 34,1% menor do que era em 1999 (64,3%).

Com relação ao uso da força para o controle social, os entrevistados de Goiânia se mostraram divididos, sugerindo um abrandamento em determinados casos e demandando maior uso da força pela polícia em outras situações. Entre os anos de 1999 e 2010, a maioria dos entrevistados entendia que a polícia “não deve fazer nada” diante de situações como “passeata de estudantes” e “passeata de professores por melhores salários”, resultado que aumentou ainda mais em 2010, para as duas situações, se mantendo acima da média nacional. Na mesma linha apontam as respostas para “ocupação de terras pelo MST”, onde houve um aumento do “não fazer nada” e “prender os mais exaltados”, com porcentagens acima da média nacional. Por outro lado a retirada de barracas de camelôs e rebelião em presídio, são situações onde aumentou a percepção de que em algum grau a polícia deveria agir. Destaque para a situação de rebelião em presídio, em que diminui significativamente a porcentagem daqueles que diziam que nada deveria ser feito ou que devem ser presos somente os mais exaltados, em detrimento de um aumento de alternativas em que a polícia faz maior uso da força física.

Resumo

Em Goiânia a imagem das polícias Militar e Civil, apresenta uma melhora em 2010 com relação a 1999. Já a Polícia Federal e a Guarda Municipal praticamente mantiveram os mesmos percentuais, com exceção das avaliações “regulares” desta última que caíram entre os anos. Por sua vez os Bombeiros foram extremamente bem avaliados.

Quanto às experiências de agressão/ maus tratos e extorsão por policiais nos últimos 12 meses, praticamente não houve mudanças. A exceção e destaque está para o percentual de pessoas que declararam que alguma vez na vida já sofreram agressão ou maus tratos, apresentando resultado muito superior à média nacional. Já as avaliações do serviço da polícia, em geral, são positivas, exceção apenas à educação dos policiais em suas abordagens. Além disso, apesar de a maior parte dos entrevistados não ter opinado sobre o tema, os goianienses que se manifestaram, em geral, não reconhecem o envolvimento de policiais com casos de suborno, proteção de traficantes, ou que tenham medo dos traficantes de drogas.

Apesar de terem boas expectativas acerca do serviço policial para os próximos 12 meses, aproximadamente metade dos entrevistados, tanto em 1999 quanto em 2010, discorda totalmente de que conseguiria convencer um delegado a investigar um crime do qual tenham sido vítima, ainda que tenha aumentado a sensação de que a polícia garante a segurança em 2010.

No que se refere à ação da polícia em determinadas situações, conclui-se que os entrevistados nessa capital, em geral rejeitam as ações da polícia que possam vir a ferir a integridade física e a inviolabilidade domiciliar de indivíduos e/ou suspeitos, muito embora essas posições sejam menos intensas em 2010. Especificamente acerca do uso da força os entrevistados se mostraram divididos entre uma visão mais branda em determinados casos (passeata

de estudantes, passeata de professores por melhores salários e greve de operários) e uma posição favorável ao uso de armas em outros (a retirada de barracas de camelôs, ocupação de terras pelo MST). Em uma rebelião em presídio, a percepção de que a polícia pode agir de forma mais enérgica é evidente.

► Recife

Avaliação das instituições

Todas as instituições da segurança pública tiveram um significativo incremento nas suas avaliações positivas (soma de “muito boa” com “boa”) entre 1999 e 2010. Nesse sentido, cabe destaque a Polícia Federal que passou de 44,9% de avaliações positivas em 1999, para 69,9% em 2010, ambas porcentagens acima da média nos respectivos anos. Com avaliação somente para 2010, os Bombeiros (corporação militar independente da Polícia Militar, subordinada à secretaria de segurança do Estado) são considerados bons e muito bons por 78,6% dos respondentes, valor que está abaixo da média Brasil, que é de 87,7%.

Experiência com a polícia

O número de entrevistados que disseram que sofreram algum tipo de “agressão física ou maus tratos de policiais” nos últimos 12 meses em Recife foi o mesmo, entre 1999 e 2010 (2%), porcentagem inferior as médias nacionais em ambos os anos. Quando a pergunta é estendida para alguma vez “na vida”, o percentual aumenta para 5,9%, resultado também inferior à média nacional (7,7%).

Entre aqueles que afirmaram, nos últimos 12 meses, terem sido ameaçados por policial ou autoridade para que lhes dessem dinheiro, a porcentagem teve uma ligeira queda, caindo de 3% em 1999, para 1% em 2010, valor abaixo da média nacional (2,1 %). Em 2010, quando perguntados se já passaram por essa situação alguma vez na vida, somente 3,5% afirmam que sim, percentual também inferior à média nacional (6,5%).

Atividade policial

A maioria dos entrevistados avalia positivamente os serviços da polícia no bairro com relação ao último ano. Para 40,9% dos entrevistados, o serviço “está melhor” (média nacional de 29,6%) e para 27,6% “está igual, bom” (média nacional de 26,5%). A mesma tendência pode ser constatada diante das opiniões acerca da frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados no bairro, uma vez que 22,7% afirmam que “sempre” e 20,7% “quase sempre”, a polícia atende a esses chamados, porcentagens pouco inferiores a às médias nacionais.

Por outro lado quando perguntados sobre a frequência com que a polícia mantém as ruas do bairro tranquilas e é educada ao abordar as pessoas na rua, percebe-se uma maior insatisfação. Para 34% dos entrevistados a polícia “nunca” ou “quase nunca” mantém as ruas tranquilas (média nacional de 28%), enquanto que para 37% a polícia “sempre” ou “quase sempre” mantém as ruas tranquilas (média nacional de 40%). Na questão sobre educação dos policiais na abordagem de pessoas nas ruas, a percepção de que isso “nunca” e “quase nunca” ocorre é de 37,5%

dos entrevistados, valor acima da média nacional (31,2%), enquanto para 26,6% isso ocorre “sempre” e “quase sempre”, valor inferior à média nacional (32,1%).

Em seguida, foi solicitado aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas, questões que resultaram em uma avaliação positiva em relação à polícia. Ao serem questionados se a polícia do seu bairro aceitava suborno, a maior parte dos entrevistados (49,8%) se concentrou na alternativa “não sabe/não opinou” resultado superior à média nacional (41%). Entre aqueles que apresentaram outras respostas, 27,1% afirmam que a polícia “nunca” aceita suborno, valor também superior a média nacional (17,1%). Situação semelhante ocorreu quando foi perguntado se a polícia do bairro protege o tráfico de drogas. A maior parte dos entrevistados (41,4%) responde que não sabia ou não opinou sobre a questão (média nacional de 37,7%). Ao mesmo tempo, 28,6% dizem que isso “nunca” ocorre (média nacional de 19%). Já quando perguntados se a polícia frequentemente tem medo do tráfico de drogas, a alternativa “nunca” é a resposta mais presente entre os entrevistados, representando 34% das respostas (média nacional de 21,8%), seguido dos que respondem que não sabem ou não quiseram opinar, que são 32% dos respondentes (média de 32,3%).

Diante da questão se conseguiriam “convencer um delegado a investigar um crime do qual tenha sido vítima”, é possível constatar que houve uma melhora na percepção dos cidadãos entrevistados. Em 1999, metade dos entrevistados discordava em algum grau dessa possibilidade enquanto a outra metade concordava. Mais especificamente, aqueles 24,5% que disseram em 1999 “concordar totalmente” (média nacional de 33,3%) em 2010 passaram a ser 30,9% dos entrevistados (média nacional de 23,9%). Os que disseram “concordar em parte” com a afirmação, em 1999 eram 25,5% (média nacional de 21,6%), valor que salta para 33% em 2010 (média nacional de 29,9%).

Diante da afirmação de que a polícia garante a segurança de pessoas como o entrevistado, a maior parte em 1999 discordava totalmente dessa afirmação (45,8%), valor que estava abaixo da média Brasil (50,5%). Interessante é que em 2010 a convicção em discordar cai fortemente, sendo que a maior parte dos entrevistados (42,8%) afirma “concordar em parte” com a afirmação (média nacional de 37,8%).

Expectativas

Perguntados a respeito da expectativa para o próximo ano sobre o serviço da polícia no bairro, os entrevistados se mostraram em grande maioria otimistas. Se somados aqueles que dizem que o serviço melhorará (62,1%) com aqueles que entendem que estará igual, porém já era bom (17,2%), tem-se 79,3% das opiniões.

Uso da força

Aos entrevistados, foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam do modo como a polícia poderia agir em quatro situações específicas. Para quase todas as situações, assim como ocorreu em 1999, a maioria dos entrevistados discorda totalmente de ações mais enérgicas por parte da polícia, ainda que em valores em 2010 sejam um pouco menores. Em 1999, o percentual de respostas em que os entrevistados discordavam totalmente da polícia “invadir uma casa”, “agredir um suspeito” e “atirar em um suspeito armado” nessa capital eram superiores as respectivas médias nacionais. Em 2010 a rejeição à esse tipo de ação pela polícia cai em todas as situações descritas, e

somente “atirar em um suspeito”, “agredir um suspeito” e “atirar em um suspeito armado” apresentam resultados acima das médias nacionais. Vale a pena ressaltar a rejeição à “atirar em um suspeito armado”, é muito menor em relação às outras situações.

Com relação ao uso da força para o controle social, os entrevistados de Recife se mostraram divididos, sugerindo um abrandamento em determinados casos e uma demanda por maior uso da força em outras situações. Entre os anos de 1999 e 2010, destaca-se o aumento na porcentagem de entrevistados que entendem que a polícia “não deve fazer nada” diante de situações como greve de operários e passeata de professores (com resultados acima da média em ambos os anos). Por outro lado a disposição de ser contra qualquer ação da polícia em uma passeata de estudantes e camelôs que resistem à retirada das barracas caiu, ou seja, aumentou a percepção de que em algum grau a polícia deveria agir nessas ocasiões. No caso de “ocupação de terras pelo MST” não houve mudanças significativas nas opiniões. Destaque para rebelião em presídio, onde é evidente a porcentagem de entrevistados que acreditam que a polícia deve agir mais energicamente. De 1999 para 2010 é clara a migração de opinião dos entrevistados das posições mais brandas para as mais violentas.

Resumo

Houve uma melhora na avaliação de todas as instituições da segurança pública entre os recifenses. Apesar de ainda ser possível notar um significativo descontentamento com a forma como a polícia aborda as pessoas nas ruas e na falta de confiança de que ela consegue garantir a tranquilidade nas ruas do bairro, os cidadãos de Recife pensam que os serviços da polícia nos último ano estão melhores. A frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados também é vista de forma positiva pela maior parte dos entrevistados. O aumento em 2010 da confiança das pessoas em poder convencer um delegado a investigar um crime do qual tenham sido vítimas e de que a polícia garante a segurança de pessoas como ela, todas essas opiniões podem ter exercido algum impacto na expectativa positiva dos entrevistados acerca dos serviços da polícia no bairro.

No que se refere à ação da polícia em determinadas situações, os entrevistados na cidade, em geral discordam de ações da polícia que possam vir a ferir a integridade física e a inviolabilidade domiciliar de indivíduos ou suspeitos, muito embora essas posições sejam menos intensas em 2010. Especificamente acerca do uso da força, os entrevistados mostraram-se divididos entre uma visão mais branda em determinados casos (greve de operários e passeata de professores) e uma maior ação sem usar armas em outros (passeata de estudantes, camelôs que resistem à retirada das barracas e ocupação do MST). Em uma rebelião em presídio, a percepção de que a polícia pode agir de forma mais violenta é evidente.

▶ Salvador

Avaliação das instituições

Quase todas instituições da segurança pública obtiveram mais avaliações positivas (soma das alternativas “muito boa” e “boa”) em 2010 do que em 1999. Em 1999 prevaleceu entre a maioria destas instituições a avaliação

“regular”, com exceção da Polícia Federal, que já tinha conseguido a avaliação positiva da maioria dos entrevistados em 1999 (54,2%), melhorou ainda mais em 2010 (61,9%), obtendo resultados acima das médias nacionais (de 42,2% em 1999 e 60,6% em 2010). A avaliação positiva (“muito boa” e “boa”) das demais instituições também aumenta de 1999 para 2010, de forma que todas alcançam um percentual acima das médias nacionais.

No caso do Corpo de Bombeiros (órgão vinculado à Polícia Militar) é possível apenas a avaliação para o ano de 2010, uma vez que essa categoria não estava presente no questionário aplicado em 1999. Os bombeiros constituem a instituição com mais avaliações positivas nessa capital, com a maioria dos entrevistados a avaliando como “muito boa” e “boa” (79,1%). Contudo, são a única instituição em 2010 ano que apresenta valor abaixo da média nacional (87,7%).

De maneira geral, todas as instituições policiais estaduais (Polícia Militar e Polícia Civil) tiveram avaliação mais positiva em 2010 quando comparada à avaliação de 1999, assim como também ocorreu com a Guarda Municipal, indicando uma migração de avaliações menos positivas para as avaliações mais positivas. Mesmo a Polícia Federal, subordinada ao governo federal também apresenta uma avaliação acima da média nacional na capital soteropolitana.

Experiência com a polícia

Os resultados apontam para uma redução em 2010 no número de pessoas que declararam terem sido vítimas de agressão ou maus tratos por policiais, ou ainda de extorsão policial nos últimos 12 meses, quando comparado aos dados de 1999. O número de pessoas que afirmaram terem sido vítimas de agressão ou maus tratos passou de 5% em 1999 para 2,7% em 2010, resultado idêntico à média nacional. No entanto, quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 8,3% afirmaram que sim, número próximo à média nacional (7,7%).

Quando questionados se nos últimos 12 meses algum policial ou alguma autoridade o tinha ameaçado para tirar dinheiro, o percentual passou de 4% em 1999 para 1% em 2010, ficando pouco abaixo da média nacional de 2,1%. Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 5% responderam afirmativamente, resultado pouco abaixo da média nacional (6,5%).

Atividade policial

De maneira geral, a polícia recebeu avaliação positiva da maioria dos entrevistados quando questionados sobre a atuação da polícia em seu bairro, apresentando em algumas questões, resultados um pouco superiores aos das médias nacionais. A satisfação dos entrevistados está relacionada à avaliação dos serviços, em geral, da polícia no bairro (31,6% dos entrevistados disseram que o serviço “está melhor” e 19,9% dizem que o serviço policial “está igual, bom” ao do período anterior), à frequência com que a polícia atende aos chamados no bairro (para 22,9% a polícia “sempre” atende aos chamados e para 31,2% a polícia “quase sempre” atende prontamente aos chamados) e à frequência com que a polícia mantém as ruas do bairro tranquilas (para 30,2% dos entrevistados isso ocorre “quase sempre” e para 14,3% isso ocorre “sempre”). Somente a questão que explorava a educação dos policiais nas abordagens de pessoas nas ruas apresenta não obteve tantas respostas positivas, (para 21,3% isso ocorre “quase

sempre”, valor próximo à média nacional de 19,2% e para 10,6%, ocorre “sempre”, valor abaixo da média nacional de 12,9%).

Entre as questões relacionadas à atividade policial, a pergunta que solicitava ao entrevistado apontar se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima, é a única que foi aplicada nos questionários de 1999 e 2010 (todas as demais foram aplicadas apenas em 2010). Em 2010 os resultados apontam para uma percepção mais pessimista dos entrevistados que refletem uma diminuição da certeza de ter seu problema levado em consideração pela polícia. Há uma redução de metade do número de entrevistados que “concorda totalmente” com a possibilidade de convencer um delegado a investigar um caso em que tivesse sido vítima em 2010, ao mesmo tempo em que aumenta, de forma bastante expressiva, a categoria “discorda em parte”, assim como aumentam também as categorias “discorda totalmente” e “concorda em parte”.

Diante da afirmação de que a polícia garante a segurança de pessoas como o entrevistado, a maior parte deles em 1999 discordava totalmente dessa afirmação (39,2%), valor que estava abaixo da média nacional (50,5%). Interessante é que em 2010 a convicção em discordar cai fortemente, e as pessoas que concordam em parte com a afirmação, passa a ser quase a metade dos entrevistados, com 47,8%, valor acima da média nacional (37,8%).

Em seguida foi pedido aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas. Ao serem questionados se a polícia do seu bairro aceitava suborno, boa parte dos entrevistados (34,6%) não soube responder ou preferiu não opinar sobre a questão, resultado que está abaixo da média nacional (41%). Entre os entrevistados que apresentaram outras respostas, 16,6% afirmam que a polícia “nunca” aceita suborno, valor próximo à média nacional (17,1%) e 6,3% respondem que a polícia “quase nunca” aceita suborno, também próximo à média nacional (8,2%). Para 8,3% dos entrevistados, a polícia “sempre” aceita suborno, valor abaixo da média nacional (8,9%) e para 13,6% a polícia “quase sempre” aceita suborno, valor acima da média nacional (10,4%). Considerando o conjunto das respostas a essa questão, é possível apontar uma percepção positiva dos entrevistados em relação à integridade dos policiais.

O mesmo ocorreu quando foi perguntado se a polícia do bairro protege o tráfico de drogas. A maior parte dos entrevistados, 31,9% não soube responder ou preferiu não opinar sobre essa questão, valor abaixo da média nacional (37,7%). Entre os entrevistados que apresentaram outras respostas, 16,9% afirmam que a polícia “nunca” protege o tráfico de drogas, valor abaixo da média nacional (19%) e 9,6% respondem que isso “quase nunca” acontece, resultado também abaixo da média nacional (10%). Há 9,3% entrevistados que afirmam que a polícia “sempre” protege o tráfico de drogas, valor acima da média nacional (9%) e 12,3% que afirmam que isso “quase sempre” ocorre, resultado acima da média nacional (9,2%). Considerando esse conjunto de respostas, é possível apontar uma percepção dividida entre opiniões positivas e negativas a respeito da integridade dos policiais.

Quando questionados se polícia do bairro tem medo dos traficantes de drogas, novamente a maior parte dos entrevistados se concentrou na opção “não sabe/não opinou” (27,9%), valor abaixo da média nacional (32,3%). Os entrevistados que apresentaram outras respostas a essas questões dividiram-se, de forma relativamente equilibrada, entre as demais opções, podendo ser possível identificar uma tendência um pouco mais negativa nas respostas a essa questão, uma vez que 31% declararam que o medo de policiais em relação aos traficantes de drogas ocorre “sempre”

ou “quase sempre” (valor acima da média nacional de 21,2%) e 25% declararam que isso ocorre “nunca” ou “quase nunca” (valor abaixo da média nacional de 31,7%).

Expectativas

Quando indagados sobre a expectativa em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano (dados disponíveis apenas para 2010), na maior parte as respostas foram positivas, não apenas no sentido de que a polícia estará melhor no futuro (43,2% dos entrevistados disseram que os serviços estarão melhores, resultado próximo à média nacional de 45,3%), mas que estará tão boa quanto é na atualidade (15% disseram que o serviço policial estará igual ao do período anterior, que já era bom, valor abaixo da média nacional, de 19,3%).

Uso da força

Aos entrevistados foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam com algumas ações da polícia. Em 2010 há menos entrevistados que discordam totalmente de ações como “invadir uma casa”, “atirar em suspeito” e “agredir um suspeito”, ao contrário de 1999, quando os valores referentes a estas alternativas eram maiores e estavam acima das médias nacionais. A rejeição à possibilidade da polícia “atirar em suspeito armado”, diminuiu de 42,1% em 1999 para 38,5% em 2010, ficando pouco acima da média nacional (38%), ao contrário de 1999, quando o valor referente a esta alternativa estava abaixo da média nacional (45,4%). De maneira geral, pode-se dizer que houve uma migração para as opiniões mais tolerantes com relação ao uso da força pela polícia nas situações apresentadas.

Com relação ao uso da força para o controle social, de 1999 a 2010 os resultados apontam uma tendência de apoio a ações mais enérgicas por parte da polícia. Com exceção aos casos de passeata de estudantes (houve aumento da opinião de não fazer nada no período) e rebelião em presídio, em todas as outras situações apresentadas – greve de operários (ambos os anos acima da média nacional), camelôs que resistem à retirada de barracas (em 2010 abaixo da média nacional), passeata de professores (em 1999 acima da média e em 2010 na média) e ocupação de terra pelo MST (ambos os anos acima da média nacional) – houve queda de respostas em que os entrevistados esperam a polícia “não fazer nada”, em detrimento de posições que implicam em maior uso da força, principalmente “prender os mais exaltados sem usar armas”. No caso de uma rebelião em presídio, há um pequeno aumento entre aqueles que entendem que a polícia não deve fazer nada (em ambos os anos acima da média nacional) e que a polícia deve prender os mais exaltados (em ambos os anos, menor que média nacional) e uma queda de respostas afirmando que polícia deve “atirar para matar” (em 2010, menor que a média nacional). Porém isso não significa que aumentou a discordância ao uso da força, uma vez que outras possibilidades de ação violenta continuam representando a maioria das respostas.

Resumo

Houve uma melhora na imagem da polícia e das outras instituições entre os entrevistados de Salvador. O principal fato a destacar, que talvez esteja ligado a essa melhora, é a queda na vitimização pela polícia entre 1999 e 2010.

Pode-se considerar também que os entrevistados estão satisfeitos com os serviços prestados pela polícia. Na avaliação dos serviços da polícia com relação aos últimos 12 meses, da frequência com que os chamados da comunidade são prontamente atendidos e que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas, pode-se perceber um grupo maior de entrevistados satisfeitos com a polícia. Todavia, a satisfação dos entrevistados em relação a educação da polícia em suas abordagens, divide opiniões entre aqueles que a consideram mais ou menos educada. As opiniões também ficam divididas para as questões relacionadas à aceitação de “suborno” e “proteção de traficantes” por parte dos policiais, entre aqueles que acreditam que essas situações são frequentes e aqueles que acreditam que se trata de situações raras.

Apesar de diminuir a confiança das pessoas em poder convencer um delegado a investigar um crime do qual tenham sido vítimas, aumenta a porcentagem daqueles que acreditam, ainda que de forma restrita, que a polícia é capaz de garantir a segurança das pessoas. Isso talvez esteja associado ao fato dos soteropolitanos serem relativamente otimistas quanto à melhora para o próximo ano dos serviços policiais em seus bairros.

Pode-se perceber também que a maioria dos entrevistados discorda de ações da polícia que possam vir a ferir a integridade física e a inviolabilidade domiciliar de indivíduos e/ ou suspeitos, muito embora essas posições tenham se enfraquecido de 1999 para 2010. Contudo, há uma tendência de apoio à atuação mais enérgica por parte da polícia nas situações descritas em quase todas as situações apresentadas.

► São Paulo

Avaliação das instituições

Nesta capital, todas as instituições tiveram mais avaliações positivas (soma de “muito boa” e “boa”) em 2010 do que em 1999. A exceção são os Bombeiros, órgão vinculado à Polícia Militar, que possui dados apenas para o ano de 2010. A grande maioria (93%) dos entrevistados avalia essa corporação de forma muito positiva, valor acima da média nacional (87,7%).

Um dos principais destaques são as polícias. Em 1999, 16,7% dos entrevistados avaliaram a Polícia Militar como “muito boa” e “boa” (número abaixo da então média nacional, de 21,2%), valor que salta para 41,7% em 2010, superando a média nacional (38,7%).

Já a Polícia Civil, em 1999, 20% a avaliaram como “boa” ou “muito boa” (número que estava bem abaixo da média nacional de 23,6%), passando para 41% em 2010, porém permanecendo um pouco abaixo da média nacional (44%). Como a redução de avaliações “regular” foi pequena (caiu de 48,5% em 1999 para 40,8% em 2010), é possível que tenha ocorrido uma migração das avaliações mais negativas (“muito ruim” e “ruim”) para as avaliações mais positivas.

A Guarda Municipal também apresenta melhora significativa em 2010, comparada a 1999. Em 1999 essa corporação apresentava 22,3% dos entrevistados a qualificando como “muito boa” ou “boa”, número que estava abaixo da média nacional de 31%. Em 2010 esse número sobe para 40,3%, alcançando a média nacional (40%). Considerando também que foi pequena a redução de avaliações “regular”, que passou de 48% em 1999 para 43,1% em 2010, é provável que tenha ocorrido uma migração de avaliações mais negativas para as mais positivas.

A Polícia Federal, em 2010, apresenta melhora expressiva quando comparada à avaliação feita em 1999. Em 1999, 32,2% a avaliaram como “muito boa” e “boa”, número que estava abaixo da média nacional de 42,2%. Em 2010, 53,2% passam a avaliá-la como “muito boa” e “boa”, entretanto, permanecendo abaixo da média nacional que subiu para 60,6%.

Ambas as polícias estaduais apresentam avaliação mais positiva no período de 2010, sendo que a Polícia Militar supera a média nacional e a Polícia Civil, apesar da melhora, ainda permanece abaixo da média nacional. Significativa também é a melhora na avaliação da Guarda Municipal, que se equipara à média nacional. A Polícia Federal por sua vez, apesar de melhorar sua avaliação ainda fica um pouco abaixo da média nacional.

Experiência com a polícia

Nessa capital, se as experiências negativas relacionadas a maus tratos policiais estão em valores semelhantes aos das outras capitais, as experiências negativas relacionadas à extorsão ficam um pouco abaixo das médias nacionais. O número de pessoas que declararam terem sido vítimas de agressão ou maus tratos policial nos últimos 12 meses, em 2010, manteve-se exatamente o mesmo que em 1999, (2,6%), valor semelhante ao da média nacional de 2,7%. Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez em sua vida (dado disponível apenas para 2010), 5,8% afirmaram que sim, valor também muito próximo da média nacional (7,7%).

Quando questionados se nos últimos 12 meses algum policial ou alguma autoridade o tinha ameaçado para lhe tirar dinheiro, em 1999, 2,4% dos entrevistados tinham passado por essa situação, número que cai para 0,7% em 2010, ficando abaixo da média nacional (2,1%). Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez em sua vida (dado disponível apenas para 2010), 3,7% responderam afirmativamente, valor que representa quase a metade da média nacional (6,5%).

Atividade policial

Em São Paulo, as opiniões sobre a avaliação dos serviços da polícia no último ano (dados disponíveis apenas para 2010), ficaram bem divididas, mas próximas às médias nacionais. Somente na questão sobre a avaliação dos entrevistados a respeito dos serviços da polícia no ano anterior é que as médias dessa capital ficaram um pouco abaixo das médias nacionais. Apesar disso, mais da metade dos entrevistados fazem avaliação positiva dos serviços da polícia (soma de “melhorou” e “está igual, era bom”).

Mais da metade dos entrevistados também opinou que a polícia “sempre” e “quase sempre” atende prontamente aos chamados da comunidade, resultado pouco acima das médias nacionais.

Já em relação às questões sobre a frequência com que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas e sobre a educação dos policiais ao abordarem as pessoas na rua, apesar da maioria dos entrevistados não se concentrar nas respostas positivas, elas estão próximas às médias nacionais. Para quase a metade dos entrevistados (41,3%) a polícia “sempre” e “quase sempre” mantém as ruas do bairro tranquilas (média nacional de 40,4%) e para 36,4% a polícia “sempre” e “quase sempre” é educada ao abordar as pessoas na rua (média nacional de 32,1%).

Entre as questões relacionadas à atividade policial, a pergunta que solicitava ao entrevistado apontar se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tivesse sido vítima, é a única que foi aplicada nos questionários de 1999 e 2010. Em 2010 os entrevistados apresentaram respostas bastante diferentes daquelas de 1999, indicando uma forte redução das opiniões extremas, certeza da investigação e certeza da não-investigação, e aumento das opiniões intermediárias, revelando maior imprecisão quanto à possibilidade de investigação do caso.

Em seguida foi solicitado aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas, resultados que ficaram muito próximos às médias nacionais. A maior parte dos entrevistados ficou concentrada na opção “não sabe/não opinou” sobre a frequência com que a polícia no bairro aceita suborno (45%), frequência com que protege o tráfico de drogas (40,8%) e frequência com que os policiais têm medo do tráfico de drogas (35,9%). Entre aqueles que apresentaram outras respostas, de maneira geral foram positivas em relação à imagem da polícia, apontando mais para uma baixa do que alta frequência no envolvimento em ilegalidades.

Quando questionados em relação à capacidade da polícia em garantir a segurança de pessoas como o eles, há resultados mais positivos em 2010 quando comparados à 1999. Em 2010 cai, praticamente pela metade, o número de entrevistados que em 1999 discordava totalmente da capacidade da polícia em garantir a segurança (passa de 59,7% para 31,7%), mas que continua acima da média nacional (25,7%). Ao mesmo tempo há um aumento das declarações de plena confiança na capacidade da polícia em garantir esse direito (“concordo totalmente” que passa de 7,4% em 1999 para 13,8% em 2010), e aumento nas declarações que se não são convictas, abrem margem para a possibilidade de que a polícia seja capaz de garantir a segurança (“discorda em parte” e “concorda em parte”).

Expectativas

Quando indagados sobre a expectativa em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano (dados disponíveis apenas para 2010), a maioria dos entrevistados ficou concentrada em respostas positivas, mas que estão abaixo das médias nacionais. Para 55,9% dos entrevistados os serviços estarão melhores ou iguais (e já considerados bons), enquanto a média nacional para essa situação é de 64,6%. Para 35,3%, o serviço policial estará igual ao do período anterior, que já era ruim ou estará “pior”, valor acima da média nacional de 28,7%.

Uso da força

Aos entrevistados, foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam do modo como a polícia poderia agir em quatro situações específicas. Nesta capital, assim como ocorreu na média nacional, diminuiu a reprovação às ações policiais abaixo relacionadas. Contudo, isso não altera o fato da maioria dos entrevistados permanecer discordando totalmente de ações policiais para “invadir uma casa”, “atirar em suspeito” e “agredir um

suspeito”, com valores acima das médias nacionais em 2010. Já a rejeição à polícia “atirar em suspeito armado” (44,4%) manteve-se um pouco acima da média nacional em 2010 (38%). De maneira geral, pode-se dizer que houve uma migração para as opiniões mais tolerantes às situações apresentadas, sem que isso tenha alterado a opinião da maioria dos entrevistados.

Em seguida, foi solicitado que indicassem que atitude esperavam da polícia em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. A maioria dos entrevistados, em 2010, é favorável que a atitude da polícia seja “não fazer nada” em situações de passeatas e greves: 66,4% em caso de passeata de estudantes, 60,6% em situação de greve de operários e 68,7% em caso de passeata de professores por melhores salários, valores esses bem próximos às médias nacionais e maiores que os resultados de 1999. Isso pode significar um maior reconhecimento, nos dias atuais, dos direitos à manifestação e greve por parte da população. Já para as situações que, de alguma forma, representam alguma ilegalidade ou envolvem presidiários, os entrevistados demonstraram maior apoio à ações mais violentas por parte da polícia. Em uma situação de retirada de camelôs e de ocupação de terras pelo MST, a maioria dos entrevistados espera que a atitude da polícia seja “prender ao mais exaltados sem usar armas”. Nos caso dos camelôs e do MST, os resultados para os períodos de 1999 e 2010 são muito próximos.

Em uma situação de rebelião em presídio, os resultados ficam mais equilibrados, mantendo-se semelhantes aos de 1999, de maior apoio à ações mais truculentas pela polícia. Para a maior parte (35,7%), a atitude da polícia nessa situação deve ser “prender os mais exaltados sem usar armas”, enquanto para 27,3% “usar só o cassetete” e para 26,9% “atirar, mas não matar”, ficando esse último abaixo da média nacional. De maneira geral, os entrevistados demonstraram preferir ações policiais menos violentas em 2010 em relação a 1999, ou manter as mesmas posições, que já se apresentavam menos “duras”, podendo indicar um abrandamento na expectativa da população em relação à contundência da polícia nessas situações.

Resumo

Em São Paulo todas as instituições policiais e a Guarda Municipal receberam avaliações mais positivas em 2010, sobretudo a Polícia Militar que recebe avaliação acima das médias nacionais. Isso pode estar relacionado à percepção de eficiência por parte dessa corporação no atendimento aos chamados da população, pelo fato das experiências negativas com a polícia, sobretudo de extorsão polícia, terem caído ao longo do tempo ou pela percepção de que a polícia não se envolve com frequência em ilegalidades.

Ainda que a maioria dos entrevistados de São Paulo tenha se mostrado otimista em relação às expectativas com os serviços da polícia para o próximo ano, não é possível ignorar a parcela de opiniões mais pessimistas, que nessa capital é um pouco maior do que a média nacional e que pode estar relacionada à parte dos entrevistados que ainda não sente que pode ter sua segurança assegurada pela polícia. Assim como nas demais capitais, apesar da redução em 2010 na porcentagem de pessoas que rejeitam ações mais severas ou abusivas pela polícia, os resultados não significam apoio da maioria dos entrevistados à essas ações. Pelo contrário, a maioria dos entrevistados na capital paulista demonstrou que a polícia deve respeitar a integridade física de suspeitos, com médias acima das nacionais,

assim como respeitar o direito de greve e manifestação, usar a força mínima para ações de controle do comércio de rua e de ocupações de terra. As rebeliões em presídios são a única situação em que os entrevistados revelam algum apoio a ações mais violentas, mostrando que os direitos de pessoas que cumprem pena ainda são passíveis de divergências.

► Porto Alegre

Avaliação das instituições

Nessa capital, a única instituição que teve mais avaliações positivas em 2010 do que em 1999 foi a Polícia Civil, exceção aos Bombeiros (nesse estado, um órgão subordinado à secretaria de segurança pública) avaliados apenas em 2010. Essa instituição, subordinada à polícia militar do Estado, teve 77% de avaliações positivas (soma de “muito boa” e “boa”), valor abaixo da média nacional de 87,7%.

Em 1999, 37% avaliaram a Polícia Civil como “boa” ou “muito boa” (número que estava acima da média nacional de 23,6%), resultado que subiu para 41,1% em 2010 e ficou abaixo da média nacional (44%).

A avaliação da Polícia Militar apontou significativo retrocesso em 2010, comparado a 1999. Em 1999 a metade dos entrevistados (51%) avaliou a Polícia Militar como “boa” ou “muito boa” (valor bem acima da então média nacional, de 21,2%). Esse percentual cai para 38,9% em 2010, ficando praticamente igual à média nacional (38,7%). Ao mesmo tempo, há aumento do percentual de avaliações “regular”, que passou de 37,8% para 41,9% o que pode indicar que ocorreu uma migração de avaliações mais positivas para avaliações mais negativas.

A Polícia Federal em 2010, também apresenta retrocesso quando comparada à avaliação feita em 1999, com avaliação positiva abaixo da média nacional. Em 1999, a maioria dos entrevistados (60,5%) avaliou essa instituição como “boa” ou “muito boa”, resultado que estava acima da média nacional (42,2%). Entretanto, em 2010, 52,8% passam a avaliá-la como “muito boa” e “boa”, valores abaixo da média nacional que subiu para 60,6% em 2010.

Apesar da predominância de avaliações mais negativas da Polícia Militar e da Guarda Municipal, os resultados em geral ainda permanecem próximos à média nacional. Isso pode apontar que apesar de piorarem sua avaliação nessa capital, seus resultados estão próximos aos das instituições das outras capitais. Já a Polícia Federal, que apresenta melhora de sua avaliação na maioria dos Estados, aqui está em situação oposta, chegando mesmo a ficar abaixo da média nacional.

Experiência com a polícia

Houve uma pequena redução no número de pessoas que declarou ter sido vítima de agressão ou maus tratos por policiais, assim como houve redução no número de vítimas de extorsão policial em 2010. Em 1999, 3% dos entrevistados haviam sido vítimas de maus tratos, número que caiu para 2% em 2010, valor praticamente igual ao da média nacional de 2,7%. Quando questionados se a mesma situação ocorreu alguma vez em sua vida (dado disponível apenas para 2010), 8,9% afirmaram que sim, valor muito próximo à média nacional (7,7%).

Quando questionados se nos últimos 12 meses algum policial ou alguma autoridade o tinha ameaçado para lhe tirar dinheiro, em 2010 os resultados foram semelhantes aos de 1999, ficando abaixo da média nacional. Para casos que ocorreram alguma vez na vida (dado disponível apenas para 2010), 3,9% responderam afirmativamente, resultado também abaixo da média nacional de 6,5%.

Atividade policial

Nessa capital, em 2010, a maioria dos entrevistados apontou que o serviço da polícia no bairro “melhorou” ou “está igual, era bom” (55,2%), valor muito próximo à média nacional. Quase a metade dos entrevistados afirmou também que a polícia “sempre” ou “quase sempre” atende aos chamados da comunidade, resultado semelhante ao da média nacional. Contudo, quando explorada a capacidade da polícia em manter as ruas do bairro tranquilas e a sua educação ao abordar as pessoas, os resultados são bastante distintos nessa capital quando comparado às médias nacionais. Os resultados apontam uma divisão, relativamente equilibrada entre as opiniões mais positivas (“sempre” e “quase sempre”), negativas (“nunca” e “quase nunca”), e da categoria “às vezes”, destoando das médias nacionais que tendem a uma avaliação mais positiva da polícia a esses dois aspectos. Apesar disso, no quesito educação, a polícia nessa capital apresentou uma tendência mais positiva, apesar de não representar a opinião da maioria dos entrevistados. Para a maior parte deles (38,9%), a polícia “sempre” ou “quase sempre” é educada ao abordar as pessoas na rua, valor um pouco acima da média nacional (32,1%) enquanto que para 26,6% a polícia “nunca” ou “quase nunca” é educada, valor inferior à média nacional (31,2%).

Quando foi perguntado ao entrevistado se ele convenceria um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima, é possível dizer que em 2010 as respostas foram bastante diferentes daquelas de 1999. Em 2010 há uma forte redução das opiniões extremas, a de certeza da investigação e de certeza da não-investigação, e aumento das opiniões intermediárias, que revelam incerteza quanto à possibilidade de investigação do caso, com valores acima das médias nacionais.

Quando questionados à respeito da capacidade da polícia em garantir a segurança de pessoas como eles próprios, os resultados em 2010 se mostraram mais positivos que os resultados de 1999. Isso porque em 2010 não só há uma significativa redução de entrevistados que declararam ter plena convicção (“discordar totalmente”) de que a polícia não garante a segurança das pessoas, como há um aumento das declarações de plena confiança na capacidade da polícia em garantir esse direito (“concordo totalmente”), e aumento nas declarações que se não são convictas, abrem margem para a possibilidade de que a polícia seja capaz de garantir a segurança (“discorda em parte” e “concorda em parte”).

Em seguida foi perguntado aos entrevistados que falassem sobre o envolvimento de policiais em ilegalidades e sua relação com o tráfico de drogas. Nessa capital há maior número de entrevistados que afirmam que a polícia “nunca” ou “quase nunca” aceita suborno, protege ou tem medo do tráfico de drogas em comparação às médias nacionais, apontando para uma imagem mais positiva da polícia.

Expectativas

As expectativas em relação aos serviços da polícia no bairro para o próximo ano (dados disponíveis apenas para 2010), são bastante otimistas nessa capital. Para a maioria dos entrevistados (70,4%) o serviço da polícia estará melhor ou igual ao do período anterior, que já era bom, resultado acima da média nacional (64,6%). Importante destacar que para 19,2%, o serviço policial estará igual ao do período anterior, que já era ruim, resultado também acima da média nacional (16,8%).

Uso da força

Aos entrevistados, foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam de alguns procedimentos da polícia. Nesta capital, assim como ocorreu na média nacional, não só diminuiu a rejeição às ações policiais abaixo relacionadas em 2010 como essa rejeição deixou de ser a opinião da grande maioria dos entrevistados, resultado encontrado em 1999. Em 1999, a grande maioria dos entrevistados (em torno de 90%) discordava da polícia “atirar em um suspeito” ou “agredir um suspeito”. Em 2010 esse resultado muda drasticamente, caindo para menos da metade dos entrevistados (em torno de 45%), resultado bem abaixo da média nacional (em torno de 68%). Da mesma forma, diminuiu a rejeição à polícia “invadir uma casa” e “atirar em suspeito armado”, resultados também abaixo das médias nacionais. Diante desses resultados, pode-se dizer que houve uma grande migração para as opiniões mais permissivas em relação às ações da polícia apresentadas, alterando os resultados encontrados em 1999.

Em seguida, foi solicitado que indicassem se concordavam ou discordavam do modo como a polícia poderia agir em seis situações específicas: uma passeata de estudantes, uma greve de operários, camelôs resistindo à retirada de barracas, uma rebelião em presídio, passeata de professores por melhores salários, uma ocupação de terras pelo MST. A grande maioria dos entrevistados em 2010 é contra a ação da polícia em situações de greve ou manifestação. Acreditam que nessas situações a polícia “não deve fazer nada”, opinião que aumentou em 2010 em comparação à 1999 e ficou acima das médias nacionais.

Aumentou também em 2010 e de forma considerável, a quantidade de entrevistados que espera a polícia “não fazer nada” em uma situação de resistência de camelôs à retirada de barracas (44,2%), assim como reduziu o número de entrevistados que espera a ação policial de “prender os mais exaltados sem usar armas”.

Até mesmo a situação de rebelião em presídio apresentou mudanças. Se em 1999 nenhum dos entrevistados apoiou a opção da polícia “não fazer nada” nesse caso, em 2010 esse resultado passa para 12,4%, superando a média nacional de 8%. Da mesma forma, reduziu bastante o apoio para que a polícia “atirar e matar”, que passou de 13,3% em 1999 para 4,3% em 2010.

A única situação em que os entrevistados preferem que a polícia adote medidas mais enérgicas nessa capital é para os casos de ocupação de terra pelo MST. Enquanto quase metade dos entrevistados (45%) acredita que cabe à polícia “prender sem usar armas” e para 39,2% “não fazer nada”, há 15,3% dos entrevistados que preferem que a polícia tenha a atitude de “atirar, mas não matar”, valor quase três vezes maior que a média nacional de 5,7%. Com exceção a este último dado, os entrevistados demonstraram preferir resoluções menos violentas em 2010 em relação a 1999, podendo indicar um abrandamento, na opinião das pessoas, do modo como a polícia deve agir.

Resumo

Em Porto Alegre, com exceção à Polícia Civil, as demais polícias e a Guarda Municipal tiveram avaliação mais negativa em 2010 do que em 1999, mas seus resultados permaneceram próximos às médias nacionais. Mesmo os Bombeiros que, apesar de serem avaliados de forma positiva pela maioria dos entrevistados, apresentaram resultados nessa capital abaixo da média nacional. Não há informação suficiente para oferecer possíveis explicações a essas mudanças na imagem da polícia. A percepção dos entrevistados de que a polícia não tem sido muito eficiente em manter a segurança nas ruas pode ter influenciado esse resultado. Contudo, apesar da avaliação negativa para algumas instituições, a avaliação geral do trabalho da polícia é mais positiva do que negativa, sendo também positiva a expectativa em relação ao trabalho da polícia para o próximo ano.

Um dos aspectos que mais chama a atenção nessa capital é a mudança de opinião dos entrevistados a respeito da delegação de poder às polícias. Em 2010 há uma menor rejeição à procedimentos violentos por parte da polícia, resultado que pode ter alguma relação com as avaliações mais negativas das forças da segurança. É possível que em um momento de percepção mais negativa da polícia as pessoas passem a apoiar ações mais enérgicas como forma de contenção dos crimes. Por outro lado, a maioria dos entrevistados defende o respeito ao direito de greve e manifestações, e ao uso da força mínima para ações de controle do comércio de rua. Mesmo em relação aos direitos de pessoas que cumprem pena, ainda passíveis de divergências e divisão de opiniões, em 2010 parece ter ganhado apoio dos entrevistados, algo que não ocorreu na opinião a respeito dos casos de ocupações de terra pelo MST, para os quais os entrevistados nessa capital demonstraram maior apoio às ações mais enérgicas e violentas da polícia.

B.3. Eficácia em Relação às Instituições

Eficácia em relação ao judiciário

A eficácia em relação ao judiciário foi medida através da apresentação de quatro questões sobre a expectativa de tratamento por parte de um juiz caso os entrevistados tivessem que recorrer a tal instituição. Os entrevistados poderiam responder: sim, não e não sei/não opinou.

Se tivesse uma ação correndo na justiça e fosse chamado pelo juiz para dar a sua versão, como o IMAGINA que o juiz reagiria:

- ▶ O juiz respeitaria os seus direitos como cidadão?
- ▶ O juiz daria oportunidade para o(a) sr(a) contar sua versão?
- ▶ O juiz seria influenciado por seus argumentos?
- ▶ O juiz ouviria todos os lados para tomar uma boa decisão?

Estas questões exploram a confiança e a crença no judiciário dos entrevistados a partir da expectativa de uma atuação justa por parte dos juízes. Estudos têm demonstrado que o que define a confiança, e a crença na justiça é a percepção de justiça dos procedimentos adotados pelos juízes nos tribunais. Esta percepção também indica o grau de crença que as pessoas têm no estado de direito. Um processo justo se dá quando: a) as pessoas têm oportunidade de dar sua versão do caso; b) o processo de decisão é neutro, baseado em princípios legais “aplicados de modo consistente e em fatos ao invés de opiniões e vieses pessoais” (Rottman, apud Tyler, 2006-2007) e com transparência; c) as pessoas são tratadas com dignidade e polidez, e seus direitos são respeitados; d) as partes são ouvidas pelos juízes, e estes explicam a elas suas ações e decisões. Os resultados dos julgamentos importam para as pessoas, mas também importa e muito para a aceitação das decisões dos tribunais, a percepção que os envolvidos têm dos procedimentos que foram adotados para se chegar àquela decisão/sentença.

Em 1999 os entrevistados revelaram uma forte expectativa de terem seus direitos respeitados, de terem oportunidade para contar sua versão e de serem ouvidos pelo juiz, caso tivessem uma ação correndo na justiça. Menor certeza havia de que seus argumentos influenciariam a tomada de decisão do juiz. Estas expectativas aumentavam, em grau de consenso e intensidade de concordância, à medida em que aumentava a idade dos entrevistados: quanto mais idosos, maior a expectativa de receberem um tratamento justo. Em 2010, estas expectativas positivas se mantêm, porém, caiu a quase unanimidade em relação ao tratamento que receberiam. Paradoxalmente, melhorou a expectativa de conseguirem influenciar a decisão do juiz com seus argumentos. A tendência de aumentar a expectativa positiva, com a idade do entrevistado, se manteve.

Tabela 201: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
O juiz respeitaria os seus direitos como cidadão?	78,9	86,8	87,2	88,2	87,2	91,4	87,3
O juiz daria oportunidade para você contar sua versão?	81,7	89,9	89,8	86,4	87,6	89,5	88,2
O juiz seria influenciado por seus argumentos?	54,9	58,4	57,7	54,7	55,8	60,7	57,2
O juiz ouviria todos os lados para tomar uma boa decisão?	79,9	89,6	88,2	88,6	87,6	89,6	88,1

Tabela 202: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
O juiz respeitaria os seus direitos como cidadão?	84,5	92,9	92,2	91,3	94,5	95,8	92,1
O juiz daria oportunidade para você contar sua versão?	89,7	92,8	91,0	90,6	93,9	96,1	92,2
O juiz seria influenciado por seus argumentos?	51,8	58,7	50,9	49,9	52,7	61,9	54,5
O juiz ouviria todos os lados para tomar uma boa decisão?	85,9	90,3	91,8	92,4	91,1	96,4	91,4

Em 1999, as diferenças entre as cidades eram mais evidentes em relação ao item: influenciar a decisão do juiz por seus argumentos. Os entrevistados em Belém e em Belo Horizonte, em sua maioria, não acreditavam que conseguiriam influenciar a decisão de um juiz – apenas 30,6% responderam “sim” em Belém, e 37,8% em Belo Horizonte. Em Salvador havia a maior certeza, entre as capitais, de conseguirem influir na decisão de um juiz com seus argumentos: 61,4% dos entrevistados responderam “sim”.

Em 2010, há mais diferença entre as capitais que em 1999: em Belém e em Belo Horizonte as expectativas de tratamento justo declinaram em relação a 1999 tendo melhorado apenas em relação a influenciar a decisão do juiz. Belém apresenta os menores percentuais de expectativa positiva em relação ao judiciário e em Porto Velho os maiores percentuais, o que representa uma inversão em relação às expectativas expressas naquela cidade em 1999. Em Belo Horizonte a maioria (57,1%) passou a responder “sim”, e em Belém o percentual de “sim” subiu para 44,9%. Porém, a certeza que havia em Salvador, quanto a esta capacidade de influenciar, inverteu-se, e em 2010, apenas 49,1% responderam afirmativamente a esta questão. Em geral, há mais expectativa de um julgamento justo em Porto Velho e Goiânia em 2010 do que em 1999. Em Porto Velho os entrevistados revelam a maior expectativa de influir na decisão de um juiz: 95%. Nisto são seguidos por entrevistados de Fortaleza, Porto Alegre e Manaus.

Tabela 203: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
O juiz respeitaria os seus direitos como cidadão?	97,5	96,5	70,1	89,2	83,6	89,5	91,8	88,9	81,1	87,8	88,8	87,3
O juiz daria oportunidade para você contar sua versão?	98,5	97,0	70,1	95,6	85,2	87,1	91,8	92,9	77,3	90,0	90,5	88,2
O juiz seria influenciado por seus argumentos?	95,0	63,9	44,9	69,4	57,1	52,7	51,6	51,7	49,1	59,4	65,5	57,2
O juiz ouviria todos os lados para tomar uma boa decisão?	98,0	97,0	69,5	93,5	83,3	87,1	95,4	92,8	81,5	89,1	91,5	88,1

Tabela 204: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
O juiz respeitaria os seus direitos como cidadão?	88,3	91,7	90,8	-	92,9	91,2	94,7	94,9	89,6	92,1	95,8	92,1
O juiz daria oportunidade para você contar sua versão?	93,2	93,9	95,9	-	94,9	91,3	93,9	92,9	93,7	91,0	91,6	92,2
O juiz seria influenciado por seus argumentos?	55,4	57,1	30,6	-	37,8	53,0	56,0	57,0	61,4	59,5	53,7	54,5
O juiz ouviria todos os lados para tomar uma boa decisão?	83,8	89,4	90,6	-	89,8	90,2	93,8	93,8	92,2	91,8	93,5	91,4

As respostas dos entrevistados, nos dois períodos, apontam para uma boa expectativa de tratamento por parte da justiça, ou seja esperam receber um julgamento justo e sugerem uma crença no Estado de Direito.

Legitimidade e confiança no governo na área da segurança pública

Neste tópico, e nos seguintes, são explorados alguns temas básicos para se entender a disposição das pessoas de cooperarem com as agências encarregadas de aplicar as leis: a legitimidade destas autoridades e a disposição do público de dar poder a estas agências para que possam aplicar leis que restringem as ações de indivíduos e que definem o acesso a recursos (Tyler, 1995). A legitimidade da autoridade se refere a “crença de que a mesma é a mais apropriada para tomar decisões e, portanto, deveria ter poder discricionário para tomar decisões em nome da comunidade” (Rogowski, 1974; Sears, Tyler, Citrin, & Kinder, 1978; Tyler, 1990; Tyler & Lind, 1992; Weatherford, 1992- apud Tyler, 1995).

Legitimidade envolve várias dimensões: a) confiança nas autoridades - expressa pela crença de que as autoridades são honestas e competentes ao tomar decisões; b) disposição em aceitar voluntariamente as decisões das autoridades e c) sensação de obrigação de seguir as leis que as autoridades promulgam (Tyler, 1995). Estas dimensões foram pesquisadas através da apresentação de uma série de frases que são apresentadas nos tópicos a seguir.

Crença na capacidade do governo de tomar decisões

Em 1999, a maioria dos entrevistados expressava mais descrença na capacidade do governo de tomar decisões sobre segurança pública do que crença. A descrença era maior entre os mais jovens, sendo que entre os mais idosos (60 anos ou mais) ocorria o oposto: maior crença na capacidade do governo de tomar decisões “para o bem de todos” na área da segurança pública. Em 2010 ocorreu uma inversão: a maioria tende a concordar com a frase, ainda de modo fraco, pois a maior parte destes diz concordar “em parte”, quase que de modo condicional. Assim como em 1999, há maior crença nesta capacidade dos governantes entre as pessoas de maior idade.

Tabela 205: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	18,7	18,5	18,4	19,2	23,0	29,0	21,0
Concorda em parte	32,2	36,0	36,9	38,3	35,9	36,0	36,3
Discorda em parte	22,6	20,5	20,8	19,8	19,8	17,2	20,0
Discorda totalmente	26,5	25,1	24,0	22,7	21,3	17,8	22,8

Tabela 206: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	15,2	13,5	13,7	20,9	20,0	26,5	17,3
Concorda em parte	18,3	23,6	23,2	18,9	24,1	24,7	22,3
Discorda em parte	20,4	17,5	24,4	17,1	14,0	17,3	19,0
Discorda totalmente	46,1	45,4	38,8	43,1	41,9	31,5	41,4

Em 1999 havia forte certeza de que as autoridades não tomavam as melhores decisões, para o bem de todos em São Paulo. O mesmo ocorria no Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, Belém e Belo Horizonte: a maioria (somando-se total e em parte) não acreditava que as autoridades tomassem as melhores decisões para o bem de todos. Em Porto Velho, Manaus, Goiânia e Salvador ocorria o oposto, a maioria expressava crença na capacidade das autoridades decidirem o melhor para o bem de todos na área da segurança pública.

Em 2010 em São Paulo e em Belo Horizonte os entrevistados, em sua maioria (totalmente e em parte), continuam a expressar a descrença nestas decisões das autoridades, ainda que tenha havido um crescimento daqueles que concordam (totalmente e em parte) com a frase. Nas outras cidades, onde antes predominava a descrença na capacidade das autoridades em decidir sobre estes temas pelo bem comum, houve uma inversão: no Rio de Janeiro, em Recife, em Porto Alegre e em Belém a maioria (somados concorda totalmente e em parte) expressa crença nesta capacidade das autoridades. Em Porto Velho, Manaus, Goiânia, e Salvador mantiveram-se os resultados positivos (crença na capacidade) porém, apenas em Porto Velho aumentou a concordância total com a frase: na outras três destas cidades (Manaus, Goiânia, e Salvador), caiu o concordar total e cresceu o “em parte”. Estes resultados demonstram que na percepção dos entrevistados, vem melhorando a avaliação que fazem da capacidade das autoridades tomarem as melhores decisões para o bem de todos, na área da segurança pública.

Tabela 207: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	32,0	29,2	23,9	16,0	14,6	27,0	17,4	30,2	25,3	17,3	13,0	21,0
Concorda em parte	43,5	49,2	36,0	45,3	35,6	35,0	36,4	33,2	39,7	31,5	49,5	36,3
Discorda em parte	14,0	16,4	20,3	20,3	29,2	15,7	16,4	20,1	22,6	20,2	22,0	20,0
Discorda totalmente	10,5	5,1	19,8	18,3	20,6	22,3	29,7	16,6	12,3	31,0	15,5	22,8

Tabela 208: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	29,6	47,0	18,8		16,3	10,4	36,8	23,7	28,0	13,0	16,0	17,3
Concorda em parte	24,5	21,0	27,1		24,5	25,4	22,1	17,5	26,9	18,7	26,6	22,3
Discorda em parte	14,3	13,0	16,7		30,6	23,3	8,4	24,7	11,8	16,2	22,3	19,0
Discorda totalmente	31,6	19,0	37,5	-	28,6	41,0	32,6	34,0	33,3	52,1	35,1	41,4

Delegação de poder

Se as autoridades são percebidas como competentes e capazes de tomarem decisões em prol do bem de todos, pode-se delegar a elas maior poder para decidir. Porém, esta delegação pode também envolver uma certa dose de submissão autoritária, isto é, um potencial para aceitar decisões arbitrárias, de caráter autoritário, que ao invés de garantirem a segurança, promovam o crescimento da insegurança.

A frase utilizada para se medir esta disposição foi: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência”. As expressões chave nesta frase são: “ter todo o poder” e o verbo “impor”. Em 1999 a maioria concordava totalmente com esta frase, com pequenas diferenças entre faixas etárias. Em 2010 a concordância se tornou mais fraca, agora é necessário somar “concorda totalmente” e “em parte” para se ultrapassar 50%. A queda na concordância ocorreu em todas as faixas etárias. Esta queda ocorreu através do crescimento da discordância da mesma. Este crescimento ocorreu em todas as faixas de idade, porém em menor escala entre aqueles de 40 a 49 anos.

Tabela 209: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	43,0	43,9	45,5	45,0	45,9	48,2	45,3
Concorda em parte	26,7	31,3	29,7	29,6	29,2	28,5	29,5
Discorda em parte	12,8	13,0	12,6	14,0	12,1	13,4	13,0
Discorda totalmente	17,5	11,9	12,3	11,5	12,7	9,9	12,2

Tabela 210: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	72,5	67,8	66,0	66,5	70,2	73,6	68,7
Concorda em parte	11,7	20,0	16,1	18,2	17,7	17,3	17,3
Discorda em parte	3,2	5,4	4,5	4,2	4,3	1,0	4,1
Discorda totalmente	12,6	6,8	13,4	11,1	7,8	8,1	10,0

Em 1999, a delegação de poder às autoridades era mais intensa em Goiânia, Salvador, Manaus, Belo Horizonte, Porto Velho, Belém e Porto Alegre. Surpreende a presença de Belo Horizonte e Belém nesta lista, pois nesta época, nas duas cidades a maioria não acreditava na capacidade das autoridades de tomarem as melhores decisões, em prol do bem comum, na área da segurança pública, o que ocorria nas outras capitais estudadas. Recife, São Paulo e Rio de Janeiro foram as cidades onde, apesar de os entrevistados em sua maioria concordarem com a frase, houve também maior discordância com a frase. Em 2010, caiu a concordância total com a frase em todas as cidades. Apenas em Belém e em Salvador a maioria continua concordando totalmente com a frase. Em todas as

outras cidades é necessário somar concorda totalmente com em parte para se estabelecer a maioria. Em todas as cidades a discordância total cresceu sendo que o maior crescimento se deu em Porto Alegre, Porto Velho e em Belo Horizonte.

Tabela 211: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	23,7	38,8	59,3	46,0	31,4	45,7	57,4	43,5	54,1	47,4	26,2	45,3
Concorda em parte	40,9	36,8	20,1	40,6	33,8	32,3	14,2	37,5	24,2	25,3	36,6	29,5
Discorda em parte	20,2	15,4	9,1	7,7	19,4	11,2	9,6	10,0	10,5	13,7	22,8	13,0
Discorda totalmente	15,2	9,0	11,6	5,7	15,4	10,8	18,8	9,0	11,2	13,6	14,4	12,2

Tabela 212: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	73,7	78,0	73,5	-	75,0	62,2	89,1	53,1	84,5	65,9	71,7	68,7
Concorda em parte	14,7	3,0	11,2	-	16,0	25,7	5,4	15,3	7,2	18,6	15,2	17,3
Discorda em parte	2,1	5,0	8,2	-	4,0	4,4	0,0	8,2	3,1	3,4	4,0	4,1
Discorda totalmente	9,5	14,0	7,1	-	5,0	7,8	5,4	23,5	5,2	12,1	9,1	10,0

Deferência com as leis

Qual o grau de deferência dos entrevistados em relação às leis? O submeter-se às leis em geral é medido através da disposição das pessoas em obedecer, mesmo aquelas leis que consideram injustas ou ineficientes, ou cuja promulgação ocorreu através de ações de partidos ou grupos políticos com as quais não simpatizam. Para medir esta deferência para com as leis foram utilizadas duas frases:

- ▶ É difícil você sentir que as leis o(a) protegem;
- ▶ As pessoas devem obedecer às leis, mesmo quando elas acham que as leis não estão certas.

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte.

Em 1999, a maioria concordava com a frase “É difícil você sentir que as leis o protegem”, sendo que a concordância era mais forte entre os entrevistados mais jovens. Entre os entrevistados mais idosos, esta concordância majoritária requeria somar as respostas “concorda totalmente” com “concorda em parte”. Em 2010 caiu a concordância total com a frase, sendo que cerca de $\frac{1}{4}$ dos entrevistados discordam da frase (total e em parte), ou seja, ainda que a maioria continue a expressar um sentimento de falta de proteção por parte das leis, esta maioria não cresceu no período. Além disso, um número crescente de pessoas discorda da frase. O maior aumento da discordância em relação à frase ocorreu no grupo mais jovem (19 anos ou menos) onde 17,1% discordavam (total e em parte) em 1999 e 28,6% passaram a discordar (total e em parte) em 2010.

Se as pessoas não sentem que as leis as protegem, devem elas obedecer tais leis? Em 1999, a maioria dos entrevistados concordava totalmente com esta frase: ou seja, não se desenvolvia um cinismo em relação às leis: apesar de nem sempre sentirem que as leis os protegiam, não havia a defesa de uma desobediência coletiva em relação às leis, nem mesmo àquelas consideradas injustas. Os mais jovens foram os que mais discordavam da frase: ou seja que mais expressavam disposição de não obedecer leis consideradas injustas. Cerca de $\frac{1}{3}$ deles discordavam, em parte e total da frase: “As pessoas devem obedecer às leis, mesmo quando elas acham que as leis não estão certas”.

Em 2010 a tendência dos entrevistados ainda é de concordar com a frase sobre o dever de obedecer às leis, ainda que injustas. Porém, a concordância total caiu em todas as faixas etárias, tendo crescido muito a concordância em parte e a discordância em parte, ou seja, aumentam as dúvidas ou restrições dos entrevistados a uma obediência irrestrita às leis. Isto surpreende porque esta queda está acompanhada de uma queda na sensação de falta de proteção das leis, sugerindo maior crença ou sensação de que estas leis lhes dão garantias e segurança. Se as pessoas se sentem mais protegidas pelas leis, porque aumenta o potencial de desobediência de leis que são consideradas “não certas”? Estes paradoxos exigem uma análise aprofundada.

Tabela 213: Grau de concordância com a afirmação: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	37,6	40,2	39,3	41,9	36,9	33,8	38,7
Concorda em parte	33,8	34,8	39,0	34,1	36,0	39,0	36,3
Discorda em parte	14,9	16,3	12,1	14,6	17,1	14,1	14,8
Discorda totalmente	13,7	8,6	9,6	9,5	10,0	13,0	10,3

Tabela 214: Grau de concordância com a afirmação: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	66,3	64,1	59,6	58,2	63,5	49,4	60,3
Concorda em parte	16,6	15,7	23,1	21,4	22,4	24,5	20,3
Discorda em parte	4,2	6,6	6,2	6,2	6,4	7,3	6,2
Discorda totalmente	12,9	13,5	11,1	14,2	7,7	18,9	13,2

Tabela 215: Grau de concordância com a afirmação: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas.” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	36,4	33,8	37,3	38,8	39,3	42,8	37,9
Concorda em parte	34,0	36,4	34,3	34,0	36,1	32,3	34,7
Discorda em parte	15,8	15,4	15,9	15,1	13,2	12,2	14,6
Discorda totalmente	13,9	14,4	12,6	12,1	11,4	12,7	12,8

Tabela 216: Grau de concordância com a afirmação: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas.” X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	55,3	49,8	51,0	55,0	50,1	58,1	52,7
Concorda em parte	13,1	21,6	17,9	16,6	21,7	18,5	18,6
Discorda em parte	8,7	8,1	9,3	9,8	11,0	8,7	9,1
Discorda totalmente	23,0	20,5	21,8	18,7	17,2	14,7	19,7

Em 1999 as diferenças entre as capitais no que tange à sensação de proteção das leis eram claras. Ainda que, na maioria das capitais, predominasse a sensação de falta de proteção das leis, isto era expresso de modo mais intenso e definido em algumas capitais. Os entrevistados de Goiânia, Porto Velho, Porto Alegre, Manaus e São Paulo eram os que mais fortemente expressavam concordar com a sensação de falta de proteção das leis, sendo que, em Manaus, além de alta concordância, havia também a mais alta discordância da amostra: pouco mais de 1 em cada 4 entrevistados discordava totalmente da frase sugerindo que se sentiam protegidos pelas leis. Em Belém, esta expressão estava próxima da média das capitais e em Salvador, Belo Horizonte e Recife estavam abaixo da média, sendo que nestas duas últimas capitais era necessário somar as respostas “concorda totalmente” e “concorda em parte” para se obter mais de 50% das respostas.

Em 2010 a concordância total com esta frase caiu, permanecendo mais alta em Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo e Belém. Cresceram a “concordância em parte” e “discordância em parte” nas capitais: Manaus, Porto Velho, Salvador e Porto Alegre. Estas também cresceram em Recife e Belo Horizonte, porém em menor intensidade. Caiu também a discordância total em oito das capitais estudadas. Em Belém, Belo Horizonte e Rio de Janeiro ocorreu o oposto: houve um ligeiro crescimento desta opção.

Quanto a obedecer a uma lei que “não está certa”, em 1999 houve maior concordância com esta frase em Porto Alegre, seguida de Porto Velho, São Paulo, Goiânia e Manaus. A maior discordância (total e em parte) ocorreu em Manaus, Belém, Recife e Salvador, cidades onde ao menos 1/3 dos entrevistados discordaram totalmente ou em parte da frase. Em 2010, em várias das capitais que, em 1999, haviam se destacado por alta concordância com esta frase, houve uma queda substancial. Em Porto Velho o “concorda totalmente” caiu de 59,2% para 25%; em Porto Alegre caiu de 66,7% para 28,2%; e em Manaus caiu de 53,1% para 25,1%. Em São Paulo e Goiânia a queda no concordar foi muito menor, sendo que em Goiânia o que ocorreu foi um forte crescimento do discordar (total e em parte 39,2%). Em todas as cidades cresceu o “concorda em parte” assim como o “discorda em parte”. Processo semelhante ocorreu em São Paulo mas menos intenso que em Goiânia, 31,3% de discorda em São Paulo e em Porto Alegre há 35,8% de discordância (total e em parte). Ou seja, se antes não havia dúvida que qualquer lei deveria ser obedecida à revelia do julgamento que fosse feito sobre sua justeza, em 2010, as dúvidas cresceram e muito, em algumas das capitais estudadas.

As respostas a estas frases seguem a tendência observada em todas as escalas: em 2010 os entrevistados passaram a adotar os pontos intermediários das escalas. O significado destas mudanças tem que ser buscado no padrão, mais geral, de respostas dadas a conjuntos de perguntas. Isto exige uma análise detalhada dos dados. Por exemplo, será necessário cruzar estas respostas com as questões sobre eficácia em relação a polícia e a justiça, bem como com outras questões sobre legitimidade do governo.

Tabela 217: Grau de concordância com as afirmações: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	25,0	25,1	41,7	37,0	24,7	43,8	55,7	39,6	34,8	41,2	28,2	38,7
Concorda em parte	46,5	49,7	27,6	43,3	35,7	33,8	35,6	37,1	43,0	32,9	44,1	36,3
Discorda em parte	19,5	17,4	15,1	10,7	26,3	11,3	5,7	15,2	17,1	14,1	21,8	14,8
Discorda totalmente	9,0	7,7	15,6	9,0	13,3	11,2	3,1	8,1	5,1	11,9	5,9	10,3

Tabela 218: Grau de concordância com as afirmações: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	69,4	66,3	61,2	-	49,0	57,2	72,6	49,5	53,1	64,2	68,7	60,3
Concorda em parte	13,3	5,1	20,4	-	25,0	26,9	9,5	27,4	19,4	17,3	21,2	20,3
Discorda em parte	6,1	2,0	5,1	-	13,0	5,4	5,3	11,6	11,2	4,8	1,0	6,2
Discorda totalmente	11,2	26,5	13,3	-	13,0	10,4	12,6	11,6	16,3	13,7	9,1	13,2

Tabela 219: Grau de concordância com as afirmações: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	25,0	25,1	41,7	37,0	24,7	43,8	55,7	39,6	34,8	41,2	28,2	38,7
Concorda em parte	43,8	45,9	30,8	48,0	37,3	34,2	32,7	34,8	29,2	30,9	41,8	34,7
Discorda em parte	18,4	12,8	19,2	10,3	15,0	9,9	12,2	20,9	16,5	15,9	19,9	14,6
Discorda totalmente	7,5	9,2	17,7	10,7	11,0	9,9	27,0	11,4	5,8	15,4	15,9	12,8

Tabela 220: Grau de concordância com as afirmações: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas” X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	59,2	53,1	47,0	-	50,5	51,9	53,2	48,5	49,5	53,4	66,7	52,7
Concorda em parte	18,4	11,2	18,0	-	18,6	21,6	14,9	17,5	17,9	18,7	15,2	18,6
Discorda em parte	6,1	8,2	10,0	-	15,5	10,1	9,6	13,4	5,3	7,8	6,1	9,1
Discorda totalmente	16,3	27,6	25,0	-	15,5	16,5	22,3	20,6	27,4	20,1	12,1	19,7

C. DISPOSIÇÃO EM ABANDONAR PROTEÇÕES LEGAIS

Ao estudar o que denominaram de “teorias do senso comum de justiça”, Boeckmann e Tyler (1997) examinaram através de várias pesquisas, a punitividade do público. O objetivo inicial destes pesquisadores era o de encontrar explicações para o apoio que parte da população do estado da Califórnia dava à lei sobre os três delitos: “the three strikes law.” Esta lei retirou dos juízes o direito de definir a sentença de pessoas que fossem condenadas pela terceira vez por delito envolvendo uso de violência. Estas pessoas passariam a ser automaticamente sentenciadas à prisão perpétua. A este objetivo inicial foi agregado outro associado, que é o de entender o que leva as pessoas a abandonar proteções legais quando se trata de pessoas suspeitas de terem violado a lei.

A questão do motivo pelo qual algumas pessoas são colocadas à margem da lei tem sido levantada em vários campos do conhecimento e há muita convergência entre os resultados: grupos políticos, religiosos, étnicos, etc. que de alguma maneira desviam da ordem moral dominante e são mais vulneráveis a terem seus direitos a proteções legais - garantidos universalmente pela Constituição - violados se percebidos como representando uma ameaça aos valores ou modo de vida das pessoas. Dentre estes grupos se incluem os suspeitos de delinquir.

Ainda segundo Boeckmann e Tyler (1997), as pessoas, ao julgarem quem tem direito às proteções legais, não são justas: elas discriminam em função do perigo que atribuem ao suspeito. As proteções legais seriam aplicáveis apenas àqueles grupos com os quais as pessoas se identificam. Assim, não haveria uma aplicação universal e automática das proteções legais a todos que habitam aquele país, estado ou cidade. As pessoas exerceriam claramente o que Opatow (1986) define como exclusão moral: ao (a) suspeito(a) não se aplicam os princípios de justiça vigentes no país, pois esta pessoa não faz parte do mundo moral onde se aplicam estas regras e proteções. Boeckmann e Tyler (1997) estudaram dois tipos de motivos para esta negação de proteção: instrumentais - que seriam aquelas justificativas para negarem proteção legal a alguém pelo tipo de ameaça física ou de perda financeira que aquela pessoa representaria e motivos simbólicos - que se referem à ameaça que a pessoa suspeita de transgredir e representam os valores individuais ou da comunidade. Neste último tipo de motivo a ameaça não está no perigo apresentado pela pessoa, mas no fato de que esta pessoa não pertence à comunidade de valores, não compartilha das mesmas normas sociais e é percebida como violadora das regras valorizadas pela sociedade.

Disposição em abandonar as proteções legais em relação à polícia

Como pode agir a polícia em relação a suspeitos? O que se espera que a polícia faça? Espera-se que ela obedeça às leis ou as “adapte” de acordo com a situação e o momento? Para medir estas expectativas foram apresentadas aos entrevistados quatro situações envolvendo a polícia e um suspeito e solicitado que eles dissessem o quanto concordavam ou discordavam da ação da polícia:

Um policial pode:

- ▶ Invadir uma casa
- ▶ Atirar em um suspeito

- ▶ Agredir um suspeito
- ▶ Atirar em suspeito armado

Tanto em 1999 como em 2010, as respostas dos entrevistados foram negativas: todos discordaram claramente que a polícia possa invadir uma casa, atirar em um suspeito, e agredir um suspeito. A ação da polícia frente um suspeito armado provoca mais dúvida. Em 1999 a tendência dos entrevistados era de discordar: 45,4% discordavam totalmente, e outros 11,8% concordavam em parte, que a polícia poderia atirar em um suspeito armado, porém em 2010 houve uma queda no discordar totalmente (38%) e cresceu o discordar em parte (16,7%), logo, ainda se pode dizer que a tendência é de discordar desta ação, mas com menos força que em 1999. A tendência de queda na intensidade do discordar ocorreu em relação a todas as outras condições apresentadas. Assim considerando-se o conjunto de respostas poder-se-ia dizer que houve, no período, uma diminuição nos interditos às ações da polícia que violam a lei e uma maior propensão para aceitar a um certo arbítrio na aplicação das disposições legais.

Tabela 221: Um policial pode, 2010

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Invadir uma casa	5,5	17,5	13,3	63,8
Atirar em um suspeito	3,2	13,4	14,8	68,6
Agredir um suspeito	3,6	13,1	15,4	67,9
Atirar em suspeito armado	15,9	29,4	16,7	38,0

Tabela 222: Um policial pode, 1999

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
Invadir uma casa	3,2	12,4	6,1	78,4
Atirar em um suspeito	1,9	5,1	5,1	87,9
Agredir um suspeito	1,8	4,8	4,7	88,7
Atirar em suspeito armado	16,0	26,8	11,8	45,4

Esta espécie de flexibilização das proteções legais ocorreu em todos os grupos etários e em todas as capitais estudadas. Discordar totalmente das ações da polícia caiu em todas as capitais pesquisadas, em relação a todas estas frases sendo que em 6 delas ocorreu uma inversão: as pessoas passaram a concordar mais do que discordar que a polícia pode atirar em um suspeito armado. Apenas no Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo os entrevistados continuam a discordar deste tipo de ação.

Tabela 223: Um policial pode (discordam totalmente) X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Invadir uma casa	64,6	60,0	61,6	65,8	67,1	65,7	63,8
Atirar em um suspeito	71,5	65,6	68,8	66,7	71,2	70,7	68,6
Agredir um suspeito	66,3	64,2	67,0	68,2	72,6	70,0	67,9
Atirar em suspeito armado	36,5	31,8	39,1	38,5	43,0	40,7	38,0

Tabela 224: Um policial pode (discordam totalmente) X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Invadir uma casa	77,5	76,3	79,9	79,3	75,5	81,3	78,4
Atirar em um suspeito	87,4	87,4	90,0	89,4	86,5	84,9	87,9
Agredir um suspeito	88,0	85,6	90,4	91,6	89,9	87,9	88,7
Atirar em suspeito armado	39,1	39,8	49,8	46,5	51,0	48,4	45,4

Tabela 225: Um policial pode (discordam totalmente) X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Invadir uma casa	44,8	55,7	65,4	64,1	51,2	68,4	57,4	70,8	62,5	66,7	50,8	63,8
Atirar em um suspeito	49,8	53,0	68,8	63,1	60,5	73,9	72,5	77,7	67,0	72,4	45,6	68,6
Agredir um suspeito	50,3	54,7	69,5	62,8	58,3	74,6	74,6	77,2	64,7	71,0	42,1	67,9
Atirar em suspeito armado	24,9	18,3	30,8	27,0	31,3	42,8	30,2	41,8	38,5	44,4	25,3	38,0

Tabela 226: Um policial pode (discordam totalmente) X Capitais, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Invadir uma casa	77,6	76,0	89,0	-	68,7	75,8	85,6	88,7	88,0	78,6	66,0	78,4
Atirar em um suspeito	79,6	71,7	89,0	-	82,0	85,3	90,8	85,6	94,0	90,8	90,9	87,9
Agredir um suspeito	79,6	69,7	87,0	-	86,0	86,3	89,9	91,8	89,9	91,7	93,9	88,7
Atirar em suspeito armado	51,6	49,0	48,0	-	34,0	37,3	64,3	69,1	42,1	47,5	44,8	45,4

Disposição em abandonar as proteções legais em Relação à Justiça

Uma das manifestações da punitividade, como apontam Boeckmann e Tyler (1997), se expressa através da percepção de que as proteções garantidas na Constituição e no cerne do Estado de Direito são privilégios de quem delinqüe em detrimento dos cidadãos que respeitam as leis. Segundo estes autores, a punitividade alimentaria a idéia de que é necessário restringir o direito de acusados de cometerem crimes ao devido processo legal com todas as garantias constitucionais, ou seja, ao próprio Estado de Direito, porque estes acusados, com freqüência manipulariam estes direitos às custas da sociedade. Esta idéia de limitar a proteção de acusados faria parte das “teorias de justiça do senso comum”. O que leva as pessoas a negar estes direitos a outros acusados de quebrarem as leis? Esta é a pergunta que Boeckmann e Tyler (1997) procuraram responder em suas investigações. Para tanto desenvolveram, entre outras medidas, uma série de questões sobre a justiça e acusados que foram utilizadas no *survey* aqui relatado, mas apenas em 2010:

Frases:

- ▶ É melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente,
- ▶ Os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso,
- ▶ Um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis,
- ▶ O Judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados,

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte

A frase que evoca maior concordância por parte da amostra nas 11 capitais é aquela em que “um grande número de pessoas escaparia da prisão por brechas na lei”: 53,7% dos entrevistados concordam totalmente com esta frase. Em seguida, com menor intensidade, tem-se o concordar com a necessidade de prisão temporária para quem é acusado de crimes graves (47,7% de “concorda totalmente” mais 26,9 % de “concorda em parte”), e por fim o concordar com uma preocupação excessiva do Judiciário com os direitos dos acusados (31,7 % de “concorda totalmente” mais 33,2 % de “concorda em parte”). Entre os entrevistados que discordam que seja melhor deixar 10 pessoas culpadas livres, que errar condenando uma inocente: 36,1% discordam totalmente e 18,3% discordam em parte. Estes resultados em linhas gerais seguem os obtidos por Boeckmann e Tyler (1997), com uma diferença muito importante: os entrevistados nos Estados Unidos não aceitam errar condenando um inocente: 56% dos americanos concordam que condenar um inocente é pior que deixar culpados escaparem da prisão. Há maior consenso os entrevistados de Boeckmann e Tyler do que no *survey* das capitais quanto: às pessoas escaparem da punição por brechas nas leis (85% concordam) e que o Judiciário se preocuparia muito com os direitos dos acusados (47% concordam). Quanto à necessidade de prisão temporária para acusados de crimes graves, o percentual de concordância é praticamente o mesmo que o encontrado no *survey*: 47,7% concordam.

Não se observam diferenças entre as faixas etárias no padrão de concordância ou discordância em relação às frases. As diferenças entre as cidades são marcantes, pois em quatro das capitais a maioria concorda que é melhor deixar 10 pessoas culpadas livres que punir um inocente: Porto Velho, Recife, Salvador e Porto Alegre. Ou seja, nestas

idades os entrevistados vão na contramão da amostra nacional, aparentemente expressando maior valorização da proteção aos inocentes. Em outras quatro cidades há maior apoio para que pessoas acusadas de crimes graves esperem o término das investigações na cadeia: Fortaleza, Rio de Janeiro, Goiânia e Recife. A concordância com a existência de um grande número de acusados que escapam da justiça por brechas na lei, produz maior consenso em 6 capitais: Belém, Goiânia, Rio de Janeiro, Salvador, Recife e São Paulo. Já o papel do Judiciário em defender mais os direitos dos acusados provoca maior consenso em Belém e no Rio de Janeiro. Em análise posterior, as respostas a estas questões serão reunidas em um único fator que indicará a disposição em abandonar as proteções legais.

Tabela 227: Grau de concordância com diversas frases, 2010

	Concorda totalmente	Concorda em parte	Discorda em parte	Discorda totalmente
É melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente.	24,1	21,5	18,3	36,1
Os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso.	47,7	26,9	13,1	12,3
Um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis.	53,7	26,9	9,6	9,9
O judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados.	31,7	33,2	17,0	18,2

Tabela 228: Grau de concordância com a afirmação “É melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	23,2	22,1	23,2	24,1	26,3	26,4	24,1
Concorda em parte	21,3	21,0	23,7	21,8	20,7	20,1	21,5
Discorda em parte	17,6	17,8	18,4	20,2	19,5	15,8	18,3
Discorda totalmente	37,9	39,2	34,8	33,9	33,6	37,7	36,1

p = 0,371

Tabela 229: Grau de concordância com a afirmação “Os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	43,5	47,6	47,7	47,5	48,4	49,4	47,7
Concorda em parte	26,6	25,8	28,1	28,4	26,7	25,4	26,9
Discorda em parte	12,6	14,6	12,7	12,8	13,1	12,1	13,1
Discorda totalmente	17,4	12,1	11,5	11,4	11,7	13,1	12,3

p = 0,591

Tabela 230: Grau de concordância com a afirmação “Um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis”, por faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	47,9	53,0	56,1	52,6	51,8	57,9	53,7
Concorda em parte	30,3	27,9	24,5	27,3	29,0	24,2	26,9
Discorda em parte	8,9	10,2	10,3	8,6	9,9	8,7	9,6
Discorda totalmente	12,9	8,9	9,2	11,5	9,4	9,1	9,9

p = 0,187

Tabela 231: Grau de concordância com a afirmação “O judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados”, por faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	26,5	31,3	31,3	33,0	31,2	34,3	31,7
Concorda em parte	29,5	34,0	33,4	33,5	33,8	32,5	33,2
Discorda em parte	19,2	16,7	18,4	14,0	17,8	17,1	17,0
Discorda totalmente	24,8	18,0	16,8	19,4	17,3	16,1	18,2

p = 0,119

Tabela 232: Grau de concordância com a afirmação “É melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	25,8	22,1	20,2	21,6	26,1	23,2	10,2	29,5	19,0	26,7	27,6	24,1
Concorda em parte	36,8	25,3	20,2	26,4	21,4	17,7	20,5	26,3	37,2	16,7	29,7	21,5
Discorda em parte	20,0	16,3	12,8	19,2	27,9	15,8	26,7	18,4	17,8	17,5	18,6	18,3
Discorda totalmente	17,4	36,3	46,8	32,9	24,6	43,4	42,6	25,8	26,0	39,1	24,1	36,1

p < 0,001

Tabela 233: Grau de concordância com a afirmação “Os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso”, por capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	26,4	40,5	49,3	57,7	33,8	58,5	50,8	52,7	41,9	45,7	33,3	47,7
Concorda em parte	43,5	36,8	22,1	31,9	29,7	22,3	18,0	34,8	29,9	24,4	38,4	26,9
Discorda em parte	18,1	14,2	12,1	4,7	23,6	7,7	14,3	7,5	18,6	14,0	20,2	13,1
Discorda totalmente	11,9	8,4	16,6	5,7	13,0	11,4	16,9	5,0	9,6	15,9	8,1	12,3

p < 0,001

Tabela 234: Grau de concordância com a afirmação “Um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis”, por capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	23,6	38,6	56,5	46,3	26,8	66,2	56,2	61,1	55,2	55,5	47,0	53,7
Concorda em parte	40,2	35,5	23,0	37,2	33,0	20,0	28,3	25,8	23,5	26,5	33,5	26,9
Discorda em parte	24,1	15,2	9,0	4,4	23,0	5,0	9,6	8,1	13,5	8,0	13,5	9,6
Discorda totalmente	12,1	10,7	11,5	12,2	17,2	8,9	5,9	5,1	7,9	10,0	6,0	9,9

p < 0,001

Tabela 235: Grau de concordância com a afirmação “O judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados”, por capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	15,8	32,3	42,1	25,1	16,4	41,5	32,0	28,8	25,4	31,9	30,7	31,7
Concorda em parte	41,3	44,6	22,1	47,4	42,1	30,0	37,7	39,4	32,5	27,7	38,5	33,2
Discorda em parte	23,5	13,3	14,2	11,0	24,7	12,8	10,9	21,2	23,6	17,6	19,8	17,0
Discorda totalmente	19,4	9,7	21,6	16,5	16,8	15,7	19,4	10,6	18,6	22,9	10,9	18,2

p < 0,001

D. PENAS E PUNIÇÃO

Imagem da prisão e da pena

As teorias de justiça do senso comum envolvem também imagens da prisão e da pena de prisão, em particular, da eficiência da prisão em reabilitar aqueles que delinqüiram. Para se investigar a imagem da prisão, foram utilizadas frases sobre ser ou não justo que a sociedade pague pelo sistema prisional e sobre a eficiência da pena de prisão para: reabilitar, impedir a reincidência, punir e controlar aqueles que delinqüem.

É justo que os impostos arrecadados sejam utilizados também para manter os presos no sistema? Em 1999, a maioria dos entrevistados discordava desta idéia: 64,5%. A discordância era menor entre os entrevistados mais jovens (< de 19 anos e entre 20 e 29 anos). Em 2010, a maioria continua a discordar da frase, mas o consenso caiu para 56,3%, tendo aumentado o “discorda em parte” e o “concorda em parte”. Caiu também a minoria que concordava totalmente com esta frase: de 14,9% para 8,3%.

As capitais seguem estas tendências, não tendo ocorrido, entre 1999 e 2010, inversões nas posições de concordar ou discordar: os entrevistados que em todas as capitais discordavam que era justo pagar impostos para manter os presos, mantiveram a posição. Em algumas cidades cresceu o número de pessoas que considera injusto pagar impostos “para sustentar os presos”. Isto ocorreu em Belém e em Salvador, sendo que no Rio de Janeiro e em Goiânia a discordância majoritária, entre os entrevistados destas cidades com a frase permaneceu estável. Nas outras 6 capitais onde a discordância total caiu, ocorreram dois processos: cresceu o “discorda em parte” e cresceu o “concorda em parte”. Somando-se as duas categorias (total e em parte) a tendência a discordar da frase se mantém em todas elas, tendo crescido em Manaus. Em São Paulo tanto o discordar quanto o concordar permaneceu estável no período. Somando-se as duas categorias de concorda (total e em parte), em Porto Velho (47%), Porto Alegre (41,6%) , Belo Horizonte (35,2%) e em Recife (33,5%) houve um aumento, em relação a 1999, de pessoas que concordam com a frase. Este aumento ocorreu pelo crescimento do “concordar em parte.” Assim ao contrário do que se observa em relação a outras frases, onde também houve um movimento em direção aos pontos médios da escala (concordar ou discordar em parte) entre 1999 e 2010, nas quais este movimento sugere uma mudança de atitude ou de percepção do problema em pauta, a forte queda no “concorda totalmente” não permite esta interpretação.

Apesar que nestas cidades tenham ocorrido mudanças que podem ser positivas, é legítimo dizer que a maioria dos entrevistados continua a não considerar justo contribuir para a manutenção dos detentos, com todas as conseqüências que isto possa ter: menor probabilidade de empatia e disposição para cobrar das autoridades melhorias nas condições carcerárias, menor tolerância com rebeliões, greves de fome, manifestações de presos para chamar atenção da população para os problemas do sistema, e menor propensão à indignação com abusos e maus tratos que sejam denunciados. Pode sinalizar ainda uma menor resistência à privatização de presídios, se isto vier a significar menor empenho de recursos provenientes de impostos.

Tabela 236: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	11,7	6,8	9,1	7,1	6,6	11,0	8,3
Concorda em parte	16,3	19,0	18,2	18,9	17,7	16,2	18,0
Discorda em parte	18,1	16,9	15,0	17,9	18,8	18,6	17,4
Discorda totalmente	53,8	57,3	57,7	56,1	56,9	54,2	56,3

p = 0,086

Tabela 237: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Faixa etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	16,0	16,3	14,0	13,5	10,8	17,9	14,9
Concorda em parte	14,3	17,0	13,4	13,0	9,7	11,9	13,8
Discorda em parte	11,3	6,9	6,1	4,8	7,3	6,2	6,8
Discorda totalmente	58,5	59,9	66,6	68,8	72,1	64,0	64,5

p < 0,140

Tabela 238: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	14,0	10,5	9,2	7,4	10,4	9,1	8,0	9,0	6,2	7,5	8,1	8,3
Concorda em parte	33,0	25,0	15,4	19,4	24,8	13,4	12,1	24,5	15,1	16,1	33,5	18,0
Discorda em parte	23,0	25,0	11,3	15,1	22,1	16,2	16,1	17,0	19,6	15,9	23,4	17,4
Discorda totalmente	30,0	39,5	64,1	58,2	42,8	61,3	63,8	49,5	59,1	60,5	35,0	56,3

p < 0,001

Tabela 239: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	20,8	28,3	12,2	-	16,3	11,0	18,9	14,9	24,2	12,8	18,6	14,9
Concorda em parte	9,4	8,1	22,5	-	14,3	19,3	12,2	13,8	13,7	9,9	17,5	13,8
Discorda em parte	7,3	5,1	10,2	-	11,2	7,9	4,4	18,1	6,3	4,1	4,1	6,8
Discorda totalmente	62,5	58,6	55,1	-	58,2	61,7	64,4	53,2	55,8	73,1	59,8	64,5

p < 0,001

A explicação para esta reticência, em relação à contribuir para a manutenção do sistema prisional, pode decorrer da eficiência atribuída ao sistema. A eficiência da prisão foi medida levando-se em consideração os delitos violentos. Para tanto, buscou-se inicialmente identificar quais são os crimes violentos que a população acredita que nunca poderiam ficar impunes, que a polícia sempre deveria investigar e a justiça punir. Esta pergunta foi feita aos entrevistados de forma aberta e várias vezes repetida para que os entrevistados pudessem ir completando suas listas. Abaixo é apresentada uma tabela que agrega todas estas citações, para ilustrar os cinco principais crimes mais freqüentemente citados pelos entrevistados.

Tabela 240: Opiniões sobre crimes mais graves que devem ser sempre punidos, 1999-2010 (Questão aberta)

	2010	1999
Estupro	54,1	63,0
Homicídio	40,8	47,3
Latrocínio	16,6	11,7
Seqüestro	15,2	44,5
Estupro infantil	9,6	6,4

Esta lista se refere apenas às primeiras menções feitas pelos entrevistados, mas permite observar que os crimes mais mencionados (espontaneamente), tendem a se manter como prioridades no tempo. Exceção parece ser o seqüestro, talvez entendido como crime que envolve cativo, foi um delito que mudou ao longo da década, tendo sido “substituído” pelo seqüestro “relâmpago”, oficialmente denominado como “extorsão mediante seqüestro” e que pode ser confundido com roubo.

Como mencionado, a eficiência da prisão foi avaliada pelos entrevistados em relação aos efeitos que a prisão poderia ter: punir, dissuadir, reabilitar e controlar. Os resultados mostram que na percepção da população, a prisão é percebida como pouco ou nada eficiente para punir, para dissuadir, para reabilitar ou controlar aqueles que violaram a lei. Em qual aspecto a prisão é menos ineficiente? Para punir (39,9%), e para dissuadir (39,8%). As funções reabilitar e controlar seriam cumpridas na percepção de apenas 39,3% e 40,4% dos entrevistados respectivamente. Ou seja, é justamente a função de reabilitação que é percebida como menos eficiente pelos entrevistados. Não há diferença significativa entre os entrevistados, segundo a faixa etária.

Há diferenças entre as capitais na percepção de eficiência da prisão. A prisão é percebida como eficiente para punir em Porto Velho, Manaus e Belém. É percebida ainda, como dissuadindo potenciais infratores em Belém. Em Porto Velho a prisão é percebida como eficiente na reabilitação e junto com Belo Horizonte e Belém como eficiente ainda no controle de quem cometeu crimes.

Eficiência que a prisão tem sobre crimes violentos

- ▶ Punição para aqueles que cometeram delitos, por retirar a liberdade deles
- ▶ Fazer as pessoas pensarem antes de cometerem um crime e assim evitar novos crimes

- ▶ Reabilitar aqueles que erraram
- ▶ Controlar aqueles que representam ameaça a sociedade

Tabela 241: Avaliação do grau de eficiência que a pena de prisão tem sobre crimes violentos X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Punição para aqueles que cometeram delitos, por retirar a liberdade deles							
Muito eficiente	10,1	11,8	11,8	10,0	10,8	11,2	11,1
Eficiente	34,4	26,0	27,0	27,3	29,9	29,2	28,2
Pouco eficiente	39,9	42,7	41,0	41,8	41,0	40,1	41,3
Nada eficiente	15,7	19,5	20,2	21,0	18,4	19,5	19,4

p = 0,563

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Fazer as pessoas pensarem antes de cometerem um crime e assim evitar novos crimes							
Muito eficiente	16,3	12,3	13,4	11,7	13,3	12,2	12,9
Eficiente	27,3	26,3	23,7	27,7	28,6	24,9	26,3
Pouco eficiente	39,8	40,1	40,4	38,0	37,8	39,3	39,3
Nada eficiente	16,5	21,4	22,5	22,6	20,3	23,7	21,6

p = 0,391

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Reabilitar aqueles que erraram							
Muito eficiente	13,8	12,7	14,1	9,8	10,4	9,6	11,7
Eficiente	27,4	20,4	20,5	22,5	25,2	23,6	22,6
Pouco eficiente	39,3	38,5	36,6	36,2	35,6	37,3	37,1
Nada eficiente	19,5	28,4	28,8	31,4	29,0	29,5	28,6

p = 0,005

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Controlar aqueles que representam ameaça à sociedade							
Muito eficiente	13,1	13,9	16,4	12,0	13,4	12,3	13,6
Eficiente	26,7	21,9	21,2	24,0	25,5	23,6	23,4
Pouco eficiente	40,4	35,8	36,5	35,3	36,6	36,8	36,5
Nada eficiente	19,8	28,5	25,9	28,7	24,5	27,3	26,5

p = 0,088

Tabela 242: Avaliação do grau de eficiência da pena de prisão para crimes violentos X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Punição para aqueles que cometeram delitos, por retirar a liberdade deles												
Muito eficiente	15,3	15,7	17,8	7,8	9,1	9,1	5,6	12,8	11,1	12,5	9,5	11,1
Eficiente	35,0	23,9	30,2	41,2	35,6	23,4	27,7	22,5	31,9	25,9	34,3	28,2
Pouco eficiente	41,9	50,3	32,2	36,8	41,6	42,2	43,1	49,5	43,0	41,2	32,3	41,3
Nada eficiente	7,9	10,2	19,8	14,2	13,8	25,3	23,6	15,3	14,1	20,5	23,9	19,4

p < 0,001

Fazer as pessoas pensarem antes de cometerem um crime e assim evitar novos crimes												
Muito eficiente	12,8	12,5	19,1	12,7	19,7	9,9	9,2	12,5	11,7	13,2	11,9	12,9
Eficiente	37,0	23,5	34,2	36,5	30,4	26,1	25,1	29,5	27,5	22,1	23,4	26,3
Pouco eficiente	38,4	52,0	27,1	37,1	37,8	37,5	40,0	40,5	40,9	41,3	32,8	39,3
Nada eficiente	11,8	12,0	19,6	13,7	12,0	26,5	25,6	17,5	19,8	23,5	31,8	21,6

p < 0,001

Reabilitar aqueles que erraram												
Muito eficiente	21,8	17,1	19,4	12,0	19,7	9,7	6,1	12,5	9,7	10,2	10,5	11,7
Eficiente	40,6	18,1	27,4	34,8	27,3	20,2	26,4	25,5	19,3	19,9	22,5	22,6
Pouco eficiente	27,7	44,7	25,9	35,1	29,0	37,3	39,6	40,0	46,0	37,7	33,0	37,1
Nada eficiente	9,9	20,1	27,4	18,1	24,0	32,8	27,9	22,0	25,0	32,3	34,0	28,6

p < 0,001

Controlar aqueles que representam ameaça à sociedade

Muito eficiente	20,8	17,3	22,8	11,0	15,4	12,4	4,6	13,6	12,1	13,5	18,0	13,6
Eficiente	34,7	17,3	27,7	36,5	35,2	19,2	31,0	28,6	18,8	19,7	24,2	23,4
Pouco eficiente	30,2	45,5	25,3	33,8	33,9	36,0	37,1	40,2	38,3	38,0	31,4	36,5
Nada eficiente	14,4	19,8	24,3	18,7	15,4	32,5	27,4	17,6	30,9	28,8	26,3	26,5

p < 0,001

A informação dos entrevistados sobre suas prioridades para punição permitiu a elaboração de uma questão sobre o tipo de punição adequada, na perspectiva deles, para cada tipo de delito. Cinco alternativas foram apresentadas para cada tipo de delito e aos entrevistados coube a tarefa de apontar qual seria a pena mais adequada para cada delito. As penas variavam de leve (prestação de serviços à comunidade) até a pena de morte. As tabelas apresentadas na seqüência, resumem as respostas relativas a aplicação das penas severas, que não constam do Código Penal, porque em conjunto representaram mais de 50 % das respostas. São elas: prisão perpétua; pena de morte e prisão c/ trabalhos forçados. As respostas às outras alternativas listadas: prisão e prestação de serviços, constam do anexo com as tabelas completas.

A pena de maior consenso para o seqüestrador (32,6%), para o marido que mata a mulher (30,5%), para o jovem que mata (37,2%), para o traficante de drogas (28,8%) seria a prisão⁷, sendo que a segunda opção mais freqüente, em todos estes casos, seria a prisão perpétua. Para o político corrupto, a pena de prisão é a primeira mais apontada (37,2%), porém a segunda mais freqüente é a pena de trabalhos forçados. O maior consenso observado entre os entrevistados por tipo de pena que deveria ser aplicada distribui-se do seguinte modo: pena de prisão perpétua para terroristas (35,9%); pena de prisão com trabalhos forçados contra políticos corruptos (28,3%) e a pena de morte aplicada a estupradores (39,5%). Cabe destacar que a menor freqüência de atribuição de pena de morte é para o caso de “jovens que matam”, o que revela que, apesar de todo o discurso em prol de um endurecimento das penas para jovens e de rebaixamento da idade de responsabilidade penal, a aplicação de penas mais duras a jovens não teria tanto apoio como aparece em alguns discursos que circulam na sociedade.

Paradoxalmente são os mais jovens que, com maior freqüência, escolhem a pena de morte como opção, para quase todos os tipos de infratores exceto “político corrupto”. Para esta categoria a pena de morte é mais apontada por entrevistados na faixa etária de 40 a 49 anos. Há uma ligeira tendência dos grupos mais idosos em nomear a prisão perpétua como opção, seguida da pena de trabalhos forçados. É importante ressaltar que a maioria dos entrevistados distribuiu as penas entre os infratores sem dificuldade, ou seja, o fato de algumas delas não existirem no Código Penal não foi um empecilho. É também revelador que os entrevistados tenham feito uso, mais freqüente, das penas que não existem, do que das existentes, o que poderia sugerir que há de fato na população um terreno propício para penas mais severas, ou uma pré-disposição para aceitar um endurecimento das penas em termos de agravamento.

Com o recorte de trabalho direcionado para estas três penas, as informações neste relatório estão resumidas e isto pode resultar em uma distorção. No caso das diferentes cidades, isto apresenta algumas dificuldades, pois nem sempre os três tipos de pena representam mais de 50% das penas atribuídas àquela condição: para o caso de seqüestradores, terroristas e traficantes em todas as cidades as três penas ultrapassam 50%. Para as outras condições há problemas pontuais envolvendo Belém, Goiânia e Manaus. Belém apresenta a mais baixa freqüência de atribuição de penas mais duras no que se refere a seqüestradores e políticos corruptos. Já em Goiânia há duas condições em que os três tipos de pena não atingem, somados 50% - o caso do jovem que mata, e do marido que mata a mulher. Por fim, em Manaus, a condição “jovem que mata” é a única que não chega a 50% somando-se os três tipos de pena.

⁷ Tabela completa no anexo

Comparando-se as respostas por cidade observa-se que em Belo Horizonte, e em menor grau em Porto Velho, os entrevistados tendem a atribuir mais penas de prisão com trabalhos forçados, para todos os infratores, que em outras capitais. Em Manaus os entrevistados apontam mais uso de prisão perpétua, superior à média das capitais para: marido que mata a mulher, estuprador, político corrupto e traficante de drogas. Em Belém 1/5 dos entrevistados propõe pena de morte para jovens que matam – a mais alta frequência da amostra ou seja, lá os entrevistados são menos “duros” com seqüestradores e políticos e mais punitivos com jovens. Fortaleza aparece com a maior frequência de pena de morte para estuprador: 56,5% dos entrevistados apontaram esta opção. No Rio de Janeiro e São Paulo 39% dos entrevistados puniriam terroristas com pena de morte, a mais alta frequência para este tipo de delito. Em Goiânia há maior atribuição de prisão perpétua para seqüestradores, estupradores, traficantes e terroristas que a média da amostra e as mais baixas para marido que mata a mulher e jovens que matam. Em Porto Alegre ocorre a segunda frequência mais alta de apoio a pena de morte para estuprador: 48,3%. Em Recife tem-se a mais alta frequência de pena de morte para seqüestrador (19,2%).

Em geral em todas as cidades as penas mais severas são aquelas atribuídas aos estupradores, seguidos dos terroristas. Em várias cidades as penas para traficantes são mais duras que para os seqüestradores, isto faz algum sentido quando se recorda o papel que os entrevistados atribuem ao uso e tráfico de drogas como causa de violência interpessoal e nas escolas. O fato é que para entender as diferenças na percepção de punição, tem-se que realizar cruzamentos entre estas respostas e as respostas sobre vitimização e percepções de problemas no bairro e na cidade.

Tabela 243: Opiniões sobre o tratamento que deve ser dado aos infratores X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Seqüestradores							
Prisão perpétua	26,6	26,4	33,3	33,3	34,6	33,4	31,5
Pena de morte	15,7	11,4	13,0	13,8	13,6	11,4	12,8
Prisão c/ trabalhos forçados	12,3	18,2	19,6	21,2	18,3	18,5	18,6
Terroristas							
Prisão perpétua	31,8	35,3	36,9	35,5	37,3	36,4	35,9
Pena de morte	31,6	26,9	26,0	25,2	23,8	19,2	25,1
Prisão c/ trabalhos forçados	9,7	11,6	12,3	14,8	13,3	16,1	13,2
Marido que mata a mulher							
Prisão perpétua	29,6	28,7	29,9	32,5	26,9	30,6	29,7
Pena de morte	25,0	19,9	18,1	17,0	16,1	12,7	17,7
Prisão c/ trabalhos forçados	14,7	15,0	17,1	18,6	20,1	16,9	17,2
Jovens que matam							
Prisão perpétua	21,0	21,0	26,2	25,9	22,6	22,4	23,4

Pena de morte	13,8	13,2	10,7	10,6	11,4	8,5	11,2
Prisão c/ trabalhos forçados	17,7	20,5	21,3	23,5	23,7	22,4	21,8
Estuprador							
Prisão perpétua	27,3	30,9	34,0	35,8	36,8	38,4	34,3
Pena de morte	48,4	45,7	40,3	39,5	35,8	28,8	39,5
Prisão c/ trabalhos forçados	8,7	9,7	11,3	11,3	11,6	13,1	11,1
Político corrupto							
Prisão perpétua	21,7	20,3	24,4	20,2	20,8	23,0	21,7
Pena de morte	10,7	8,7	10,2	10,8	8,5	8,3	9,5
Prisão c/ trabalhos forçados	20,4	28,6	26,1	31,9	31,7	26,9	28,3
Traficantes de drogas							
Prisão perpétua	22,1	24,8	29,1	27,1	29,6	30,9	27,6
Pena de morte	12,2	14,3	13,4	16,3	14,5	13,0	14,2
Prisão c/ trabalhos forçados	21,1	22,8	23,1	24,7	25,2	23,0	23,5

Tabela 244: Opiniões sobre o tratamento que deve ser dado aos infratores X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sequestradores												
Prisão perpétua	26,6	28,6	20,7	20,3	30,9	35,7	34,0	23,2	31,9	34,1	29,6	31,5
Pena de morte	7,9	11,3	11,8	16,3	12,6	10,0	10,3	19,2	16,3	12,5	15,3	12,8
Prisão c/ trab. Forçado	18,2	15,8	16,3	29,2	20,6	16,0	15,8	21,2	22,3	17,7	15,8	18,6
Terroristas												
Prisão perpétua	22,2	25,6	24,1	39,2	20,9	21,3	31,0	35,5	33,2	21,7	23,7	25,1
Pena de morte	30,1	32,0	28,6	29,2	37,2	39,0	31,5	30,5	31,2	39,0	35,0	35,9
Prisão c/ trab. Forçado	15,3	8,9	10,8	16,0	18,6	12,6	7,9	13,8	15,6	12,3	13,3	13,2
Marido que mata a mulher												
Prisão perpétua	24,6	34,0	28,6	27,6	26,9	29,9	21,7	32,5	24,6	32,6	27,1	29,7
Pena de morte	18,7	14,3	25,6	27,9	12,3	11,0	15,3	14,3	27,9	18,2	20,7	17,7
Prisão c/ trab. Forçado	20,2	16,3	13,3	13,3	27,6	19,6	11,8	23,7	16,6	15,5	9,4	17,2
Jovens que matam												
Prisão perpétua	22,2	17,7	18,2	15,3	23,3	20,0	21,7	28,1	26,3	27,7	21,2	23,4
Pena de morte	8,9	4,9	21,2	15,3	9,3	7,0	9,4	8,9	16,6	11,8	14,8	11,2
Prisão c/ trab. Forçado	24,1	25,1	17,2	21,3	27,6	23,4	9,4	30,1	23,6	19,9	17,7	21,8
Estuprador												
Prisão perpétua	33,0	36,0	33,0	24,9	37,5	36,6	36,5	35,5	27,9	36,8	22,2	34,3

Pena de morte	33,0	39,4	33,0	56,5	35,9	33,9	33,5	42,4	47,5	38,3	48,3	39,5
Prisão c/trab. Forçado	20,2	9,9	12,3	7,3	15,3	12,7	7,4	10,3	12,0	9,6	13,3	11,1
Político corrupto												
Prisão perpétua	24,1	24,1	10,3	20,3	31,6	21,4	15,3	21,7	20,6	21,4	24,6	21,7
Pena de morte	9,4	10,3	7,4	10,0	9,3	11,0	7,9	13,8	12,3	7,3	10,3	9,5
Prisão c/ trab. Forçado	31,5	24,1	17,7	26,9	30,9	29,6	28,6	26,1	34,6	27,7	28,1	28,3
Traficantes de drogas												
Prisão perpétua	27,6	32,0	22,2	25,6	28,9	27,4	37,9	22,7	20,3	28,8	30,5	27,6
Pena de morte	16,3	11,8	15,8	12,6	12,3	13,3	9,4	11,8	28,2	12,3	18,7	14,2
Prisão c/ trab. Forçado	26,1	22,7	18,7	26,9	30,9	24,3	14,8	23,7	22,9	22,8	19,2	23,5

E. DIREITOS HUMANOS

As percepções e atitudes dos entrevistados em relação aos direitos humanos foram medidas de várias formas e através de diferentes questões ao longo do questionário: ao falarem sobre o que pode ou não fazer a polícia e a justiça, sobre a disposição em abrir mão das proteções legais, sobre as penas atribuíveis a pessoas condenadas por diferentes delitos, etc.. Ou seja, ao responderem a diferentes conjuntos de questões estão expressando também percepções, atitudes e valores que permitem traçar um perfil do apoio que existe aos direitos humanos e construir um cenário sobre o qual há suporte e valorização para o Estado de Direito democrático. Além desta abordagem indireta, outras medidas, usando uma abordagem mais direta, foram feitas. Utilizaram-se escalas, questões fechadas e situações hipotéticas em relação às quais foi pedido aos entrevistados que definissem dentre um conjunto de alternativas, quais deveriam ser utilizadas. Uma das questões utilizadas procurou identificar o grau de associação entre as expressões “direitos humanos” e “direitos de bandidos”. Isto se deve ao fato desta associação ser mencionada com certa frequência nos meios de comunicação, como algo corrente na opinião pública e por vezes até como sendo a principal conotação desta frase. A maioria destas questões não constava do estudo feito em 1999, portanto, as respostas não são passíveis de comparação.

Ao que associam a expressão direitos humanos?

“Os direitos humanos são:”

- ▶ Direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia
- ▶ Direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia
- ▶ Direitos de bandidos

Alternativas de resposta: representam, não representam, não sabe, não respondeu.

As respostas revelam que a expressão direitos humanos não representa “direitos de bandidos” para 46,3% dos entrevistados. Não se tem aqui uma forte maioria rejeitando a associação, 6,8 pontos percentuais separam aqueles que dizem não representar direitos de bandidos daqueles para os quais esta associação existe. Tal proximidade também ocorre entre aqueles para os quais os direitos humanos guiam o trabalho da polícia e aqueles para os quais direitos humanos não guiam. Há um pouco mais de definição quanto aos direitos humanos não representarem obstáculos para o trabalho da polícia, mas com 10,7 pontos de diferença entre esta posição e aqueles que acreditam que os direitos humanos impedem o trabalho da polícia, de forma que não se pode dizer que esta posição seja forte. Os dados indicam uma divisão entre os entrevistados, quanto ao que significam os direitos humanos, em particular, quanto ao papel que desempenham no trabalho da polícia.

Tabela 245: Opiniões sobre o que representa a expressão “Direitos Humanos”, 2010

	Representa	Não representa
Direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia	37,7	48,4
Direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia	39,2	45,5
Direitos de bandidos	39,5	46,3

Há diferenças entre os entrevistados, considerando-se a idade. À medida que aumenta a idade, aumenta a tendência a atribuir à expressão “direitos humanos” conotações negativas. Isto é mais saliente nas faixas entre 30 e 59 anos e ainda que esta tendência não represente a posição da maioria, o fato é que um percentual importante (próximo de 40%) dos entrevistados nestas faixas etárias associa a direitos humanos à expressão “direitos de bandidos” bem como a direitos que prejudicam o trabalho da polícia. Os mais jovens (com menos de 29 anos) tendem a ser um pouco mais definidos em relação ao que não representa direitos humanos: há uma pequena maioria para a qual os direitos humanos não representam direitos de bandidos e não prejudicam o trabalho da polícia. Entre os entrevistados com idade entre 30 e 59 anos há uma divisão entre aqueles que fazem associações negativas e aqueles que não fazem, por exemplo, 43,8% dos entrevistados entre 40 e 49 anos acham que direitos humanos representam direitos de bandidos, (o mais alto percentual da amostra) enquanto 45,9% acham que não representam.

Tabela 246: Opiniões sobre o que representa a expressão “Direitos Humanos” X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Não representa							
Direitos humanos são direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia	50,0	51,6	50,6	46,9	47,0	43,2	48,4
Direitos humanos são direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia	42,9	45,3	47,8	47,7	45,2	42,2	45,5
Direitos humanos são direitos de bandidos	51,9	52,0	46,5	45,9	42,5	39,4	46,3
Representa							
Direitos humanos são direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia	31,3	36,9	39,5	41,6	39,0	33,8	37,7
Direitos humanos são direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia	36,8	41,1	42,0	39,8	39,4	33,5	39,2
Direitos humanos são direitos de bandidos	29,6	36,5	42,5	43,8	42,5	36,9	39,5

As diferenças entre as capitais são maiores que entre faixas etárias: em Fortaleza uma maioria pequena dos entrevistados (51,8%) associa direitos humanos a direitos de bandidos, a direitos que impedem o trabalho da polícia, e ao mesmo tempo que guiam o trabalho da polícia. Isto é o oposto do que ocorre em Porto Velho onde uma maioria (60,6%) rejeita associação entre direitos humanos e “direitos dos bandidos”, e nega que os direitos humanos prejudiquem o trabalho da polícia. Em Belém, os entrevistados estão divididos quanto aos direitos humanos guiarem ou prejudicarem o trabalho da polícia, porém há maior percentual de entrevistados associando direitos humanos a direitos de bandidos que rejeitando esta associação. Recife é a segunda capital com maior percentual tanto de rejeição da associação entre direitos humanos e direitos de bandidos, quanto de negação de que os direitos humanos prejudiquem o trabalho da polícia e de concordância com a afirmação de que os direitos humanos guiam o trabalho da polícia. Nesta última frase, Recife é acompanhada por Belo Horizonte.

A frase “Direitos humanos são direitos de bandidos” é então rejeitada por uma pequena maioria em 4 capitais: Porto Velho, Manaus, Goiânia e Recife. A frase “direitos humanos são direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia” também é rejeitada em quatro capitais: Porto Velho, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, e Recife. Já a frase “Direitos humanos são direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia” é rejeitada em Porto Velho e em Goiânia.

Tabela 247: Opiniões sobre o que representa a expressão “Direitos Humanos” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Não representa												
Direitos humanos são direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia	60,6	48,3	44,8	35,2	53,8	52,9	45,8	56,2	39,9	49,0	43,8	48,4
Direitos humanos são direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia	51,7	49,8	41,9	36,2	37,2	47,7	50,3	44,3	38,9	48,6	49,3	45,5
Direitos humanos são direitos de bandidos	60,1	53,7	37,4	34,6	48,8	48,6	53,2	53,7	44,5	45,7	42,4	46,3
Representa												
Direitos humanos são direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia	30,5	43,8	43,8	51,8	32,2	34,7	35,5	37,0	37,2	36,2	42,9	37,7
Direitos humanos são direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia	38,9	38,9	44,3	50,5	48,5	40,4	28,1	48,3	36,5	34,4	36,5	39,2
Direitos humanos são direitos de bandidos	29,1	38,4	46,8	53,8	41,9	39,4	28,1	39,4	32,2	38,8	37,9	39,5

Parte das questões abordou a percepção dos entrevistados sobre alguns direitos civis e políticos: a liberdade de expressão e de manifestação, o direito à privacidade, a proteção contra o poder arbitrário do Estado e contra a tortura. A percepção e as atitudes dos entrevistados em relação a estes direitos foram medidas usando-se diferentes estímulos. Um conjunto de direitos civis e políticos foram examinados a partir de uma questão sobre o que é aceitável que um governo, ou que um empregador faça. Neste caso as respostas possíveis são: é aceitável, é inaceitável, ou não sabe/não opinou.

É aceitável ou não é aceitável que um governo:

- ▶ Prenda alguém sem julgamento
- ▶ Tenha pena de morte
- ▶ Expulse estrangeiros
- ▶ Impeça a transmissão de um programa de TV crítico ao governo
- ▶ Suspenda o direito de manifestação

Em relação a este conjunto de questões, os entrevistados claramente consideraram inaceitáveis a violação ao direito de manifestação e à liberdade dos meios de comunicação para criticar o governo. A expulsão de estrangeiros também é considerada inaceitável, porém, por um grupo menor que aquele que rejeita as ações em relação à liberdade de manifestação e de expressão. A pena de morte é rejeitada por uma pequena maioria, sugerindo uma divisão entre os entrevistados, reiterando o que fora visto na questão que indagava se a pena seria aplicável a pessoas condenadas por diferentes delitos.

Tabela 248: É aceitável ou não que um governo, 2010

	Aceitável	Inaceitável
Suspenda o direito de manifestação	10,9	86,5
Tenha pena de morte	44,0	51,8
Expulse estrangeiros	29,1	66,0
Impeça a transmissão de um programa de TV crítico ao governo	14,8	81,4

Os entrevistados mais jovens (abaixo de 29 anos) representam os percentuais coesos na defesa da liberdade de manifestação e de expressão e na rejeição a medidas autoritárias como expulsar estrangeiros. Porém, são também aqueles que mais aceitam a pena de morte.

Tabela 249: É inaceitável que um governo X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Suspenda o direito de manifestação	88,7	86,5	89,0	87,5	84,7	83,0	86,5
Tenha pena de morte	49,2	49,2	51,0	51,3	54,7	55,8	51,8
Expulse estrangeiros	70,4	68,4	63,6	64,1	65,8	66,0	66,0
Impeça a transmissão de um programa de tv crítico ao governo	84,0	80,3	81,0	82,1	80,8	82,0	81,4

Há também diferenças entre as capitais. Em Goiânia houve o maior consenso na defesa do direito de manifestação e expressão (96,1% e 91,1%) e do direito de estrangeiros não serem expulsos (78,8%). Outras capitais que se destacam nesta rejeição à violação dos direitos de expressão e manifestação são: São Paulo, Manaus e Rio de Janeiro. A maior rejeição à pena de morte ocorreu em Porto Velho. Em Fortaleza, Porto Alegre e Salvador uma pequena maioria considerou aceitável a pena de morte.

Tabela 250: É inaceitável que um governo X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Suspenda o direito de manifestação	83,7	87,2	82,8	86,1	83,1	87,6	96,1	82,8	85,7	87,4	83,3	86,5
Tenha pena de morte	63,6	53,2	49,8	41,9	60,1	57,6	57,6	51,7	44,9	51,0	39,9	51,8
Expulse estrangeiros	71,9	76,4	63,1	74,1	74,1	62,7	78,8	74,4	63,1	62,0	63,6	66,0
Impeça a transmissão de um programa de tv crítico ao governo	79,3	81,3	72,4	80,1	84,1	79,7	91,1	73,4	85,4	82,8	78,3	81,4

Tabela 251: É aceitável que um governo tenha pena de morte X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
É aceitável que um governo tenha pena de morte	32,5	45,3	46,8	57,5	36,2	36,7	36,5	44,8	50,8	45,0	52,2	44,0

O apoio à liberdade de expressão, de manifestação, de oposição política e de privacidade também foi medido através de escalas tipo Likert. As frases se referem ao direito de oposição política, de expressão, de opinião, de privacidade e livre circulação de idéias e de liberdade dos meios de comunicação. Subjacente às frases está o conceito de exceção. Apesar dos direitos contemplados nestas frases serem essencialmente os mesmos utilizados na questão anterior, aqui há uma sugestão de excepcionalidade. Busca-se assim medir se estes direitos são considerados como pétreos e intocáveis, ou se persiste a noção de que pode haver momentos em que, em nome da “segurança nacional”, eles sejam suspensos.

As frases utilizadas foram:

- ▶ Todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo
- ▶ Há momentos em que as pessoas devem ser impedidas de expressar as suas opiniões
- ▶ Há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas por suas posições políticas
- ▶ Todo país tem o direito de retirar a nacionalidade de uma pessoa se ela ameaçar a segurança do governo deste país
- ▶ Há momentos em que é justificável que se censure a imprensa
- ▶ O governo nunca poderia ler ou censurar a correspondência de uma pessoa

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte

O esperado em uma democracia é que os entrevistados discordassem de cinco das frases e concordassem apenas com a frase sobre o governo não poder ler ou censurar a correspondência de uma pessoa. Isto não ocorre de modo claro. Os entrevistados discordam totalmente de modo fraco (50,2%) de apenas uma frase: “Há momentos em que as pessoas devem ser impedidas de expressar as suas opiniões”. Quanto às outras frases, é necessário que somar “discorda total” e “discorda em parte” para se chegar em mais de 50% de respondentes. Isto é o que ocorre com a frase sobre a censura à imprensa e as frases sobre o cerceamento da liberdade de oposição política e de dissidência:

- ▶ Todo país deve ter direito de expulsar alguém por manter opinião política contrária a do governo (36,8% de discorda totalmente e 16,6% discorda em parte);
- ▶ Há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas (38,1% discordam totalmente e 19% discordam em parte);
- ▶ Todo país tem o direito de retirar a nacionalidade de uma pessoa (36,5% discordam totalmente e 19,1% discordam em parte);
- ▶ Há momentos em que é justificável que se censure a imprensa (38,5% discordam totalmente e 15,7% discordam em parte).

Os entrevistados concordam que o governo não poderia ler ou censurar a correspondência, mas esta concordância também é fraca: 38,6% concordam totalmente e 21,1% concordam em parte. Esperava-se também que as pessoas com mais idade, que passaram pela experiência do regime militar, discordassem mais fortemente das frases e também concordassem fortemente que o governo não pode censurar ou ler correspondência privada. Isto não ocorre. A resistência a estas ações está distribuída entre as diferentes faixas etárias.

Entre as capitais há diferenças mais claras: Belo Horizonte é a capital onde os entrevistados mais claramente rejeitam todas as frases que violariam direitos políticos e civis e esta posição é seguida do Rio de Janeiro, em menor intensidade. Em Porto Velho, Recife e Porto Alegre, contrariamente à média das capitais, a maioria (fraca, somando-se concorda totalmente com concorda em parte) concorda que o país pode expulsar pessoas por uma posição política que ameace o governo. Em Manaus e Recife a maioria (fraca) concorda que o governo pode tirar a nacionalidade de uma pessoa que ameace a segurança do governo. Em Recife ainda a maioria (fraca) concorda que para manter a ordem social pode ser preciso prender as pessoas e censurar a imprensa e neste último item é acompanhada pela maioria (fraca) dos entrevistados em Salvador.

As respostas às questões sobre liberdade de manifestação política e de expressão diferem daquelas encontradas nas questões anteriores sobre o que é ou não aceitável que um governo faça. Parte da diferença reflete as diferenças nas opções de resposta: na primeira formulação o entrevistado é forçado a uma escolha entre duas categorias de resposta, na segunda formulação entre quatro opções. Se a posição dele(a) é clara, não deveria haver diferença. Os resultados indicam que estas atitudes não estão solidamente definidas, ao contrário, sugerem que há bastante fluidez.

Os resultados indicam ainda que 23 anos após a promulgação da Constituição Cidadã, direitos e garantias constitucionais ainda não se tornaram direitos percebidos como inalienáveis, pécios, intocáveis em quaisquer que sejam as circunstâncias. Isto sugere que temos uma cidadania ainda fraca no que se refere à valorização dos direitos civis e políticos. Esta é uma lacuna que fragiliza a democracia.

Tabela 252: Direitos civis e políticos, por faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo							
Concorda totalmente	18,4	18,3	20,3	20,7	24,5	21,9	20,7
Concorda em parte	24,6	22,7	23,7	24,7	18,7	23,3	22,9
Discorda em parte	15,8	18,5	16,5	14,1	17,6	16,5	16,6
Discorda totalmente	38,3	38,5	37,2	38,4	35,5	32,6	36,8
Há momentos em que as pessoas devem ser impedidas de expressar as suas opiniões							
Concorda totalmente	12,3	12,3	12,6	10,9	13,4	11,9	12,2
Concorda em parte	18,5	17,3	17,5	19,4	20,4	20,2	18,8
Discorda em parte	20,0	18,0	16,6	17,0	14,1	15,7	16,7
Discorda totalmente	47,4	50,8	52,2	51,3	49,3	47,9	50,2
Há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas por suas posições políticas							
Concorda totalmente	13,6	17,1	17,2	17,0	20,3	17,9	17,5
Concorda em parte	24,3	20,2	26,0	23,3	20,6	21,5	22,5
Discorda em parte	20,2	20,4	17,5	19,5	16,9	20,0	19,0
Discorda totalmente	37,9	39,9	37,4	38,5	38,9	35,0	38,1
Todo país tem o direito de retirar a nacionalidade de uma pessoa se ela ameaçar a segurança do governo deste país							
Concorda totalmente	16,1	20,8	20,5	18,0	21,1	22,5	20,2
Concorda em parte	22,1	20,7	19,6	21,3	17,6	20,7	20,2
Discorda em parte	19,8	20,8	19,0	19,9	19,3	15,3	19,1
Discorda totalmente	37,0	34,9	38,7	37,4	37,0	34,5	36,5
Há momentos em que é justificável que se censure a imprensa							
Concorda totalmente	18,2	17,3	22,2	15,7	16,9	17,5	18,0
Concorda em parte	24,1	24,7	23,3	24,7	24,0	23,8	24,1
Discorda em parte	15,8	15,1	15,4	17,9	14,7	15,3	15,7
Discorda totalmente	36,1	40,5	36,8	39,3	41,3	35,4	38,5
O governo nunca poderia ler ou censurar a correspondência de uma pessoa							
Concorda totalmente	39,2	39,0	40,6	38,6	37,4	36,5	38,6
Concorda em parte	21,8	22,5	20,7	21,1	20,8	19,4	21,1
Discorda em parte	13,2	14,0	12,8	15,2	14,9	12,0	13,7
Discorda totalmente	23,1	22,9	24,3	23,8	24,4	27,5	24,3

Tabela 253: Direitos civis e políticos, por capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo												
Concorda totalmente	21,2	19,2	29,1	23,3	8,3	23,4	21,2	27,1	12,0	22,1	17,2	20,7
Concorda em parte	40,4	29,6	22,2	20,3	23,3	19,3	18,7	30,5	21,3	22,5	34,5	22,9
Discorda em parte	17,2	11,8	15,3	26,6	15,0	12,6	18,2	12,3	25,9	16,3	17,2	16,6
Discorda totalmente	20,2	36,5	30,5	27,6	52,5	41,4	34,5	28,1	36,9	35,9	30,1	36,8
Há momentos em que as pessoas devem ser impedidas de expressar as suas opiniões												
Concorda totalmente	12,8	9,4	13,8	12,6	6,0	17,3	14,3	16,8	10,0	10,6	9,4	12,2
Concorda em parte	31,0	25,1	19,7	32,2	14,6	15,7	13,8	26,6	21,6	15,6	24,1	18,8
Discorda em parte	23,2	17,2	16,3	18,3	17,3	10,4	14,3	12,3	25,9	17,6	23,7	16,7
Discorda totalmente	31,5	45,3	46,3	36,2	62,1	54,1	52,2	41,9	39,2	54,2	42,4	50,2
Há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas por suas posições políticas												
Concorda totalmente	11,8	10,3	22,7	18,6	7,3	20,6	16,3	28,1	22,3	16,4	11,3	17,5
Concorda em parte	36,5	33,0	19,7	22,3	21,9	18,6	23,7	28,6	18,6	23,3	25,6	22,5
Discorda em parte	26,1	23,7	17,7	29,9	14,3	13,7	18,7	13,8	22,6	20,2	21,2	19,0
Discorda totalmente	24,1	30,5	36,0	27,6	55,8	43,6	34,5	27,6	33,6	37,0	40,4	38,1
Todo país tem o direito de retirar a nacionalidade de uma pessoa se ela ameaçar a segurança do governo deste país												
Concorda totalmente	12,8	21,2	23,7	15,0	11,6	20,1	23,7	23,7	12,0	24,6	15,3	20,2
Concorda em parte	31,0	34,0	18,2	26,6	23,9	13,3	16,3	35,0	18,3	19,7	17,7	20,2

Discorda em parte	34,0	18,2	16,8	28,6	18,6	16,4	18,7	14,3	24,3	18,5	18,2	19,1
Discorda totalmente	21,2	23,2	37,0	27,6	45,2	45,1	33,0	24,1	39,2	33,5	44,8	36,5
Há momentos em que é justificável que se censure a imprensa												
Concorda totalmente	12,3	14,8	17,2	16,0	19,6	18,6	16,8	30,1	24,3	15,9	13,3	18,0
Concorda em parte	31,5	30,5	19,2	24,9	19,6	20,0	23,2	31,5	30,6	23,4	33,0	24,1
Discorda em parte	21,2	24,1	15,3	24,6	16,9	10,7	11,8	11,3	17,9	15,9	17,2	15,7
Discorda totalmente	33,5	29,6	41,9	30,9	43,9	45,1	39,4	25,1	22,3	41,7	36,0	38,5
O governo nunca poderia ler ou censurar a correspondência de uma pessoa												
Concorda totalmente	26,1	30,1	41,4	30,9	39,9	45,1	35,0	39,9	29,2	38,9	42,9	38,6
Concorda em parte	25,6	32,0	23,2	27,2	17,3	15,7	15,8	28,1	27,9	19,4	26,1	21,1
Discorda em parte	27,1	17,2	12,8	17,3	14,6	8,9	9,9	9,9	21,9	13,9	15,8	13,7
Discorda totalmente	20,2	18,7	21,2	23,9	27,9	27,0	30,1	19,7	16,6	26,5	13,3	24,3

Que tipo de informação, sobre a vida privada de uma pessoa, pode ser de conhecimento de um potencial empregador? Esta questão abordou cinco dimensões da vida da pessoa: religião, antecedentes criminais, vida privada, saúde e participação sindical.

É aceitável ou não é aceitável que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre:

- ▶ Sua religião
- ▶ Antecedentes criminais
- ▶ Sua vida privada
- ▶ Sua saúde
- ▶ Sua participação em sindicatos

A maioria dos entrevistados considera aceitável apenas as perguntas sobre a saúde e sobre antecedentes criminais. Perguntas sobre a vida privada seriam consideradas inaceitáveis, seguidas pelas perguntas sobre religião. As questões sobre participação sindical também são rejeitadas, mas por uma pequena maioria.

Tabela 254: É aceitável ou não que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre, 2010

	Aceitável	Inaceitável
Sua religião	32,4	66,8
Sua vida privada	22,6	76,6
Sua participação em sindicatos	45,6	52,3
Antecedentes criminais	78,6	20,6
Sua saúde	71,2	28,2

Os grupos mais jovens se diferenciam dos mais idosos por apresentarem maior coesão na rejeição a todas as questões. Os mais idosos aparentemente seriam mais aquiescentes a questões sobre religião e sobre a participação em sindicatos que os mais jovens. Do mesmo modo, os mais idosos aceitam mais as perguntas sobre saúde e sobre antecedentes criminais. Entre as cidades, Fortaleza e Rio de Janeiro se destacam por maior rejeição a questões sobre religião. As cidades onde os entrevistados mais rejeitaram questões sobre a vida privada são: Goiânia, Recife e Belo Horizonte. Já as questões sobre participação em sindicatos são mais rejeitadas em Porto Alegre, sendo que em Porto Velho, Manaus, Belém, e Fortaleza estas questões são aceitas por uma pequena maioria. Em São Paulo há maior aceitação de perguntas sobre a participação sindical: 49,7% acham aceitável, contra 47,6% que acham inaceitável este tipo de questionamento.

Tabela 255: É inaceitável que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Sua religião	66,5	68,5	68,0	67,6	67,8	60,9	66,8
Sua vida privada	76,3	80,6	76,9	77,6	73,2	73,2	76,6
Participação em sindicato	52,8	53,7	53,7	55,6	49,5	47,3	52,3
Antecedentes criminais	73,2	76,7	79,2	78,9	80,2	81,2	20,6
Sua saúde	66,9	71,4	72,2	70,7	72,0	71,8	28,2

Tabela 256: É inaceitável que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Sua religião	64,0	60,1	58,6	72,8	62,5	72,7	65,0	70,9	64,5	64,2	71,9	66,8
Sua vida privada	58,1	76,4	68,0	71,1	80,4	79,3	84,2	81,3	79,7	74,8	75,9	76,6
Sua participação em sindicatos	42,9	44,3	43,4	47,8	52,5	61,4	55,2	51,7	54,8	47,6	63,6	52,3
Antecedentes criminais	81,8	73,4	82,3	89,0	75,1	67,1	85,7	84,2	80,1	81,8	82,8	20,6
Sua saúde	72,4	68,5	73,9	83,4	70,1	62,3	71,4	79,3	72,1	75,3	55,2	28,2

Tortura

A proteção contra a tortura foi outro direito pesquisado. Este direito foi abordado a partir de três tipos de perguntas. Um primeiro tipo, semelhante ao utilizado em relação aos direitos civis e políticos, indagou se os entrevistados achavam aceitáveis ou não certos comportamentos por parte de um governo.

É aceitável ou não é aceitável que um governo:

- ▶ Use coerção para fazer pessoas confessarem
- ▶ Prenda alguém sem julgamento

Assim como observado em relação aos direitos civis e políticos, uma maioria expressiva rejeita as ações de prender sem julgamento ou usar coerção para que pessoas confessem algo. Esta rejeição ocorre em todas as faixas etárias e com maior intensidade entre as pessoas de mais idade. Ocorre também em todas as capitais estudadas e novamente com expressiva maioria: a menor aprovação em relação à frase “use da coerção para fazer pessoas confessarem” ocorreu em Fortaleza – 66,1%.

Tabela 257: É aceitável ou não é aceitável que um governo, 2010

	Aceitável	Inaceitável
Prenda alguém sem julgamento	18,4	79,7
Use coerção para fazer pessoas confessarem	18,3	78,1

Tabela 258: É inaceitável que um governo X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Prenda alguém sem julgamento	78,9	79,1	78,7	79,0	81,0	81,5	79,7
Use coerção para fazer pessoas confessarem	77,1	78,4	77,4	77,5	78,3	79,3	78,1

Tabela 259: É inaceitável que um governo X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Prenda alguém sem julgamento	88,7	79,3	77,3	70,8	76,1	84,1	81,3	86,7	73,4	81,1	72,4	79,7
Use coerção para fazer pessoas confessarem	81,8	83,7	76,9	66,1	75,1	77,0	89,2	71,9	79,7	81,6	69,5	78,1

Outra forma de medir o apoio ao direito à proteção contra a tortura foi através de uma escala com um item: “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”. Novamente os entrevistados deveriam dizer se concordam ou discordam da frase e o quanto concordam ou discordam. Como esta frase também fora usada em 1999, é possível comparar os dados.

Ocorreu em 1999 uma clara discordância da frase em todas as faixas de idade. A discordância foi maior na faixa de 30 a 39 anos (75,3% de discorda totalmente) e menor na faixa de mais de 60 anos (66,2% de discorda totalmente). Em 2010, a maioria continua a discordar totalmente mas é uma maioria mais fraca (52,5%) . A maior discordância é de 56% e ocorreu entre aqueles na faixa etária de 60 anos ou mais, enquanto a menor discordância (49,5%) ocorreu entre os mais jovens, com idade de 19 anos ou menos. Nas capitais em 1999, a posição discorda totalmente foi fortemente majoritária com uma exceção: em Manaus a discordância total foi de 43,9% a menor da amostra, ainda assim a tendência dos entrevistados nesta cidade foi de discordar da frase.

Em 2010 esta situação se alterou bastante: discorda-se desta frase, de modo menos forte que em 1999, em sete das capitais, sempre com valores ao redor de 50%, discorda-se fracamente (somando-se com o “discorda em parte”) em outras três e em Porto Velho ocorreu uma inversão onde uma maioria (somando-se em parte com total) passou a concordar com a frase.

Tabela 260: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”, X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	13,5	11,1	11,4	12,6	10,5	8,6	11,2
Concorda em parte	20,0	17,8	19,4	19,2	15,9	17,9	18,3
Discorda em parte	17,0	20,7	17,2	16,1	19,1	17,6	18,1
Discorda totalmente	49,5	50,4	52,1	52,1	54,5	56,0	52,5

p = 0,191

Tabela 261: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”, X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Concorda totalmente	18,9	13,3	11,4	13,8	17,0	17,8	14,5
Concorda em parte	8,0	10,6	8,2	6,0	8,8	10,3	8,8
Discorda em parte	4,8	6,3	5,1	6,7	3,2	5,7	5,5
Discorda totalmente	68,4	69,9	75,3	73,5	70,9	66,2	71,2

p = 0,328

Tabela 262: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura” X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	9,9	9,6	14,7	14,4	2,0	16,0	6,8	14,7	6,2	10,9	9,0	11,2
Concorda em parte	42,6	22,6	22,3	16,1	18,2	15,7	15,6	21,2	21,1	17,0	23,4	18,3
Discorda em parte	22,8	16,6	11,7	20,5	24,0	16,9	20,8	14,7	21,5	16,7	21,9	18,1
Discorda totalmente	24,8	51,3	51,3	49,0	55,7	51,3	56,8	49,5	51,2	55,4	45,8	52,5

p < 0,001

Tabela 263: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura” X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Concorda totalmente	18,5	41,8	21,2	-	15,0	12,7	19,6	20,8	14,7	11,5	5,2	14,5
Concorda em parte	8,7	7,1	13,1	-	9,0	10,3	4,1	13,5	6,3	7,7	9,4	8,8
Discorda em parte	8,7	7,1	6,1	-	10,0	6,5	3,1	13,5	4,2	3,4	3,1	5,5
Discorda totalmente	64,1	43,9	59,6	-	66,0	70,5	73,2	52,1	74,7	77,4	82,3	71,2

p < 0,001

Solicitou-se também aos entrevistados que apontassem o que deveria fazer a polícia, caso prendesse pessoas praticando uma série de delitos, ou seja, qual deveria ser a ação da polícia em relação a cada um dos suspeitos.

Qual deveria ser a ação da polícia para cada uma delas:

- ▶ SE alguém fosse pego roubando um motorista no semáforo
- ▶ Alguém suspeito de participar de uma gangue de seqüestradores
- ▶ Alguém suspeito de ser estupro
- ▶ SE alguém fosse pego usando drogas
- ▶ SE alguém fosse pego vendendo drogas

Alternativas: 1-Bater para obter informações; 2 – Ameaçar com palavras para obter informações; 3 – Interrogar sem usar de violência ou maus tratos; 4 – Ameaçar membros da família para obter informações; 5 – Deixar sem água nem comida; 6 – Dar choques/ queimar com pontas de cigarro; 8 – Nenhuma destas; 9 – Não sabe/não opinou

São apresentadas, nos quadros abaixo, as respostas para as ações: “interrogar sem violência”, “dar choques/queimar com ponta de cigarro”, “ameaçar membros da família para obter informações”, “bater para obter informações”, “ameaçar com palavras para obter informações” e “deixar sem água ou comida”. A resposta mais freqüente é a de “interrogar sem violência”; a esta seguem, em ordem de freqüência, as respostas “ameaçar com palavras”, “bater”, “deixar sem água ou comida”, “dar choques/queimar com ponta de cigarro” e “ameaçar membros da família”. As freqüências variam de acordo com o tipo de delito atribuído ao suspeito: roubo de motoristas em semáforos e uso de drogas são os delitos menos associados a maus tratos. Ainda assim, quase 1/3 dos entrevistados acham que a polícia, mesmo nestes casos, deveria usar de algum tipo de ação que pode ser tipificada como tortura: 32,1% (roubos) e 32,3% (uso de drogas). No caso de suspeitos de estupro, este percentual sobe para cerca de 40%. O segundo percentual mais elevado observado foi para suspeitos de tráfico de drogas: 38,8% dos entrevistados admitem o uso de alguma violência/maus tratos e, por fim, a pergunta referente aos suspeitos de participar de uma gangue de seqüestradores, situação na qual 36,2% dos entrevistados julgam que a polícia poderia usar de métodos não legais para obter informações.

Os resultados mostram que, quanto mais jovem o entrevistado, maior a tendência a responder utilizando algumas das opções que envolvem maus tratos. Os casos de suspeita de estupro, assim como visto anteriormente nas perguntas sobre atribuição de penas, são aqueles nos quais os suspeitos poderiam receber o pior tratamento durante a investigação policial. No caso do suspeito de estupro apenas 50,6% dos entrevistados disseram que ele deveria ser interrogado “sem violência ou maus tratos”, de forma que as alternativas com uso de algum grau de maus tratos quase se equivalem a este percentual. Outros dois suspeitos passíveis de tortura são os membros de uma gangue de seqüestradores e traficantes de drogas, sendo estes últimos principalmente do ponto de vista dos entrevistados mais jovens.

Belém e Fortaleza são as duas cidades onde menos foi escolhida a opção de interrogar sem usar violência. Em Belém isto ocorreu para todos os suspeitos, já em Fortaleza, aqueles que mais podem ser interrogados com alguma

violência são os seqüestradores, os estupradores e os traficantes de drogas. Outras cidades apresentaram baixas freqüências apenas com relação a interrogar sem violência o suspeito de ser estuprador. Em Belo Horizonte uma segunda categoria de suspeito torturável é a dos seqüestradores e em Salvador, é a dos traficantes de drogas.

Nas cidades acima há maior freqüência de uso das alternativas dar choques e ameaçar membros da família para os suspeitos citados. Surpreendem os 10,3% de respostas de dar choques e queimar com ponta de cigarro um suspeito pego vendendo drogas em Salvador.

Estes dados exigem mais cruzamentos entre as diferentes questões que tratam da tortura para que se possa ter uma visão mais clara de quem apóia a tortura e porque apóia. O que os dados mostram é que há muito mais ambivalência a respeito do uso da tortura do que muitas respostas parecem indicar. O certo é que a tortura, nestes casos específicos, nada tem de dilemática: os casos apresentados não se referem a uma escolha entre torturar para obter informações de modo a prevenir a tempo um mal maior. Ou seja, não se estaria buscando informações para impedir que um grave delito com perdas de vida venha a ocorrer, como por exemplo, evitar que uma bomba exploda ou que um ato de terrorismo seja praticado. A situação que mais se aproximaria destas seria aquela que envolvesse alguém suspeito de participar de uma gangue de seqüestradores.

É possível que neste caso os entrevistados tenham entendido que o que se esperava da polícia é que esta procurasse obter informações que permitissem localizar um local de cativo, por exemplo, e salvar uma vida, de modo que a escolha estaria, em tese, entre obedecer os limites e interditos legais e correr o risco de perdas de vida ou utilizar destes métodos como um “atalho”. Mas a pergunta não dizia ser este o caso, mas que se tratava de um suspeito de participar de uma gangue de seqüestradores. Nenhuma das situações arroladas indicava que a polícia estaria em uma situação excepcional, tais como as apresentadas em vários contextos debatidos na literatura e conhecidos como “*ticking bomb*” envolvendo uma necessidade premente de informação, dado o alto grau de certeza que o suspeito possui. As informações a que se referiam a questão são de investigação de rotina, aqui parece mais tratar-se de usar da tortura e dos maus tratos como punição de suspeitos.

Tabela 264: Como você acha que deveria ser a ação da polícia com alguém suspeito de, por faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Interrogar sem violência							
Pego roubando um motorista no semáforo	53,4	58,3	59,7	65,3	62,4	63,6	61,0
De seqüestradores	52,7	52,7	57,7	60,8	59,7	62,1	57,8
De ser estuprador	41,9	44,7	51,2	53,9	53,3	55,9	50,6
Pego usando drogas	54,2	59,0	58,9	62,5	61,6	64,5	60,5
Pego vendendo drogas	46,8	51,1	53,5	54,5	56,0	57,7	53,7
Dar choques/ queimar com pontas de cigarro							
Pego roubando um motorista no semáforo	1,0	1,4	1,8	1,0	1,2	0,2	1,1

De seqüestradores	2,8	2,8	3,6	2,3	1,6	0,7	2,3
De ser estuprador	8,9	7,0	7,8	5,3	5,3	2,7	6,1
Pego usando drogas	0,9	1,5	1,2	1,1	0,8	0,2	1,0
Pego vendendo drogas	4,3	3,3	3,3	2,4	2,1	0,7	2,6
Ameaçar membros da família para obter informações							
Pego roubando um motorista no semáforo	0,3	1,1	0,1	0,2	0,5	0,2	0,4
De seqüestradores	1,7	1,2	1,5	0,7	1,1	0,4	1,1
De ser estuprador	1,4	2,1	0,8	0,5	1,9	0,5	1,2
Pego usando drogas	2,7	1,3	1,1	0,6	0,7	0,0	0,9
Pego vendendo drogas	0,7	0,6	1,0	0,7	0,9	0,4	0,7
Bater para obter informações							
Pego roubando um motorista no semáforo	14,6	16,1	14,1	10,7	11,2	9,8	12,8
De seqüestradores	16,1	14,0	13,3	9,5	12,3	10,6	12,4
De ser estuprador	25,5	20,3	15,7	16,1	15,3	13,9	17,2
Pego usando drogas	14,7	11,9	10,6	10,6	11,2	8,9	11,0
Pego vendendo drogas	22,0	18,9	16,1	14,9	15,5	12,9	16,4
Ameaçar com palavras para obter informações							
Pego roubando um motorista no semáforo	21,8	15,9	16,6	17,2	15,0	15,2	16,5
De seqüestradores	20,2	20,4	16,7	20,3	17,2	15,6	18,4
De ser estuprador	13,6	17,8	16,3	16,1	13,7	14,8	15,8
Pego usando drogas	19,0	19,2	19,8	17,3	14,4	15,3	17,6
Pego vendendo drogas	16,9	18,4	17,1	17,7	13,7	15,6	16,7
Deixar sem água nem comida							
Pego roubando um motorista no semáforo	3,1	1,6	1,9	0,9	0,7	0,2	1,3
De seqüestradores	2,1	3,2	2,8	1,4	1,2	0,9	2,0
De ser estuprador	4,6	2,8	3,0	3,2	2,9	1,8	2,9
Pego usando drogas	0,7	1,7	2,1	1,8	2,3	1,4	1,8
Pego vendendo drogas	1,7	1,7	2,9	3,7	2,6	1,4	2,4

Tabela 265: Como você acha que deveria ser a ação da polícia com alguém suspeito de X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Interrogar sem violência												
Pego roubando um motorista no semáforo	68,5	65,0	49,3	51,2	50,8	69,0	71,9	69,0	57,8	58,8	67,0	61,0
De participar de uma gangue de seqüestradores	60,6	61,1	45,8	44,9	49,2	68,6	69,5	61,1	56,2	55,7	55,7	57,8
De ser estuprador	54,2	58,1	39,4	36,9	46,5	62,0	63,1	50,3	49,2	46,9	49,3	50,6
Pego usando drogas	68,5	60,6	47,8	50,2	61,5	68,6	74,9	65,5	51,2	58,0	67,0	60,5
Pego vendendo drogas	64,0	60,1	43,8	43,2	50,5	61,9	69,5	58,6	45,2	50,7	58,6	53,7
Dar choques/queimar com pontas de cigarro												
Pego roubando um motorista no semáforo	1,0	0,5	3,0	1,3	1,7	0,9	3,9	1,5	0,0	1,0	0,5	1,1
De participar de uma gangue de seqüestradores	2,0	0,5	3,9	3,7	2,0	1,3	2,5	1,5	2,7	2,4	5,4	2,3
De ser estuprador	2,0	0,5	3,9	3,7	2,0	1,3	2,5	1,5	2,7	2,4	5,4	2,3
Pego usando drogas	3,9	1,0	2,0	1,0	0,0	0,9	3,5	0,5	1,0	1,1	0,0	1,0
Pego vendendo drogas	3,9	1,5	3,9	1,3	1,0	1,3	3,5	2,0	10,3	2,4	1,0	2,6
Ameaçar membros da família para obter informações												
Pego roubando um motorista no semáforo	0,0	1,0	0,5	0,3	0,7	0,3	0,0	0,5	0,7	0,4	0,5	0,4
De participar de uma gangue de seqüestradores	2,0	0,5	2,0	2,0	1,7	0,7	0,5	1,0	0,7	1,1	1,0	1,1
De ser estuprador	2,0	0,5	2,0	2,0	1,7	0,7	0,5	1,0	0,7	1,1	1,0	1,1
Pego usando drogas	2,0	0,5	1,5	1,3	0,7	0,7	0,0	1,0	2,7	0,8	0,5	0,9

Pego vendendo drogas	2,5	0,0	0,5	0,7	1,0	0,6	0,0	0,0	3,0	0,4	0,5	0,7
Bater para obter informações												
Pego roubando um motorista no semáforo	13,8	14,8	24,1	21,9	17,9	8,3	7,9	7,9	14,0	12,5	7,9	12,8
De participar de uma gangue de seqüestradores	12,3	14,3	20,7	22,6	20,3	7,1	8,9	8,4	13,0	11,7	9,4	12,4
De ser estuprador	15,3	15,3	24,6	30,2	24,3	11,4	9,9	13,8	13,3	18,1	16,8	17,2
Pego usando drogas	9,4	12,3	20,7	18,6	13,3	6,1	6,4	8,9	14,6	11,1	7,9	11,0
Pego vendendo drogas	11,8	17,7	27,1	25,3	16,9	11,4	6,9	15,3	19,3	17,1	11,8	16,4
Ameaçar com palavras para obter informações												
Pego roubando um motorista no semáforo	15,3	15,3	17,2	16,3	18,9	12,6	9,4	15,8	18,9	19,9	7,9	16,5
De participar de uma gangue de seqüestradores	21,2	19,7	23,2	19,9	19,6	14,7	11,8	20,2	16,9	21,3	8,9	18,4
De ser estuprador	17,2	17,2	17,7	15,3	17,6	11,7	10,8	22,7	16,3	18,3	5,4	15,8
Pego usando drogas	13,8	21,7	17,7	18,6	17,9	11,9	7,4	17,7	21,6	21,9	6,9	17,6
Pego vendendo drogas	14,3	14,8	17,2	16,9	22,3	12,6	10,3	19,7	14,3	20,0	9,4	16,7
Ameaçar com palavras para obter informações												
Pego roubando um motorista no semáforo	1,5	0,0	0,5	2,0	1,3	1,0	0,0	3,0	1,7	1,4	0,5	1,3
De participar de uma gangue de seqüestradores	2,0	0,5	0,5	3,3	1,7	1,1	0,5	3,9	4,0	2,2	1,5	2,0
De ser estuprador	3,9	3,0	3,5	5,7	3,0	3,6	2,5	3,0	4,0	1,9	1,0	2,9
Pego usando drogas	1,5	1,0	2,5	1,7	1,0	2,1	1,5	2,0	3,3	1,7	0,0	1,8
Pego vendendo drogas	3,5	2,0	2,5	3,3	1,7	2,9	2,5	1,0	1,7	2,7	0,5	2,4

F. CAPITAL SOCIAL

A confiança e a crença nas instituições têm raízes nas comunidades: na confiança que existe entre pessoas que se conhecem e que não possuem relação de parentesco. Esta confiança permite que se desenvolvam comportamentos de cooperação e ajuda mútua, que as pessoas percebam que enfrentam problemas semelhantes e que desenvolvam uma visão menos individual do mundo, em particular que percebam a existência de interdependência entre elas e seus vizinhos. Idealmente espera-se que a somatória destas percepções promova a consciência que a vida, em uma coletividade, exige que as pessoas colaborem no uso dos recursos, e que uma boa qualidade de vida depende da colaboração de todos, inclusive através da participação em organizações locais. Pesquisas realizadas em diferentes países têm identificado o papel dos laços sociais, da vinculação à comunidade e da eficácia coletiva em ações conjuntas contra o crime e a desordem (Sampson, 2002 e Wilkinson, 2007). Quanto menor a coesão social em comunidades com alto grau de desvantagem socioeconômica, maior seria o risco de homicídio ocorrer por qualquer que seja o motivo na família, disputas criminais, disputas por argumentos ou outros. (Nieuwebeerta et al., 2008). Outros autores têm observado que a presença de confiança entre as pessoas reduz a ocorrência de homicídio e reduz a presença na comunidade de armas de fogo (Rosenfeld, Baumer, e Messner, 2007). O reverso também é verdade: quando aumentam os homicídios, cai a confiança entre pessoas e aumenta a necessidade das pessoas de portarem armas.

A confiança entre moradores de uma região, por sua vez está associada à identidade que as pessoas possuem com o local onde moram e aos laços sociais que estas estabeleceram, ao longo do tempo, no local em que vivem. Espera-se que quanto maior a estabilidade das pessoas em uma área, maiores devem ser o vínculo afetivo com o local e a confiança entre as pessoas que lá habitam. Isto em geral é medido pelo tempo de moradia e o tipo de propriedade da residência: quanto maior o tempo e a estabilidade da propriedade, maior deve ser o envolvimento com a localidade. Nesta pesquisa, o capital social foi medido através da: percepção de reciprocidade e de participação em ações coletivas; da confiança entre as pessoas, medida através de comportamentos que expressam a existência ou não desta confiança; da eficácia coletiva medida através da percepção de coesão social combinada com a disposição de agir em prol do bem comum (Sampson, Raudenbush e Earls, 1997; Worrall, 2006).

As questões relativas à medida de capital social fazem parte do estudo ampliado sobre os efeitos da exposição à violência, não tendo constado do questionário de 1999. Assim todos os dados apresentados referem-se a 2010.

Estabilidade no Bairro e Satisfação com o bairro

A estabilidade no bairro foi medida através do tempo de moradia no bairro e do tipo de ocupação do imóvel: próprio, alugado, cedido ou outro.

A maioria (75,3%) mora em casa de propriedade da família e o faz há mais de 5 anos (77,5%). Morar em casa própria e há mais de 5 anos aumenta à medida em que aumenta a idade do entrevistado.

Tabela 266: Estabilidade no bairro e tempo de moradia x Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Mora em casa de propriedade da família	76,0	69,3	68,6	77,4	77,3	87,7	75,3
Mora há menos de 5 anos no bairro	30,3	33,9	28,6	16,9	14,1	9,7	22,5

A satisfação com o bairro é expressa pela maioria dos entrevistados, quer porque se sentem fazendo parte de uma comunidade, quer porque percebem que ao longo do período em que lá estão, o bairro vem melhorando, tornando-se um lugar melhor para viver. A maioria dos entrevistados se sente fazendo parte de uma comunidade e expressa satisfação com o bairro.

Tabela 267: Sentimento de pertencimento em relação ao bairro x Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Em relação ao seu bairro, se sente fazendo parte da comunidade	56,2	55,7	62,7	64,0	62,2	65,3	61,2
Apenas um lugar para morar	42,0	44,0	36,4	35,4	37,0	33,7	38,0

Tabela 268: Como vê o bairro desde que se mudou para ele x Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Um lugar melhor para se viver	55,3	57,5	58,1	61,2	58,7	65,2	59,5
Um lugar pior para se viver	15,5	17,4	16,9	16,4	16,4	16,0	16,6
Não mudou (um bom lugar)	20,9	21,2	20,8	18,6	20,6	15,6	19,6
Não mudou (lugar ruim)	5,3	2,6	3,2	2,6	3,4	2,1	3,0

O consenso sobre a boa imagem do bairro e a satisfação com as mudanças que lá ocorreram, aumenta à medida que aumenta a idade do entrevistado.

Porto Alegre, Belém, Recife e Rio de Janeiro são as capitais onde se observou maior estabilidade no bairro: morar em casa própria, há mais de cinco anos, enquanto que em Goiânia foi observada a menor estabilidade. Nesta cidade há o menor percentual de entrevistados que moram em casa própria combinado com um percentual relativamente alto de pessoas que moram há menos de 5 anos na residência.

Em Goiânia, foi identificada ainda a mais baixa frequência de sentir-se parte de uma comunidade (46,8%), mas apesar deste resultado, a maioria percebe mudanças positivas no bairro. Belém, apesar de apresentar uma grande estabilidade no bairro, é a cidade com a pior percepção do que ocorreu no bairro desde que os entrevistados para lá se mudaram: pouco mais de 1/3 (34,9%) considera que o bairro piorou, ou continuou ruim.

Em Porto Velho e Manaus, foram observados os maiores percentuais de satisfação com as mudanças ocorridas no bairro ao longo do tempo em que os entrevistados lá estão.

Tabela 269: Estabilidade no bairro e tempo de moradia x Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Mora em casa de propriedade da família	78,8	87,7	83,7	75,8	76,4	75,0	65,0	73,9	77,4	72,1	84,7	75,3
Mora há menos de 5 anos no bairro	31,5	35,5	16,3	24,6	22,3	19,7	27,1	19,7	21,3	23,6	18,2	22,5

Tabela 270: Sentimento de pertencimento em relação ao bairro x Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Em relação ao seu bairro, se sente fazendo parte da comunidade	72,9	61,6	65,5	55,5	60,5	62,9	46,8	60,6	70,1	59,9	63,1	61,2
apenas lugar para morar	27,1	37,9	34,0	43,9	38,5	36,0	49,8	39,4	28,9	39,5	37,0	38,0

Tabela 271: Como vê o bairro desde que se mudou para ele x Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Um lugar melhor para se viver	83,7	72,9	51,2	60,5	54,5	54,9	71,9	56,7	55,5	62,3	58,6	59,5
Um lugar pior para se viver	6,9	11,3	30,5	22,9	18,3	13,3	14,3	16,3	21,6	15,4	15,3	16,6
Não mudou_um bom lugar	7,9	14,3	11,8	14,6	23,3	25,3	7,9	23,2	20,9	18,3	23,2	19,6
Não mudou_lugar ruim	1,5	1,0	4,4	0,7	3,0	5,1	1,5	3,9	0,0	3,1	2,0	3,0

Prioridade no bairro

Foi apresentada aos entrevistados uma lista de problemas que podem ocorrer no bairro para que opinassem quanto a gravidade desses problemas em seu bairro. A maioria dos entrevistados percebe os itens apresentados como sendo “muito grave” ou “grave”, ainda que o consenso quanto a esta gravidade varie. Este consenso é maior em relação à violência familiar, seguida do desemprego, do uso de drogas, da gravidez em adolescentes e da falta de ter o que fazer (lazer), e apesar de apontado por uma pequena minoria, o alcoolismo. Ainda que a maioria destes problemas seja de caráter individual, ou familiar, eles são percebidos pelos entrevistados como tendo impacto sobre o coletivo, ou seja, extravasam do âmbito das casas para a vizinhança. Esta percepção ocorre em todas as faixas etárias, com pequenas diferenças de ênfase: para os mais jovens (com 19 anos ou menos) e aqueles na faixa entre 50 e 59 anos, o uso de drogas ocuparia segunda posição em termos de gravidade, enquanto que nas outras faixas de idade o desemprego estaria em segundo lugar.

Tabela 272: Consideram muito grave ou grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Desemprego	71,9	76,4	74,7	76,2	73,5	70,1	74,2
Violência familiar	81,5	84,8	84,3	85,9	83,0	78,3	83,4
Gravidez de adolescentes	65,3	69,0	66,9	67,1	66,2	64,6	66,8
Alcoolismo	56,7	58,5	57,3	56,0	55,1	54,7	56,5
Uso de drogas	76,4	76,4	73,3	74,7	74,0	70,0	74,1
Falta de ter o que fazer	62,2	69,9	67,4	69,3	63,6	63,2	66,6

Tabela 273: Consideram pouco grave ou nada grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Desemprego	26,4	23,0	23,8	22,1	23,2	25,6	23,7
Violência familiar	17,2	14,2	13,4	12,5	13,6	16,0	14,2
Gravidez de adolescentes	33,5	29,2	31,0	29,2	29,7	29,4	30,0
Alcoolismo	41,6	39,0	39,1	40,4	41,0	39,8	39,9
Uso de drogas	22,0	22,2	25,4	23,4	23,5	26,5	23,9
Falta de ter o que fazer	35,7	28,9	31,1	28,5	32,4	33,0	31,0

Tendência semelhante foi observada em relação às capitais: em todas elas a violência familiar foi apontada com maior consenso como “muito grave ou grave”. O que variou foi o segundo posto: o uso de drogas foi considerado o principal problema, com segundo percentual mais elevado em Porto Velho, Manaus, Fortaleza, Belo Horizonte, Goiânia e São Paulo. O desemprego foi o segundo problema mais mencionado em Belém, Rio de Janeiro, Recife, e

Salvador. Em Porto Alegre o uso de drogas e a gravidez adolescente foram os dois problemas mais citados em segundo lugar.

Tabela 274: Consideram muito grave ou grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Desemprego	42,4	75,4	85,7	75,4	67,8	72,1	61,6	76,4	83,7	74,3	77,8	74,2
Violência familiar	77,8	94,6	88,7	87,4	80,7	74,0	82,8	77,8	87,1	85,6	92,6	83,4
Gravidez de adolescentes	55,7	75,9	73,9	63,1	64,5	67,6	60,1	65,5	78,1	62,1	81,3	66,8
Alcoolismo	44,8	63,5	53,7	40,9	57,5	52,9	44,3	48,3	61,5	60,3	74,9	56,5
Uso de drogas	65,0	77,3	77,8	76,1	71,1	66,7	77,8	68,5	77,1	76,9	81,3	74,1
Falta de ter o que fazer	43,8	63,1	76,9	67,8	62,1	63,7	64,5	70,4	79,1	66,0	64,5	66,6

Tabela 275: Consideram pouco grave ou nada grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Desemprego	56,7	24,6	14,3	23,9	30,2	25,1	31,0	22,7	15,0	23,3	20,7	23,7
Violência familiar	20,2	4,9	10,3	11,3	18,3	22,1	13,3	16,8	11,6	11,9	5,4	14,2
Gravidez de adolescentes	42,4	22,7	25,1	35,9	31,9	29,6	33,5	29,1	21,3	33,4	17,2	30,0
Alcoolismo	54,2	32,5	45,3	58,5	37,5	44,0	44,8	46,8	36,6	35,9	21,2	39,9
Uso de drogas	34,5	21,2	22,2	23,3	26,9	31,0	17,2	27,6	21,9	20,9	17,2	23,9

Percepção de desordem social e física

Se há exercício de controle social, é maior a probabilidade que as regras sobre o que é ou não aceitável em uma comunidade sejam comunicadas e implementadas. Espera-se que nestes locais haja pouco, ou nenhum, indicador de que comportamentos anti-sociais e delitos ocorram sem que haja ação quer da comunidade, quer das autoridades. Os comportamentos anti-sociais seriam: ameaças verbais, perturbação da ordem pública, de embriaguez, de consumo de álcool ou drogas em público. Em geral estes são os comportamentos tidos como inadequados ou até ameaçadores, que podem ou não envolver jovens ou grupos de pessoas estranhas à comunidade e que são interpretados pelos moradores como representando comportamentos que revelam um desrespeito pelo espaço coletivo e pelas pessoas que lá habitam. Tais comportamentos expressariam a presença de desordem social. Os delitos que podem ocorrer são: a venda e o consumo de drogas em local público, os furtos e roubos. Há também a violação de leis e posturas como as limitações a ruídos, em especial à noite.

A desordem física, em geral, pode ser percebida por meio de indicadores de ausência de fiscalização e /ou manutenção de áreas públicas pelas autoridades. Nessas condições, tem-se a percepção de que se trata de uma “terra de ninguém”, uma área em que a comunidade não pode ou não tem meios para corrigir ou eliminar problemas como: grafite, pichação, edifícios vandalizados, a presença de bens abandonados (carros, edifícios, terrenos) ou sinais de negligência da parte de administradores públicos (lixo nas ruas/calçadas, e ou jogado em córregos, terrenos baldios sem muros, sem calçada, cobertos de mato). (Sampson, 2009).

A percepção de sinais de desordem social e física foi medida através de duas escalas. Em uma delas procurou-se identificar o quanto existe de indícios de desordem social e física, na visão dos entrevistados, e na outra, com que frequência certos comportamentos, que demonstram desrespeito entre as pessoas, ocorreriam na vizinhança.

Os entrevistados relatam com maior frequência perceberem mais as desordens sociais que a desordem física.

O consumo de álcool, o uso de drogas e a venda de drogas em locais públicos são os comportamentos mais mencionados como ocorrendo muito no bairro, seguido de “bagunças noturnas”. Entre os sinais de ausência de manutenção, quer pelo setor público, quer pelo privado, e que estariam presentes no bairro, destacam-se o lixo ou entulhos nas calçadas, seguida das pichações, falta de iluminação nas vias, e da falta de asfalto nas ruas.

Os entrevistados mais jovens tendem a perceber mais problemas no bairro: quer pela ocorrência de comportamentos anti-sociais, quer pela presença de sinais de falta de cuidado/ manutenção. Esta percepção é coerente com a maior satisfação e sensação de pertencer a uma comunidade observada entre os entrevistados com mais idade. A maior percepção de problemas de comportamento do que de manutenção dos espaços públicos sugere um menor exercício de controle social por parte dos moradores.

Tabela 276: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe bastante X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Lotes vazios e abandonados	18,1	15,9	14,3	13,9	12,9	11,6	14,2
Ruas sem asfalto	26,9	20,8	17,7	18,2	15,8	14,8	18,5
Ruas sem iluminação pública	20,2	22,5	22,9	20,6	20,0	13,8	20,3
Carros abandonados	10,1	11,4	11,3	9,4	8,3	7,8	9,9
Construções abandonadas	13,0	12,5	11,8	9,0	11,4	7,8	10,8
Janelas quebradas	17,9	12,7	12,4	11,6	14,1	10,9	12,8
Pichação de muros/casas	46,6	42,6	39,5	37,4	40,3	35,6	39,9
Lixo/entulho nas calçadas	48,4	45,6	44,4	43,0	39,1	35,2	42,4
Álcool consumido em local público	64,3	59,9	60,5	58,9	52,6	44,5	56,6
Uso de drogas em local público	52,6	56,0	56,0	54,5	50,1	43,9	52,6
Venda de drogas em local público	45,3	50,1	46,4	45,3	41,9	38,2	45,0
Roubo de carro	22,3	25,4	29,0	27,6	26,0	26,3	26,5
Roubo de casa	20,1	20,9	22,9	23,7	22,6	20,7	22,0
Bagunças noturnas	40,1	44,0	43,3	37,5	42,0	32,4	40,2

Tabela 277: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe pouco X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Lotes vazios e abandonados	54,2	49,8	46,6	46,1	43,8	39,8	46,3
Ruas sem asfalto	39,4	40,2	39,5	37,0	37,9	34,6	38,2
Ruas sem iluminação pública	48,6	42,0	41,5	40,6	37,3	38,6	40,9
Carros abandonados	45,2	35,2	36,1	35,4	34,3	31,1	35,4
Construções abandonadas	42,2	40,4	36,6	38,8	35,1	33,3	37,5
Janelas quebradas	39,5	41,7	39,6	37,6	35,4	33,3	38,0
Pichação de muros/casas	36,7	37,6	39,2	38,8	37,3	37,0	37,9
Lixo/entulho nas calçadas	38,6	37,3	35,8	33,3	34,3	33,2	35,2
Álcool consumido em local público	26,6	31,7	27,4	29,0	31,1	33,5	30,1
Uso de drogas em local público	29,3	29,5	28,2	25,9	28,1	25,2	27,7
Venda de drogas em local público	23,9	25,5	25,4	22,4	25,3	22,7	24,3
Roubo de carro	40,3	39,5	38,1	40,3	41,9	37,2	39,5
Roubo de casa	42,4	46,5	44,6	43,4	42,5	39,7	43,5
Bagunças noturnas	42,5	36,9	35,9	38,8	35,9	35,1	37,1

Tabela 278: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que não existe nada de X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Lotes vazios e abandonados	25,8	32,3	36,7	37,6	41,1	45,2	37,1
Ruas sem asfalto	33,1	38,2	42,1	43,5	45,5	49,1	42,4
Ruas sem iluminação pública	31,0	34,8	35,3	37,6	41,7	45,7	37,9
Carros abandonados	41,7	50,3	49,2	50,9	53,4	55,1	50,8
Construções abandonadas	42,4	45,2	48,0	50,1	50,8	53,9	48,7
Janelas quebradas	37,5	41,7	44,0	46,0	47,3	48,6	44,6
Pichação de muros/casas	15,7	19,4	20,3	22,1	21,3	24,7	20,9
Lixo/entulho nas calçadas	12,7	16,7	19,2	22,8	25,3	29,9	21,4
Álcool consumido em local público	7,4	7,5	9,8	10,6	12,9	17,3	10,9
Uso de drogas em local público	13,3	11,8	12,1	15,7	15,6	21,4	14,8
Venda de drogas em local público	20,2	18,1	19,2	21,8	21,4	24,2	20,6
Roubo de carro	29,2	29,9	26,8	25,8	26,3	27,9	27,6
Roubo de casa	32,1	28,4	27,6	29,2	29,7	33,8	29,7
Bagunças noturnas	16,4	18,1	19,6	22,4	20,3	29,8	21,3

Há diferença entre as capitais, como seria natural e esperado: o consumo de álcool e drogas e a venda de drogas em locais públicos são apontados como ocorrendo “bastante” em Fortaleza, Belém, Manaus, Salvador e Goiânia. Roubo de carro aparece mencionado por quase 1 entrevistado a cada 3 em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo. Roubo de casa por 4,7 entrevistados a cada 10 em Belém e 3,8 a cada 10 em Manaus. Em Belém, além dos problemas já citados, a maioria dos entrevistados menciona que há bastante “bagunça noturna” em seu bairro, problema este que também apareceu com Salvador. Em Porto Velho o destaque se refere a ausência de manutenção ou de infra-estrutura: ruas sem asfalto, sem iluminação pública, carros abandonados, lotes vazios e abandonados são citados com frequência superior à encontrada nas outras capitais. As ruas sem asfalto e sem iluminação e lixo nas ruas e calçadas são mencionadas em frequência superior à média da amostra em: Salvador e Belém. Carros abandonados são também mencionados com maior frequência em Porto Alegre e Manaus.

Tabela 279: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe bastante X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Lotes vazios e abandonados	23,7	14,8	21,7	16,6	13,6	14,6	15,8	10,8	13,0	13,6	10,3	14,2
Ruas sem asfalto	46,8	20,2	47,8	26,9	12,0	19,3	2,0	37,4	24,6	10,1	23,7	18,5
Ruas sem iluminação pública	40,9	32,5	39,4	9,0	8,0	27,7	3,9	19,7	27,9	16,4	21,7	20,3
Carros abandonados	40,9	46,3	31,5	24,6	31,2	39,4	28,1	27,1	34,9	35,7	46,8	35,4
Construções abandonadas	17,7	17,7	13,8	5,0	8,6	13,3	5,9	7,4	14,6	10,0	9,4	10,8
Janelas quebradas	10,3	12,8	15,3	5,7	10,3	15,7	5,4	10,8	14,6	12,9	16,3	12,8
Pichação de muros/casas	8,9	27,1	35,5	59,5	41,2	48,1	28,1	39,9	26,9	37,9	38,9	39,9
Lixo/entulho nas calçadas	43,8	47,3	69,5	35,6	28,6	44,4	19,2	45,3	52,2	41,7	41,9	42,4
Álcool consumido em local público	36,5	65,0	70,4	72,4	51,5	53,0	59,6	53,7	66,8	53,1	50,3	56,6
Uso de drogas em local público	44,8	73,9	62,6	67,1	45,9	38,1	58,1	52,7	65,5	52,7	52,2	52,6
Venda de drogas em local público	37,9	67,5	59,1	55,5	40,2	32,4	51,7	42,4	60,5	43,1	44,8	45,0
Roubo de carro	12,8	23,7	17,7	18,9	24,6	31,7	14,8	15,3	20,9	30,0	36,5	26,5
Roubo de casa	25,1	38,4	46,8	19,6	19,3	17,0	21,2	11,8	18,9	22,3	29,1	22,0
Bagunças noturnas	24,1	41,9	52,2	38,2	31,9	38,3	30,5	29,6	46,5	42,7	45,3	40,2

Tabela 280: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe pouco X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Lotes vazios e abandonados	53,2	50,3	37,4	51,5	50,2	43,0	55,2	45,3	50,5	43,1	60,1	46,3
Ruas sem asfalto	35,0	47,3	29,6	51,8	38,9	36,3	25,1	36,5	51,2	33,3	49,3	38,2
Ruas sem iluminação pública	43,8	50,3	34,5	48,8	37,2	42,0	36,5	46,8	47,5	35,1	54,7	40,9
Carros abandonados	40,9	46,3	31,5	24,6	31,2	39,4	28,1	27,1	34,9	35,7	46,8	35,4
Construções abandonadas	37,0	47,3	31,0	37,2	36,5	36,6	43,8	32,0	46,2	35,1	43,8	37,5
Janelas quebradas	31,5	39,9	30,5	31,2	42,5	37,0	38,9	31,0	47,5	36,1	55,2	38,0
Pichação de muros/casas	32,5	46,3	30,1	31,9	40,9	35,3	53,2	34,5	40,5	36,7	49,8	37,9
Lixo/entulho nas calçadas	38,4	37,9	20,2	41,2	35,9	34,9	47,3	31,5	32,6	34,6	40,9	35,2
Álcool consumido em local público	46,3	26,1	22,2	21,9	34,6	33,7	25,1	34,5	20,3	31,5	33,5	30,1
Uso de drogas em local público	36,0	21,7	20,7	18,6	35,9	29,6	22,2	24,6	19,3	30,5	31,0	27,7
Venda de drogas em local público	37,0	25,1	17,7	22,9	31,6	20,7	18,7	21,7	22,9	25,8	31,0	24,3
Roubo de carro	38,9	47,3	38,9	43,5	43,5	34,6	51,2	37,0	40,2	38,1	43,4	39,5
Roubo de casa	43,8	45,8	35,5	50,5	51,8	35,3	56,2	43,8	49,8	41,8	52,2	43,5
Bagunças noturnas	48,3	41,4	25,1	44,5	41,2	36,4	44,8	35,0	32,2	36,1	38,4	37,1

Tabela 281: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que não existe nada de X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Lotes vazios e abandonados	23,2	30,5	39,4	31,2	35,9	39,4	25,6	43,4	31,6	41,1	26,1	36,1
Ruas sem asfalto	18,2	31,5	22,7	19,6	49,2	43,1	71,4	25,1	21,9	56,0	26,1	42,4
Ruas sem iluminação pública	14,8	16,3	26,1	40,9	54,5	29,0	57,6	32,5	22,9	47,8	23,7	37,9
Carros abandonados	51,7	39,4	58,6	72,1	64,5	39,6	60,6	66,5	44,5	50,2	39,9	50,8
Construções abandonadas	45,3	31,0	54,7	57,1	54,2	45,3	44,3	59,6	33,9	52,6	42,9	48,7
Janelas quebradas	56,7	39,9	52,7	62,8	46,5	42,0	46,8	51,2	29,9	46,5	23,2	44,6
Pichação de muros/casas	57,1	24,6	34,5	8,3	17,3	15,9	15,8	24,6	28,9	24,1	9,4	20,9
Lixo/entulho nas calçadas	16,8	14,8	10,3	23,3	34,6	19,4	31,0	22,2	14,0	22,8	16,8	21,4
Álcool consumido em local público	15,3	7,9	7,4	5,7	11,6	11,3	10,8	9,4	10,6	12,7	10,3	10,9
Uso de drogas em local público	17,2	3,0	15,3	12,0	14,6	25,7	13,8	15,8	11,6	11,6	9,4	14,8
Venda de drogas em local público	23,2	4,4	20,2	16,3	18,6	36,1	20,2	25,1	11,0	17,2	13,8	20,6
Roubo de carro	46,8	23,2	37,4	36,5	26,9	27,7	23,2	40,9	26,6	24,7	19,2	27,6
Roubo de casa	29,1	13,8	16,8	29,6	24,6	41,9	18,2	39,9	23,3	30,2	17,2	29,7
Bagunças noturnas	25,6	16,3	22,7	16,9	25,3	23,4	21,7	34,5	17,3	19,9	16,3	21,3

Percepção de incivildade

Há relação entre a percepção de desordem física e social (comportamentos) e a percepção de incivildades? Para se examinar esta relação foi perguntado aos entrevistados com que frequência eles percebiam que ocorria, em seus bairros, uma série de comportamentos:

Acontece com frequência, ou se não acontece com frequência em seu bairro:

- Motoristas de ônibus não darem tempo suficiente para pessoas idosas ou deficientes subirem ou descerem dos ônibus
- Adultos consumirem álcool ou drogas ilegais na frente de crianças e jovens
- Casais discutirem ou falarem palavrões na frente dos filhos
- Casais se agredirem na frente dos filhos
- Agentes de segurança de bancos, supermercados, shoppings desconfiarem de uma pessoa por causa de sua cor
- Pessoas jogarem lixo em córregos ou rios
- Pessoas serem maltratadas por policiais por serem pobres
- Pessoas fazerem festas com o som alto até tarde
- Pessoas serem maltratadas por funcionários públicos por serem de outros estados
- Um homem ou uma mulher mexer com o (a) parceiro (a) de outra pessoa

O comportamento percebido “com frequência”, pela maioria dos entrevistados, é o consumo de substâncias legais ou ilegais por adultos na frente de crianças e jovens. Em seguida tem-se motoristas de ônibus que não dão tempo para pessoas descerem ou subirem de ônibus, pessoas jogando lixo em córregos ou rios e pessoas fazerem festa com som alto até tarde. Ainda com frequência, mas não representando a maioria, tem-se adultos discutirem aos palavrões na frente dos filhos. Esta lista de comportamentos é coerente com os problemas identificados como existindo no bairro: consumo de álcool e drogas assim como a venda de drogas em áreas públicas, lixo nas calçadas e córregos e bagunças noturnas.

Os mais jovens relatam maior percepção destes problemas que os grupos de mais idade, exceção feita ao item “motoristas de ônibus não darem tempo...”. Os mais jovens percebem ainda a presença de preconceito por parte de policiais contra pessoas pobres, bem como comportamentos machistas que podem provocar violência (um homem mexer com a mulher de outro) e preconceito racial por seguranças privados.

Tabela 282: Acontece com frequência no seu bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Motoristas de ônibus não darem tempo suficiente para pessoas idosas ou deficientes subirem ou descerem dos ônibus	50,8	53,9	54,4	53,1	52,7	51,3	53,0

Adultos consumirem álcool ou drogas ilegais na frente de crianças e jovens	59,6	61,1	57,2	54,9	51,7	47,3	55,4
Casais discutirem ou falarem palavrões na frente dos filhos	56,2	51,6	52,0	46,8	43,0	39,2	47,8
Casais se agredirem na frente dos filhos	39,8	40,8	37,2	33,7	31,2	30,9	35,6
Agentes de segurança de bancos, supermercados, shoppings desconfiarem de uma pessoa por causa de sua cor	36,4	37,9	33,8	33,5	31,4	24,1	33,0
Pessoas jogarem lixo em córregos ou rios	55,6	58,7	53,2	53,1	48,2	47,5	52,9
Pessoas serem maltratadas por policiais por serem pobres	43,3	41,5	36,1	36,4	29,1	28,2	35,6
Pessoas fazerem festas com o som alto até tarde	60,7	57,5	53,9	53,8	48,1	43,0	52,6
Pessoas serem maltratadas por funcionários públicos por serem de outros estados	17,7	21,9	21,0	16,0	18,4	16,3	18,9
Um homem ou uma mulher mexer com o (a) parceiro (a) de outra pessoa	45,7	47,3	41,7	35,2	30,2	27,5	38,0

Tabela 283: Não acontece com frequência no seu bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Motoristas de ônibus não darem tempo suficiente para pessoas idosas ou deficientes subirem ou descerem dos ônibus	45,0	41,8	41,1	40,7	42,2	43,1	41,9
Adultos consumirem álcool ou drogas ilegais na frente de crianças e jovens	37,0	34,8	39,0	39,2	40,2	43,7	38,9
Casais discutirem ou falarem palavrões na frente dos filhos	38,1	41,7	40,3	45,1	45,1	50,3	43,7
Casais se agredirem na frente dos filhos	50,9	50,0	52,6	55,4	53,7	55,8	53,1
Agentes de segurança de bancos, supermercados, shoppings desconfiarem de uma pessoa por causa de sua cor	52,4	51,9	55,6	55,1	54,8	62,3	55,4
Pessoas jogarem lixo em córregos ou rios	39,5	37,0	41,8	40,8	44,6	46,0	41,5
Pessoas serem maltratadas por policiais por serem pobres	49,5	50,8	55,0	51,6	59,7	60,4	54,6
Pessoas fazerem festas com o som alto até tarde	37,6	41,4	44,5	43,4	49,3	54,3	45,4
Pessoas serem maltratadas por funcionários públicos por serem de outros estados	65,5	64,2	64,4	69,1	65,3	65,5	65,6
Um homem ou uma mulher mexer com o (a) parceiro (a) de outra pessoa	45,2	44,8	48,3	54,0	55,3	57,9	50,9

Assim como observado em relação à desordem física e social, há diferenças entre as capitais. Belém se destaca por apresentar as mais altas frequências de “acontece com frequência” para todas as 10 situações listadas. Além disto,

esta posição representa a percepção da maioria dos entrevistados em relação a 7 das frases. Pessoas maltratadas por policiais por serem pobres (48,8%), preconceito racial por parte de seguranças privados (45,3%) e preconceito de funcionários públicos contra migrantes (28,6%) apesar de não representarem percepções majoritárias, são superiores à média da amostra. Salvador, Manaus, Goiânia, Fortaleza e Recife também se destacam pelo fato de majorias expressivas apresentarem a resposta “acontece com frequência” para um grande número de frases, apontando que nestas capitais a incivilidade seria algo não incomum. Situação semelhante à de Belém, foi observada em Manaus, com a diferença que nesta última são seis as situações percebidas pela maioria como ocorrendo com frequência, sendo que três das quatro frases, cuja opinião não expressa a da maioria apesar de superior à média da amostra, são as mesmas identificadas em Belém. A quarta frase é aquela que trata de “Casais se agredirem na frente dos filhos”, sendo que esta situação ocorreria com frequência em Manaus para 40,4% dos entrevistados.

Em Belo Horizonte, Porto Alegre, Porto Velho e São Paulo a maioria dos entrevistados percebe estas situações como “não correndo com frequência”. Rio de Janeiro combina uma mistura de acontece com frequência com não acontece com frequência. Para a maioria dos entrevistados nesta cidade acontece com frequência: motoristas de ônibus não darem tempo suficiente para pessoas com alguma dificuldade subirem ou descerem de ônibus, adultos consumirem álcool e drogas ilegais na frente de crianças, pessoas jogarem lixo em rios e córregos, e fazerem festa com som alto até tarde.

Tabela 284: Acontece com frequência no seu bairro X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Motoristas de ônibus não darem tempo suficiente p/pessoas idosas ou deficientes subirem ou descerem dos ônibus	38,9	72,4	82,8	51,5	29,6	71,4	63,1	50,3	55,8	42,9	35,0	53,0
Adultos consumirem álcool ou drogas ilegais na frente de crianças e jovens	52,7	70,9	69,0	73,1	45,5	53,0	65,5	57,1	65,5	49,5	46,3	55,4
Casais discutirem ou falarem palavrões na frente dos filhos	48,3	57,6	66,5	55,2	38,2	48,7	56,2	60,6	62,8	39,3	39,4	47,8
Casais se agredirem na frente dos filhos	36,0	40,4	52,7	47,2	29,6	33,0	46,8	46,8	58,1	26,8	24,6	35,6
Agentes de segurança de bancos, supermercados, shoppings desconfiarem de uma pessoa por causa de sua cor	29,1	32,5	45,3	28,2	27,2	38,0	30,5	25,1	41,5	31,3	24,1	33,0
Pessoas jogarem lixo em córregos ou rios	49,3	69,0	76,9	56,2	33,9	57,7	54,7	71,4	63,1	45,4	39,9	52,9
Pessoas serem maltratadas por policiais por serem pobres	24,6	43,4	48,8	36,9	33,2	36,1	56,7	33,5	47,8	28,5	34,5	35,6
Pessoas fazerem festas com o som alto até tarde	35,5	59,1	67,0	54,8	48,5	50,4	74,9	55,7	66,1	47,2	44,8	52,6
Pessoas serem maltratadas por funcionários públicos por serem de outros estados	24,6	32,0	28,6	11,3	13,0	21,0	30,5	16,3	26,9	16,0	9,9	18,9
Um homem ou uma mulher mexer com o (a) parceiro (a) de outra pessoa	32,5	41,9	62,1	38,5	34,6	42,9	60,1	43,8	56,2	27,7	17,7	38,0

Tabela 285: Não acontece com frequência no seu bairro X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Motoristas de ônibus não darem tempo suficiente para pessoas idosas ou deficientes subirem ou descerem dos ônibus	57,6	26,1	14,8	44,9	64,1	25,4	28,1	44,3	39,5	50,3	60,6	41,9
Adultos consumirem álcool ou drogas ilegais na frente de crianças e jovens	43,8	25,6	29,1	25,9	46,2	42,1	25,1	39,9	30,9	43,4	41,9	38,9
Casais discutirem ou falarem palavrões na frente dos filhos	45,8	35,5	30,1	40,9	52,5	44,7	34,0	36,0	31,2	49,4	43,4	43,7
Casais se agredirem na frente dos filhos	54,2	48,8	43,8	49,5	57,5	56,3	41,4	46,3	35,2	58,5	57,1	53,1
Agentes de segurança de bancos, supermercados, shoppings desconfiarem de uma pessoa por causa de sua cor	59,6	47,3	50,7	66,5	62,8	53,3	62,6	62,6	46,5	54,4	55,2	55,4
Pessoas jogarem lixo em córregos ou rios	43,4	27,1	22,2	41,9	58,8	37,9	42,4	28,1	31,6	46,5	51,2	41,5
Pessoas serem maltratadas por policiais por serem pobres	67,5	44,3	48,3	58,8	58,8	54,6	37,4	60,6	43,9	58,4	51,7	54,6
Pessoas fazerem festas com o som alto até tarde	59,1	39,4	32,0	44,5	50,5	48,3	23,2	43,8	30,2	50,2	50,3	45,4
Pessoas serem maltratadas por funcionários públicos por serem de outros estados	70,4	48,3	65,5	83,4	73,1	66,1	61,1	70,4	53,2	66,2	55,2	65,6
Um homem ou uma mulher mexer com o (a) parceiro (a) de outra pessoa	61,6	42,9	34,0	57,5	54,5	48,4	35,0	45,3	36,9	58,8	52,2	50,9

Familiaridade entre gerações

Um dos principais aspectos do capital social refere-se a seu potencial de uso em defesa do bem comum, em particular, em defesa dos grupos mais vulneráveis dentro de uma comunidade. Capital social e eficácia coletiva, definida como a coesão social existente em uma comunidade combinada com a disposição de agir, são ingredientes básicos para a ação coletiva e mais que isto são elementos socializadores de crianças e jovens influenciando-os em relação a observância de normas e regras em relação ao comportamento em espaços públicos e semi-públicos, fora da privacidade de suas casas (Wikstrom e Sampson, 2003).

A disposição dos membros de uma comunidade em agir em defesa das crianças e jovens da localidade depende do grau de familiaridade entre gerações. Este conhecimento foi medido no presente estudo através de uma escala tipo Likert, utilizando frases sobre o relacionamento entre crianças e adultos do bairro.

Pensando na relação de vizinhos, diria que:

(**Escala:** concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte)

- Os pais das crianças do bairro normalmente se conhecem,
- Os adultos conhecem as crianças da redondeza,
- Seus pais conhecem os pais de seus amigos mais próximos / o(a) sr(a) conhece os pais,
- dos amigos de seus filhos
- Os adultos se preocupam com a segurança das crianças, mesmo aquelas que não são seus filhos ou netos.

As respostas a estas frases revelam que os entrevistados se preocupam com a segurança de todas as crianças da vizinhança e que tendem a concordar, mas não de modo taxativo, que os adultos conhecem as crianças do bairro e que os pais se conhecem entre si, apesar de alguns entrevistados admitirem que não conhecem os pais dos amigos dos filhos. Os entrevistados mais jovens (abaixo de 19 anos) e aqueles entre 50 e 59 anos são os que mais concordam com estas frases.

Tabela 286: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, concorda totalmente que X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Os pais das crianças do bairro normalmente se conhecem	55,5	46,1	47,2	47,8	51,8	46,6	48,3
Os adultos conhecem as crianças da redondeza	49,3	46,0	48,0	49,4	52,4	47,4	48,5
Seus pais conhecem os pais de seus amigos mais próximos / você conhece os pais dos amigos de seus filhos	51,0	42,8	43,4	44,0	43,9	33,5	42,5
Os adultos se preocupam com a segurança das crianças, mesmo aquelas que não são seus filhos ou netos	56,7	55,7	57,3	55,0	57,0	56,7	56,3

Tabela 287: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, discorda totalmente que X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Os pais das crianças do bairro normalmente se conhecem	5,2	5,6	7,0	8,5	6,0	6,6	6,6
Os adultos conhecem as crianças da redondeza	4,1	5,6	6,4	6,4	6,8	6,9	6,2
Seus pais conhecem os pais de seus amigos mais próximos / você conhece os pais dos amigos de seus filhos	8,6	11,1	10,2	11,7	12,7	14,6	11,6
Os adultos se preocupam com a segurança das crianças, mesmo aquelas que não são seus filhos ou netos	7,5	4,6	6,3	7,2	6,8	6,8	6,3

Recife, Belém, Salvador e Rio de Janeiro são as capitais onde a maioria dos entrevistados concorda totalmente com as frases. Porém, enquanto em Recife e Belém a maioria concorda com todas as frases, em Salvador e no Rio de Janeiro, este padrão é quebrado em relação à frase “conhecer os pais dos amigos de seus filhos” – onde se verifica que há uma tendência da maioria em concordar com a afirmação, mas não é algo estabelecido.

Tabela 288: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, concorda totalmente que X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Os pais das crianças do bairro normalmente se conhecem	25,1	36,5	60,1	42,5	41,2	57,4	25,6	62,1	53,5	45,4	48,8	48,3
Os adultos conhecem as crianças da redondeza	24,1	35,5	63,1	43,5	42,5	54,6	28,1	65,5	57,5	44,8	51,7	48,5
Seus pais conhecem os pais de seus amigos mais próximos / você conhece os pais dos amigos de seus filhos	19,7	30,1	58,1	36,9	41,2	45,3	31,0	56,7	48,8	39,8	44,8	42,5
Os adultos se preocupam com a segurança das crianças, mesmo aquelas que não são seus filhos ou netos	27,1	52,7	63,1	47,2	55,2	59,3	37,9	65,5	60,8	56,6	56,7	56,3

Tabela 289: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, discorda totalmente que X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Os pais das crianças do bairro normalmente se conhecem	11,3	6,4	6,9	7,0	6,6	4,0	21,7	4,4	1,7	8,4	2,5	6,6
Os adultos conhecem as crianças da redondeza	14,8	5,9	7,9	5,7	6,6	4,9	18,2	5,4	1,3	7,1	2,5	6,2
Seus pais conhecem os pais de seus amigos mais próximos / você conhece os pais dos amigos de seus filhos	14,8	12,8	11,3	12,0	11,0	13,0	24,1	10,3	3,7	12,5	3,9	11,6
Os adultos se preocupam com a segurança das crianças, mesmo aquelas que não são seus filhos ou netos	13,8	6,9	9,4	10,6	5,3	5,6	14,3	4,9	2,0	6,4	3,0	6,3

Percepção de Cooperação Interação-Confiança?

Capital Social depende de coesão social e esta é medida através de comportamentos concretos que expressam a existência ou não de confiança e de cooperação no cotidiano dos moradores de uma determinada localidade. Costuma-se medir a coesão social através dos indicadores relacionados à percepção de existência de: ajuda mútua entre vizinhos, proximidade entre os vizinhos, confiança entre os vizinhos, falta de entendimento entre vizinhos e falta de compartilhamento de valores entre vizinhos. (Sampson et al. 1997)

No estudo aqui relatado, a coesão social foi medida através de questões sobre comportamentos que representam a operacionalização destes componentes: coesão, proximidade, confiança, compartilhar valores e entendimento no dia a dia da população.

Os resultados revelam que há pouca coesão e compartilhamento entre vizinhos, na experiência dos entrevistados. As situações que com maior frequência evocam cooperação e confiança atingem, no máximo, 1/3 dos entrevistados e se referem a pedir aos vizinhos para vigiarem a casa quando viajam e convidar para uma festa, almoço ou churrasco. A maioria dos entrevistados nunca pede para os vizinhos tomarem conta de seus filhos ou para comprarem algo caso não possam sair de casa. Outros 48,7% nunca pedem para que os vizinhos cuidem de sua casa quando viajam ou empresta ferramentas. Há pouca diferença entre as faixas etárias, sugerindo que estes padrões de comportamento não são algo geracional, mas algo mais arraigado entre as pessoas.

Com que FREQUÊNCIA:

- Pede para vigiar a casa enquanto vocês viajam (confiança)
- Convida para uma festa, almoço ou churrasco (proximidade)
- Pede para comprar algo, caso você não possa sair de casa (confiança)
- Pede para emprestar ferramentas (coesão/entendimento)
- Pede para tomar conta das crianças (compartilhar valores/confiança)

Alternativas: 1 – Sempre, 2 – Quase sempre, 3- Às vezes, 4- Quase nunca, 5- Nunca, 9- Não sabe/não opinou.

Tabela 290: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você sempre ou quase sempre X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Pede para seus vizinhos vigiarem a casa enquanto vocês viajam?	28,4	30,9	37,0	34,4	36,1	33,1	33,7
Convida seus vizinhos para uma festa, almoço ou churrasco?	34,1	33,0	34,1	33,2	31,5	28,8	32,5
Pede para seus vizinhos comprarem algo, caso não possa sair de casa?	23,3	23,4	22,7	22,3	23,5	23,9	23,1
Pede para seus vizinhos emprestarem ferramentas?	29,8	25,4	25,1	26,2	25,5	21,1	25,2
Pede para seus vizinhos tomarem conta das crianças?	11,5	14,5	16,6	13,1	13,9	11,3	13,8

Tabela 291: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você nunca ou quase nunca X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Pede para seus vizinhos vigiarem a casa enquanto vocês viajam?	51,5	51,9	45,2	47,0	44,3	53,3	48,7
Convida seus vizinhos para uma festa, almoço ou churrasco?	37,0	38,1	38,2	38,5	40,4	48,3	40,1
Pede para seus vizinhos comprarem algo, caso não possa sair de casa?	50,4	53,4	53,6	56,6	56,5	55,5	54,6
Pede para seus vizinhos emprestarem ferramentas?	39,9	45,0	46,6	47,3	51,1	57,9	48,4
Pede para seus vizinhos tomarem conta das crianças?	72,1	72,3	68,1	74,9	75,2	78,3	73,4

As diferenças entre as cidades revelam alguns padrões surpreendentes. Aparentemente há maior cooperação e confiança em algumas das cidades (Belém e Salvador) onde as pessoas identificaram maior frequência de incivilidades que nas cidades onde ocorreu o oposto: onde estes padrões são menos frequentes. Em outras cidades como Goiânia e Rio de Janeiro, a falta de cooperação e confiança seguem o padrão de respostas sobre incivilidades.

Tabela 292: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você sempre ou quase sempre X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Pede para seus vizinhos vigiarem a casa enquanto vocês viajam?	23,2	35,0	44,8	39,2	38,5	27,0	26,6	25,1	40,2	33,1	45,8	33,7
Convida seus vizinhos para uma festa, almoço ou churrasco?	24,6	22,7	44,3	32,9	34,2	32,6	16,7	28,1	43,9	32,1	27,6	32,5
Pede para seus vizinhos comprarem algo, caso não possa sair de casa?	13,8	17,2	32,5	21,9	25,3	20,3	8,9	32,0	38,2	21,4	20,7	23,1
Pede para seus vizinhos emprestarem ferramentas?	23,2	19,7	39,9	21,3	28,9	20,9	13,8	39,9	37,6	22,7	25,6	25,2
Pede para seus vizinhos tomarem conta das crianças?	7,9	13,8	13,3	12,0	19,3	10,7	5,9	10,8	27,2	13,7	9,9	13,8

Tabela 293: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você nunca ou quase nunca X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Pede para seus vizinhos vigiarem a casa enquanto vocês viajam?	52,2	27,6	12,8	24,6	29,9	29,7	24,6	18,7	23,9	30,2	25,6	27,4
Convida seus vizinhos para uma festa, almoço ou churrasco?	50,3	46,3	30,1	41,5	31,6	39,6	58,6	45,8	27,2	42,3	41,9	40,1
Pede para seus vizinhos comprarem algo, caso não possa sair de casa?	55,7	56,7	40,9	58,1	51,8	58,0	77,3	42,9	28,9	58,8	58,1	54,6
Pede para seus vizinhos emprestarem ferramentas?	47,8	38,4	35,5	48,2	47,2	54,4	63,6	32,0	31,2	53,6	41,4	48,4
Pede para seus vizinhos tomarem conta das crianças?	71,4	69,5	76,4	72,8	63,1	77,6	85,7	79,8	56,1	75,4	72,4	73,4

Percepção de Participação

As respostas às questões anteriores não sinalizam a presença, nestas comunidades, de uma forte coesão social ou eficácia coletiva. Ao contrário, sugerem que nestas comunidades, ainda que as pessoas identifiquem vários problemas como sendo de origem coletiva, não tenderão a agir coletivamente frente a eles, pois falta confiança, coesão, proximidade e sensação de compartilharem valores. Prevalceria nestas comunidades, pelas respostas dos entrevistados, pouca participação na discussão de problemas coletivos. Questionados sobre qual a frequência com que os moradores se reúnem para discutir problemas como violência, saúde, educação e lazer quase a metade dos moradores responde “nunca” para todos estes temas. Se à categoria “nunca” somar-se “quase nunca” ter-se-ia a maioria. Há pouca diferença entre as faixas etárias, os mais jovens parecem ser um pouco mais céticos em relação à participação da comunidade no debate sobre estes temas.

Com que frequência os moradores de seu bairro se reúnem para discutir problemas coletivos como:

Alternativas: 1 – Sempre, 2 – Quase sempre, 3- Às vezes, 4- Quase nunca, 5- Nunca se reuniu, 9- Não sabe/não opinou

- Violência
- Educação
- Saúde
- Lazer

Tabela 294: Os moradores de seu bairro sempre ou quase sempre se reúnem para discutir os temas X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Violência	12,0	14,7	14,7	14,9	14,7	13,0	14,2
Saúde	12,0	14,7	15,0	15,8	14,8	13,7	14,6
Educação	10,3	15,3	14,5	14,3	14,4	11,5	13,8
Lazer	11,3	14,6	14,7	13,9	13,5	12,2	13,7

Tabela 295: Os moradores de seu bairro nunca se reúnem para discutir os temas X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Violência	47,7	49,8	47,9	46,4	47,9	48,4	48,1
Saúde	50,7	48,1	46,8	45,3	47,2	45,7	47,0
Educação	50,4	50,7	45,9	47,0	49,4	48,1	48,4
Lazer	52,2	52,2	47,6	48,0	48,9	49,0	49,5

Como observado em relação aos itens anteriores, há grande variação entre cidades: em Goiânia, Fortaleza, Recife e São Paulo, segundo a maioria dos entrevistados, “os moradores de seus bairro nunca se reúnem para discutir qualquer um dos temas listados. Ainda que esta seja a tendência de resposta na outras capitais, em duas delas

(Salvador e Belém) ao menos 1 em cada cinco entrevistado tem uma percepção mais positiva da participação destes moradores, tendo respondido que estas reuniões ocorreriam “sempre” ou “quase sempre”.

Tabela 296: Os moradores de seu bairro sempre ou quase sempre se reúnem para discutir os temas X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Violência	12,8	12,3	29,6	11,3	13,0	16,8	2,5	16,8	22,6	9,9	21,2	14,2
Saúde	12,3	13,8	24,1	12,0	14,3	18,1	3,0	17,7	22,6	10,2	19,2	14,6
Educação	10,8	9,4	20,2	13,0	12,3	18,3	3,5	16,3	21,3	9,9	17,7	13,8
Lazer	10,8	12,8	24,6	11,3	13,3	19,1	3,0	13,3	21,6	8,6	17,2	13,7

Tabela 297: Os moradores de seu bairro nunca se reúnem para discutir os temas X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Violência	37,4	39,9	30,1	56,8	43,9	40,0	79,8	53,7	40,2	55,8	31,0	48,1
Saúde	34,5	40,4	28,1	57,8	41,5	38,7	80,3	52,2	39,9	54,0	32,0	47,0
Educação	38,4	39,4	33,5	56,2	47,8	39,7	82,3	50,7	41,9	55,2	33,5	48,4
Lazer	43,8	35,5	37,9	56,8	48,5	40,4	82,3	53,7	43,9	56,4	34,5	49,5

Expectativas de participação futura

A percepção do ativismo dos moradores foi medida também em relação a situações concretas, envolvendo áreas que, em geral, são consideradas prioritárias: educação e saúde. Aos entrevistados foi perguntado o que fariam seus vizinhos, caso um hospital, uma creche ou ainda uma escola do bairro estivessem ameaçados de fechar. Apesar da baixa crença na participação coletiva, entendida como os vizinhos se reunirem para discutir temas semelhantes, confrontados com um problema específico - o fechamento de uma instalação que servisse a região - mais de quatro a cada 10 entrevistados respondeu que “com certeza (seus vizinhos) tentariam evitar” que isto viesse a ocorrer. Não há diferença entre os entrevistados, segundo a faixa etária, porém há diferenças entre as cidades: em Manaus e em Fortaleza, há certeza que os moradores tentariam evitar que a região perdesse estes serviços, enquanto em São Paulo há uma tendência de maioria, porém em Belo Horizonte e Goiânia apenas um pouco mais de 1/3 dos entrevistados tem esta certeza de ação coletiva.

O quanto acha que poderia contar com seus vizinhos para resolver problemas no seu bairro.

- Um hospital da região estivesse ameaçado de fechar
- Uma creche da região estivesse ameaçada de fechar
- Uma escola da região estivesse ameaçada de fechar

Alternativas: 1- Com certeza tentariam evitar; 2- Provavelmente tentariam evitar, 3 – Provavelmente não tentariam evitar, 4- Com certeza não tentariam evitar; e 9- Não sabe/não opinou.

Tabela 298: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Um hospital da região estivesse ameaçado de fechar	43,0	41,9	43,6	43,4	44,3	43,1	43,2
Uma creche da região estivesse ameaçada de fechar	42,1	41,7	42,8	43,0	45,0	41,7	42,7
Uma escola da região estivesse ameaçada de fechar	43,6	41,2	42,9	44,0	44,8	42,3	43,0

Tabela 299: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X
Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Um hospital da região estivesse ameaçado de fechar	9,3	8,4	9,0	10,5	8,0	7,7	8,8
Uma creche da região estivesse ameaçada de fechar	8,9	8,1	8,0	9,7	7,8	7,3	8,3
Uma escola da região estivesse ameaçada de fechar	9,0	7,8	7,4	10,1	8,7	7,8	8,4

Tabela 300: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Um hospital da região estivesse ameaçado de fechar	42,4	51,7	40,4	55,8	35,9	37,3	34,5	41,9	39,9	47,9	37,0	43,2
Uma creche da região estivesse ameaçada de fechar	38,4	51,7	40,4	53,8	35,6	36,6	35,0	42,9	40,2	47,3	37,0	42,7
Uma escola da região estivesse ameaçada de fechar	40,9	50,3	42,9	53,8	34,6	37,0	35,0	41,9	39,2	48,1	38,4	43,0

Tabela 301: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Um hospital da região estivesse ameaçado de fechar	3,9	3,0	20,7	6,0	5,7	8,6	7,4	8,4	11,0	9,7	5,9	8,8
Uma creche da região estivesse ameaçada de fechar	4,4	2,5	17,2	6,3	7,0	9,0	6,9	9,4	7,6	8,7	5,4	8,3
Uma escola da região estivesse ameaçada de fechar	5,4	3,5	17,7	6,3	6,3	9,0	6,9	7,4	9,0	8,9	6,4	8,4

Percepção da Disposição para Agir em Defesa de Grupos em Risco

Se há ambigüidade na percepção da participação dos moradores em ações coletivas, o que mostram os resultados sobre a disposição de agir dos moradores em relação a pessoas que possam estar em uma situação de risco? Foi apresentada aos entrevistados uma lista de situações que podem ocorrer no dia a dia, envolvendo disputa entre parceiros íntimos, uso de punição corporal, idosos agredidos por grupos de jovens e jovens agredidos por policiais.

As respostas demonstram que existe certeza de disposição de agir na opinião dos entrevistados em relação apenas a duas situações: criança espancada pelos pais e idosos intimidados ou ameaçados. Há pequenas diferenças entre os respondentes de diferentes faixas etárias. Os mais jovens acreditam mais do que os outros grupos em uma intervenção de moradores em casos de violência entre parceiros, e acreditam menos que os outros grupos etários que os vizinhos tentariam evitar que policiais xinguem ou batam em jovens. Já o grupo acima de 60 anos é o que menos acredita em ação de vizinhos em todas as situações exceto a polícia bater em jovens.

Em algumas das capitais há mais certeza que os moradores tentariam evitar que idosos sejam ameaçados ou intimidados por grupos de jovens (Manaus, Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro, São Paulo e em menor grau Belo Horizonte) e em algumas destas que os moradores tentariam evitar que uma criança fosse espancada pelos pais (Fortaleza, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo). Em seis das capitais (Porto Velho, Belém, Fortaleza, Goiânia, Recife e Salvador) mais de 1/3 dos entrevistados revela certeza que os moradores não tentariam evitar que jovens sejam xingados ou que apanhem da polícia.

Qual SERIA o comportamento de seus vizinhos para evitar que:

- Numa briga de família, a mulher apanhe do marido
- Uma criança seja espancada pelos pais
- Uma pessoa idosa seja intimidada/ameaçada por um grupo de jovens na rua
- Os policiais xinguem e batam em jovens

Alternativas: 1- Com certeza tentariam evitar; 2- Provavelmente tentariam evitar, 3 – Provavelmente não tentariam evitar, 4- Com certeza não tentariam evitar; e 9- Não sabe/não opinou.

Tabela 302: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar a determinadas situações de conflito X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Numa briga de família, a mulher apanhe do marido?	32,1	27,5	28,7	28,0	30,8	26,1	28,5
Uma criança seja espancada pelos pais?	49,4	51,0	52,0	52,1	50,2	45,9	50,4
Uma pessoa idosa seja intimidada/ameaçada por um grupo de jovens na rua?	51,0	55,2	56,7	54,3	54,2	49,8	54,0
Policiais xinguem e batam em jovens	19,6	22,1	20,4	19,9	25,3	22,1	21,7

**Tabela 303: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar a ocorrência de determinadas situações de conflito X
Faixa Etária, 2010**

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Numa briga de família, a mulher apanhe do marido?	24,0	22,9	23,1	23,6	23,5	22,9	23,2
Uma criança seja espancada pelos pais?	8,2	6,7	5,9	8,0	8,8	6,4	7,2
Uma pessoa idosa seja intimidada/ameaçada por um grupo de jovens na rua?	9,6	5,6	5,0	6,7	8,3	7,5	6,7
Policiais xinguem e batam em jovens	34,1	32,4	30,0	29,4	27,1	22,9	29,2

Tabela 304: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar determinadas situações de conflito X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Numa briga de família, a mulher apanhe do marido?	18,7	26,6	24,6	30,2	25,3	31,3	21,2	19,7	30,9	30,0	25,6	28,5
Uma criança seja espancada pelos pais?	37,0	47,8	44,3	58,1	51,8	54,0	37,9	35,5	42,9	53,5	45,8	50,4
Uma pessoa idosa seja intimidada/ameaçada por um grupo de jovens na rua?	49,3	60,1	57,1	61,5	50,2	56,4	42,9	44,8	49,2	55,3	48,3	54,0
Policiais xinguem e batam em jovens	13,8	23,7	17,2	18,9	23,6	22,4	18,7	16,8	22,9	22,8	19,7	21,7

Tabela 305: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar a determinadas situações de conflito X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Numa briga de família, a mulher apanhe do marido?	25,1	19,2	24,1	25,6	19,6	23,6	29,6	25,1	20,6	23,5	22,7	23,2
Uma criança seja espancada pelos pais?	5,9	5,4	9,4	11,0	4,7	6,9	7,4	8,4	7,0	7,1	6,9	7,2
Uma pessoa idosa seja intimidada/ameaçada por um grupo de jovens na rua?	3,9	3,9	8,9	7,0	6,0	7,3	5,4	7,4	5,3	7,5	3,5	6,7
Policiais xinguem e batam em jovens	32,0	22,2	36,5	32,9	22,6	28,3	36,5	34,0	32,9	28,7	23,7	29,2

Percepção da eficácia da sociedade e da polícia no controle social

O consumo de álcool e drogas em espaço público foi apontado como um problema presente nos bairros habitados pelos entrevistados em várias das capitais pesquisadas. O que estes entrevistados esperam que aconteça se os usuários de álcool e drogas em local público forem menores de idade? Não há certeza que eles seriam pegos por qualquer um dos grupos citados: polícia, vizinhos, pais ou professores. Há um pouco mais de certeza quanto ao que ocorreria caso menores consumissem drogas em local público em termos de uma ação da polícia: 28,6% dos entrevistados acham que os menores seriam pegos pela polícia, mas de modo geral, os entrevistados parecem não acreditar em intervenção de adultos nos casos citados. Há pouca diferença entre os entrevistados segundo a faixa etária.

As capitais apresentam diferenças, em Belém, Goiânia, e Salvador cerca de ¼ dos entrevistados acredita que menores de idade consumindo álcool em local público seriam pegos pela polícia. Essa certeza é maior também em Goiânia, Salvador, Belém e Porto Velho. Nas três primeiras entre ¼ e 1/3 dos entrevistados também acreditam que os menores seriam pegos por seus pais e vizinhos nesta situação de consumo de drogas em público.

CASO jovens menores de idade bebam **ÁLCOOL** em local público, qual a chance de eles serem pegos:

- Pela polícia
- Pelos vizinhos
- Pelos pais
- Pelos professores

Tabela 306: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Pela polícia?	29,0	28,6	27,4	28,7	26,0	22,6	27,1
Pelos pais?	24,2	24,4	23,8	28,3	23,9	23,1	24,7
Pelos vizinhos?	32,1	29,8	29,5	33,1	27,4	28,7	30,0
Pelos professores?	40,2	41,7	40,7	43,0	38,0	36,7	40,3

Tabela 307: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Pela polícia?	15,2	19,3	17,2	14,7	18,1	17,5	17,2
Pelos pais?	16,7	16,0	15,7	13,1	15,6	14,7	15,2
Pelos vizinhos?	17,8	15,3	16,0	13,1	13,5	12,6	14,5
Pelos professores?	8,8	9,1	8,8	6,8	8,0	7,5	8,2

Tabela 308: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Pela polícia?	27,9	31,8	29,8	25,3	27,9	27,4	28,6
Pelos pais?	21,4	20,0	17,3	15,8	17,7	17,0	18,0
Pelos vizinhos?	21,0	17,2	16,4	12,9	14,9	12,6	15,5
Pelos professores?	13,3	11,3	11,8	8,4	8,8	9,6	10,4

Tabela 309: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Pela polícia?	17,0	17,3	18,2	21,1	20,5	17,4	18,7
Pelos pais?	21,8	22,5	24,8	27,0	25,0	22,0	24,0
Pelos vizinhos?	26,9	28,5	26,7	31,2	28,0	27,2	28,2
Pelos professores?	38,9	39,7	37,6	42,2	41,1	34,9	39,1

Tabela 310: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Capitais, 2010.

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Pela polícia?	25,6	26,1	22,2	29,2	23,9	37,7	25,6	32,0	11,3	25,4	23,2	27,1
Pelos pais?	36,0	24,6	24,1	24,6	19,9	31,6	23,2	33,0	9,3	23,8	27,1	24,7
Pelos vizinhos?	33,0	26,1	32,0	34,6	30,6	38,4	29,6	40,4	12,6	26,4	31,5	30,0
Pelos professores?	50,3	25,6	39,9	45,5	48,5	45,4	39,9	57,6	22,6	37,5	40,4	40,3

Tabela 311: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Capitais, 2010.

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Pela polícia?	14,8	13,3	29,6	12,3	12,6	14,0	26,1	16,8	25,6	17,9	14,3	17,2
Pelos pais?	5,4	8,4	20,7	11,3	10,6	11,4	24,6	10,8	29,2	16,5	11,8	15,2
Pelos vizinhos?	9,4	10,3	21,7	9,3	6,0	11,4	29,6	12,8	20,3	17,2	8,9	14,5
Pelos professores?	4,4	3,0	13,8	4,0	4,3	7,3	12,3	2,5	12,3	10,3	4,9	8,2

Tabela 312: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Capitais, 2010.

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Pela polícia?	32,5	25,1	43,4	22,9	23,3	26,3	45,8	26,1	40,2	26,6	28,6	28,6
Pelos pais?	15,8	12,8	25,6	14,3	15,3	14,4	34,0	14,8	32,2	17,4	11,3	18,0
Pelos vizinhos?	10,3	11,3	25,6	13,0	7,0	11,3	34,5	11,3	23,3	16,9	12,8	15,5
Pelos professores?	6,4	3,5	16,8	8,0	8,0	9,4	15,8	4,9	13,0	12,0	8,4	10,4

Tabela 313: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Capitais, 2010.

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Pela polícia?	18,7	18,7	16,3	20,3	16,9	21,9	12,3	24,1	8,3	20,4	12,3	18,7
Pelos pais?	29,1	19,7	19,7	23,9	19,6	29,1	19,7	35,0	11,6	25,3	20,2	24,0
Pelos vizinhos?	38,9	25,6	30,1	30,6	29,9	36,1	25,6	38,4	10,6	26,2	22,7	28,2
Pelos professores?	47,3	26,6	41,9	42,5	45,2	44,4	42,9	55,7	19,3	37,2	36,5	39,1

G. CONHECIMENTO SOBRE A SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS

Várias questões foram feitas aos entrevistados sobre a Secretaria Especial de Direitos Humanos para medir o conhecimento deles sobre a Secretaria e alguns de seus programas. Como algumas destas perguntas foram usadas em 1999 é possível fazer comparações. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos são mais lembrados pelos entrevistados do que a Secretaria Especial de Direitos Humanos (ou a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, como era no passado). Isto se deve provavelmente pela maior exposição à mídia dos Programas Nacionais e dos debates que estes têm estimulado. Os mais jovens são os que menos ouviram falar, tanto do Programa Nacional, como da Secretaria e isto é válido para 1999 e 2010. O conhecimento, mesmo que superficial, do Programa Nacional não sofreu alteração no período. Mas a lembrança de ter ouvido falar sobre a Secretaria caiu 8,3% pontos.

Em 1999 o Programa Nacional de Direitos Humanos era mais lembrado em Belém, Recife, Goiânia, Porto Velho, Manaus e Salvador. A Secretaria era mais lembrada em Salvador, Rio de Janeiro, Manaus, Belém, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre. Em 2010 o Programa Nacional foi mais lembrado em Goiânia, Manaus, Recife, Belém, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Já a Secretaria foi mais lembrada em Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Goiânia. A lista de capitais onde tanto o Programa quanto a Secretaria são mais lembrados não sofre muitas alterações no período. Seria interessante explorar mais porque nestas cidades isto vem ocorrendo.

Tabela 314: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Programa Nacional de Direitos Humanos	42,8	49,8	57,3	62,4	61,1	51,6	55,1
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	11,7	14,1	17,8	18,9	22,0	18,3	17,4

Tabela 315: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Faixa Etária, 1999

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Programa Nacional de Direitos Humanos	41,7	50,1	57,6	68,4	73,5	68,7	58,8
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	20,6	23,2	25,7	28,9	26,3	30,1	25,7

Gráfico 54: Programa Nacional de Direitos Humanos X Faixa etária, 1999-2010

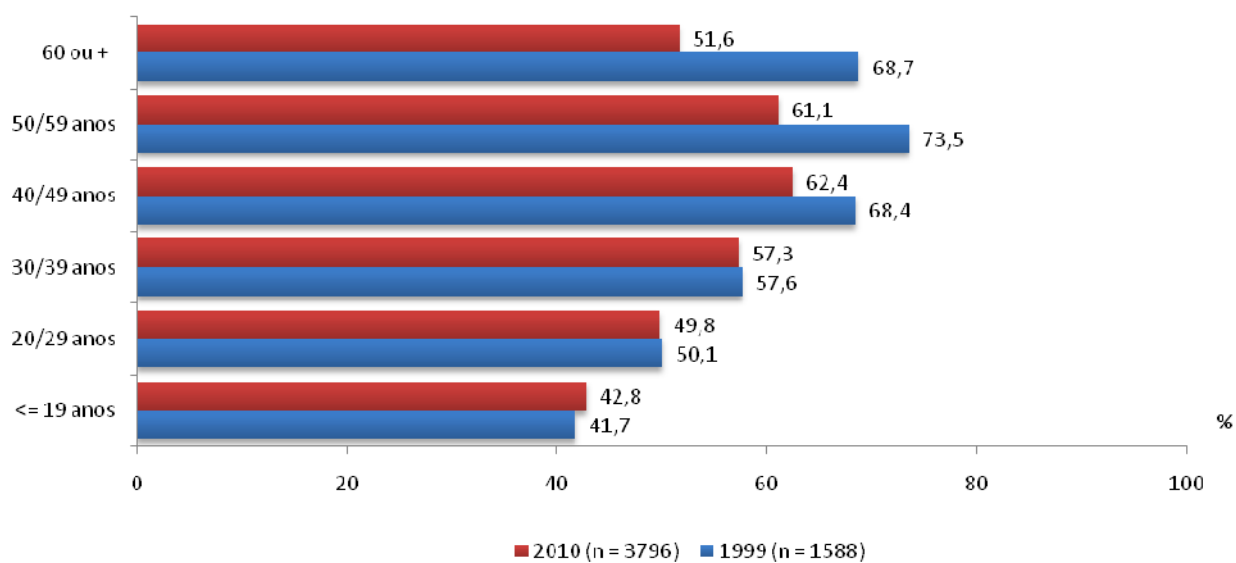


Gráfico 55: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Faixa etária, 1999-2010

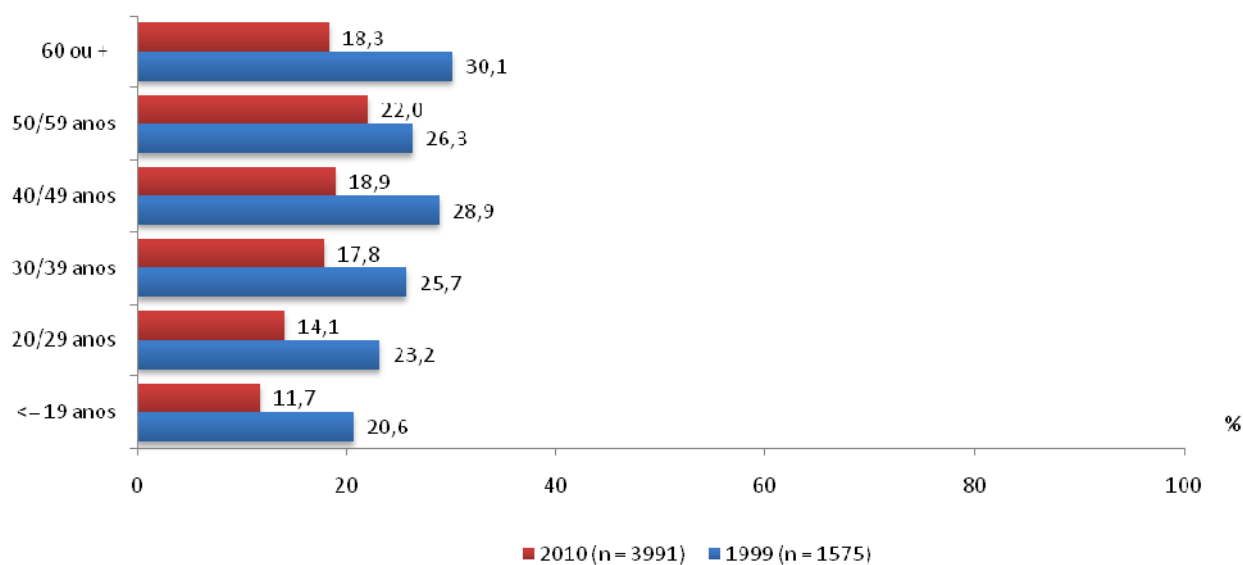


Tabela 316: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Programa Nacional de Direitos Humanos	61,1	60,0	59,1	48,0	52,7	47,9	65,6	59,2	79,6	53,1	52,8	55,1
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	12,8	22,2	20,9	12,6	17,1	18,7	15,8	23,3	20,8	14,9	20,7	17,4

Tabela 317: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Capital, 1999

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Programa Nacional de Direitos Humanos	57,1	60,0	77,0	-	53,5	61,7	65,3	66,0	56,1	54,6	62,2	58,8
Secretaria Especial dos Direitos Humanos	23,2	19,0	17,4	-	27,0	33,3	44,2	25,0	35,4	19,3	22,7	25,7

Gráfico 56: Programa Nacional de Direitos Humanos X Capital, 1999-2010

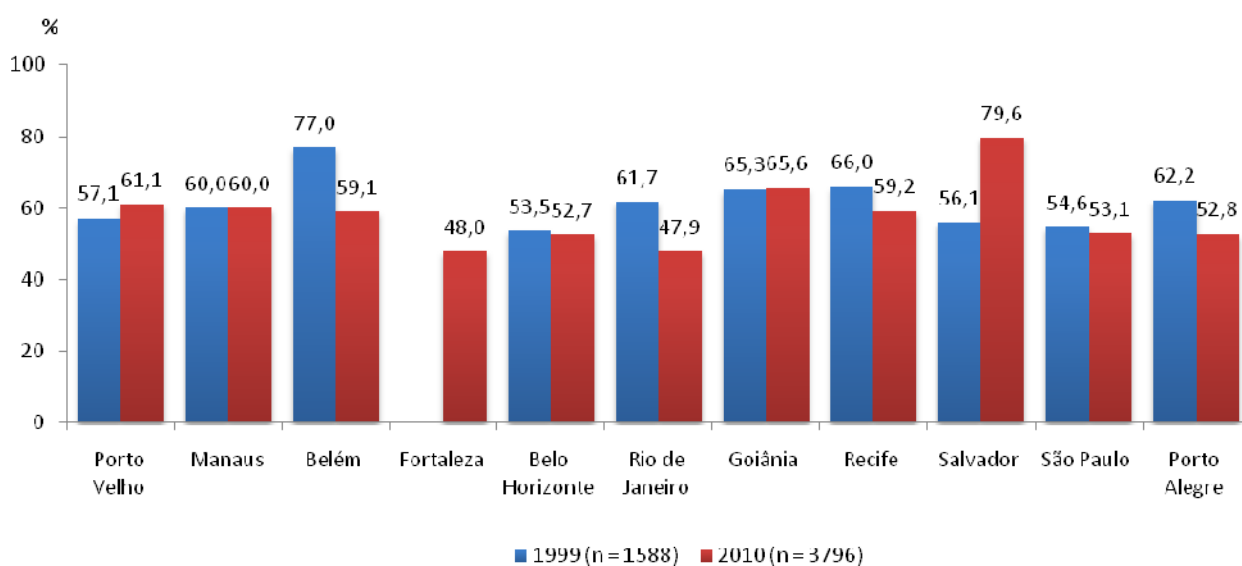
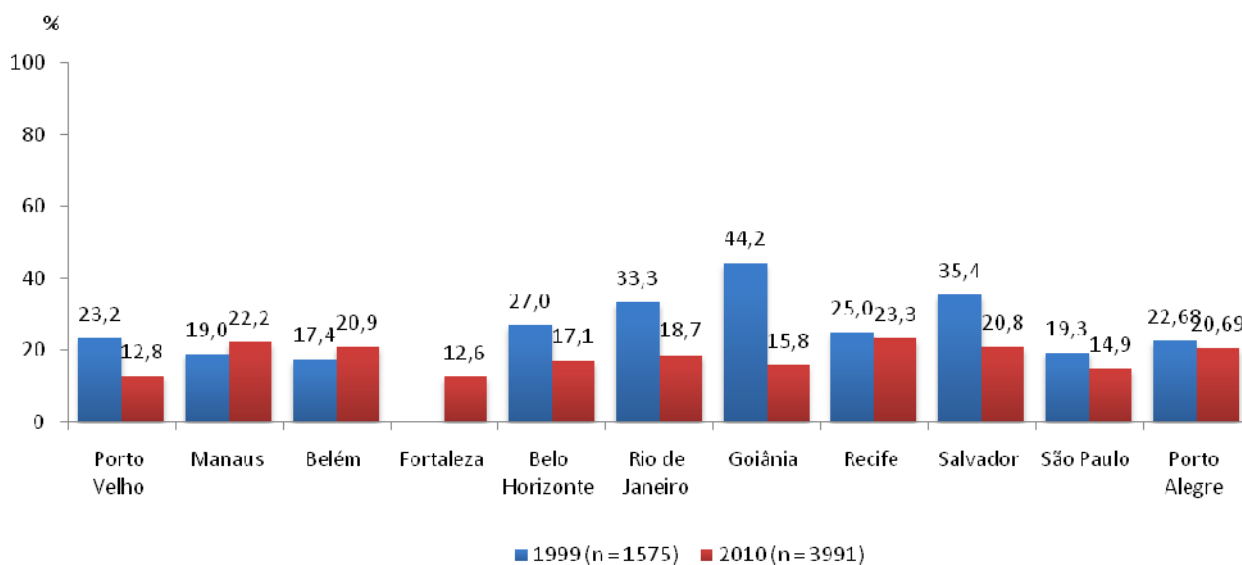


Gráfico 57: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Capital, 1999-2010



Quadro 5: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário Positivos, 2010

	N	%
Não sabe/ Não opinou	878	41,9
Defende os direitos do cidadão/ luta pelos direitos	337	16,1
Defende o direito das crianças/ adolescentes	93	4,5
Defende os idosos	84	4,0
Defende os direitos sociais do cidadão	53	2,5
Ajuda / Protege as pessoas que se sentem prejudicadas	51	2,4
Defende a igualdade/ que todos tenham os mesmos direitos	49	2,4
Defende as pessoas menos favorecidas	46	2,2
Defende o cidadão contra agressões	43	2,0
Defendem os cidadãos do abuso de autoridade	40	1,9
Defende o direito do cidadão de ir e vir	39	1,9
Orientam as pessoas sobre seus direitos e deveres	29	1,4
Defende o direito de procurar leis p/ se defender	23	1,1
Defende a liberdade de expressão	22	1,1
Defende o cidadão para não ser humilhado/ racismo	20	0,9
Protege as testemunhas	18	0,9
Defende o direito das mulheres	18	0,8
Defende os direitos dos trabalhadores	13	0,6
Defende o direito a segurança	13	0,6
Defendem pessoas injustiçadas	11	0,5
Defendem o cidadão ameaçado de morte	10	0,5
Ajudar pessoas carentes	8	0,4
Faz a polícia respeitar o cidadão	8	0,4
Defende os direitos dos menores carentes/ de rua	7	0,3
Programa do Governo / Governo Federal	7	0,3
Defende o direito a liberdade de escolha	7	0,3
Defendem o direito a educação/ escola	7	0,3
Defendem os direitos dos homossexuais	7	0,3
Criar penas alternativas / serviços comunitários	6	0,3
Ajudam na reabilitação dos presos durante a pena	6	0,3
Aumentar a pena para menores de idade	6	0,3
Votação no Congresso Nacional para mudança de leis	5	0,3
Defendem o direito à vida	5	0,2
Defendem os direitos dos deficientes	5	0,2
Programa está passando por uma correção / novas regras / ada	5	0,2
Defendem a legalização do aborto / em casos de estupro	5	0,2

Inclusão de ex-detentos a sociedade	5	0,2
Defender melhoria de qualidade de vida	5	0,2
Ajuda o cidadão ter bom caráter	4	0,2
Que as pessoas devem respeitar e ajudar aos outros	4	0,2
Dar assistência as famílias dos presos	4	0,2
Assistência as famílias das vítimas dos crimes	4	0,2
Proteção as vítimas de crimes	4	0,2
Defende os Sem-Terra	4	0,2
Projeto para anistia política	4	0,2
Defendem a democracia	4	0,2
Apoiar a sociedade	4	0,2
Direito de indenização dos ex-presos políticos da ditadura m	3	0,2
Defendem pessoas presas injustamente	3	0,2
Lutam contra o aborto	3	0,1
Atendimento preferencial	2	0,1
Ações Sociais das Ong's	2	0,1
Defende os direitos dos consumidores	2	0,1
Campanha contra a violência	2	0,1
Bolsa Família	2	0,1
Protegem pessoas inocentes / cidadão de bem	2	0,1
Investimento na educação	2	0,1
Cuida da violência nas capitais	1	0,1
Defendem troca de armas por cesta básica	1	0,1
Combate à corrupção	1	0,1
Plano de conferência dos Direitos Humanos	1	0,1
Campanha para localizar desaparecidos políticos da ditadura	1	0,1
Campanha contra o tráfico de pessoas	1	0,1
Academia para idosos nas praças	1	0,1
Emissão gratuita de documentos	1	0,1
Campanha pelo respeito ao ser humano	1	0,1
Defendeu a população do poder público	1	0,1
Os pais procuram saber como estão os presos	1	0,1
Tentam melhorar as situações judiciais do país	1	0,1
Aumentar a pena para crimes hediondos	1	0,1
Direitos humanos é um órgão mundial	1	0,1
Criam leis somente para a área criminal e política	1	0,1
O bom convívio entre as pessoas	1	0,1
Pró-Jovem	1	0,1

Mulheres da paz	1	0,1
Construir a Delegacia da Mulher	1	0,0
Programa das crianças nas escolas	1	0,0
Programa do PAC	1	0,0
Feito para ouvir denúncias	1	0,0
E um programa bom	1	0,0
Programa da Secretária Municipal	1	0,0
Campanha para diminuir a violência contra crianças	1	0,0
Direito do cidadão responder em liberdade	1	0,0
Programa para humanizar o comportamento	1	0,0
Defende o combate as drogas	1	0,0
Escola para terceira idade	0	0,0
Distribuir mesada ao aluno que não falta na escola	0	0,0
TOTAL	1206	57,6

Quadro 6: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário Negativos, 2010

	N	%
Defendem bandidos/ criminosos	184	8,8
Não defendem os direitos dos cidadãos	33	1,6
Defendem menores infratores	20	0,9
É um programa ruim/fraco	13	0,6
Limitar os direitos da imprensa / controlar a imprensa	7	0,3
Atrapalham o trabalho da justiça / polícia	6	0,3
Direitos para soltar criminosos	2	0,1
Aparecem quando há repercussão na mídia	4	0,2
Não fazem nada se você for pobre/ não defende as pessoas	4	0,2
Defendem os poderosos	4	0,2
Limitar os pais na educação dos filhos / interferência na ed	3	0,1
Não ajudam na reabilitação dos presos	1	0,1
Defendem as ações erradas da polícia	1	0,1
Causam revolta na população por defender criminosos	1	0,1
É uma farsa / fraude	2	0,1
Não efetuam uma investigação para achar os verdadeiros culpa	1	0,1
Aparecem quando tem criminoso se passando por vítimas da soc	1	0,1
Aparecem somente nas rebeliões nos presídios	0	0,0
Defendem os menores assassinos	3	0,1

Não ajudam as famílias das vítimas	1	0,1
Não protegem testemunhas de crimes	1	0,0
TOTAL	291	13,9

Quadro 7: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário Neutros, capitais, 2010

	N	%
Defendem os direitos dos presos	122	5,8
Não defendem as empresas	1	0,1
Ong's não fazem nada pela população	1	0,1
Comprar e não receber	1	0,1
Igreja católica isenta criminosos de seus atos	1	0,1
Cada um fala o que quer visando seus interesses	1	0,1
Mulher que mataram no Taití	1	0,1
As leis deveriam ser aplicadas com mais eficiência	1	0,1
Controlam os direitos das pessoas	1	0,1
Deveria ser utilizado para crimes políticos	1	0,0
Discussão sobre a Eutanásia	2	0,1
Defende a diminuição de penas	2	0,1
Defendem os interesses dos partidos políticos	2	0,1
Defendem crimes leves	1	0,1
Instituição de caridade	1	0,1
Uma cartilha elaborada pela ONU	1	0,1
Defendem os presos políticos	1	0,0
TOTAL	142	6,8

Entre aqueles que dizem se lembrar de ter ouvido falar do Programa Nacional de Direitos Humanos, 41,9% não conseguiram falar nada sobre o mesmo. Entre os restantes, 57,6% dos comentários foram positivos, 13,9% negativos e 6,8% neutros. Os comentários negativos se referem, na maioria, à associação direitos humanos e à defesa dos direitos de detentos ou acusados de delitos. Entre aqueles que se lembram de ter ouvido falar da Secretaria, a maioria não conhece nenhuma ação da Secretaria (61,1%) e outros 21,1% não responderam. O restante mencionou com maior frequência o Estatuto do Idoso, Programa de Proteção à testemunha e o Plano Nacional de Direitos Humanos (sic). Uma série de outras ações tendo como objetivo atender a crianças, mulheres, deficientes, ex-detentos etc. foram associados à Secretaria.

Quadro 8: Para quem conhece a SEDH, conhece algum programa, ação ou projeto (questão aberta), capitais, 2010

	N	%
Não conhece nenhuma ação	426	61,1
Não sabe/ não opinou	148	21,2
Estatuto do Idoso	7	1,0
Proteção a testemunha	6	0,9
Plano Nacional dos Direitos Humanos	6	0,9
Protege o direito dos cidadãos	6	0,8
Academia para idosos	5	0,7
Para deficientes físico e mental	4	0,6
Projeto assistencial ao menor infrator	4	0,6
Direitos dos presos	4	0,6
Contra maus tratos as mulheres	4	0,6
Criança Esperança	4	0,5
Lei Maria da Penha	4	0,5
Defende mais os presos	4	0,5
Coordenação dos direitos humanos	3	0,5
Campanha para localizar desaparecidos políticos da ditadura	3	0,5
Criar penas alternativas/ serviços comunitários	3	0,5
Responsável pelo cumprimento da lei	3	0,5
Direito da criança e adolescente	3	0,4
Contratação de ex-presidiários	3	0,4
Abertura do arquivo da repressão	2	0,3
Apoio aos direitos dos homossexuais	2	0,3
Programa contra a legalização do aborto	2	0,3
Campanha pelo desarmamento	2	0,3
Direito da liberdade de escolha religiosa	2	0,3
Transporte gratuito	2	0,3
Amigo da Escola	2	0,3
Projeto "Fica Vivo"	2	0,3
Inclusão social	2	0,3
Campanha contra o trabalho escravo	2	0,3
Defende o direito humano (amparando o cidadão)	2	0,3
Defende crianças vítimas de maus tratos	2	0,3
Projeto assistencial a mulher	2	0,3
Bolsa Família	2	0,2
Associação para idosos	2	0,2
Bolsa Escola	1	0,2

Ajudam pessoas carentes	1	0,2
Atendimento médico na residência	1	0,2
Defende contra o preconceito de doenças contagiosas	1	0,2
Mobilização Brasil	1	0,2
Brasil Sem Homofobia	1	0,2
Projeto Re-Criança	1	0,2
Projeto Bem Me Quer	1	0,2
Da proteção a criança e menor abandonado	1	0,2
Atendimento preferencial	1	0,2
Contra maus tratos aos idosos	1	0,2
Formar secretária para direitos humanos	1	0,2
Projeto AACD	1	0,2
Fundação Casa	1	0,2
Delegacias especiais/idoso/crianças	1	0,2
Projeto para os presos irem para prisão rural	1	0,2
Opete (Licença para vender produtos nos ônibus)	1	0,2
Viva Nordeste (cursos gratuitos para adolescentes)	1	0,2
Pracatem (cursos para jovens)	1	0,2
Defesa contra o preconceito racial	1	0,2
Indenização para as vítimas da ditadura	1	0,2
Ações culturais	1	0,1
Casa de Apoio	1	0,1
Assistência as vítimas de enchentes	1	0,1
Ação Global	1	0,1
Todos Alfabetizados (TOPA)	1	0,1
prosamin	1	0,1
Campanha da Fraternidade	1	0,1
Unicef	1	0,1
Projeto de Integração Social	1	0,1
Leis que protegem menores infratores	1	0,1
Defesa da liberdade de expressão	1	0,1
Palestra de combate a violência	0	0,0
Projeto Criança na Escola	0	0,0

Declaração Universal dos Direitos Humanos

A Declaração Universal de Direitos Humanos não é conhecida pela maioria dos entrevistados. O desconhecimento é maior entre os mais jovens e entre aqueles com mais de 60 anos. Em Manaus, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Goiânia, a maioria dos entrevistados disse já ter ouvido falar na DUDH. Nestas cidades um maior número de pessoas disse ter ouvido falar da Secretaria e do Programa Nacional de Direitos Humanos.

Tabela 318: Já ouviu falar da Declaração Universal dos Direitos Humanos X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Nunca ouviu falar	66,5	59,8	52,4	49,9	50,4	56,4	55,0

Tabela 319: Já ouviu falar da Declaração Universal dos Direitos Humanos X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Ouviu falar	48,8	57,1	38,4	33,9	47,5	52,1	51,7	37	37,5	39,5	57,1	44,1
Nunca ouviu falar	51,2	42,4	60,6	66,1	50,8	47,1	48,3	63,1	61,1	59,3	42,4	55

A grande maioria (quase unanimidade) dos entrevistados já ouviu falar dos Estatutos da Criança e do Adolescente e do Idoso. O primeiro é um pouco mais lembrado entre os entrevistados mais jovens e o segundo entre aqueles de mais idade. Os dois Estatutos são mais lembrados em Porto Velho e em Belo Horizonte, mas em todas as capitais pesquisadas os percentuais são bastante altos.

Tabela 320: Já ouviu falar do Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente X Faixa etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Estatuto da Criança e do Adolescente	94,3	95,7	95,3	96,0	95,6	91,4	94,9
Estatuto do Idoso	89,5	93,2	93,6	94,0	95,2	93,6	93,5

Tabela 321: Já ouviu falar do Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente X Capital, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Estatuto da Criança e do Adolescente	100,0	98,0	96,1	96,0	98,3	95,6	95,6	96,6	92,7	92,5	98,0	94,9
Estatuto do Idoso	97,5	98,0	92,1	95,7	98,3	93,6	95,6	94,1	92,4	91,4	94,1	93,5

Entre os entrevistados que ouviram falar do Estatuto do Idoso a maioria não fez uso dele (78,5%), 6,9% não sabe se usou ou não opinou e 6,4% não conhece seu conteúdo. O restante cita: transporte gratuito, fila preferencial, e aposentadoria em maior frequência.

Quadro 9: Quando precisou utilizar o Estatuto do Idoso para garantir algum direito, que tipo de direito o(a) sr(a) procurou garantir? (Questão aberta) capitais, 2010

	N	%
Não precisou usar	499	78,5%
Não sabe/ Não opinou	44	6,9%
Não conhece o Estatuto	41	6,4%
Transporte gratuito	24	3,7%
Fila preferencial	13	2,0%
Aposentadoria	8	1,3%
Procedimentos médicos/ Consultas médicas	3	0,4%
Resolver problemas jurídicos	2	0,4%
Eventos culturais	2	0,4%
Serviços bancários	2	0,3%
Passa Rio Card	1	0,2%
Moradia	1	0,2%
Indenização por acidente	1	0,2%
Segunda via de documentação	1	0,2%
Exames de alto custo	1	0,1%
Medicamento de alto custo	1	0,1%
TOTAL		635

Foi também perguntado aos entrevistados sobre a presença entre os moradores da residência de pessoas nas seguintes circunstâncias: pessoas com necessidades especiais, pessoas que trabalham na polícia, pessoas que cumprem ou já cumpriram pena de prisão, pessoas que se declaram homossexuais, bissexuais, travestis ou transexuais. Entre as respostas a alternativa com maior frequência foi a de “pessoas com necessidade especiais”, seguida por “ter trabalhado na polícia”, “ter cumprido pena” e “ser homossexual”. Entre os mais jovens há maior declaração de ter na residência algum morador que já cumpriu pena. Os portadores de necessidades especiais foram mais mencionados pelos entrevistados entre 30 e 39 anos e aqueles acima de 60 anos. Já a declaração de ter na residência alguém que trabalha ou trabalhou na polícia aparece em todas as faixas etárias o mesmo ocorrendo com alguém que se declara homossexual, este último com ligeira predominância de jovens.

Comparando-se as respostas a esta mesma pergunta por capitais, aquelas pertencentes à Região Norte são as que mais se destacam nas perguntas sobre a presença de pessoas com necessidades especiais, de pessoas que trabalham ou trabalharam na polícia e que cumprem ou que já cumpriram pena de prisão. É possível observar que,

entre os entrevistados que mencionaram com maior frequência a presença de pessoas com necessidades especiais em sua residência, obtiveram destaque Belém e Porto Velho. As capitais que declararam com maior frequência a presença de pessoas em sua residência que trabalham ou trabalharam na polícia foram Porto Velho e Belo Horizonte. Com relação aos entrevistados que declararam ter em sua residência pessoas que cumprem ou que já cumpriram pena, as capitais que apresentaram maior frequência foram Porto Velho e Manaus. Entre os moradores que afirmaram sobre a presença de homossexuais, se destacara Belém. A frequência da declaração relacionada à existência de pessoas que se declaram bissexuais, travestis e transexuais é muito baixa na maior parte das capitais.

Presença entre os moradores da residência de pessoas:

- ▶ com necessidades especiais (portadora de deficiência auditiva, visual, física, ou mental),
- ▶ que trabalha (ou trabalhou) na polícia,
- ▶ que cumpre ou já cumpriu pena de prisão,
- ▶ que se declara homossexual,
- ▶ que se declara bissexual,
- ▶ que se declara travesti,
- ▶ que se declara transexual.

Tabela 322: Ausência, entre os moradores da residência, de pessoas com determinadas características X Faixa Etária, 2010

	<= 19 anos	20/29 anos	30/39 anos	40/49 anos	50/59 anos	60 ou +	Total
Necessidades especiais (portadora de deficiência auditiva, visual, física, ou mental)?	93,7	92,0	88,3	90,2	86,9	85,7	89,3
Trabalha (ou trabalhou) na polícia	94,6	93,5	93,7	95,5	93,5	93,3	94,0
Cumpre ou já cumpriu pena de prisão	88,4	92,2	95,2	96,0	94,3	96,2	94,2
Homossexual	95,7	97,1	95,3	95,9	98,0	98,8	96,8
Bissexual	98,4	99,0	99,2	100,0	99,5	99,7	99,4
Travesti	99,7	100,0	99,9	99,9	99,8	100,0	99,9
Transexual	100,0	100,0	99,9	99,9	100,0	100,0	99,9

Tabela 323: Ausência, entre os moradores da residência, de pessoas com determinadas características X Capitais, 2010

	Porto Velho	Manaus	Belém	Fortaleza	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	Goiânia	Recife	Salvador	São Paulo	Porto Alegre	Total
Necessidades especiais (portadora de deficiência auditiva, visual, física, ou mental)?	86,7	88,7	81,8	87,0	88,4	91,4	93,6	86,7	90,0	89,1	91,6	89,3
Trabalha (ou trabalhou) na polícia	84,7	93,1	90,6	95,0	89,4	95,3	98,0	93,6	94,4	94,4	93,1	94,0
Cumpre ou já cumpriu pena de prisão	89,2	91,6	94,6	94,0	92,4	97,4	95,6	93,1	98,3	92,0	94,1	94,2
Homossexual	97,0	96,1	93,1	97,3	98,0	96,6	99,5	97,5	97,3	96,4	98,5	96,8
Bissexual	98,5	98,0	98,5	99,3	99,0	99,1	100,0	99,5	99,7	99,6	100,0	99,4
Travesti	100,0	100,0	100,0	100,0	99,3	99,9	100,0	100,0	100,0	99,9	100,0	99,9
Transexual	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	99,7	99,9	100,0	99,9

7. CONTEÚDO E FONTES DO INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

A - VIOLÊNCIA

Avaliação da evolução da violência

A.1. Vitimização

I - Exposição direta⁸ - Nos últimos 12 meses aconteceram ou não aconteceram com o(a) sr(a):

- ▶ Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu
- ▶ Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão
- ▶ Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu
- ▶ Algum policial ou autoridade o(a) ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro
- ▶ Alguém lhe ofereceu drogas
- ▶ O(a) sr(a) sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)
- ▶ O(a) sr(a) sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais
- ▶ O(a) sr(a) foi ferido por arma de fogo, como revólver
- ▶ Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas
- ▶ O(a) sr(a) ou algum parente próximo foi ameaçado de morte
- ▶ Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca
- ▶ Algum parente próximo foi seqüestrado
- ▶ Algum parente próximo foi assassinado

II - Alguma vez na vida aconteceram ou não aconteceram com o(a) sr(a): (Adaptação pelo NEV)

- ▶ Alguém o(a) ameaçou com um revólver para roubar algo seu
- ▶ Alguém o(a) agrediu com palavras de baixo calão
- ▶ Alguém o(a) ameaçou com uma faca para roubar algo seu
- ▶ Algum policial ou autoridade o ameaçou para tirar-lhe algum dinheiro
- ▶ Alguém lhe ofereceu drogas
- ▶ O(a) sr(a) sofreu alguma agressão física (tapa, soco, pontapé, etc)
- ▶ O(a) sr(a) sofreu algum tipo de agressão ou maus tratos policiais
- ▶ O(a) sr(a) foi ferido por arma de fogo, como revólver
- ▶ Alguém lhe pediu informações sobre onde comprar drogas
- ▶ O(a) sr(a) ou algum parente próximo foi ameaçado de morte
- ▶ Algum parente próximo foi ferido por arma de fogo ou faca

⁸ Fonte: ACTIVA-1996

- ▶ Algum parente próximo foi seqüestrado
- ▶ Algum parente próximo foi assassinado

III - Exposição à violência - Indireta⁹

- Assistiu ou ouviu falar que algum deles tenha ocorrido no bairro:

- ▶ Alguém sendo assaltado
- ▶ Brigas de gangues
- ▶ Alguém recebendo um tiro
- ▶ A polícia prendendo alguém
- ▶ Alguém que foi assassinado
- ▶ Tiroteios
- ▶ Alguém sendo agredido
- ▶ Alguém sendo ameaçado com uma faca
- ▶ Alguém usando drogas na rua

IV - Experiência com punição corporal¹⁰

- Com qual destas freqüências costumava apanhar quando era criança?

- ▶ Nunca
- ▶ Em poucas ocasiões
- ▶ Mais ou menos uma vez por mês
- ▶ Mais ou menos uma vez por semana
- ▶ Quase todos os dias
- ▶ Não sabe/Não opinou

- Com o que costumava apanhar quando criança?

- ▶ Com a mão
- ▶ Com o chinelo
- ▶ Com uma vara ou um cinto
- ▶ Com um pau ou outro objeto duro
- ▶ Não sabe/Não opinou

A.2. Normas culturais em relação à violência¹¹

Escala: Concorda ou discorda de cada uma das frases (escala com 4 itens: concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte, discorda totalmente):

- ▶ Se uma pessoa foi infiel ao seu parceiro, ele ou ela merece apanhar
- ▶ Se as autoridades falharem, nós temos o direito de tomar a justiça em nossas mãos

⁹ Adaptado de Schwartz e Proctor (2000), Community Violence Exposure and Children's Social Adjustment in the School Peer Group: The Mediating Roles of Emotion Regulation and Social Cognition.

¹⁰ Fonte: ACTIVA (1996).

¹¹ Fonte: ACTIVA (1996).

- ▶ Um policial pode bater em um preso que tenha tentado fugir
- ▶ A polícia tem direito de revistar pessoas que considera suspeitas em função da aparência
- ▶ As pessoas têm o direito de expulsar de seu bairro pessoas que causem problemas
- ▶ Nenhum crime justifica usar a pena de morte

A.3. Atitudes em relação à violência¹²

- Vou citar algumas situações que o(a) sr(a) já pode ter presenciado

Alternativas: a) aprovaria, b) não aprovaria, mas entenderia, c) não aprovaria e não entenderia, d) não sabe/não opinou.

- ▶ SE você está em uma fila e uma pessoa fura a fila na sua frente e alguém a xinga
- ▶ SUPONHA que um conhecido seu mate por vingança quem violentou a filha dele
- ▶ SE uma pessoa amedronta seu bairro e alguém a mata
- ▶ SE um grupo de pessoas, no seu bairro, começa a matar gente “indesejada”

I - Uso da violência¹³

Escala: Concorda ou discorda de cada uma das frases (escala com 4 itens: concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte, discorda totalmente):

- ▶ Uma pessoa tem direito de matar para defender sua família
- ▶ Uma pessoa tem direito de matar para defender seus bens
- ▶ Uma pessoa tem o direito de matar outra para se defender

II - Atitudes em relação ao uso de armas¹⁴

Escala: Concorda ou discorda de cada uma das frases (escala com 4 itens: concorda totalmente, concorda em parte, discorda em parte, discorda totalmente):

- ▶ “Ter uma arma em casa torna a casa mais segura”
- ▶ “Carregar uma arma faz com que a pessoa esteja mais segura”

III - Crenças em relação ao uso de armas - NEV

- Qual o principal motivo para as pessoas usarem armas?

- ▶ Impressionar os colegas
- ▶ Resolver disputas
- ▶ Se sentir importante
- ▶ Se proteger
- ▶ Imitar os outros

A.4. Uso da violência: Comportamentos

I- Disciplinamento dos filhos

- Qual destas atitudes tomaria caso¹⁵

¹² Fonte: ACTIVA (1996).

¹³ Fonte: BLUMENTHAL et al (1972), adaptado de NISBETT e COHEN (1995).

¹⁴ Fonte: ACTIVA (1996).

¹⁵ Adaptado de Cohen e Nisbett (1995), *Socialization for Violence From the Survey of Rural Southern and Midwestern Counties*.

Alternativas: 1-Bateria muito nele, 2-Conversaria com ele para entender por que fez isso, 3-O proibiria de ver programas de TV favoritos ou de sair com amigos, 4-Procuraria ajuda profissional-terapeuta/médico/pedagogo, 5-Chamaria a polícia, 8-Nenhuma destas, 9-Não sabe/ Não opinou:

- ▶ O(a) sr(a) descobre que seu filho vem mentindo
- ▶ Seu filho é pego furtando pequenas coisas em supermercado
- ▶ O(a) sr(a) descobre que seu filho tem faltado muito às aulas
- ▶ O diretor da escola chama o(a) sr(a) para reclamar que seu filho fica fazendo bagunça no meio da aula
- ▶ Seu filho é pego grafitando ou pichando muro
- ▶ O(a) sr(a) encontra seu filho fumando maconha
- ▶ O seu filho fica fora de casa até altas horas

- Se o seu filho fosse provocado na escola por colegas e chegasse em casa com o nariz sangrando, qual DEVERIA SER o comportamento dele diante desta situação ¹⁶?

- ▶ Bata em quem bateu nele,
- ▶ Evite novas brigas,
- ▶ Evite novas brigas, mas se provocado bata de volta,
- ▶ Procure uma autoridade
- ▶ Nenhuma destas
- ▶ Não sabe/ Não opinou

II - Polícia: Uso da força como controle social¹⁷

- A polícia:

Alternativas: 1-Não fazer nada, 2-Prender os mais exaltados sem usar armas, 3-Usar só o cassetete, 4-Atirar mas não matar, 5-Atirar e matar, 9-Não sabe/não opinou

- ▶ Em relação a uma passeata de estudantes
- ▶ Numa greve de operários
- ▶ Quando camelôs resistem à retirada de barracas
- ▶ Numa rebelião em um presídio
- ▶ Numa passeata de professores por melhores salários
- ▶ Numa ocupação de terras pelo MST
- ▶

A.5. Jovens: Valores, Expectativas e Violência

A.6. Efeitos da violência - Medo

- Existe algum lugar em sua vizinhança onde o(a) sr(a) não se sente seguro de andar durante o dia?¹⁸

- ▶ Há

¹⁶ Adaptado de Cohen e Nisbett (1995), Socialization for Violence From the Survey of Rural Southern and Midwestern Counties

¹⁷ Adaptação de Blumenthal et al (1972) apud Nisbett e Cohen, *Endorsement of Violence for Social Control*.

¹⁸ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998).

- ▶ Não há
- ▶ Não opinou

- **Que segurança o(a) sr(a) sente em andar à noite sozinho(a) pela sua vizinhança, se é que o(a) sr(a) sai à noite?**¹⁹

- ▶ Muito seguro
- ▶ Seguro
- ▶ Pouco seguro
- ▶ Sem segurança
- ▶ Não sai à noite
- ▶ Não sabe/ Não opinou

- **Nos últimos 12 meses:**²⁰

- ▶ O sr. mudou de casa por medo ou ameaça de violência
- ▶ O sr. sentiu necessidade de andar armado

- **O medo da violência pode levar as pessoas a mudarem algumas coisas no seu dia a dia**²¹:

- ▶ Mudar o trajeto da casa para o trabalho, ou de casa para escola
- ▶ Deixar de usar uma linha de ônibus
- ▶ Deixar de circular por alguns bairros/ruas da cidade
- ▶ Não sair a noite
- ▶ Evitar conversas com vizinhos

- **1-Acontece/ Aconteceu, 2- Não acontece/ Não aconteceu , 9- Não sabe/não opinou**

- ▶ Se sentir forte
- ▶ Nenhum destes/ outros
- ▶ Não sabe/ Não opinou

A.7. Causas da violência

Escala: concorda totalmente, em parte, discorda totalmente, em parte.

- **“As pessoas cometem violência porque...”:**²²

- ▶ São provocadas por outros
- ▶ Não conseguem sustentar a família
- ▶ Sentem ciúmes de seu(sua) companheiro(a)/ namorado(a)
- ▶ Têm preconceito/ ódio racial
- ▶ Perderam a esperança de melhorar de vida

¹⁹ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998).

²⁰ ACTIVA (1996).

²¹ Adaptado de SINGER et al (1995) e Cohen e Nisbett (1995), *Questions About Violent and Nonviolent Preventive Measures Against Crime From the Gallup Poll, National Election Studies, and Media General/Associated Press Polls*

²² Adaptado de EVERETT, S.A. et al (1995), *Violence in America's Schools* for the Metropolitan Life Insurance Company (Met-Life) (13).

- ▶ Têm medo de serem machucados
- ▶ No bairro quem não for durão vira vítima
- ▶ Bebem e provocam os outros
- ▶ Usam drogas
- ▶ Vendem drogas
- ▶ Não têm uma religião
- ▶ São más

- “Há violência nas escolas porque...”: ²³

- ▶ Os alunos vão mal na escola
- ▶ As famílias não dão importância para a escola
- ▶ Há preconceito racial
- ▶ As classes têm um número muito grande de alunos
- ▶ Os alunos formam gangues
- ▶ Os alunos bebem álcool
- ▶ Os alunos levam armas para a escola
- ▶ Os alunos usam drogas
- ▶ Os alunos têm problemas com os professores
- ▶ Há traficantes na porta da escola
- ▶ Há poucos professores
- ▶ Os professores e diretores não sabem lidar com a indisciplina

B. INSTITUIÇÕES

B.1. Imagem das instituições:

I. Como avalia cada uma das instituições:²⁴ 1-Muito Boa, 2-Boa, 3-Regular, 4-Ruim, 5-Muito ruim, 9-Não Conhece/ Não Sabe/ Não Opinou

- ▶ A Polícia Militar
- ▶ A Guarda Municipal
- ▶ O Ministério Público
- ▶ A Polícia Civil
- ▶ Os Bombeiros
- ▶ A Defensoria Pública

²³ Adaptado de EVERETT, S.A. *et al* (1995), *Violence in America's Schools* for the Metropolitan Life Insurance Company (Met-Life) (13).

²⁴ Adaptado de ACTIVA (1996).

- ▶ A Polícia Federal
- ▶ A Justiça
- ▶ O Exército

II. Avaliação da Polícia

- **Escala:** Concorda totalmente, em parte, discorda totalmente e em parte - **NEV**

- ▶ “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)”

- **No último ano, o serviço prestado pela polícia em seu bairro melhorou, piorou, ou está igual?**²⁵

- ▶ Melhorou
- ▶ Piorou
- ▶ Está igual, mas era bom
- ▶ Está igual, mas era ruim
- ▶ Não sabe/ Não opinou

- **E como estará o serviço prestado pela polícia em seu bairro dentro de um ano?**²⁶

- ▶ Melhor
- ▶ Pior
- ▶ Estará igual, mas bom
- ▶ Estará igual, mas ruim
- ▶ Não sabe/ Não opinou

- **A polícia em seu bairro:**²⁷

Alternativas: 1-acontece sempre, 2-quase sempre, 3-às vezes, 4-quase nunca, 5-ou nunca

- ▶ A polícia atender prontamente aos chamados da comunidade
- ▶ A polícia conseguir manter as ruas do bairro tranquilas
- ▶ A polícia ser educada quando aborda pessoas nas ruas
- ▶ Os policiais do bairro aceitarem suborno
- ▶ Policiais protegerem o tráfico de drogas
- ▶ Os policiais terem medo dos traficantes de drogas

B.2. Eficácia em relação a algumas instituições

I. Em relação à polícia²⁸

Escala: concorda totalmente, em parte ou discorda totalmente ou em parte:

- ▶ O(a) sr(a) conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima

II. Eficácia em relação ao judiciário²⁹

²⁵ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998).

²⁶ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998).

²⁷ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998).

²⁸ Adaptado de Tyler e Degoy (1995).

Se tivesse uma ação correndo na justiça e fosse chamado pelo juiz para dar a sua versão, como o(a) sr(a) IMAGINA que o juiz reagiria:

- ▶ O juiz respeitaria os seus direitos como cidadão?
- ▶ O juiz daria oportunidade para o(a) sr(a) contar sua versão?
- ▶ O juiz seria influenciado por seus argumentos?
- ▶ O juiz ouviria todos os lados para tomar uma boa decisão?

III. Legitimidade e confiança no governo³⁰

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte:

- ▶ As decisões que o governo toma sobre segurança pública sempre são as melhores para o bem de todos

IV. Delegação de poder³¹

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte:

- ▶ As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência

V. Deferência com as leis³²

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte:

- ▶ As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas
- ▶ É difícil você sentir que as leis o(a) protegem

C. DISPOSIÇÃO EM ABANDONAR PROTEÇÕES LEGAIS

C1. Em relação à polícia³³:

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte:

- Um policial pode:

- ▶ Invadir uma casa
- ▶ Atirar em um suspeito
- ▶ Agredir um suspeito
- ▶ Atirar em suspeito armado

C2. Em relação à justiça³⁴:

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte

- ▶ É melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente
- ▶ Os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso
- ▶ Um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis

²⁹ Adaptado de Tyler e Degoy (1995).

³⁰ Smith e Tyler (1996).

³¹ Smith e Tyler (1996).

³² Smith e Tyler (1996).

³³ ACTIVA (1996).

³⁴ Adaptado de Boeckmann e Tyler (1996).

- ▶ O judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados

D. PENAS E PUNIÇÃO

D1. Imagem da pena de prisão

- **Escala:** concorda totalmente, em parte ou discorda totalmente ou em parte: **(NEV)**

- ▶ “É justo que se pague impostos para sustentar os presos”

- **Eficiência que a prisão tem sobre crimes violentos**³⁵

Alternativas: 1-Muito eficiente, 2-Eficiente, 3-Pouco eficiente, 4-Nada eficiente, 9-Não sabe/ Não opinou

- ▶ Punição para aqueles que cometeram delitos, por retirar a liberdade deles
- ▶ Fazer as pessoas pensarem antes de cometerem um crime e assim evitar novos crimes
- ▶ Reabilitar aqueles que erraram
- ▶ Controlar aqueles que representam ameaça a sociedade

- **Quais são os crimes que considera mais graves, ou seja, aqueles que sempre deveriam ter punição?..... QUESTÃO ABERTA (NEV)**

- **Para cada tipo de infrator qual destes tratamentos**³⁶:

Alternativas: 1-Prisão, 2-Prestação de serviços à comunidade, 3-Prisão Perpétua, 4-Pena de morte, 5-Prisão com trabalho forçado, 8-Nenhum destes, 9-Não sabe/ Não opinou

- ▶ Seqüestradores
- ▶ Terroristas
- ▶ Estuprador
- ▶ Marido que mata a mulher
- ▶ Político corrupto
- ▶ Jovens que matam
- ▶ Traficantes de drogas

E. DIREITOS HUMANOS

- **“Os direitos humanos são”:** **(NEV)**

- ▶ Direitos que impedem ou prejudicam o trabalho da polícia
- ▶ Direitos que guiam ou norteiam o trabalho da polícia
- ▶ Direitos de bandidos

- **Escala:** : concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte³⁷

- ▶ Todo país deve ter direito de expulsar pessoas que tenham posições políticas que ameacem o governo

³⁵ Adaptado de Boeckmann e Tyler (1997).

³⁶ Adaptado de Boeckmann e Tyler (1997).

³⁷ Willem Doise, Alain Clémence e Dario Spini, Human rights and social psychology BPS. Social Psychology newsletter.

- ▶ Há momentos em que, para manter a ordem social, é necessário prender pessoas por suas posições políticas
- ▶ Todo país tem o direito de retirar a nacionalidade de uma pessoa se ela ameaçar a segurança do governo deste país
- ▶ Há momentos em que as pessoas devem ser impedidas de expressar as suas opiniões
- ▶ O governo nunca poderia ler ou censurar a correspondência de uma pessoa
- ▶ Há momentos em que é justificável que se censure a imprensa

- É aceitável ou não é aceitável que um governo³⁸:

- ▶ Prenda alguém sem julgamento
- ▶ Tenha pena de morte
- ▶ Expulse estrangeiros
- ▶ Impeça a transmissão de um programa de TV crítico ao governo
- ▶ Suspenda o direito de manifestação

- É aceitável ou não é aceitável que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre³⁹:

- ▶ Sua religião
- ▶ Antecedentes criminais
- ▶ Sua vida privada
- ▶ Sua saúde
- ▶ Sua participação em sindicatos

- Qual DEVERIA SER a ação da polícia para cada uma delas. (NEV)

Alternativas: 1 – Bater para obter informações, 2 – Ameaçar com palavras para obter informações, 3 – Interrogar sem usar de violência ou maus tratos, 4 – Ameaçar membros da família para obter informações, 5 – Deixar sem água nem comida, 6 – Dar choques/ queimar com pontas de cigarro, 8 – Nenhuma destas, 9 – Não sabe/não opinou

- ▶ SE alguém fosse pego roubando um motorista no semáforo
- ▶ Alguém suspeito de participar de uma gangue de seqüestradores
- ▶ Alguém suspeito de ser estuprador
- ▶ SE alguém fosse pego usando drogas
- ▶ SE alguém fosse pego vendendo drogas

- Concorda ou discorda que: (NEV)

- ▶ Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura

- É aceitável ou não é aceitável que um governo⁴⁰:

- ▶ Use coerção para fazer pessoas confessarem

³⁸ Willem Doise, Alain Clémence e Dario Spini, Human rights and social psychology BPS. *Social Psychology newsletter*.

³⁹ Willem Doise, Alain Clémence e Dario Spini, Human rights and social psychology BPS. *Social Psychology newsletter*.

³⁴ Willem Doise, Alain Clémence e Dario Spini, Human rights and social psychology BPS. *Social Psychology newsletter*.

F. CONHECIMENTO SOBRE:

- Secretaria Especial de Direitos Humanos
- Estatuto do Idoso
- Estatuto da Criança e do Adolescente
- Programa Nacional de Direitos Humanos
- Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Presença entre os moradores da residência de pessoas:
 - ▶ com necessidades especiais (portadora de deficiência auditiva, visual, física, ou mental),
 - ▶ que trabalha (ou trabalhou) na polícia,
 - ▶ que cumpre ou já cumpriu pena de prisão,
 - ▶ que se declara homossexual,
 - ▶ que se declara bissexual,
 - ▶ que se declara travesti,
 - ▶ que se declara transexual.

H. CAPITAL SOCIAL

G.1. Percepção dos problemas - prioridades no bairro (NEV)

- Importância/ impacto para o bairro:

Alternativas: 1- Muito grave, 2- grave, 3- pouco grave, 4- nada grave, 9-não sabe/não opinou.

- ▶ Desemprego
- ▶ Violência familiar
- ▶ Uso de drogas
- ▶ Alcoolismo
- ▶ Gravidez de adolescentes
- ▶ Falta de ter o que fazer

G.2. Percepção de desordem

- Existência no bairro de⁴¹:

Alternativas: 1-bastante, 2- pouco, 3-nada, 9-não sabe/não opinou

- ▶ Lotes vazios e abandonados
- ▶ Álcool consumido em local público
- ▶ Ruas sem asfalto
- ▶ Uso de drogas em local público
- ▶ Ruas sem iluminação pública

⁴¹ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁴¹ Instrument for ICPSR 2766.

- ▶ Venda de drogas em local público
- ▶ Carros abandonados
- ▶ Roubo de carro
- ▶ Construções abandonadas
- ▶ Roubo de casa
- ▶ Janelas quebradas
- ▶ Bagunças noturnas
- ▶ Pichação de muros/ Casas
- ▶ Lixo/ Entulho nas calçadas

G.3. Percepção de Incivilidade - NEV

- **Acontece com freqüência ou se não acontece com freqüência em seu bairro:**

- ▶ Motoristas de ônibus não darem tempo suficiente para pessoas idosas ou deficientes subirem ou descerem dos ônibus
- ▶ Adultos consumirem álcool ou drogas ilegais na frente de crianças e jovens
- ▶ Casais discutirem ou falarem palavrões na frente dos filhos
- ▶ Casais se agredirem na frente dos filhos
- ▶ Agentes de segurança de bancos, supermercados, shoppings desconfiarem de uma pessoa por causa de sua cor
- ▶ Pessoas jogarem lixo em córregos ou rios
- ▶ Pessoas serem maltratadas por policiais por serem pobres
- ▶ Pessoas fazerem festas com o som alto até tarde
- ▶ Pessoas serem maltratadas por funcionários públicos por serem de outros estados
- ▶ Um homem ou uma mulher mexer com o (a) parceiro (a) de outra pessoa

G.4. Estabilidade no bairro e satisfação

- **A sua casa é alugada ou é de propriedade da sua família? - NEV**

- **Há quanto tempo mora neste bairro? - NEV**

- **Como se sente em relação ao seu bairro: se sente fazendo parte de uma comunidade, ou diria que é apenas um lugar para se morar?⁴²**

- **Desde que mudou para este bairro, diria que este bairro se tornou ⁴³:**

- ▶ Um lugar melhor para se viver
- ▶ Um lugar pior para se viver?
- ▶ Não mudou; sempre foi um bom lugar (espontânea)
- ▶ Não mudou; sempre foi um lugar ruim (espontânea)

⁴² CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998).

⁴³ CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998).

- ▶ não sabe/não opinou.

G.5. Percepção da participação

- **Com que frequência os moradores de seu bairro se reúnem para discutir problemas coletivos como⁴⁴:**

Alternativas: 1-Sempre, 2-Quase sempre, 3-Às vezes, 4-Quase nunca, 5-Nunca se reuniu, 9-Não sabe/não opinou

- ▶ Violência
- ▶ Educação
- ▶ Saúde
- ▶ Lazer

- **O quanto o(a) sr(a) acha que poderia contar com seus vizinhos para resolver problemas no seu bairro⁴⁵.**

Alternativas: 1-Com certeza tentariam evitar; 2-Provavelmente tentariam evitar, 3-Provavelmente não tentariam evitar, 4-Com certeza não tentariam evitar; e 9-Não sabe/não opinou.

- ▶ Um hospital da região estivesse ameaçado de fechar
- ▶ Uma creche da região estivesse ameaçada de fechar
- ▶ Uma escola da região estivesse ameaçada de fechar

G.6. Familiaridade entre gerações

- **Pensando na relação de vizinhos, aqui no SEU BAIRRO, o(a) sr(a) diria que⁴⁶:**

Escala: concorda totalmente, em parte, ou discorda totalmente ou em parte

- ▶ Os pais das crianças do bairro normalmente se conhecem
- ▶ Os adultos conhecem as crianças da redondeza
- ▶ Seus pais conhecem os pais de seus amigos mais próximos / o(a) sr(a) conhece os pais dos amigos de seus filhos
- ▶ Os adultos se preocupam com a segurança das crianças, mesmo aquelas que não são seus filhos ou netos

G.7. Percepção de cooperação/interação

- **Com que FREQUÊNCIA⁴⁷:**

Alternativas: 1-Sempre, 2-Quase sempre, 3-Às vezes, 4-Quase nunca, 5-Nunca, 9-Não sabe/não opinou.

- ▶ Pede para vigiar a casa enquanto vocês viajam
- ▶ Convida para uma festa, almoço ou churrasco
- ▶ Pede para comprar algo, caso você não possa sair de casa
- ▶ Pede para emprestar ferramentas

⁴⁴ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁴⁴ Instrument for ICPSR 2766.

⁴⁵ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁴⁵ Instrument for ICPSR 2766.

⁴⁶ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁴⁶ Instrument for ICPSR 2766.

⁴⁷ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁴⁷ Instrument for ICPSR 2766.

- ▶ Pede para tomar conta das crianças

G.8. Percepção da disposição para agir em defesa de grupos em risco

- Qual SERIA o comportamento de seus vizinhos para evitar que.⁴⁸ ..

Alternativas: 1-Com certeza tentariam evitar; 2-Provavelmente tentariam evitar, 3-Provavelmente não tentariam evitar, 4-Com certeza não tentariam evitar; e 9-Não sabe/não opinou.

- ▶ Numa briga de família, a mulher apanhe do marido
- ▶ Uma criança seja espancada pelos pais
- ▶ Uma pessoa idosa seja intimidada/ ameaçada por um grupo de jovens na rua
- ▶ Os policiais xinguem e batam em jovens

G.9. Percepção da eficácia da sociedade e da polícia no controle social

- CASO jovens menores de idade bebam **ÁLCOOL** em local público, qual a chance de eles serem pegos⁴⁹:

- ▶ Pela polícia
- ▶ Pelos vizinhos
- ▶ Pelos pais
- ▶ Pelos professores

- E, CASO os jovens menores de idade consumam **DROGAS** em local público, qual a chance de eles serem pegos⁵⁰:

- ▶ Pela polícia
- ▶ Pelos vizinhos
- ▶ Pelos pais
- ▶ Pelos professores

H. JOVENS COM MENOS DE 20 ANOS

H.1. Vitimização do grupo de pares

- Você tem ou não tem algum colega ou amigo que⁵¹:

- ▶ Já foi ferido por arma de fogo
- ▶ Já foi ferido por faca
- ▶ Foi assassinado
- ▶ Se meteu em briga de “gang”
- ▶ Já foi assaltado

⁴⁸ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁴⁸ Instrument for ICPSR 2766.

⁴⁹ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁴⁹ Instrument for ICPSR 2766.

⁵⁰ Adaptado de CEWP, Citizen encounters with the Police Northwestern University (1998) e do Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey (1994-1995)⁵⁰ Instrument for ICPSR 2766.

⁵¹ EVERETT, S.A. *et al* (1995).

- ▶ Já foi estuprada
- ▶ Foi ameaçado de morte

H.2. Agressão pelo grupo de pares

- **Você tem algum colega ou amigo que:**

- ▶ Anda armado
- ▶ Ameaçou professor com faca ou canivete
- ▶ Já matou alguém
- ▶ Ameaçou algum professor
- ▶ Já assaltou alguém
- ▶ Já agrediu/espancou algum colega

H.3. Expectativa de vida

- **Qual é a chance de você estar vivo aos 25 anos? Você diria que a sua chance é:**

- ▶ Muito alta
- ▶ Alta
- ▶ Média
- ▶ Baixa
- ▶ Muito baixa?
- ▶ Não sabe/ Não opinou

H.4. Valores (NEV-adaptado do World Values Survey)

- **Importância que você dá para cada uma delas em sua vida:**

- ▶ Se formar no 2º Grau/ Ensino médio
- ▶ Cursar uma faculdade
- ▶ Ter um emprego que pague um bom salário
- ▶ Ter bons amigos com os quais contar
- ▶ Ter boa saúde
- ▶ Ter uma boa reputação no seu bairro
- ▶ Ter muito dinheiro
- ▶ Ter uma família feliz
- ▶ Ter casa própria
- ▶ Dar duro para progredir
- ▶ Ajudar seu bairro fazendo trabalho comunitário
- ▶ Estudar bastante para ter boas notas

- **Para um jovem ter sucesso, ser admirado entre outros jovens ou amigos, ele precisa ou não precisa:**

- ▶ Ter boas notas na escola
- ▶ Conquistar todas as garotas/rapazes que quiser

- ▶ Não mexer com a(o) namorada(o) do(a) amigo(a)
- ▶ Ser muito bom em algum esporte (skate, patins, futebol, etc)
- ▶ Beber sem ficar desagradável
- ▶ Usar roupas legais (de grife/de marca)
- ▶ Provocar medo nos professores
- ▶ Não deixar os amigos sós quando uma briga vai acontecer
- ▶ Não se aproveitar de quem é mais fraco
- ▶ Matar aula com a turma
- ▶ Ser durão/a polícia não se mete com ele
- ▶ Ajudar os pais/família (dinheiro/trabalho)
- ▶ Ter uma arma
- ▶ Morar numa casa legal
- ▶ Ter senso de humor

7.1. TRATAMENTO DOS DADOS

Ao fim do trabalho de campo, o instituto de pesquisa enviou o banco de dados brutos ao NEV. Este banco foi validado em primeiro lugar através da verificação da existência de inconsistências. Após os ajustes necessários, foram geradas tabelas de frequências simples de todas as variáveis para identificar valores discrepantes ou estranhos à natureza das respostas. Além disso, foram construídas algumas tabelas cruzadas para verificar consistências entre diferentes variáveis. Por exemplo, algumas perguntas só devem ser respondidas por pessoas menores de 20 anos, então cruzou-se a idade com as respostas a essas perguntas.

Com o banco validado, passou-se a construção das tabelas de frequência para cada variável do banco a fim de obter uma visão geral dos resultados. Também foram feitos cruzamentos das variáveis do banco com as variáveis idade e cidade, para identificar o perfil dos resultados segundo estas variáveis e para manter o padrão de comparação com os dados de 1999.

Obtidos os primeiros resultados para 2010, foi necessário ajustar banco de dados referente à mesma pesquisa realizada em 1999, para que os dois bancos (1999 e 2010) pudessem ser unidos. Com esse banco único é possível fazer análises dos dois anos separadamente ou em conjunto, identificando as mudanças ocorridas no período de 1999 a 2010. Foram geradas tabelas simples de frequência de todas as variáveis comuns aos dois anos, com os totais de respostas para os dois anos. Estas tabelas foram submetidas a tratamento estatístico para verificar a significância das diferenças encontradas, através do teste de qui-quadrado. posteriormente, foram produzidas tabelas, para cada ano, das variáveis comuns aos dois anos, cruzadas com as variáveis idade e cidade, para se comparar os resultados das categorias

em relação a estas duas variáveis (idade e cidade), ano a ano, utilizando-se também o teste de qui-quadrado.

8. CARACTERÍSTICAS GERAIS DA AMOSTRA

- ▶ Sexo
- ▶ Idade
- ▶ Escolaridade
- ▶ Escolaridade do chefe de família
- ▶ Raça
- ▶ Posição na ocupação
- ▶ Ocupação
- ▶ Renda familiar
- ▶ Classe socioeconômica
- ▶ Religião

8.1. DESCRIÇÃO DA AMOSTRA

Os dados foram coletados entre 15 e 29 de maio de 2010. Neste período foram realizadas 4025 entrevistas com pessoas de 16 anos ou mais das seguintes cidades: Belém (203 entrevistas), Belo Horizonte (301), Fortaleza (301), Goiânia (203), Manaus (203), Porto Alegre (203), Porto Velho (203), Recife (203), Rio de Janeiro (700), Salvador (301) e São Paulo (1204).

Procedimentos de Campo

As entrevistas foram realizadas nos setores censitários sorteados pelo Departamento de Estatística do IBOPE. O tempo médio de aplicação do questionário foi de 50 minutos.

Com as folhas de amostras em mãos e as especificações das cotas a serem cumpridas, os entrevistadores do IBOPE realizaram o campo considerando os procedimentos padrão IBOPE em pesquisa de Opinião e realizado em outros projetos feitos para o NEV.

A partir da localização dos limites do setor o entrevistador dava início à abordagem dos domicílios até realizar todas as entrevistas.

Critérios amostrais

Seleção da Amostra: Foi utilizada amostra representativa da população em estudo, estratificada com alocação proporcional à população de cada estrato. Dentro de cada estrato, foram selecionadas amostras probabilísticas, de conglomerados, em 2 estágios. No **primeiro estágio** foram selecionados os setores censitários, onde as entrevistas foram realizadas, probabilisticamente através do método PPT (Probabilidade Proporcional ao Tamanho), tomando o número de moradores como base para tal seleção.

No **segundo estágio** foi realizada a seleção do entrevistado, dentro do setor censitário, utilizando-se cotas proporcionais em função das seguintes variáveis:

- Sexo (masculino e feminino),
- Idade (16-17, 18-24, 25-29, 30-39, 40-49, 50-69, 70 anos e mais)
- Instrução (até 4ª série do fundamental, 5ª a 8ª série do fundamental, ensino médio, ensino superior)
- Ramo de atividade (agricultura, indústria de transformação, indústria de construção, outras indústrias, comércio, prestação de serviços, transporte e comunicação, atividade social, administração pública, outras atividades, estudantes e inativos)

Para o cálculo da amostra foram utilizados os dados do Censo IBGE de 2000 e os dados da PNAD 2008.

Considerando o número de entrevistas total e as cotas estipuladas para a realização do estudo, apresentamos a distribuição das entrevistas em cada segmento:

Sexo	PNAD 2008		Total de Entrevistas	
Masculino	11.740.464	45,4%	1828	45,4%
Feminino	14.115.951	54,6%	2197	54,6%
Total	25.856.415	100,0%	4.025	100,0%

Idade	PNAD 2008		Total de Entrevistas	
16-17	1.062.253	4,1%	165	4,1%
18-24	4.020.668	15,5%	626	15,6%
25-29	2.965.388	11,5%	462	11,5%
30-39	5.140.148	19,9%	801	19,9%
40-49	4.756.943	18,4%	740	18,4%
50-69	5.944.616	23,0%	925	23,0%
70e+	1.966.401	7,6%	306	7,6%
Total	25.856.415	100,0%	4025	100,0%

Instrução	PNAD 2008		Total de Entrevistas	
Até 4ª. série	5.122.905	20,2%	779	19,4%
De 5ª. a 8ª.série	4.806.127	18,9%	730	18,1%
Ensino Médio	9.659.351	38,0%	1468	36,5%
Ensino Superior	5.809.957	22,9%	883	21,9%
			165	4,1%
Total	25.398.341	100,0%	4.025	100,0%

Instrução	PNAD 2008		Total de Entrevistas	
Agricultura	139.413	0,5%	22	0,5%
Industria	4.614.887	17,9%	723	18,0%
Comercio	4.272.710	16,6%	668	16,6%
Transp./ Comunicacao	1.613.291	6,3%	254	6,3%
Prestacao servico	5.253.895	20,4%	821	20,4%
Atividade Social	2.421.762	9,4%	379	9,4%
Adm. Publica	1.079.222	4,2%	168	4,2%
Outras Atividades	1.366.349	5,3%	214	5,3%
Inativo	3.910.825	15,2%	611	15,2%
	1.062.253	4,1%	165	4,1%
Total	25.734.607	100,0%	4.025	100,0%

Para permitir a análise dos resultados por cada uma das capitais, as entrevistas foram distribuídas desproporcionalmente em cada uma delas. Para correção desta desproporção um fator de ponderação foi aplicado. O cálculo dos fatores de ponderação consiste na divisão do número de entrevistas proporcionais que deveriam ser feitas pela quantidade de entrevistas realizadas proporcionalmente, conforme quadro abaixo:

Capitais	Pop.16e+	%	Nº proporcional	Nº desproporcional	Fator	Erro
Belém (PA)	880.434	4%	168	203	0,827586	7
Manaus (AM)	894.724	4%	168	203	0,827586	7
Porto Velho (RO)	174.657	1%	35	203	0,172414	7
Fortaleza (CE)	1.459.760	7%	280	301	0,930233	6
Recife (PE)	1.016.375	5%	196	203	0,965517	7
Salvador (BA)	1.740.623	8%	329	301	1,093023	6
Belo Horizonte (MG)	1.646.891	8%	315	301	1,046512	6
Rio de Janeiro (RJ)	4.395.986	21%	833	700	1,19	4
São Paulo (SP)	7.191.347	34%	1365	1204	1,133721	3

Porto Alegre (RS)	986.481	5%	189	203	0,931034	7
Goiânia (GO)	782.740	4%	147	203	0,724138	7
Total	21.170.018	100%	4.025	4.025	-	
Fonte: Censo 2000						
Pop 16e+ em DPP não especial urbano, favela/não favela						

O intervalo de confiança estimado é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

8.2. PERFIL DA AMOSTRA SEGUNDO SEXO, FAIXA ETÁRIA, ESCOLARIDADE E RAÇA

Sexo	n	%
Feminino	2201	54,7
Masculino	1824	45,3

Situação de trabalho	n	%
Ocupado	2602	64,6
Não ocupado	1423	35,4

Idade	n	%
<= 19 anos	315	7,8
20/29 anos	903	22,4
30/39 anos	794	19,7
40/49 anos	748	18,6
50/59 anos	631	15,7
60 ou +	635	15,8

Escolaridade	n	%
Analfabeto	121	3,0
Primário incompleto	245	6,1
Primario completo	760	18,9
Fund. completo	904	22,5
Médio completo	1544	38,4
Sup. completo	451	11,2

Escolaridade do chefe de família	n	%
Primário incompleto	427	10,6
Primario completo	928	23,1
Fund. completo	704	17,5
Médio completo	1437	35,7
Sup. completo	529	13,1

Raça	n	%
Branco	1710	42,5
Pardo	1524	37,9
Negro	661	16,4
Amarelo	104	2,6
Outros	27	0,7

Ocupação	n	%
Emp c/ carteira	1000	24,8
Emp s/ carteira	494	12,3
Conta própria/patrão	996	24,7
Funcionário público	112	2,8
Desempregado	190	4,7
Aposentado	426	10,6
Dona de casa	512	12,7

Renda familiar (SM)	n	%
<=1	54	1,3
>1 e <=2	143	3,6
>2 e <= 5	532	13,2
>5 e <=10	1482	36,8
>10 e <=20	1094	27,2
> 20	410	10,2
Não opinou	310	7,7

Classe	n	%
Classe A/B	1508	37,5
Classe C	2002	49,8
Classe D/E	514	12,8

Religião	n	%
Não praticante	1938	48,1
Praticante	1476	36,7
Não tem religião/ateu	561	13,9
Não sabe/não opinou	50	1,2

9. BIBLIOGRAFIA

- ANDERSON, Craig A.; BENJAMIN JR, Arlin J.; WOOD, Phillip K.; BONACCI, Angelica M. (2006). Violence Scale: Evidence for a Four-Factor Model - Development and Testing of the Velicer Attitudes Toward. *Aggressive Behavior*, v. 32, p. 122–136.
- APTIVA. (1996) Questionario 'Atitudes y normas culturales frente a violencia en ciudades seleccionadas de la region de las Americas'. Proyecto APTIVA / Organização Pan-Americana de Saúde, Washington, D.C.
- APTIVA. [Questionário] Health and Human Development Division Pan American Health Organization. Washington, DC 20037, USA. January 1999
- ASHTON, V. (2001). The relationship between attitudes toward corporal punishment and the perception and reporting of child maltreatment. *Child Abuse and Neglect*, v. 25, p. 389-399.
- AUCOIN, K. J. (2006). Corporal Punishment and Child Adjustment. *Journal of Applied Developmental Psychology*, v. 27, p. 527-541.
- BERMAN, S. et al. (1996) The impact of exposure to crime and violence on urban youth. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 66, n. 3, p. 329-336.
- BOECKMANN, Robert J.; TYLER, Tom R. (1997). Commonsense justice and inclusion within the moral community - When Do People Receive Procedural Protections From Others? *Psychology, Public Policy, and Law*, v. 3, n. 2/3, p. 362-380, jun./sep.
- BRAMAN, Donald; KAHAN, Dan M. ; GRIMMELMANN, James. (2005). Modeling Facts, Culture, and Cognition in the Gun Debate. *Social Justice Research*, v. 18, n. 3, sep.
- BUKA, S. L. et al. (2001). Youth exposure to violence: prevalence, risks and consequences. *American Journal of Orthopsychiatry*, v. 71, n. 3, p. 298-310.
- CHANG, J. J. et al. (2003). The role of repeat victimization in adolescent delinquent behaviors and recidivism. *Journal of Adolescent Health*, v. 32, n. 272-280.
- CLEMENCE, A. ; DOISE, W. (1995). La représentation sociale de la justice: une approche des droites dans la pensée ordinaire. *L'Année Sociologique*, v. 45, n. 2, p. 313-328.
- CLEMENCE, A. ; DOISE, W ; DE ROSA, A. S. ; GONZALEZ, L. (1995). La representation sociale des droits de l'Homme: une recherche internationale sur l'étendue et les limites de l' universalité. *International Journal of Psychology*. v. 30, n. 2, p. 181-212.
- COHEN, D.; NISBETT, R. E. (1994). Self-protection and the culture of honor: Explaining Southern violence. *Personality and Social Psychology Bulletin*, v. 20, p. 551-567.

- COHRS, J. Christopher; MAES, Jürgen; MOSCHNER, Barbara; KIELMAN, Sven. (2007). Determinants of Human Rights Attitudes and Behavior: A Comparison and Integration of Psychological Perspectives. *Political Psychology*, v. 28, n. 4.
- CROWSON, H. Michael; DEBACKER, Teresa K. Belief, (2008). Motivational, and Ideological Correlates of Human Rights Attitudes. *The Journal of Social Psychology*, v. 148, n. 3, p. 293–310.
- CROWSON, H. Michael. (2007). Authoritarianism, perceived threat, and human rights attitudes in U.S. law students: A brief look. *Individual Differences Research*, v. 5, n. 4, p. 260-266.
- CROWSON, H. Michael; DEBACKER, T. K. (2007). RWA and SDO: A test of proposed causal antecedents and outcomes using post-9/11 data. [Unpublished manuscript].
- CROWSON, H. Michael; DEBACKER, T. K.; THOMA, S. J. (2007). Are DIT scores empirically distinct from measures of political identification and intellectual ability? A test using post-9/11 data. *British Journal of Developmental Psychology*, v. 25, p. 197–211.
- CROWSON, H. Michael; DEBACKER, T. K.; THOMA, S. J. (2006). The role of authoritarianism, perceived threat, and need for structure in predicting post-9/11 attitudes and beliefs. *The Journal of Social Psychology*, v. 146, p. 733–750.
- CROWSON, H. Michael; DEBACKER, T. K.; THOMA, S. J. (2005). Does authoritarianism predict post-9/11 attitudes? *Personality and Individual Differences*, v. 39, p. 1273–1283.
- CROWSON, H. Michael; THOMA, S. J.; HESTEVOLD, N. (2005). Is political conservatism synonymous with authoritarianism? *The Journal of Social Psychology*, v. 145, p. 571–592.
- CROWSON, H. Michael. (2004). Human rights attitudes: Dimensionality and psychological correlates. *Ethics and Behavior*, v. 14, p. 235–253.
- CRUZ, José Miguel. (1999). El impacto psicosocial de la violencia en San Salvador. *Rev. Panam. Salud Pública*, v. 5, n. 4/5.
- CRUZ, José Miguel. (1999). Victimization from Urban Violence: Levels and Related Factors in Selected Cities in Latin America and Spain. Washington, D.C; Pan American Health Organization. 15 p. ilus. (PAHO. Research in Public Health Technical Papers, 4).
- CRUZ, José Miguel. (1999). La victimización por violencia en ciudades de América Latina y España. *Rev. Panam. Salud Pública*, v. 5, n. 4/5, 1999.
- DATASUS. (1999). Causas de Mortalidade, Brasil, Ministério da Saúde, Governo do Brasil. Disponível em: www.datasus.gov.br
- DEMPSEY, M. (2002) Negative coping as a mediator in the relation between violence and outcomes: inner city African –American youth. *American Journal of Orthopsychiatry*. v. 72, n. 1, p. 102-109.
- DIAZ-VEIZADES, J.; WIDAMAN, K. F.; LITTLE, T. D.; GIBBS, K. W. (1995). The measurement and structure of human rights attitudes. *Journal of Social Psychology*. v. 135, n. 3, p. 313-328.
- DOISE, W. (2002). Human rights as social representations. New York: Routledge and Taylor. 169 p.

- DOISE, W.; CLÉMENCE, A.; SPINI, D. (1999) Human rights studied as social representations in a cross-national context. *European Journal of Social Psychology*, v. 29, p. 1-29.
- DOISE, W.; STAERKLÉ, C.; CLÉMENCE, A.; SAVORY, F. (1998) Human rights and Geneva youth: a developmental study of social representations. *Swiss Journal of Psychology*. v. 57, n. 2, p. 86-100.
- DOISE, W.; CLÉMENCE, A.; SPINI, D. (1996). Human rights and social psychology. *Bulletin of The British Psychological Society Social Psychology Section*, v. 35, p. 3-21.
- DOISE, W.; CLEMÈNCE, A.; SPINI, D. (1996). Human rights and social psychology. *The British Society of Social Psychology*, v. 35, n. 3-21.
- DUNBAR, Edward; BLANCO, Amalio; SULLAWAY, Megan; HORCAJO, Javier. (2004). Human rights and ethnic attitudes in Spain: The role of cognitive, social status, and individual difference factors. *International Journal of Psychology*, v. 39, n. 2, p. 106-117.
- EARLS, Felton J.; BROOKS-GUNN, Jeanne; RAUDENBUSH, Stephen W.; SAMPSON, Robert J. (1997) Project on Human Development in Chicago Neighborhoods: Community Survey, 1994-1995 Instrument for ICPSR 2766. [Documento eletrônico]. ICPSR02766-v3. Boston, MA: Harvard Medical School [prod.], 1997. Ann Arbor, MI: Inter-university Consortium for Political and Social Research [dist.], 2007-10-29
- ELCHEROTH, Guy. (2006). Individual-level and community-level effects of war trauma on social representations related to humanitarian law. *European Journal of Social Psychology*, v. 36, n. 6, p. 907 – 930.
- EVERETT, S.; PRICE, J. H. (1995). Student's Perceptions of Violence in the Public Schools: The MetLife survey. *Journal of Adolescent Health*. v. 17, p. 345-352.
- FAGAN, Jeffrey Fagan; TYLER, Tom R. (2005) Legal Socialization of Children and Adolescents. *Social Justice Research*, v. 18, n. 3, sep.
- FITZPATRICK, K. M.; BOLDIZAR, J. P. (1993). The prevalence and consequences of exposure to violence among African American youth. *Journal American Acad. Child Adolesc. Psychiatry*, v. 32, p. 424–430.
- FOURNIERM, Marco; DE LOS RIOS, Rebecca; ORPINAS, Pamela; PIQUET-CARNEIRO, Leandro. (1999). Estudio Multicéntrico sobre Actitudes y Normas Culturales frente a la Violencia (proyecto ACTIVA): metodología. *Rev. Panam. Salud Publica*, v. 5, n. 4/5.
- GERSHOFF, E. T; LANSFORD, J; ZELLI, A; GROGAN-KAYLOR, A; CHANG, L. (2010). Deater-Deckard, K Parent Discipline Practices in an International Sample: Associations With Child Behaviors and Moderation by Perceived Normativeness. *Child Development*, v. 81, p. 487-502.
- GERSHOFF, E. T. (2002). Corporal Punishment by parents and associated child behaviors and experiences: a meta-analytic and theoretical review. *Psychological Bulletin*, v. 128, p. 539-579.

- GIBSON, Chris L.; SULLIVAN, Christopher J.; JONES, Shayne; PIQUERO, Alex R. (2010). "Does It Take a Village?" Assessing Neighborhood - Influences on Children's Self-Control. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, v. 47, n. 1, p. 31-62.
- GIBSON, James L. (2004). Truth, Reconciliation, and the Creation of a Human Rights Culture in South Africa. *Law & Society Review*, v. 38, n. 1.
- HALLYDAY-BOYKINS, C. A.; GRAHAM, S. (2001). At both ends of the gun: testing the relationship between community violence exposure and youth violent behavior. *Journal of Abnormal Child Psychology*. v. 29, n. 3, p. 383-402.
- HANDWERKER, W. P. (1997). Universal Human rights and the problem of unbounded cultural meanings. *American Anthropologist*. v. 99, n. 4, p. 799-809.
- HINTON-NELSON, M. D. et al (1996) Early adolescents exposed to violence: hope and vulnerability to victimization. *American-Journal-of-Orthopsychiatry*, v. 66, n. 3, p. 346-353.
- HOPE, T. et al. (2001). The phenomena of multiple victimization: the relationship between personal and property crime risk. *British Journal of Criminology*, v. 41, p. 595-617.
- HOWARD, Kim Ammann; WEBSTER, Daniel W Webster; VERNICK, Jon S. (1999). Beliefs about the risks of guns in the home: analysis of a national survey. *Injury Prevention*, v. 5, p. 284-289.
- HUGUET, P.; LATANÉ, B.; BOURGEOIS, M. (1998). The emergence of social representation of human rights via interpersonal communications: empirical evidence for the convergence of two theories. *European Journal of Social Psychology*. v. 28, p. 5, p. 831-846.
- KLIEWER, W. et al. (2001). Exposure to violence against a family member and internalizing symptoms in Colombian adolescents: the protective effects of family support. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, v. 69, n. 6, p. 971-982.
- KNOX, M. (2010). On Hitting Children: a review of corporal punishment in the United States. *Journal of Pediatr. Health Care*, v. 21, p. 103 -107.
- LEVI, Margaret; SACKS, Audrey; TYLER, Tom. (2009). Conceptualizing legitimacy, measuring legitimating beliefs. *American Behavioral Scientist*, v. 53, n. 3, p. 354-375.
- LOCHNER; Kimberly A.; KAWACHIA, Ichiro; BRENNANB, Robert T.; BUKAC, Stephen L. (2003). Social capital and neighborhood mortality rates in Chicago. *Social Science & Medicine*, v. 56, p. 1797-1805.
- MAKER, A. (2005). Child Physical Abuse. Prevalence, Characteristics, Preditors and Beliefs About Parent-Child Violence in South Asian, Middle Eastern, East Asian, and Latina Women in the United States. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 20, p. 1406-1428.
- MANZA, Jeff; BROOKS, Clem; UGGEN, Christopher. (2002) "Civil Death" or Civil Rights? Public Attitudes Towards Felon. Disfranchisement in the United States. [documento eletrônico].
- MARES, Deniss M. (2009). Civilization, economic change, and trends in interpersonal violence in western societies. *Theoretical Criminology*, v. 13, n. 4, p. 419-449.

- MCALISTER, Alfred L. (2006). Acceptance of killing and homicide rates in nineteen nations. *European Journal of Public Health*, v. 16, n. 3, p. 259–265.
- MCFARLAND, S.; MATTHEWS, M. (2005). Who Cares About Human Rights? *Political Psychology*, v. 26, n. 6, p. 365-385.
- MOGHADDEN, F.; VUKSONOVIC, V. (1990). Attitudes and behavior towards human rights across different contexts: the role of right-wing authoritarianism, political ideology, and religiosity. *International Journal of Psychology*. v. 25, p. 455-474.
- MOLNAR, Beth E.; BUKA, Stephen L.; BRENNAN, Robert T.; HOLTON, John K.; EARLS, Felton. (2003). A Multilevel Study of Neighborhoods and Parent-to-Child Physical Aggression: Results From the Project on Human Development in Chicago Neighborhoods. *Child Maltreat*, 8.
- MORENO MARTÍN, Florentino. (1999). Actitudes autoritarias y violencia en Madrid. *Rev. Panam. Salud Publica*, v. 5, n. 4/5.
- NEAPOLITAN, Jerome L. (2001). An Examination of Cross-National Variation in Punitiveness. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 45, n. 6, p. 691-710.
- NG-MAK, D. S. *et al.* (2002) Normalization of violence among inner city youth; a formulation for research. *American Journal of Orthopsychiatry*. v. 72, n. 1, p. 92-101.
- NG-MAK, D. S. (2001). The normalization of violence among inner city youth. *Dissertation Abstracts*, v. 61, n. 12-B, p. 6424.
- NIEUWBEERTA, Paul; MCCALL, Patricia L.; ELFFERS, Henk; WITTEBROOD, Karin. (2008). Neighborhood Characteristics and Individual Homicide Risks: Effects Social Cohesion, Confidence in the Police, and Socioeconomic Disadvantage. *Homicide Studies*, v. 12.
- ORPINAS, Pamela. (1998). Progress report of the multicenter project on violence (Project ACTIVA). XXXIII ACHR Meeting of the Advisory Committee on Health Research of the Pan American Health Organization. Caracas, Venezuela, 01-03 jun.
- ORPINAS, P. Who is violent?: factors associated with aggressive behaviors in Latin America and Spain. *Rev. Panam. Salud Publica*, v. 5, n. 4/5, p. 232-244, 1999.
- ORPINAS, P.K. *et al.* (1995) “The co-morbidity of violence related behaviors with health risk behaviors in a population of High School students.” *Journal of Adolescent Health*. 1995 Mar;16(3):216-25.
- Osofsky, J.D., (1995) “ The effects of exposure to violence on young children”. *American Psychologist* 50(9):782-788.September.
- RICHTERS, J. E. (1990). Screening survey of exposure to community violence: Self report version. Rockville, MD: National Institute of Mental Health.
- ROSENFELD, Richard; BAUMER, Eric; MESSNER, Steven F. (2007). Social Trust, Firearm Prevalence, and Homicide. *AEP*, v. 17, n. 2, p. 119–125.

- SALZINGER, S. *et al.* (2002). An ecological framework for understanding risk for exposure to community violence and the effects of exposure on children and adolescents. *Aggression and Violent Behavior*. v. 7, p. 423-451.
- SAMPSON, Robert J. (2009). Disparity and diversity in the contemporary city: social (dis)order revisited. *The British Journal of Sociology*, v.60, n. 1.
- SANCHEZ-MAZAS, M. (1996). Minority influence under value conflict: The case of human rights and xenophobia. *British Journal of Social Psychology*, v. 35, n. 1, p. 169-178.
- SCHWARTZ, David; PROCTOR, Laura J. (2000). Community Violence Exposure and Children's Social Adjustment in the School Peer Group: The Mediating Roles of Emotion Regulation and Social Cognition. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*. v. 68, n. 4, p. 670-683.
- SCHUBINER, H. *et al.* (1993). Exposure to violence among inner city youth. *Journal of Adolescent Health*, v. 13, p. 214-219.
- SELNER-O'HAGAN, M.B. *et al.* (1998). Assessing exposure to violence in urban youth. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*. v. 39, n. 2, p. 215-224.
- SHAKOOR, B. H.; CHALMERS, D. (1991). Co-victimization of African-American children who witness violence: Effects on cognitive, emotional and behavioral development. *Journal of the National Medical Association*. v. 83, p. 233-238.
- SINGER, M. *et al.* (1995). Adolescents exposure to violence and associated symptoms of psychological trauma. *JAMA - Journal of the American Medical Association*, v. 273, n. 6, p. 477-482.
- SPEIZER, Ilene S.; GOODWIN, Mary M.; SAMANDARI, Ghazaleh; KIM, Shin Y.; CLYDE, Maureen. (2008). Dimensions of child punishment in two Central American countries: Guatemala and El Salvador. *Rev Panam Salud Publica*, v. 23, n. 4, p. 247-256.
- SPINI, D.; DOISE, W. (1998). Organizing principles of involvement in human rights and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, v. 28, p. 4, p. 603-622.
- STAERKLÉ, C.; CLÉMENTE, A. (2004). Why People are Committed to Human Rights and Still Tolerate Their Violation: A Contextual Analysis of the Principle–Application Gap. *Social Justice Research*. v. 17, n. 4, p. 389-406.
- STELLMACHER, Jost. (2005). The Cognitive Representation of Human Rights: Knowledge, Importance, and Commitment. *Peace and Conflict Journal of Peace Psychology*, v. 11, n. 3, p. 267–292.
- TAYLOR, C.; MANGANELLO, J.; LEE, S. J.; RICE, J.C. (2010). Mother's Spanking of 3-year-old Children and Subsequent Risk of Children's Aggressive Behavior. *Pediatrics*, v.125, n. 5.
- TYLER, Tom R. (2010). Legitimacy and rule adherence: A psychological perspective on the antecedents and consequences of legitimacy. The psychology of justice and legitimacy. In.: BOBOCEL, D. Ramona; KAY, Aaron C.; ZANNA, Mark P.; OLSON, James M. (Eds). *The psychology of justice and legitimacy, Ontario symposium on personality and social psychology*, p.251-271. New York: Psychology Press.

- TYLER, Tom; DE CREMER, David. Ethics and rule adherence in groups. In.: DE CREMER, David (ed). (2009). *Psychological perspectives on ethical behavior and decision making*. Charlotte, NC: Information Age Publishing, p. 215-232.
- TYLER, Tom R.; FAGAN, Jeffrey. (2008). Legitimacy and Cooperation: Why Do People Help the Police Fight Crime in Their Communities? *Ohio State Journal of Criminal Law*, v. 6.
- TYLER, Tom R. (2006-2007). Does the American Public Accept the Rule of Law? The findings of Psychological Research on Deference to Authority. *De Paul Law Review*, v. 56, p. 661-694.
- TYLER, Tom R. (1997). Three strikes and you are out, but why? The psychology of public support for punishing rule breakers. *Law & Society*, v. 31, n. 2.
- TYLER, Tom R.; DEGOEY, Peter. (1995). Collective Restraint in Social Dilemmas: Procedural Justice and Social Identification Effects on Support for Authorities. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 69, n. 3, p. 482-497.
- TYLER, R. T.; DEGOEY, P. (1995). Collective Restraint in Social Dilemmas: Procedural Justice and Social Identification Effects on support for authorities. *Journal of Personality and Social Psychology*. v. 69, n. 3, p. 482-497.
- VARGAS, Nelson A.; LÓPEZ, Daniel; PÉREZ, Paulina; ZÚÑIGA, Pámela; TORO, Gloria; CIOCCA, Paola. (1995). Parental Attitude and Practice Regarding Physical Punishment of School Children in Santiago De Chile. *Child Abuse & Neglect*, v. 19, n. 9, p. 1077-1082.
- WARNER, B. S.; WEIST, M. D. (1996). Urban youth as witnesses to violence: beginning assessment and treatment efforts. *Journal of Youth and Adolescence*, v. 25, n. 3, p. 361-377.
- WILKINSON, Deanna L. (2007). Local Social Ties and Willingness to Intervene: Textured Views Among Violent Urban Youth of Neighborhood Social Control Dynamics and Situations. *Justice Quarterly*, v. 24, n. 2.
- WORCHEL, Stephen. (2005). The Rightful Place of Human Rights: Incorporating Individual, Group, and Cultural Perspectives. In.: FINKEL, Norman J.; MOGHADDAM, Fathali M. (eds). *The psychology of rights and duties: Empirical contributions and normative commentaries, The law and public policy*. Washington, DC, US: American Psychological Association, p. 197-220.
- WORLDPUBLICOPINION.ORG. (2008). World public opinion and the Universal Declaration of Human Rights. [document eletrônico].
- WASHINGTON, D. C.: Program on International Policy Attitudes.. 9. dec. 2008.
- WORRALL, John L. (2006). The Discriminant Validity of Perceptual Incivility Measures. *Justice Quarterly*, v. 23, n. 3.

10. ANEXO: SUMÁRIO DE TABELAS, QUADROS E GRÁFICOS

10.1. TABELAS

Tabela 1: Taxa de óbitos por agressão por 100.000 habitantes X Capitais, 1996 - 2010	14
Tabela 2: Opiniões sobre violência, 2010 e 1999	15
Tabela 3: Experiência de vitimização no bairro X Capitais, 2010	18
Tabela 4: Principais formas de vitimização, 2010 e 1999	20
Tabela 5: Principais formas de vitimização em Belém, 2010 e 1999	22
Tabela 6: Principais formas de vitimização em Belo Horizonte, 2010 e 1999	24
Tabela 7: Principais formas de vitimização em Fortaleza, 2010	26
Tabela 8: Principais formas de vitimização em Goiânia, 2010 e 1999	28
Tabela 9: Principais formas de vitimização em Manaus, 2010 e 1999	30
Tabela 10: Principais formas de vitimização em Porto Alegre, 2010 e 1999	32
Tabela 11: Principais formas de vitimização em Porto Velho, 2010 e 1999	34
Tabela 12: Principais formas de vitimização em Recife, 2010 e 1999	36
Tabela 13: Principais formas de vitimização no Rio de Janeiro, 2010 e 1999	38
Tabela 14: Principais formas de vitimização em Salvador, 2010 e 1999	40
Tabela 15: Principais formas de vitimização em São Paulo, 2010 e 1999	42
Tabela 16: Exposição direta no bairro X Faixa Etária, 2010	45
Tabela 17: Respostas agrupadas de exposição direta no bairro X Faixa Etária, 2010	46
Tabela 18: Exposição à violência (direta) no bairro nos últimos 12 meses* X Faixa Etária, 2010	48
Tabela 19: Exposição à violência direta no bairro nos últimos 12 meses* X Faixa Etária, 1999	49
Tabela 20: Respostas agrupadas de exposição à violência (direta) no bairro X Faixa Etária, 2010	50
Tabela 21: Respostas agrupadas de exposição à violência (direta) no bairro X Faixa Etária, 1999	51
Tabela 22: Exposição indireta no bairro X Capitais, 2010	53
Tabela 23: Exposição indireta no bairro X Capitais, 1999	53
Tabela 24: Exposição indireta no bairro X Faixa Etária, 2010	54
Tabela 25: Exposição indireta no bairro X Faixa Etária, 1999	54

Tabela 26: Padrões de tolerância ao uso da violência, 2010	60
Tabela 27: Padrões de tolerância ao uso da violência, 1999	61
Tabela 28: Padrões de tolerância ao uso da violência X Faixa Etária, 2010	61
Tabela 29: Padrões de tolerância ao uso da violência X Faixa Etária, 1999	62
Tabela 30: Padrões de tolerância ao uso da violência X Capitais, 2010	63
Tabela 31: Padrões de tolerância ao uso da violência X Capitais, 1999	64
Tabela 32: Atitudes em relação ao uso da violência, 2010	65
Tabela 33: Atitudes em relação ao uso da violência, 1999	66
Tabela 34: Situações em que aprovaria o uso da violência X Faixa Etária, 2010	66
Tabela 35: Situações em que aprovaria o uso da violência X Faixa Etária, 1999	66
Tabela 36: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Faixa Etária, 2010	67
Tabela 37: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Faixa Etária, 1999	67
Tabela 38: Situações em que não aprovaria, nem entenderia o uso da violência X Idade, 2010	67
Tabela 39: Situações em que não aprovaria, nem entenderia o uso da violência X Idade, 1999	68
Tabela 40: Situações em que aprovaria o uso da violência X Capitais, 2010	69
Tabela 41: Situações em que aprovaria o uso da violência X Capitais, 1999	69
Tabela 42: Situações em que não aprovaria, nem entenderia uso da violência X Capitais, 2010	70
Tabela 43: Situações em que não aprovaria, nem entenderia o uso da violência X Capitais, 1999	70
Tabela 44: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Capitais, 2010	72
Tabela 45: Situações em que não aprovaria, mas entenderia o uso da violência X Capitais, 1999	72
Tabela 46: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Faixa Etária, 2010	74
Tabela 47: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Faixa Etária, 1999	75
Tabela 48: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Capitais, 2010	76
Tabela 49: Aceitação da violência para defender a si ou da propriedade X Capitais, 1999	77
Tabela 50: Atitude em relação ao uso de armas X Faixa Etária, 2010	79
Tabela 51: Atitude em relação ao uso de armas X Faixa Etária, 1999	80
Tabela 52: Atitude em relação ao uso de armas X Capitais, 2010	81
Tabela 53: Atitude em relação ao uso de armas X Capitais, 1999	82
Tabela 54: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Faixa Etária, 2010	83

Tabela 55: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Faixa Etária, 1999	84
Tabela 56: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Capitais, 2010	85
Tabela 57: Principal motivo para as pessoas usarem armas X Capitais, 1999	85
Tabela 58: Com qual destas freqüências costumava apanhar quando criança, 2010 e 1999	87
Tabela 59: Com o que costumava apanhar quando criança, 2010 e 1999	87
Tabela 60: Freqüência com que apanhava X instrumento com o qual apanhava, 2010 e 1999	89
Tabela 61: Com que apanhavam os que responderam que apanhavam quase todos os dias, 2010 e 1999	89
Tabela 62: Freqüência com que apanhava quando criança X Faixa Etária, 2010	90
Tabela 63: Freqüência com que apanhava quando criança X Faixa Etária, 1999	91
Tabela 64: Variação observada da freqüência com que costumava apanhar X Faixa etária , 1999 e 2010	92
Tabela 65: Com o que costumava apanhar X Faixa etária, 2010	93
Tabela 66: Com o que costumava apanhar X Faixa etária, 1999	93
Tabela 67: Variação observada no instrumento com o qual apanhava X Faixa etária , 1999 e 2010	94
Tabela 68: Com que apanhavam os que responderam que apanhavam quase todos os dias X Faixa Etária, 2010	95
Tabela 69: Com que apanhavam os que responderam que apanhavam quase todos os dias X Faixa Etária, 1999	95
Tabela 70: Freqüência com que costumava apanhar quando criança X Capitais, 2010	97
Tabela 71: Freqüência com que costumava apanhar quando criança X Capitais, 1999	97
Tabela 72: Variação observada da freqüência com que costumava apanhar X Capital, 1999 e 2010	103
Tabela 73: Variação observada no instrumento com o qual apanhava X Capitais , 1999 e 2010	107
Tabela 74: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, 2010	111
Tabela 75: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, 1999	111
Tabela 76: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, por Faixa Etária, 2010 e 1999	113
Tabela 77: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Velho, 2010	117
Tabela 78: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Velho, 1999	117
Tabela 79: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Manaus, 2010	118
Tabela 80: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Manaus, 1999	118

Tabela 81: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belém, 2010	118
Tabela 82: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belém, 1999	119
Tabela 83: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belo Horizonte, 2010	119
Tabela 84: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Belo Horizonte, 1999	119
Tabela 85: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Rio de Janeiro, 2010	119
Tabela 86: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Rio de Janeiro, 1999	120
Tabela 87: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Goiânia, 2010	120
Tabela 88: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Goiânia, 1999	120
Tabela 89: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Recife, 2010	120
Tabela 90: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Recife, 1999	121
Tabela 91: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Salvador, 2010	121
Tabela 92: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Salvador, 1999	121
Tabela 93: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, São Paulo, 2010	121
Tabela 94: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, São Paulo, 1999	122
Tabela 95: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Alegre, 2010	122
Tabela 96: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Porto Alegre, 1999	122
Tabela 97: Atitude dos pais diante de determinados comportamentos dos filhos, Fortaleza, 2010	122
Tabela 98: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Faixa Etária, 2010	123
Tabela 99: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Faixa Etária, 1999	124
Tabela 100: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Capitais, 2010	125
Tabela 101: Aprovação/rejeição do uso de violência pelo filho(a) para resolver disputa X Capitais, 1999	125
Tabela 102: Frequência com que costumava apanhar quando criança x Como disciplinaria os filhos, 1999 e 2010	126
Tabela 103: Frequência com que costumava apanhar quando criança e atitude esperada do filho diante de uma agressão na escola , 1999 e 2010	129

Tabela 104: Possui colega ou amigo que X Sexo, 2010 e 1999	131
Tabela 105: Quais as chances de você estar vivo aos 25 anos, 2010 e 1999	132
Tabela 106: Grau de importância para cada uma das situações elencadas, 2010 e 1999	133
Tabela 107: O que um jovem precisa para ser bem sucedido X Sexo, 2010 e 1999	134
Tabela 108: Existência de lugar na vizinhança onde não se sente seguro de andar durante o dia X Faixa Etária, 2010	135
Tabela 109: Existência de lugar na vizinhança onde não se sente seguro de andar durante o dia X Capital, 2010	135
Tabela 110: Segurança em andar a noite sozinho pela vizinhança X Faixa Etária, 2010	136
Tabela 111: Segurança em andar a noite sozinho pela vizinhança X Capital, 2010	137
Tabela 112: Alguma vez desde que mora no bairro X Faixa Etária, 2010 e 1999	139
Tabela 113: Alguma vez desde que mora no bairro X Capital, 2010 e 1999	139
Tabela 114: Já aconteceu ou acontece X Faixa Etária, 2010	140
Tabela 115: Já aconteceu ou acontece X Faixa Etária, 1999	141
Tabela 116: Já aconteceu ou acontece X Capital, 2010	142
Tabela 117: Já aconteceu ou acontece X Capital, 1999	142
Tabela 118: Causas da violência no bairro, 2010	144
Tabela 119: Causas da violência no bairro, 1999	144
Tabela 120: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 2010	145
Tabela 121: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 1999	145
Tabela 122: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Capital, 2010	147
Tabela 123: Causas da violência no bairro (Concorda Totalmente) X Capital, 1999	148
Tabela 124: Causas da violência na escola, 2010	156
Tabela 125: Causas da violência na escola, 1999	157
Tabela 126: Causas da violência na escola (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 2010	158
Tabela 127: Causas da violência na escola (Concorda Totalmente) X Faixa Etária, 1999	158
Tabela 128: Causas da violência na escola (Concorda totalmente) X Capitais, 2010	160
Tabela 129: Causas da violência na escola (Concorda totalmente) X Capitais, 1999	161
Tabela 130: Avaliação das instituições, 2010-1999	169
Tabela 131: Avaliação das instituições X Faixa etária, 2010	170

Tabela 132: Avaliação das instituições X Faixa etária, 1999	171
Tabela 133: Avaliação das instituições X Capital, 2010	173
Tabela 134: Avaliação das instituições X Capital, 1999	174
Tabela 135: Avaliação das polícias, 2010-1999	179
Tabela 136: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou extorsão policiais, na vida e nos últimos 12 meses, 2010 e 1999	180
Tabela 137: Avaliação dos serviços da polícia no bairro com relação ao ano anterior, 2010	181
Tabela 138: Frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados da comunidade, 2010	181
Tabela 139: Frequência com que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas, 2010	181
Tabela 140: Frequência com que a polícia é educada quando aborda as pessoas nas ruas, 2010	182
Tabela 141: Frequência com que os policiais do bairro aceitam suborno, 2010	182
Tabela 142: Frequência com que os policiais protegem o tráfico de drogas, 2010	183
Tabela 143: Frequência com que os policiais têm medo do tráfico de drogas, 2010	183
Tabela 144: Grau de concordância com a afirmação: “Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima”, 2010 e 1999	184
Tabela 145: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)?”, 2010	184
Tabela 146: Expectativas à respeito dos serviços da polícia no bairro, no próximo ano, 2010	185
Tabela 147: Um policial pode, 2010	185
Tabela 148: Um policial pode, 1999	186
Tabela 149: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social, 2010-1999	186
Tabela 150: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio, Brasil, 1999-2010	187
Tabela 151: Avaliação das polícias X Faixa etária, 2010	189
Tabela 152: Avaliação das polícias X Faixa Etária, 1999	190
Tabela 153: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais nos últimos 12 meses X Faixa etária, 2010	191
Tabela 154: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais na vida X Faixa etária, 2010	192
Tabela 155: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial nos últimos 12 meses X Faixa etária, 2010	192

Tabela 156: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial na vida X Faixa etária, 2010	192
Tabela 157: Avaliação dos serviços da polícia no bairro com relação ao ano anterior X faixa etária, 2010	193
Tabela 158: Frequência com que a polícia atende prontamente os chamados da comunidade X Faixa etária, 2010	193
Tabela 159: Frequência com que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas X Faixa etária, 2010	194
Tabela 160: Frequência com que a polícia é educada ao abordar as pessoas na rua X Faixa etária, 2010	194
Tabela 161: Frequência com que os policiais do bairro aceitam suborno X Faixa etária, 2010	194
Tabela 162: Frequência com que os policiais do bairro protegem o tráfico de drogas X Faixa etária, 2010	195
Tabela 163: Frequência com que os policiais têm medo tráfico de drogas X Faixa etária, 2010	195
Tabela 164: Grau de concordância com a afirmação: “Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima” X Faixa etária, 2010	195
Tabela 165: Grau de concordância com a afirmação: “Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima” X Faixa etária, 1999	196
Tabela 166: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)” X Faixa etária, 2010	196
Tabela 167: Grau de concordância com a afirmação “A polícia garante a segurança de pessoas como o(a) sr(a)” X Faixa etária, 1999	196
Tabela 168: Expectativas à respeito dos serviços da polícia no bairro, no próximo ano X Faixa etária, 2010	197
Tabela 169: Discorda totalmente que um policial possa X Faixa etária, 2010	197
Tabela 170: Discorda totalmente que um policial possa X Faixa etária, 1999	197
Tabela 171: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Faixa etária, 2010	198
Tabela 172: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Faixa etária, 1999	199
Tabela 173: Avaliação das polícias X Capital, 2010	202
Tabela 174: Avaliação das polícias X Capital, 1999	204
Tabela 175: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais nos últimos 12 meses X Capital, 2010	206
Tabela 176: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais nos últimos 12 meses X Capital, 1999	206
Tabela 177: Percentual de pessoas que sofreram extorsão policial nos últimos 12 meses X Capital, 1999	206

Tabela 178: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo de agressão ou maus tratos policiais na vida X Capital, 2010	206
Tabela 179: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial na vida X Capital, 2010	207
Tabela 180: Percentual de pessoas que sofreram algum tipo extorsão policial nos últimos 12 meses X Capital, 2010	207
Tabela 181: Avaliação dos serviços da polícia no bairro com relação ao ano anterior X Capital, 2010	207
Tabela 182: Frequência com que a polícia atende prontamente aos chamados da comunidade X Capital, 2010	208
Tabela 183: Frequência com que a polícia consegue manter as ruas do bairro tranquilas X Capital, 2010	208
Tabela 184: Frequência com que a polícia é educada ao abordar as pessoas na rua X Faixa etária, 2010	209
Tabela 185: Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima X Capital, 2010	209
Tabela 186: Conseguiria convencer um delegado a investigar um caso no qual tenha sido vítima X Capital, 1999	209
Tabela 189: Frequência com que os policiais do bairro aceitam suborno X Capital, 2010	210
Tabela 190: Frequência com que os policiais do bairro protegem o tráfico de drogas X Capital, 2010	211
Tabela 191: Frequência com que os policiais têm medo tráfico de drogas X Capital, 2010	211
Tabela 192: Expectativas à respeito dos serviços da polícia no bairro, no próximo ano X Capital, 2010	212
Tabela 193: Um policial pode (discordam totalmente) X Capital, 2010	212
Tabela 194: Um policial pode (discordam totalmente) X Capital, 1999	213
Tabela 195: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Capital, 2010	213
Tabela 196: Atitudes esperadas da polícia em situações de controle social X Capital, 1999	214
Tabela 197: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio X Capital, 2010	216
Tabela 198: Atitudes esperadas da polícia diante de uma rebelião em um presídio X Capital, 1999	216
Tabela 199: Atitudes esperadas da polícia diante de uma ocupação de terras pelo MST X Capital, 2010	217
Tabela 200: Atitudes esperadas da polícia diante de uma ocupação de terras pelo MST X Capital, 1999	217
Tabela 201: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Faixa etária, 2010	254
Tabela 202: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Faixa etária, 1999	254

Tabela 203: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Capital, 2010	255
Tabela 204: Atitudes esperadas de um juiz, respostas afirmativas X Capital, 1999	255
Tabela 205: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Faixa etária, 2010	257
Tabela 206: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Faixa etária, 1999	257
Tabela 207: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Capital, 2010	258
Tabela 208: Grau de concordância com a afirmação: “As decisões que o governo toma sobre segurança pública Sempre são as melhores para o bem de todos” X Capital, 1999	258
Tabela 209: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Faixa etária, 2010	259
Tabela 210: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Faixa etária, 1999	259
Tabela 211: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Capital, 2010	261
Tabela 212: Grau de concordância com a afirmação: “As autoridades devem ter todo o poder para impor medidas que diminuam a violência” X Capital, 1999	261
Tabela 213: Grau de concordância com a afirmação: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Faixa etária, 2010	263
Tabela 214: Grau de concordância com a afirmação: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Faixa etária, 1999	263
Tabela 215: Grau de concordância com a afirmação: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas.” X Faixa etária, 2010	263
Tabela 216: Grau de concordância com a afirmação: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas.” X Faixa etária, 1999	263
Tabela 217: Grau de concordância com as afirmações: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Capital, 2010	266
Tabela 218: Grau de concordância com as afirmações: “É difícil você sentir que as leis o(a) protegem” X Capital, 1999	266
Tabela 219: Grau de concordância com as afirmações: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas” X Capital, 2010	267
Tabela 220: Grau de concordância com as afirmações: “As pessoas devem obedecer as leis mesmo quando elas acham que as leis não estão certas” X Capital, 1999	267
Tabela 221: Um policial pode, 2010	269
Tabela 222: Um policial pode, 1999	269
Tabela 223: Um policial pode (discordam totalmente) X Faixa etária, 2010	270

Tabela 224: Um policial pode (discordam totalmente) X Faixa etária, 1999	270
Tabela 225: Um policial pode (discordam totalmente) X Capitais, 2010	271
Tabela 226: Um policial pode (discordam totalmente) X Capitais, 1999	271
Tabela 227: Grau de concordância com diversas frases, 2010	273
Tabela 228: Grau de concordância com a afirmação “É melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente” X Faixa etária, 2010	273
Tabela 229: Grau de concordância com a afirmação “Os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso” X Faixa etária, 2010	273
Tabela 230: Grau de concordância com a afirmação “Um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis”, por faixa etária, 2010	274
Tabela 231: Grau de concordância com a afirmação “O judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados”, por faixa etária, 2010	274
Tabela 232: Grau de concordância com a afirmação “É melhor deixar 10 pessoas culpadas ficarem livres do que errar condenando uma pessoa inocente” X Capital, 2010	275
Tabela 233: Grau de concordância com a afirmação “Os juízes deveriam permitir que pessoas suspeitas de terem cometido crimes sérios fiquem presas enquanto a polícia investiga o caso”, por capital, 2010	275
Tabela 234: Grau de concordância com a afirmação “Um grande número de pessoas escapa da prisão por brechas nas leis”, por capital, 2010	276
Tabela 235: Grau de concordância com a afirmação “O judiciário se preocupa demais com os direitos dos acusados”, por capital, 2010	276
Tabela 236: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Faixa etária, 2010	278
Tabela 237: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Faixa etária, 1999	278
Tabela 238: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Capital, 2010	279
Tabela 239: Grau de concordância com a afirmação “É justo que se pague impostos para sustentar os presos” X Capital, 1999	279
Tabela 241: Avaliação do grau de eficiência que a pena de prisão tem sobre crimes violentos X Faixa etária, 2010	281
Tabela 242: Avaliação do grau de eficiência da pena de prisão para crimes violentos X Capital, 2010	282
Tabela 243: Opiniões sobre o tratamento que deve ser dado aos infratores X Faixa etária, 2010	285
Tabela 244: Opiniões sobre o tratamento que deve ser dado aos infratores X Capital, 2010	287
Tabela 245: Opiniões sobre o que representa a expressão “Direitos Humanos”, 2010	290

Tabela 246: Opiniões sobre o que representa a expressão “Direitos Humanos” X Faixa Etária, 2010	290
Tabela 247: Opiniões sobre o que representa a expressão “Direitos Humanos” X Capital, 2010	292
Tabela 248: É aceitável ou não que um governo, 2010	293
Tabela 249: É inaceitável que um governo X Faixa etária, 2010	294
Tabela 250: É inaceitável que um governo X Capital, 2010	295
Tabela 251: É aceitável que um governo tenha pena de morte X Capital, 2010	295
Tabela 252: Direitos civis e políticos, por faixa etária, 2010	298
Tabela 252: Direitos civis e políticos, por faixa etária, 2010	298
Tabela 253: Direitos civis e políticos, por capital, 2010	299
Tabela 254: É aceitável ou não que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre, 2010	301
Tabela 255: É inaceitável que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre X Faixa etária, 2010	302
Tabela 256: É inaceitável que um empregador exija que candidatos a empregos respondam perguntas sobre X Capital, 2010	303
Tabela 257: É aceitável ou não é aceitável que um governo, 2010	304
Tabela 258: É inaceitável que um governo X Faixa etária, 2010	304
Tabela 259: É inaceitável que um governo X Capital, 2010	305
Tabela 260: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”, X Faixa Etária, 2010	306
Tabela 261: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura”, X Faixa Etária, 1999	306
Tabela 262: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura” X Capital, 2010	307
Tabela 263: Grau de concordância com a afirmação “Os tribunais podem aceitar provas obtidas através de tortura” X Capital, 1999	307
Tabela 264: Como você acha que deveria ser a ação da polícia com alguém suspeito de, por faixa etária, 2010	309
Tabela 265: Como você acha que deveria ser a ação da polícia com alguém suspeito de X Capital, 2010	311
Tabela 266: Estabilidade no bairro e tempo de moradia x Faixa Etária, 2010	314
Tabela 267: Sentimento de pertencimento em relação ao bairro x Faixa Etária, 2010	314
Tabela 268: Como vê o bairro desde que se mudou para ele x Faixa Etária, 2010	314

Tabela 269: Estabilidade no bairro e tempo de moradia x Capital, 2010	316
Tabela 270: Sentimento de pertencimento em relação ao bairro x Capital, 2010	316
Tabela 271: Como vê o bairro desde que se mudou para ele x Capital, 2010	316
Tabela 272: Consideram muito grave ou grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Faixa Etária, 2010	317
Tabela 273: Consideram pouco grave ou nada grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Faixa Etária, 2010	317
Tabela 274: Consideram muito grave ou grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Capital, 2010	319
Tabela 275: Consideram pouco grave ou nada grave o impacto de determinados acontecimentos na vida das pessoas que residem no bairro X Capital, 2010	319
Tabela 276: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe bastante X Faixa Etária, 2010	321
Tabela 277: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe pouco X Faixa Etária, 2010	321
Tabela 278: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que não existe nada de X Faixa Etária, 2010	322
Tabela 279: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe bastante X Capital, 2010	323
Tabela 280: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que existe pouco X Capital, 2010	324
Tabela 281: Tendo em vista a situação do bairro atualmente, consideram que não existe nada de X Capital, 2010	325
Tabela 282: Acontece com frequência no seu bairro X Faixa Etária, 2010	326
Tabela 283: Não acontece com frequência no seu bairro X Faixa Etária, 2010	327
Tabela 284: Acontece com frequência no seu bairro X Capital, 2010	329
Tabela 285: Não acontece com frequência no seu bairro X Capital, 2010	330
Tabela 286: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, concorda totalmente que X Faixa Etária, 2010	332
Tabela 287: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, discorda totalmente que X Faixa Etária, 2010	332
Tabela 288: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, concorda totalmente que X Capital, 2010	333
Tabela 289: Considerando a relação entre os vizinhos do bairro em que reside, discorda totalmente que X Capital, 2010	333

Tabela 290: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você sempre ou quase sempre X Faixa Etária, 2010	334
Tabela 291: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você nunca ou quase nunca X Faixa Etária, 2010	335
Tabela 292: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você sempre ou quase sempre X Capitais, 2010	336
Tabela 293: Pensando na sua relação com os seus vizinhos, você nunca ou quase nunca X Capitais, 2010	336
Tabela 294: Os moradores de seu bairro sempre ou quase sempre se reúnem para discutir os temas X Faixa Etária, 2010	337
Tabela 295: Os moradores de seu bairro nunca se reúnem para discutir os temas X Faixa Etária, 2010	337
Tabela 296: Os moradores de seu bairro sempre ou quase sempre se reúnem para discutir os temas X Capitais, 2010	339
Tabela 297: Os moradores de seu bairro nunca se reúnem para discutir os temas X Capitais, 2010	339
Tabela 298: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X Faixa Etária, 2010	340
Tabela 299: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X Faixa Etária, 2010	341
Tabela 300: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X Capitais, 2010	342
Tabela 301: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar determinados problemas de infra-estrutura no bairro X Capitais, 2010	342
Tabela 302: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar a determinadas situações de conflito X Faixa Etária, 2010	343
Tabela 303: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar a ocorrência de determinadas situações de conflito X Faixa Etária, 2010	344
Tabela 304: Seus vizinhos com certeza tentariam evitar determinadas situações de conflito X Capitais, 2010	345
Tabela 305: Seus vizinhos com certeza não tentariam evitar a determinadas situações de conflito X Capitais, 2010	345
Tabela 306: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.	346
Tabela 307: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.	346
Tabela 308: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.	347

Tabela 309: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Faixa Etária, 2010.	347
Tabela 310: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Capitais, 2010.	348
Tabela 311: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos bebendo álcool em local público no bairro x Capitais, 2010.	348
Tabela 312: Jovens menores de idade com certeza seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Capitais, 2010.	348
Tabela 313: Jovens menores de idade com certeza não seriam pegos consumindo drogas em local público no bairro x Capitais, 2010.	349
Tabela 314: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Faixa Etária, 2010	350
Tabela 315: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Faixa Etária, 1999	350
Tabela 316: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Capital, 2010	352
Tabela 317: Ouviu falar do Programa Nacional de Direitos Humanos e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Capital, 1999	352
Tabela 318: Já ouviu falar da Declaração Universal dos Direitos Humanos X Faixa etária, 2010	361
Tabela 319: Já ouviu falar da Declaração Universal dos Direitos Humanos X Capital, 2010	362
Tabela 320: Já ouviu falar do Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente X Faixa etária, 2010	363
Tabela 321: Já ouviu falar do Estatuto do Idoso e Estatuto da Criança e do Adolescente X Capital, 2010	364
Tabela 322: Ausência, entre os moradores da residência, de pessoas com determinadas características X Faixa Etária, 2010	366
Tabela 323: Ausência, entre os moradores da residência, de pessoas com determinadas características X Capitais, 2010	367

10.2. GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxas de homicídio por armas de fogo por 100 mil habitantes em 11 capitais: 1999-2008	13
Gráfico 2. Percentual de pessoas, por faixa etária, que acham que a violência vem crescendo ultimamente, 1999-2010	16
Gráfico 3. Percentual de pessoas, por capital, que acham que a violência vem crescendo ultimamente, 1999-2010	16
Gráfico 4 Percentual de pessoas, por capital, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência, 1999-2010	19

Gráfico 5. Percentual de pessoas, em Belém, que nos últimos 12 meses foram vítimas de violência em seu bairro, 1999-2010	21
Gráfico 6. Percentual de pessoas, em Belo Horizonte, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010	23
Gráfico 7. Percentual de pessoas, em Fortaleza, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010	25
Gráfico 8. Percentual de pessoas, em Goiânia, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010	27
Gráfico 9. Percentual de pessoas, em Manaus, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010	29
Gráfico 10. Percentual de pessoas, em Porto Alegre, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010	31
Gráfico 11. Percentual de pessoas, em Porto Velho, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010	33
Gráfico 12. Percentual de pessoas, em Recife, que nos últimos 12 meses foram vítima de violência em seu bairro, 1999-2010	35
Gráfico 13. Percentual de pessoas, no Rio de Janeiro, que nos últimos 12 meses foram vítima em seu bairro, 1999-2010	37
Gráfico 14. Percentual de pessoas, em Salvador, que nos últimos 12 meses foram vítima em seu bairro, 1999-2010	39
Gráfico 15. Percentual de pessoas em São Paulo que nos últimos 12 meses foram vítima em seu bairro, 1999-2010	41
Gráfico 17. Escala de exposição à violência 1999-2010	58
Gráfico 18: Com o que costumava apanhar 1999-2010	88
Gráfico 19. Experiência de punição corporal x Capital, 2010-1999	96
Gráfico 20. Nunca apanhava quando criança x Capital, 1999-2010	99
Gráfico 21. Apanhava quase todos os dias x Capital, 1999-2010	99
Gráfico 22. Frequência com que costumava apanhar quando criança X Capital, 1999	100
Gráfico 23. Frequência com que costumava apanhar quando criança X Capital, 2010	102
Gráfico 24. Com o que costumava apanhar x Capitais, 2010	105
Gráfico 25. Com o que costumava apanhar x Capitais, 1999	106
Gráfico 30. Causas da violência – capitais, 1999-2010	149
Gráfico 31. Causas da violência - Belém, 1999-2010	150
Gráfico 32. Causas da violência - Belo Horizonte, 1999-2010	150

Gráfico 33. Causas da violência - Fortaleza, 1999-2010	151
Gráfico 34. Causas da violência - Goiânia, 1999-2010	151
Gráfico 35. Causas da violência - Manaus, 1999-2010	152
Gráfico 36. Causas da violência - Porto Alegre, 1999-2010	152
Gráfico 37. Causas da violência - Porto Velho, 1999-2010	153
Gráfico 38. Causas da violência - Recife, 1999-2010	153
Gráfico 39. Causas da violência - Rio de Janeiro, 1999-2010	154
Gráfico 40. Causas da violência - Salvador, 1999-2010	154
Gráfico 41. Causas da violência - São Paulo, 1999-2010	155
Gráfico 42. Causas da violência nas escolas, capitais, 1999-2010	162
Gráfico 43. Causas da violência nas escolas, Belém, 1999-2010	163
Gráfico 44. Causas da violência nas escolas, Belo Horizonte, 1999-2010	163
Gráfico 45. Causas da violência nas escolas, Fortaleza, 1999-2010	164
Gráfico 46. Causas da violência nas escolas, Goiânia, 1999-2010	164
Gráfico 47. Causas da violência nas escolas, Manaus, 1999-2010	165
Gráfico 48. Causas da violência nas escolas, Porto Alegre, 1999-2010	165
Gráfico 49. Causas da violência nas escolas, Porto Velho, 1999-2010	166
Gráfico 50. Causas da violência nas escolas, Recife, 1999-2010	166
Gráfico 51. Causas da violência nas escolas, Rio de Janeiro, 1999-2010	167
Gráfico 52. Causas da violência nas escolas, Salvador, 1999-2010	167
Gráfico 53. Causas da violência nas escolas, São Paulo, 1999-2010	168
Gráfico 54: Programa Nacional de Direitos Humanos X Faixa etária, 1999-2010	351
Gráfico 55: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Faixa etária, 1999-2010	351
Gráfico 56: Programa Nacional de Direitos Humanos X Capital, 1999-2010	353
Gráfico 57: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República X Capital, 1999-2010	353

10.3. QUADROS

Quadro 1: Perfil da amostra segundo sexo, faixa etária, escolaridade e raça, 2010.....	11
--	----

Quadro 2: Exposição à violência nos últimos 12 meses X Categoria, 2010.....	56
Quadro 3: Exposição à violência nos últimos 3 meses X Categoria, 2010.....	57
Quadro 4: Escala de exposição à violência	57
Quadro 5: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário Positivos, 2010	354
Quadro 6: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário Negativos, 2010	356
Quadro 7: Para quem conhece o PNDH, o que acha do dele (questão aberta), Comentário Neutros, capitais, 2010	358
Quadro 8: Para quem conhece a SEDH, conhece algum programa, ação ou projeto (questão aberta), capitais, 2010	359
Quadro 9: Quando precisou utilizar o Estatuto do Idoso para garantir algum direito, que tipo de direito o(a) sr(a) procurou garantir? (Questão aberta) capitais, 2010	365